



CADERNO

1984 — 1987

# TIJOLAÇOS

## LEONEL BRIZOLA





— Sr. Procurador-Geral da Justiça — À população do Rio de Janeiro — Nota do Governador ao Procurador-Geral da Justiça — Nota do Procurador-Geral da Justiça à população — Críticas do Rio de Janeiro — Procedimento injustificável de utilização do censor. — 1 trilhão em depósitos, 1 milhão de cadernetas — História da República e o Ano Novo — Coerência e lealdade ao povo brasileiro — Governador da Bahia — As graves responsabilidades do Senador — O incêndio do Edifício Andorinhas — Primeira etapa do plano de obras e serviços do DER para enfrentar com a inflação por decreto? — Capitalismo e exploração política — Queremos a Avenida Brasil. — Exploração política da verdade — Mandado de Segurança contra o Governo Federal — O Rei, o Barão e o Ministro. — Terrorismo e politcagem. — 500 CIEPs — Um legado ao futuro — Intervenção no Banerj: uma injustiça contra o Rio de Janeiro — Nota do Governador Leonel Brizola — Nota do Governador ao Procurador-Geral da Justiça — Cumprimento do Mandado de Segurança Social — Jornalismo marginal — Fins inconfessáveis — Lá e cá — Terrorismo Global — O Governo do Rio e as últimas eleições — O futuro — Intervenção no Banerj: uma injustiça contra o Rio de Janeiro — Nota do Governador ao Procurador-Geral da Justiça — Cumprimento do Mandado de Segurança Social — Jornalismo marginal — Fins inconfessáveis — Lá e cá

CADERNO

1984 — 1987

# TIJOLOS LEONEL BRIZOLA



**PDT12**



**CENTRO DE MEMÓRIA  
TRABALHISTA**



do Governador Leonel Brizola — Nota do Governador ao Procurador-Geral da Justiça — Cumpriremos com a nossa parte — Em defesa  
el — Oposição de encomenda — Doença Social — Jornalismo marginal — Fins inconfessáveis — Lá e cá — Austeridade e moralização — A  
cadernetas. — Escamoteação e ilegalidade — Violência e criminalidade — A questão crucial — Transição e legitimidade — Nosso conteno  
ovo brasileiro — A Europa Socialista prestigia Tancredo — A hora dos partidos — O Metrô e os demagogos — Esclarecendo nossas posiç  
hor Presidente — Comunicação do Governador do Estado — A greve e a “Nova República” — Discriminação — O Plano Cruzado — A  
meira etapa do plano de obras e serviços do DER para 1986 — Nota oficial do Governador Leonel Brizola Confrontação inútil — Iniquida  
no inviável — Síndrome da ilegitimidade — Sistema colonial — Divisor de águas — A partir de hoje, o salário mínimo deveria ser Cz\$ 1.100,00  
ítica orquestrada — da História — do Governo do Rio de Janeiro — de Jânio Quadros — de Juscelino Kubitschek — de um al  
o Governo Federal — do dinheiro — do gás. — Contradição insanável — O dilema do Presidente — O telhado de vidro — Quem diz de  
o Global — O Governo — Hoje, instala-se a Constituinte. — A impostura do Plano Cruzado — A dignidade nacional — A questão de con  
o no Banerj: uma injustiça com o Rio de Janeiro — A transmissão do Governo — Até breve — Governador Leonel Brizola não se apurará  
dor ao Procurador-Geral da Justiça — Cumpriremos com a nossa parte — Em defesa do Rio de Janeiro — Dr. Júlio Mesquita Neto — Respo  
nalismo marginal — Fins inconfessáveis — Lá e cá — Austeridade e moralização — Apropriação indébita — Quarta-feira, dia 26, às 19 h.  
ia e criminalidade — A questão crucial — Transição e legitimidade — Nosso conteno — O Plano Cruzado — A dignidade nacional — A questão de con  
o — A hora dos partidos — O Metrô e os demagogos — Esclarecendo nossas posiç — O Plano Cruzado — A dignidade nacional — A questão de con  
tado — A greve e a “Nova República” — Discriminação — O Plano Cruzado — A dignidade nacional — A questão de con  
ra 1986 — Nota oficial do Governador Leonel Brizola Confrontação inútil — Iniquidade — Dever irrecusável — Chamamento ao pessoal  
ial — Divisor de águas — A partir de hoje, o salário mínimo deveria ser Cz\$ 1.100,00 — Arbitrariedade e cinismo — O Plano Austral e o p  
benho do Governo do Rio de Janeiro — Alertando a Nação — Mais que um alerta, uma advertência à Nação — Indecoroso intervencioni  
ora o nosso gás. — Contradição insanável — O dilema do Presidente — O telhado de vidro — A dignidade nacional — A questão de con  
Hoje, instala-se a Constituinte. — A impostura do Plano Cruzado — A dignidade nacional — A questão de con  
ro. — A transmissão do Governo — Até breve — Governador Leonel Brizola não se apurará — A dignidade nacional — A questão de con  
os com a nossa parte — Em defesa do Rio de Janeiro — Dr. Júlio Mesquita Neto — Resposta a um fariseu — Esclarecendo a população —  
— Austeridade e moralização — Apropriação indébita — Quarta-feira, dia 26, às 19 h. — Proposta democrática — A institucionalização —  
— A dignidade nacional — A questão de con







# Direção Nacional do PDT

BIÊNIO 2019-2021

## **PRESIDENTE**

Carlos Roberto Lupi

## **VICE-PRESIDENTE**

André Peixoto Figueiredo Lima

## **VICE-PRESIDENTE**

Ciro Ferreira Gomes

## **VICE-PRESIDENTE**

Miguelina Paiva Vecchio

## **SECRETÁRIO-GERAL**

Manoel Dias

## **SECRETÁRIO ADJUNTO**

André Menegotto

## **TESOUREIRO**

Marcelo de Oliveira Panella

## **CONSULTORA JURÍDICA**

Mara de Fátima Hofans

## **SECRETÁRIA DE**

## **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Juliana Brizola

## **SEC. ADJUNTO DE**

## **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Márcio Ferreira Bins Ely

## **VOGAL**

Sirley Soares Soalheiro

## **VOGAL**

Marli Rosa de Mendonça

## **LÍDER NO SENADO FEDERAL**

Weverton Rocha Marques de Sousa

## **LÍDER NA CÂMARA FEDERAL**

Wolney Queiroz

## **VICE-PRESIDENTE**

## **REGIONAL SUDESTE**

Antônio Sérgio Alves Vidigal

## **VICE-PRESIDENTE**

## **REGIONAL CENTRO-OESTE**

Dagoberto Nogueira Filho

## **VICE-PRESIDENTE**

## **REGIONAL NORDESTE**

Ronaldo Augusto Lessa Santos

## **VICE-PRESIDENTE**

## **REGIONAL NORTE**

Antônio Waldez Góes da Silva

## **VICE-PRESIDENTE DE RELAÇÕES**

## **INSTITUCIONAIS**

Ana Ligia Costa Feliciano

## **VICE-PRESIDENTE DE RELAÇÕES PARLAMENTARES**

Antônio Fernandes dos Santos Neto

## **SECRETÁRIO**

## **NACIONAL DE FINANÇAS**

Eduardo Martins Pereira

## **SECRETÁRIA NACIONAL DE**

## **DIVULGAÇÃO E PROPAGANDA**

Kariadine de Maria Nascimento

Pacheco Maia

## **SECRETÁRIA NACIONAL DE**

## **ASSUNTOS DE ORGANIZAÇÃO**

Salete Beatriz Roszkowski

## **SECRETÁRIO NACIONAL**

## **DE ASSUNTOS JURÍDICOS**

Trajano Ricardo Monteiro Ribeiro

## **SECRETÁRIO NACIONAL**

## **DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**

Everton da Conceição Gomes



## **FUNDAÇÃO**

## **LEONEL BRIZOLA-ALBERTO PASQUALINI (FLB-AP)**

## **DIREÇÃO DA FLB-AP**

Presidente

Manoel Dias

Vice-Presidente

André Peixoto Figueiredo Lima

Secretário-Geral

André Menegotto

Tesoureiro

Antonio Henrique de A. Filho

Secretário-Executivo

Ades Oliveira

## **CONSELHO CURADOR**

Carlos Roberto Lupi — Presidente

Manoel Dias — Secretário

Ana Ligia Costa Feliciano

Angela Maria Rocha

Antônio H. de Albuquerque Filho

Fernando Barbosa

Flávia Carreiro Albuquerque Moraes

Francisco Flávio Torres de Araújo

Geraldo Tadeu Moreira Monteiro

Isabella M. de Roldão Fiorenzano

Joelma de Moraes Santos

Ligia Doutel de Andrade

Marcelo de Oliveira Panella

Maria Amélia de Souza Reis

Maria José Latge Kwamme

Martha Mesquita da Rocha

Nelson Marconi

Nelton Miguel Friedrich

Oswaldo Peres Maneschy

## **CONSELHO EXECUTIVO**

Manoel Dias — Presidente

André Peixoto Figueiredo Lima

André Roberto Menegotto

Antônio H. de Albuquerque Filho

Geraldo Tadeu Moreira Monteiro

Jorge Gomes de Oliveira Brand

Mara de Fátima Hofans

Maria Amélia de Souza Reis

Sirley Soares Soalheiro

## **CONSELHO FISCAL**

Airton Costa do Amaral

Eroídes Aparecida Lessa

Fernando Barbosa

Maria José Latge Kwamme

Marli Rosa de Mendonça

## **EQUIPE DE TRABALHO**

Ades Oliveira

André Menegotto

Bruno Ribeiro

Caio Mota

Edevaldo Pereira

Henrique Matthiesen

João Cyrillo

Karina Crivellani

Leonardo Britto

Leonardo Zumpichiatti

Luiz Marcelo Camargo

Nelton Friedrich

Pamela Fonseca

Rafael Machado

Sandro Alencar

Shana Santos

## **EXPEDIENTE**



## **PRESIDENTE NACIONAL DO PDT**

Carlos Lupi

## **PRESIDENTE FUNDAÇÃO LEONEL BRIZOLA-ALBERTO PASQUALINI**

Manoel Dias

## **COORDENADORES CENTRO DE MEMÓRIA TRABALHISTA**

Henrique Matthiesen e Karina Crivellani

## **ORGANIZADORES DO CONTEÚDO**

Apio Gomes e Karina Crivellani

## **REVISÃO**

Apio Gomes e Karina Crivellani

## **ENDEREÇO:**

SEDE NACIONAL - RIO DE JANEIRO: Rua do Teatro, 39 - 2º andar, Centro, CEP: 20.050-190, Rio de Janeiro-RJ

SEDE BRASÍLIA: SAFS (Setor de Autarquias Federais Sul), Quadra 2, Lote 3, CEP: 70.042-900, Brasília-DF

Tel.: (61) 3224-9139 / 3322-8425 / 3225-6399

E-mail: secretaria@flb-ap.org.br



*A força da minha  
resistência vem do meu  
amor ao povo brasileiro.*

*Luiz Raul*



# Pensamentos de Leonel Brizola: Tijolaços

*Centro de Memória Trabalhista*

Em 22 de janeiro de 1922, na cidade de Carazinho, interior do Rio Grande do Sul, filho de José de Oliveira Brizola e dona Onívia de Moura Brizola, nascia o menino que seria engraxate, ascensorista, presidente do grêmio estudantil do colégio Júlio de Castilho, engenheiro civil, deputado estadual, secretário estadual de obras, prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul, deputado federal (Estado da Guanabara) com maior votação proporcional na História do Brasil, exilado em três países, inimigo público nº 1 do regime militar, vice-presidente da Internacional Socialista, duas vezes governador do Rio de Janeiro; e que teve o seu nome inscrito no livro Heróis e Heroínas da Pátria – um dos homens mais importantes do século XX: Leonel de Moura Brizola.

Toda esta trajetória foi construída sob a marca indelével da coerência, do amor à pátria e da defesa intransigente do povo brasileiro – em especial das crianças, através de uma educação pública de qualidade, que o credenciou a ser um dos maiores construtores de escolas do mundo. Foram mais de 6.800, incluindo a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Como todo ser cuja missão é espalhar ao povo a sua verdade, Leonel Brizola foi amado, temido, odiado, admirado, seguido, perseguido, invejado. Ao ter seu pedido atendido pelos companheiros (repetia sempre: “Escreva o que estou dizendo...”), tornou-se referência para as gerações que tiveram o privilégio de o terem como mestre; assim como para as vindouras, que terão acesso a seu imenso conjunto de ações e ideias nacionalistas.

Ao comemoramos seu centenário de nascimento neste ano de 2022, reverenciamos seus feitos e ensinamentos e reafirmamos suas bandeiras e ideias.

É por esta razão que o Partido Democrático Trabalhista e a Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini – através da organização e pesquisa do Centro de Memória Trabalhista – lançam a publicação comemorativa dos cadernos **Pensamentos de Leonel Brizola: Tijolaços**.

Um homem de fazimentos e de embates, Leonel Brizola nunca escreveu ou publicou um livro. Não era um acadêmico; mas um líder de massas, um executor de sonhos e da brasilidade. Ao longo de sua trajetória, através de jornais, publicava artigos, fazia suas prestações de contas, opinava sobre temas da conjuntura político-nacional; e ia além: transformava seus escritos em trincheiras do Trabalhismo, da soberania nacional, da educação, dos trabalhadores e trabalhadoras, da legalidade e da coerência.

Este espaço-tribuna, criado após seu retorno do exílio, ficou popularmente conhecido por Tijolaço. Durante anos fez uso destes artigos para disseminar e semear suas ideias e travar o embate político: o bom combate.

Ao analisarmos e nos deliciarmos com qualquer destes Tijolaços de Leonel Brizola, se usarmos o túnel do tempo para observar sua conjuntura temporal e histórica, vamos verificar o quão contemporâneas permanecem suas ideias.

Desta forma, saudamos o seu centenário.

Viva Leonel de Moura Brizola!



# Tijolaço: um marco revolucionário no jornalismo brasileiro



CARLOS LUPI —  
PRESIDENTE NACIONAL DO PDT.

Enxergo na minha memória o Tijolaço como um marco revolucionário no jornalismo brasileiro. Poucos políticos tiveram a coragem e visão que Brizola, naquele momento, para criar debates extremamente profundos; discutir assuntos não abordados pela imprensa; e – principalmente – opinar sobre o funcionamento do sistema usando, exatamente, o sistema. O Tijolaço era fruto de uma relação comercial com os veículos. Brizola pagava para dar sua opinião.

Hoje, com este material que está saindo do forno, podemos enxergar, de forma coesa, a capacidade que Brizola tinha de fazer o enfrentamento, a luta ideológica; defender posições que hoje quase não existem mais na política, em que o pragmatismo toma conta da discussão.

Brizola era um homem de sonhos. Eu tive a oportunidade, como Tesoureiro Nacional do nosso Partido, de fazer algo que o próprio Brizola achava impossível: negociar, com os grandes jornais, as opiniões de uma das maiores figuras políticas do país, que eram, historicamente – e de forma deliberada –, ignoradas pela grande imprensa.

Meses depois de intensas negociações, Brizola, espantado com o êxito comercial, perguntou-me como havia conseguido publicar os Tijolaços; minha resposta foi simples: “Governador, no sistema capitalista, quem

manda é o capital. Então, sentei para negociar, chegamos a um denominador comum, satisfatório para ambos os lados, e pagando; o senhor terá toda a liberdade para escrever sobre o que quiser”. E foram muitos anos de publicação. Chegamos a escolher página e posição dos artigos nos periódicos.

Os que conviveram com Brizola – e eu tive esta honra e oportunidade – sabiam como ele gostava de confrontar os poderosos; de discutir educação pública de excelência para os mais pobres, e o modelo capitalista que não pensava nos trabalhadores, que jogava nos guetos os menos favorecidos para criar o ser humano de segunda linha. E através dos Tijolaços ele garantia este debate público. É, como costume dizer, a boa polêmica, com causa, que gerava para a sociedade o direito, acima de tudo, de pensar.

Hoje, infelizmente, não existe mais este tipo de debate. Os políticos basicamente discutem aquilo que as pesquisas mostram que as pessoas querem ouvir. Não há mais discussão profunda, pensada da raiz das grandes questões às soluções futuras. Eu tenho orgulho em dizer que sou de uma geração alimentada pelas ideias de Brizola. Temos que dar a nossa opinião, levar adiante aquilo em que acreditamos, mostrar as nossas ideias. E quem quiser nos seguir, que entre no debate e nos siga – com conteúdo para o aprofundamento das questões.





# Os tijolaços do Brizola

Ao comemorar o centenário de nascimento de Leonel Brizola, observamos de forma indubitável sua singularidade como líder, exemplo, coerência, coragem e amor ao Brasil.

Brizola transbordou sua existência, ao ser referência a gerações que não coabitaram e comungaram de sua presença física; mas, para as quais, suas ideias e pensamentos – que transcendem o tempo – cada vez mais tornam-se atuais, necessários e urgentes.

De liderança carismática a atos épicos, como a Campanha da Legalidade, em 1961, desafiou o status quo de nossas classes dominantes – responsáveis por nosso atraso e por nossa vassalagem aos interesses não pátrios.

Leonel acreditava na educação como único instrumento de emancipação do nosso povo e nossa afirmação soberana. Dizia ele: “A educação é o único caminho para emancipar o homem. Desenvolvimento sem educação é a criação de riquezas apenas para alguns privilegiados”.

Esta é uma das causas que o líder trabalhista é considerado um dos maiores construtores de escolas do mundo. Mais do que concretos e argamassas, Brizola continua construindo escolas, pois sua biografia é uma verdadeira erudição do Brasil, pois continua a lecionar e apontar os caminhos para o nosso povo.

Dentro de sua vasta vivência, cuja intensidade é evidenciada nas paixões de suas causas mais caras, acumulava conhecimento dos mais variados temas e, sem nunca titubear seus ideais, traçava o norte que pretendia chegar e conduzir.

Depois de sua volta do exílio, peculiarmente, sintetizava suas ideias, entrincheirado em artigos pagos – deliberadamente, não lhe davam espaço nos jornais – em colunas que ficaram conhecidas como Tijolaços, pelo seu vigor crítico.

A essencialidade brizolista está nestes mais de 500 artigos, que, ao longo dos anos, se transformaram em uma marca cujas digitais está o Trabalho



**MANOEL DIAS** —  
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LEONEL  
BRIZOLA-ALBERTO E SECRETÁRIO-  
GERAL DO PDT.

e suas bandeiras; sua prestação de contas de seus dois governos do Rio de Janeiro; suas opiniões diversas sobre tudo e sobre todos; como também os sublimes embates enfrentados ao longo de sua trajetória.

Em um trabalho de organização, pesquisa e catalogação deste conteúdo, a Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini, através do Centro de Memória Trabalhista, apresenta este trabalho de fundamental importância para a militância do Partido Democrático Trabalhista; assim como para pesquisadores e pesquisadoras, historiadores e historiadoras e a todos e todas aquelas que queiram conhecer um pouco mais sobre o pensamento deste líder.

Oportunizar e disponibilizar os tijolaços – para acesso a todo este conteúdo – são uma das mais importantes contribuições para nossa formação política, como também para os centros de pesquisas que necessitam deste vasto material para estudos e debates.

Este conjunto contém a História do Brasil debatida e contada por um de seus mais ilustres protagonistas.

Brizola e os seus Tijolaços são a essencialidade do seu pensamento: testemunhos fidedignos de suas causas, além de depoimentos da sua vida.

Brizola, vive! – sim –, pois suas ideias continuam a fecundar e germinar gerações que sonham com uma pátria livre, soberana e desenvolvida: o Brasil pelo qual Brizola dedicou sua vida.



# Tijolaço: o ariete contemporâneo

Apio Gomes

Findo o período de trevas que se abateu sobre o Brasil, com a assinatura da Lei nº 6.683, pelo presidente João Batista Figueiredo, em 28 de agosto de 1979, na esteira da abertura política o pluripartidarismo foi restabelecido; assim como as eleições para governadores foram marcadas para 1982.

Surgia uma nova era, conquistada através de uma diuturna e resistente luta conjunta de proeminentes e anônimos – em todos os campos de atividade, principalmente no das artes, que transmitia a mensagem agregadora – que honraram a confiança dos que viviam aquela que foi a grande diáspora brasileira.

*“Pode ir armando o coreto  
E preparando aquele feijão preto  
Eu tô voltando  
Põe meia dúzia de Brahma pra gelar  
Muda a roupa de cama  
Eu tô voltando...”*  
(Paulo César Pinheiro)

O retorno dos exilados, com experiências acumuladas em outros continentes, foi fundamental para o surgimento (ou ressurgimento) de partidos políticos no campo da esquerda. Derrotado, no Tribunal Superior Eleitoral, em disputa pela sigla PTB, o grupo que participara do Encontro de Lisboa, liderado por Leonel Brizola, fundou o PDT – leal e fiel representante do Trabalhismo.

“Eu vim do exílio, vim caminhando, cheguei aqui, parei e me matriculei no Rio de Janeiro” – assim Brizola explicou a escolha de seu domicílio eleitoral. Como prova do acerto de sua decisão, fluminenses e cariocas (estes, responsáveis diretos por sua memorável vitória para a Câmara Federal, em 1962, pela Guanabara) elegeram-no governador, apesar de a tentativa de fraude da Proconsult. Naquele simbólico 1982, tirar o inimigo público número um da ditadura do quase zero, nas primeiras pesquisas, e entregar-lhe os destinos do Estado do Rio de Janeiro foi a resposta consciente de uma sociedade – então, tida e havida como tambor de ressonância nacional – àquela fusão imposta aos dois estados, em que nem os cariocas nem os fluminenses foram consultados.

No Rio de Janeiro, em 1983, ao assumir o Governo do Estado, Leonel Brizola encontrou um ambiente hostil por parte da grande imprensa; talvez porque uma boa administração pudessem servir de palanque para uma candidatura à Presidência da República, que adviria mais cedo ou mais tarde.

Com a presença de Brizola, a antiga Capital Federal voltava ao centro do cenário político nacional; portanto, não comportava uma oposição simplesmente paroquial. Tanto que foi estabelecido um binômio considerado peso-pesado da imprensa, no eixo Rio-São Paulo, para oferecer cerco à sua administração: Jornal do Brasil e O Estado de S. Paulo – O JB e o *Estadão* revezavam-se em sistemáticos ataques a seu governo, ao PDT e ao próprio Governador.

Parte desta história é contada, a seguir, através de os tijolaços: como ficaram conhecidos os

artigos, assinados pelo governador Brizola – que os usava como aríete contra as muralhas (ou cidadelas?!) erguidas pelo Partido Único<sup>1</sup>, como ele definiu a grande imprensa.

Esta coleção é fruto de minuciosa pesquisa realizada em jornais publicados no período entre 19 de fevereiro de 1984 e 3 de outubro de 1998 – época em que as empresas jornalísticas não eram plenamente informatizadas. Os tijoloços eram publicados, preferencialmente aos domingos, em diversos jornais brasileiros, principalmente nos do Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, O Dia, Jornal do Commercio, O Fluminense e Espaço Democrático.

Cada matéria aqui contida foi digitada e revisada – aplicadas as regras definidas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa –, sempre com a determinação de ser cópia do original.

Neste período, Leonel Brizola publicou em torno de 500 tijoloços, com temas distintos e variados: matéria principal; matéria(as) secundária(as); tópico(os); e epígrafe – texto curto e direto, situado acima do título da matéria principal; normalmente trazia um aviso ou um recado à militância, como a que inicia o tijoloço de 27/9/1987:

*“Estas publicações vêm sendo mantidas graças aos esforços e contribuições de muitos companheiros e colaboradores. Não tem sido fácil. Os espaços têm um custo que só conseguimos cobrir com dificuldades. Colabore. Contamos com você. Divulgue estes textos, mesmo com xerox. Somos imensamente reconhecidos aos jornais que os estão reproduzindo a título de colaboração. É importante constatar que estamos trabalhando juntos pelo interesse público. Contribuições para a conta número 341.991-6, Agência 1º de Março, Rio de Janeiro, do Banco do Brasil. Cartas e sugestões para a Caixa Postal número 2724”.*

Foram sete séries, sempre iniciadas pelo número um, que neste projeto estão apresentadas em quatro volumes:

**Volume 1:**

Primeira série (1984 a 1987): Primeiro Governo Brizola.

**Volume 2:**

Segunda série (1987 e 1988): Constituinte.

Terceira série (1988 e 1989): Constituição – Campanha presidencial.

Quarta série (1990 e 1991): Governo Collor – Campanha ao Governo do Estado.

**Volume 3:**

Quinta série (1991 a 1994): Segundo Governo Brizola.

**Volume 4:**

Sexta série (1994): Governo Itamar Franco – Campanha presidencial.

Sétima série (1998): Governo FHC – Campanha presidencial.

Cada um destes textos do Governador Leonel Brizola não se contenta, como a maioria dos artigos políticos, em dissecar apenas um fio condutor. Ao escrever um tijoloço sobre violência, por exemplo, era necessário explicar que ela cresceu no Brasil com o advento da TV Globo; que

1 (...) “Agora, dispõem de uma arma tremenda e abrangente. Pouco a pouco, montaram um poderoso sistema de comunicação que, na hora decisiva, se assemelha a um partido único, que fecha a questão e pronto! Desaparece o debate, a informação, a controvérsia; e dá lugar à manipulação, à mistificação e ao apoio avassalador àquilo que convém a esses grupos” – 22/5/94.

era sustentada pelo que ele chamava de Comando Marrom<sup>2</sup> e alimentada pelo Partido Único; e pleno emprego e educação (nos moldes dos CIEPs) eram as mais eficazes formas de combatê-la.

Nestes quatro volumes comemorativos ao centenário de nascimento de Leonel Brizola, além de todos os tijolos apresentados na ordem cronológica de publicação – independente de ter ou não recebido numeração –, no final de cada volume existe um índice por temas abordados pelo governador.

**Administração (16):** Aposentado e pensionista; Banerj; CIEP e CIAC; Ecologia, saneamento e despoluição da Baía de Guanabara; Educação; Linha Vermelha e Metrô; Polícia e bombeiros; *Relacionamento com a União: Fernando Collor\**; *Relacionamento com a União: Itamar Franco\**; Relacionamento com a União: João Figueiredo; Relacionamento com a União: José Sarney; Royalties do petróleo; Salário, greve e desemprego; Saúde; Servidores públicos; e Violência e Comando marrom.

**Brizola (3):** Contencioso com a imprensa; Direito de resposta e Família; e Política.

**Classe (3):** Associação de classe; Sem-terra e Comunidade carente; e Sindicalismo.

Economia (9): Dívida externa; Empresariado nacional; Empresariado fluminense; Economistas; Grupo econômico internacional; Grupo econômico nacional; Grupo econômico: banqueiro; Pacote econômico; e Perdas internacionais.

**Estatais (4):** As empresas estatais; *Cia. Siderúrgica Nacional\**; Petrobrás; e Privatização.

**Imprensa (9):** Estadão; Folha de São Paulo; Globo; Globo–negócios; Jornal do Brasil; Jornalista; Órgãos diversos; Partido Único; e Propaganda, publicidade e marqueteiro.

**Órgãos de Estado (4):** Congresso Nacional; Forças Armadas; Justiça; e Justiça Eleitoral.

**PDT (10):** Ação partidária; Atuação nacional; Darcy Ribeiro; Dissidentes; *Internacional Socialista\**; Militância; Nilo Batista; Política Geral; Salário mínimo; e Vargas, Jango e Trabalhismo.

**Política (9):** Comissão de inquérito; *Constituição de 1988\**; ditadura; Eleição nacional; Países latino-americanos; Parlamentarismo; Pesquisa e Proconsult; *PT e Lula, convergentes\**; e *PT e Lula, divergentes\**.

**Político (10):** Antonio Carlos Magalhães; Delfim Neto; *Fernando Collor\**; *Fernando Henrique Cardoso\**; Gen. João Batista Figueiredo; *Itamar Franco\**; José Sarney; *Juscelino Kubistchek\**; Tancredo Neves; e Ulysses Guimarães.

(\*) Não consta deste primeiro volume; os fatos geradores ocorreram posteriormente.

**Conversão de moeda** – Durante o período abordado nesta coleção, entre 1984 e 1998, o sistema monetário brasileiro sofreu diversas e profundas transformações. Quando Leonel Brizola assumiu o poder no Rio de Janeiro, a moeda era o Cruzeiro, que vigia desde 1970; em 1986, com o advento do Cruzado, quem possuía mil cruzeiros, em 28 de fevereiro passou a ter um cruzado.

2 Comando Marrom – Quem se detiver em uma reflexão mais profunda sobre a vida social, econômica e política do Rio de Janeiro, chegará à conclusão de que existe e opera aqui uma espécie de coordenação direitista e autoritária, que estende seus tentáculos e metástases por amplos setores das classes dirigentes. Esse organismo mafioso é uma espécie de Comando Marrom, pois se exerce nas sombras, sem jamais mostrar-se abertamente e utilizando-se de grupos de pessoas marginais à vida social. Pouco a pouco, iremos desvendando quem está no centro desse comando, como atua e como apresenta os fatos à opinião pública, de forma a ir consolidando seu poder e criando um ambiente propício às suas ações. (20 de junho de 1992)

Sobre o pacote, cuja mudança de moeda estava inserida, Brizola escreveu no tijoloço “Iniquidade”, em 11 de abril de 1986: *“Tornei públicas as minhas razões através de uma cadeia nacional de rádio e televisão. Passei, desde então, a ser duramente questionado através dos meios de comunicação, inclusive com reservas e discriminações. Devo cumprir o meu dever de consciência, como governante e como cidadão. Defender-me e, acima de tudo, defender o que considero correto e justo para o povo brasileiro e para o meu País”*.

Entre 1989 e 1993, as nomenclaturas e desvalorizações se sucederam: cruzado novo (1989), cruzeiro (1990), cruzeiro real (1993) e, finalmente, real, em julho de 1994.

Em face destas distorções no sistema monetário, o leitor encontrará o índice de conversão para dólar referente à taxa de câmbio do dia da publicação do tijoloço. Isto nos dá uma noção, imediata, do valor (corrigido) aplicado pelo governador Leonel Brizola, em seus dois governos no Estado do Rio de Janeiro; principalmente na área da educação e na valorização dos servidores públicos – bandeiras eternas do Trabalhismo.

**Forma e conteúdo** – Nesta equação de diversas incógnitas que é a política, Leonel Brizola criava liames, muitas vezes despercebidos a olho nu, para definir determinado conjunto de *“soluções e alternativas que a experiência nos convenceu serem as mais corretas e exequíveis”*. É bom lembrar que ele sempre dizia que vinha de longe: do Brasil Profundo.

Sobre o estilo dos tijoloços, Fernando Brito que, ainda no primeiro governo Brizola, substituiu Martha Alencar no comando de edição<sup>3</sup> explicou em matéria do Jornal do Brasil, em 27 de julho de 1986:

– *“(...) Em consequência, os artigos acabavam moldados à semelhança de sua oratória: períodos longos, metáforas, muitas referências históricas e uso de palavras que, conquanto expressassem corretamente a ideia, muitas vezes eram incompreensíveis ao leitor menos preparado: contubérnio (mancebia, convivência promíscua), despifarro (espanholismo que significa desperdício), procrastinação (protelação) e outras”*.

O tijoloço (a princípio, longa matéria paga; logo recebeu diagramação personalizada) foi a forma escolhida para defender o Governo do Estado, o PDT e sua honra pessoal dos sistemáticos ataques de dois importantes jornais: *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*. Não por coincidência, o jornalista Nertan Macedo destilava seu veneno-carmim nestes dois diários contra o governador Brizola: era um *“pistoleiro de aluguel da vez”*, segundo o governador [fonte: *El Caudillo Leonel Brizola*; F.C. Leite Filho].

O próprio Jornal do Brasil confirma este processo de causa e efeito, em 6 de março de 1988 (Brizola deixara o Governo do Estado um ano antes), através de a matéria *“Tijoloço de Brizola está de volta. É a palavra do candidato”*<sup>4</sup>:

3 A edição de um tijoloço era complexa: como possuía uma programação visual perene, sua produção era semelhante à de uma peça publicitária. Cada jornal tinha tamanhos de coluna e altura específicos; o que obrigava a feitura, por empresa especializada em composição, de diversas artes finais.

4 Nesta matéria do Jornal do Brasil, os textos *sublinhados e em itálico* foram retirados do tijoloço número 1, de 29 de julho de 1984 – Esclarecendo a população.

*“Estes 20 anos criaram, em muitas pessoas, atitudes e hábitos verdadeiramente insólitos, incompatíveis com a convivência democrática”, começava Brizola seu primeiro artigo, defendendo seus quatro meses de gestão contra precoces ataques: “O atual governo foi eleito pelo voto livre e direito da população. Não foi escolhido por nenhum colégio de áulicos, nem é produto de influências de quem quer que seja”.*

*Em 50 linhas, ele reclamava do “ataque insultuoso e sistemático de certos órgãos de imprensa”, que fariam “insistentes matérias sempre impregnadas de maldosas insinuações”, e pedia “o direito de transformar em diálogo o deprimente monólogo a que a população perplexa vem assistindo”. Na verdade, a ideia do texto sobreveio a uma contagem do que Brizola considerava ataques do JORNAL DO BRASIL à sua administração. Teriam sido 30 num só mês.*

Que não se perca esta frase assumida pelo próprio Jornal do Brasil: “Teriam sido 30 num só mês”.

O primeiro tijoloço (“Governador Leonel Brizola manda apurar denúncia do Jornal do Brasil”), publicado em 19 de fevereiro de 1984, divulga uma carta do Governador endereçada ao presidente do Conselho Diretor do Jornal do Brasil, M. F. do Nascimento Brito, em que informa que determinou, ao Procurador-Geral da Justiça, apuração das denúncias contidas no editorial do JB, “*pelas graves responsabilidades que nos envolvem*”. Além de anexar cópia do memorando enviado ao Procurador, Brizola pede colaboração, a Nascimento Brito, na apuração das denúncias: “*A população do Rio de Janeiro espera que V. Sa. e os editorialistas do Jornal do Brasil prestem ao Ministério Público do nosso Estado toda colaboração necessária à elucidação dos fatos alegados no referido editorial*”.

Até 28 de junho, o governador publicou sete tijoloços sem numeração. Em 29 de julho estas publicações passaram a ser numeradas. Em todas estas sete séries, foram publicados tijoloços que não receberam números: alguns deles eram declarações conjuntas com outros partidos; ou notas oficiais do PDT; ou mesmo os publicados em meio da semana, somente com matéria principal.


**Organizações Globo** – Uma análise acurada sobre os dois anos iniciais demonstra que a crença, disseminada sem qualquer base empírica, de que o governador Brizola criou o tijoloço para atacar o Sistema Globo não é real. Com exceção de menção a Roberto Marinho, em 11 de fevereiro de 1985 – “*A partir do momento em que os senhores Roberto Marinho e Rubem Medina apresentaram a ideia do evento [Rock in Rio] a mim, Governador, e ao Sr. Prefeito Marcello Alencar, pedindo o Autódromo, nós prontamente nos dispusemos a conceder aquele local*” –, as primeiras citações sobre as Organizações Globo ocorreram em 25 de abril de 1986. Foram dois tópicos, sobre política nacional e Governo do Estado: “*Sarney em Santa Cruz*” e “*Professorado*”.

O segundo destes termina com destaque, de Leonel Brizola, sobre um indício de que ocorria uma mudança de rumo do jornal dos Marinho com seu Governo: “*(...) Esta foi fraca e vulgar. Porque serviu apenas para evidenciar a grosseira parcialidade de um grande jornal. Nessa linha, dentro em pouco, não haverá nenhuma diferença entre o Globo e o Estadão*”.

Mas isto não significa que o Sistema Globo tivesse uma linha editorial isenta em relação a seu governo. Aliás, fora a locomotiva da grande imprensa para a divulgação dos resultados da eleição de 1982, fraudados pela Proconsult.

Um exemplo robusto desta falta de isenção foi a campanha sistemática contra a construção da Passarela do Samba (Sambódromo) – em que parte dos títulos de suas matérias está neste mosaico –, que culminou com a charge na primeira página do jornal de 1º de março de 1984, dia anterior à sua inauguração.

## Escolas decidem amanhã com Brizola se vão desfilár

DE DUAS ARQUIBANCADAS, NINGUÉM ASSISTIRÁ AO DESFILE		<h3>Má visibilidade na Passarela não tem solução</h3>
Ameaçado o som do samba	Agentes não querem venda pela Flumitur	
<i>Sambódromo: samba de crioulo doido</i>	Empresário paulista critica sonorização	
Na arquibancada, a perigosa aventura para ter um lugar		
		<i>D. Neuma</i> <i>Assessora</i> <i>Supervisora</i> <i>da Ritor</i>
		Empresários e funcionário negam terem sido coagidos
		Venda de ingresso para turista será feita sob protesto
		Dias fracos: Ingressos de Cr\$ 500 a Cr\$ 3 mil
Darcy decide: só ele vai escolher os 40 jurados		<h3>Cedem acessos em 2 rampas da Apoteose</h3>
Você vai comprar ingressos para as escolas do Grupo 1-A?		
Ingressos para desfiles têm venda fraca: só 4%	No primeiro dia, trânsito parado e desfile atrasado	
37 mil não verão o desfile	Passarela a Cr\$ 25 bilhões estoura o cálculo oficial	
<h3>Transporte de alegorias provoca engarrafamentos</h3>		





A partir de abril de 1986, Brizola publicou (até 1998) quase três centenas de matérias com citação ao Sistema Globo. Esta foi uma nova fase dos tijoloços, já que a interferência do Sistema Globo era mais contundente, porque usava, sem qualquer condescendência, o poderio da televisão; enquanto isto, o binômio JB/Estadão reduzia a carga, até em razão de a decadência do Jornal do Brasil, que, tempos depois, deixou de circular em banca de jornal.

Leonel Brizola, como Governador do Rio Grande do Sul, com menos de 40 anos, já demonstrara que medo não era um vocábulo que pertencesse a seu dicionário, ao encampar duas empresas multinacionais (ITT e Bond and Share), pagando o valor simbólico de 1 cruzeiro; e abortar um golpe de estado contra a posse de Jango.

Mais maduro, vindo de um longo exílio, como Governador Estado do Rio de Janeiro Brizola não iria se vergar diante de Roberto Marinho; assim como não podia falhar com o que escreveu em seu primeiro tijoloço numerado: *“Espero que me reconheçam ao menos este direito: o de transformar em diálogo o deprimente monólogo a que a população perplexa vem assistindo”*.

O tom deste monólogo transformado em diálogo nem sempre foi tão ameno, de ambos os lados. No tijoloço publicado no último dia de seu governo, em 15 de março de 1987, Brizola produz matéria secundária (“O aranzel do poderoso chefão”), que define claramente este diapasão:

*“O País inteiro sabe que este é o seu método preferido. Gosta de pisar nos que perdem para bajar os vencedores do momento. Em suma: uma infinita capacidade de vilipendiar é a sua marca mais evidente. (...) Vamos, Dr. Roberto. Tenha coragem. Se quiser, traga consigo todos os quadros do PC que o senhor tem a seu serviço. Venha dizer-me, frente a frente, o que seu jornal publica covardemente!”*

**Brizola tinha razão** – Na História da Humanidade, estudando-se a trajetória dos líderes iluminados, em todos os tempos e continentes, pode-se concluir – com boa dose racional de certeza – que Política é a ciência do amor. Cada um deles, de per si, prejudicou sua vida pessoal, familiar e profissional por uma causa: sempre coletiva.

O jornalista Armando Nogueira cunhou uma frase que ficou famosa no meio esportivo, no qual foi um dos mais destacados comentaristas: “O bom jogador vê; o craque antevê”. Divergências à parte sobre quem editou o famoso debate entre Collor e Lula, na TV Globo, em 1989, esta sentença

cabe muito bem, em política, para definir Leonel de Moura Brizola: um craque! – comparativamente à exatidão do passe e à capacidade de comando em campo de Didi (Folha seca) ou de Gerson (Canhotinha de ouro).

Este período contemporâneo de desestabilidade política que se está ampliando para diversos países sul-americanos – que teve como grande laboratório a Venezuela, a partir da posse de Hugo Chávez (1999), que nacionalizou o petróleo e outros setores básicos da economia – é pouco estudado no Brasil. Os crescentes avanços contra a democracia são entendidos, pela quase totalidade dos que convivem em política, como casos isolados, estanques. Mas foram antevistos e explicados por Leonel Brizola há quase três décadas, em 20 de junho de 1993, no tijoloço “Os novos exércitos”:

*“Se quiséssemos caracterizar estes últimos decênios da história humana, sem dúvida, deveríamos chamá-los de idade da mídia, dos meios de comunicação – a propaganda, os jornais, as revistas, as agências e os sistemas de rádio e televisão. Nestes tempos, vem sendo a mais poderosa arma de dominação dos povos; isto é: a servidão consentida, através da mente humana. Tão poderosa que foi capaz de vencer e desintegrar um gigante como a União Soviética.*

*As máquinas de comunicação, que conquistam e impõem sistemas de dominação e exploração das nações ricas sobre as pobres, são os exércitos e armadas destes tempos. Têm o poder de criar um ambiente no qual o falso parece verdadeiro.*

*Por exemplo: o neoliberalismo – que não passa do velho conservadorismo com nova roupagem – é uma doutrina que vem das nações poderosas. É o que convém àqueles países: que as raposas (no caso, elas próprias) passem a ter toda liberdade dentro do galinheiro.*

*Outro exemplo é o dessas chamadas privatizações, que o futuro irá demonstrar que foi uma época de oligarquias impatrióticas, que promoveram a malversação e o enriquecimento ilícito, em prejuízo do patrimônio público. Tudo sob a mistificação de que privatizar seria a grande solução salvadora para nós, países pobres.*

*A verdade, entretanto, nunca morre dentro do ser humano, cuja vida, mesmo sob o mais impenetrável dos obscurantismos, é uma busca permanente e até compulsiva deste valor supremo de nossa existência. É uma questão de mais ou menos tempo. A verdade acaba por prevalecer, mesmo quando um avassalador monopólio de comunicação mantém toda uma Nação nas trevas.”*

Vinte e um anos depois (16 de dezembro de 2014), em entrevista publicada no *Observatório da Imprensa*<sup>5</sup>, o jornalista e professor Nilson Lage<sup>6</sup> ratifica – e acrescenta detalhes – esta tese do governador, ao ser indagado por Rennan Martins (editor do portal Desenvolvimentistas): *como se dá a relação dos grandes grupos de imprensa com os governos progressistas latino-americanos?*

*– “A grande imprensa, coordenada desde Miami pela Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), por via das associações nacionais, como a ANJ – e, de maneira similar, no setor de rádio e televisão (no Brasil, a Abert) – é um instrumento (hoje, o principal) de dominação multinacional, o que determina sua oposição radical ao nacionalismo, ao desenvolvimento econômico autônomo e à integração regional que esses governos patrocinam. Isto se consolidou historicamente com a penetração continental da indústria estrangeira da informação (gravadoras de música, distribuidoras de filmes etc.), a partir da década de 1950, e com a orientação empresarial das agências de publicidade, em cuja direção (e na filosofia de trabalho) se concentra a visão mais cínica e reacionária da sociedade – haja vista o papel que tiveram, em fatos ainda recentes no Brasil,*

5 Disponível em: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/\\_ed829\\_midia\\_corporativa\\_e\\_a\\_essencia\\_do\\_poder/](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed829_midia_corporativa_e_a_essencia_do_poder/) Acessado em 14 jan 2021.

6 Nilson Lage: jornalista, professor, mestre em Comunicação e doutor em Linguística e Filologia.

*expoentes do setor, como Ênio Mainardi ou Ivan Hassolocker, o dirigente do Ibad que ajudou a articular o golpe de 1964.*

*Impermeável às identidades nacionais, a retórica publicitária vende cosmopolitismo, individualismo, racismo, hedonismo, superficialidade, imoralidade que sequer se assume e, sempre que possível, cultura global amorfa, sem história e sem pátria. Seu discurso é o da irresponsabilidade, da autocomplacência e do escapismo. É tão enraizado isso que dificilmente se imagina como poderia ser diferente.”*

Relembrando saudosamente a locução usual de Leonel Brizola – *na verdade*, esta era uma das funções fundamentais do tijolo: alertar os pedetistas (e porque não dizer: todos os brasileiros comprometidos com o nacionalismo; com a boa política) sobre a sofisticação que os grupos internacionais dominantes começavam, já no final do milênio, a desenvolver entre nós.



## Leonel Brizola — XCVIII

O Governo do Estado do Rio de Janeiro aplicou, no ano de 92, na manutenção do ensino e investimentos na educação 47,8% de sua receita geral de impostos, incluindo as transferências federais. Não foi por acaso que uma publicação distribuída na World Conference on Metropolitan Governance, da ONU, ocorrida em Tóquio, de 20 a 23 de abril último, ter considerado o programa dos Cleps "o maior projeto educacional integrado em execução no mundo, por um único Estado".

# A alma dos negócios

Há muito, *O Globo* deixou de ser um jornal, um órgão isento de informação e de análise. Tornou-se um boletim de negócios, um instrumento de pressão e de lobbies em favor de grupos e, especialmente, dos rendosos interesses do sr. Roberto Marinho. As principais matérias publicadas ali têm sempre uma finalidade. Não pregam prego sem estopa. Ou pretendem intimidar e até destruir os que se opõem às suas conveniências, ou, diretamente, visam criar oportunidades para ganhar dinheiro, muito dinheiro.

Observem a forma como a máquina Globo trata os assuntos que dependem de decisões de governo; distorcendo, desinformando, difamando ou apoiando, conforme os seus próprios interesses. E sempre com o objetivo, em regra alcançado, de nutrir-se nas tetas do Estado. Este é o papel que tem *O Globo*, coadjuvado por suas diversas emissoras de rádio e, sobretudo, por seu supremo instrumento de poder, montado no curso da ditadura: o monopólio da televisão exercido pela Rede Globo. Não vacila, para tanto, em se utilizar dos tipos mais irresponsáveis, ávidos por publicidade, mórbidos, como Fonsequinho e sua colega de saias, Heloneida Studart, ou de funcionários relapsos e ineptos, como Manoel Sanches.

Muitas vezes, custamos a nos dar conta do que está por trás de páginas e páginas de matéria ôca e sensacionalista, em dias a fio. Por exemplo, neste caso da empresa de projetos e consultoria Promon. Eu próprio demorei em me dar conta de que a verdadeira razão de tantas explorações era uma só: Roberto Marinho não perdoa o fato de ter sido vencido pelo grupo de engenheiros daquela empresa, na concorrência para o satélite Brasilsat, que a Victory — consórcio pertencente à Globo — queria construir ganhando quase US\$ 100 milhões acima do preço de mercado. Toda essa onda não é senão uma vingança torpe, além, claro, do fato desse grupo técnico estar trabalhando com eficiência e honestidade para meu Governo. Mas, neste caso, como em tantos outros, acabará tendo que engolir todas as mentiras e maldades que vem publicando.

## Mudou o estilo, não a essência

Talvez nunca, nesta triste seqüência dos pacotes econômicos, tenha se formado tão rapidamente na opinião pública a convicção de que nada irá mudar para melhor na vida deste País, quanto agora com essas medidas anunciadas pelo atual Presidente. Se, de um lado, evitou-se um choque, de outro, seguiram-se as mesmas regras de todos os pacotes, de Sarney para cá. As causas essenciais da inflação e da crise não foram tocadas e, portanto, seus efeitos perversos vão continuar se agravando, cada dia mais. Tudo o que o Presidente anunciou, nada mais é senão a cartilha do neoconservadorismo, que há muito se vem impondo ao Brasil. Os chamados investimentos sociais que anunciou irão, como de outras vezes, se reduzir a generosas declarações de intenção ou em simples fonte de lucros para alguns grupos privilegiados, ou, ainda, em mais empréstimos milionários para os oligarcas do açúcar ou para a máquina Globo abocanhar, como com os US\$ 38 milhões que tirou da Caixa Econômica.

Há, cada vez mais forte, o sentimento de que a política econômica do Governo Collor, não só vai ser mantida como aprofundada pelo sr. Itamar. Além do caso da monstruosa entrega da CSN, o anúncio de que a política das chamadas privatizações será "acelerada e intensificada" é a maior prova disso. Há mais de um ano Collor a iniciou, apresentando-a como uma espécie de panacéia para a crise brasileira, como algo que faria o País investir em escolas, estradas e hospitais, tal como faz o atual Presidente. A Nação perdeu patrimônios imensos, recebendo em troca deles uma montanha de papéis inservíveis; as chamadas moedas podres.

É o mesmo filme que já vinhamos assistindo.

\*\*\*

**Intelectualóide** — É bom sempre repetir, para o conhecimento do povo brasileiro, que a revista *Veja* é uma publicação sustentada pelos grandes grupos estrangeiros, criada por uma dupla de ítalo-americanos, vindos da Argentina, os irmãos Civita. É natural, portanto, que funcione como uma espécie de posto avançado do colonialismo e, ainda, que nos ataque raivosamente. Foi o que fez na sua última edição, servindo-se de um amontoado de distorções e de ofensas escritas por Marcos Sá Corrêa, um intelectualóide afetado, almotofadinho, inchado de pretensão e deslumbrado com as elites. Este indivíduo odeia o PDT e a todos nós. Foi, e continua sendo, um dos *gurus* de Moreira Franco, de quem era íntimo comensal. Não tem autoridade moral para questionar meu Governo ou a mim. Antes de pretender fazer qualquer comentário sobre a nossa atuação, precisa explicar o desastre administrativo e moral que foi o Governo do seu amigo Moreira, com o qual foi solidário. Em tudo, entretanto, há sempre algo de bom.

É possível que Marcos Sá Corrêa acabe por prestar um bom serviço ao povo brasileiro, ou seja, venha a repetir na revista *Veja* o desempenho que teve em outros órgãos de imprensa.

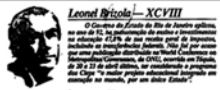
Leonel Brizola  
Governador do Estado  
do Rio de Janeiro

## MANDADO PUBLICAR PELO PDT

O tijoloço ocupava as colunas da borda (de alto a baixo) da página ímpar.

### Composição

- Os artigos que compõem um Tijoloço podem ou não ter relação de assunto entre si. Normalmente não possuíam.
- Para efeito de sistematização desta pesquisa, cada Tijoloço foi dividido em, no máximo, quatro tipos de matéria. Detalhes na página seguinte.



## A alma dos negócios

Há muito, *O Globo* deixou de ser um jornal, um órgão isento de informação e de análise. Tornou-se um boletim de negócios, um instrumento de pressão e de lobbies em favor de grupos e, especialmente, dos rendosos interesses do sr. Roberto Marinho. As principais matérias publicadas ali têm sempre uma finalidade. Não pregam prego sem estopa. Ou pretendem intimidar e até destruir o que se opõem às suas conveniências, ou, diretamente, visam criar oportunidades para ganhar dinheiro, muito dinheiro.

Observe a forma como a máquina Globo trata os assuntos que dependem de decisões de governo: distorcendo, desinformando, difamando ou apoiando, conforme os seus próprios interesses. E sempre com o objetivo, em regra alcançado, de nutrir-se nas tetas do Estado. Este é o papel que tem *O Globo*, coadjuvado por suas diversas emissoras de rádio e, sobretudo, por seu supremo instrumento de poder, montado no curso da ditadura: o monopólio da televisão exercido pela Rede Globo. Não vacila, para tanto, em se utilizar dos tipos mais irresponsáveis, ávidos por publicidade, mórbidos, como Fonsecajinha e sua colega de saias, Heloneida Studart, ou de funcionários relapsos e ineptos, como Manoel Sanches.

Muitas vezes, custamos a nos dar conta do que está por trás de páginas e páginas de matéria ôca e sensacionalista, em dias a fio. Por exemplo, neste caso da empresa de projetos e consultoria Promon. Eu próprio demorei em me dar conta de que a verdadeira razão de tantas explorações era uma só: Roberto Marinho não perdoou o fato de ter sido vencido pelo grupo de engenheiros daquela empresa, na concorrência para o satélite Brasilsat, que a Victory — consórcio pertencente à Globo — queria construir ganhando quase US\$ 100 milhões acima do preço de mercado. Toda essa onda não é senão uma vingança torpe, além, claro, do fato desse grupo técnico estar trabalhando com eficiência e honestidade para meu Governo. Mas, neste caso, como em tantos outros, acabará tendo que engolir todas as mentiras e maldades que vem publicando.

**Mudou o estilo, não a essência**

Há, cada vez mais forte, o sentimento de que a política econômica do Governo Collor, não só vai ser mantida como aprofundada pelo sr. Itamar. Além do caso da monstruosa entrega da CSN, o anúncio de que a política das chamadas privatizações será “acelerada e intensificada” é a maior prova disso. Há mais de um ano Collor a iniciou, apresentando-a como uma espécie de panacéia para a crise brasileira, como algo que faria o País investir em escolas, estradas e hospitais, tal como faz o atual Presidente. A Nação perdeu patrimônios imensos, recebendo em troca deles uma montanha de papéis inservíveis; as chamadas moedas podres.

**Mudou o estilo, não a essência**

Há, cada vez mais forte, o sentimento de que a política econômica do Governo Collor, não só vai ser mantida como aprofundada pelo sr. Itamar. Além do caso da monstruosa entrega da CSN, o anúncio de que a política das chamadas privatizações será “acelerada e intensificada” é a maior prova disso. Há mais de um ano Collor a iniciou, apresentando-a como uma espécie de panacéia para a crise brasileira, como algo que faria o País investir em escolas, estradas e hospitais, tal como faz o atual Presidente. A Nação perdeu patrimônios imensos, recebendo em troca deles uma montanha de papéis inservíveis; as chamadas moedas podres.

É o mesmo filme que já vínhamos assistindo.

**Intelectualóide** — É bom sempre repetir, para o conhecimento do povo brasileiro, que a revista *Veja* é uma publicação sustentada pelos grandes grupos estrangeiros, criada por uma dupla de italo-americanos, vindos da Argentina, os irmãos Civita. É natural, portanto, que funcione como uma espécie de posto avançado do colonialismo e, ainda, que nos ataque raiosamente. Foi o que fez na sua última edição, servindo-se de um amontoado de distorções e de ofensas escritas por Marcos Sá Corrêa, um intelectualóide afetado, almofadinha, inchado de pretensão e deslumbrado com as elites. Este indivíduo odeia o PDT e a todos nós. Foi, e continua sendo, um dos *gurus* de Moreira Franco, de quem era íntimo comensal. Não tem autoridade moral para questionar meu Governo ou a mim. Antes de pretender fazer qualquer comentário sobre a nossa atuação, precisa explicar o desastre administrativo e moral que foi o Governo do seu amigo Moreira, com o qual foi solidário. Em tudo, entretanto, há sempre algo de bom. É possível que Marcos Sá Corrêa acabe por prestar um bom serviço ao povo brasileiro, ou seja, venha a repetir na revista *Veja* o desempenho que teve em outros órgãos de imprensa.

MANDADO PUBLICAR PELO PDT



## Leonel Brizola — XCVIII

O Governo do Estado do Rio de Janeiro aplicou, no ano de 92, na manutenção do ensino e investimentos na educação 47,8% de sua receita geral de impostos, incluindo as transferências federais. Não foi por acaso que uma publicação distribuída na World Conference on Metropolitan Governance, da ONU, ocorrida em Tóquio, de 20 a 23 de abril último, ter considerado o programa dos CIEPs “o maior projeto educacional integrado em execução no mundo, por um único Estado”.

# A alma dos negócios

Há muito, *O Globo* deixou de ser um jornal, um órgão isento de informação e de análise. Tornou-se um boletim de negócios, um instrumento de pressão e de lobbies em favor de grupos e, especialmente, dos rendosos interesses do sr. Roberto Marinho. As principais matérias publicadas ali têm sempre uma finalidade. Não pregam prego sem estopa. Ou pretendem intimidar e até destruir o que se opõem às suas conveniências, ou, diretamente, visam criar oportunidades para ganhar dinheiro, muito dinheiro.

Observe a forma como a máquina Globo trata os assuntos que dependem de decisões de governo: distorcendo, desinformando, difamando ou apoiando, conforme os seus próprios interesses. E sempre com o objetivo, em regra alcançado, de nutrir-se nas tetas do Estado. Este é o papel que tem *O Globo*, coadjuvado por suas diversas emissoras de rádio e, sobretudo, por seu supremo instrumento de poder, montado no curso da ditadura: o monopólio da televisão exercido pela Rede Globo. Não vacila, para tanto, em se utilizar dos tipos mais irresponsáveis, ávidos por publicidade, mórbidos, como Fonsecajinha e sua colega de saias, Heloneida Studart, ou de funcionários relapsos e ineptos, como Manoel Sanches.

Muitas vezes, custamos a nos dar conta do que está por trás de páginas e páginas de matéria ôca e sensacionalista, em dias a fio. Por exemplo, neste caso da empresa de projetos e consultoria Promon. Eu próprio demorei em me dar conta de que a verdadeira razão de tantas explorações era uma só: Roberto Marinho não perdoou o fato de ter sido vencido pelo grupo de engenheiros daquela empresa, na concorrência para o satélite Brasilsat, que a Victory — consórcio pertencente à Globo — queria construir ganhando quase US\$ 100 milhões acima do preço de mercado. Toda essa onda não é senão uma vingança torpe, além, claro, do fato desse grupo técnico estar trabalhando com eficiência e honestidade para meu Governo. Mas, neste caso, como em tantos outros, acabará tendo que engolir todas as mentiras e maldades que vem publicando.

(1) **Epígrafe:** sempre situada no alto da coluna, sem título, traz pequena mensagem – de impacto; de chamamento à luta; ou informativa, como a deste tijoloço:

“O Governo do Estado do Rio de Janeiro aplicou, no ano de 92, na manutenção do ensino e investimentos na educação 47,8% de sua receita geral de impostos, incluindo as transferências federais. Não foi por acaso que uma publicação distribuída na World Conference on Metropolitan Governance, da ONU, ocorrida em Tóquio, de 20 a 23 de abril último, ter considerado o programa dos CIEPs “o maior projeto educacional integrado em execução no mundo, em um único Estado”.

(2) **Matéria principal:** a mais importante, com título destacado.

(3) **Matéria secundária:** localizada em seguida à principal (há casos de mais de uma).

(4) **Tópico:** informação ou mensagem curta, com título incorporado ao bloco (normalmente são vários tópicos).

## Mudou o estilo, não a essência

Talvez nunca, nesta triste seqüência dos pacotes econômicos, tenha se formado tão rapidamente na opinião pública a convicção de que nada irá mudar para melhor na vida deste País, quanto agora com essas medidas anunciadas pelo atual Presidente. Se, de um lado, evitou-se um *choque*, de outro, seguiram-se as mesmas regras de todos os pacotes, de Sarney para cá. As causas essenciais da inflação e da crise não foram tocadas e, portanto, seus efeitos perversos vão continuar se agravando, cada dia mais. Tudo o que o Presidente anunciou, nada mais é senão a cartilha do neoconservadorismo, que há muito se vem impondo ao Brasil. Os chamados investimentos sociais que anunciou irão, como de outras vezes, se reduzir a generosas declarações de intenção ou em simples fonte de lucros para alguns grupos privilegiados, ou, ainda, em mais empréstimos milionários para os oligarcas do açúcar ou para a máquina Globo abocanhar, como com os US\$ 38 milhões que tirou da Caixa Econômica.

Há, cada vez mais forte, o sentimento de que a política econômica do Governo Collor, não só vai ser mantida como aprofundada pelo sr. Itamar. Além do caso da monstruosa entrega da CSN, o anúncio de que a política das chamadas privatizações será “acelerada e intensificada” é a maior prova disso. Há mais de um ano Collor a iniciou, apresentando-a como uma espécie de panacéia para a crise brasileira, como algo que faria o País investir em escolas, estradas e hospitais, tal como faz o atual Presidente. A Nação perdeu patrimônios imensos, recebendo em troca deles uma montanha de papéis inservíveis; as chamadas moedas podres.

É o mesmo filme que já vínhamos assistindo.

\*\*\*

**Intelectualóide** — É bom sempre repetir, para o conhecimento do povo brasileiro, que a revista *Veja* é uma publicação sustentada pelos grandes grupos estrangeiros, criada por uma dupla de italo-americanos, vindos da Argentina, os irmãos Civita. É natural, portanto, que funcione como uma espécie de posto avançado do colonialismo e, ainda, que nos ataque raiosamente. Foi o que fez na sua última edição, servindo-se de um amontoado de distorções e de ofensas escritas por Marcos Sá Corrêa, um intelectualóide afetado, almofadinha, inchado de pretensão e deslumbrado com as elites. Este indivíduo odeia o PDT e a todos nós. Foi, e continua sendo, um dos *gurus* de Moreira Franco, de quem era íntimo comensal. Não tem autoridade moral para questionar meu Governo ou a mim. Antes de pretender fazer qualquer comentário sobre a nossa atuação, precisa explicar o desastre administrativo e moral que foi o Governo do seu amigo Moreira, com o qual foi solidário. Em tudo, entretanto, há sempre algo de bom. É possível que Marcos Sá Corrêa acabe por prestar um bom serviço ao povo brasileiro, ou seja, venha a repetir na revista *Veja* o desempenho que teve em outros órgãos de imprensa.

*Leonel Brizola*

Leonel Brizola  
Governador do Estado  
do Rio de Janeiro

MANDADO PUBLICAR PELO PDT

*Leonel Brizola*



# TIJOLAÇOS

## LEONEL BRIZOLA



Primeira série  
(1984 a 1987)

**Primeiro Governo Brizola.**





# Governador Leonel Brizola manda apurar denúncia do Jornal do Brasil

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1984.

Ilmo. Sr.

M. F. DO NASCIMENTO BRITO

Presidente do Conselho Diretor do JORNAL  
DO BRASIL

A população do Estado do Rio de Janeiro tem sido testemunha da orientação que imprimi ao meu Governo, de austeridade, exação e correção na administração pública, e, de outro lado, do esforço desenvolvido no estímulo, aperfeiçoamento, transformação e criação de instituições que garantam os direitos do cidadão, contribuam para a construção da democracia em nosso País e permitam à nossa população a prática de uma vida civilizada.

Esta tem sido, aliás, a marca que caracteriza o desempenho de todas as funções que tenho exercido em minha vida pública, pautada nos princípios que orientam a Federação e a República.

O Jornal do Brasil, em editoriais que contrastam com a tradição de independência, austeridade e sobriedade que o caracterizaram por décadas, tornando-o, especialmente nos momentos difíceis da vida nacional, o porta-voz

sensato e autorizado da sociedade brasileira, tem desfechado contra a minha pessoa e o meu Governo uma série de violentos ataques destituídos de qualquer fundamento, procedência ou veracidade.

Deles tenho tomado conhecimento, com a serenidade que caracteriza a minha atuação à frente do Governo.

Em sua edição de ontem, o editorial “**Volta aos Erros**” – entre críticas genéricas, vazias e injustas – faz afirmativas que implicam graves responsabilidades, ao colocar o Governo envolvido em “corrupção que assume feição cada vez mais ampla”, e como responsável pela “organização de grupos ativos em toda a Baixada”.

As investigações que determinamos para a apuração de denúncias de corrupção e as demissões efetuadas, bem como o prestígio e o desenvolvimento das instituições, como obra de construção democrática e proteção aos direitos humanos, já de si bastam para refutarem e desmentirem tais afirmações.

Pelas graves responsabilidades que nos envolvem, no entanto, estou determinando ao Procurador-Geral da Justiça que determine as providências cabíveis e pertinentes, de conformidade com o memorandum que anexo à presente para conhecimento de V. Sa.

A população do Rio de Janeiro espera que V. Sa. e os editorialistas do Jornal do Brasil prestem ao Ministério Público do nosso Estado toda colaboração necessária à elucidação dos fatos alegados no referido editorial.

Aproveito a oportunidade para apresentar os meus protestos de consideração e apreço.

Cordialmente,

Eng. Leonel Brizola

Governador do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1984  
Sr. Procurador-Geral da Justiça

O JORNAL DO BRASIL, em sua edição de ontem, apresenta editorial, à página 10, em que formula contra o Governo do Estado uma série de injustas e vagas acusações, como o tem feito nos últimos meses. Esta posição expressa nos editoriais do Jornal do Brasil, que foge à sua tradição de austeridade e equilíbrio, não tem alterado a postura do Governo, nem gerado qualquer providência ou preocupação de nossa parte pela total impropriedade e falta de fundamento de que se reveste.

Acontece que, no editorial referido, e que se anexa ao presente, há referência a fatos que envolvem graves responsabilidades e que merecem ser investigados pelo Ministério Público:

**1) ... “como a corrupção, que assume feição cada vez mais ampla”.**

Todos sabem da orientação que imprimimos, de rigor, exatidão e correção no trato dos bens públicos, com apuração rigorosa de qualquer abuso de poder, de desvio de conduta ou corrupção, como V. Exa. é particular testemunha. Diversas são as investigações em curso, dirigidas por V. Exa., com demissões por conduta incorreta, o que não tem sido a norma seguida pelos Governos dos últimos períodos.

Os editorialistas certamente têm conhecimento de outros fatos, que não os que já estamos apurando, e poderão fornecer ao Ministério Público elementos que elucidem os atos de corrupção a que se referem e seus autores para serem adequadamente punidos.

**2) ... “Sabe-se também que o governo estimula a organização de grupos ativos em toda a Baixada, com propósitos não muito definidos”...**

A orientação de meu Governo, como bem o sabe V. Exa., tem sido a de prestigiar, aperfeiçoar, desenvolver e criar instituições que garantam os direitos dos cidadãos e contribuam para o aperfeiçoamento democrático do País e que possibilitem à nossa população o exercício de uma vida civilizada. Nossa orientação decorre dos princípios federativos e republicanos. O Governo do Estado jamais estimulou ou amparou a formação de qualquer grupo irregular para atuar em desrespeito às instituições. Prova disto é o combate incessante ao chamado “Esquadrão da Morte”, através de comissões mistas de investigação, integradas pelas Polícias civil e militar, e também por representantes do Ministério Público.

No entanto, como os editorialistas afirmam que existem grupos indefinidos, certamente terão os elementos que comprovem esta afirmativa. Torna-se, pois, necessária completa e rigorosa investigação a respeito.

V. Exa. deverá obter com os editorialistas, que seguramente não deixarão de colaborar com o Ministério Público, os elementos que possuem e que permitam identificar tais grupos seus propósitos.

Solicito, assim, a V. Exa., em respeito ao grande órgão da imprensa brasileira que é o Jornal do Brasil, o exame da matéria exposta e as providências que forem cabíveis e pertinentes.

Cordialmente,

Eng. Leonel Brizola  
Governador do Estado do Rio de Janeiro

## À população do Rio de Janeiro

O Governador do Estado e o Prefeito do Município do Rio de Janeiro<sup>1</sup> informam à população que todas as medidas e providências vêm sendo tomadas no sentido de normalizar os serviços hospitalares e assistenciais, no âmbito da responsabilidade das Secretarias de Saúde do Estado e do Município.

Foram tomadas providências para que todos os médicos titulares de funções de confiança do Governo, inclusive os próprios Secretários de Estado, passem a dedicar-se ao atendimento possível de todas as pessoas que procurarem assistência e socorros médicos nos estabelecimentos hospitalares e postos de saúde.

Fomos surpreendidos por essa greve, para a qual não encontramos justificativa razoável. Os dirigentes do Sindicato interromperam o diálogo e os estudos, que se realizam num ambiente construtivo e de mais elevada consideração mútua, prejudicando um serviço essencial à população. Constitui-se num dever irrecusável para

nós, como Governantes, definir responsabilidades. Lamentamos profundamente que uma decisão precipitada, com esse nível de radicalismo, tenha sido tomada, envolvendo tão amplamente a classe médica. E, o que é da maior gravidade, atingindo um serviço público essencial e imprescindível à população.

Formulamos, em nome de todos nós, um sincero apelo aos médicos e dirigentes de seu Sindicato para que suspendam essa greve e venham concorrer para a normalidade do serviço de saúde que prestamos à população. A Administração, como vem procedendo com todas as demais categorias do Serviço Público, continuará sempre pronta a discutir e considerar as reivindicações de seus funcionários. A população está reclamando com todo o direito. Nenhum serviço público essencial pode ser interrompido, por mais respeitáveis que sejam as postulações dos que atuam no setor.

Confiamos em que, nas próximas horas, se restabeleça a normalidade dos serviços para que se venha desenvolver, em lugar de confrontos inconsequentes, o diálogo construtivo.

Governador Leonel Brizola  
Prefeito Marcello Alencar

---

<sup>1</sup> Até 31/12/85, o Prefeito de Capital era indicado pelo Governador do Estado.

# Nota do Governador Leonel Brizola

O grande comício do povo do Rio de Janeiro pela causa das eleições diretas, como todos sabem, foi transferido para o dia 10 de abril, às 16:30 horas, na Candelária. Na tarde de hoje, realiza-se uma demonstração pública convocatória daquele grande ato, promovida pelos partidos de oposição e diversas entidades sociais, profissionais e culturais. Partindo da Candelária – coincidindo com o encerramento das atividades comerciais no Centro da Cidade – a manifestação se deslocará pela Avenida Rio Branco, culminando com uma concentração na Cinelândia.

Consciente de suas responsabilidades quanto à manutenção da ordem pública e das

garantias individuais, do respeito ao patrimônio público e privado, e, acima de tudo, quanto às liberdades e direitos de todos, o Governo do Estado informa à população que todas as medidas e providências vêm sendo tomadas a fim de que estes atos públicos se realizem em ordem e pacificamente, como um episódio normal e democrático de um povo que luta para reconstruir suas instituições.

O nosso compromisso com a ordem democrática é sagrado, inclusive respeitando os que não pensam como nós. O nosso dever maior é considerar que a quase totalidade da população reclama eleições diretas e vem se manifestando por todos os quadrantes da Pátria com irrepreensível honestidade e honradez, acima de grupos e facções. Não aceitando e nem promovendo qualquer tipo de provocação, estaremos, aí sim, ao lado de nosso povo, ajudando a restaurar sua soberania violada e seus direitos humanos.

Participemos das manifestações com firmeza, patriotismo e, acima de tudo, serenidade.

# Nota do Governador ao Procurador-Geral da Justiça

## (Memorando nº 101)

Ao Senhor Procurador-Geral da Justiça

Como é do conhecimento desta Procuradoria, não tivemos alternativa senão tomar medidas – com a recomendação do Sr. Curador de Menores e, depois, por determinação do próprio Juizado – para impedir a circulação do periódico “Folha da Praia”, em consequência de matéria contendo baixa pornografia, que provocou numerosos protestos da população. Não nos moveu qualquer outro motivo, muito menos suas propaladas denúncias sobre envolvimento de autoridades estaduais com agentes ou banqueiros do jogo do bicho. No meu Governo não há lugar para qualquer tipo de entendimento, com quem quer que seja, nesse assunto de jogo do bicho; embora o Governo do Rio de Janeiro propugne por sua regulamentação. Práticas desta natureza não fazem, nem podem fazer, parte de nossos métodos, pois seriam incompatíveis com os nossos esforços pela moralização da Administração Pública, desde o momento em que se instalou o nosso Governo. Tudo o que se disser a respeito não passa de inverdades ou comentários improcedentes.

O mais recente número da referida publicação, cujo exemplar estou enviando anexo, contém diversas matérias caluniosas e infamantes para o Poder Público e suas autoridades. Solicito, pois, a esta Procuradoria-Geral de Justiça, que proceda a um exame das matérias em referência, tomando as iniciativas legais cabíveis, inclusive com a abertura

de inquérito policial correspondente. Atentar para as referências feitas a um propalado relatório de Serviços Secretos de âmbito Federal, agora desmentido e repudiado pelas autoridades do Exército.

Constitui-se num dever irrecusável de nossa parte chamar esses falsos acusadores à responsabilidade perante a Justiça. A mesma iniciativa de processá-los, judicialmente, deve caber a todas as autoridades referidas e vítimas dessas acusações.

## (Memorando nº 102)

Ao Senhor Procurador-Geral da Justiça

Sinto-me chocado e perplexo com o editorial de hoje do “Jornal do Brasil”. Não consigo compreender como uma instituição da importância e da respeitabilidade do grande JB possa enveredar por esses descaminhos, publicando, em editorial, comentários tão injustos e maldosos, conceitos tão infundados e improcedentes. E mais: demonstrando que pouco ou nada lhe importa envolver em tão grave suspeita um Governo legitimamente constituído, apenas com base em publicações levianas e afirmativas irresponsáveis de contraventores e profissionais da pornografia. Isto até me parece mórbido.

Imagine, Sr. Procurador, nosso Governo – que vem lutando diuturnamente contra o envolvimento de qualquer agente da autoridade com o jogo do bicho – venha agora entrar neste tipo de promiscuidade! Certas pessoas estão nos confundindo com seus amigos de outros tempos. Demonstram que não nos conhecem. Além dos elementos constantes de minha nota anterior, atentar para os termos deste editorial do JB. E vamos às investigações e a um amplo inquérito policial, entregando as respectivas conclusões à apreciação do Poder Judiciário.

Esperamos que não nos neguem colaboração, como ocorreu anteriormente, apontando, desta vez, fatos, pessoas e situações concretas do interesse público e da própria credibilidade de quem levante esta natureza de questões.

## Cumpriremos com a nossa parte

Assumi o Governo do Rio de Janeiro certo de que o maior desafio que me aguardava era esse contexto de violência e criminalidade. E mais, que essa herança trágica tenderia a agravar-se. Todas as suas causas e origens, suas fontes geradoras, continuariam cada dia mais férteis e estimuladas ao máximo. Atingimos a um ponto dessa tragédia em que se torna imprescindível uma definição de responsabilidades. De nossa parte, nunca nos escusamos em assumir as tarefas que nos cabem.

Estamos – convém deixar bem claro – diante de verdadeiras fábricas de bandidos e assaltantes funcionando a todo vapor, produzindo mais e mais. A cada semana, novos contingentes de pivetes e jovens com desvios de conduta se iniciam nas práticas da violência e do crime.

Esta é a herança trágica destes 20 anos de permissividade a um capitalismo desumano que marginalizou a população; de um regime de centralização e arbítrio e seu modelo econômico, que agora culmina com esta candente realidade de recessão, de desemprego generalizado, com uma espiral inflacionária nunca registrada. Só no Rio de Janeiro, necessitaríamos, anualmente, de 150 a 200 mil novos empregos para os jovens que atingem a idade de trabalho. Afora os contingentes acumulados. A esta triste realidade soma-se, ainda, cerca de 700 mil crianças e adolescentes que encontramos sem aulas e professores, subnutridos, vagando aos bandos na escola do crime e da contravenção. É certo que a maioria dos nossos jovens, pela formação que traz de suas famílias, não toma esses descaminhos. Mas uma boa parte, sim. As estatísticas estão aí demonstrando: a média de idade dos bandidos e assaltantes que semeiam

o crime e a intranquilidade no Rio de Janeiro está em torno de 20 anos.

Entendi que a minha primeira tarefa deveria ser a de reciclar e preparar os recursos humanos das instituições policiais para as suas finalidades específicas. Retirá-los das atividades políticas repressivas. Dignificar estas instituições e elevar o nível profissional e técnico de seu pessoal. Fizemos progressos sensíveis a este respeito. Agora, estamos aumentando os efetivos. Mais de 1.500 homens já foram incorporados à PM. Até julho, mais 650. Realizamos concurso para detetives da Polícia Civil. Esperamos que até dezembro venham a ser incorporados cerca de dez mil homens ao efetivo de ambas as corporações. Fizemos retornar às suas funções grande número de policiais, mas ainda precisam voltar cerca de 1.350, cedidos a outras áreas do Governo Estadual, de municípios e do Governo Federal. É imprescindível que estes efetivos voltem ao serviço direto da população. Preocupamo-nos, permanentemente, em colocar o máximo de policiais fardados nas ruas. Inclusive, agora, decidimos restaurar e colocar em serviço externo a polícia de vigilância civil. De início, três delegacias-base no Rio, mais uma em Niterói e outra na Baixada. Em certas áreas, voltaremos com os serviços das duplas “Cosme e Damião”. De momento, nas praias e calçadões de Copacabana, Ipanema, Leblon e ruas de intensas atividades comerciais destes bairros, áreas aonde vem ocorrendo a maior incidência de crimes e assaltos. Cabines – com viatura, três homens fardados permanentes, sistemas de alarme e comunicação – serão instaladas, mediante pedidos e com ressarcimento do seu custo e manutenção. Estamos desenvolvendo um intenso esforço para controlar e reprimir o uso e porte ilegal de armas e seu tráfico. Enfim, afirmo à população que estamos mobilizando o máximo de nossas energias e potencialidades.

Cumpre, porém, que, neste contexto, todas as áreas assumam as suas responsabilidades.

A começar pelo que corresponde ao Governo Federal. Estamos vivendo as consequências trágicas do seu modelo econômico. Agora, mais graves e dramáticas. O Poder Central não pode ficar assistindo a tudo isso de braços cruzados, prosseguindo na mesma política e esperando que as autoridades estaduais conttenham os efeitos de um processo social cada dia mais alarmante.

À Imprensa e aos meios de comunicação, nosso chamamento a uma reflexão. Sua

colaboração é indispensável. Precisamos salvar e encaminhar os nossos adolescentes com mensagens construtivas, amenizando tudo o que venha a desorientá-los e induzi-los à prática do crime e da violência. Se cada parte assumir as suas responsabilidades, trabalhando juntos, tenho a certeza de que haveremos de reduzir a violência e a criminalidade no Rio de Janeiro, ao menos, a níveis toleráveis, como merece e tem direito a nossa população.

# Em defesa do Rio de Janeiro

## O Governador Leonel Brizola dirige dois telegramas de protesto ao Sr. Júlio Mesquita, diretor de “O Estado de São Paulo”.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1984.  
Dr. Júlio Mesquita Neto  
Diretor de “O Estado de São Paulo”

Venho manifestar a V. Sa. o meu protesto pela deprimente matéria publicada no “O Estado de São Paulo”, de domingo último, de autoria de um indivíduo que se oculta sob a sigla “NM”<sup>2</sup>. Há muitos meses que seu jornal vem divulgando matérias dessa natureza, configurando uma sórdida campanha contra a minha pessoa, meus colaboradores e o Governo deste Estado. Tais investidas, pelo seu baixo nível, jamais mereceram de minha parte senão o silêncio e o desprezo, embora não tenha conseguido entender o insólito acolhimento de tais matérias por parte de V. Sa., porque, além de amesquinhar as tradições de um grande órgão da imprensa, atingem o conceito de seu qualificado corpo de profissionais. Quebro hoje esta conduta ao divulgar, amplamente, para conhecimento da população local, as torpezas que se vem publicando pelo seu jornal, “O Estado de São Paulo”, contra a Cidade do Rio de Janeiro. Reproduzo aqui, para refrescar a memória de V. Sa., alguns desses indignantes conceitos:

“O Rio de Janeiro, uma enorme cidade fe-dorenta... envolta completamente naquele ar pestilencial, mefítico, gigantesco antro de mendigos, malandros, assaltantes e bicheiros... diariamente coalhada de cadáveres. Gente assassinada, atropelada, estuprada, ferida de mil maneiras pavorosas, de mil modos brutais, de mil formas sangrentas e primitivas... o cheiro de urina e a imundície são presentemente marca registrada do Rio de Janeiro”.

Em verdade, e sem exagero da apreciação, isto não é jornalismo, muito menos informação, mas um jogo de palavras infamantes, um amontoado de afrontas e calúnias, um insulto à verdade e um imerecido achincalhe aos brios e à própria honra do povo carioca. Por que seu jornal não publica matéria semelhante em relação à cidade de São Paulo? Qualquer cidadão honrado sabe que os governos democráticos e legítimos receberam essa herança trágica de milhões de seres humanos mergulhados na fome, no desemprego e na miséria; milhões de crianças nas ruas e no abandono. Estatísticas de São Paulo revelam que as situações são semelhantes.

Esse é o legado trágico do regime autoritário imposto à Nação, ao preço da derrocada das instituições democráticas. É, pois, V. Sa. mais responsável, do que os Governos eleitos, pelo quadro de infortúnio que está vivendo a população brasileira. Por isto, seria de esperar de sua parte um pouco de autocrítica, em lugar de investir no papel de cobrador arrogante, quando para tanto lhe faltam as indispensáveis credenciais. Quero ainda alimentar a esperança de que V. Sa. – ao menos em respeito ao povo desta cidade, às suas tradições e aos seus valores – venha a pôr termo a essa campanha deletéria contra o Rio de Janeiro. Como autoridade legítima, tenho o direito de exigir-lhe o bom combate, de maneira a que os seus inexplicáveis rancores e as suas hostilidades

2 NM – jornalista Nertan Macedo.



gratuitas não venham a atingir e desprestigiar esta Cidade, que é, sem dúvida, um dos maiores orgulhos deste País”.

Saudações,  
Engº. Leonel Brizola  
Governador do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 19 de junho de 1984  
Ilmo. Sr.  
Júlio Mesquita  
MD Diretor de “O Estado de São Paulo”

“Dirijo-me novamente a V. Sa., agora em função da nota inconsequente e pueril com que V. Sa. pretendeu responder ao meu telegrama de protesto, quanto também a respeito do editorial “O Caminho da Baderna”, e da matéria publicada domingo último no “O Estado de São Paulo”, de aparente autoria do mesmo “NM”, mancomunado com essa direção para fazer essa sórdida campanha contra o Governo e a Cidade do Rio de Janeiro.

Parecia-me inacreditável que um homem como V. Sa., responsável pela direção de um dos mais importantes jornais da América Latina, pudesse assumir sentimentos tão mórbidos em função de ódios gratuitos e inconcebíveis, sem ao menos ter um mínimo de critério que o levasse a avaliar o mal que está procurando fazer ao povo e à Cidade do Rio de Janeiro. A opinião pública está verificando que os verdadeiros responsáveis por essa escalada de publicações contra o Rio de Janeiro são os dirigentes e proprietários de O Estado de São Paulo, particularmente V. Sa.

O aparente autor dessas matérias, que se esconde no semianonimato das iniciais “NM”, deve ser algum importante membro do clã Mesquita. Pois só as relações de parentesco de “NM” explicam que matérias tão deprimentes e indecorosas possam obter esse destaque

nas páginas de um órgão de imprensa como “O Estado de S. Paulo”, evidentemente que para escândalo e desconforto do seu corpo de redatores.

Domingo último, V. Sa. certamente deleitou-se com mais um texto do seu parente “NM”, desta vez na tentativa inútil de promover a discórdia no seio da Polícia Militar, utilizando-se de um texto inepto, preparado, sem dúvida, pelos luas pretas de algum segmento das muitas atividades secretas e suspeitas que se desenvolveram à sombra desses 20 anos de arbítrio, e que outro objetivo não tem, neste momento, senão criar dificuldades aos governos democráticos e legítimos, eleitos pela população.

Ocupe-se, senhor Mesquita, através das páginas de seu grande jornal, dos seus deveres para com a população paulistana. Este seu parente “NMesquita” será muito mais útil ao seu lado, em seu próprio gabinete. Diálogo e regozijo permanentes. Talvez venha a ser um excelente codiretor para seu jornal.

Criminalidade e violência, assaltantes, bicheiros e ambientes malcheirosos aí não faltam, também, como no Rio de Janeiro e em todas as grandes cidades brasileiras. Esta é a triste herança que o regime implantado com sua ajuda legou aos governos democráticos e legítimos. Enfrente essa ordem de problemas com a mesma arrogância da maioria dos seus editoriais e, sobretudo, assumindo a responsabilidade que lhe cabe, por sua incisiva participação na derrocada das instituições democráticas em 64. Uma simples atitude de madalena arrependida não convence a ninguém. Ainda mais quando se arroga a pretensão de julgar os que foram excluídos e voltam agora cheios de razão.

Durante quase 20 anos pretenderam combater a criminalidade crescente apenas com a força e arremetidas de violência, ignorando ou fingindo ignorar suas causas. O que conseguiram? Além de mais criminalidade e violência, a montagem sistemática de um modelo econômico que condenou grande parte de nosso povo

à miséria e ao marginalismo, cortando perversamente o futuro das novas gerações por falta de mais fontes de trabalho e oportunidades.

Mais uma vez venho refrescar seu conhecimento – se algum dia estes problemas o sensibilizaram – sobre a realidade comparada Rio-São Paulo, em matéria de criminalidade e violência, no curso do ano passado:

	<b>São Paulo</b>	<b>Rio</b>
Homicídios	4.237	3.133
Furtos	287.985	40.413
Roubos	67.066	16.586
Roubos com morte	514	161
Roubos e furtos de autos	55.071	15.812
Menores infratores	10.698	3.053
Menores perambulando	2.165	1.103

Rio e São Paulo, quanto as grandes aglomerações urbanas deste País, sofrem as consequências do regime que V. Sa. ajudou a implantar.

As regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio têm, respectivamente, 14 e 9 milhões de habitantes, áreas de maior incidência dessa

tragédia e onde se constata esta alarmante verdade: a idade média dos criminosos e assaltantes que assolam as populações das duas grandes cidades situa-se em pouco mais de 20 anos. Cada dia, novos contingentes de crianças, adolescentes e jovens iniciam-se nos descaminhos da criminalidade. Em cada semana, registramos um maior número de mendigos, de pessoas desvalidas pelas ruas e logradouros públicos. As cadeias e albergues estão superlotados, aqui como em São Paulo. Qual a causa de tudo isso? A Polícia e a repressão serão suficientes para enfrentar essa doença social, cada dia mais grave? Não será, certamente, Sr. Mesquita, fazendo intrigas, semeando discórdias e incompreensões, envenenando consciências desprevenidas ou estimulando a direita autoritária que haveremos de enfrentar esse contexto sombrio e doloroso – realidade que é um libelo contra elites brasileiras das quais V. Sa. é um típico representante.

Suas publicações não ficarão sem resposta. Espero que V. Sa. não nos negue este direito.

Saudações,  
Engº. Leonel Brizola  
Governador do Estado do Rio de Janeiro

## Resposta a um fariseu

Telegrama do Governador Leonel Brizola a Júlio Mesquita Neto, Diretor do jornal “O Estado de São Paulo”

Rio de Janeiro, 25 de junho de 1984  
Dr. Júlio Mesquita Neto  
Diretor de “O Estado de São Paulo”

Apresento a V. Sa., desde logo, estes dados estatísticos que me foram transmitidos, por escrito, pelo Sindicato dos Bancos deste Estado:

**Assaltos a bancos nos primeiros quatro meses deste ano de 1984: em São Paulo, 232; e no Rio de Janeiro, apenas seis. Repito: seis assaltos a bancos no Rio e 232 assaltos a bancos aí nas barbas do “Estadão”, no primeiro quadrimestre deste ano.**

Isto não é caudilhismo, nem qualquer irritação de minha parte, tampouco tem a ver com o dinheiro de Fidel Castro ou do Ibad e da CIA, nem mesmo com o dinheiro do trigo da Embaixada americana ou de empréstimos vários do seu direto conhecimento. De nenhuma forma estou inculcando o Governo Montoro por essas ocorrências. É simplesmente um aspecto da trágica herança que recebemos desse regime, que o clã Mesquita tanto ajudou a implantar, considerando que até 64 praticamente não havia neste País assalto a banco.

Embora persuadido de que essas realidades concretas não interessam e nem sensibilizam a V. Sa. e a essa ínclita direção, julguei por bem oferecer esta contribuição modesta à sua reconhecida autossuficiência. Quando

se tem um telhado de vidro tão grande, nunca é de bom aviso atirar pedras no do vizinho. Não acha V. Sa., tendo em conta os dados que lhe remeti há poucos dias – comprovando que há mais violência e criminalidade em São Paulo – que aí a seu lado deveria ser o lugar certo para este seu redator preferido “NM”? Não considera V. Sa. que o Estadão deveria encarar essa insegurança dos bancos em São Paulo, também em tom de campanha, com o “NM” como redator-chefe, elaborando matérias, sistematicamente, como vem fazendo com o Rio de Janeiro?

Em verdade, estas perguntas se fundamentaram na lógica e na razão e, por isso mesmo, sei que estou falando para quem não quer ouvir. A esta altura, a opinião pública de todo País está mais que esclarecida de que V. Sa., através do “O Estado de São Paulo”, vem movendo, por motivos inconfessáveis, uma sistemática e insidiosa campanha contra o Governo do Rio de Janeiro, em particular, contra mim, Leonel Brizola. A população, que é sempre honrada e honesta nos seus julgamentos, já se deu conta de que há algo atrás de tudo isso. Como ocorre sempre neste País, tantas toneladas de papel e tinta não são gastas por simples idealismo. Como dois e dois são quatro, não há dúvidas para a opinião pública de que a origem e o que alimenta essa campanha é simplesmente uma cumplicidade, sob o estímulo de preconceitos e velhos rancores.

Creia, Senhor Mesquita, que a ponta de lança com que V. Sa. e seu jornal pretendem ferir-me já está rombuda. A rigor, essa sua campanha de desmerecimento nunca chegou a me atingir, por uma questão de credibilidade. O povo brasileiro já não se deixa ludibriar tão facilmente. As duras experiências vividas ensinaram-lhe a identificar os fariseus, por mais importantes que sejam. Já nos primeiros dias de sua campanha, a opinião pública estranhou que o “Estadão”, que nunca se interessou pelos problemas do Rio

de Janeiro; que permaneceu omissa em relação ao Sr. Chagas Freitas – de repente veio dedicar-se a questionar tão duramente o Governo Leonel Brizola. Tornou-se evidente que era algo mal-intencionado ou de encomenda. Todas essas matérias com relação a mim e ao meu Governo passaram a ser, desde logo, consideradas parciais, facciosas, dirigidas e, por conseguinte, destituídas daquela autoridade inerente à crítica honesta e fundamentada, que se inspira no interesse público. E mais ainda: a circunstância de que ser atacado permanentemente pelo “O Estado de São Paulo”, com matérias agressivas e de evidente parcialidade, em lugar de atingir-me negativamente, ao contrário, só pode elevar-me no julgamento do povo brasileiro, tais são as nossas respectivas trajetórias e posições.

Basta, apenas como ilustração, citar uma de nossas inconciliáveis diferenças: V. Sa. e seu grande jornal são os intimoratos defensores das multinacionais e da presença aqui do capital estrangeiro; e nós do PDT, e eu próprio, assumimos o compromisso de um dia resgatar para o nosso povo todas essas concessões feitas aos interesses internacionais, lesivas aos frutos do trabalho de nossa gente e ao patrimônio da Nação. Outra diferença, de ordem moral: é possível que tenhamos cometido erros antes de 64. Só que os que não atuam e lutam neste País é que não erram. Os nossos erros, porém, não significam nada comparando com o monstruoso erro de todos aqueles que, por ambição, derrocaram as instituições democráticas em 64. Incluo entre estes os que queriam apenas alguns meses de ditadura, quais vivandeiros, que incitaram os militares a violar as instituições apenas para que tirassem as castanhas do fogo para eles. Exatamente é o caso da oligarquia Mesquita.

Os excluídos da vida pública brasileira voltaram cheios de razão, sem ódios, sem rancores ou quaisquer sentimentos revanchistas.

Quanto aos responsáveis pela implantação da ditadura, a Nação espera que, no mínimo, façam o “mea-culpa” para readquirir um pouco de autoridade moral e discutir os problemas e rumos de nosso País ou ditar regras para conduta dos outros.

Verifico que V. Sa. sentiu os efeitos de algumas verdades que lhe transmiti, a ponto de reconhecer a insuficiência do “Estadão” para justificar-se publicamente e ter de mandar transcrever nos grandes jornais do País suas explicações. Por uma questão de falta de credibilidade, V. Sa. teve que se socorrer ainda de publicações anônimas, matéria paga ou de reciprocidade, noutros órgãos importantes da imprensa. Suas respostas não convenceram; foram inconsequentes e até ridículas, destituídas de seriedade e bons argumentos, apenas repetindo xingamentos à minha pessoa, como certamente se aperceberam todas as pessoas justas e honradas. Foram textos com aquela marca registrada do clã Mesquita e seus áulicos, que julgam a tudo e a todos, com aquela pretenciosa arrogância – método conhecido pelo povo brasileiro, porque sempre serviu para esconder, isto sim, as mazelas dos que o utilizam. Não me surpreende essa indisfarçável demonstração de fraqueza.

Veja, Sr. Mesquita, com relação ao Rio de Janeiro, ao meu Governo, ao PDT e a mim, particularmente, V. Sa. com esse seu parceiro “NM”, vêm fazendo jornalismo do mais baixo nível, agressivo e desrespeitoso, deletério e achincalhante para o Rio de Janeiro. Este é o comentário geral entre os profissionais de imprensa. Não há como essa direção fugir e essa responsabilidade. Ninguém como V. Sa. sabe que o papel aceita tudo. No caso de seu grande jornal, basta V. Sa. mandar, encomendar ou autorizar e pronto: no outro dia, o Estadão estampa em letras de fôrma, com manchete e tudo. Um Mesquita, todo-poderoso, dono e diretor do Estado de São Paulo, pode dizer e sentenciar o que quiser, sobretudo o que lhe convém. Quem pode questioná-lo?

É bem provável que a oligarquia Mesquita nem mais possa se advertir de que mesmo um grande jornal como “O Estado de São Paulo” paga irremissivelmente, como qualquer órgão de imprensa, um tributo, às vezes drástico, pelas incongruências, torpezas e irresponsabilidades que comete, em que a população, no seu dia a dia, vai construindo o seu julgamento. Considere mais uma vez, V. Sa., estes aspectos de seu deplorável procedimento, que estão ao alcance e apreciação de qualquer pessoa de bom senso. “O Estado de São Paulo” deixa de lado a candente realidade local para dedicar seus melhores espaços às questões do Rio de Janeiro, através de um redator inescrupuloso. Chega ao ponto, como simples degrau de uma campanha em escalada, de afirmar para o Brasil inteiro e para o mundo que **o Rio de Janeiro é “uma cidade fedorenta, gigantesco antro de mendigos, assaltantes, bandidos e bicheiros etc. etc.”**. É muito difícil a V. Sa. poder justificar-se. Trata-se de uma detestável irresponsabilidade que um jornal como O Estado de São Paulo jamais poderia cometer, não só contra o Rio, mas em relação a qualquer cidade brasileira. Esse “NM” representa muito pouco em tudo isto. Mas o que dizer de V. Sa. e da família Mesquita? Ou, quem sabe, pensam mesmo que não fizeram mal algum ao Rio de Janeiro, como consta de suas explicações? É possível que o uso tão prolongado do cachimbo lhes tenha entortando a boca definitivamente. A mim nunca me atingiram, mas ao Rio de Janeiro e a seu povo, sim. Trata-se de um grande jornal, que se distribui pelo Brasil inteiro e por incontáveis locais da maioria dos países do mundo. Que pensarão os leitores estrangeiros, as agências de turismo, os que pretendem visitar e reconhecer o Rio de Janeiro?

Só o rancor cego, regado por cumplicidades e interesses mesquinhos, poderia levar um grande jornal a cometer esse tipo de torpeza. Não será com matérias pagas anônimas nem com xingações ou referências ao Sr. Carlos

Lacerda e ao Hino da Cidade que V. Sa. conseguirá resgatar o mal que fez e continua fazendo ao Rio de Janeiro. Todo mundo sabe, e principalmente V. Sa., que não somos nós – o Governador Franco Montoro e eu – os responsáveis por esta ordem de problemas e carências que assola São Paulo e o Rio de Janeiro. Portanto, não lhe assiste nenhuma razão em expor a Cidade do Rio de Janeiro à execração pública. Insisto em dizer-lhe que em relação a São Paulo, cujas realidades são muito mais graves que aqui, V. Sa. não tem a necessária coragem de usar os mesmos qualificativos deprimentes, porque, em primeiro lugar, atingem os seus próprios interesses; e, em segundo, por temor aos tributos imediato que inapelavelmente teria de pagar perante a honrada população paulista.

**Há certo tempo, ouvi de uma pessoa altamente versada no assunto que um grande jornal leva cerca de dez anos para morrer. É uma longa agonia que começa até mesmo nos seus mais áureos tempos, exatamente quando um jornal se entrega ao farisaísmo, adotando quase sempre uma linguagem moralista, arrogante e radical, indiferente às injustiças que possa cometer para encobrir suas próprias cumplicidades. Porque, então, no fundo, já deixou de ser um órgão de imprensa para transformar-se em simples gazua para os bons negócios de seus proprietários e dirigentes.**

É do conhecimento de V. Sa. o que ocorreu com “La Prensa”, de Buenos Aires. Foi o maior jornal da América Latina, prestigioso e acatado quando perseguido. Depois, pretendeu encobrir farisaicamente suas cumplicidades com a ditadura e as multinacionais e, hoje, está reduzido a quatro páginas, contando apenas com a indiferença e o desprezo do povo argentino; quando, nestes tempos de liberdade. Não fora seus comprometimentos, estaria iluminando os caminhos para aquela grande Nação.

As últimas edições de “O Estado de São Paulo” estampam matérias de seu correspondente preferido, “NM”, focalizando

perfidamente alguns assuntos em torno dos quais preciso restabelecer a verdade. As contas do primeiro ano de meu Governo foram aprovadas, por unanimidade, no Tribunal. O voto em separado de um dos seus ilustres conselheiros, sem prejuízo de sua aprovação, contém apenas comentários construtivos e respeitáveis, muitos dos quais referentes aos métodos e práticas da administração anterior. Dedicar-se, noutro dia, o mesmo “NM”, a fazer comentários ineptos e destrutivos sobre a situação dos hospitais públicos do Rio de Janeiro, como se em São Paulo ou em qualquer outra grande cidade não existissem iguais realidades. E, o que é pior, exatamente, como no caso da Polícia Militar, fazendo intrigas e espalhando maledicências com base em simples opiniões de grupos e pessoas irresponsáveis – que foram afastadas – ou, por se conservarem à margem das estruturas administrativas; são os mesmos anônimos e furtivos que existem em todos os lugares e por toda parte.

Com relação a mim, Leonel Brizola, quero significar-lhe que não reconheço nenhuma autoridade em V. Sa., ou em quaisquer dirigente desse jornal, para fazer apreciações e julgamentos desprimorosos contra a minha conduta pública ou privada, nos termos do que vem sendo publicado pelo “O Estado de São Paulo”. V. Sa. vem autorizando publicações e conceitos, os mais deprimentes contra minha pessoa. Eu sei que isto pouco ou nada lhe representa. Há muito que V. Sa. dispõe, a seu bel-prazer, da honra e dignidade alheias. Quero deixar bem claro que a iniciativa foi sua, gratuita e deliberada. Pois seja o que Deus quiser. Vamos ver quem tem mais verdades para dizer. Ao voltar do exílio, o que fiz, e não me arrependo, foi a cortesia de uma visita ao seu jornal. Simples ingenuidade e boa-fé, da minha parte, admitir que a natureza nos ensinasse mutações com tanta facilidade. Não incorra no equívoco de que eu me encontre irritado ou nervoso. Preparei-me para voltar, depois de 15 anos de exílio, sabendo

que menos dia ou mais dia haveria de me deparar com muitos fariseus que aqui viveram e engordaram. Ninguém voltou mais questionado, desde o dia em que cheguei a São Borja. Inteiramente à vontade, tenho convivido com críticas. Quando injustas, sei defender-me. Para a prática democrática, quem deve preparar-se, isto sim, é a oligarquia dos Mesquita. Publicar, sem nenhum escrúpulo, os mais insultuosos qualificativos contra uma autoridade legítima, eleita pela população, não significa nenhuma prática democrática, e, sim, simplesmente licença, abuso de poder e irresponsabilidade. É o abuso de poder de quem, tendo um grande jornal a seu dispor, arroga-se o direito de julgar os outros, pretensiosamente, sem admitir nenhum julgamento de sua própria conduta.

Não confundo o Estado nem os superiores interesses da população do Rio de Janeiro com a minha pessoa. Se o fizesse, estaria procedendo exatamente como V. Sa., que se escuda nas franquias da imprensa para pôr em prática uma espécie de terrorismo para encobrir cumplicidades e interesses.

Honro-me de meu parentesco com o Presidente João Goulart. Só um juízo caviloso como o de V. Sa. e seus áulicos pode confundir minha presença na vida pública como se fora um privilégio destes laços de parentesco. Nada mais que mesquinhas invocações de quem não tem nada para dizer.

Estou anotando, uma a uma, todas as provocações e insultos que V. Sa. vem publicando quase todos os dias, particularmente as que constam de suas notas mais recentes. Não deixarei de abordá-las, também, uma a uma. Afirmando também que passarei a lhe exigir contas detalhadas à opinião pública sobre muitos assuntos que permanecem obscuros. E que talvez venham a esclarecer seu inusitado interesse em nos desmerecer.

**Um jornal que se apresenta como supremo juiz da conduta alheia, dono absoluto da razão e da verdade, também tem que comprovar a**

**sua autoridade moral, isto é, a lisura e a correção de seus procedimentos. Para começar, ajude-nos a esclarecer esta sofisticada história das debêntures – quem entrou com o dinheiro; se o povo ou os bancos; em que condições; quanto e quando foi o empréstimo; e se a operação fez, realmente, o milagre de transformar a dívida em dólares, de sua empresa, em cruzeiros desvalorizados?**

Espero que V. Sa. não se escuse à boa prática democrática e continue ensejando-me o sagrado direito de resposta para estes esclarecimentos e outros que a causa pública me impõe.

Saudações,

Eng. Leonel Brizola – Governador do Estado do Rio de Janeiro

## Esclarecendo a população

Estes 20 anos de arbítrio criaram, em muitas pessoas, atitudes e hábitos verdadeiramente insólitos, incompatíveis com a convivência democrática. Por isto, nunca será demais avivar a memória dessas pessoas e de seus ilustrados amanuenses que o atual Governo do Rio de Janeiro foi eleito pelo voto livre e direto da população. Sua investidura é limpa e legítima, nos exatos termos de regras democráticas e legais previamente estabelecidas. Não foi escolhido por nenhum colégio de áulicos, nem é produto do jogo de influências de quem quer que seja. O Governador e os titulares do Governo são autoridades públicas legitimamente constituídas. É um Governo que representa a população e é símbolo de sua soberania.

Uma ordem democrática é um contexto de direitos e deveres. Se é dever irrecusável de um governante democrático e legítimo governar para todos, sem discriminações, é, também, uma de suas prerrogativas a de contar com a colaboração de todos, em nome do interesse público. Colaborar não quer dizer aplaudir ou apenas sugerir ou reivindicar. A crítica, por exemplo, é um dos fundamentos da sustentação e eficácia de um Governo democrático. É justamente aqui onde ressalta o papel da Imprensa, quando livre de envolvimento, de esquemas e manipulações suspeitas.

Assim deveria ser. O que vem ocorrendo, porém, em relação ao nosso Governo é uma situação que não se verifica em nenhum outro Estado. Em lugar da informação isenta, da crítica esclarecida e fundamentada, o que certos órgãos têm feito é o ataque insultuoso e sistemático, o achincalhe, o desrespeito, insistentes matérias, sempre impregnadas de maldosas insinuações. Adulteram fatos e escondem

realidades, ensandecidos pelo ódio e estimulados pelos dividendos.

Em meu longo exílio, preparei-me para voltar. Ao ser eleito, preparei-me para defender os sagrados interesses do povo fluminense, que me honrou com a sua confiança. Vamos ver quem está com a melhor causa. E também quem possui autoridade moral e espírito público para dizer onde se encontra o interesse coletivo. Espero que me reconheçam ao menos este direito: o de transformar em diálogo o deprimente monólogo a que a população perplexa vem assistindo.

**Alunos na Passarela** – Diziam que não ia haver alunos para as escolas da Passarela do Samba. Pois, nos quatro primeiros dias de inscrição, se candidataram 2.100 crianças. Já em agosto, 500 crianças estarão frequentando as aulas do conjunto. E a partir do próximo ano, o espaço escolar da Passarela poderá atender 10 mil crianças. A realidade, como se vê, é mais poderosa que a maledicência.

**Sequência Infernal** – Diz o JB que “os cariocas assistiram a mais um elemento de perturbação: passeatas e demonstrações nas artérias do Centro, na hora em que o expediente se encerra”. O Governo Federal arrocha os salários, o JB e seu proprietário, Nascimento Brito, ainda querem mais. Os assalariados saem à rua contra o arrocho, e “a culpa é do Governo Brizola”.

**Dallari: Pau Mandado** – O reajuste da Taxa d'Água foi um dos recentes episódios explorados de forma maldosa. A Administração Estadual sabe que qualquer majoração dos serviços afeta em muito a já combalida bolsa dos consumidores. É preciso que se diga, porém, que a CEDAE tem sido vítima da política dos que pretendem inviabilizar os serviços básicos no Rio. **Comparem:** RGSul, Cr\$ 294,93<sup>3</sup>, por metro cúbico; Alagoas, Cr\$ 273,09; RGNorte, Cr\$ 228,40; Paraná, Cr\$ 204,00; Piauí, Cr\$ 197,20; Minas Gerais, Cr\$ 177,20; São Paulo, Cr\$ 95,00; e o **Rio de Janeiro, Cr\$ 69,00.**

3 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 1905



## Inimigos do Rio de Janeiro

Todos os que me conhecem sabem o quanto me custa fazer esta afirmativa: tudo o que o “Jornal do Brasil” e o “Estado de São Paulo” vêm publicando – editoriais, notas, reportagens etc. – sobre a Administração do Rio de Janeiro e seu Governador, salvo raras exceções, é faccioso, parcial, mesquinho, de encomenda, invariavelmente com a intenção de achincalhar e desmerecer. Particularmente, lamento por se tratar do venerando e respeitável “Jornal do Brasil” que, para mim, é uma instituição nacional, é um patrimônio do povo brasileiro. Estes valores nada têm a ver com a conduta de seu atual diretor e proprietário: M. F. Nascimento Brito. É como se fora o caso de um prefeito infiel aos valores e tradições da cidade em que nascemos.

A população – que a tudo observa e julga, sempre com honradez e honestidade – já tirou, a esta altura, suas próprias conclusões. Ninguém como ela tem tantas experiências acumuladas. Sabe quem é quem. Conhece as árvores pelos frutos que lhe estão sendo oferecidos.

Mantendo-nos sob fogo cerrado, o que pretendem é imobilizar e destruir o Governo oposicionista e democrático do Rio de Janeiro e tudo o que ele representa. Cegos e ensandecidos, nem sequer levam em conta os males que estão causando à população de nosso Estado. Meses e meses dessa campanha deprimente e nenhuma palavra enérgica e justa em defesa dos interesses do Rio de Janeiro, desatendidos e relegados pela política discriminatória do Poder Central.

Não há boa-fé. Não se trata de nenhum erro de avaliação. É, simplesmente, a cumplicidade dos herdeiros desses órgãos de imprensa. Estes Senhores, escudados nas tradições de

seus grandes jornais, assumiram essa triste empreitada, em função dos compromissos e vantagens que auferem do núcleo autoritário que ainda controla o País e sua economia. Tudo isto é muito grave e precisa ser esclarecido. Não sou eu quem o exige. É o interesse público, que legitimamente represento, que está a clamar por uma completa elucidação desse inominável complô contra a população do Rio de Janeiro.

Quem está atrás, alimentando tudo isto?

**Os 4 grandes** – No centro decisório e de orientação dessa campanha contra o Rio de Janeiro, estão os acatados homens de imprensa: M. F. Nascimento Brito (JB), Nertan Macedo (o notório NM), o Sr. Júlio Mesquita III (Estadão), agora reforçados pela presença do pomposo senhor Fernando Pedreira. Escrevem e atuam simultaneamente nos dois jornais, nivelados e identificados. Pedreira estreou agredindo-nos, insolitamente, com aquela empáfia que faz lembrar o velho galo para quem o sol nascia porque ele cantava no poleiro. Por outro lado, não surpreendeu. Confirma aquela regra de ciência política segundo a qual todo o militante da esquerda que passa a prestar serviços à direita nunca mais volta. Fica com a direita, tornando-se, muitas vezes, mais realista que o próprio rei.

**Reação no ICM** – A queda na arrecadação do ICM, até junho, nada mais foi que uma consequência lógica da política do czar da economia, Sr. Delfim Neto. No quadro geral, o Rio foi muito prejudicado pelas exportações. Afirmamos que nenhum outro Estado executou uma política financeira tão austera e eficiente como o Rio de Janeiro. Estamos recuperando firmemente a arrecadação:

	<b>Crescimento nominal</b>	<b>Crescimento real</b>
1º bimestre	148,3%	-22,8%
2º bimestre	183,8%	-13,8%
3º bimestre	205,9%	-7,5%

E, já em julho, a arrecadação teve um crescimento real de 10%. Permanece a afirmação do economista César Maia: até dezembro a arrecadação estará normalizada.

**Dois pesos** – Imaginem os leitores se ocorresse aqui no Rio a chacina de San Isidro (EUA), quando um veterano do Vietnã entrou num McDonald's e matou a tiros 22 pessoas inocentes, além de ferir outras tantas. E, ainda, se o assassino fora um policial reformado: o JB clamará aos céus, acusando de incúria o Governo Brizola. E, mais ainda: se durante o Carnaval ou o desenrolar do comício de 1 milhão de pessoas surgisse um liberado condicional – (Ah! Os direitos humanos!) – atropelando e matando com seu carro, como ocorreu agora nas Olimpíadas de Los Angeles, o que não se diria contra o Governo do Estado e contra o Rio? Pois bem, sobre esses horrorosos massacres, sabem o que o senhor Brito escreveu no JB? Simplesmente esta sofisticação: “São agressões gratuitas da loucura quotidiana dos tempos modernos”.

**A causa dos “royalties”** – O assunto está no Congresso. O veto presidencial à decisão dos congressistas é uma injustiça que precisa ser revista, pois é direito legítimo dos Estados e Municípios usufruírem desta riqueza de seu subsolo. O Governo do Estado espera que seus “cobradores” agora usem sua experiência de cobrança para defender o Rio de Janeiro.

**Educação** – Voltam às aulas 1.666.145 alunos da rede oficial do Estado e do Município. No início do ano letivo, o Governo do Estado ofereceu 358 mil vagas a mais em relação ao ano anterior, das quais mais de 90% foram preenchidas graças à decisão de manter as matrículas abertas ao longo do período. Estamos construindo mais e mais escolas. As crianças têm passagem gratuita para ir e vir. Não tem sido fácil vencer as incompreensões, mas chegaremos lá. Cada dia melhoramos o merendão. No curso do mês de agosto, o copão de leite B (que só rico toma) já estará sendo servido às 300 mil crianças previstas neste primeiro programa.

# Injustificável procedimento

Quem está por trás dessa insidiosa campanha, dessa política de asfixia e discriminação contra o Rio de Janeiro? Gostaria que o leitor tirasse as suas próprias conclusões.

Quem manda e desmanda na economia e nas finanças deste País? É S. Exa. o Sr. Presidente da República, diretamente? Todos sabem que não. É público e notório que S. Exa., há muito, delegou, de forma ampla, ao Sr. Antonio Delfim Neto o poder de gerir e decidir discricionariamente em matéria econômico-financeira. O Sr. Ministro do Planejamento foi concentrando, assim, tudo em suas mãos. Dispõe sob seu arbítrio do Ministério da Fazenda, do Banco Central, do Banco do Brasil e de todo o conglomerado tecnocrático de órgãos e mecanismos que controlam as finanças e a economia. Até o Tesouro Nacional e a Casa da Moeda o Senhor Ministro chamou a si. Quando questionado, escuda-se, ardidamente, nas exigências do FMI ou então justifica-se invocando a necessidade de “exceções inevitáveis, impostas pelas circunstâncias”.

**É indisfarçável, pois, o papel central e inequívoco que o Sr. Delfim Neto desempenha em tudo o que se vem fazendo de mal contra o povo fluminense. Exigências descabidas sobre compromissos que ele próprio sugeriu e homologou anteriormente, sabendo que o Estado não tinha a menor condição de cumpri-los (caso do Metrô, do festival de empréstimos do Governo Chagas Freitas etc., etc.); retenção indevida, desde março, de tributos do Estado que a União é mera arrecadadora; procrastinações odiosas e injustificáveis para**

**a regularização de situações que aqui encontramos; orientação aos órgãos e agências financeiras para restringir financiamentos, de-  
longar a liberação de recursos contratados** – decisões que a União **deve** proporcionalmente ao Rio de Janeiro, porque aqui arrecada 20% de todos os seus fundos. Os **royalties** do petróleo encontraram o veto do Sr. Delfim. Enquanto isto, grupos privados e outros Estados têm sido atendidos, em centenas de bilhões, com todas as facilidades.

Mas o que é pior e verdadeiramente inacreditável é a concessão de financiamentos favorecidos a dois grandes jornais (um daqui e outro de S. Paulo), de dezenas de bilhões de cruzeiros, dedicando-se estes órgãos de imprensa, coincidentemente, a atacar, desmoralizar e cobrar impiedosamente do Governo local, eleito pela população. Considerem as condições destes empréstimos: 6 anos de prazo, 3 anos de carência, 12% de juros e **10% da correção monetária!** Nem uma creche casulo de alguma favela consegue algum dinheiro emprestado nestas condições.

Aí tem a população alguns dados para o seu julgamento. Voltaremos, como se impõe, com detalhes sobre toda esta ordem de problemas. Lamento, mas não tenho outra alternativa. Preciso ser claro e incisivo. Fui eleito para defender os interesses do povo do Rio de Janeiro.

**Arrocho** – Estes números e informações permitem ao leitor fazer uma ideia do arrocho que nos vem impondo o Sr. Delfim Neto. Nossa administração financeira tem sido irrepreensível em matéria de austeridade. Não tememos o confronto com qualquer outro Estado da Federação. Em 1982 (Governo Chagas Freitas), o Estado obteve 772 bilhões de cruzeiros (moeda de hoje)<sup>4</sup>, em títulos, empréstimos e operações externas; em 1983, reduziram-nos para 179 bilhões; este ano, somente no fim do primeiro semestre, autorizaram 100 bilhões em

4 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 1933

títulos para a cobertura do déficit. Tudo o mais está pendente de solução: BNH, BNDES, Caixa Econômica etc., embora o Estado venha cumprindo seus compromissos com os diversos órgãos e agências da União, tendo como única exceção parte dos compromissos do Metrô. Mesmos estes, com propostas de equacionamento. E com relação a outros estados, como procede o Sr. Delfim? Vou citar apenas três exemplos. O Governo de Minas Gerais aumentou seus empréstimos em torno de 70% e o do Paraná em 100%. Quanto aos governadores do PDS, apenas imagino. O único que sei é o caso do Sr. Jair Soares (RS), que conseguiu agora (candidatura Andreazza) quase 300 bilhões de operações de crédito.

**Educação popular** – Não insistam. A população sabe defender-se de tudo o que vem de um mundo que não é seu e que tenta manipular ou conduzir seu julgamento. Refiro-me a certas manchetes, títulos, tomadas de TV e notas irradiadas sobre o início das aulas. Cataram falhas para exaltar situações negativas. Nenhum apoio e estímulo. Os resultados dos esforços de tantos aí estão: merendão, leite, transporte gratuito, material escolar, mais de 10 mil novos professores, 92% das 358.408 novas vagas preenchidas este ano. A população sabe disto tudo. Deprimir, desanimar, por quê? Alguma falha sempre existe. Vamos ajudar a motivar todo este pessoal que está trabalhando em benefício das nossas crianças para que não mais

ocorram como agora: muitas delas, todas as semanas, em número crescente, vão se tornando pivetes e assaltantes.

**Desembarque dos bárbaros** – Foi a partir de maio do ano passado (essa data não é casual) que o JB começou a mudar. De início, com intrigas querendo dividir o PDT: espaços à vontade para irresponsáveis tipo Fonsequinha. O grande órgão da imprensa liberal, austero, respeitado, equilibrado, informativo foi assumindo progressivamente as suas posições de hoje. Como é natural, foi também afinando e perdendo leitores e assinantes, para tristeza de todos nós. Enquanto a saudosa Condessa Pereira Carneiro vivia, o Senhor Brito ainda era mais ou menos contido. Depois, os comprometimentos. E, por consequência, a ocupação das principais funções dos que fazem e orientam o jornal por parte de profissionais vindos de São Paulo e Brasília. Não é mera coincidência que atuem a partir destas cidades os senhores Maluf, Delfim e Andreazza. Passaram estes senhores e tudo o que fazem, a ser dignificados inteligentemente pelo Jornal. Hostilizar, de forma sistemática, o Governo do Rio e a mim, sem dó nem pena quanto às consequências para a população, foi parte importante do pacote de tarefas recebidas. Deus é grande: O pior já passamos. O Rio de Janeiro sempre foi e continuará sendo o coração deste País. Não conhecem o povo fluminense. Ao longo da história, muitos bárbaros já desembarcaram aqui e deram-se mal.

## Oposição de encomenda

Entre os grandes órgãos de comunicação do País inteiro, os únicos jornais que tratam o Governo do Rio de Janeiro e suas autoridades legitimamente constituídas de forma depressiva e desrespeitosa, procurando sempre desmerecer, achincalhar e destruir, são o Jornal do Brasil e O Estado de São Paulo. A população local e a opinião pública do País já se aperceberam há muito que essa oposição, persistente e sistemática, não poderia ser senão a chamada oposição de encomenda.

Trata-se de um plano que vem sendo engendrado e alimentado nos desvãos do Ministério do Planejamento e cujos objetivos são os de asfixiar e imobilizar – anular, enfim – o Governo do Rio de Janeiro. Esta insidiosa campanha faz parte deste plano. Verificaremos que outros mecanismos, com os dias, deverão ser mobilizados contra nós. Enfrentaremos os nossos agressores a golpes de argumentos e de verdades. A população julgará todos nós, inapelavelmente.

Agora mesmo, entra em campo a famosa “Agência Gallup”. Sabem os leitores, através de outras publicações, que esta organização vem atuando associada ao JB e ao Estadão. Felizmente, suas famosas “pesquisas” já não contam mais com nenhuma credibilidade pública. Trata-se de uma agência cuja doutrina vem da “Gallup” norte-americana. Todos se lembram de sua atuação nas últimas eleições do Rio de Janeiro. Neste País, muitas coisas ainda estão encobertas. Mas o nevoeiro que se estendeu sobre nós, por consequência destes 20 anos de arbítrio, dia a dia vai se dissipando.

Como podem constatar todas as pessoas justas e sensatas, estes ataques insidiosos e de baixo nível não configuram, de nenhuma forma,

uma conduta digna e isenta, uma linha respeitável de oposição democrática. Nem de longe se trata daquela função crítica que todos devem reconhecer como um sagrado direito da imprensa, que é, acima de tudo, fonte construtiva da elucidação de todos os problemas.

Rigorosamente não. Ao contrário: esta campanha tem todas as características de uma oposição cega e radical, sem nenhum conteúdo de espírito público, destituída de qualquer critério de equilíbrio e justiça; tem o exclusivo propósito de fazer mal. Só interesses escusos, regados por sentimentos mórbidos – no caso específico do Sr. Nascimento Brito – podem explicar semelhantes desatinos e irresponsabilidades.

O grande jornal da Condessa Pereira Carneiro vem sendo conduzido pelos descaminhos da imprensa vulgar, em função do envolvimento de seu herdeiro e atual proprietário. É tão irresponsável este procedimento, a ponto de menosprezar e atingir os interesses da própria comunidade a que sempre serviu o tradicional Jornal do Brasil – de forma exemplar – ao longo de quase um século de existência. Provavelmente os interesses prioritários agora vêm sendo outros.

A opinião pública do País e, mais que ninguém, o povo do Rio de Janeiro saberão distinguir e, quando for necessário, defender, de seu atual mentor, este patrimônio nacional que se chama Jornal do Brasil.

**Boicote** – Verifiquem os leitores até aonde chega a irresponsabilidade do Sr. Nascimento Brito, de sua equipe de editores e redatores (importados de São Paulo e Brasília), ao noticiar, no “Informe JB”, que o Governo de Leonel Brizola “determinou aos órgãos da Administração do Estado o boicote de verbas de publicidade oficial do Jornal do Brasil”. E mais: que se tratava de uma manipulação indevida, como acontece com o dinheiro do jogo do bicho. Como se vê, trata-se de uma matéria bem típica da chamada imprensa marrom: insinuações maldosas

em função de coisas improcedentes, mas necessariamente em defesa de interesses próprios. Sobre o jogo do bicho, a população sabe que meu Governo não admite promiscuidades. Defendemos publicamente a sua legalização, como o fez o Ministro Jarbas Passarinho. É melhor regularizar uma situação de fato – que nenhum governo, há decênios, conseguiu coibir. Em lugar de reprimir bicheiros, preferimos empregar o pessoal da Polícia no combate à violência e à criminalidade. Há muito que tentam envolver meu Governo e suas autoridades com estas práticas. Estão muito enganados. Jamais conseguirão nos atingir. O senhor Brito sabe que os banqueiros do jogo do bicho, partidariamente, estão muito mais próximos dele próprio do que de nós.

**Recuperação de conjuntos** – Dentro do nosso programa habitacional, liberei, na última semana, 630 milhões de cruzeiros para dar continuidade a obras de recuperação e melhoria em 16 conjuntos habitacionais da área urbana e suburbana do Grande Rio. Já antes, o Governo havia liberado 320 milhões de cruzeiros<sup>5</sup>, chegando, pois, a quase 1 bilhão o total das verbas destinadas ao setor.

**Economia com gás natural** – Quando todas as indústrias que assinaram convênios com a CEG estiverem substituindo o óleo combustível por gás natural, o País terá realizado uma economia de cerca de US\$ 150 milhões. A inauguração dos 44 quilômetros do anel industrial da CEG beneficiará 150 indústrias e milhares de famílias.

**Boicote (II)** – Tratei de me informar sobre o que vinha ocorrendo com a publicidade para o JB, por desconhecer o assunto. Verifiquei que os próprios dirigentes do JB é que se recusaram

a publicar a nossa matéria “Esclarecendo a população”, na edição de 5 de agosto último, nas condições do mercado, como vinham procedendo até aqui. Exigiram, surpreendentemente, maior preço para a matéria oficial. Por isso, não foi publicada. Quem assumiu atitude discriminatória foi o Sr. Nascimento Brito. Mesmo assim, reiterarei que as publicações do Estado continuassem sendo oferecidas ao JB, à Rádio JB e à sua Editora, como até aqui, desde que a custos normais. Espero que ele não considere boicote o critério técnico básico que estamos adotando, como princípio, de distribuir a publicidade oficial conforme a audiência e a tiragem de cada órgão, ressaltando a situação específica dos periódicos e da imprensa do interior. Não levamos em conta que o senhor Brito vem especializando o JB em textos, editoriais e literatura de direita, como sejam: exigência de repressão violenta e remoção de favelas; defesa da política racial da África do Sul; repulsa às eleições diretas e exaltação do modelo econômico e da política do Sr. Delfim Neto. Como todo o povo do Rio de Janeiro, sabemos distinguir o velho JB que tanto admiramos das idiosincrasias e comprometimentos do Sr. Nascimento Brito.

**Cartas do leitor** – Recomendei a todos os Secretários de Estado, ao Prefeito do Rio de Janeiro e a todos os titulares de empresas, autarquias e fundações da Administração Estadual e do Município que examinem e considerem, com a maior atenção, as cartas dos leitores, publicadas nas respectivas seções da imprensa diária. Além dos necessários esclarecimentos e providências correspondentes, solicitei que enviem cartas ou telegramas aos respectivos jornais, informando-os diretamente.

5 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 1961

## Doença Social

A população tem os mais justos motivos, está coberta de razão. Este problema da violência e da criminalidade vem se tornando intolerável e inadmissível. É certo que este drama não é somente nosso. Vem atingindo, de forma brutal e crescente, todas as grandes cidades brasileiras, particularmente as duas maiores, São Paulo e Rio de Janeiro.

Há esperanças de que esta situação venha a ser controlada e vencida pelas autoridades públicas? Considero que sim, se for enfrentada, conscientemente e em conjunto, pela sociedade e pelo Governo. Trata-se de uma verdadeira doença social. Estamos sofrendo seus trágicos efeitos. Não podemos fechar os olhos para suas causas. Tanto isto é verdade, que o mal vem se agravando nestes últimos anos, porque apenas se vem tratando de seus efeitos. Um certo nível tolerável de violência e criminalidade existe até mesmo nas comunidades mais evoluídas do mundo. Mas aqui, como em outras nações com as nossas características, não é isto o que ocorre. Chegamos a níveis de calamidade. A nossa situação pode ser comparável a de uma pessoa que vem tratando suas dores de cabeça apenas com analgésicos e foi aumentando a dose sem cuidar das origens de seus males.

Seria uma insensatez deixar de reconhecer a necessidade de medidas enérgicas, preventivas e repressivas, mais ação e mais policiamento ostensivo, melhor técnica e eficiência, mais remédios para aliviar os efeitos.

Mas chegamos a um ponto em que não podemos deixar que passe um minuto mais sem atentar, decididamente, para as causas de uma situação que adquire, cada dia mais, as características de uma verdadeira tragédia.

Se tão-somente a presença ostensiva da autoridade policial, a repressão, as batidas

indiscriminadas, com todas as suas consequências de abusos e humilhações, representassem a solução, a erradicação da violência e da criminalidade, então o problema já estaria resolvido. Foi o que tivemos aqui durante quase 20 anos. Prevaleceu essa mentalidade. Inclusive sob o comando direto de oficiais superiores das Forças Armadas. E não faltaram demonstrações de força e espetacularidades, amplamente divulgadas.

E quais foram as consequências? O problema não foi sequer controlado, muito menos resolvido. Ao contrário, agravou-se dramaticamente. Basta comparar estas duas épocas, os anos próximos-anteriores a 64 e os últimos tempos.

Argumentam com a urbanização incontrolada. Mas aí está uma das maiores acusações que se pode fazer a um regime que teve tudo nas mãos e permitiu, sem prever e planejar, essa balbúrdia que foi o processo de urbanização em nosso País. Hoje, Rio de Janeiro e São Paulo, para citar os exemplos mais escandalosos, em lugar de possuírem cinturões verdes, o que têm são cinturões de miséria e de pobreza, de abandono, desocupação e de fome, onde milhões de seres humanos, sabe Deus como, se agitam para sobreviver.

Afirmar que esse contexto de miséria e marginalização de milhões de pessoas, que se amontoam nas favelas e na periferia, não tem nada a ver com a incidência crescente de criminalidade no Rio de Janeiro é proceder como o avestruz ao esconder a sua cabeça. De onde vêm os novos contingentes de crianças, de adolescentes e jovens que a cada dia se tornam infratores?

Estou persuadido de que neste período complexo que atravessamos, ao sair de uma época de obscurantismo, o mais importante e urgente que temos a fazer – quanto às causas da criminalidade, é assistir e escolarizar as nossas crianças e adolescentes. Mais que uma prioridade, é uma emergência. Precisamos salvar as

nossas crianças dos descaminhos, dos desvios de conduta. Não basta a escolarização de duas ou três horas. É indispensável que permaneçam na escola – estudando, comendo, ocupando-se durante todo o dia. É necessário, evidentemente, cuidar de todos os demais problemas. Mas esta é a prioridade das prioridades.

Encontro-me diante de uma herança trágica. A situação de miséria, sem perspectiva, de milhões de famílias é a fonte alimentadora dessa desgraça social que funciona como uma espécie de viveiro ou como se fora uma fábrica, sempre com seus pátios cheios.

Se não atentarmos, simultaneamente, com a mesma determinação e firmeza, para os efeitos e causas da criminalidade, estaremos diante de uma luta sem fim, a cada hora mais dramática, mas irremissivelmente perdida.

**Guerra suja** — Leiam, a propósito, o que o “Jornal do Brasil” publicou, num dos seus editoriais, em 22.11.79: “Eles são os combatentes de uma guerra suja, que todos os dias atinge milhares de pessoas. Roubam, assaltam, matam. Muitas vezes são presos, espancados, torturados e mortos. Nas prisões e reformatórios, passam por verdadeiros cursos intensivos de criminalidade, com direito a **pós-graduação**. E se sobrevivem aos embates com a polícia, ingressam na maioria adestrados, capazes das maiores proezas criminais. Se isto acontece com 2 milhões de menores, vivemos uma calamidade pública, que o Governo e a sociedade tentam esconder, ignorar ou minimizar, ou então resolvê-lo sugerindo que o problema do menor é um caso de polícia. É uma visão estreita, simplista e simplificadora. É claro que, bem aparelhada e bem paga, a polícia poderá atuar melhor e dar mais segurança à sociedade. Mas a questão crônica do menor abandonado é mais ampla. Trata-se de mais um **Fruto da Miséria**”. Não me surpreende. O velho e querido JB, de outros tempos, era assim mesmo: coerente, lógico, sério, isento, com a preocupação permanente de elucidar a fundo todos

os problemas, seus efeitos, sem desconhecer suas causas. Atualmente, como já sabe a população, prevalecem outros interesses e compromissos predatórios da credibilidade e do conceito da instituição.

**Prioridade máxima** – Os mesmos que permaneceram em silêncio completo durante quase duas décadas, hoje reclamam e cobram, todos os dias, de nosso Governo, tudo aquilo que deixaram chegar a um estado criminoso de abandono e decadência: as escolas, como os piores e mais abandonados edifícios públicos do Estado, com 700 mil crianças e adolescentes fora das aulas. Este ano, já conseguimos matricular a metade dessas crianças. É verdade que ainda em condições muito precárias. Mas estamos trabalhando firmemente. Cada dia acrescentamos alguma coisa e vamos avançando. Haveremos de chegar até lá, neste período de governo: **nenhuma criança fora da escola, no Rio de Janeiro**. Hoje, dedico aos nossos cobradores, que continuam negando a sua colaboração para motivar a todos em torno dessa causa prioritária, mais estes dados: meio milhão de cadernos, inteiramente grátis, para as crianças da rede escolar do Estado; liberação de Cr\$ 687.098.000,00 destinados a ampliação, reformas e aparelhamento das escolas Conde Pereira Carneiro (Angra dos Reis), Luiz Guaraná (Campos), Santo Inácio (Caxias), Bernardino Mello Jr. (N. Iguaçú), Oswaldo da Rocha Camões (Resende), Cel. Serrado (São Gonçalo), Prof. Kopke (Três Rios) e Prof. L. Bernardes (Vassouras).

**1 milhão na cabeça** – Eis a melhor resposta aos “Pesquisadores” da agência Gallup. Só um Governo prestigiado pela população tem condições de atrair a confiança de um número crescente de depositantes. Ninguém separa o Banerj do Governo local, pois é o estabelecimento bancário oficial do Estado. Estamos atingindo a 1 milhão de depositantes na caderneta de poupança do povo do Rio de Janeiro, como o é a Caderneta Banerj. Por outro lado,



isto vem demonstrar a pouca credibilidade dos que, em alguns momentos, têm procurado atingir o Banerj. Esse apoio cada dia maior da população aumenta as nossas responsabilidades, dos funcionários e dirigentes do Banco e de todos nós da Administração Pública do Estado

**Maracanã** – Lamentavelmente, tivemos que interromper as atividades do Estádio Mário Filho (apenas 2 jogos), por um prazo que calculamos em 15 dias. Encontramos o grande Estádio em deplorável situação de abandono, altamente deficitário em sua exploração (incrível!), funcionando precariamente e dentro de um mar de irregularidades e favorecimentos. Frente às dificuldades financeiras do Estado, verificamos que os recursos estavam lá mesmo, no próprio Maracanã. E, a partir de agora, começamos a mobilizá-los. Estamos aplicando nestas obras de recuperação do revestimento da marquise cerca de 200 milhões<sup>6</sup>. Obras rápidas e de urgência. Por proposta do Secretário de Esporte e Lazer, estão previstos mais 143 milhões para obras de elevação do piso da geral, ampliando, desta forma, a visibilidade para os seus frequentadores. Trabalhamos na execução de um programa de melhoramentos e modernização do Maracanã, utilizando recursos que estão sendo gerados no próprio estádio, como ocorre em outras cidades do País. A seguir, recuperado o Maracanã, aplicaremos os recursos por ele gerados na difusão do esporte, construindo quadras polivalentes onde for possível e melhorando os pequenos estádios do Rio e do interior.

**Opinião pública** – O Governo do Estado vem recebendo comovidas e carinhosas mensagens de apoio e desagravo, a propósito dessa campanha injusta e odiosa de que tem sido alvo por parte de dois órgãos da imprensa, um do Rio e outro de São Paulo. Agradeço a todos os cidadãos e instituições que se mobilizam em defesa dos interesses do Rio de Janeiro. Pena que mensagens semelhantes, com outro teor, não sejam

endereçadas aos nossos detratores. Só assim eles teriam uma ideia exata do fosso que estão cavando entre eles e a população.

**Perversidade** – Um dos processos mais desonestos, aqui introduzidos com grande intensidade ao tempo do lacerdismo, é o de focalizar, com referências difamatórias, os auxiliares diretos de um governante. Como não têm condições morais de atingi-lo diretamente, procuram criar dúvidas e suspeitas sobre as atividades e a conduta de seus colaboradores. Ainda mais quando são pessoas modestas, sem aqueles sobrenomes pomposos das grandes famílias. Atribuem-lhes, por exemplo, poderes que não fazem parte de suas funções, com o propósito de incompatibilizá-los. Aviso a estes cultores da perfídia sistemática que, comigo, tomam o bonde errado. Sei defender-me, como também tenho por hábito assumir a defesa dos meus auxiliares quando injustamente acusados. Alguns poucos jornais com circulação regular, certas revistas e periódicos continuam utilizando este método indecoroso, particularmente certos “colunistas” inescrupulosos. Liberei os meus colaboradores no sentido de que responsabilizem judicialmente os seus detratores. Quanto a mim, não o farei. Utilizo-me de métodos ao meu alcance, mas eficientes; ou seja, desmoralizá-los perante a opinião pública e junto à própria comunidade dos profissionais de imprensa.

**Piquet** – Não confundam os leitores. Não se trata do nosso Piquet, orgulho do povo brasileiro, bicampeão mundial de Fórmula 1. Trata-se de um outro Piquet – o Carneiro, funcionário do segundo escalão do Governo Federal –, que está pretendendo aparecer (quer ser notado, certamente, porque sonha com altas funções, pois acredita que Maluf ou Andreazza vencerá no colégio eleitoral) ao criticar o Governo fluminense quanto ao Estatuto da Microempresa. Somos contra este projeto federal, por ser uma espécie de barretada com o chapéu alheio. Quer dar

6 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 1993

benefícios à microempresa, à custa das rendas dos Estados. É insuficiente e até discriminatório. Aqui no Rio, desenvolvemos uma política coerente para as microempresas: reduzimos seus encargos fiscais de tal modo que, em seis meses, deixamos de recolher 5 bilhões, que se transformaram em estímulo ao setor para a geração de novos empregos. São 38 mil firmas

assistidas pelo nosso programa. A Assembleia aprovou nosso Projeto, extinguindo dívidas fiscais pendentes das micros. 400 dessas empresas foram beneficiadas. No Rio de Janeiro, estamos dando resposta concreta às necessidades das microempresas e não meras palavras: simples acenos de boas intenções. Sr. Piquet: quem não fez em 20 anos, não fará jamais.

## Jornalismo marginal

Quando um potentado qualquer contrata um provocador, um pistoleiro ou um sicário com a finalidade de atentar contra uma determinada pessoa, de um modo geral, todos entendem e identificam este tipo clássico de delito. Ocorrem, porém, situações idênticas nem sempre tão evidentes, particularmente, na atividade política e na imprensa. Quando, por exemplo, o dono de um poderoso jornal procura e contrata um jornalista inescrupuloso, um verdadeiro pistoleiro da imprensa, com a missão específica de atentar, não contra a vida, mas contra a honra e a dignidade de um governante, hostilizá-lo e injuriá-lo, permanentemente, seu procedimento em nada difere daquele tipo de empreitada delituosa. Moralmente, não há como fugir a este julgamento.

A existência de dinheiro e de interesses mesquinhos agrava estas situações. É exatamente o que vem ocorrendo com o “Estadão” e o “JB” nesta campanha desonesta e insidiosa contra o Governo do Rio de Janeiro e contra mim, pessoalmente. Os senhores Nascimento Brito e Júlio Mesquita III, atuais herdeiros e proprietários destes dois grandes jornais, contratam o “jornalista” Nertan Macedo (NM) para fazer o trabalho sujo, porque não seria naturalmente recomendável ao bom nome das respectivas famílias fazê-lo diretamente. Mas o verdadeiro mandante, aquele que derrama a cornucópia do Tesouro Público, é o todo poderoso ministro Delfim Neto.

Recordo-me quando deram início a esta empreitada. Foi por volta do primeiro semestre do ano passado. O Sr. Mesquita começou a exigir da sucursal do “Estadão”, no Rio de Janeiro, matérias que atacassem a mim e ao meu Governo.

Teve até que demitir profissionais que se recusaram a desempenhar este papel. Finalmente encontrou e contratou Nertan Macedo.

Situação análoga passou-se no “JB”. Os profissionais representativos da sua linha tradicional foram substituídos por um grupo procedente de Brasília e São Paulo. E o próprio Nertan Macedo passou a ocupar os espaços antes somente reservados a grandes nomes da imprensa, como Tristão de Athayde, Barbosa Lima Sobrinho e tantos outros.

De início, as pessoas honradas se perguntavam sobre o porquê dessa campanha. Logo entenderam. É que meu Governo, sem nenhuma pretensão pessoal, surgiu no cenário do País como um símbolo da condenação de tudo o que se fez nestes 20 anos de autoritarismo, seus métodos e seus responsáveis.

Desprestigiar e demolir este Governo tornou-se uma causa imperativa, uma espécie de obsessão para os que sustentam o modelo econômico imposto ao povo brasileiro e insistem em continuar. O Rio de Janeiro emergiu como um polo real da restauração democrática de nosso País.

**Graves sinistros** – Em nosso Estado, desgraçadamente, vêm ocorrendo os mais graves sinistros. Há pouco tempo, foram dois desastres ferroviários com dezenas de feridos. Agora, a terrível explosão de uma plataforma da Petrobrás na Bacia de Campos, com o sacrifício de quase 40 trabalhadores, técnicos e engenheiros, além de muitos feridos. O que as autoridades estaduais e municipais podiam fazer em matéria de assistência aos atingidos e suas famílias, foi feito. Mas a nossa solidariedade deve ir mais longe. Por que não se questionam, com o vigor necessário, as causas destes graves acidentes e não se apuram as responsabilidades correspondentes? Imaginem se estes sinistros ocorressem na área do Governo do Estado. O mundo viria abaixo.

**Gás natural** – Pela primeira vez na história de nosso País, milhares de residências começaram a ser abastecidas com gás natural, e centenas de indústrias beneficiam-se deste programa. Foi a primeira etapa de um grande esforço que realiza nosso Governo, através da Secretaria de Minas e Energia e da CEG. Construimos um gasoduto de 44 mil metros. Vencemos a resistência da Petrobras que, no fundo, pretendia abocanhar a CEG e complicar ainda mais o seu gigantismo ou entregar a distribuição a particulares. O Governo Federal deixou de cumprir o convênio nº SG-22/80, pelo qual deveria nos repassar 15 bilhões de cruzeiros<sup>7</sup> e não o fez. Pois, assim mesmo, cumprimos esta primeira etapa: estamos fornecendo gás às indústrias, economizando milhões de dólares e, principalmente, ligando milhares de residências à nossa rede (Bairro Araújo, em Irajá, onde começamos). Combustível mais forte, sem necessidade de bujões nas casas, nem pagamentos adiantados, nem estoque ou compras antecipadas nas indústrias. O ingresso do gás natural em uma indústria é equivalente à passagem do vapor para eletricidade. Nesta primeira fase, fizemos uma inversão aproximada de 18 bilhões de cruzeiros. Agora, nós lançamos uma segunda etapa: **abastecimento para residências na Ilha do Governador** (inversão superior a 5 bilhões) e obras de expansão e manutenção do sistema de transmissão e distribuição para **residências e indústrias em Jacarepaguá** (investimento de 3 bilhões). Aplicaremos ainda 210 milhões de cruzeiros em obras de reconstrução do asfalto nas diversas ruas do Rio e outras zonas, em reparações a serem feitas devido a obras da CEG. Esperamos que a FINEP, do Governo Federal, venha acolher a proposta de financiamento para estas obras. O Estado já está cumprindo com sua parte, investindo o que lhe corresponde. Ao fazer este registro, devo lamentar os inexpressivos espaços que os

meios de comunicação dedicaram a um avanço realmente significativo em nosso desenvolvimento. Não estou pretendendo publicidade ou querendo elogios para o meu Governo. Apenas reclamando comentários, espaços e apreciações correspondentes a uma situação real, a informação proporcional aos fatos, para que o contribuinte saiba onde estamos aplicando os recursos que o Estado recolhe aos cofres públicos, sob forma de impostos e taxas.

**Cobradores** – O meu Governo não se vangloria com estes números. Preferíamos que não houvesse necessidade de tantas prisões, que vivêssemos num outro ambiente, sem tanta criminalidade e violência, sem tantas crianças e adolescentes crescendo carentes e sem futuro. Vejam estes números: durante o ano de 1982, foram realizadas 1.834 prisões no Rio e no interior; em 1983, um total de 5.520 prisões; no primeiro semestre de 1984, já atingimos o número de 4.739 prisões. Trata-se de prisões em flagrante, de ação policial completa. Note-se que no ano de 1983 tivemos apenas nove meses de atuação. Os nossos cobradores impenitentes de hoje (JB do Sr. Brito, por exemplo) nunca fizeram este tipo de cobrança anteriormente. Recebemos esta herança triste e a estamos enfrentando, firmemente, como estas estatísticas demonstram. Sofremos os efeitos da incúria, do desleixo e da incompetência, como os números de 1982 demonstram. Por que não cobraram àquela época? Simplesmente por cumplicidade com as práticas do regime. Deixaram esta situação agravar-se durante 20 anos e agora querem bancar os defensores da população.

**Financiando o interior** – O BD-Rio acaba de abrir uma linha de crédito, em convênio com o BNDES e o Centro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, no valor de 800 milhões de cruzeiros. Estes recursos vão reforçar o programa **“Estamos aqui”**, do nosso Banco

7 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 1993

de Desenvolvimento, iniciado no primeiro semestre e que, em apenas dois meses, estruturou 109 operações de crédito com pequenas e microempresas de 13 municípios do interior, num total de 546 milhões de cruzeiros. Este mês, o programa se estenderá por mais 12 municípios, graças à atuação das frentes instaladas, pelo Banco, em **Itaperuna, Miracema e Santo Antonio de Pádua**, responsáveis pelos levantamentos e contatos com empresários destas áreas. Desde o dia 7 último, o BD-Rio já colocou à disposição destas novas frentes de

trabalho o total de 200 milhões de cruzeiros, com duplicação desta quantia prevista para um futuro imediato. O BD-Rio já mantém bases regionais de atuação em **Macaé, Campos e Nova Friburgo**. Dentro em pouco estaremos em outras regiões. Objetivos: desenvolver o interior, mais empregos e fontes de trabalho nas cidades, vilas e no campo, diminuindo o êxodo rural. Não é sem razão, por esta e por outras, que o Estado do Rio de Janeiro vem apresentando uma pequena redução no índice de desemprego.

## Fins inconfessáveis

A opinião pública do País, a população de nosso Estado e, muito particularmente, todas as pessoas de bem há muito já se aperceberam porque o “Jornal do Brasil” do Sr. M. F. Nascimento Brito vem atacando e achincalhando, todos os dias, a Administração do Rio de Janeiro e seu Governador. Com relação a “O Estado de São Paulo” (J. Mesquita Neto), embora mais sofisticado, isto também está se tornando claro. Para a população basta uma ponta desse tipo de **iceberg** para o seu infalível julgamento. Ela conhece esse pessoal de outros carnavais: suas obras, seus feitos e interesses.

E como foi possível que dados concretos permitiram a tantas pessoas tirarem as suas conclusões?

**Primeiro:** configurou-se, desde logo, que se tratava de uma campanha invariavelmente **dirigida contra:** sem nenhuma isenção e sem preocupações com o bem público; mal-intencionada, de ataques sistemáticos e eivados de facciosismo e maldade. Como é natural, desde o início despertou suspeitas. Todos diziam, nas ruas e rodas de conversa: “Algo está atrás de tudo isso. Tem carçoço neste angu. Que Diabo, ficaram em silêncio durante os oito anos do Chagas e outros tantos da ditadura e agora, de repente, exigem e reclamam de tudo! Dar crédito a isso seria conceder demasiado espírito público a esses fariseus”.

**Segundo:** tornou-se do conhecimento público que os referidos senhores Brito (JB) e Mesquita Neto (Estadão) são sócios, parceiros e beneficiários em grandes negócios e operações, concedidos pelo Governo Federal, de dezenas de milhões de dólares, e também de bilhões e bilhões de cruzeiros (PISA S/A e as chamadas

debêntures DEBAN / DIDEC-11-83/00984). E como ninguém desconhece, sobre essas grandes operações no Banco Central, no Banco do Brasil e BNDES só uma pessoa resolve e decide: o Sr. Delfim Neto e mais ninguém. Principalmente quando se trata de operações de exceção, com cláusulas de favorecimento. São os chamados empréstimos de pai para filho. Brito e Mesquita, como é compreensível, passaram a depender das benesses do poderoso Senhor Ministro do Planejamento. Atacar e hostilizar impiedosamente o Governo Leonel Brizola seria como lubrificar todas as engrenagens e o próprio centro motor das decisões. Além disso, forneceria matéria e inspiração para, em conversas posteriores, estabelecerem outros desdobramentos. Que o Sr. Delfim (uma das peças centrais do núcleo autoritário do regime, como responsável e executor do modelo econômico) está empenhado em asfixiar o Governo do Rio de Janeiro é uma questão evidente demais. Dispensa qualquer demonstração. Reuniu-se, assim, a fome com a vontade de comer. Uma perfeita associação com fins inconfessáveis.

Desses comprometimentos decorrem as novas e inusitadas posições do velho JB, danosas ao nosso Estado e a favor de causas como os interesses do FMI e dos bancos internacionais: a defesa permanente dos atos do Sr. Delfim Neto (que considera um gênio); a justificação de coisas como o Colégio Eleitoral, o arrocho salarial e a extinção do ensino gratuito nas Universidades; e a pregação da segregação social, atribuindo a toda a população carente e favelada o estigma da marginalidade.

A defesa de tudo o que é antinacional, antidemocrático e antissocial. O outrora sério e coerente JB soma o compromisso de abrir as páginas para promover figuras como os senhores Delfim Neto, Nertan Macedo (NM), Chagas Freitas e Paulo Maluf. Um jornal que se dispõe a isso, revela-se por inteiro. Agora mesmo, vem malufando cada dia mais.

Que diferença da época em que ainda vivia a saudosa Condessa Pereira Carneiro. Sua presença diária na sede da Empresa – hoje podemos avaliar – era mais que um símbolo para a instituição, pois representava uma barreira moral aos ímpetus menores, embora rendosos, do Sr. M. F. Nascimento Brito. Melhor que ninguém, sabia a Condessa que o mais valioso patrimônio de um jornal é a sua credibilidade.

\* \* \*

**Prioridade Máxima** – Repetiremos sempre, em nossos atos e palavras: a educação para o atual Governo do Rio de Janeiro representa a mais alta prioridade. Esta causa deveria ser a maior preocupação, o centro de todas as atenções de qualquer Governo deste País que se decida, com realismo, a construir o nosso desenvolvimento econômico e social. Todos os dias e em todos os nossos atos esta causa está presente. Assistir com alimentação racional, com médicos e dentistas, educar e preparar para a vida as nossas crianças, adolescentes e jovens é o que de mais urgente precisamos fazer neste País. Trabalhamos diuturnamente e vamos avançando. Estamos recuperando escolas, organizando e construindo outras mais amplas e adequadas, como também cuidamos de dignificar e elevar o nível dos quadros do magistério público. A esta altura, estamos certos de que, no decurso do atual período de Governo, marcaremos um avanço sensível e importante. Incorrem num equívoco os que pretendem fazer intrigas do meu Governo com o ensino particular. Num quadro de carências como o que vivemos, tem o ensino particular um relevante e imprescindível papel, como a realidade demonstra. Ensino público e privado devem atuar harmonicamente em busca dos mesmos objetivos. Isto é: preparar os homens e as mulheres do futuro; exatamente aqueles que irão fazer tudo o que não conseguimos ou não tivemos a coragem de fazer.

**24 de agosto** – Acolhendo sugestões vindas de todos os setores da população, formalizamos, em ato oficial, a ideia de considerar 24 de agosto o **DIA DA CARTA-TESTAMENTO**. Mais que a morte do Presidente Getúlio Vargas, a referida data assinala o lançamento daquele manifesto, cujo impacto e posterior influência sobre os destinos do povo brasileiro são de uma profundidade que ainda não estamos em condições de avaliar. A presença de Vargas na vida brasileira e, principalmente, o seu pensamento conclusivo, que está expresso na Carta-Testamento, ensejaram ao nosso povo uma tomada de consciência real e segura dos seus verdadeiros direitos e interesses, da importância da sua unidade e a visão clara dos problemas nacionais. Enfim, de nosso futuro como Nação livre e independente. Divulgar o pensamento conclusivo do maior estadista deste século é uma questão cívica que interessa ao conjunto da Nação, com vistas às novas gerações. É o que ocorre com outros estadistas, civis e militares, sobre os quais os críticos do Presidente Vargas não ousaram fazer qualquer restrição.

**Uma Luz na Escuridão** – Trata-se de um programa de natureza social que a CERJ e a Secretaria de Minas e Energia vêm pondo em prática com acerto e eficácia. Encontramos a CERJ semifalida, com um déficit nas suas contas de Cr\$ 10 bilhões<sup>8</sup>. Recuperamos este déficit em menos de um ano de atuação. Ao lado de outras frentes – como a eletrificação rural, por exemplo – criamos este programa instituindo um fundo emergencial, com recursos oriundos dos dividendos repassados pelo Estado, com o objetivo de fazer ligações de luz para famílias de baixa renda e favelados. Tudo é feito com muita economia, mas com segurança e funcionalidade. A instalação será paga em 60 prestações, o equivalente a uma garrafa de cerveja por mês. O consumo corresponde a um padrão de entrada em cada casa, ¼ do padrão normal. Estamos

8 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 2062

avançando. Já atingimos, até este mês, 12.747 ligações. Só em agosto, faremos em São Gonçalo (400), Araruama (119), Niterói (193), São Fidélis (107), Saracuruna (250), Itaboraí (180), Campos (220), Teresópolis (163), Petrópolis (366) e ainda em Magé, Saquarema, Silva Jardim, Rio Bonito, Entre Rios, Cachoeiras de Macacu, Cabo Frio, Pádua, Três Rios, Casemiro de Abreu, Itaboraí, Miracema, Resende e Macuco, num total de 2.797 ligações. Até o fim do ano, nossa meta é chegar a 20 mil lares de nossa pobreza. E até o final do Governo, queremos atingir a 100 mil ligações, beneficiando cerca de 500 mil pessoas em todo o Estado.

**Leite das crianças** – Querem tirar o leite das crianças. Procurou-se fazer escândalo e alarme quanto à qualidade do leite B distribuído às escolas. A verdade é que nesse episódio houve pouco espírito público, pois era fácil verificar

que o produto distribuído às crianças é o melhor e mais higiênico, comparado a todo o leite consumido pela população. A questão das impurezas é um problema geral, que vem de longe. O leite que estamos consumindo agora é o mesmo, com idênticos padrões, que anteriormente. Não representa, como até aqui, nenhuma ameaça à saúde. Vamos tomar bastante leite, o máximo possível, principalmente nossas crianças. Produtores e autoridades estão tratando de elevar o nível de sanidade do leite que consumimos, desde a ordenha até as usinas de beneficiamento e pasteurização. O “JB” e o “Estadão”, ao questionarem este assunto, o que fizeram foi omitir que nosso Governo está realizando um esforço inédito, em termos nacionais, entregando o melhor leite existente no País a mais de 300 mil crianças de escolas localizadas em áreas carentes.



## Lá e cá

Considerem os leitores se ocorresse, nos Estados Unidos, uma associação com fins deletérios e inconfessáveis como a que ajustaram entre si os senhores Delfim Neto, Nascimento Brito (**JB**) e Mesquita III (**Estadão**). Isto é, que o Secretário do Tesouro norte-americano viesse a proporcionar créditos e facilidades inconcebíveis, pelos seus favorecimentos, ao “**New York Times**” e ao “**Washington Post**”, por exemplo. E mais: que estes favorecimentos fossem concedidos para “dar cobertura” à gestão econômico-financeira da autoridade concedente e, ainda, com a finalidade escusa de desenvolver, através daqueles jornais, uma campanha de destruição e achincalhes contra a administração legítima do Governador de um dos mais importantes Estados da União. Tudo sem levar em conta os interesses da comunidade local, já então asfixiados por uma política federal discriminatória.

Seria um escândalo inominável, que não só custaria ao Ministro a sua pasta, como também traria ao próprio Governo um abalo de consequências imprevisíveis, além das responsabilidades judiciais correspondentes e imediatas.

Pelas práticas norte-americanas, estaria caracterizado um processo espúrio, uma culpabilidade inadmissível entre dois grandes e prestigiosos órgãos da imprensa tradicional e uma alta autoridade do Governo, envolvendo a dilapidação de vultosos recursos públicos, e mais ainda: atentatória à Federação e danosa aos interesses e direitos da comunidade local. Nixon foi levado à renúncia, em situação humilhante, por muito menos: porque mandou espionar os telefones da convenção do partido adversário. E porque mentiu (!).

O povo norte-americano é muito bem informado sobre as suas realidades e questões

internas. Tem uma alta consciência de seus próprios valores e direitos democráticos. Está sempre prevenido, numa espécie de vigília militante, contra as ameaças dos poderosos centros de poder (públicos e privados) e das superestruturas que lá se desenvolveram. Reage com indignação quando se defronta com o aviltamento de suas instituições (a Federação, a liberdade de imprensa, como exemplos). Aponta como inimigo público toda autoridade federal que discrimine suas comunidades. Não tolera prevaricação.

Sobre o que se passa com os povos do Terceiro Mundo, suas avaliações e conhecimentos são precários. O cidadão comum, nos Estados Unidos, não dispõe de informações para construir um julgamento preciso e lúcido, como o faz em relação aos seus próprios problemas. Pensa de um modo geral que o povo americano está ajudando outros povos e não compreende porque o seu país é tão hostilizado. Considera que os empréstimos dos seus bancos gigantescos, que os pesados impostos que paga para suprir o FMI, o BID, o Banco Mundial etc. são para ajudar outros povos. Não faz ideia dos mecanismos de suas grandes corporações e dos grupos intermediários ou dominantes daqueles países. Está convicto de que as “**multis**”, se lá geram progresso e podem ser controladas, cá fora também deve ocorrer o mesmo. Mas, com o fracasso da “Aliança para o Progresso”, o povo norte-americano começou a desconfiar. E com a Nicarágua de Somoza, então, ficou surpreso e perplexo.

Como reagiria, dentro desta linha de raciocínio, a opinião pública norte-americana se vier saber, pelo milagre da moderna comunicação, destes favorecimentos escandalosos a grupos privados da grande imprensa no Brasil? Sem nenhuma dúvida, dirá: “é o dinheiro da nossa ajuda, é o dinheiro dos impostos que pagamos!” E o FMI, o BID, o Banco Mundial que explicações poderiam oferecer? O que se passaria nas Comissões do Congresso?

Parece surrealismo, mas não é. Lá, teríamos o fanatismo cego da virtude. Cá, a indiferença dos cínicos.

\* \* \*

**Nossos filhos, nossos netos** – Assisti-los – com alimentação adequada; médicos e dentistas; com a máxima permanência possível no colégio, nas aulas com seus professores, fazendo seus deveres com assistência; esporte e higiene – constitui-se uma causa de salvação nacional em nosso País. Estamos em plena Semana da Pátria, precisamos voltar o nosso pensamento para os seus destinos. O que um País tem de mais importante e valioso é o seu próprio povo. Tudo o mais é secundário. Uma coletividade que abandona seus filhos aos milhões é porque está em crise de sobrevivência, com seu futuro ameaçado. Povo com o seu futuro ameaçado tem a Pátria que construiu comprometida. Eis como se fundamenta o Governo do Rio de Janeiro. Hoje mesmo, o noticiário da imprensa está registrando mais um passo neste sentido: o programa da construção de novos estabelecimentos. As Casas das Crianças, escolas isoladas para preencher claros e necessidades emergentes e os novos estabelecimentos integrados, isto é, as escolas do futuro que, mais dia menos dias, a elas precisarão ter acesso todas as crianças, adolescentes e jovens de nosso País. Destas entidades educacionais é que irão sair os homens e as mulheres que, recolhendo as experiências de todas as gerações anteriores, irão construir e consolidar o nosso desenvolvimento e garantir a perenidade de nossa Pátria.

**Municipalismo** – Fortalecer e colaborar com a administração dos municípios é um dos métodos mais eficientes para levar o progresso ao interior. Gostaríamos de fazer muito mais. Estamos trabalhando – sem cogitar se o Prefeito é deste ou daquele Partido, particularmente –, procurando ajudar os pequenos e mais pobres municípios de nosso interior, cujo

esvaziamento vem resultando em maior pobreza nas áreas metropolitanas. A redução do êxodo rural significa: melhorar a renda média do interior, mais produção local e mais oferta de alimentos nas cidades. A maior medida do meu Governo foi através de uma lei, em plena execução, que modificou os critérios para a distribuição do ICM aos municípios. Foi o trabalho conjunto do Secretário da Fazenda, dos prefeitos do Rio, de Niterói e do interior. Foi uma verdadeira reforma tributária para a maioria dos municípios fluminenses. Resolveram suas dificuldades mais urgentes e seus problemas de caixa. Além do que recebiam normalmente até agora, houve um aumento real, oriundo do ICM, de 200% para **Trajano de Moraes**, 152% para **Rio Claro**, 147% para **Rio das Flores**, 175% para **Laje do Muriaé**. Mais de 100% para **Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto e Silva Jardim**. Mais de 70% para **Cambuci, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Paulo de Frontin, Parati, Porciúncula e Sumidouro**. Mais de 50% para **Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Conceição de Macabu, Itaocara, Miguel Pereira, Miracema e Natividade**. Beneficiados com percentagens diversas: **Bom Jesus, Mangaratiba, Mendes, Paracambi, Paraíba do Sul, Rio Bonito, Santo Antonio de Pádua, São Fidélis, Sapucaia, Vassouras, Casemiro de Abreu, Itaboraí, Itaguaí, Itaperuna, Macaé, Piraí e Saquarema**.

**Saneamento das favelas** – Mais de 170 mil pessoas estão sendo beneficiadas pelo programa de favelas da CEDAE (Secretaria de Obras e Meio Ambiente). Até dezembro deste ano, queremos chegar a 30 mil ligações de água e 30 mil de esgoto; obras que, somadas a outras melhorias, representam um investimento de 12 bilhões de cruzeiros<sup>9</sup>. Avançamos em sua execução, esperando que o BNH não deixe de cumprir a sua parte. Iremos em frente sem parar. Tudo é discutido

9 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 2141

com as comunidades, do projeto à execução. Em casos como o Escondidinho e Morro dos Prazeres, utiliza-se mão de obra local remunerada (economia de 50% nos custos), num projeto de grande porte, na ordem de Cr\$ 500 milhões. Estamos atuando nas seguintes comunidades: Parque Acari (8 mil habitantes); Águia de Ouro (4.000 hab.); Morro do Juramento (10.000 hab.); Parque Proletário da Penha (15.000 hab.); Dendê (4.000 hab.); Barão (3.500 hab.); Terreirão-Rocinha (3.000 hab.); Morro da Baiana (2.000 hab.); Morro do Turano (15.000 hab.); Pedreira (11.000 hab.); Lagartixa (8.000 hab.); Parque da Cidade (2.000 hab.); Barreira do Vasco (1.500 hab.); Vidigal (8.000 hab.); Pereira da Silva (1.200 hab.); Pavão-Pavãozinho (3.500 hab.); Prazeres (4.000 hab.); Escondidinho (4.000 hab.); Caçapava (900 hab.); Morro do Alemão

(60.000 hab.); Favela do Preventório – Niterói (4.000 hab.); Favela do Ingá – Niterói (1.500 hab.); Favela Baleeira – Campos (1.200 hab.); Favela Oriente – Campos (1.800 hab.).

**Projeto Rio** – Por que o Sr. Nascimento Brito (JB) não organiza uma expedição igual às que tem feito contra o meu Governo para saber o que, realmente, está sendo feito e quanto se está aplicando no chamado “Projeto Rio” (Favela da Maré), sob a responsabilidade do Sr. Ministro Mário Andreazza? Não bastam as matérias pagas. A opinião pública deste Estado gostaria de saber o quanto até agora se aplicou nestas obras, qual o seu cronograma, por quanto está saindo cada casa, inclusive como e em que condições estão sendo feitos aqueles contratos. E as construções que estão afundando? E as consequências – custos para o Município e o Estado – do aterro do Canal da Cunha?

## Austeridade e moralização

Reivindico para o meu Governo os sensíveis avanços que os poderes públicos locais vêm atingindo em matéria de moralização. Este Governo não tem, não permite e não tolera a existência de “caixinhas”. Todos os cidadãos e cidadãs de nosso Estado podem ter a certeza de que os desvios desta natureza, por parte de quaisquer de nossos colaboradores ou agentes da autoridade, serão considerados uma traição aos nossos princípios, deveres e compromissos com a população.

Realmente, seria inconcebível que admittíssemos a continuidade ou existência dessas práticas no serviço público. Ninguém, absolutamente ninguém, em função de decisões da Administração Pública, tem o direito de exigir contraprestações, percentagens ou benefícios pessoais de qualquer ordem, ou em nome de quem quer que seja. Os servidores públicos dos quadros permanentes, ou titulares de cargos de confiança, podem reivindicar seus direitos e aspirações. Mas, rigorosamente, não podem assumir qualquer outra postura senão a de quem exerce as suas funções para prestar serviços à coletividade. Não existem e nem podem existir outras retribuições fora das que correspondem aos seus cargos e funções.

Não desconheço que ainda ocorrem situações e práticas irregulares, em alguns setores isolados. É o rescaldo de vícios arraigados que nos legaram administrações anteriores. É o caso típico do Detran, onde uma espécie de corrupção cupim vem resistindo às nossas fumigações. É verdade que algumas inadvertências, ou mesmo falta do necessário rigor, têm ocorrido. Cumpre reconhecer. Mas, chegaremos até lá.

A verdade é que praticamente vêm desaparecendo aqueles persistentes rumores, de outros tempos, sobre propinas e entendimentos escusos, principalmente na realização de obras ou sobre a atuação de fiscais e inspetores de impostos, do Estado e da Prefeitura. Eram alguns poucos, que comprometiam classes e categorias inteiras de servidores, de cuja proibidade, a esta altura, dou testemunho à população. Temos sido drásticos frente a denúncias ou rumores fundados, inclusive com prisões em flagrante. De quando em quando, insistem com envoltimentos sobre o jogo do bicho. Tais comprometimentos simplesmente não existem. Abertamente, assumimos a defesa da regulamentação e controle dessa modalidade de aposta, que é, entre todas, a mais antiga e enraizada nos hábitos da população. Isto de nenhuma forma quer dizer proteção ou qualquer tipo de envolvimento.

Cuidamos, inclusive, para que o nosso próprio Partido, ao investir-se nas responsabilidades de Governo, tratasse de institucionalizar as suas finanças. Embora de conhecimento público, é sempre conveniente repetir: os recursos financeiros do PDT provêm das contribuições de seus filiados, essencialmente dos descontos automáticos que se faz, todos os meses, nos subsídios de nossos parlamentares e nos vencimentos do que exercem cargos de confiança, com real sacrifício para seus titulares, conforme Resolução do Congresso do PDT, realizado em Mendes, RJ.

Gostaria, finalmente, de dizer que considerarei uma atitude de colaboração, inspirada no melhor desejo de servir à coletividade, toda e qualquer iniciativa que faça chegar ao meu conhecimento informações fundadas sobre a ocorrência de situações irregulares. Agirei, invariavelmente, com isenção e equilíbrio, preocupado em não fazer injustiças a ninguém. Sinto-me investido da necessária autoridade moral para responder por estes princípios que norteiam o meu Governo. O mesmo devo dizer

quanto à exaçaõ, austeridade e economia nos gastos e dispêndios da Administração, como também sobre o zelo e resguardo do patrimônio público.

\* \* \*

**Escolas de verdade** – Autorizamos – o Prefeito do Rio e eu – a abertura de concorrência pública para a construção, no ritmo da Passarela, de 60 escolas de primeiro grau, com recursos do Estado e do Município, a serem localizadas na Capital e no interior. Estas escolas, com terreno mínimo de meio quarteirão, foram denominadas **Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs)**. Serão aqueles estabelecimentos que há muito deveriam estar funcionando, aos milhares, por este País afora. Em lugar de sonhos e operações gigantescas, com finalidades confusas e até suspeitas, como os fatos comprovarem, o que deveríamos ter feito com estes recursos era exatamente isto: alimentação, médicos, dentistas e estabelecimentos de ensino condignos e compatíveis para as nossas crianças e jovens. Assim fizeram outros povos, anos passados, e, por isso, hoje estão na vanguarda do progresso e da civilização. Só o que pagamos de juros, anualmente – por consequência da monstruosa dívida externa que os últimos governos assumiram –, seria suficiente para um plano de assistência e escolarização de alto nível que, em menos de dez anos, poderia cobrir todas as nossas necessidades. Esperamos concluir e aparelhar estas unidades com os melhores recursos humanos e materiais, até o início do próximo ano letivo (março de 85). Em cada escola deverão estudar e serem assistidos, em regime de semi-internato, até 1.000 alunos (entre 600 e 800 durante o dia e mais os cursos noturnos para adolescentes e jovens, que normalmente têm constrangimento de voltar ao primeiro ano, com as crianças). Deveres com assistência, muito esporte, educação física e manualidades. E como não poderia deixar de ser, integração dos estabelecimentos com a comunidade. Aos sábados e

domingos: conferências, teatros, competições esportivas, festas, quermesses; enfim, vida comunitária intensa, alegre e sadia. Aí sim, estaremos preparando os homens e as mulheres que irão transformar realmente o nosso País, realizar o que a nossa incapacidade e egoísmo não permitiram, como também, tudo o que não tivemos coragem de fazer.

**Parada Militar no Rio** – Foi um sucesso. Ambiente natural e de intensa exaltação cívica. Presença com participação de milhares de pessoas. Retirei-me, ao término da solenidade, com uma maior convicção de que este País caminha, inexoravelmente, para a recuperação de sua normalidade. Faço este registro com a finalidade de transmitir o meu reconhecimento público aos numerosos funcionários e trabalhadores do Estado e do Município que, anonimamente – mas com eficácia e precisão – cumpriram as tarefas que lhes foram solicitadas para o Dia da Independência. Foi o que ouvi, juntamente com o Prefeito Marcello Alencar, de parte do Sr. Comandante do I Exército, Gen. Heraldo Tavares, sobre o excelente desempenho e colaboração das Secretarias de Turismo do Estado e do Município, Banerj, Flumitur, Riotur e, muito particularmente, da Comlurb. O pessoal deste órgão, durante a madrugada, ofereceu um espetáculo admirável de trabalho organizado, eficiente e metuculoso na preparação da Avenida Presidente Vargas, que a todos impressionou.

**Jacarepaguá** – Estamos destinando mais de 2 bilhões de cruzeiros (verbas do Estado, recursos humanos e equipamento da SERLA), através da Secretaria de Obras e Meio Ambiente, para drenagens e canalizações de rios na baixada de Jacarepaguá. O BNH, através de contrato, está comprometido em aplicar, também, substanciais recursos nestas obras. Trata-se de áreas extremamente carentes, insalubres, sujeitas a inundações, abrangendo uma população de mais de 60 mil pessoas (Cidade de Deus, Favela do Sapê, Curicica, Centenário, Pai Herói, Chico City, Gardênia Azul e Rio das

Pedras). Começaremos a trabalhar em seguida. Esperamos que o BNH cumpra a sua parte. Estes recursos estão previstos no seu orçamento e representam uma mísera parte da contribuição do povo do Rio de Janeiro para os fundos daquele Banco.

**Empreendimentos** – Mesmo num período de recessão, de restrições de crédito e de mil dificuldades, podemos registrar a implantação, já concretizada, de mais de 53 projetos industriais, novos ou de expansão, de médias e pequenas empresas no território do Estado, nos últimos 18 meses. Investimentos em torno de 130 bilhões<sup>10</sup>, ensejando mais de 3.500

empregos. Localização: na Capital e no interior, sendo 25 nos distritos industriais. Estes dados demonstram o espírito empreendedor do empresariado fluminense. É justo assinalar que estas realizações contaram com a assistência das Secretarias de Indústria e Comércio e da Fazenda, como também dos órgãos creditícios do Estado. Mais 51 projetos estão em implantação, com investimentos previstos acima de 400 bilhões. Em estudo e elaboração, mais 38. Mas no conceito do “mestre” Nascimento Brito (JB), “este Governo não serve para nada. Só protege a marginalidade, os camelôs e mendigos”.

---

10 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 2141

## Apropriação indébita

Gostaria de afirmar, mais uma vez, que em nenhum momento a Administração Estadual, o Governador ou quaisquer de suas autoridades ofereceram motivos para o injusto tratamento a que o Governo Federal (leia-se SEPLAN), vem submetendo o Rio de Janeiro. De nossa parte, nunca deixamos de assumir todas as iniciativas, coerentes e responsáveis, em matéria de contatos e propostas de colaboração e entendimentos. E mais: de forma irrepreensível, em todas as oportunidades, nos colocamos à disposição do Governo Federal – seus ministros e autoridades – para o trabalho conjunto, sempre que necessário. E nem poderia ser outra a nossa conduta, em nome do interesse público que legitimamente representamos.

Os fatos estão demonstrando que não se trata de nenhum equívoco eventual ou de ocorrências isoladas. Há, sem dúvida, uma orientação geral, que praticamente já atingiu todas as áreas e agências federais, no sentido de dificultar e restringir o encaminhamento e as decisões sobre os assuntos de interesse do Rio de Janeiro. Multiplicam-se as procrastinações e delongas, o desinteresse e as negativas, repetindo-se até mesmo iniciativas insólitas, como também as retenções indevidas de recursos que constitucionalmente pertencem ao Estado e dos quais a União é mera arrecadadora.

Os chamados repasses do Governo Federal aos estados e municípios são de duas ordens, essencialmente. De uma parte, são as contribuições federais oriundas de verbas orçamentárias, convênios e planos especiais, empréstimos e outras transferências sobre as quais a União decide conforme seus planos e programas. Mesmo assim, sem que lhe seja permitido

fazer discriminações ou favores injustificados.

Questão muito diferente é a que diz respeito aos chamados repasses de tributos, legais e específicos, pertencentes aos estados e municípios e que, por motivos técnicos, a União os arrecada. Exatamente como ocorre com os Estados a respeito do ICM que, em parte, pertence aos municípios. Uma retenção pelo Estado seria não apenas irregular, como também configuraria, em verdade, uma apropriação indébita.

É o que o Sr. Delfim Neto vem fazendo, insolitamente, em relação aos tributos e rendas pertencentes ao povo do Rio de Janeiro. A este respeito, quem procedeu a um balanço, por força de suas atribuições legais, foi o respeitável Tribunal de Contas deste Estado. É o fez em relação aos primeiros três meses deste ano. Dentro em pouco estará recolhendo os dados sobre o semestre. Praticamente as rendas públicas que pertencem ao Estado do Rio de Janeiro estão sendo retidas por orientação da SEPLAN (leia-se Sr. Delfim Neto). Isto, sem falar nas dificuldades para a liberação de recursos contratados ou comprometidos para programas específicos, como ocorre normalmente com os demais Estados.

A União arrecada no Rio de Janeiro 20% da sua receita total, da qual repassa ao Estado apenas 0,6%. Esta ínfima porcentagem corresponde aos tributos que pertencem ao Estado e que, assim mesmo, vêm sofrendo retenções denunciadas. A população está em condições de fazer o seu julgamento.

\* \* \*

**Dívidas dos estados e municípios** – O Governo Federal, nestes 20 anos de arbítrio, agravou de forma inconcebível a situação dos estados e municípios. Absorveu suas rendas, permitiu, homologou e até incentivou, para obtenção de divisas, o endividamento, na maioria dos casos em limites irresgatáveis. Criou-se no País uma situação intolerável, exatamente porque são os estados e municípios que devem

responder pelos serviços públicos mais essenciais e diretos – imprescindíveis às condições de existência da população. Não só se impõe uma nova distribuição de rendas, como se tornou inevitável que a União venha a assumir todas as dívidas dos estados e municípios, que se encontram falidos, encalacrados e imobilizados por consequência e responsabilidade do Poder Central, que chamou a si, durante duas décadas, o exclusivo poder de decisão. Estamos nos aproximando de uma época de esperança e reconstrução. É a oportunidade de levantar esta questão fundamental para o interesse das comunidades. A propósito, numa reunião em São Paulo, recolhi o ponto de vista do então governador de Minas, e agora futuro Presidente da República – o eminente Sr. Tancredo Neves – inteiramente a favor de que a União venha a assumir todas as dívidas dos estados e municípios. Há precedentes na história do País. Foi exatamente assim que procedeu o Presidente Getúlio Vargas na década de 30.

**Tecnologia de ponta** – Gostaria de assinalar a importância de uma iniciativa consubstanciada em Projeto de Lei que estou encaminhando ao Poder Legislativo. Não se trata de uma improvisação. É o resultado de alguns meses de estudos e trabalho conjunto da Secretaria da Fazenda, da Secretaria da Indústria, Comércio e Tecnologia, das reitorias e departamentos técnicos das Universidades Federais e do Estado, e, de empresários e suas entidades. Estamos instituindo um mecanismo com o objetivo de incrementar a investigação científica e a inovação tecnológica, criando incentivos e um Fundo Especial para estas finalidades. Detalhe importante neste convênio é a integração das universidades – objetivo sempre perseguido e muito precariamente alcançado em nosso País. Estou convencido de que a institucionalização deste esforço conjunto representa um passo importante e significativo para a consolidação e o desenvolvimento de uma das maiores vocações do Rio de Janeiro. Refiro-me à sua tradição e à

importância nacional que adquiriu, em matéria de infraestrutura e recursos humanos, no campo das investigações científicas e tecnológicas. Seria conveniente que esta proposta continuasse a ser discutida e aprimorada no seio das comissões técnicas da Assembleia Legislativa, com a presença e participação das universidades, empresários, técnicos, cientistas e representantes do Poder Público.

**Carga horária** – Cumpre reiterar que a política educacional de meu Governo não consagra, de nenhuma forma, qualquer orientação no sentido de diminuir a permanência dos alunos nos estabelecimentos de ensino. A resolução do Conselho de Educação, motivo de referências da Imprensa, visou apenas a regularizar uma situação anômala para um contingente de alunos do 2º grau das escolas públicas estaduais, que estavam sob a iminência de serem prejudicadas, devido a planos curriculares adotados na Administração anterior.

**Secretaria do Trabalho** – Durante a campanha sustentei a necessidade da criação de uma Secretaria Estadual do Trabalho (assumindo também os problemas da habitação), cujas funções essenciais deveriam ser as de prestar assistência ao povo trabalhador, aos seus sindicatos e entidades em todos os seus pleitos e reivindicações. Entendíamos que era um imperativo de nossa realidade, como os fatos estão demonstrando. Os princípios em que se fundamenta a Federação permitem aos Estados atuarem, supletivamente, em áreas da competência da União, encaminhando e promovendo a causa dos que lutam pelos seus direitos com precários meios e instrumentos de ação. Durante estes meses, comprovou-se a importância desta Secretaria e de seus serviços. Basta citar seu desempenho eficiente e construtivo no curso das maiores greves ocorridas no Estado, a dos metalúrgicos de Volta Redonda e a dos canavieiros de Campos. Cada dia, a Secretaria do Trabalho e Habitação vem ampliando suas atividades e elevando o nível de eficiência e especialização



de seus recursos humanos. Agora mesmo, encerrou-se um importante evento de sua iniciativa e patrocínio: o 1º Encontro Estadual de Medicina e Segurança do Trabalho.

**Municipalismo** – Realizou-se importante reunião na FESP, de iniciativa da Secretaria de Administração, com os secretários municipais correspondentes. Temário: intercâmbio de ideias e elaboração de programas de trabalho sobre racionalização administrativa, problemas de material e pessoal. Esta reunião é a continuidade de uma política que tem por objetivo maior a preparação de nossos municípios para o advento de uma nova época. Já está funcionando, em fase de implantação, o Departamento

das Municipalidades, da Secretaria do Interior e Justiça (compromisso da campanha). Fizemos uma verdadeira reforma tributária, fortalecendo as finanças dos municípios mais empobrecidos e isolados. Passo a passo, mas firmemente, iremos incrementando nossas atividades e empreendimentos em conjunto com as prefeituras, em função de iniciativas de ambas as partes. Todos os Prefeitos e Câmaras de Vereadores são tratados igualmente, pois seria um crime fazer discriminações por interesses partidários. As comunidades seriam as vítimas inocentes, como vem ocorrendo com a população do Rio de Janeiro em face da política discriminatória do Governo Federal.

## Quarta-feira, dia 26, às 19 h.

O Congresso Nacional deverá estar decidindo, neste momento, sobre os chamados “royalties” do petróleo. O povo do Rio de Janeiro precisa saber, em detalhes, o que vem se passando com esta importante questão. Trata-se de uma causa mais que justa; um direito mesmo das populações de cujos estados se extrai petróleo, em terra ou em suas plataformas marítimas.

O Congresso aprovou esta lei por unanimidade, em três votações sucessivas: duas na Câmara e uma no Senado. Não foi uma decisão improvisada, ao sabor de emoções do momento, mas uma deliberação consciente e amadurecida ao longo de muitos anos de reflexão e estudos. É natural, pois, que a expectativa seja no sentido de que ambas as Casas do Congresso venham, coerentemente, ratificar suas decisões anteriores, rejeitando o veto do Governo (leia-se Delfim Neto).

Ao aprovar este projeto, o Congresso inspirou-se na legislação original que instituiu a Petrobras. Efetivamente, a Lei 2004/53, em seu artigo 27, § 4º, determinou que aos estados e municípios onde houvesse extração de petróleo caberia uma participação de 5%, também a título de indenização pelos problemas e transtornos decorrentes. Estes foram os objetivos e o espírito da Lei. Não se estabeleceu o mesmo em relação às plataformas submarinas porque, à época, não se previa este tipo de exploração. Tratou-se, por conseguinte, no atual projeto, de estender, com os mesmos fundamentos, benefícios e direitos já reconhecidos e consagrados em lei, há cerca de 30 anos.

O grande perigo que a causa dos “royalties” está correndo, neste instante, é o não

comparecimento ao Congresso de um número suficiente de senadores e deputados no próximo dia 26, de tal modo que não se venha a conseguir os dois terços indispensáveis para a rejeição do veto. Seria uma inominável injustiça. As populações do Rio de Janeiro, Alagoas, Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte, Pará, Sergipe, Maranhão e Espírito Santo viriam a perder estas indenizações que lhes pertencem e de que tanto necessitam para, inclusive, compensar os problemas que a exploração do petróleo lhes causa em seus territórios. Os omissos e ausentes não apenas estariam negando uma justa reivindicação, mas, principalmente, agravando o sofrimento das populações. Não só deixariam de ter mais escolas, melhores estradas, mais água e esgotos, serviços médicos, energia elétrica e impulsos ao seu desenvolvimento, mas estariam condenadas à degradação dos poucos e precários serviços públicos de que hoje dispõem.

Se isto vier a ocorrer – isto é, a derrota das populações pela simples ausência de seus representantes –, será profundamente destrutivo para nossa reconstrução democrática, pelo desprestígio natural que resultaria para o regime representativo. É necessário, pois, evitar que se venha a repetir o que ocorreu terça-feira última, dia 18 deste mês. Foi quando o veto sobre os “royalties” deixou de ser rejeitado por falta de quórum, isto é, pelo não comparecimento de muitos parlamentares. Afirma-se que faltaram apenas 25 votos na Câmara para os dois terços necessários. E mais: que desses 25 ausentes, 12 são representantes do povo do Rio de Janeiro, na Câmara e no Senado!

Se isto vier a ocorrer – repetimos – além de uma clamorosa injustiça, estaremos diante de uma verdadeira iniquidade.

\* \* \*

**“JB” do Sr. Brito (I)** – Depois de um descanso da companhia, volta o Sr. M. F. Nascimento Brito com seu aranzel contra o meu Governo. Talvez esta interrupção de seus ataques tenha

sido necessária para um reagrupamento de forças. E agora, ressurgiu, com o próprio Sr. Nertan Macedo escrevendo editoriais do “Jornal do Brasil” (!). O estilo verboso e pesporrente desse escriba não engana ninguém. Foi ele, sem dúvida, quem redigiu o editorial “Mão invertida”. Por aí se vê até aonde está levando o venerável “JB”, o seu atual herdeiro e proprietário. Desde logo, gostaria de dizer, queira ou não o Sr. Brito, que haveremos de livrar o Detran da ineficácia e da corrupção que lá se arraigaram de forma crônica, sem que o atual dono do “JB” fizesse qualquer cobrança, durante anos e anos, ao seu amigo Chagas Freitas. E mais: sabe melhor do que ninguém o Sr. Nascimento Brito que corrupção, neste País, é a dos chamados colarinhos brancos. Estes, sim, trabalham por atacado. Por exemplo, “empresários” que tiram bilhões e bilhões de cruzeiros (dinheiro público) do Banco Central, com tão-somente 10% da correção monetária e ainda três anos de carência e seis anos de prazo. Falar em corrupção em meu Governo não tem sido fácil. E os dias irão demonstrar que vai ser cada vez mais difícil. É possível que venha a ocorrer aqui e acolá, porque estas práticas vêm de longe. Mas a nossa operação limpeza é permanente.

**“JB” do Sr. Brito (II)** – Noutros tempos, jamais o acatado e sério “Jornal do Brasil” deixaria de questionar duramente o Governo Federal em face do tratamento injusto e discriminatório para com o povo do Rio de Janeiro. Sob nenhuma hipótese deixaria passar tudo isto em silêncio, mesmo fazendo oposição ao Governo local. Sua fidelidade aos interesses da população não lhe permitiria. E agora, o que faz o Sr. Brito? Só o que o Sr. Delfim Neto quer que se faça. E como o Sr. Ministro do Planejamento é o responsável por esse processo de asfixia contra o Rio de Janeiro, o “JB” nada diz, nada comenta. Volta-se, isto sim, para o varejo de mil cobranças, na tentativa de intrigar meu Governo com a população. Perfeito: Delfim tira-nos os recursos e Brito faz a cobrança. O julgamento

da população, para eles, não existe. Pensam, por exemplo, que a opinião pública de nosso Estado não está notando o silêncio do “JB” nesta questão dos “royalties” do petróleo.

**“JB” do Sr. Brito (III)** – Algumas notas cavilosas, impregnadas de veneno, foram ultimamente inseridas no “JB”. Por quem, já se sabe. O herdeiro desse grande órgão da imprensa diverte-se morbidamente com esse tipo de coisas. Principalmente, além do notório desprezo que vota aos pobres e aos nossos irmãos negros, o Sr. Brito foi construindo uma espécie de ódio também contra o PDT. Em seu conceito, nada valem e para nada servimos. Para ele, o Sr. Delfim é que é o próprio gênio (vide Revista Bolsa, 30/7/84). Agora mesmo está estimulando alguns deputados que deixem de dar sua contribuição regulamentar ao Partido, através de intrigas e insinuações sobre a administração das finanças do PDT. Pelo tipo de operações e gestão financeira a que o Sr. Brito acostumou-se, é difícil de entender as práticas de um Partido que tem suas finanças institucionalizadas. A fim de que não incorra noutros equívocos, esclarecemos mais uma vez, que os recursos do PDT provêm da contribuição de seus filiados, nos termos da resolução do Congresso de Mendes. Nesta ordem de assuntos não confundimos Governo com Partido e vice-versa. Em nosso Governo não admitimos caixinhas ou quaisquer promiscuidades para fazer finanças partidárias. Muito menos os recursos do Partido vêm do Banco Central, do Banco do Brasil, ou do BNDES, nem de qualquer outro banco. Daí a nossa autoridade moral.

**Água nas Favelas** – Dentro da orientação de nosso Governo de melhorar as condições de vida das populações carentes, a CEDAE (Secretaria de Obras e Meio Ambiente) vem realizando amplo programa de abastecimento de água para as seguintes comunidades: Vila Proletária da Penha e Vila Caramuru; Morros: do Salgueiro, Santos Rodrigues e da Cruz, Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, Juramento, Chapéu Mangueira,

Quinta do Caju, Matriz e da Providência. Cinco reservatórios, com capacidade para 40.000 litros cada, fornecerão água às favelas do Morro do Alemão, Joaquim Queiroz, Nova Brasília e Itararé. Atinge a 170.000 o número de pessoas já beneficiadas com o abastecimento regular. Até o final de 84, mais de Cr\$ 12 bilhões<sup>11</sup> serão investidos em cerca de 30 mil novas ligações de águas e esgoto, em áreas carentes.

**Interior e Agricultura** – Pouco a pouco, nosso Governo vai estendendo sua ação, de forma sistemática e organizada, para o interior. São muitas frentes de trabalho que se vão articulando. Todos os setores da Administração trabalham com seus programas específicos. Hoje, gostaria de referir-me a dois deles: **Eletrificação**

**Rural** (Secretaria de Minas e Energia), com nossos recursos próprios, avançamos firmemente num programa de eletrificação rural que atingirá mais de 8 mil propriedades, três vezes mais que todas as administrações anteriores. Na Secretaria de Agricultura, um Programa de Patrulhas Mecanizadas para a preparação inicial de terras, com 17 tratores de várias potências e seus implementos, destinando-se a atender microrregiões de 55 municípios de vocação agrícola. A seguir, facilitaremos, aos produtores, financiamentos para que comprem suas próprias máquinas. Este programa conta, inclusive, com recursos para o treinamento do pessoal necessário, como também dos produtores beneficiados.

11 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 2290

## Proposta democrática

Focalizar e discutir o processo de democratização de nosso País não é uma questão que interessa apenas a um grupo de pessoas, a uma facção ou corrente de pensamento, a um só partido político ou mesmo a uma coligação de partidos. Trata-se de um problema essencial, que envolve os interesses mais profundos de toda a sociedade. É uma causa de todos. Eis porque a constante presença de S. Exa. o Sr. Presidente da República em cadeias nacionais de televisão é perfeitamente justificável.

Nada mais importante, neste momento de crise e perplexidade, para nós brasileiros, que a construção de instituições civis legítimas, justas e estáveis. Sem elas, continuaremos submetidos ao regime de arbítrio: mais dificuldades, mais sofrimentos e maior dependência externa. Mas só atingiremos aqueles objetivos se as nossas discussões se desenvolverem num clima de seriedade e boa-fé, de amor ao nosso País e, sobretudo, com a preocupação real de servir ao nosso povo, acatando os seus direitos soberanos. É imprescindível que cada um colabore com o melhor de si, emitindo suas opiniões com honradez e lealdade. É sob estes fundamentos que trago à discussão a seguinte sequência de fatos e situações:

**1** – Como ponto de partida, cumpre considerar que nosso País continuará sob o regime presidencialista. Esta é uma conclusão lógica e objetiva que retiramos das circunstâncias históricas em que vivemos.

**2** – A existência de uma ordem democrática, sob o regime presidencialista, tem como pressuposto a realização de eleições diretas para a Presidência da República. Um regime

presidencialista autoritário pode liberalizar-se, mas um processo real de democratização só tem início com eleições diretas para Presidente, condição de sua legitimidade.

**3** – O povo brasileiro vem demonstrando uma consciência clara e iniludível sobre esta verdade fundamental. Sabe que nossa reconstrução democrática depende da realização de eleições diretas para Presidente. Foi o que ficou claro com as manifestações pelas “**Diretas Já**” – as maiores de toda a nossa história. De cada dez pessoas, nove reclamam eleições diretas.

**4** – Os partidos de oposição e suas lideranças comprometeram-se, solenemente, com esta exigência nacional de eleições diretas, reclamando inclusive do atual Governo uma iniciativa de emenda constitucional a este respeito. E ainda mais: denunciaram a ilegitimidade do Governo, em função de sua investidura pelo processo indireto, apontando a sua intransigência de não concordar com eleições diretas como um procedimento autoritário.

**5** – O regime mostrou-se insensível aos reclamos da Nação, apenas concordando que as eleições diretas se realizassem daqui a quatro anos, em 1988. Fecharam-se, assim, todas as portas à realização de eleições diretas, imediatas, e as oposições não encontram outra alternativa senão submeter-se às regras remanescentes do arbítrio: disputar a Presidência no chamado colégio eleitoral, na esperança de ascender ao Governo. Uma forte dissidência no Partido oficial vem tornando provável a vitória oposicionista.

**6** – Estas perspectivas de ascensão ao Governo colocam para as oposições e suas lideranças, de forma irrecusável, alguns problemas fundamentais; essencialmente, as eleições diretas e a institucionalização do País. Em termos mais claros: que as oposições só podem chegar ao Governo, via colégio eleitoral, como portadoras de uma proposta nacional de democratização; restauração da legitimidade

do Poder através de eleições livres; a institucionalização do País pela convocação de uma Assembleia Constituinte.

7 – Quanto à convocação de uma Constituinte livre e soberana, é compromisso já assumido publicamente pelas correntes majoritárias das oposições. Realizar-se-á em 1986. Os constituintes serão eleitos na data prevista para renovação do atual Congresso. Suas deliberações deverão ocorrer em 1987, transformando-se, no ano seguinte, em legislatura ordinária.

8 – Não se pode dizer o mesmo a respeito das eleições diretas. É ainda uma questão que está a exigir definições e compromissos indispensáveis. Destes, as oposições não podem escusar-se. É o problema crucial, porque diz respeito à questão da legitimidade do exercício do Poder. Pelas regras atuais, ilegítimas, o Presidente escolhido através do chamado Colégio Eleitoral tem seis anos de “mandato”. Exercê-lo, seria inconcebível para as oposições. Estaríamos procedendo exatamente como os mandatários do regime, que impediram o povo de votar. Nada mais, nada menos do que a continuidade da usurpação.

9 – Argumenta-se que este problema deve ser matéria de decisão para a futura Constituinte, a ser eleita em fins de 1986, que, a partir de 1987, estaria deliberando a respeito. Neste caso, o povo continuaria impedido de votar, no mínimo por mais três anos; e quem estaria impedindo seriam as próprias oposições, já então no exercício do Governo. É, fora de dúvida, que nos defrontamos com um quadro imprevisível e complexo: um verdadeiro desafio à lucidez e competência das oposições. Até porque o povo brasileiro não se conformaria em continuar esbulhado, por mais tanto tempo, do seu direito de votar e decidir.

10 – Em que pese a gravidade de toda essa situação, é certo que o problema mais difícil e delicado foi resolvido eficientemente pelas oposições: a escolha consensual de um dos mais ilustres brasileiros da atualidade – o Sr. Tancredo Neves – como candidato à Presidência da República. Em verdade, nas atuais circunstâncias da vida brasileira, nenhum outro homem público reuniria, como o eminente ex-governador de Minas Gerais, os requisitos de cultura, de experiência política e de espírito público para comandar este processo de transição, do autoritarismo para a normalidade democrática.

\* \* \*

**Orçamento** – Acabei de encaminhar ao Poder Legislativo a proposta do Orçamento do Estado para 1985: Cr\$ 9,3 trilhões<sup>12</sup>. Trata-se de uma Lei de Meios mais racional e melhor programada. Desenvolver a economia de nosso Estado (PIB de US\$ 38 bilhões), promover o desenvolvimento social (12,5 milhões de habitantes, com prioridade absoluta para as crianças e adolescentes), garantir seus direitos humanos e como cidadãos são as metas a que nos dedicamos, cada dia com mais ênfase e vigor. Estes objetivos estão consubstanciados em melhores condições, no Orçamento de 1985 e no Plano Plurianual de Investimentos.

**Educação** – Com o aumento este ano de 360 mil vagas, reduzindo o déficit escolar à metade, iniciaremos o ano de 1985 com mais 360 novas escolas, além do plano de reformas e ampliação da rede atual. Para o próximo ano – além do transporte gratuito para as crianças, ida e volta ao colégio, na rede de ônibus, barcas e metrô –, teremos uma alimentação e os serviços médicos e odontológicos mais organizados e melhores. O Orçamento deste ano eleva a participação da Educação, de 13% em 1984, para 18% em 1985.

12 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 2329

## A institucionalização

Gostaria de insistir: todas as questões referentes à institucionalização de uma ordem democrática constituem-se em problemas fundamentais deste período em que se encontra o nosso País; representam os alicerces de todo um edifício que será a nossa moradia, necessitando, por isso mesmo, ser sólido, estável e funcional. Ou então, poderíamos comparar este desafio à nossa competência e lucidez a um motor que necessitamos armar e pôr em funcionamento. Se trocarmos algumas de suas peças, esse motor poderá até mesmo arrancar, mas, logo a seguir, grimpará, fatalmente. Encarar e discutir esta ordem de problemas é um dever supremo de todos nós. Considero que são estas as preocupações de S. Exa., o Sr. Presidente da República, quando reiteradamente utiliza redes nacionais de televisão.

É matéria que interessa a todo o povo brasileiro. Está, por conseguinte, acima dos interesses partidários ou pessoais de quem quer que seja. Quem tiver preocupações com os destinos de seu País e espírito público, cumpre que ofereça a sua contribuição. Pois, o que mais nos cabe evitar, nas atuais circunstâncias, é que a Nação tome rumos equivocados ou inconsequentes, em função dos interesses secundários, imediatistas e mesquinhos de grupos pretensiosos que só atuam de acordo com suas próprias conveniências. Pouco lhes importa o bem comum e, muito menos, o soberano desenvolvimento da Nação e seus sagrados destinos. Inspirado nestes propósitos é que venho oferecendo minha mais sincera contribuição.

O processo indireto, isto é, a escolha de um Presidente pelo Congresso ou através de um “colégio” como o atual – não estabelece uma

ordem democrática sob o regime presidencialista, a não ser transitoriamente. Em outras palavras: enseja a instituição de um Governo transitório, portador de uma proposta de democratização que, inevitavelmente, deverá ter como fundamento as eleições diretas para Presidente (no mais curto prazo possível) e a restauração do Estado de Direito através de uma Assembleia Constituinte.

Sob o presidencialismo não há ordem democrática sem a escolha direta, pelo eleitorado, do Chefe da Nação. É uma condição irrecusável para que exista legitimidade para o exercício do poder presidencial. O princípio de que todo o poder emana do povo e de que só em seu nome pode ser exercido, realiza-se, no regime presidencialista, através da eleição direta do Presidente da República. A partir daí é que ingressaremos, verdadeiramente, no período de reconstrução de uma ordem democrática em nosso País.

Tudo o que foi dito acima, todos sabemos. Mas é preciso carregar nas tintas. Veremos, com os dias, que isto é mais que indispensável.

Se vamos seguir sob o regime presidencialista, só o voto direto da população proporcionará ao futuro Governo a legitimidade indispensável. Governar sem legitimidade, mas sob a cobertura da força, é possível: estes 20 anos de arbítrio nos demonstram. Agora, governar sem legitimidade e sem utilizar a repressão e a força representa uma espécie de indeterminação, senão mesmo a inviabilidade. Ainda mais considerando as circunstâncias em que nos encontramos – de recessão e de crise –, com a generalidade de nosso povo inconformado com as dificuldades e drásticas restrições a que vem sendo submetido.

Ao ultrapassar as limitadas e prudentes fronteiras de um período de transitoriedade, não resta a menor dúvida de que a questão mais crucial do futuro Governo, via “colégio”, será a da legitimidade. E esta, só o voto direto da população pode conferir.

\* \* \*

**Prioridade máxima** – Prosseguem firmemente nossos esforços no campo da educação. Salvar as nossas crianças, adolescentes e jovens, assisti-los com alimentação, médicos, dentistas e professores, enfim, prepará-los para a vida é o dever mais importante e urgente do Poder Público, neste momento. É imprescindível socorrer as vítimas inocentes desta crise perversa e desumana que a todos vem atingindo. Até março, se Deus quiser, além de algumas centenas de escolas restauradas e prontas para um novo tipo de ensino, teremos mais 360 novos estabelecimentos: 150 Casas das Crianças, 150 Escolas Isoladas e 60 Centros Integrados. Nestes, as crianças permanecerão todo o dia com aquela assistência que acima referimos. Agora mesmo, estamos autorizando a aquisição de 30 mil conjuntos escolares e 1.585 conjuntos para professores (1 bilhão e 237 milhões cruzeiros)<sup>13</sup>. Abrimos espaço à participação das pequenas e médias empresas instaladas no Estado, isoladas ou em consórcio, sem exigir que forneçam todas as unidades. O que queremos é que concorram em qualidade e preço.

**Áreas especiais** – A Secretaria de Planejamento do Estado desenvolverá um programa com o objetivo de identificar e delimitar as áreas de interesse especial, destinadas à expansão industrial, de preservação do patrimônio cultural e arqueológico, de interesse turístico, de proteção ecológica e de mananciais, com vistas a futuros assentamentos humanos. Estas medidas, previstas na Lei Federal nº 6766, de 19.12.79, permitirão um maior controle dos projetos de loteamentos e desmembramentos, sempre com o propósito de impedir atividades predatórias. O Estado exercerá, assim, sua competência sobre o uso do solo urbano. A Secretaria de Desenvolvimento da Região Metropolitana, em sua área, e a Secretaria de Planejamento, no interior e nas regiões intermediárias, atuarão

em cooperação. É uma política que visa a coibir os excessos e abusos que vêm desfigurando áreas de grande interesse para a comunidade, em prejuízo da qualidade de vida, atual e futura.

**Cantagalo, Pavão e Pavãozinho** – Prosseguem agora em ritmo mais firme e concreto, as obras do Centro Educacional e Comunitário (Hotel Panorama) e o plano de urbanização dessas três favelas, as quais queremos transformar e integrar como um bairro a mais de nossa Cidade. Além do Centro Educacional, creches e unidades pré-escolares (Casas das Crianças), que absorverão todas as crianças da área, incluindo parte de Ipanema, estas obras compreendem: abertura de ruas, novas redes de água e esgoto, canalização de águas pluviais, escritura dos terrenos e um plano de reforma e construção de casas para os favelados. Penso fazer mais uma provocação ao gênio do arquiteto Oscar Niemeyer: muitos sugerem que devíamos conservar a arquitetura das favelas, ao transformá-las em bairros, dignos da existência humana.

**Salvamar** – O verão está chegando. Podemos comunicar à população que, há meses, trabalhamos para que os serviços do Salvamar, este ano, venham funcionar com mais eficácia e presteza. A Secretaria de Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros assumiram a responsabilidade de prestar esta indispensável assistência à população, em nossas praias. De início, onde já se encontram estes serviços e, progressivamente, vão sendo estendidos a outras praias até aqui desassistidas. Já foram contratados e treinados 150 guarda-vidas. Estão sendo adquiridos: novas lanchas, material de salvamento e comunicação, incluindo-se a reforma dos postos fixos já existentes. Além de equipes médicas para socorros de urgência, teremos postos volantes, com cadeiras de observação, com quatro metros de altura, ensejando ao guarda-vidas, equipado com binóculo, maior visibilidade e rápida ação de salvamento. O Poder Público

13 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 2368



espera corresponder aos reclamos da população, que vinha se mostrando, com toda razão, insatisfeita com estes serviços.

**Royalties** – Ocorreu exatamente o que o povo do Rio de Janeiro não esperava. Caíram os “royalties” do petróleo, no Congresso. O veto do Presidente prevaleceu. Estamos na estaca zero novamente. Fomos derrotados, simplesmente

porque um grande número de senadores e deputados deixou de comparecer. Por certo, deveriam ter outras coisas mais importantes para o interesse público. Venceram-nos, mas não nos convenceram. Vamos prosseguir lutando. Perdemos essa batalha, mas vamos ganhar a guerra. É uma questão de justiça. E esta pode tardar, mas não falha.

## Agora, o censor

Esta briga é daquelas que eu jamais desejaria. Não a provoquei. Nada foi de minha iniciativa. Por todos os motivos, só poderia querer boas e saudáveis relações com o “Jornal do Brasil”, com seus proprietários, dirigentes e todos os seus profissionais, entre os quais eu me honro de ter um grande número de bons e queridos amigos. Não apenas em função de minhas responsabilidades, mas, essencialmente, pelo apreço profundo que sempre cultivei pela instituição.

O “Jornal do Brasil” tem sido uma das mais respeitáveis instituições de nosso País, um patrimônio desta Nação. Compõe a nossa memória, e tem sido parte inseparável de nossa vida de todos os dias. Por aí, os leitores podem imaginar o quanto vêm sendo desconfortantes para mim essas incompreensões.

O que mais deploro, porém, é o mal que essa insanidade do Sr. M. F. Nascimento Brito causa ao interesse público, além dos deprimentes aspectos morais e éticos. Lamentavelmente, não tive alternativa senão a de enfrentar essa deplorável situação que surgiu de forma gratuita, independente e até contra a minha vontade. As ofensas e injúrias têm sido de tal ordem que, há muito, ultrapassaram aquele mínimo de respeito e consideração que uma autoridade pública legítima tem o direito de merecer, mesmo quando drasticamente questionada.

De início, foi difícil entender. Meu Governo e eu próprio passamos a sofrer ataques sistemáticos, cada dia mais injustos e violentos. Tudo começou mais ou menos em maio do ano passado. A nossa perplexidade e surpresa foram desaparecendo com a elucidação de certas particularidades. Desde logo, a uma conclusão foi

possível chegar. Para compreender o que vinha ocorrendo, era indispensável separar, para efeito de julgamento, o “Jornal do Brasil” como instituição e a conduta pessoal do seu atual herdeiro e proprietário, M. F. do Nascimento Brito, que chamou a si, discricionariamente, todo o poder de decisão dentro do jornal, com o desaparecimento da saudosa Condessa Pereira Carneiro.

Vejamos os fatos:

**1** – Coincidindo com o início de sua carga contra mim e o meu Governo, o Sr. Nascimento Brito conseguiu do Sr. Delfim Neto uma operação financeira excepcional que configura uma verdadeira doação: 16 bilhões e 557 milhões de cruzeiros<sup>14</sup>; seis anos de prazo; três anos de carência; juros de 12%; e 10% de correção monetária! Por essa mesma época, também o Sr. Mesquita, do “Estadão”, obteve privilégios ainda maiores. E ambos, então associados, obtiveram, no mínimo com o beneplácito do Sr. Delfim Neto, recursos de muitos bilhões do BNDES para uma fábrica de papel no Paraná (Pisa S/A – investimento de 170 milhões de dólares). Registro a coincidência, fonte que é de uma segura convicção. Sabe-se que o Sr. Delfim Neto não morre de amores pelo Governo do Rio de Janeiro. O Sr. Nascimento Brito não poderia deixar de ser sensível às preferências e à vontade do poderoso Ministro.

**2** – Diante dos primeiros ataques e intrigas, procurei oferecer esclarecimentos através dos repórteres, de notas e de cartas. O Sr. Nascimento Brito mandava editar como queria minhas declarações, inclusive notas oficiais, colocando, até mesmo, as cartas do Governador, dias depois, na seção “Cartas dos Leitores”. E cada vez mais impropérios e publicações agressivas, com flagrante intenção de desmoralizar o Governo do Rio de Janeiro e suas práticas administrativas.

**3** – Defender-me e defender nosso Governo – legítimo, honesto, honrado e dedicado aos

14 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 2449

interesses da população – constituía-se, para mim, num dever irrecusável. Os outros jornais não tinham porque estar abrindo espaços numa polémica da qual não eram partes. Daí a minha decisão de publicar nossos esclarecimentos e respostas, como matéria paga, particularmente no próprio órgão que nos agredia. Um governo eleito pela população não pode ficar ao sabor das idiossincrasias de apenas um indivíduo, por mais poderoso e intimidatório que pretenda ser.

4 – E assim fomos andando. Preocupei-me, sempre, em não radicalizar, inclusive cultivando a esperança de que, num dado momento, a razão e o bom senso viessem a se restabelecer. Agora, o Sr. Nascimento Brito decidiu, numa atitude insólita e arbitrária, que não mais publicará as minhas respostas e esclarecimentos. Como se vê, o homem quer mesmo é me asfixiar. Ataca, diz tudo o que a sua irresponsabilidade lhe inspira e fecha as portas. Não me concede sequer o direito de resposta. É um grande democrata! A verdade é que o uso do cachimbo do arbítrio nestes 20 anos deixou muita gente de boca torta. Diz que não publica sob a alegação de que é à custa dos contribuintes, quando ele próprio vem mantendo o seu jornal indevidamente subsidiado pelo Tesouro Público. Diz que só aceita o que considera publicidade institucional. Agora, também é censor. Todas as matérias que o Estado manda publicar – anúncios, notas oficiais, esclarecimentos – são pagas pela mesma fonte, e com a mesma responsabilidade oficial. Por que ele não recusa as que vêm do Presidente Figueiredo e do Sr. Delfim Netto? Estou consultando a Procuradoria-Geral do Estado para verificar como devo proceder.

5 – Tenho, aqui comigo, uma coleção de editoriais e notas mandados publicar pelo Sr. Nascimento Brito no “Jornal do Brasil”, nestes últimos 18 meses. Andam em torno de 300 os editoriais contra a minha pessoa e o Governo do nosso Estado, afora outras incontáveis matérias da mesma natureza. São toneladas de

papel e tinta. Não se trata de críticas, mas de pura xingação e de leviandades – o abuso desmedido de um irresponsável, que se considera inatingível. No fundo, porém, o que pretende é encobrir os seus próprios descaminhos e dos seus inspiradores.

6 – Estou certo de que tenho crescido no conceito do povo do Rio de Janeiro. Em plena crise, e enfrentando uma situação agravada pelas restrições do Governo federal, venho trabalhando firmemente, a cada momento com mais eficácia, correspondendo cada dia melhor às expectativas de nossa população. Entre a minha presença e atuação, como homem público, e o Sr. M. F. Nascimento Brito, como dono de jornal, existem mesmo grandes diferenças. Separam-nos, profundamente, nossas ideias. Mas, basicamente, questões éticas e morais. Agora, a maior distância entre nós está numa questão, que se chama credibilidade. Com mais de 300 editoriais, não conseguiu atingir-me. Enquanto eu ganho adeptos e meu Governo se prestigia no julgamento público, ele vem perdendo leitores e destruindo a imagem e o conceito de que sempre gozou o “Jornal do Brasil”, em quase um século de existência.

\* \* \*

**Favelas** – A Secretaria de Obras está convocando o Governador para inaugurar as seguintes obras: **Favela Parque Acari**, água e esgoto para 6 mil habitantes; **Águia de Ouro**, água para 3 mil habitantes; **Parque Proletário da Penha**, água para 13.500 habitantes; eliminação de valas negras nos bairros **Souza, Jupati-Avaré, Inhoaíba e Vila do Céu** (55 mil habitantes); **Favela do Vidigal** (para 6 mil habitantes), **Pereira da Silva** (1 mil habitantes); esgoto sanitário na **Favela Caçapava** (2 mil habitantes); água na **Favela do Dendê**, na na Ilha, para 8 mil habitantes; água no **Terreirão (Rocinha)** para 2 mil habitantes, **Morro do Juramento**, em Vicente de Carvalho, beneficiando 10 mil habitantes; água e esgoto na **Favela Parque da Cidade**, 1.500 habitantes; **ponte sobre o Rio Matapaca**, vão de dez

metros, ligando o bairro Santa Bárbara à estrada do Sapê, em Niterói (obras feitas em mutirão, com o apoio da Serla e DER).

**Água e esgoto** – Trabalhando com economia e, em alguns casos contando com a colaboração dos Prefeitos e das comunidades, estão prontas para serem inauguradas as seguintes obras, muitas delas já a serviço da população: **Parati** – 8 quilômetros de rede, Cr\$ 130 milhões (água para a Ilha das Cobras e Parque Mangueira); **Cambuci** – 1.800 metros de rede, Cr\$ 65 milhões (reforço de abastecimento de água, beneficiando mais de 3.000 habitantes); **São Gonçalo** – 700 metros de tubos de 150 mm (rede de esgotos em 16 ruas do bairro Engenho Pequeno), investimento de Cr\$ 235 milhões, beneficiando 6 mil habitantes; **Nova Iguaçu** – 59.330 metros de rede, Cr\$ 407 milhões, obras executadas diretamente pela CEDAE, beneficiando os seguintes bairros: Posse, Juriti, Nova América, Caioba, Ponto Chic, Três Corações e adjacências, num total de 60 mil habitantes; **Queimados (NI)** – 8.694 metros de rede, Cr\$ 146 milhões, beneficiando 80 mil habitantes.

# 1 trilhão em depósitos, 1 milhão de cadernetas

A Caderneta de Poupança do Banerj acaba de ultrapassar o trilhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.194.446.228,61)<sup>15</sup> em depósitos, justamente no momento em que o número de contas atinge 1 milhão de depositantes. Em março de 1983, quando assumimos, havia 486 mil contas, com 160 bilhões em depósitos. Mais que dobramos, em 18 meses, o desempenho da Carteira em toda a sua existência.

Esta é a resposta mais concreta que me permito oferecer aos que se dedicam a detratar os nossos esforços na Administração do Estado. Nada melhor que a guarda e aplicação de suas sofridas economias para revelar e demonstrar a crescente confiança da população. E, mais que isto, confirma a sua decisão de colaborar e prestigiar o nosso Governo.

Como sabem os leitores, entre as tantas coisas que se passam entre Rio e São Paulo, estão os furibundos editoriais dos senhores Nascimento Brito e Mesquita Neto contra o meu Governo, sem nos referirmos aos seus escribas de encomenda; todos procurando, inutilmente, incompatibilizar-nos com a opinião pública. Como se vê, até aqui nada conseguiram. E não vão conseguir. Uma população esclarecida não se deixa enganar. Quem trabalha com honestidade e espírito público não teme a discussão com quem quer que seja. Só os que receiam, suspeitamente, o diálogo democrático é que praticam a censura contra os seus adversários,

transformando os meios de comunicação, a própria imprensa, em instrumento de uso pessoal, ao sabor de seus mesquinhos interesses.

\* \* \*

**Patrulhas Mecanizadas** – Começamos a desenvolver um programa de assistência aos produtores do Interior, num esforço conjugado entre a Secretaria de Agricultura (Siagro e Emater), Banerj – Crédito Rural, Prefeituras, cooperativas e associações de produtores. Trata-se de uma inversão de até Cr\$ 5 bilhões para a aquisição de 20 conjuntos de tratores e implementos agrícolas para desbravamento e preparação de solos nas diversas microrregiões agrícolas do Estado. Com a necessária assistência técnica, a utilização destes equipamentos será atribuída prioritariamente às associações e cooperativas de produtores. Serão adquiridos 21 tratores de esteira, 60 tratores agrícolas médios, 21 retroescavadeiras para drenagem e irrigação, 20 carretas de 4 mil quilos, 120 grades e arados de disco, cinco tratores para carga e escavação, além de um conjunto de outros implementos.

**Informática na Justiça** – Partindo de entendimentos entre o Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça e o Governador, um grupo de trabalho vem estruturando um Plano Diretor de Informática para os serviços da Justiça em nosso Estado, cuja implantação progressiva deverá iniciar-se brevemente na Vara de Execuções Criminais; estendendo-se, a seguir, a todos os serviços do Poder Judiciário. O Proderj – agora em fase de reestruturação e maior eficiência – vem colaborando na implantação deste importante programa.

**Agrotóxicos** – A utilização indiscriminada e sem orientação técnica dos chamados agrotóxicos e biocidas na produção de alimentos vem sendo uma das grandes preocupações destes tempos. A Administração do Estado vem tratando deste problema com a maior atenção. Nossos

<sup>15</sup> Para converter cruzeiro em dólar, divida por 2449

esforços vão ser agora sistematizados através de uma Comissão Especial, visando a disciplinar o uso desses venenos, assistir os produtores e estimular o emprego de processos naturais e orgânicos na agricultura, além de tarefas de fiscalização e controle. A Comissão será integrada por representantes e técnicos dos diversos órgãos que vêm tratando do assunto.

**Suplemento Cultural** – O Rio, tradicional centro cultural do País, perdeu nos últimos anos praticamente todos os veículos que possibilitavam a discussão de ideias no plano da cultura. Com a extinção dos suplementos especializados dos grandes jornais, rompeu-se com a tradição da crítica literária que formou gerações inteiras de intelectuais e produtores de cultura. Para atender a esta causa tão importante, o Governo do Estado passará a editar, em breve, sob os auspícios da Secretaria de Cultura, um suplemento cultural no Diário Oficial. Com esta iniciativa, que será desenvolvida em ambiente aberto e democrático, a Administração promoverá oportunidade a jovens talentos de revelarem sua produção, estimulará o amplo debate de ideias e colocará setores diversos da população em contato com as modernas tendências do pensamento cultural.

**Grumari** – Com o tombamento da área, cujo processo acaba de se iniciar, Estado e Município do Rio de Janeiro desenvolvem um projeto de preservação e disciplinamento do uso de toda uma região que compreende os morros de Guaratiba e São João de Mantiqueira, com seu conjunto de pequenas e deslumbrantes praias: de Buzos, do Perigoso, do Meio, Funda, do Inferno e Prainha. A um passo do Rio, esta área, que se conservou como um milagre, ainda é o testemunho do que foi a beleza natural de nossas regiões litorâneas. Precisa ser preservada e defendida da ocupação predatória. Tenho sentido que esta é uma reivindicação geral e das que mais tocam a população do Rio de Janeiro. Vamos em frente.

**Roubos em caminhões** – Não estamos despercebidos para os assaltos a caminhões de carga que se vêm intensificando nas estradas da periferia. Os prejuízos com esses assaltos são cada dia maiores, além das ameaças às vidas dos motoristas. As seguradoras vêm aumentando drasticamente suas taxas, atingindo fabricantes e consumidores – principalmente os setores de café e de medicamentos que vêm sendo os mais visados. Vamos reforçar nossos serviços nesta área, os quais, mesmo como vêm funcionando, já evitaram muitos assaltos. É uma parte da herança trágica que recebemos em matéria de criminalidade.

**Renúncia à prescrição** – No decurso destes 20 anos de arbítrio e obscurantismo, vários professores fizeram concurso, foram nomeados e não puderam tomar posse na época própria por não terem condições de apresentar o chamado “atestado de ideologia”, dado que o nefando DOPS negava-se a fornecer. Perderam as suas nomeações, conquistadas em concurso, em consequência de um procedimento injusto, arbitrário e discriminatório. Enviei mensagem à Assembleia propondo a restauração de seus direitos. O Estado deve renunciar àquela prescrição. E mais: nomear e dar posse àqueles professores. Este é o espírito da anistia.

**Polícia Federal** – O que vem se passando no Aeroporto Internacional é uma situação deprimente para o Rio de Janeiro: filas e esperas intermináveis – de turistas e viajantes estrangeiros – para o exame de documentos. Algumas empresas de viagem no exterior até já imprimiram um texto prevenindo os que viajam ao Brasil sobre o desconforto que os espera ao desembarcar. Tenho recebido centenas de cartas de reclamações, porque supõem que se trata de um serviço estadual. E o pior em tudo isto são as humilhações impostas a muitas pessoas e delegações, como as que ocorreram com os integrantes da reunião da Internacional Socialista, muitos deles Ministros de Estado, parlamentares, ex-governantes; todos de países com os

quais o Brasil mantém tradicionais relações diplomáticas. Seria muito bom que o Sr. Ministro da Justiça inspecionasse, pessoalmente, esses serviços, afastando, inclusive, possíveis interferências misteriosas e estranhas em seu funcionamento.

**Zózimo** – O “Gozmo”, como diz o deputado Juruna, intensifica suas alfinetadas e fofocas, pretendendo ridicularizar-nos. A mim, ao Prefeito, ao nosso Governo em geral. Suas notas têm, invariavelmente, este propósito. Nada conseguirá com seus cafunés ao chefe. O Zózimo<sup>16</sup> não perdoa o meu Governo pelo fato de o termos convocado para trabalhar. Há anos era funcionário fantasma do Estado. Isto explica a oposição sistemática do referido colunista social.

**Inferno na torre** – Desabou, de 25 metros de altura, uma laje das obras da nova torre de transmissão da Rádio JB, no Sumaré. Dois trabalhadores mortos e outros feridos. As obras não tinham licença do Município. Foram embargadas. A Polícia apura responsabilidades. Um acidente como esse é sempre uma tragédia que pode ocorrer na construção civil. As suas vítimas, porém, são sempre operários humildes, que vivem com suas famílias nas favelas e comunidades carentes das periferias – aqueles que um certo senhor Brito, dono da obra, costuma chamar de “marginais”, esquecendo que sem eles não haverá nunca obra alguma. Imaginem os leitores, se esse acidente ocorresse numa obra do Estado, o escândalo que faria o JB!

---

16 Zózimo Barrozo do Amaral

## Escamoteação e ilegalidade

Se dependesse da vontade e decisão da ampla maioria do povo brasileiro, não teriam prevalecido as atuais regras legais estabelecidas para o processo de escolha do futuro Presidente da República. Primeiro, por lhes faltar a plena legitimidade, dado que têm suas raízes e origens nos atos de exceção do regime. Segundo, porque não se constituem, em si mesmas, regras democráticas. Excluem o verdadeiro e único poder de decisão num regime democrático e presidencialista, que é o povo, através do seu eleitorado regularmente inscrito.

Oferecendo exemplos de equilíbrio e lucidez, preconizando, invariavelmente, processos pacíficos e legítimos, o povo brasileiro manifestou, de forma inequívoca, a sua vontade, no sentido de uma mudança das regras em vigor com a realização de eleições diretas e imediatas: única alternativa limpa e correta para tirar a Nação deste ambiente de sofrimentos, de incertezas e insegurança. Os centros de poder e influência – instalados no Executivo e no Legislativo, empedernidos e insensíveis ao clamor público – tudo fizeram para impedir o restabelecimento destes sagrados direitos de nosso povo.

Lamentavelmente, impuseram-se as leis remanescentes do regime autoritário: o chamado Colégio Eleitoral – a escolha indireta do futuro Presidente. Aos que lutam pela normalização da vida do País, não restou outra alternativa senão a de construir sua unidade e enfrentar o continuísmo sob as suas próprias regras, ainda que essas tenham sido ardidamente preparadas para sustentar e manter os detentores do regime.

Pois bem: desenhou-se nitidamente, com o correr dos dias, a vitória das oposições.

Pensando bem, não poderia ser diferente. O povo brasileiro encontra-se mobilizado e consciente – de Norte a Sul, de Leste a Oeste, nos grandes centros urbanos e no interior –, decidido a restaurar pacificamente os seus direitos. E seria um absurdo, inconcebível mesmo, que a maioria dos seus representantes no Congresso e nas Assembleias viessem a dissentir da sua vontade soberana.

E o que passamos a viver e à assistir, à medida que se foi esboçando este quadro de definições? Um contexto deprimente de envolvimento espúrios, de manobras sub-reptícias e tentativas de corrupção, de pressões e, o que é pior e mais sombrio, de projetos sinistros, de escamoteios e casuísmos visando a deturpar e a corroer aquelas mesmas regras anteriormente estabelecidas. E por parte de quem? Justamente pelos que as fixaram e as sustentaram de forma irredutível. Afinal, o que se pretende com tudo isto? Humilhar ainda mais o povo brasileiro perante e opinião pública internacional?

A Nação inteira quer paz e intangibilidade das regras estabelecidas, sem mais distorções e escamoteios. A ordem legal que aí está precisa indispensavelmente ser democratizada, mas por processos legítimos e normais. Até então, o que cumpre a todos nós é defendê-la como o estatuto mínimo com que conta, neste momento, o povo brasileiro para fazer prevalecer as suas justas e legítimas aspirações.

\* \* \*

**Hoje, Dia do Funcionalismo** – Nesta data, comemora-se o Dia do Servidor Público, em nosso País. O Governo do Rio de Janeiro gostaria de dirigir ao funcionalismo brasileiro esta pequena mensagem de apreço e esperança. Muito especialmente aos que exercem suas atividades ou vivem no Estado do Rio de Janeiro, atuando nas administrações federal, estadual ou municipais. Aos servidores do Estado, ao lado do meu reconhecimento pela colaboração que emprestam ao meu Governo, quero, mais uma vez, reiterar o propósito, que sempre



nos inspirou, de ir encarando – passo a passo, sempre com a preocupação de construir novas chances e oportunidades – os problemas de cada uma de suas categorias. Assim tem sido desde o início de meu Governo. E vamos prosseguir nesta orientação, sabendo-se que a chave do atendimento das reivindicações e direitos do funcionalismo é uma eficiente e austera administração financeira, o permanente combate ao desperdício e ao empreguismo, e, uma visão correta de nossas prioridades. Hoje mesmo, pretendo anunciar algumas medidas, particularmente em benefício desta laboriosa e sacrificada categoria de servidores que são os agentes administrativos. São os que carregam a máquina burocrática nos ombros e, até agora, foram ficando para trás.

**Coerência e seriedade** – A bancada do PDT na Assembleia do Rio de Janeiro escreveu uma página de bronze pela forma responsável e límpida, imune de dúvidas e suspeitas, com que atuou neste episódio da escolha dos delegados ao chamado Colégio Eleitoral. Internamente, já havia escolhido, pelo voto secreto, seus representantes. Por exigência da nova regulamentação, realizou em ato público, no plenário da Assembleia, outra eleição secreta com um observador da Justiça Eleitoral. Dentro da melhor prática democrática, ratificou a escolha anterior. Ato contínuo, os escolhidos divulgaram um manifesto, claro e incisivo, na linha de definições do Partido e da própria bancada, a fim de que ninguém viesse a confundir os com aqueles que, neste momento, aí estão a oferecer esse espetáculo deprimente da vida pública brasileira, deixando-se envolver por interesses e conveniências pessoais.

**Governo Montoro** – Saudamos o Governo de São Paulo por sua decisão de publicar, todos os domingos, como vem fazendo o Governo do Rio, matéria informativa à população. A diferença está em que, em lugar do “Esclarecendo”, lá em São Paulo utilizou-se a expressão “Prestando

Contas”, além de uma apresentação gráfica ao estilo das agências de publicidade. Estou certo de que o ilustre Governador Montoro verificará, com o tempo, que estas publicações só adquirirão um conteúdo vivo e autêntico quando polemizam, respondem e comentam os questionamentos injustos que nos são feitos. Mesmo porque, a própria publicação só se justifica como uma necessidade de esclarecer e elucidar, frente a omissões, deturpações e conceitos injustos sistematicamente difundidos em prejuízo do interesse público.

**9.064 professores** – Este é o número de professores que estamos efetivando nos quadros do magistério estadual, em sucessivas relações nominais que vêm sendo expedidas. Os professores contratados até 31.12.83 passam, agora, a ser estatutários, com aumento de seus salários, além do direito às gratificações de regência, desde 1º de abril deste ano. Até o final de 1984, deveremos realizar concursos para a rede estadual e municipal para o preenchimento de cerca de 7 mil vagas, criadas a partir das novas escolas previstas em nosso Programa Especial de Educação. Ensino eficiente tem como pressuposto a dignificação do magistério.

**Pequenos reparos nas escolas** – Por iniciativa de sua Secretaria de Educação, adotou o Governo um programa especial, colocando em todos os municípios, através de uma comissão local, parcelas adequadas de recursos, em regime de adiantamento, a fim de que as próprias diretoras das escolas providenciem os pequenos reparos, consertos e necessidades de manutenção de seus estabelecimentos. A nossa recomendação é no sentido de que as diretoras multipliquem estes pequenos fundos com a colaboração da comunidade e dos empresários da região. Assim, não deixaremos cair os padrões de conservação dos nossos colégios. Com iniciativa e criatividade, conseguiremos mais ainda. Neste momento estamos distribuindo, proporcionalmente a todos

os municípios, um adiantamento global – para estes fins – de 940 milhões de cruzeiros<sup>17</sup>.

**Garizinhos** – A Prefeitura do Rio deu início a um programa de aproveitamento de menores da FEEM nos trabalhos de limpeza das praias da Zona Sul. Os “Garizinhos” receberão uma bolsa de Cr\$ 97 mil mensais, 10% dos quais serão depositados na Caderneta de Poupança do Banerj. Outras atividades estão sendo selecionadas, dentro do objetivo de ampliar progressivamente este programa.

**Mais 300 ônibus** – Na impossibilidade de comprar ônibus novos, como desejaríamos, decidimos reaproveitar os recursos disponíveis na própria CTC, onde se encontram

148 unidades consideradas inservíveis, e mais 152 veículos circulando, estes com altíssimo custo pelo desgaste. Vamos recuperar estes 300 chassis e dotá-los de novas e modernas carrocerias. Continuaremos, assim, oferecendo trabalho à Ciferal, que acabou de concluir a entrega de 125 ônibus “Padron Volvo”, cujas características foram desenvolvidas em suas oficinas. Como todos se recordam, esta empresa estava fechada, em processo falimentar, e seus trabalhadores no desemprego. Este plano de recuperação custará em média 55 milhões por unidade – chassis e carroceria. Um ônibus novo tem o preço entre 150 e 200 milhões de cruzeiros.

---

17 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 2622

## Violência e criminalidade

A Agência “Gallup” certamente está publicando em todo o mundo as pesquisas que as “Gallups” realizaram em 21 países. As manchetes, sem nenhuma dúvida, serão como as daqui: “Brasil, segundo em violência. Só perde para a Colômbia”. Clara e insidiosa campanha contra o nosso País, porque joga com estatísticas superficiais, sem comentá-las devidamente.

O turismo no exterior representa um dos maiores movimentos econômicos. São bilhões de dólares anualmente. Só o petróleo e os armamentos superam-no. E o jogo sujo campeia, principalmente contra países como o Brasil – insuperável em ambientes naturais e com excelente infraestrutura, mas que não faz parte dos conglomerados do Primeiro Mundo. Afortunadamente, a opinião pública internacional, como ocorre com o povo brasileiro, já está muito prevenida contra essa espécie de manipulações.

Diz a pesquisa que, no Brasil, 19% da **população urbana** tiveram suas residências assaltadas nos últimos cinco anos; 10% em 12 países europeus (França, Inglaterra, Itália, Dinamarca, Holanda, Espanha, Irlanda, Suíça, Alemanha, Noruega, Bélgica e Suécia); nos EUA e Canadá, essa percentagem sobe para 13%. Vejam com que grupo resolveram nos comparar! Não têm analfabetos nem inflação, pouco desemprego e **renda per capita** acima de 10 mil dólares.

Outros dados da pesquisa, sobre vítimas de assalto pessoal ou contra membros da família, nos últimos cinco anos: Brasil, 34%; Holanda, 30%; África do Sul, 29%; Inglaterra, 25% (!); Suíça, 25% (!); Suécia, 24%; Canadá, 24%, e por aí vai: França e EUA com 17% e 16%, respectivamente; Alemanha, com 13%

etc. Esses números, bem examinados, demonstram que os turistas e as agências de viagem deveriam dar preferência ao Brasil em seus programas de férias e excursões, em lugar daqueles países. Pois, não é preciso argumentar, os assaltos e roubos naquelas nações industrializadas e de alto nível cultural são muito mais sofisticados, têm tecnologia e mais periculosidade; por conseguinte, com muito menos chance para as vítimas se defenderem (Ontem, ainda, ouvi, de um alto executivo, o relato do assalto que sofreu há poucos dias num grande hotel de Nova York. Ao abrir a porta do seu quarto, dois sujeitos lá de dentro lhe diziam “**Come in, come in**”. Puxou a porta e saiu correndo. Foi aguardar lá embaixo os “visitantes”. E ao reconhecer suas malas, jogou-se sobre o pescoço de um deles, gerando um “bolo” que acabou na polícia. Eram dois marinheiros da US Navy. “Trabalhavam” com técnicas e equipamentos que lhes permitiam abrir qualquer fechadura, na hora. Confessaram que havia meses estavam operando. Imaginem a Inglaterra com 25%, a África do Sul (do Sr. Brito) com 29%, Holanda com 30%! Convenhamos que esses índices representam, incomparavelmente, maior periculosidade que os do Brasil (34%). Não sei porque não publicaram o número de mortos e feridos nessas estatísticas de assaltos.

Uma outra observação significativa sobre as pesquisas da “Gallup”, que registro com esperança, foi a virada (certamente para defender a África do Sul) que ocasionou nas opiniões do Sr. Nascimento Brito, o qual, nestes últimos tempos, vem considerando o problema exclusivamente caso de polícia, e que tudo o mais são “desculpas dos incompetentes”. Vale a pena reproduzir o que, a propósito destas pesquisas da “Gallup”, disse, no dia imediato, o JB: “O que significa uma estatística dessa natureza? Significa, antes de tudo, o retrato da insegurança em que o Brasil emergiu nos últimos

tempos, como resultado da crise econômica, do desemprego e da crescente marginalidade social, nas ruas de suas principais metrópoles”.

Feitos estes comentários, gostaria de dizer que o que mais importa para nós é prosseguir tenazmente na política que traçamos: combater a violência e a criminalidade de todas as formas e com todos os meios possíveis, imprimindo uma eficácia cada dia maior aos serviços de policiamento e segurança, mas sem descurar, simultaneamente, do enfrentamento de suas causas e origens. E quando surgem insinuações como as que comentamos acima – em demérito de nosso País, com o propósito de nos intrigar e desmerecer – o que nos cumpre é combater essas maldades, sem nenhuma inibição, procurando recolocar a verdade.

\* \* \*

**Assalto a banco** – Há tempos, divulgamos esta estatística dos primeiros quatro meses deste ano: assaltos a bancos em São Paulo, 232; contra apenas seis no Rio. A esta altura do ano, São Paulo deve estar atingindo ou superando o número de 400 assaltos. No Rio, até agora, tivemos dez ocorrências. O que lamentamos é que, por defeitos e acidentes nas instalações dos bancos, tivemos no curso deste ano quase 600 alarme falsos, que resultaram em pesadas despesas e perda de tempo de nossos recursos humanos. O Governo do Estado vem gastando com a “Operação Apolo” mais de 1 bilhão e 200 milhões de cruzeiros<sup>18</sup> por mês, utilizando na proteção dos bancos 210 funcionários e 70 veículos! Agora mesmo, urge renovar toda esta frota. Não há qualquer colaboração material oriunda do Sindicato dos Bancos. Vou procurar os seus dirigentes. Necessitamos ter um entendimento. É o interesse público que está a nos exigir. As comunidades pagam as suas cabines. A população está reclamando, com todo o direito, mais polícia nas ruas e logradouros. Estou certo de que os bancos vão compreender

e irão concordar em assumir as despesas da “Operação Apolo”, pois o dinheiro não está somente na cabeça, mas principalmente nos cofres dos bancos. Este trabalho vem sendo executado com eficácia, como os seus resultados aí estão para comprovar.

**Sequestro e violência** – Quem tomou a iniciativa e deu o alarme sobre o sequestro do operário da CEDAE, Claudio José da Silva, foi o próprio Governador. Recebi um telegrama do Sindicato da sua categoria denunciando o caso e tratei de elucidá-lo. Pensei logo na Polícia Federal, porque não poderia admitir que essas práticas ainda estivessem ocorrendo com a Polícia do Estado. Como vem sendo divulgado, a Polícia Federal vem dando caça às bruxas aqui e noutros estados. Tornou-se uma espécie de DOPS nacional. Embora injusta neste caso, minhas suspeitas fundaram-se naqueles antecedentes. Quem faz um cesto, faz um cento. O caso será investigado com todo rigor, principalmente quanto às denúncias de torturas e violências, quanto também pela violação de um domicílio, alta madrugada, na presença de familiares, inclusive crianças. Um espetáculo deprimente, que não se pode repetir sem que haja drásticas consequências para seus responsáveis. Além das providências administrativas, o assunto será levado ao exame do Conselho de Justiça e Direitos Humanos. A tortura, os maus tratos e as violências nas delegacias e órgãos represivos eram comuns até há pouco. Agora, num Governo Democrático, são práticas inadmissíveis. A inviolabilidade do lar é um direito de todas as famílias, mesmo que este lar seja um humilde barraco.

**Presídios** – Utilizando nossos precários recursos, tudo temos feito para aliviar a dramática situação de nosso sistema penitenciário, inclusive para ir ampliando, na medida do possível, sua capacidade. A Fundação Santa Cabrini vem desempenhando um importante papel nesses

18 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 2660

esforços da Secretaria de Justiça. Agora mesmo, estou destinando uma verba de 1 bilhão e 182 milhões para um programa de recuperação e reformas em diversos estabelecimentos penais. A rigor, uma gota num oceano de necessidades. O Governo Federal ensejou recursos à maioria dos Estados, diversos dos quais dispõem hoje de excelentes e modernos sistemas penitenciários. O Rio de Janeiro foi abandonado à própria sorte, desde há muitos anos. Tem o pior sistema de todo o País. Precisáramos de novos estabelecimentos. A Ilha Grande gostaria de ver-se livre dos presídios. Sua vocação é o lazer e o turismo. Pleiteamos da União uns poucos recursos para construção de algumas minipenitenciárias, para desafogar a situação. Até agora nada, rigorosamente nada. O processo de financiamento para as duas primeiras

está, há meses, retido e engavetado na Seplan do Sr. Delfim Neto.

**Leão sem dentes** – Como os leitores certamente vêm acompanhando, o “Estadão”, do Sr. Júlio Mesquita Neto, continua em sua campanha gratuita e inútil contra o Governo do Rio de Janeiro e contra mim pessoalmente. Continua também ensejando os melhores espaços do jornal a um escriba que contratou especialmente para nos agredir. Felizmente, não conseguem impressionar ninguém. Suas matérias são demasiadamente pueris, facciosas e parciais e, por isso, não causam grande impressão. Um neófito, ao ler o “Estadão” deve pensar que vai haver um terremoto aqui, tais as sentenças, a empáfia e a soberbia de suas afirmações. Não sabe que o “Estadão” é um velho leão sem dentes e que seus movimentos são apenas reflexos.

## A questão crucial

Queiram ou não reconhecer, as oposições brasileiras se encontram entre um período de transição e a usurpação. Este é o nosso dilema. Sim, vamos ao Colégio Eleitoral porque não nos restou outro caminho. Mas não podemos esquecer que o Colégio Eleitoral é um mecanismo instituído para a continuidade do regime. Muito mais ainda, não pode ser obscurecido que a própria maioria – que neste momento favorece as Oposições – foi uma decorrência lógica do movimento popular, nunca registrado neste País, reclamando eleições livres e diretas. Este Colégio não gera um mandato presidencial e sim um Governo de transição, a fim de que venham a ser convocadas, no mais curto prazo possível, eleições diretas para a instituição de um Governo legítimo em nosso País. A legitimidade das Oposições em se utilizarem dos instrumentos do arbítrio está em sua transitoriedade no Governo. Queiram ou não entender, os dias irão demonstrar que esta é a consciência e também o julgamento do povo brasileiro.

Todos estamos de acordo em não admitir quaisquer mudanças nas regras estabelecidas. O que questionamos é o que vem depois. Incluo-me entre os que exaltam a inteligência política das Oposições brasileiras. Por isso mesmo, estou persuadido de que esta questão crucial será encarada sob os fundamentos da razão e não aos impulsos de uma corrida cega para o Poder. Governar sem legitimidade e com a força é possível. Vivemos a experiência. Agora, governar sem legitimidade e sem o uso da força é a própria inviabilidade. Neste País, que se encontra com seu povo magnetizado em busca do seu destino, nada mais dará certo sem que se realizem eleições diretas para a instituição de um Governo legítimo.

Quanto aos que procuram confundir – pelos métodos do patrulhismo ou através de conhecidos sofismas –, inspiram-se apenas em suas eventuais conveniências. Insistem, também, alguns intrigantes de sempre. Não nos impressionaram até aqui, muito menos agora quando se abrem mais espaços para a discussão. A verdade, ainda mais quando inteiramente lógica, tem um estranho efeito sobre todas as pessoas. Daí a nossa confiança no julgamento público. A nossa posição não é de hoje. Vem de muito longe. Agora, como ontem, queremos é continuar coerentes e fiéis aos nossos princípios e convicções. Questionamos as perspectivas do futuro. Apenas isto.

\* \* \*

**Audiência com o Presidente** – Gostaria de levar ao conhecimento do povo do Rio de Janeiro esta relação de assuntos e problemas que apresentei ao Senhor Presidente da República, quando da audiência que Sua Excelência concedeu-me dia 6 do corrente. Nada solicitei que viesse a ultrapassar aqueles limites razoáveis e prudentes que estão aquém de uma justa participação do Estado, considerando a época em que vivemos.

**1** – Autorização para rolagem integral da dívida pública, através da emissão de Obrigações Reajustáveis; nada além dos limites já concedidos aos demais estados da Federação. O Rio de Janeiro tem sofrido graves prejuízos, em matéria de recursos, em função dessas limitações. Idem, idem para a emissão de Letras do Tesouro para efeitos de antecipação de receita, no próximo exercício de 1985, nos termos e limites já autorizados em lei.

**2** – Reabertura das linhas de crédito e liberação dos respectivos recursos nas agências financeiras da União, dentro de limites equitativos e compatíveis; **BNH – Habitação e Saneamento** (projetos habitacionais, de água e de saneamento já aprovados e outros pendentes, incluindo-se uma modesta participação no Finsocial; elevação, a níveis justos, dos limites das aplicações do Banco do Estado); **BNDES** (liberação

de recursos já considerados por esta instituição para os projetos de ligação por barcas entre Rio e São Gonçalo; para a rede de distribuição de gás, em Campos; e para o projeto de estradas vicinais); **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL** (refinanciamento de débitos do Metrô e liberação pelo FAS e SEPLAN dos recursos para os presídios e delegacias); **BANCO CENTRAL**, agilização do programa já aprovado de saneamento do Banerj;

**3** – Solicitei o acolhimento e apoio do Governo Federal para duas grandes obras, urgentes e imprescindíveis, cuja execução deverá se estender por vários anos. Refiro-me ao saneamento da Baixada Fluminense, de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca; e a construção de uma segunda via paralela à Avenida Brasil, a chamada “Linha Vermelha”. Estas obras importam em pesados investimentos e seus projetos vêm sendo elaborados. As obras de saneamento têm maior prioridade e precisariam ser iniciadas imediatamente. Há um contrato com o BNH prevenido recursos de cerca de 210 bilhões, os quais, até este momento, não foram liberados devido aos tetos fixados pelo BNH para o nosso Estado. Estes foram os problemas que coloquei perante o Sr. Presidente da República. Sua Excelência recebeu-os com a melhor compreensão e acolhimento. Esperamos encontrar em todos os demais escalões da Administração Federal, não só as naturais recomendações do Sr. Presidente quanto também um clima de boa vontade e espírito público. É evidente que entre o Governo Federal e a Administração do Estado existe todo um conjunto, uma espécie de frente de problemas e questões que precisam ser encarados em cooperação permanente. Limitei-me a estes assuntos que já se encontravam pendentes de decisão.

**Campanha contra o Rio** – Prossegue o Jornal do Brasil – agora, inclusive, com mais técnica – a linha de oposição sistemática que imprimiu o seu atual herdeiro e proprietário, Sr. Nascimento Brito. Vem puxando manchetes

de primeira página sobre o ambiente de criminalidade e violência de nossa cidade, publicando estatísticas, apresentadas com requintes de interpretação (tantos crimes e roubos de automóveis por hora, por minuto, por segundo etc., etc.). Lançou uma expedição de dezenas de repórteres pelo interior do Estado, constringendo os prefeitos, extorquindo depoimentos superficiais; alguns deles facciosos, como se poderia antever. A seguir, veremos que o senhor Brito, embora tapando o nariz, irá ouvir e editar as declarações de presidentes de associações de moradores das favelas etc., etc. Uma a uma dessas investidas rebateremos com os nossos “Esclarecendo a população”. Um dos meus deveres, como Governador, é justamente este: defender o Rio de Janeiro contra estes tipos de explorações mesquinhas, que lá fora só podem repercutir negativamente.

**“Democrata”** – O Sr. Nascimento Brito determinou (manda e não tem conversa) que, das publicações oficiais do Estado, ele só coloca no seu jornal aquelas que passem por sua censura. Diz o que quer e não quer ouvir explicações nem respostas, muito menos críticas à sua conduta. E ainda se julga no direito de dizer que o Governador é autoritário. Antes de enviar novas publicações, fiz uma consulta à Procuradoria-Geral do Estado. E lá se foi o senhor Brito queixar-se à Associação Nacional de Jornais, dizendo que o Governador estava discriminando o **JB**. E, à boca pequena, informando que iria à SIP queixar-se. Que camaleão! Atendendo ao apelo do presidente da ANJ, determinei que todas as publicações do Estado continuassem sendo oferecidas ao **JB**. E assim vem sendo feito, inclusive com o Sr. Brito escolhendo o que quer ou não publicar. O Prefeito Marcello Alencar enviou-lhe uma carta, respondendo às suas críticas. Não só se recusou a publicar. Mandou-lhe a carta de volta. O Prefeito teve que divulgá-la como matéria paga nos outros jornais. Este homem, sem nenhuma dúvida, vem fazendo um mal irremediável ao velho e glorioso **Jornal do**

**Brasil.** Não compreende e não vê que o único serviço que lhe resta é afastar-se definitivamente de sua direção.

**Casa do Índio** – O deputado Mário Juruna trabalhou neste assunto como se fora um experiente articulador de soluções. Acabamos de ultimar um convênio com a FUNAI, através de sua interferência, para concluir e aparelhar a Casa do Índio, situada na Ilha do Governador. Trata-se de uma instituição que vem funcionando com

eficiência, pelo apostolado da Professora Cariri e seus auxiliares, num ambiente de pobreza e carência, mas muito limpo, ordenado e cercado de afeto e carinho. Ali se faz a triagem e o encaminhamento de índios, suas mulheres e crianças, que vêm de todo Brasil para tratamento médico especializado. Através deste convênio, o Estado contribuirá com 230 milhões<sup>19</sup> para a conclusão das obras, nestes próximos meses, incluindo-se alguns detalhes de aparelhamento.

---

19 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 2698



# Transição e legitimidade

## (Tendências/Debates – Folha de S. Paulo)

Ninguém mais, ao longo da história deste País, foi aplaudido nas ruas e consagrado pelas multidões, nos grandes estádios ou nas solenidades públicas do que o presidente Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Lembro-me ainda – eu era, àquela época, estudante do ginásio – que os jornais publicavam reiteradamente a opinião de muitos prestigiosos comentaristas, de professores universitários, em entrevistas de políticos eminentes e em seus próprios editoriais que eleições não representavam uma necessidade imediata. Era tal o apoio da população ao presidente que a questão da legitimidade não se apresentava como um problema. Recordo, inclusive, que muitos políticos repetiam que “voto não enche barriga”. Anos depois, até perguntei ao presidente Getúlio Vargas se ele era o autor desta frase. E ele me disse: “Não foi bem assim. O que disse foi que apenas com o voto não se enche barriga. Quis com isto condenar a democracia formal, isto é, a democracia sem conteúdo social”.

Hoje, alguém se atreve a cometer a hereesia afirmando que o Presidente e o governo do “Estado Novo” eram ilegítimos? É uma situação tão indiscutível que não exige e nem comporta qualquer argumentação. Não passa, pois, de um sofisma, de simples engodo, a afirmação dos que pretendem atribuir legitimidade ao próximo governo, via Colégio, devido à circunstância de que o ilustre senhor Tancredo Neves vem sendo aplaudido por grandes multidões em comícios, ou porque recebe o acolhimento da maioria da população quando circula

pelas ruas ou quando compartilha de atos e solenidades públicos. O que constatamos é que a expectativa de sua ascensão ao governo representa, isto sim, uma esperança para a maioria do nosso povo. Trata-se de um ambiente de apreço e simpatia, como ocorre nas campanhas eleitorais, com os candidatos populares antes das eleições, sem que de nenhuma forma ainda signifique legitimidade para o exercício de um governo estável, acatado e reconhecido.

Os governos desfrutam de legitimidade segundo a forma de sua investidura. Há os que ascendem ao poder sem o voto da cidadania, mas em consequência de situações anormais, como por exemplo guerras, revoluções, momentos críticos, ou, até mesmo, como é o nosso caso agora, para presidir o trânsito pacífico de um período autoritário para a normalidade de uma ordem democrática, com a reconstrução do Estado de Direito.

A história dos povos e nações está pontilhada de ocorrências deste tipo. Estes governos surgem e são acatados em função da sua transitoriedade. Vêm mais para gerir do que governar. Vêm para reordenar, preparando o renascimento das instituições e os atos eleitorais para a escolha dos titulares da confiança de todos os cidadãos, através do voto de cada um deles. A partir daí, sim, haverá legitimidade plena para o governo então eleito.

Há, ainda, a questão da eficácia desses governos transitórios. Muitos argumentam que, não tendo a oportunidade de governar por um prazo mínimo de quatro anos, deixaria de haver condições para o encaminhamento dos problemas de um país em crise, com seu povo dramaticamente sacrificado, um sem número de impasses gerando tensões e sobressaltos. Pois aí é que está o engano dos que encaram a transição apenas como uma corrida cega para os cargos e funções públicas. Governar, sim, é imprescindível quando se vive esta ordem de problemas; mas, mesmo assim, a prioridade está no reordenamento das instituições. Estas é que irão

ensejar a continuidade das soluções reclamadas pelo povo. A pessoa humana pode falhar. É inerente à nossa própria natureza. As instituições, porém, estão acima destas contingências.

Governar por um período transitório, com o apoio, a colaboração e o assentimento de todos – legitimamente, portanto – sem dúvida será mais eficaz e coerente que se arrogar um “mandato” de quatro ou seis anos, sem legitimidade e acatamento. Num período de crise como o que vivemos, quando recém-saímos do túnel escuro do arbítrio, a eficiência de um governo civil não depende do número de anos que se pretenda atribuir à sua duração. Antes disso, será uma função de sua legitimidade. E esta, dada a natureza de sua investidura, está contingenciada por sua transitoriedade. Será legítimo enquanto transitório. Além das fronteiras da transitoriedade, cairá irremediavelmente na ilegitimidade.

E este período transitório o quanto será? Depende das circunstâncias históricas em que ele ocorre. Certo é que o término deste período coincide com a realização de eleições diretas para Presidente. E, entre nós, o que nos apontam as circunstâncias em que vivemos? É que eleições livres e diretas não podem ser postergadas para além das próximas eleições para governadores e para a renovação do Congresso, em 1986. Eleições gerais, portanto, em nosso País, antes ou – no máximo – até aquela coincidência. Prolongar um período de transição, via Colégio, além de 86, é ingressar na ilegitimidade.

A simultaneidade de eleições, por sua vez, é uma espécie de mandamento do regime democrático presidencialista. O presidente da República deve ser eleito conjuntamente com os senadores e deputados federais; os governadores, com os deputados estaduais; e os prefeitos com os vereadores.

Estas são as razões por que o PDT sustenta, por uma questão de princípios, que as eleições diretas devem se realizar em 1986, simultaneamente para Presidente e para o Congresso. Isto

é, transição e coincidência. Em nada objetamos que o Sr. Tancredo Neves concorra, buscando assim a legitimidade que, a partir das eleições de 86, lhe faltará. Nós, do PDT, até não vemos nenhum impedimento em que venhamos formar numa coligação, com um programa, em torno do seu prestigioso nome. Agora, convenhamos, mandato-tampão é o que pretendem – um mandato de quatro anos. Este, sim, tampá, obstrui, impede o povo de votar, por mais quatro anos. A transição é a abertura e a institucionalidade, com leis que estabeleçam oportunidades para todos os partidos e todas as correntes de pensamento.

Há, ainda, os que sustentam a tese de que a Constituinte a ser eleita em 86 é que deveria fixar o mandato do futuro presidente. Esta Assembleia seria eleita sob a influência do presidente e do governo investido, via Colégio. É provável, como aconteceu em 1934, que a Constituinte atribua ao presidente um mandato, também, neste caso, por via indireta. Mandato de quantos anos? Talvez até 1990. Os seis anos que o próprio candidato se escusa de admitir, mas que significariam afastar o povo das urnas por mais seis anos. É um absurdo. Seria, mesmo, uma situação destituída da substância moral; o mesmo que um prefeito que preside e influi numa eleição de seus vereadores, os quais, depois de eleitos, fixem-lhe o próprio mandato.

Finalmente, queiram ou não, defrontamos-nos com esta verdade irrecusável: só o voto livre e direto dos cidadãos, no regime presidencialista, é que confere ao presidente da República (e ao governo, como um todo) sua plena e incontestada legitimidade. Trata-se de um princípio fundamental do presidencialismo democrático, inseparável de outro princípio que é também alicerce do regime: o da temporariedade dos mandatos eletivos. Estes dois princípios é que caracterizam o presidencialismo como um regime de governo do sistema democrático e representativo, no qual o povo é a fonte, única e exclusiva, de todo o poder legítimo.

## Nosso contencioso com o Governo Federal

Tornou-se necessário e conveniente informar à população de nosso Estado e à opinião pública do País, com mais detalhes e em termos conclusivos, o que realmente o Rio de Janeiro conseguiu resolver junto ao Governo Federal. É que as informações divulgadas a respeito não permitem uma correta avaliação. Além disso, alguns comentaristas vêm fazendo interpretações maldosas e irresponsáveis, inclusive procurando envolver estas decisões – há muito reclamadas pela economia e pelo povo do Rio de Janeiro – com supostos comprometimentos políticos.

No fundo, o que pretendem, como sempre, é desmerecer-me, prejudicar os meus esforços no Governo do Rio de Janeiro. Até aí, compreende-se. Oposição à maneira de cada um. Mas o que não aceito é que com essas maldades atinjam negativamente os interesses legítimos de nossa população.

Continuem me hostilizando, saberei defender-me; mas não façam esse mal ao nosso Estado. As carências e necessidades de grandes contingentes de nosso povo são por demais dramáticas para estarem aí ao sabor das perversidades de alguns imaginosos, que atuam por maldade mesmo. Em outros casos, em função de despreparo para encarar assuntos de tão grande importância e seriedade.

Somaram, de forma apressada e inconsistente, um conjunto de cifras, apresentando um total (1 trilhão e 600 bilhões de cruzeiros)<sup>20</sup> que, de nenhuma forma, corresponde à realidade. Ficou

a impressão de que a União teria transferido ao Governo do Estado essa gigantesca importância.

Se retirarmos deste total as estimativas globais de investimentos que se estenderão por muitos anos e por vários governos – como é o caso das obras de saneamento ou, então, de projetos que se estenderão no tempo, a exemplo da segunda via da Avenida Brasil (obra que é parte de uma rodovia federal), e de todos os demais projetos em exame – verificaremos o quanto importam realmente as transferências federais para o Estado.

Nada mais, nada menos que decisões equitativas, em face do que já havia sido concedido, anteriormente, a todos os demais Estados da Federação, inclusive os governados pelo PMDB. Só o Rio de Janeiro vinha sendo discriminado.

Os que agora insinuam envolvimento políticos, em nenhum momento surgiram em defesa dos interesses do nosso Estado. Fica demonstrado que, deliberadamente ou não, se omitiram, acobertando uma injustiça que vinha recaindo sobre a população do Rio de Janeiro.

O único que preocupa a esses intrigantes é saber porque somente agora foram tomadas estas decisões. Verifica-se, assim, que estavam é satisfeitos com o tratamento que o Rio de Janeiro vinha recebendo.

Nunca deixei de compreender que minha presença no Governo do Rio de Janeiro passou a representar um problema delicado e difícil para o regime. E ainda mais, em muitos aspectos, configurando situações complexas, cujas soluções, de imediato, não seriam de esperar. Sempre considerei que só o tempo poderia resolvê-las. Tratava-se de um processo que, em meu julgamento, haveria de conduzir-nos a um clima de compreensão. O interesse público, finalmente, teria de prevalecer. E foi o que ocorreu: Sua Excelência, o Sr. Presidente da República, ao verificar certos detalhes que demonstravam desfavorecimento ao Rio de

20 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 2829

Janeiro, acolheu as nossas razões, recomendando aos seus colaboradores o atendimento das justas reivindicações de nosso Estado.

Aos que insinuem transações políticas, respondemos que perdem seu tempo. Ou, mais uma vez, demonstram que não nos conhecem. Nossas posições vêm de longe. Há muito que afirmamos que esse Colégio Eleitoral não gera nenhum mandato, e sim uma transitoriedade. Quem deveria dar explicações são os que, depois de solenes compromissos com o povo brasileiro, relegam para as calendas gregas as eleições diretas, afastando e excluindo o povo brasileiro das decisões. Mandato-tampão é o de quatro ou de seis anos. Não há nenhuma justificativa para que as eleições sejam procrastinadas para além de 1986. Estamos onde sempre estivemos.

Desejaria, agora, passar aos números e decisões, parte integrante de todo um extenso e complexo contencioso, que caracteriza o relacionamento entre o nosso Estado e o Governo Central. Foram estes os problemas e assuntos submetidos à decisão do Sr. Presidente da República:

#### **1 – Rolagem da dívida pública**

Ao Rio de Janeiro só havia sido permitido emitir títulos até 70% da dívida a resgatar, quando a todos os demais Estados autorizaram 100%. Em alguns casos, até mais de 100%. Somando-se os 30% que faltavam, nos exercícios de 83 e 84, requeremos e foram autorizadas as emissões correspondentes, iguais aos mínimos facultados aos demais Estados. São 7.224.589 ORTRJs, valor atual de Cr\$ 145 bilhões e 340 milhões. Destina-se a cobrir o déficit.

#### **2 – BNH – Habitação**

a) Efetivação dos compromissos assumidos pelo Sr. Ministro do Interior, relativos ao programa social “Cada Família um Lote”, mediante liberação de Cr\$ 50 bilhões. Esta proposta está aprovada, em princípio, mas ainda pendente de formalização.

b) Liberação de recursos para projetos específicos de reforma e recuperação de conjuntos

habitacionais em estado de deterioração (Cr\$ 15 bilhões). Decisão: na mesma situação do anterior.

c) A CEHAB colocou no BNH diversos projetos, alguns já aprovados em nível técnico. Solicitamos recomendações àquele banco para a reabertura de entendimentos. O Rio de Janeiro, desde que assumiu o atual Governo, nada recebeu do BNH para novos projetos. Neste momento, o BNH é devedor ao Estado em cerca de Cr\$ 14 bilhões.

#### **3 – BNH – Saneamento**

Estamos discutindo estes assuntos no BNH, com recomendação do Sr. Presidente da República:

a) Liberação de financiamentos já aprovados (água e esgotos), representando, em 1985, desembolsos de 5,4 milhões de UPCs (Cr\$ 108 bilhões).

b) Liberação, ainda este ano, correspondente a desembolsos do Estado em contratos vigentes e aprovados pelo BNH no valor de 10 bilhões. São projetos de água e esgotos para comunidades carentes, em plena execução.

#### **4 – BNDES**

Aprovação final de financiamentos para os projetos das barcas para a ligação Rio-São Gonçalo e Ilha do Governador (Cr\$ 100 bilhões); para as redes de distribuição de gás em Campos, Madureira e Jacarepaguá (Cr\$ 28 bilhões); programa de estradas vicinais (Cr\$ 20 bilhões). Solicitamos também regularização das dívidas do Metrô no BNDES (2,8 milhões de ORTNs). Estes problemas, com recomendação do Sr. Presidente, estão sendo encaminhados favoravelmente.

#### **5 – Caixa Econômica Federal**

Refinanciamento dos débitos em atraso do Metrô (Cr\$ 25 bilhões); e liberação, pelo FAS, para o sistema penitenciário e segurança básica (1 milhão de ORTNs, ou Cr\$ 20 bilhões). Estes projetos deverão ser encaminhados à aprovação do Senado Federal, depois de passar pelo Conselho Monetário Nacional. O Senado

encerra as suas sessões no próximo dia 5 de dezembro. Uma inglória corrida contra o tempo e a burocracia. Vamos ver.

#### **6 – Saneamento**

Pleiteamos a colaboração federal para iniciar a execução de um plano integrado de saneamento para a Baixada Fluminense e áreas do Rio – Jacarepaguá e Barra da Tijuca. Esta é uma obra de grandes dimensões, urgente e indispensável, face à situação sanitária insustentável em que se encontram quase 4 milhões de pessoas, com rios e canais obstruídos, valetas infectas, áreas de alta mortalidade infantil. Os estudos destes projetos vêm sendo aprofundados. Estima-se, em moeda de hoje, que sua execução importará num investimento em torno de Cr\$ 750 bilhões. É uma obra que levará anos em execução e, certamente, diversos governos. Pretendemos iniciá-la em várias frentes: estudos e execução do terminal oceânico e dos emissários principais; e redes locais em diversas bacias, com tratamento alternativo. Precisamos, com firmeza, começar a eliminação das valas infectas que circundam os lares de centenas de milhares de famílias. Para estas obras pleiteamos uma contribuição especial de Cr\$ 100 bilhões, além da liberação dos recursos de um contrato já firmado no BNH, de Cr\$ 210 bilhões. Com esta ajuda federal, o Governo do Estado poderá aplicar recursos próprios no saneamento de São Gonçalo e Niterói. Estes recursos deverão ser aplicados no decorrer dos anos de 85 e 86. Mas precisamos começar agora.

#### **7 – Linha Vermelha**

Como todos sabem e sentem, a Avenida Brasil está saturada – com o tráfego quase

paralisado em algumas horas da manhã – pelo intenso tráfego de veículos na cidade. A paralisação atinge longo trecho da Rio-São Paulo. A Avenida Brasil é, essencialmente, a única via de entrada e saída do Rio de Janeiro para o interior do País: Sul, Centro, Norte e Nordeste. É uma espécie de gargalo de garrafa. Trata-se de um problema que necessita ser encarado corajosamente. Não se trata de fazer obra para o automóvel. É a própria economia e o abastecimento do Estado que estão em causa. Tenho procurado, em sucessivas exposições, despertar a atenção do Sr. Presidente da República para este importante assunto. Creio que agora estamos entrando na reta final sobre este empreendimento. O DER propõe-se a assumir a responsabilidade das obras, em convênio e com a assistência do DNER. Esta via expressa parte de São Cristóvão, com trevos para a Cidade Universitária, Aeroporto do Galeão, e no cruzamento da Rio-Petrópolis, desembocando na Rio-São Paulo. A chamada Linha Vermelha faz parte de uma rodovia federal. Por isso, solicitamos à União que a financiasse. Seu custo, em cruzeiros de hoje, numa primeira estimativa, está previsto em cerca de Cr\$ 600 bilhões, distribuídos em três anos. Pleiteamos uma dotação inicial de 100 bilhões para início das obras. Sobre estes dois grandes importantes e urgentes empreendimentos ouvi do Sr. Ministro do Planejamento a seguinte informação: “não pretendo discutir o mérito destes projetos, porque as instruções que recebi do senhor Presidente da República foram para encontrar o seu *modus faciendi*”.

## Mandato-tampão

Há um ano e meio, fizemos uma reflexão, sem que fosse propriamente uma proposta, sobre a conveniência de uma transição de dois anos, a fim de que em 1986 viessem a se realizar eleições gerais para Presidente e para o Congresso, como ocorreu recentemente na Argentina, nos EUA e no Uruguai, que adotam o regime presidencialista de Governo. O PMDB e outras correntes da Oposição rechaçaram a ideia, chamando-a, depreciativamente, de “mandato-tampão”, porque consideravam que o urgente e necessário era a realização de eleições diretas-já. Pois bem, agora se pretende sustentar um “mandato” de quatro ou seis anos, via Colégio Eleitoral, relegando as eleições diretas para 1988 ou 1990 (!).

É o caso de perguntar agora: qual é mesmo o verdadeiro “mandato-tampão”?

Nós, o que defendemos é um curto período de transição, no máximo de dois anos, por ser indispensável à preparação de regras e leis democráticas para a organização dos partidos e para a eleição de uma Assembleia Constituinte, simultaneamente com a escolha de um Presidente legítimo para o País, eleito pelo voto direto da população.

\* \* \*

**O Mutirão da Saúde Pública** – A partir de agora, integram-se União, Estado e Municípios (destes, só faltam dois por motivos técnicos), num esforço comum e conjunto pela causa da saúde da população. É o que estabelecem os convênios que acabam de assinar entre si os Ministérios da Previdência Social e da Saúde, a Secretaria de Saúde e as Prefeituras do Estado do Rio de Janeiro. Reunimos todos os nossos recursos e, de agora em diante, a assistência será para todos, segurados ou não, de uma forma global. Deve-se este programa à visão do professor

Aloísio Salles, que o implementou integralmente, com o apoio de todos nós, particularmente dos ministros Hélio Beltrão e Jarbas Passarinho. Beneficiam-se os Estados e Municípios, porque cerca de 75% dos que procuram os nossos ambulatórios e hospitais são segurados da Previdência Social. O mesmo ocorrerá com a União, que contará com extensa rede de serviços e hospitais em todo o território do Estado. Tudo devemos empenhar para que este programa alcance seus altos objetivos e venha realmente representar um benefício efetivo e direto à população.

**A Educação na Passarela do Samba** – Disseram e insistiram que na área da Passarela não havia crianças necessitando de escolas! Como neste caso, a população irá constatar o grau de cegueira, de maldade e, em alguns casos, de ignorância de certos críticos que ganham a vida para atacar o nosso Governo; ostensivos uns, encobertos outros. Mas nós vamos em frente. No curso deste ano, tivemos 629 crianças, numa fase experimental. Agora, abrimos as matrículas para 1985 e, já no segundo dia, estavam esgotadas todas as vagas. No próximo início das aulas, estarão sendo assistidos com alimentação, médicos e educação três mil crianças e jovens na Passarela do Samba; inclusive adolescentes analfabetos ou semianalfabetos – de mais de 12 anos – em cursos noturnos, e com um curso supletivo e uma escola do 2º grau. É a primeira etapa até atingirmos a sua plena capacidade. Em 1985, além de um grande carnaval, vamos ter a Passarela cheia de crianças todo o ano.

**Fábrica de Escolas** – Na sexta-feira última, inauguramos oficialmente a nossa “Fábrica de Escolas”, instalada em amplos espaços na Avenida Getúlio Vargas. Montada em 50 dias, já está produzindo pré-moldados, em capacidade crescente, a fim de que, até o início do próximo ano letivo, tenhamos prontas as 60 Escolas Integradas (CIEPs), contratadas com empreiteiras, 150 Escolas Isoladas e 150 Casas da Criança.

**Aproveitamento da Turfa** – Estamos destinando

Cr\$ 172 milhões<sup>21</sup> ao DRM para os trabalhos relacionados com o aproveitamento da turfa, que é uma riqueza natural que possuímos ainda desaproveitada. A Secretaria de Minas e Energia vem, há tempos, desenvolvendo um programa a este respeito, procurando, inclusive, incentivar a iniciativa privada na exploração deste importante potencial de nosso Estado, particularmente nas regiões de Itaboraí, Casemiro de Abreu, Campos e Região dos Lagos.

**Cr\$ 4,9 bilhões ao DER** – O Governo do Estado viabilizou recursos à Secretaria de Viação (DER), no montante de Cr\$ 4 bilhões, 904 milhões e 900 mil para os seguintes melhoramentos, obras e serviços: RJ-160 (Carmo/Cantagalo); RJ-162 (Neves/Glicério); RJ-224 (São Francisco/Praça João Pessoa); RJ-230 (Bom Jesus/Santo Eduardo); RJ-071, inclusive ponte sobre o canal de Marapendi; RJ-104 (Niterói/Tribobó); RJ-116 (Nova Friburgo/Conselheiro Paulino e Miracema/Venda das Pedras); RJ-176 (RJ-116 a São Sebastião do Alto); RJ-200 (Miracema/Paraíso do Tobias); RJ-101 (Ponte sobre o Rio Meriti e viadutos Ataulfo Alves e do Mendanha); sinalização de diversas rodovias; sistemas e equipamentos, inclusive reboques e veículos para o Túnel Rebouças; conservação de rodovias e manutenção e reparo de equipamentos; usina de asfalto de Parada de Lucas; e contrapartida do Estado no Propave. Estas obras, em grande parte já realizadas, importam em comprometimento de maiores recursos para 1985.

**Cr\$ 300 milhões para Campos** – O Governo do Estado está destinando estes recursos, provenientes do seu Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social, a um programa de obras e serviços em Campos [Campos dos Goytacazes], como sua contrapartida no projeto PECPM-Campos (Projeto Especial Cidades de Porte Médio, do Ministério do Interior e Prefeitura de Campos). Este projeto, que abrange 12 cidades do País, conta com recursos da ordem

de 300 milhões de dólares. Ao Estado caberá o detalhamento final dos projetos para Campos, compreendendo serviços de água, esgotos, eletricidade e outros benefícios às populações de baixa renda, com o propósito de fixá-las e desenvolver fontes de trabalho no Interior.

**Passarela para Pedestres** – O Governo do Estado (DER) prepara as bases de uma licitação pública para a construção de 11 passarelas sobre vias de intenso tráfego. Até aqui, nada de mais. A novidade é que oferecemos a concessão, por longo prazo, para a colocação de propaganda em condições adequadas nestes locais, mediante o custeio dos investimentos para a construção destas obras. Trata-se de uma experiência para a qual encontramos boa receptividade em nossas sondagens junto às empresas do mercado de propaganda. As primeiras 11 passarelas assim serão distribuídas: cinco na Avenida Brasil; uma na RJ-071, quatro na RJ-104 (três em São Gonçalo e uma em Itaboraí), e uma na RJ-106, também em São Gonçalo. Alguns detalhes referentes a posturas municipais estão sendo solucionados.

**Maracanã** – Prossegue o Governo do Estado (Secretaria de Esportes) com as obras de recuperação do Estádio Mário Filho. Agora mesmo, estamos destinando Cr\$ 2,1 bilhões com esta finalidade, inclusive para a elevação do piso da geral, a fim de melhorar a visibilidade de seus frequentadores. Os recursos provêm do Tesouro do Estado e também da própria Suderj. Além destas importantes reformas no Maracanã, vem sendo realizado um programa de construção de quadras polivalentes em diversas comunidades, bem como a recuperação do Estádio de Remo da Lagoa.

**Fazendo Mal Mesmo** – É profundamente triste e deplorável o que vem ocorrendo com o “Jornal do Brasil”. E o pior é que nada se pode fazer – foi o que ouvi de uma pessoa intimamente informada de todos os meandros da instituição

21 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 2927

– enquanto prevalecer a presença discricionária e mórbida do Sr. M. F. Nascimento Brito, agora herdeiro e dono absoluto da organização. Muito mais grave é o mal que este homem vem fazendo ao Rio de Janeiro e à sua população, utilizando-se das tradições e da influência remanescente daquele grande órgão liberal da imprensa brasileira e latino-americana. Agora mesmo, tenho aqui em mãos recortes que recebi de importantes jornais e revistas, que recém-chegaram a mim, vindos das maiores cidades, dos principais países do mundo. Estou tratando de enviar esclarecimentos para desfazer um pouco este grande mal que se vem cometendo contra o Rio de Janeiro. São transcrições do

noticiário escandaloso do “Jornal do Brasil” sobre violência e criminalidade em nossa cidade. Este senhor Brito faz parte do **jet set** internacional. Quase todas as semanas está em Nova York. Deve se sentir muito melhor lá do que aqui, embora em Nova York haja mais criminalidade, violência, roubos e assaltos do que no Rio de Janeiro. E por que então malsinar desta forma o Rio de Janeiro, através do “JB”, oferecendo pasto a todos os que, por motivos econômicos, querem tirar suas vantagens contra o nosso País? Só para dar vazão aos seus **rancores gratuitos contra o Governador?** Mais que isto, a ausência completa de quaisquer resquícios de espírito público.



## Primeiro, as instituições

A 15 de novembro de 1986, dentro de dois anos, portanto, teremos eleições para Deputados Estaduais, Governadores e Vice-Governadores, Deputados Federais e Senadores. Estes dois últimos, com poderes constituintes. Serão eleições abrangentes, em todo o território nacional. Cerca de 60 milhões de cidadãos, homens e mulheres de todas as gerações, serão motivados com a campanha política e deverão comparecer às mesas de votação. A Justiça Eleitoral necessariamente estará funcionando a pleno, estruturada e presente em toda parte. Haverá uma mobilização geral: dos serviços públicos, comunicações, segurança, imprensa, justiça, partidos políticos, milhares de candidatos e seus comitês, enfim a Nação inteira.

Por que então, pergunta-se, não colocar mais um quadradinho nas cédulas de votação para que o povo brasileiro venha a exercer, sem nenhum problema, o seu direito de escolha, justamente para o mais importante cargo que é a Presidência da República, conforme todos nós das oposições afirmamos e proclamamos solenemente nas praças públicas, como o ato mais urgente e necessário para encerrar, de uma vez por todas, este regime e normalizar a vida do País?

Os mais altos e prestigiosos dirigentes do PMDB, expressando os propósitos da maior corrente das oposições que transitará pelo chamado Colégio Eleitoral, entre outras pontuações, em linhas gerais, vêm sustentando:

**1** - “Que fizemos tudo pelas eleições diretas, com o povo brasileiro, reclamando-as para já. Entre cada dez pessoas, nove assumiram esta posição. Denunciamos o Colégio como ilegítimo, por consequência, também como ilegítimo

o mandato do Presidente Figueiredo e de seus antecessores. Reclamamos do Governo e do PDS o envio de uma emenda constitucional propondo eleições diretas-já. Mas, infelizmente, perdemos. Agora, como única alternativa ao nosso alcance, vamos ao Colégio. Somamos forças e vamos vencer”.

**Certo, justificável e coerente. Vamos juntos e unidos. É a única forma que temos para chegar às eleições diretas e, assim, restaurar o direito de nosso povo de ser a única fonte do Poder Legítimo.**

**2** - “Que o novo Governo, escolhido pelo Colégio em 15 de janeiro próximo, porém, **necessita** de um período mínimo de quatro anos. Até 1988. Depois sim, eleições diretas. O novo Governo precisa enfrentar a crise, a inflação, as dívidas, reordenar a economia, administrar; governar; enfim: eleições para Presidente, antes de quatro anos, traria muita agitação e enfraqueceria o Governo”.

**Ora, esta é uma argumentação igual à do regime nestes 20 anos, o qual nunca se declarou, frontalmente, contra as eleições diretas; escusando-se, porém, de realizá-las. Alegou sempre, pretensiosamente, que o povo não estava preparado, que ocorreriam agitações inconvenientes e que a situação não permitia.**

**3** - “Que a questão da legitimidade não os preocupa, porque o apoio majoritário do povo brasileiro está aí demonstrado nos grandes comícios e nas pesquisas; que estaríamos, enfim, diante de uma **eleição plebiscitária**; que o voto popular e direto não é a única forma com que se legitimam os governos”.

**Como constatarem os leitores, estamos diante de razões estranhas e contraditórias; indifereçados sofismas. O apoio público, generalizado e inorgânico, muitas vezes, como agora, pode ensejar mudanças e, mesmo, a ascensão de um Governo transitório. De nenhuma forma, há legitimidade nos novos detentores do Poder, senão dentro dos restritos limites de uma transitoriedade. Transpostos**

estes limites, cairiam, irremissivelmente, na ilegitimidade. Um Governo só se torna legítimo quando provém de eleições livres e secretas, realizadas em um ambiente pluralista e de ampla competição. Quantos regimes autoritários têm feito plebiscitos vitoriosos, ou reunido gigantescas multidões; sem falar nas pesquisas de opinião, que, de um modo geral, utilizam como um dos seus métodos preferidos. O SNI está sempre trabalhando com pesquisas.

4 – “Que, afinal, diante de maiores dúvidas, a Constituinte a ser eleita em 1986 é que deveria decidir sobre a duração deste questionado mandato presidencial”.

**Ora, a futura Constituinte só irá deliberar a respeito em fins de 1987, e é natural que viesse a outorgar, no mínimo, mais um ano ao Presidente em exercício. Assim, só em 1988 é que teríamos eleições diretas e, neste caso isoladas, para Presidente. Em condições, portanto, destrutivas para o funcionamento do regime presidencialista. Os últimos Presidentes eleitos o foram juntamente com o Congresso (Reagan, nos EUA; Alfonsín, na Argentina; e Sanguinetti, no Uruguai), como é da lógica do sistema presidencialista de governo. Sem coincidência, o regime não funciona. Um exemplo bem elucidativo foi a crise com o Sr. Jânio Quadros. O que pretendem os dirigentes do PMDB (e os da Frente Liberal, o que estarão pensando?), uma repetição dos erros de 1934? Aquela, foi uma Constituinte eleita sob a influência de um Governo carente de legitimidade (a revolução de 30 tardou em institucionalizar-se) e cuja preocupação maior era consolidar-se com as novas instituições e com a outorga de um mandato indireto ao Presidente em exercício. Tal foi a instabilidade que a situação desembocou numa intervenção militar em 37, a qual aconteceria, com Getúlio, sem Getúlio ou contra Getúlio. Além do mais, faltaria – aos propósitos anunciados – a indispensável substância moral.**

**Seria o mesmo que um Prefeito que, presidindo e influenciando na eleição de seus Vereadores, tenha o seu mandato fixado por estes mesmos Vereadores.**

Por que todo este emaranhado, quando tudo é tão simples, límpido, honesto e honrado? Com essas ideias, não estarão os dirigentes do PMDB lançando-se numa corrida cega e imediatista para o Poder, colocando-se acima dos direitos mais sagrados do povo brasileiro? Não estaríamos repetindo o que tantas vezes prevaleceu ao longo de nossa História; isto é, a influência decisiva de interesses de grupos em lugar das aspirações nacionais?

Com efeito, o povo brasileiro vem demonstrando um senso histórico tão profundo que poderíamos dizer até que se encontra em estado de graça. Vem oferecendo a todos nós lições de generosidade, de esperança, de equilíbrio e sensatez. Daí, as nossas imensas responsabilidades. Não podemos decepcioná-lo.

Alguém, entre os que assumem a pretensão de afastar o nosso povo das decisões, terá conseguido aperceber-se realmente por que este povo resolveu confiar no Sr. Tancredo Neves? Não tenham dúvidas de que o povo brasileiro vê no Sr. Tancredo Neves aquele cidadão respeitável, honrado e digno, encarnado na vida pública: a figura de um patriarca, como foi José Bonifácio. Sabe que ele vem de longe e está identificado com os mais altos valores da memória nacional. Todos o conhecem, através de muitos anos, as suas qualidades de moderação e capacidade de diálogo. E mais: que tem sido coerente, sem que a sua atuação fosse marcada pela intransigência; sobretudo, que não está movido pela ambição pessoal, tanto que, se o quisesse, teria tido deste regime as melhores e mais altas benemerências e posições.

Recentemente, sobre toda esta ordem de tão graves problemas, fez as seguintes declarações: “Se amanhã, antes mesmo de convocada a Constituinte, houver um consenso entre as forças partidárias, de que a proposta do

Governador Leonel Brizola deva ser acolhida, de minha parte não haverá nenhum obstáculo. Estamos lutando, com nossos companheiros, para realizar uma obra de reconstrução democrática permanente e duradoura para o País”. Coloca-se mais uma vez, o Sr. Tancredo Neves, até mesmo acima dos seus pontos de vista pessoais. Por isso, é o estadista que todos reconhecemos.

Aos dirigentes do PMDB e da Frente Liberal, o nosso apelo à reflexão. **Primeiro, as instituições.** Só as construiremos, ungidos pela legitimidade. A construção das instituições no

regime presidencialista de Governo só pode ter início com a eleição direta do Primeiro Magistrado da Nação. A Constituinte, sim, é indispensável; mas, nas circunstâncias históricas em que nos encontramos, a eleição dos constituintes precisa ser simultânea com a do Presidente. Só assim teremos plataformas nacionais e ampla representatividade, como se impõe neste momento, marcado por indescritíveis sofrimentos que recaem sobre grandes contingentes de nosso povo e por um perigoso contexto de dependência externa que vem ameaçando a própria soberania da Nação.

## Uma lição da História

É da maior importância e oportunidade que o povo brasileiro recorde, neste momento, o que se passou com a Constituinte de 1934. Principalmente os jovens – hoje, a maioria dos cidadãos e cidadãs deste País – precisam saber que agora se pretende simplesmente repetir os mesmos erros e equívocos. A Constituição votada em 34 teve apenas três anos de vida, em consequência das deformações que pesaram sobre a sua elaboração e dos vícios com que foram eleitos os Constituintes.

O Governo de então havia assumido o Poder com a vitória da Revolução de 30. Portanto, de uma forma não convencional e extraordinária. Tanto que o próprio Presidente Getúlio Vargas proclamou-se titular de um Governo Provisório, implicitamente reconhecendo que a sua legitimidade era transitória, sem se considerar detentor de nenhum mandato. Como agora, quando o ilustre Sr. Tancredo Neves atinge a Presidência da República, via Colégio; isto é, também de uma forma não convencional. Em 1930, houve uma Revolução e suas consequências. Neste momento, ao que assistimos são também as consequências de uma revolução pacífica e um gigantesco movimento de opinião pública em todo o País exigindo eleições diretas para a Presidência da República.

A Revolução de 30 demorou em institucionalizar os seus grandes ideais democratizadores, tanto que se viu na contingência de enfrentar uma perigosa contestação em 1932 – a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Tratava-se, como se vê, de um Governo carente de legitimidade, dado que já havia ultrapassado aqueles prudentes limites do transitório.

Os Constituintes de 34 foram eleitos, assim,

sob a influência de governantes que se encontravam no exercício do Poder; preocupados, naturalmente, com sua própria legitimação e continuidade. A Constituição foi elaborada sob essas influências e, ainda, como estava previsto, a Assembleia Constituinte decidiu sobre a duração do mandato do Presidente em exercício, outorgando-lhe, indiretamente, mais quatro anos de governo. Uma análise crítica daqueles episódios nos permite compreender que o correto teria sido a eleição direta, pelo voto popular, do Presidente Getúlio Vargas, juntamente com os Constituintes. Aí sim, todos estariam comprometidos – Presidente e Constituintes – com o povo brasileiro. Só com este compromisso é que poderiam ser construídas instituições verdadeiramente livres e duradouras, regras permanentes de convivência e respeito mútuo entre governantes e governados. Infelizmente, não foi o que ocorreu. As instituições, então construídas, eram frágeis e efêmeras, deformadas, sem a indispensável sustentação na realidade social.

Nada mais, nada menos, é o que se pretende fazer agora. Eleva-se à Chefia da Nação um Presidente sem mandato definido. Acena-se que uma Constituinte, a ser eleita em 86, decidiria sobre a duração do seu período presidencial. A Constituinte deverá ser eleita sob a influência deste mesmo Governo que, já então, estaria ultrapassando os limites de sua transitoriedade, como ocorreu em 1934.

Decididamente, este não é o caminho para a construção de instituições livres e democráticas, permanentes, estáveis, identificadas com os direitos e com a vontade de nosso povo. Trata-se, isto sim, mais uma vez, de um processo artificioso das elites, que pode convir a alguns políticos e grupos influentes, mas que, rigorosamente, nada tem a ver com o que convém à Nação brasileira.

Esta analogia com os acontecimentos de 34 é mais que elucidativa. É um ensinamento da História que precisamos levar em alta conta,

numa época como a que vivemos – muito mais complexa e ameaçadora –, quando a própria Nação vem sendo atingida e a grande maioria do povo brasileiro está submetida a injustiças e sofrimentos indescritíveis.

Estamos diante de uma encruzilhada. Neste momento, ser cidadão brasileiro é estar consciente de seus caminhos e de suas alternativas democráticas. Primeiro, as instituições. Porque, se os homens falharem não voltaremos a ser colônia, como disseram os emancipacionistas norte-americanos, há mais de dois séculos.

\* \* \*

**Saneamento financeiro** – Desde o primeiro dia, foi a nossa maior preocupação. Sair do caos financeiro e do “vermelho”. Sem o saneamento das finanças do Estado, nada conseguiríamos fazer, nem mesmo em favor das nossas crianças. Este foi, portanto, o nosso grande desafio. Combatemos duramente o empreguismo, as mordomias, o desperdício, as cumplicidades; toda a sorte de abusos com automóveis, xerox, telefones, material de escritório e equipamento do Estado. Absorvemos e remanejamos os 25 mil funcionários admitidos indevidamente nos últimos dois anos do Governo anterior. Assim mesmo, reduzimos drasticamente as despesas com pessoal, com o não preenchimento de milhares e milhares de vagas que foram ocorrendo no serviço público. Tratava-se de estruturar os meios indispensáveis. Felizmente, a esta altura, podemos apresentar os resultados dos nossos esforços. Gostaria que os leitores analisassem estes números:

<b>Resultado financeiro do tesouro estadual</b> (Cr\$ bilhões de 1984) <sup>22</sup>			
<b>RECEITA E DESPESA</b>	JANEIRO A NOVEMBRO		
	1982	1983	1984
Receita líquida estadual	1.655	1.374	1.440
Repasse federais	511	227	161
Subtotal (1)	2.166	1.601	1.601
<b>Pessoal e encargos</b>			
a – Administração direta	1.229	1.167	940
b – Administração indireta	275	225	202
Subtotal (2)	1.504	1.392	1.142
<b>Outras despesas</b>			
a – Administração direta	361	135	125
b – Administração indireta	415	69	56
Subtotal (3)	776	204	181
<b>Resultado operacional</b>			
(4) = (1) – [(2) + (3)]	- 114	+ 5	+ 278
<b>Serviço da dívida</b>			
a – Encargos	131	135	96
b – Amortização	188	176	159
Subtotal (5)	319	311	255
<b>Déficit / superávit</b>			
(6) = (4) – (5)	- 433	- 306	+ 23

- **No 2º semestre de 84, registrou-se alguma recuperação dos drásticos efeitos da crise sobre a receita tributária do Estado, cujo impacto maior ocorreu em 83.**
- **Os repasses federais caíram para 31,6% do que foram em 82.**
- **As despesas com pessoal, em 84, reduziram-se a 76% do que eram em 82.**
- **Já em novembro de 83, registrou-se um superávit operacional de 5 bilhões (sem**

<sup>22</sup> Para converter cruzeiro em dólar, divida por 3056

**o serviço da dívida), contra um déficit de 114 bilhões no ano anterior.**

• **Finalmente, o déficit global (inclusive a dívida), que em 82 foi de 483 bilhões, transformou-se em superávit, em novembro de 84, de 23 bilhões, isto é, o pleno equilíbrio financeiro.**

**Funcionalismo: nossos recursos humanos** – O Governo do Estado acaba de implantar, de forma pioneira no Brasil, uma sistemática permanente de reajustamento de vencimentos do seu funcionalismo: semestralidade e correção de 100% do INPC. Além disso, 85% do funcionalismo estadual, do Judiciário, do Legislativo e do Executivo, em contingentes sucessivos, têm recebido melhorias reais em seus vencimentos, nos limites das possibilidades do erário. Prosseguiremos, passo a passo, até o atendimento de todas as categorias. E isto tem sido possível graças à política financeira austera e firme que adotamos.

**Investimentos de Cr\$ 424 bilhões** – Eis os principais investimentos que realizamos nestes 20 meses de Governo (em cruzeiros de 1984): educação: Cr\$ 125 bilhões (Cr\$ 41 bilhões pela Prefeitura do Rio, sem incluir a Passarela do Samba); saúde pública, água e saneamento: Cr\$ 82 bilhões; gás natural (gasodutos e redes): Cr\$ 49 bilhões; estradas e obras do DER: Cr\$ 42

bilhões; habitação: Cr\$ 22 bilhões; transportes coletivos: Cr\$ 22 bilhões; segurança: Cr\$ 14 bilhões. O BD-Rio financiou 1.002 projetos para micro, pequenas e médias empresas, num montante de Cr\$ 131,3 bilhões. O Banerj aplicou no Crédito Rural, dentro do Estado, Cr\$ 228 bilhões, financiando 12.910 produtores. Em sua carteira imobiliária, financiou 9.851 moradias, num total de Cr\$ 136 bilhões.

**Banerj: mais 1 trilhão** – Já informamos que a Caderneta de Poupança do Banerj havia ultrapassado o montante de Cr\$ 1 trilhão. Agora, são os seus depósitos convencionais, à vista e a prazo, que totalizam Cr\$ 1.000.282.000.000,00; isto é, mais de um trilhão de cruzeiros. De 16º colocado no “ranking” dos bancos, o Banerj passa para o 10º lugar. É o gratificante apoio e, mais que isto, a confiança da população num Governo que vem trabalhando pelos seus legítimos interesses.

**O povo não muda e sabe o que quer** – No comício de São Paulo, o grande animador das diretas, Osmar Santos, entre um orador e outro, perguntava à multidão: “E as mudanças, quando?” O povo respondia: **Já!**

– “E Tancredo quando?”: **Já!**

Inadvertidamente, continuou:

– “E as diretas quando?”: **Já á á...!**

Foi a maior ovação daqueles momentos.

## Este Natal e o Ano Novo

Todos os anos, estes dias adquirem progressivamente um significado muito especial e profundo para todos nós. É o Natal, evocando o nascimento do Redentor; é a alegria e o convívio das nossas crianças; a família, os nossos amigos, o sentimento de solidariedade e a fé. Os povos cristãos – como nós – vivem e comemoram intensamente nestes dias. E não há quem não se sinta envolvido por este ambiente de paz, amor e fraternidade.

E quando se aproxima a passagem do ano, vamos nos dando conta de que todos aqueles sentimentos se transformam em novas energias, em esperanças e expectativas de melhores tempos e de uma vida mais feliz para todos.

Este ano, as esperanças e expectativas da grande maioria dos brasileiros se apresentam com dimensões e características muito mais amplas e profundas. O nosso povo vive uma passagem de sua existência como se estivesse verdadeiramente em estado de graça. Vem encarando o futuro com admirável equilíbrio e serenidade, apesar dos seus sofrimentos e aflições. Está unido e consciente de seus direitos e dos seus destinos, como em nenhuma outra época de nossa História. Ninguém conseguirá confundir-lo. Ele sabe o que quer e, mais que isto, está esclarecido sobre os métodos e caminhos a percorrer para atingir os seus objetivos. Sabe que a recuperação do seu direito de participar e decidir é fundamental. Quando reclama a prerrogativa de decidir, tornando evidente que considera esta sua prerrogativa insubstituível, demonstra que tem consciência de que é ele próprio – o povo brasileiro – o único capaz de deliberar sobre o futuro, acertadamente.

Que o ano de 1985 – mais que de esperanças – venha a ser o ano em que se concretizem estes direitos e as justas aspirações de nosso povo.

\* \* \*

**Correspondência** – Faço destaque, para conhecimento público, das seguintes cartas altamente honrosas para o Governo e para a população do nosso Estado:

**1. Felipe Gonzáles** (Presidente do Governo da Espanha) – “Senhor Governador e prezado amigo. Daqui da Espanha, acompanhamos com grande interesse o processo em que se encontra vivendo o povo brasileiro para recobrar o pleno uso das liberdades democráticas, com vistas ao desenvolvimento econômico e progresso social. Fazemos votos por uma feliz conclusão deste processo, em paz e liberdade. Muito agradeço seu convite para visitar o Estado do Rio de Janeiro, que espero atender em um futuro próximo, quando tenha ocasião de viajar ao Brasil, como é do meu desejo”.

**2. Da Associação dos Magistrados** – “A Associação dos Magistrados Fluminenses, representando o sentimento de júbilo de toda a magistratura fluminense, em face da lei referente ao novo sistema de reajuste de vencimentos dos integrantes do Poder Judiciário, sente-se orgulhosa em dirigir-se ao ilustre e estimado Governador do Estado para aplaudir V. Exa. pela corajosa e oportuna iniciativa, de alto interesse social, consubstanciada em inédito e pioneiro diploma legal que tanto beneficiou o funcionalismo do Estado do Rio. Aproveito o ensejo para apresentar, ao nobre chefe do Poder Executivo Fluminense, as congratulações e os agradecimentos da Magistratura Estadual. Cordiais Saudações, Desembargador Luiz Steele, Presidente”.

**3. Do Presidente do Partido Democrata, dos EUA** – “Tenho a honra de convidá-lo para um Encontro de proeminentes líderes dos partidos democráticos do hemisfério ocidental, que será realizado em Washington, D.C., de 24 a 27 de fevereiro de 1985. Acreditamos, firmemente,

que nossos vizinhos do Sul são de importância crítica para a consolidação do pluralismo democrático. Com este objetivo é que procuramos estabelecer relações mais próximas com os partidos democráticos e pluralistas. Nós apreciaríamos receber sua resposta, inclusive se o Senhor pode comparecer pessoalmente ao Encontro. Atribuimos uma grande importância a esta reunião. Um dos objetivos, que esperamos cumprir durante a Conferência, é a identificação de oportunidades específicas para encorajar o desenvolvimento dos princípios democráticos e instituições pluralistas neste hemisfério. Esperamos contar com a sua presença. Cordialmente, Charles T. Mannatt”.

**O povo sabe o que quer** – Como sabemos, existem “pesquisas” e pesquisas. A respeito desta que a Folha de São Paulo fez e publicou na quinta-feira última, basta sair nas ruas e perguntar para as pessoas para constatar que corresponde, rigorosamente, à realidade.

Pergunta: o(a) senhor(a) concorda com a proposta de que o próximo Presidente da República, eleito a 15 de janeiro de 1985, deva convocar, no mais curto prazo de tempo possível, eleições diretas e conjuntas para a Presidência da República e para a Assembleia Nacional Constituinte?

**Está chamando a atenção** – Positivamente, não tenho sorte com os editores de nossa imprensa. Do contrário, teríamos merecido ao menos algumas apreciações críticas sobre o desempenho do Governo do Estado do Rio de Janeiro em matéria de saneamento financeiro, como também sobre a política que vem seguindo em matéria de pessoal. Desculpem-me, mas não se trata de pouca coisa. Dificilmente algum outro Estado da Federação realizou esforços e economia maiores que os nossos. E ainda conseguimos fazer investimentos, nestes 20 meses, de Cr\$ 424 bilhões<sup>23</sup>. Não estou reclamando elogios, apenas justiça para o Estado do Rio de Janeiro. Ainda mais quando temos sido tão insistentemente cobrados pela carência de serviços públicos, pela criminalidade e tantos outros problemas, que aqui se acumularam em consequência da incúria e de anos e anos de abandono. Gostaria de reproduzir, em reconhecimento à população e aos meus colaboradores, os seguintes elementos fundamentais e conclusivos:

**1** – Até aqui, pagamento do funcionalismo rigorosamente em dia e melhorias reais, que já atingiram 85% dos servidores, incluindo-se principalmente os aposentados. E agora, adoção do sistema de reajustamento semestral do funcionalismo dos três poderes, em bases de

<b>Categorias</b>	<b>São Paulo (capital)</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>Belo Horizonte</b>	<b>Salvador</b>	<b>Porto Alegre</b>	<b>Curitiba</b>	<b>Média ponderada</b>
	%	%	%	%	%	%	%
Sim	75,9	61,0	70,5	60,3	67,0	58,8	68,8
Não	10,4	25,8	10,5	23,0	10,3	29,2	16,5
Não sabe	13,7	13,2	19,0	16,7	22,7	12,0	14,7
Número de entrevistados	<b>1.000</b>	600	400	300	300	400	3.000

Datafolha – Pesquisa de Opinião Pública

<sup>23</sup> Para converter cruzeiro em dólar, divida por 3056



100% do INPC, isto é, dos índices da inflação. Acabou o achatamento salarial.

**2** – Redistribuição do ICM através de um novo sistema, que veio aumentar substancialmente as rendas de mais de dois terços dos municípios.

**3** – Regularização e refinanciamento dos atrasos no Deve e no Haver das contas do Estado.

**4** – Transformação de um déficit de Cr\$ 433 bilhões, em 82 (último ano do Governo anterior), num superávit, em novembro de 84, de Cr\$ 23 bilhões; isto é, o pleno equilíbrio financeiro.

**5** – Apesar da redução dos repasses federais (de Cr\$ 511 bilhões, em 82, para Cr\$ 227 bilhões em 83 e Cr\$ 161 bilhões até novembro de 84), os investimentos na Educação e serviços públicos atingiram nestes, 20 meses, Cr\$ 424 bilhões.

**Gás multinacional** – Assim é que deve ser chamado o gás da morte (que, em Bhopal, matou mais de 2.500 seres humanos, com muitos outros milhares gravemente afetados) e não de “gás da Índia”, como os serviços publicitários das multinacionais procuram protegê-las da execração pública, depreciando, por outro lado, os nomes das nações do Terceiro Mundo. O mesmo ocorreu há tempos com o chamado “Pó da China”, que nunca teve nada a ver com a China e, sim, com as multinacionais. Nos EUA, o povo norte-americano não permite que façam com ele o que essas organizações vêm fazendo

por toda parte. Ao povo indiano, naqueles trágicos momentos, enviamos uma mensagem de solidariedade da população e do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

**Sala Cecília Meirelles** – Destinamos quase meio bilhão de cruzeiros para as obras de recuperação, em regime de urgência, da Sala Cecília Meirelles [Importante teatro no Largo da Lapa]. Talvez seja, no gênero, o centro cultural mais importante da América Latina, verdadeiro orgulho do Rio de Janeiro. Todo o sacrifício deve ser feito para a sua restauração e reaparelhamento. Plena de programas e apresentações para o público, neste ano de 1985, a Sala Cecília Meirelles desempenhará, a partir de março, um relevante papel nas comemorações do Ano Internacional da Música, além de sua agenda musical para o público do Rio e suas importantes funções na formação de nossa infância e de nossa juventude. A série “Concertos Didáticos” abrange 1.800 crianças e o programa “A criança vai à Sala”, iniciado este ano, são dirigidos ao público infantil em geral. E todas as semanas, o “Domingo Jovem” – com a Orquestra Sinfônica Jovem do Rio de Janeiro – para os iniciantes e novos solistas e intérpretes musicais. Nº 24 – 16 de janeiro de 1985.

**Balanço do governo** – A revista Manchete, edição especial deste mês, publica uma ampla reportagem com dados concretos e matérias elucidativas sobre a atuação de nosso Governo, nestes 20 meses de Administração.

# Coerência e lealdade ao povo brasileiro

(Transcrito dos jornais de ontem, 15 de janeiro de 1985)

Hoje, 15 de janeiro de 1985, será um dia que vai ficar assinalado, indelevelmente, na História de nosso País. Reúne-se, em Brasília, o chamado Colégio Eleitoral<sup>24</sup>, que, como todos sabem, tem sido o mecanismo antidemocrático utilizado pelo regime para afastar o povo brasileiro das decisões, garantindo, assim, a sua permanência no Poder por mais de 20 anos.

Desta vez, afortunadamente, graças à mobilização massiva do povo brasileiro, nas ruas e praças públicas, a Nação, impedida de votar, consegue se utilizar destes próprios instrumentos para encerrar o período discricionário e abrir perspectivas para o futuro. Realmente, são estes os verdadeiros sentimentos do povo brasileiro neste momento. Admite o funcionamento desta instituição aviltante, porque só deseja pôr um fim a esta longa e interminável noite de regressão e obscurantismo. Sente o povo brasileiro que, a partir daí, poderá questionar e discutir todo este quadro de aflições e de crise que vem tornando a vida insuportável para grandes contingentes de nossa população.

Está garantida, pela grande maioria do referido Colégio, a ascensão do eminente Sr. Tancredo Neves à Presidência da República. Trata-se da alternância no Poder do candidato das Oposições, portador que é, em nome

do povo brasileiro, de um programa de democratização elaborado tacitamente ao longo de mais de 20 anos de lutas contra o autoritarismo. Alguns destes compromissos são de tal ordem que não precisam estar escritos e nem expressos numa folha de papel, como seja a restauração do voto universal e direto dos cidadãos para eleições do Presidente da República e de uma Assembleia Constituinte, indispensáveis pontos de partida para a construção de instituições livres, estáveis e duradouras.

Nesta hora grave, nada mais importante que as posições oficiais das diversas bancadas integrantes do Colégio Eleitoral. Acima de quaisquer preocupações de facção, transcrevemos o documento abaixo, cujo conteúdo reflete uma parte do cenário em que os rumos e destinos da Nação estão sendo definidos:

“A representação do PDT no Colégio Eleitoral cumpre hoje a decisão tomada há mais de seis meses, quando o destino da candidatura oposicionista do Sr. Tancredo Neves era ainda incerta. Decisão assumida sem condições prévias e que contribuiu de maneira significativa para a consolidação desta candidatura, agora vitoriosa. Decisão patriótica e coerente, fruto da meditação serena e da aplicação de nossos princípios partidários, na convicção de que o Sr. Tancredo Neves não deixará de corresponder aos anseios e direitos do povo brasileiro.

O PDT comparece, pois, ao Colégio Eleitoral e vota no Dr. Tancredo Neves, reconhecendo neste eminente brasileiro todas as condições para exercer a histórica, difícil e grandiosa tarefa da

24 Este Colégio Eleitoral elegeu Tancredo Neves e José Sarney – Presidente e Vice-Presidente. Sarney assumiu interinamente a Presidência, em 15 de março, em decorrência de doença de Tancredo. Com a morte do Presidente eleito, em 21 de abril, Sarney foi efetivado no cargo.

transição do autoritarismo para a democracia em nosso País.

Vota sem postular nada, a não ser o cumprimento dos compromissos com os justos reclamos do nosso povo e dos partidos de oposição acumulados nos últimos 20 anos. Reclamos estes dentre os quais ressalta – pela sua importância e pela força de mobilização que demonstrou, levando às ruas, recentemente, milhões de brasileiros numa campanha sem precedentes – o restabelecimento das Eleições Diretas para a Presidência da República.

Esta memorável campanha não pode ser esquecida, nem relegada. Seu pressuposto fundamental era, e continua a ser para nós, o de que o mandato presidencial legítimo não se gera senão pelo voto popular. Foi o que todos afirmamos juntos durante 20 anos. E o voto popular não se presume, nem se avalia em comícios ou em pesquisas de opinião. O voto popular se apura através das urnas, em eleições livres e diretas.

Aceitamos o Colégio Eleitoral como solução de emergência para prover o cargo de Presidente da Transição. Transição, contudo, é um período limitado entre duas etapas históricas; é algo que se deve encerrar no menor prazo possível. Transição é o tempo que se estende entre o fim de uma etapa e o início da outra. E a inauguração da nova etapa é a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, sob o signo da normalidade democrática. A Transição se esgota, pois, com esta instalação.

Dado que a Constituinte deverá converter-se em Legislativo Ordinário, uma vez finda a elaboração constitucional, a eleição do novo Presidente juntamente com a Constituinte é, na verdade, a eleição coincidente do Executivo e do Congresso, característica essencial do regime presidencialista, tendo em vista as exigências da sua própria estabilidade.

A Constituinte, ademais, pede, para a sua eleição, uma intensa mobilização popular, com base na discussão dos problemas nacionais, a fim de que o povo se identifique com a sua Constituição, refletindo esta Carta não apenas a abalizada opinião de juristas respeitáveis, mas as grandes aspirações de toda a Nação. E esta mobilização, bem o sabemos, só atinge este indispensável grau de intensidade durante as campanhas presidenciais.

Por todas estas razões, para nós irrefutáveis, votamos no Dr. Tancredo Neves para realizar a Transição, sustentando que este seu Governo Provisório deve encerrar-se com a instalação da Constituinte a ser eleita, no máximo, até novembro de 1986. E proclamando o seu direito de candidatar-se à recondução pelo voto direto. Não impusemos nem mesmo esta magna condição ao nosso voto, com a certeza de que este grande brasileiro, no exercício de sua histórica missão, venha a comungar com o povo, inspirado em sua visão de estadista e em suas convicções democráticas, nunca desmentidas.

Quanto à Vice-Presidência, foi uma questão encaminhada e decidida exclusivamente pelos dirigentes do PMDB. Nós, do PDT, não fomos ouvidos e não participamos dessa decisão. Lamentavelmente não será possível apreciar em separado as candidaturas, submetidos que estamos, ainda, aos casuísmos antidemocráticos do voto vinculado. (Senador Saturnino Braga e Deputado Brandão Monteiro)”.

Se vivemos estes momentos de tantas esperanças com o advento de um Governo civil, cumpre inevitavelmente registrar também, neste dia, as grandes preocupações e incertezas que pesam sobre o nosso futuro. Pois a verdade é que, após estes longos e tormentosos tempos, apenas estamos avistando a terra firme. Graves problemas e desafios, grandes e importantes decisões nos aguardam. Que não nos falem as advertências de nosso povo.

Sem nenhuma dúvida, o povo brasileiro sabe, como ninguém, onde estão os seus verdadeiros interesses. O que não pode faltar é a sua voz, as manifestações de sua vontade. Que o tartufismo da política brasileira não venha elidir o seu legítimo direito de tomar decisões. No fundo, o povo brasileiro espera e conta que os seus intérpretes credenciados, que as suas vozes esclarecidas não se deixem silenciar ou

corromper, envolvidos pela ambição ou pelos interesses mesquinhos.

A passagem pelo Colégio não substitui, de nenhuma forma, o direito do povo brasileiro de votar e decidir. O que se instituiu, neste momento, é um Governo Provisório. Foi assim também em 1930. Porque só o voto da cidadania é que pode instituir um Governo regular e legítimo, com um mandato de prazo certo e definido. Seria um absurdo afirmar ou admitir que o povo brasileiro se encontre conforme em que este Colégio Eleitoral venha substituí-lo, relegando a sua presença no campo das decisões para daqui a quatro ou seis anos. Estaríamos diante de uma verdadeira iniquidade se os quadros e dirigentes políticos viessem a impor tão triste e humilhante situação ao povo brasileiro – submetido assim, mais uma vez, à condição de povo proscrito, tutelado, cujo direito de votar representaria um perigo para suas elites. Que humilhação e vergonha, perante os povos de outras nações, particularmente de nossos vizinhos que já elegeram os seus Presidentes.

Estas são apenas algumas reflexões. Verdadeiramente, seria inconcebível que as oposições brasileiras, depois de uma trajetória de autenticidade e competência, caíssem na tentação da ilegitimidade, enredando o nosso povo num emaranhado de novos casuísmos. Estaríamos procedendo exatamente como o regime: eleições diretas, sim, mas sempre para o período seguinte.

## A Europa Socialista prestigia Tancredo

O Senhor Tancredo Neves realiza esta viagem ao exterior com um êxito que o nosso País não alcançava há decênios. A imprensa internacional vem registrando, com grande destaque, a receptividade geral e o desempenho do futuro Presidente civil, comprovando, assim, o quanto a opinião pública internacional se encontrava solidária com o povo brasileiro.

A imprensa brasileira, em particular, vem assinalando, com ênfase especial, que o futuro Primeiro Magistrado do Brasil chegará fortalecido aos Estados Unidos pelo prestígio e apoio recebidos no Continente Europeu. As manchetes têm sido assim: “Europa prestigia Tancredo”, “Brasil prestigiado pelos europeus”.

Um detalhe muito importante precisa ser difundido, também, para amplo conhecimento de todos os brasileiros. Seria significativo todos saberem que, essencialmente, a Europa na qual o Senhor Tancredo Neves encontrou este ambiente de apoio e receptividade foi a Europa dos governos e partidos social-democratas, trabalhistas e socialistas; isto é, a Europa democrática da Internacional Socialista. Justamente desta instituição aberta – espécie de fórum de debates e de encontros de Partidos com princípios e ideias afins –, como assistimos na recente reunião que a Internacional Socialista realizou no Rio de Janeiro.

Com efeito, na Itália, o Sr. Tancredo Neves foi recebido pelo Líder do Partido Socialista Italiano (PSI) e chefe do Governo daquele País, Sr. Bettino Craxi, um dos mais hábeis políticos

europeus; na França, pelo Presidente François Mitterrand, um dos estadistas contemporâneos mais respeitados, e dirigente maior do Partido Socialista Francês (PSF); na Espanha, pelo Presidente Felipe Gonzalez, jovem e acatado líder do velho Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE); em Portugal, por Mário Soares, Primeiro-Ministro e líder incontestado do Partido Socialista Português (PSP) e da resistência anti-salazarista.

Se o futuro Presidente brasileiro tivesse entendido a sua viagem à Alemanha e a outros tantos países europeus, haveria de ser cercado com o mesmo calor e solidariedade pelos partidos socialistas e social-democratas, como o seria por Willy Brandt, Presidente da Internacional Socialista e dirigente máximo do SPD; por Olof Palme, Primeiro-Ministro da Suécia; por Bruno Kreisky, na Áustria; Joop den Uyl, na Holanda; pelo Premier Kalevi Sorsa, na Finlândia; Anker Joergensen, na Dinamarca; pelos trabalhistas da Grã-Bretanha; e assim por diante.

O importante é dizer, neste momento, que este ambiente acolhedor e solidário que lá encontrou o Sr. Tancredo Neves tem a sua origem nas relações que, no Velho Continente, os brasileiros excluídos e exilados – através de uma correta visão política – foram construindo no dia a dia de seu longo e interminável desterro. Todos estes líderes europeus, que agora recebem o nosso futuro Presidente, encontravam-se àquela época na oposição, fora do Governo, estruturando e desenvolvendo os seus partidos políticos, sem que lhes faltasse tempo para conviver e assistir os milhares de exilados brasileiros e latino-americanos; trabalhando, dessa forma, em favor da restauração dos nossos direitos e liberdades. Foi assim que edificaram uma interpretação própria e justa da realidade e da problemática brasileiras.

Alguém já afirmou que o exílio é parte inseparável da vida pública. Os que sofreram as penas injustas e dolorosas do desterro, por anos e anos que pareciam infundáveis, sentem-se

confortados e felizes por terem prestado estes serviços ao nosso povo e ao Brasil, com as relações internacionais que, anonimamente, conseguiram desenvolver.

Que o nosso futuro Presidente possa ter colhido, em sua verdadeira substância, estes frutos que lá encontrou; os quais, por certo, hão de vir impregnados da saudade e das penas de milhares de brasileiros, principalmente das lágrimas de suas mulheres, que nem mesmo conseguiram registrar seus filhos nos Consulados, como cidadãos brasileiros.

Que estes frutos, do amor e dos sofrimentos, venham fecundar os destinos do povo brasileiro.

\* \* \*

**Nery & Dilza** – Outros já se deram mal com esse tipo deplorável de conduta política. Fonseca e Agnaldo Timóteo são exemplos. Um Partido ao se constituir, paga inevitavelmente este tipo de tributo. Nery vem sendo um caso típico de preocupação em adquirir notoriedade, sem nenhum escrúpulo. Ele sabe que é fácil conseguir espaços nos meios de comunicação, desde que seja para atacar o nosso Partido, o nosso Governo ou a mim – Leonel Brizola. O seu histrionismo não resistiu e agora está aí a desempenhar este triste papel. Vai se dar mal, como todos os outros. Os dias irão demonstrar. Fazer oposição é uma prática respeitável e séria. Não pode ser confundida com leviandade. Nossa conduta na vida pública é inatingível por esses processos. Procedemos com lisura, honradez e correção irrepreensíveis. Não estamos imunes ao erro. Jamais, porém, incorreremos deliberadamente em práticas que condenamos. O Deputado Nery, há muito, vem perdendo a cabeça. Vem agravando a sua conduta, incompatibilizando-se cada dia mais com o seu Partido e com o nosso Governo. Suas irresponsabilidades vêm sendo cada dia mais notadas pela opinião pública. Pensa que com isso adquire projeção. Ao contrário, está se qualificando como um mero detraquê. Ocorre, porém, que ele é

um Deputado eleito. Devo tomar as suas denúncias ao pé da letra. Vamos abrir os inquéritos correspondentes. No meu Governo não há “caixinhas”. Ninguém poderá – em nome do Partido, do Governo ou no de quem quer que seja – apanhar propinas ou contribuições; muito menos de firmas empreiteiras. O PDT tem suas finanças institucionalizadas, limpas e corretas, como nenhum outro Partido. O Sr. Ubirajara Muniz tem sido um servidor probo e eficiente. Todos os que o conhecem fazem sobre ele este julgamento. Cassado e perseguido pela chamada “Revolução”, nunca se dobrou. Foi cavar a sua vida trabalhando honestamente. Mesmo assim, o meu dever é investigar. Se ficar provado que esse recibo foi uma montagem, como parece, a posição do Sr. Sebastião Nery não poderá ser a de um simples pedido de desculpas. Um Deputado precisa ser responsável em suas acusações. Ainda mais, quando generalizou para todo o Governo essas práticas que repudiamos e combatemos. Quanto à Vereadora Dilza, foi demitida de suas funções pelo Prefeito Marcello Alencar, em consequência do desempenho anárquico que vinha tendo na Secretaria de Desenvolvimento Social. Certamente, seguiu os conselhos do seu amigo Sebastião Nery. O Prefeito vai esclarecer amplamente o assunto. Se existem interesses de empreiteiros, estes interesses de nenhuma forma poderiam ou podem influir em nossas decisões. A Vereadora invocou-os como pretexto demagógico. O mutirão não foi de sua iniciativa. É um método de trabalho adotado pelo meu Governo. E vai continuar, cada vez mais amplamente. Mas sem procedimentos anárquicos e descontrolados, incompatíveis com a Administração Pública.

**Mais 15.860 professores já** – O Governo Estadual e a Prefeitura do Rio de Janeiro, coerentes com a linha de suas prioridades, estão procedendo à abertura de concurso público para a contratação de 15.860 professores. No caso dos 60 CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública), cuja

construção estamos concluindo, o concurso incluirá, ainda, processos antecipados de seleção específicos, e treinamento especial adequado a uma escola de horário integral, com refeições, médicos, dentistas e atividades culturais durante todo o dia. Para o Município serão abertas cinco mil vagas, cabendo as restantes 10.860 ao Estado. À medida que avance nosso programa de construção de escolas, novas chamadas poderão ser feitas para atender às necessidades que forem surgindo. Já a partir do dia 5 de fevereiro, o professorado poderá inscrever-se nos diversos postos que serão abertos em todo o Estado.

**Telegrama** – Do Presidente da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro recebemos a seguinte denúncia: “Encareço a intervenção de V. Exa. junto à empresa Artplan, organizadora do Rock, para a contenção da formidável

massa de barro por ela deslocada de um morro do bairro de Curicica, em Jacarepaguá, que ameaça deslizar sobre muitas habitações situadas nas ruas do Diálogo e da Consagração. Com respeito ao meio ambiente e à segurança da população local, uma empreiteira, a serviço da Artplan, desmatou este morro, retirou grandes massas de terra que o constituía para aterrar a área do festival do Rock e não construiu nenhuma contenção. Agora, com as chuvas, essa massa de barro está descendo pelas ruas vizinhas, com pesados prejuízos para os moradores locais, ameaçando descer com a força de um aluvião, caso a Artplan não seja levada a tomar providências. Os caminhões empregados no transporte de terra para o aterro danificaram, gravemente, as ruas das imediações do desmonte; situação que está também a clamar providências”.

## A hora dos partidos

Até agora, ninguém conseguiu criar nada de melhor que os partidos políticos – mesmo com seus inevitáveis defeitos – para a organização política da Sociedade.

De quando em quando, ao longo da história, surgem propostas e experiências – corporativismo, partidos únicos, bipartidarismo imposto etc. Algumas com relativa duração, mas na maioria efêmeras e passageiras. Desaparecem como imprestáveis, porque, no fundo, surgem como gigantescos casuísmos para sustentar e justificar situações determinadas.

A existência e funcionamento de partidos políticos definidos, coerentes e duradouros é uma espécie de pré-condição para a construção e a estabilidade do regime democrático. Só os partidos políticos têm as virtudes e condições de expressar, de forma universal, todos os direitos e aspirações da população. São como os grandes rios que, ao longo do seu percurso, vão acolhendo seus afluentes: grandes, pequenos e mesmo simples vertentes. Quanto mais autênticos e institucionalizados os partidos políticos, mais estável e eficiente há de ser a ordem democrática.

Neste momento em que vivemos, só a irracionalidade ou as ambições subalternas podem nos levar a outros objetivos que não sejam, prioritariamente, os da construção de instituições. Precisamos, pois, escolher métodos e caminhos coerentes. De pouco ou nada nos podem servir as boas intenções, se tomarmos rumos e procedimentos equivocados. Estão certas todas as vozes que se levantam, neste momento, afirmando que é indispensável e urgente varrer todo esse lixo de exigências e restrições inadmissíveis para a organização e funcionamento dos partidos políticos. Cumpre que se

abram todas as oportunidades para que surjam e fluam livremente todas as correntes e que elas se organizem em partidos políticos; pois, será através dos partidos que o povo brasileiro poderá construir instituições livres e duradouras.

Quando a ditadura decretou a extinção dos partidos políticos, agiu de forma conseqüente. Atuou no sentido de perpetuar-se, destruindo a sustentação das instituições civis. Permitiu, então, a organização de duas frentes. Uma, destinada a apoiar o regime. E a outra – também estrategicamente com fins de sustentação – jogando com o inconformismo do povo brasileiro que, sem alternativa, deveria expressar-se através da frente oposicionista. De uma das frentes, obtinha o apoio incondicional que necessitava. E da outra, uma aparência de legitimidade; conservando-a, porém, como oposição consentida, restringindo-a pela força sempre que sua atuação viesse a ameaçar o regime.

Submetido este esquema ao sol, ao frio e à chuva dos tempos e das realidades, teve o fim que estava escrito e previsto: exauriu-se. Impedido de continuar o regime, deixou de ter finalidade a frente que o sustentava. Daí, o processo de desintegração do PDS a que estamos assistindo.

Quanto ao PMDB, a outra frente, o que ocorrerá? Não é fácil fazer uma previsão a curto prazo. Tudo indica, porém, que a missão dessa frente, agora extremamente ampliada, em suas bandas conservadoras – com o PDS dissidente – deverá restringir-se a um período de transição. Sua missão dificilmente será a de governar, e sim a de gerir provisoriamente os destinos da Nação, preparando-a para a normalidade; isto é, a convocação das Eleições Diretas para Presidente e para uma Assembleia Constituinte. Tanto que, até este momento, a Aliança não tem um programa de Governo. Não tem e, logicamente, nem poderia ter. Eis como se pode compreender as dificuldades do eminente Sr. Tancredo Neves em formular um programa de Governo.



Se quisermos construir instituições estáveis e duradouras, sair das dificuldades e impasses em que nos encontramos, precisamos responder a este grande desafio do momento que é a instituição e organização dos partidos políticos. Não haverá mais lugar para frentes inorgânicas, e sim frentes de partidos organizados e com propósitos definidos. Só os partidos políticos ou as coligações de partidos é que terão as condições necessárias para governar.

\* \* \*

**Inundações** – É com tristeza que outra vez constatamos: os mais atingidos pela tragédia pertencem às camadas mais pobres da população. Sofremos as consequências da incúria de longos anos pela ocupação indevida das encostas, do desmatamento e da exploração predatória da natureza, do assoreamento dos rios e canais e, principalmente, de decênios de inexistência de uma política correta de urbanização e assentamentos humanos. É certo que muitos acidentes e tragédias decorrentes dessas trombas d'água, podem ser considerados fatalidades, como ocorre nos países ricos e organizados do Norte, com as ondas de frio e as tempestades de neve. Mas a verdade é que, em grande parte, poderiam ser evitados. Tudo tende a se agravar se não encararmos com grande rigor e firmeza esta situação. Na região metropolitana, as obras preventivas que realizamos (contenção de encostas, remoção massiva de lixo, limpeza de rios e canais, no programa “As águas vão rolar” etc.) têm diminuído os efeitos das grandes chuvas. Neste momento, 9 mil servidores da Prefeitura trabalham na limpeza de galerias e bueiros. Os problemas mais graves estão no Interior. O Estado, as Prefeituras da Capital e do Interior, inclusive com a colaboração das Forças Armadas – todos juntos – vêm desenvolvendo um grande esforço. No Palácio Guanabara, funciona permanentemente uma Coordenadoria-Geral, sob a chefia do Secretário de Estado de

Governo, Cibilis Viana. Partindo dos postos de medição do Rio Paraíba e outros, estamos alertando as populações ribeirinhas para o crescimento das águas. Escolas e prédios públicos foram transformados em abrigos e depósitos. Já aplicamos cerca de Cr\$ 500 milhões<sup>25</sup> na aquisição de gêneros; e mais de 50 mil litros de leite são distribuídos diariamente. Cerca de 1.100 homens e 210 máquinas do DER trabalham na remoção de barreiras e recuperação de estradas. Nas comunicações, opera um sistema de mais de 200 estações de rádio, distribuídas em 190 postos móveis e 30 fixos. Os serviços de Saúde desenvolvem uma sistemática vigilância epidemiológica e de orientação aos que retornam às suas casas. As Secretarias de Defesa Civil, Educação, Obras, Saúde, Agricultura, Viação, Polícia Militar e Polícia Civil mantêm-se mobilizadas. Igualmente a Prefeitura do Rio. Estamos antecipando o ICM a vários municípios. Agradeço, em nome da população, a solidariedade de todos. Após estas emergências, precisamos desenvolver um grande esforço de recuperação. Estou certo de que o Presidente Figueiredo não deixará de ser solidário com seu Estado natal.

**Inquérito sobre denúncias** – Memorando do Governador: “Ao Exmo. Sr. Procurador-Geral da Justiça: O Sr. Deputado Sebastião Nery vem, há vários meses, atacando, cada vez mais, o Governo do Rio de Janeiro, e diretamente o próprio Governador. Até há pouco, vinha se limitando, de um modo geral, a questionamentos políticos. Mas, a partir de agora, passou a lançar increpações de natureza moral, que não podem e não devem permanecer apenas no terreno das discussões. Precisam ser consideradas e investigadas devidamente. Afinal, trata-se de um Deputado Federal, eleito pela população de nosso Estado, o qual, por mais que o seu procedimento nos pareça irresponsável e leviano, não pode deixar de, necessariamente,

25 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 3585

ser responsável pelos seus atos e palavras. A convivência democrática e civilizada não aceita que alguém – ainda mais quando favorecido por interesses que lhe ensejam amplos espaços nos meios de comunicação em todo o País – se dedique, impunemente a assacar acusações infamantes contra os que, de forma legítima, exercem funções públicas. Ultimamente, o Deputado Sebastião Nery divulgou uma fotocópia afirmando tratar-se de um recibo passado pelo Sr. Ubirajara Muniz, diretor do DER-RJ, a uma firma empreiteira, referente a supostas contribuições partidárias. Configura-se uma acusação concreta que precisa ser esclarecida, a fim de que os envolvidos pelos fatos ou pela calúnia sejam devidamente responsabilizados perante a Justiça. Solicito, pois, a propósito desta denúncia, que V. Exa. requisite o competente inquérito policial, com a participação de um representante do Ministério Público, realizando-se todas as peritagens que se fizerem

necessárias. (Ass.) Governador Leonel Brizola”.

**Transporte coletivo** – Este setor da Administração passou a trabalhar num ritmo de dinamismo, como reclamava a população. Ônibus noturnos, principalmente pela madrugada; segurança nas barcas; mais fiscalização sobre o desempenho e compromissos das empresas de ônibus com a coletividade (serviços públicos concedidos); novas linhas de transporte para os trabalhadores (como as três linhas Norte-Sul, já em funcionamento); ação enérgica sobre o Detran, com vistas a irregularidades em matéria de trânsito e estacionamento; e assim por diante. Este setor terá agora, com o início das aulas, que zelar pela perfeita regularidade e assistência em matéria de transporte gratuito às nossas crianças para irem à escola e voltarem para casa. Há, realmente, em matéria de transporte coletivo no Rio de Janeiro, muitas iniciativas e tarefas que ainda nos aguardam.

## Nota do Governador

# Leonel Brizola

# Empresários

# Roqueiros

A população está verificando, agora através de fatos concretos, que atrás do chamado Festival do Rock preparou-se uma torpe exploração política e eleitoreira. Cumpriram-se, exatamente, as ameaças que o Deputado Rubem Medina fez no recinto do Congresso, de que “vamos jogar a juventude do rock contra o Brizola, com apoio da televisão”. É a arrogância dos que, durante estes 20 anos de ditadura, habituaram-se a fazer o que lhes convinham, sem o dever de respeitar, antes de tudo, o interesse geral da população. Pensam que a publicidade maquiada leva de roldão a consciência das pessoas.

Não é verdade que o Governo do Estado tenha criado quaisquer obstáculos a essa iniciativa, que foi um evento musical como outros que se têm realizado no Rio, merecedor de toda a colaboração do Poder Público. A diferença está em que este contou com um extraordinário apoio e parceria da mídia eletrônica, além de uma gigantesca publicidade.

A partir do momento em que os srs. Roberto Marinho e Rubem Medina apresentaram a ideia do evento a mim, Governador, e ao Sr. Prefeito Marcello Alencar, pedindo o Autódromo, nós prontamente nos dispusemos a conceder aquele local, oferecendo toda a colaboração que se fizesse necessária. Sem nenhuma autorização, porém, a Artplan dos srs. Medina lançou-se na construção de instalações, ao lado do Riocentro, obrigando o Poder Público a interditar as respectivas obras, que lá se construíam irregularmente.

Atendendo à respeitável solicitação do Sr. Roberto Marinho, e às alegações daqueles empresários, que argumentavam não mais poder realizar o Festival em função do tempo, com grandes prejuízos, recomendei ao sr. Prefeito que concedesse uma autorização precária, dado que, pela legislação vigente, o local tem outras destinações. Firmou-se um compromisso, de comum acordo, através do qual a Artplan, terminado o evento, deveria retirar as suas instalações.

Agora, estamos assistindo esta onda de explorações, com intenção de intrigar o Governo e a mim, pessoalmente, com os jovens ou com pessoas desinformadas. Chegam a ponto de me apontar como autoritário, porque apenas estou pretendendo que se cumpra a palavra empenhada, um contrato e a Lei. Autoritários são os que apoiaram essa ditadura por 20 anos e dela se beneficiaram.

Afinal, tratou-se de um empreendimento comercial, com entrada paga e com fartos rendimentos financeiros. Tenho o direito de duvidar do amor que, a todo momento, proclamam ao Rio, aos jovens, ao rock e à música, principalmente considerando que vivemos num país onde milhões de crianças, adolescentes e jovens estão aí mergulhados na miséria, na fome e no abandono. Estão apresentando as coisas como se fora uma espécie de causa de salvação nacional a manutenção, irregular e inconveniente, daquelas instalações provisórias, o chamado **Rockódromo**, onde jamais foram investidos 20 bilhões de cruzeiros.

Trataremos de fazer uma análise desse Festival, e sobre o que ele representou realmente para o Rio. Desde logo, mesmo com as preocupações que a todos causou; com os serviços que exigiram de mais de dois mil homens, permanentemente, para garantir a ordem; da pouca ou nenhuma contribuição que deu aos hotéis e ao comércio local; das divisas do país que consumiu; assim mesmo, entendo que o evento foi positivo, como encontro e arte para

a juventude. Imagine a população as críticas que a mim teriam sido dirigidas, se o Governo do Estado fosse o organizador desse Festival, em que milhares de jovens pagaram e lá permaneceram no barro e sob a chuva.

Em suma, nunca deixamos de apoiar e prestigiar o Festival, quanto também de facilitar todos os serviços para o **Rockódromo**. Não podemos, porém, ficar em silêncio diante das explorações insólitas e injustas que os empresários roqueiros vêm fazendo, com fins políticos, contra o Governo do Estado.

O chamado **Rockódromo** não pode ficar onde está, por motivos do mais alto interesse público. Ali, ao lado, está o Riocentro, o maior Centro de Exposições e de Congressos da América Latina. Ali, o Poder Público investiu, em moeda de hoje, quase 200 bilhões. Custou-nos muito trabalho recuperar o bom nome do Riocentro, seu prestígio nacional e internacional, depois do atentado, quando lá estourou, desditosamente, aquela bomba, que

até hoje não conseguimos esquecer. São públicos diferentes, os que frequentam o Riocentro e os do **Rockódromo**. Estamos com o calendário do Riocentro praticamente fechado por quase dois anos, e o trabalho ali é permanente, dos expositores e congressistas. E a prova de que o **Rockódromo** prejudica o nosso melhor Centro de Convenções, foi o que aconteceu nos últimos dias com a Couromoda, e o cancelamento da exposição seguinte, a Feira dos Esportes.

Defendo o interesse público, mesmo que esta atitude honesta represente dissabores frente a poderosos interesses contrariados. Reiteramos o nosso desejo de colaborar no encontro e preparação de local mais conveniente e adequado para outros festivais que se queira programar para o Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1985

Governador Leonel Brizola

## O Metrô e os demagogos

É realmente inacreditável que se atribua tantas atenções a alguns tipos irresponsáveis e demagogos. Ainda mais quando se trata de questões e problemas do interesse público. Veja-se, por exemplo, o que está ocorrendo, nestes dias, em relação ao Metrô. Anteontem era o Fonsequinho<sup>26</sup>; ontem, esse irresponsável e difamador Sebastião Nery. Ao longo desse tempo, outros e outros. Desde o começo do meu Governo tem sido assim. Não se cogita de saber se o acusador tem alguma autoridade ou não. Basta que se proponha a atacar e injuriar o meu Governo e a mim, pessoalmente, e logo lhe são oferecidas amplas oportunidades.

São essas práticas deprimentes que desmoralizam a ordem democrática e, principalmente, certas instituições que, a rigor, não podem existir sem o respaldo da credibilidade pública.

Como das vezes anteriores, mesmo se tratando de irresponsabilidades, cumpro o dever de prestar esclarecimentos à opinião pública.

Não é de hoje que este deputado Heitor Furtado vem utilizando as suas prerrogativas de parlamentar e algumas instituições legislativas para desenvolver a mais insensata demagogia. Na verdade, ele sozinho pouco conseguiria. Sem nenhuma dúvida, atrás dele estão grupos e estruturas que querem nos provocar e agredir, inconformados ainda com a derrota que a população lhes infligiu neste Estado. Agora mesmo, continua utilizando-se de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que mantém, arditosamente, como instrumento de politicagem. Aproveita-se dessa Comissão há dois anos e meio, quando uma CPI é instituída normalmente com a duração de 120 dias. Trata-se, como se vê, de uma Comissão fantasma. Foi instituída para

examinar os problemas da segurança pública e, através dela, procura imiscuir-se, para fazer sensacionalismo em setores fora de sua competência. Ultimamente, resolveu meter-se nos assuntos do Metrô e o fez, como sempre, falseando a verdade. O Poder Legislativo só merece aplausos da população ao pôr um ponto final a esse desvirtuamento de uma de suas mais elevadas prerrogativas.

Ao contrário do que se pretendeu impingir, o meu Governo está interessado em abrir para conhecimento público todos os detalhes e particularidades acerca do Metrô. Nada temos a ocultar. Herdamos uma situação calamitosa. Os responsáveis por essa ordem de problemas são exatamente estes que, hoje, aí estão nos questionando.

Exageram, maliciosamente, detalhes irrelevantes, com o intuito de alarmar a população. O Metrô está funcionando rigorosamente dentro das margens técnicas de segurança e em sua Administração não subsistem irregularidades. E quando ocorrem, como em quaisquer outros setores do meu Governo, são pronta e rigorosamente apuradas. Foi assim que procedemos com respeito ao desenfreio empreguismo que lá encontramos.

O que se deveria questionar, isto sim, é a conduta do regime anterior que, no tocante ao Metrô, depois de impor os mais pesados ônus e sacrifícios ao povo do Rio de Janeiro, abandonou-o à sua própria sorte.

Quanto ao noticiário referente a supostas barganhas que o Governador teria feito com o deputado Eurico Neves, afirmo à população que é totalmente inverídico. Não lhe ofereci e nem ele me pediu quaisquer favores pessoais, muito menos nomeações ou cargos, quanto também obras ou realizações públicas, a fim de que se desligasse da aludida Comissão. Se esta Comissão deva ou não continuar existindo, é um problema da competência do Poder Legislativo.

Sabem todos os que me conhecem que, entre os métodos e práticas de minha vida pública, não se incluem transações ou barganhas com o interesse público.

26 Fonsequinho: deputado estadual Alcides Fonseca (eleito pelo PDT; transferiu-se para o PTB).

## Esclarecendo nossas posições

Gostaria de esclarecer melhor o meu pensamento. Devo evitar que interpretações equivocadas venham a atingir os interesses do Estado. Ainda mais quando verifico que prestigiosos comentaristas e órgãos de imprensa passaram a fazer pontualizações, em função de um noticiário que não corresponde com exatidão aos conceitos e comentários que fiz em Brasília. Considero compreensíveis tais imprecisões, dado que se tratou de uma intervenção longa, focalizando muitos assuntos, e por isso mesmo passível de naturais inadvertências.

**1** – Em nenhum momento preconizei ou fiz propostas no sentido de que o período transitório de Governo do Sr. Presidente José Sarney coincidissem com as eleições para Prefeitos das Capitais. Argumentei, isto sim, que se tratava de uma incoerência propor eleições para as Capitais dos Estados, mobilizando cerca de 70% do eleitorado, sem que, mais uma vez, se permitisse ao povo brasileiro a oportunidade de votar e decidir sobre o principal, que é a Presidência da República;

**2** – E mais: que tal procedimento se inscrevia na linha continuísta da anormalidade, adotada por mais de 20 anos pelo regime. Isto é, sempre acenando com eleições diretas para a Presidência da República sem data marcada, e ensejando outras eleições, sonhando-se, por consequência, ao povo o seu direito sagrado de instituir um Governo normal e legítimo para a Nação;

**3** – Reafirmamos, isto sim, as posições que definimos há mais de um ano, quando foram negadas ao povo brasileiro eleições diretas para escolher o sucessor do ex-Presidente João Figueiredo. Concordamos,

naquela ocasião, com a passagem pelo Colégio Eleitoral para chegar ao Governo, e convocar eleições num prazo prudente, nos termos dos compromissos públicos que assumimos com a população;

**4** – Apontamos, inclusive, as eleições para o Congresso e Governos estaduais, a realizarem-se obrigatoriamente em novembro de 86, como um limite lógico e aceitável para um período transitório de Governo, via Colégio. Continuamos, cada dia que passa, mais convencidos de que estes deverão ser os caminhos para a nossa reconstrução democrática. Pois, seria injustificável que todo o eleitorado do País tenha de comparecer às urnas novamente em novembro de 86 e, mais uma vez, seja impedido de votar para Presidente;

**5** – Sustentamos, por estas razões, que o Governo transitório, a partir de novembro de 1986, impedindo o povo de votar, deixará de desfrutar da situação de legitimidade que todos até então lhe reconhecem;

**6** – Pelos regulamentos do regime, o período deveria ser de seis anos, até 1991. Em princípio, todos consideram isso inadmissível. Fala-se, muito afirmativamente, que deveria ser de quatro anos. E por que não de três, ou de cinco, ou de dois? O que não pode prevalecer é o continuísmo. E muito menos os interesses políticos de pessoas, grupos ou mesmo do atual situacionismo. Porque, sem nenhuma dúvida, estariam sendo afrontados os mais sagrados e legítimos direitos do povo brasileiro;

**7** – Quanto à simultaneidade das eleições presidenciais com as da Constituinte, afirmamos ser uma questão crucial, de imensa transcendência para a Nação brasileira. É assunto que necessitamos elucidar através de uma discussão ampla e honesta. Teremos muitas oportunidades para sustentar os nossos argumentos. O povo brasileiro poderá ser envolvido por uma situação incerta e perigosa aos seus destinos. Só eleições conjuntas para a Presidência e para a Constituinte ensejarão o debate de programas

nacionais, como se impõe nesta encruzilhada que vivemos;

**8** – Como se vê, trata-se de questões de princípios. De nenhuma forma estamos procurando atingir o prestígio e a autoridade do Sr. Presidente José Sarney. São questões que vêm de longe, antes mesmo da escolha do saudoso Presidente Tancredo Neves;

**9** – E por que o nosso direito e dever de questionar estes problemas fundamentais para o futuro da Nação tenha de se vincular necessariamente a uma suposta candidatura do Sr. Leonel Brizola? São os artifícios e sofismas dos

que pretendem nos imobilizar, como se estivéssemos atuando em causa própria. Na verdade, o que procuram é evitar que se estabeleça uma discussão, franca e aberta, que venha a elucidar suficientemente o povo brasileiro. O que preconizamos é que, a partir de 86, tenhamos um Estado de Direito democrático e um Presidente legitimamente eleito pelo povo, seja ele quem for, deste ou daquele partido. E o País vivendo uma ordem democrática estável, enfrentando firmemente os impasses e problemas que nestes tempos impõem tantas incertezas e aflições ao seu povo.

## O 13º salário<sup>27</sup> para o funcionalismo público

O Governo Federal decidiu reajustar, a partir de amanhã, 1º de julho, os vencimentos de seus servidores em 89,2%; acima, portanto, dos 100% do INPC (80,3%). A União, certamente, resolveu fazer justiça ao seu funcionalismo, concedendo esta margem acima do índice de elevação dos preços ao consumidor (INPC), para compensar a desvalorização real que há anos incide sobre os vencimentos dos servidores públicos.

Ao tomar essa medida, o Poder Central o fez sem maiores dificuldades. Tem e maneja a cornucópia conforme a sua vontade e sem levar em conta, tantas vezes, as consequências sobre o conjunto da Nação, e, neste caso, especificamente, para as exauridas finanças dos Estados e Municípios. Dispõe a União de uma espécie de monopólio das iniciativas em matéria de impostos, além de múltiplos mecanismos financeiros para obtenção de recursos. Pode, como de costume, cobrir todas as suas despesas através da emissão de papel-moeda. Destas facilidades, só o Governo federal, e somente ele, pode dispor.

Evidentemente que sem o desejar, o Poder Central criou uma situação muito difícil para os Estados e Municípios. Pois, efetivamente, seria uma injustiça que só os servidores federais viessem a ter aqueles benefícios. Não se trata de uma questão de hierarquia, e sim de uma situação social, rigorosamente idêntica à que se pretende acorrer.

O justo e correto seria que o Governo Federal, ao tomar aquela medida, proveesse os recursos necessários para as despesas adicionais que impôs aos Estados e Municípios, porque estes não têm outra alternativa senão assumir os mesmos índices federais. Pelo que se sabe, tal possibilidade não foi sequer cogitada pelo Governo Federal.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, com imenso esforço, já havia adotado o critério de reajustamentos automáticos de seis em seis meses, e na base de 100% do INPC. Chegamos a estes níveis graças a uma política de austeridade e ao desempenho da Administração em matéria de saneamento financeiro. Em lugar de reajustamentos ao azar de eventualidades, a correção dos efeitos da inflação tornou-se uma espécie de direito adquirido dos servidores. E foi exatamente com a preocupação de estabelecer um direito adquirido para o servidor que optamos, neste momento, pela adoção do 13º salário. Isto é, em lugar de simplesmente acompanhar a União em índices que amanhã podem ser rebaixados, ou extintos – inclusive sub-repticiamente – chegamos à conclusão de que o melhor seria instituir, como uma conquista permanente, o benefício justo e merecido do 13º vencimento para os servidores públicos do Estado e do Município do Rio de Janeiro.

Seria, pois, coerente e justo que a União Federal, já que nos ensejou esta oportunidade que tanto almejávamos, viesse a considerar a conveniência de transformar a diferença agora eventualmente concedida, num direito adquirido do funcionalismo federal – o 13º vencimento.

Nos próximos dias, será transformado em lei o projeto que encaminhamos ao Poder Legislativo e que agora recebeu dos senhores Deputados aprovação unânime. A partir de agora, os servidores públicos do Estado e do Município do Rio de Janeiro passarão a contar, além da semestralidade e reajustamentos

27 O 13º salário foi instituído, no governo João Goulart, em 13 de julho de 1962.



automáticos em 100% do INPC, com o 13º salário. Direitos adquiridos.

Gostaríamos de assinalar alguns pontos mais significativos da política que nosso Governo vem procurando pôr em prática em matéria de Administração e de Pessoal, como também as principais decisões que conseguimos tomar em benefício do funcionalismo público, civil e militar.

\* \* \*

**Secretariado** – Ao assumir o Governo, fizemos as nossas avaliações sobre o ambiente que nos aguardava. Desconfianças, inconformidades, expectativa da Imprensa, estruturas, privilégios e vícios de 20 anos de arbítrio. Deixei para a véspera da posse a divulgação dos nomes do Secretariado. O saudoso Sr. Tancredo Neves fez o mesmo. E foi muito exaltado por sua alta sagacidade política pelos mesmos que me criticaram duramente.

**Administração** – O meu primeiro ato foi reestruturar a alta Administração. Precisava enfrentar o caos e a anarquia administrativa. Mais Secretários de Estado, descentralizar para controlar. Novas Secretarias, sem novas despesas. Extinção da Secretaria de Segurança. O novo Governo recebeu logo uma saraivada de condenações e críticas. Como previmos, os condôminos do Poder iriam reagir. O eminente e saudoso Sr. Tancredo Neves também criou novos ministérios, procedendo da mesma forma, e também, foi muito elogiado por isso.

**Não ao empreguismo** – Encontrei um decreto em vigor – mas desmoralizado, porque ninguém o respeitava – estabelecendo que toda e qualquer admissão no Serviço Público do Estado e do Município do Rio de Janeiro deveria ser precedida de expressa autorização do Governador. Não foi preciso publicar o decreto que havíamos elaborado. Bastou-nos fazer observar as normas, até ali desrespeitadas pelos seus próprios autores. E assim tem sido até agora. Sempre que me deparo com alguma violação, há consequências. Por enfrentar

firmemente os vícios do empreguismo, o loteamento político do Serviço Público e os abusos das estatais, passei a ser considerado centralizador e, logo a seguir, chamado de caudilho e autoritário. Agora, a Nova República do Presidente Sarney anuncia que pretende adotar medida semelhante: ninguém ingressará no Serviço Público Federal sem autorização do Planalto. Teríamos, então, um caudilho maranhense? Certamente que não. Ao contrário, será muito elogiado.

**Não às demissões em massa** – O empreguismo mais desabusado propiciou o ingresso de dezenas de milhares de pessoas no Serviço Público, a ponto de, só nos últimos dois anos do Governo anterior, os admitidos foram mais de 25 mil. Decidimos, por uma questão de humanidade, e para não agravar o problema do desemprego, manter e assimilar essa massa de gente. A propósito, as estatísticas vêm demonstrando que o Rio de Janeiro, nestes últimos meses, apresenta o menor índice de desemprego entre as grandes regiões metropolitanas do País. Em relação a 1984, as vendas do comércio cresceram de 5% para 14%. Sem nenhuma dúvida, vêm pesando nesse quadro: a política sobre pessoal, as obras e os investimentos do Governo do Estado. A União reduziu drasticamente sua colaboração e realizações aqui. O Rio de Janeiro vem sendo discriminado há mais de dois anos.

**Austeridade e saneamento financeiro** – Desde o primeiro dia, iniciamos uma luta crescente visando a racionalizar, a moralizar e a desenvolver os serviços de arrecadação. Simultaneamente, promovemos: o controle e a disciplina da despesa pública; o saneamento e consolidação das dívidas e compromissos, desordenadamente acumulados pelos governos anteriores; rigoroso controle financeiro das empresas do Estado, autarquias e fundações – seus investimentos e custeio; recuperação e fortalecimento do sistema Banerj; e restauração das legítimas funções das Secretarias da Fazenda e do Planejamento, deformadas pelos senhores Roberto Campos e

Delfim Neto, desde o início da ditadura. A primeira Secretaria tem, agora, sob sua responsabilidade a arrecadação, a despesa, o custeio: centro da vida financeira do Estado; a segunda, o planejamento geral da Administração direta e indireta, projetos, programas e controle dos investimentos.

**Inativos** – Com os seus proventos totalmente defasados, os inativos vinham recebendo quantias irrisórias. Durante a campanha eleitoral de 1982, nos mostravam seus contracheques muitas e muitas vezes. Homens e mulheres encarnecidos no Serviço Público, à beira da marginalidade. Um quadro de clamorosa injustiça. Deixaram-nos a Lei da Paridade como uma bomba. Concederam aqueles benefícios, às vésperas das eleições, mas nada executaram. Pois bem: quiseram nos fazer um mal e acabaram nos ensejando o que desejávamos. Executamos a Lei da Paridade, revisando milhares e milhares de situações. A folha dos inativos deu um salto de 2.678% (de 1,4 passou a 37,5 bilhões de cruzeiros<sup>28</sup>). Foi o setor mais beneficiado até hoje em matéria de funcionalismo. Foram mais de 30 mil aposentados que tiveram, na generalidade, seus proventos multiplicados algumas vezes. E ainda vêm recebendo os atrasados.

**Concursos públicos** – Restituímos o Concurso<sup>29</sup> como norma permanente para o ingresso no Funcionalismo. Realizamos grandes concursos, inclusive em setores onde havia muitos anos não mais se realizavam (magistério, polícias

militar e civil, promotores, procuradores, defensores públicos, guardas penitenciários e outros). 95% dos que ingressaram no Serviço Público no atual Governo, o fizeram através de concurso público.

**Reestruturações** – Praticamente 90% dos servidores tiveram benefícios reais, por reestruturações e reenquadramentos nas diversas áreas da Administração. Desde a Magistratura – que alcançou níveis condizentes com sua alta missão constitucional – o Ministério Público, os procuradores, os defensores públicos, o professorado estadual e do Município do Rio de Janeiro, as polícias militar e civil, engenheiros; e outros profissionais: fazendários, agentes administrativos, motoristas, além de diversas categorias funcionais de órgãos descentralizados.

**Reajustamentos** – Sem descuidar da previsão de investimentos que a comunidade tem todo o direito de exigir e, de outro lado, do pagamento em dia do pessoal, fomos avançando com critério e prudência, até que pudemos atingir o patamar de reajustamento em 100% do INPC, com semestralidade automática. E finalmente, agora, como aspirávamos, o 13º salário, corrigindo, dessa forma, uma discriminação contra o funcionalismo civil e militar, que se vinha perpetuando há mais de 20 anos. É possível que algum Estado da Federação tenha saneado suas finanças, feito investimentos e concedido benefícios aos seus servidores iguais a nós. Mais que nós, gostaríamos de saber quem fez.

28 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 6000

29 O concurso público só se tornou obrigatório para os estados brasileiros na Constituição de 1988.

## O mais amargo tributo da vida pública

Quantas vezes nos perguntamos: por que motivo a política atrai e fascina a tantos indivíduos inescrupulosos, perversos e irresponsáveis? Qualquer que seja a resposta, o fato é que o ambiente político é o mais infestado e o preferido por esses tipos insanos, destituídos de qualquer senso de equilíbrio e responsabilidade.

A existência desse tipo de gente, em cota maior ou menor, é uma realidade em todas as sociedades humanas. Quase sempre permanece à margem, restringido ao círculo de seus iguais. Existe, faz das suas, mas a rigor pouco ou nada significa; logo se desacredita, como os linguarudos, maledicentes e lambanceiros de todos os tempos e de todas as partes.

Agora, entre nós e aqui, esses indivíduos, dispondo dos meios de comunicação, adquirem outra dimensão, por força, justamente, dos tartufos que estão por trás deles e da crosta de interesses que os tomam como instrumentos. Passaram a desempenhar funções importantes nos processos de uma espécie de máfia política e econômica. Estão sempre a serviço da direita, de grupos e políticos cínicos que não querem aparecer, mas que são tão perversos quanto eles próprios. Recebem estímulos e contam com espaço e oportunidades. Sentem-se protegidos. Entram na onda que convém aos seus patrocinadores. Têm fome de notoriedade, em geral, para serem candidatos. Agridem, insultam, caluniam e achincalham sem continência alguma. Agradam aos poderosos, não apenas porque fustigam e difamam, mas, principalmente, porque procuram jogar na vala comum das retaliações vulgares os que, em dado momento,

representam as grandes causas de nosso povo.

São indivíduos que perderam – se os tiveram algum dia – todos os valores morais. Consideram que todas as demais pessoas são como eles. Atuam e investem sem nenhum escrúpulo. Ainda mais quando agem contando com a impunidade. Em geral, possuem certo nível intelectual: condição que lhes aumenta a virulência. De regra, são histriônicos; buscam a notoriedade a qualquer preço. Limpar a vida pública dessa escória constitui-se num desafio permanente para todos os políticos honestos e decentes.

A vida pública brasileira sempre se caracterizou pela presença desses processos. O que fizeram com o Presidente Getúlio Vargas ainda está muito vivo na memória do povo brasileiro. Não respeitaram nem mesmo a sua vida pessoal e familiar. Os fatos e a História demonstraram que aquele grande brasileiro foi sempre um cidadão austero e de inquestionável honestidade. Carlos Lacerda, seu maior detratador, foi certamente o mais talentoso entre os discípulos de mestres anteriores. Por sua vez, deixou seguidores que agora ressurgem sem o talento do mestre; apenas mais perversos e rasteiros. E aí estão eles, quase todos os dias: os Fonsequinhas, Hélio Fernandes, os Nertans Macedos, os Nerys, Zózimos, Heitor Furtado e outros.

O Governo do Rio de Janeiro, o PDT e, principalmente, a minha pessoa vêm sendo os alvos permanentes desses indivíduos – que produzem a todo momento uma enxurrada de infâmias – incapazes de criar um mínimo de convicção em quem quer que seja. Não têm credibilidade. A única coisa que conseguem é agradar aos seus mentores e também excitar os preconceitos e a morbidez de alguns círculos da direita. Só, e nada mais. A coletividade sabe, como ninguém, identificar os seus inimigos.

Com a franqueza que sempre caracterizou a minha vida, gostaria de dizer aos que ensinam e patrocinam essas práticas que perdem o

seu tempo e o seu dinheiro. Não nos conseguimos atingir com esses instrumentos de injustiça, embora tais processos representem o mais amargo de todos os tributos que se paga na vida pública. Primeiro, porque não nos alcançam: somos inatingíveis por eles. Segundo, porque viemos de longe e recolhemos as lições de duras experiências. Estamos preparados para conviver e lutar contra todas perfídias sem, no entanto, nos confundir com elas. E muito menos com seus autores, os quais, hoje ou amanhã, irremissivelmente, terão o destino que lhes reserva o julgamento da população.

Levar aos tribunais, fazer esses indivíduos responderem perante a Justiça tornou-se para nós um imperativo moral. Não se trata de represália, mas de um dever irrecusável. A cada infâmia ou calúnia, um processo. Sei que muitas pessoas desacreditam que se possa chegar a alguma conclusão em matéria de crimes contra a honra; mas eu me encontro entre os poucos que esperam e confiam em que as instituições funcionem e que se venha a fazer justiça, embora os caluniadores sejam sempre muito bem protegidos.

E que não venham a dizer que isto é caudilhismo, ou que estou procedendo como um autoritário. Apenas exerço um direito – o de defender-me. Não é possível assistir a tudo com a indiferença com que muitos procedem.

\* \* \*

**Saúde Pública** – Estamos trabalhando para que os serviços de saúde se normalizem. Nossa preocupação maior é que não falte o indispensável atendimento à população. O grupo que vem manipulando o setor da saúde pública nunca quis colaborar com o meu Governo. Sempre cultivou o conflito em lugar do entendimento

construtivo. Muitos de seus integrantes fizeram a greve ao tempo do Sr. Chagas Freitas. Foram presos, e o movimento reprimido com intervenção no Sindicato. Mesmo assim, pragmáticos e frios, ficaram com o chaguismo<sup>30</sup> nas eleições. Perderam e não nos perdoaram por isso. Sempre moveram uma oposição cega. Foram estruturando um verdadeiro aparato sobre os serviços de saúde. Depois de dois anos, seria inútil insistir. Com esse pessoal, tornou-se impraticável o encontro de soluções: só querem e só pensam na greve. É o grevismo e o assembleísmo. Preocupam-se com o que chamam **mobilizar** para estarem sempre “na onda” e serem candidatos amanhã. Esperamos que façam uma reflexão. Com tudo isto, estão prejudicando a categoria, como agora estamos constatando num contato direto com os servidores. Não é concebível a greve quando se deixa seres humanos, justamente os mais carentes, sem a assistência médica que procuram. Tudo o mais poderia ser, menos fechar os ambulatórios. Esta é a minha principal diferença com o chamado comando de greve e com os 300 ou 500, no máximo, que decidem por mais de 20 mil servidores. Eleito pela população, não tenho outro caminho senão o de defendê-la de uma tutela insólita e autoritária. Intentam, mas não vão conseguir intrigar-nos com a classe médica e com todas as demais categorias de servidores da saúde. Nunca nos recusamos ao diálogo, mas, naturalmente, com o pressuposto do atendimento à população. Todos os demais direitos são secundários, embora possam ser justos e devam ser reconhecidos. Uma prova do que estou afirmando é que eu me entendi, muito bem, com todas as demais categorias do funcionalismo. Só com o pessoal da saúde não.

30 Chaguismo: termo referente à prática política de Chagas Freitas, eleito por voto indireto governador do Rio de Janeiro. Consistia no uso da máquina de governo de maneira fisiológica: emprego e loteamento de órgãos da administração pública em troca de apoio de parlamentar. A atuação dos parlamentares era conhecida por ‘política da bica d’água’: trocavam pequenos benefícios do governo por votos. Em secretarias e órgãos da administração indireta cada dirigente era indicado por um parlamentar diferente, de modo a que não ocorresse domínio de determinado deputado em uma área de governo. Chagas era dono dos jornais populares O Dia e A Notícia, matutino e vespertino, respectivamente.

Os interlocutores é que têm sido ineptos, ineficazes, desastrados. Por espírito público, deviam ter solicitado, há muito, a escolha de outros para o desempenho das tarefas que não conseguiram cumprir. Há poucos dias, em Porto Alegre, uma assembleia com milhares de professoras destituiu a comissão que pretendia manter a greve a qualquer preço. Caiu o aparato e se restabeleceram a liberdade, a razão e o bom senso. Houve entendimento com a escolha de outra comissão.

**Prestação de Contas** – Apenas quero registrar, dado que o assunto não teve maior divulgação, que o Tribunal de Contas do Estado aprovou, por unanimidade, as contas do meu Governo, exercício de 1984, emitindo seu relatório e parecer prévio, nos termos da lei nº 287, de 4/12/1979.

**Informática na Justiça** – O Tribunal de Justiça vem implantando, em colaboração com o Proderj, um Plano Diretor de Informática. Este plano conta com o melhor empenho e colaboração de nosso Governo. O Sr. Presidente do Tribunal de Justiça vem tendo seus esforços prestigiados pelo Executivo, com nossos melhores recursos humanos e apoio financeiro. Mais de Cr\$ 4 bilhões<sup>31</sup> estão sendo investidos nesta primeira etapa do programa.

**Rio-Santos** – Entre os assuntos tratados com o Sr. Presidente da República, em nossa primeira reunião administrativa, esteve a restauração da Rio-Santos. Recentemente, Sua Excelência comunicou-me a destinação de Cr\$ 25 bilhões para estas obras.

**Ilha do Governador** – Prosseguem as reuniões entre autoridades do Estado e do Município, as Associações de Moradores e demais entidades da Ilha para a programação do conjunto de obras e melhoramentos da área. Algumas já em execução, outras iniciando, e tantas outras sendo implementadas. Uma ampla frente de trabalho se desenvolve ali, com a presença e a colaboração da população local.

**Assentamentos humanos** – A Comissão de Assuntos Fundiários, do Governo do Estado, vem ampliando suas atividades. Cada dia um maior número de conflitos vem sendo resolvido e mais áreas para assentamentos humanos vêm sendo definidas; ora titulando ocupações já existentes e regularizando loteamentos clandestinos, ora definindo outras tantas em zonas urbanas e rurais. Este programa passará a adquirir uma dinâmica de intensidade crescente. Lutamos para que cada família, se já não é proprietária, venha a ter um lote de terra para morar, sobreviver ou produzir.

31 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 6200

## Governadores em Brasília

A recente reunião, em Brasília, dos governadores de todos os Estados da Federação com o Sr. Presidente da República constituiu-se num evento excepcionalmente importante. Assinalou-se que, pela primeira vez no curso de nossa História, o mais alto magistrado da Nação presidiu um encontro no qual estavam presentes todos os governadores. Muito acima, porém, desta circunstância histórica, a reunião adquiriu uma alta significação pela forma e isenção com que a conduziu o Presidente José Sarney. Assumiu S. Exa., de fato, aquela função de magistratura que a Nação necessita e reclama nesta fase de transição para uma ordem democrática. Os governadores foram chamados para ouvir e opinar, como também para colocar, livre e democraticamente, as suas próprias ideias e convicções sobre os rumos e caminhos do futuro.

Em conjunto, os governadores divulgaram uma declaração na qual, essencialmente, reafirmam seus compromissos com a realização de eleições diretas, em todos os níveis; com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte; e a solidariedade que devemos neste momento ao Exmo. Sr. Presidente no equacionamento dos grandes impasses nacionais, principalmente quanto à dívida externa e às exigências do FMI.

Além de firmar aquelas posições conjuntas, considere necessário elucidar, mais uma vez, as nossas posições específicas, através da seguinte nota, em separado:

“Nesta fase de transição, os governadores dos Estados, eleitos pelo voto livre e direto do povo, detêm sobre seus ombros altas e incisivas responsabilidades. Estão investidos de legitimidade democrática e funções de magistratura; com todas as condições, portanto, de desempenhar, ao lado do Congresso Nacional, aquelas atribuições de interlocutores entre o povo brasileiro – com seus inconfundíveis direitos e aspirações – e os atuais círculos dirigentes que vêm assumindo as decisões.

É a Presidência da República o mais alto poder decisório do País. Constitui-se, assim, num dever dos atuais Governadores respaldar e assistir, em suas posições, o Exmo. Sr. Presidente José Sarney, a fim de que S. Exa. venha a corresponder ao que dele espera o povo brasileiro, numa linha sempre identificada com os altos desígnios da Nação.

**1** – Surpreendido com o desaparecimento do saudoso Presidente Tancredo Neves, o atual Chefe da Nação assumiu uma postura de desambição e desprendimento que todos, sem nenhum favor, lhe reconhecemos. Em nenhum momento apresentou-se como portador de um projeto pessoal. Ao contrário, vem ensejando à Aliança Democrática (PMDB–PFL)<sup>32</sup> todas as oportunidades em matéria de decisões e condução política.

**2** – Os descaminhos da chamada Nova República<sup>33</sup> têm sido, essencialmente, da responsabilidade dos dirigentes da Aliança. Uma avaliação correta destes poucos meses de gestão civil leva, obrigatoriamente, a estas conclusões.

**3** – Equivocam-se os que consideram que apenas somos nós, do PDT, os que veem com apreensão as vacilações, os erros e perplexidades que estão caracterizando o nosso processo de reconstrução democrática. É, sem dúvida, a maioria da Nação que aí está assistindo

32 Aliança Democrática foi um bloco, liderado pelo PMDB e PFL (transformado em DEM), criado para dar sustentação ao Governo Sarney.

33 Nova República: como ficou conhecido o regime brasileiro após a posse de José Sarney na Presidência da República.

ao predomínio de velhas práticas políticas, há muito abominadas pelo povo brasileiro, respaldando planos que podem corresponder aos interesses dos que procuram substituir o voto dos cidadãos pelas suas próprias decisões, mas que, de nenhuma forma, representam os caminhos coerentes e justos da restauração dos direitos democráticos de nosso povo.

4 – Os que propugnam e insistem, surdos ao clamor do povo brasileiro, em afastar o atual Presidente de sua alta magistratura de Presidente da transição democrática, em lugar de colocá-lo na História – merecida e legitimamente –, o que conseguirão é transformar a relevante missão que o destino e a Pátria lhe conferiram, num período inseguro e prenhe de incertezas e desilusões, cujo desdobramento é impossível prever, mas, certamente, desfavorável à construção de instituições justas, estáveis e duradouras.

5 – O tempo e os fatos se encarregarão de assinalar quem são os que, neste momento, defendem o êxito real do Presidente Sarney; quem são os que preconizam os rumos e caminhos mais corretos e coerentes para a Nação. Nós, do PDT, reafirmamos que nada mais poderá dar certo neste País, que nenhum programa de maior profundidade será viável sem que se chamem eleições gerais e conjuntas para a instituição de um Governo **legítimo** e para a Assembleia Nacional Constituinte. Só um Governo eleito terá a necessária sustentação política e o respaldo público para as grandes e graves decisões que as realidades de nosso País aí estão, dramaticamente, a reclamar e exigir.

6 – A grande e histórica missão do atual Governo é a de gerir os negócios da Nação da melhor forma possível: livrar-nos do chamado entulho autoritário, abrir espaços e preparar o País para a realização, num prazo prudente, de eleições livres e democráticas. É o que o povo brasileiro espera do eminente Sr. José

Sarney. Tudo o mais pode convir aos políticos e aos reconhecidos círculos de interesses, mas, de forma nenhuma, é o que quer, tem direito e reclama a cidadania deste País. A gestão administrativa do Presidente Sarney e os seus esforços e atitudes – recolocando o problema da dívida externa em termos compatíveis com os interesses nacionais e, principalmente, as iniciativas democratizadoras coerentes com esta linha de pensamento – contarão com o integral apoio do PDT.

7 – Ao ensejo da Reunião dos Governadores com o Exmo. Sr. Presidente, queremos ressaltar e reconhecer a atenção e o acolhimento com que S. Exa. vem encarando os problemas do Estado do Rio de Janeiro”.

\* \* \*

**Área da Saúde** – Além do reajustamento semestral, corrigindo a inflação em 100% do INPC e, agora, do 13º salário, meu Governo concedeu os seguintes aumentos ao pessoal estatutário da Saúde:

1 – Níveis mais modestos (exemplo: atendente de hospital) – em 1982, percebia Cr\$ 23.500<sup>34</sup> (7,63 ORTN); agora, está ganhando Cr\$ 835.800 (18,2 ORTN). Aumento real acima da inflação: 138%.

2 – Nível médio (exemplo: auxiliar de enfermagem) – em 1982, ganhava Cr\$ 42.900 (13,9 ORTN); em julho de 1985, passou para Cr\$ 1.047.500 (22,8 ORTN). Aumento real acima da inflação: 64%.

3 – Nível superior I (exemplo: médico, inicial) – em 1982, Cr\$ 73.400 (23,8 ORTN); em julho de 1985, Cr\$ 1.574.500 (34,3 ORTN). Aumento real acima da inflação: 44,2%. Conforme a lotação, numa área carente, este aumento real pode chegar a 95,9%.

4 – Nível superior II (exemplo: médico, categoria mais alta) – em 1982, recebia Cr\$ 138.450 (44,9 ORTN); em julho de 1985, Cr\$ 2.414.500 (52,6 ORTN). Aumento real, 16,1%. Nas mesmas

34 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 6360

condições anteriormente referidas, pode chegar a 44,5%.

Os médicos trabalham um plantão de 24 horas por semana e todo o pessoal dos hospitais tem refeições no local de trabalho.

**Hospital Getúlio Vargas** – As obras civis deste hospital, que encontramos em estado de completa deterioração, já estão concluídas. Foram aplicados nesta reforma mais de Cr\$ 3 bilhões, em cruzeiros de hoje. Agora, destinamos mais Cr\$ 743 milhões para equipamentos, em maior parte para o seu centro cirúrgico, a CTI e o Pronto Socorro.

**Assentamentos humanos** – Em vários pontos do Estado estamos trabalhando para legalizar e promover assentamentos de famílias de agricultores, inclusive resolvendo conflitos existentes. Simultaneamente com estas providências legais, estamos proporcionando assistência técnica, sementes, corretivos do solo, ferramentas e ajuda com equipamentos. Destinamos à

SIAGRO, Empresa de Insumos Agropecuários do Estado, Cr\$ 364 milhões para a compra de tratores e implementos para servir às comunidades agrícolas da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

**Casa própria** – Autorizamos uma linha especial de empréstimo ao Servidor Público, das categorias até dois salários mínimos, para a compra de material de construção destinado à casa própria. Estudos da Secplan e IPERJ estabeleceram os valores de financiamento em 50 UFERJs (cerca de 5 milhões de cruzeiros), a serem pagos em prestações mensais de até 15% do vencimento básico. Inicialmente, o IPERJ aplicará neste programa 5 bilhões de cruzeiros.

**Microempresas** – O Governo do Rio de Janeiro tem três grandes notícias para as 77.197 microempresas do Estado:

- 1. Não precisam mais recolher ICM.**
- 2. Estão livres de controle e fiscalização.**
- 3. Suas dívidas estão perdoadas.**



## As graves responsabilidades do Senhor Presidente

A mais séria ameaça que ronda este sofrido País é a possibilidade de ingressarmos num processo de desprestígio e desmoralização do regime democrático.

É que o povo brasileiro pode confundir o atual clima de franquias e de liberdades políticas com a própria democracia. Pensar que é este, finalmente, o regime pelo qual lutou por tantos anos. E mais: que os frutos da democracia sejam também esses que lhe estão sendo oferecidos no dia a dia de sua vida. Tão amargos quanto os do arbítrio, embora apresentados, desta vez, com sofisticação e retórica. E ainda, o que é pior, sem que o cidadão comum consiga vislumbrar uma perspectiva clara, nem mesmo algumas esperanças mais consistentes sobre o futuro.

Em que pese os esforços e as intenções do Senhor Presidente José Sarney, o real é que a Nova Situação – mais precisamente os círculos políticos que até aqui influíram nas decisões – vem contribuindo para a criação de um clima que favorece aquela tendência.

Vêm prevalecendo os interesses pequenos e inferiores, em lugar da suprema preocupação que nestes tempos deveria mobilizar a todos, que é a de criar, sem quaisquer delongas, instituições democráticas, amplamente apoiadas pelo povo brasileiro, enterrando, de uma vez por todas, o regime autoritário. No fundo, todos sabem que neste País só se inicia um processo real de construção de uma ordem democrática com eleições presidenciais diretas e livres.

A própria Constituinte precisa, indispensavelmente, ser eleita na mesma campanha das eleições presidenciais. Só assim o povo brasileiro será motivado e votará esclarecido sobre os fins e objetivos da Constituinte.

A verdade é que o atual período tem uma natureza própria: a da transitoriedade. Suas características históricas são as de ensejar a transição, abrir as portas para a normalidade democrática. Como se fora uma espécie de ponte. A atual Situação foi instituída com estes fundamentos, em consequência de um movimento social profundo, cujas motivações estão vivas na consciência do povo brasileiro.

Serão, pois, inúteis as tentativas que pretendam atribuir a estes tempos a natureza de um período normal de Governo. Mesmo as iniciativas mais coerentes e bem-intencionadas para uma época normal se esbatem na imensidão física e social que gerou este período. Perdem energia e fenecem. O povo brasileiro o que espera e aguarda é outra ordem de decisões; justamente aquelas que a Nova Situação vem procurando obscurecer e procrastinar.

Difícilmente, pois, os grupos políticos ou de interesses conseguirão mudar a substância destes tempos que atravessamos. Só o que conseguirão, se vierem a impor seus desacertos e pretensões, é aprofundar a crise e fazer mal à Nação; levar o Governo ao desgaste e ao desprestígio. E, o que é profundamente doloroso, agravar os sofrimentos e aflições de nosso povo.

É bem provável, então, que a substância política e social destes tempos venha a colocar o Senhor Presidente José Sarney numa posição de árbitro, entre o que realmente convém à Nação – e quer o povo brasileiro – e as pretensões das elites políticas situacionistas.

\* \* \*

**São João de Meriti** – Tenho estudado com serenidade e prudência a situação em que se encontra a Administração do município de São João de Meriti. Estabeleceu-se um contexto de confusão e irregularidades, profundamente danoso

para os interesses da população. Há mais de dois anos, autoridades estaduais e parlamentares vêm procurando influir construtivamente, com o propósito de evitar que a Administração local ingressasse nos comprometimentos e desordens administrativas em que hoje se encontra. O Tribunal de Contas do Estado, há meses, chegou à conclusão de que considerava dever do Estado intervir para reordenar os serviços e as finanças municipais. Assim mesmo, fizemos novas tentativas de colaboração e assistência. O Judiciário já emitiu sentenças condenatórias em relação a atos do Prefeito. Foram desenvolvidas consultas junto às diversas bancadas na Assembleia Legislativa. Com exceção da bancada do PFL, todas as demais concluíram pela necessidade da intervenção para resguardo do patrimônio e do interesse públicos. Também as procuradorias Judicial e do Estado e o exame final da Secretaria de Justiça chegaram às mesmas conclusões. Pessoalmente, ao longo desse período, é o que também concluo. Não tenho alternativa senão intervir para restaurar a normalidade em São João de Meriti; acautelando, desta forma, os superiores interesses da população. Designei para desempenhar a Administração do Município, por um período de seis meses, o Vice-Prefeito, eleito juntamente com o atual titular que lamentavelmente somos obrigados a substituir. A nossa isenção torna-se mais evidente ainda por se tratar de um Prefeito do PDT, de nosso próprio Partido. O bem público está acima de todos nós.

**Cr\$ 78,5 bilhões**<sup>35</sup> – Este montante de recursos foi liberado para a Cedae aplicar neste ano, basicamente nos programas de água e esgotos para 52 comunidades carentes, no município do Rio de Janeiro. Estes programas atingem diversos municípios do Interior, como também expansão de redes e eliminação de valas negras (Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti e São Gonçalo), além de obras

no Rio de Janeiro e Niterói. Cerca de 1 milhão de habitantes do nosso Estado serão beneficiados com os novos serviços.

**Ginásio Caio Martins** – A Secretaria de Esportes e Lazer realiza um conjunto de obras de reformas no Ginásio Caio Martins, em Niterói. Serão aplicados recursos para este fim no montante de Cr\$ 180 milhões.

**Quadras polivalentes** – Foi autorizada a Secretaria de Obras do Estado a proceder à implantação de três quadras de esporte, nos seguintes locais: Morro do Cantagalo, Cruzada São Sebastião e Praça da Páscoa, em Jacarepaguá. Os recursos correspondentes já foram liberados.

**Selo de qualidade** – Por decreto especial, foram demarcadas as regiões produtoras de aguardente de cana de qualidade no Estado do Rio de Janeiro, compreendendo os municípios de Itaocara, Santo Antonio de Pádua, Miracema, Laje do Muriaé, Cambuci, São Fidélis e Itaperuna. E, como não poderia deixar de ser, Parati. É uma medida semelhante ao que se faz em Portugal e na França para a promoção dos seus vinhos, incluindo-se o controle de qualidade. Diversos incentivos fiscais serão proporcionados aos produtores.

**Barra da Tijuca** – O Governo do Estado, através da Secretaria de Obras e Meio Ambiente e da Serla, vem realizando um conjunto de obras de macrodrenagem na Baixada de Jacarepaguá, num esforço conjunto, em partes iguais, Estado-BNH. A dragagem e canalização dos principais rios daquela Baixada trarão benefícios a cerca de 325 mil habitantes. Estão sendo investidos, neste ano, Cr\$ 28 bilhões.

**PM: Cr\$ 12,5 bilhões** – Estes recursos foram destinados à PM para reforçar as suas atividades. Estuda-se, para decisão a curto prazo, um programa de aquisição de um conjunto de novos veículos para as Polícias Civil e Militar. A propósito, convém advertir os leitores de que o

35 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 6700

noticiário sobre crimes e assaltos verificados noutros Estados, muitas vezes não elucidada, à primeira vista, que não ocorreram no Rio de Janeiro.

**Merenda** – Recursos suplementares, no montante de Cr\$ 61,4 bilhões, provenientes do Salário-Educação, foram destinados, na área da Secretaria de Educação do Estado, à merenda escolar e à aquisição de uniformes e agasalhos para alunos carentes da rede estadual de ensino, de zonas frias do interior.

**Pavimentação** – Cr\$ 4,7 bilhões foram destinados ao DER para obras de pavimentação (baixo

custo em áreas de baixa renda). Serão beneficiados os municípios de São João de Meriti, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São Gonçalo.

**Restauração** – Foram liberados Cr\$ 582,5 milhões para realização de obras de restauração e aquisição de equipamentos nos museus: da Imagem e do Som, do Primeiro Reinado, Casa de Oliveira Viana, Histórico do Estado, da Cidade, Carmem Miranda, de Artes e Tradições Populares; além de reparações nos teatros João Caetano, Villa-Lobos, Gláucio Gil, Armando Gonzaga e Artur Azevedo.

# Comunicação do Governador do Estado

**A Hora do Governador**, na TV Manchete, não foi uma iniciativa visando a propósitos políticos ou eleitorais. Como a Administração do Estado vinha sendo atacada de maneira sistemática e insidiosa através da televisão, tornou-se imprescindível responder a essas críticas e prestar os devidos esclarecimentos à população.

A partir do momento em que essas mesmas críticas irresponsáveis deixaram de ser veiculadas pelos canais de TV, julguei conveniente interromper a minha presença na televisão, até o momento em que esta se fizer novamente necessária. Tratarei apenas de elucidar a opinião pública, ou de contestar os questionamentos injustos que se fazem neste momento pela imprensa, através desse mesmo meio de comunicação.

O Governo do Estado, por outro lado, contesta por serem totalmente improcedentes, as acusações de certos candidatos de que as autoridades estaduais estariam criando impedimentos ou cerceando a liberdade na propaganda eleitoral. Por não ser matéria de sua competência, as autoridades públicas do Rio de Janeiro somente vêm atuando nesses assuntos por requisição expressa da Justiça Eleitoral. Tanto isto é verdade, que o próprio PDT, partido responsável pelo Governo do Estado, tem sofrido diversas restrições às suas iniciativas em matéria de propaganda eleitoral.

Finalmente, tornou-se imperativo repelir energicamente os insultos que um dos candidatos vem dirigindo ao Governo deste Estado e à própria Justiça Eleitoral, configurando-se um procedimento indigno dos foros de civilização e cultura política do povo do Rio de Janeiro. Práticas desse nível somente podem ter uma resposta: o procedimento judicial correspondente.

Eng<sup>o</sup>. Leonel Brizola  
Governador do Estado do Rio de Janeiro

## A greve e a “Nova República”

A greve dos bancários, sem que ninguém esperasse, adquiriu as dimensões de uma situação política concreta. Iluminou-se, surpreendentemente, todo um quadro de definições e tendências, que tem permanecido obscuro ou confuso para muita gente. Com as tensões, as águas baixaram. E revelou-se, aos que têm olhos para ver, toda a geografia, a própria natureza submersa da chamada Nova República.

Não se discute a boa-fé e nem as nobres intenções do Senhor Presidente José Sarney. Nem mesmo as de seus Ministros e colaboradores, individualmente. Seria precipitado não conceder que o idealismo é uma espécie de denominador comum entre as pessoas bem-intencionadas. O que se revela, em verdade, neste episódio, é a essência mesma do atual regime, cujos rumos e tendências, a esta altura manifestos, só o Presidente – e somente ele – tem condições de alterar e reconduzir aos seus fins originários.

Ora, a Nova Situação e o Governo civil que se instituíram no País, a partir de 15 de março, em função do inconformismo proclamado nas ruas pelo povo brasileiro, tinha e tem uma única missão legítima, por ser transitória: gerir, com irrepreensível austeridade e espírito de magistratura, e com a maior eficácia possível, os negócios do País, e convocar, num prazo prudente, eleições gerais, livres e honestas.

Talvez em poucos períodos de sua História, esta Nação necessitou tanto de um Governo civil, estável, definido, comprometido com um Programa representativo, oriundo do voto direto do povo; por conseguinte, autorizado e com plena e inquestionável legitimidade. Só assim este País será respeitado pelos avassaladores

interesses que nos rondam e exploram; só assim o nosso povo conseguirá abrir caminhos frente aos impasses e aflições da vida atual.

Por outro lado, as lições de nossa própria História demonstram que não teremos nenhuma chance (lembrai-vos de 1934) de construir instituições verdadeiramente livres, estáveis e permanentes, sem que a máquina do Governo e as tentações dos governantes sejam previamente purificadas e contidas pelo voto popular. Tanto é assim que, a cada dia, se torna mais clara a inconveniência de se convocar uma Constituinte desvinculada das eleições presidenciais e sob a tutela e a influência de um oficialismo carente de legitimidade, cuja preocupação maior vem se mostrando ser a de consolidar-se no poder. Isto, para não nos referirmos ao contexto de crise em que nos encontramos e ao jogo de perigosos envolvimento, internos e externos, que estão se desencadeando sobre nós.

Quem não se apercebe de que o nosso povo se sente logrado, ludibriado, quanto ao seu direito de votar e decidir? Pois, quem pode ter dúvida de que, ao impedir nas ruas a continuidade do regime, após 20 anos de usurpação, tenha o povo brasileiro adquirido a convicção de que a sua hora havia chegado?

E agora, como se fora pouco este quadro de perplexidades, junta-se – com o episódio da greve dos bancários – esta constatação sobre a natureza conservadora do regime transitório, quando deveria ser ideologicamente neutro e equidistante. Pois, não pode ser outra a interpretação dos últimos acontecimentos. Foi indisfarçável a preferência oficial. Nem mesmo esta instituição nefanda contra os nossos jovens, a chamada rotatividade, conseguiu sensibilizar o Governo. A influência dos banqueiros foi de tal ordem, a ponto de aventar-se ideias de intervenção, a fim de que fossem substituídos métodos democráticos por práticas e atividades repressivas. A impressão era a de que, assim como seu modelo econômico, estavam

em vigência os processos do regime anterior.

Enfim, o episódio contém lições valiosas. E grandes advertências também. Ainda não estamos diante de situações incontroláveis. Ainda há tempo para uma reflexão.

\* \* \*

**90,82% no Banerj** – Um acordo em separado – com as diversas cláusulas sobre estabilidade no emprego, abono trimestral, salários de ingresso, estabilidade no emprego, abono trimestral, salário de ingresso, produtividade etc. – foi firmado entre o Banerj e seus servidores. Por este motivo, a Direção do Banco expediu a seguinte circular:

“Senhores Funcionários:

Como em situações análogas no passado, o Banerj não teve efetiva participação nas negociações trabalhistas, não sendo consideradas as suas proposições, resultando sempre em acordos mais atentos aos interesses das instituições privadas. Em face disso, no sentido de melhor defender as suas colocações, ao lado de assegurar os direitos de seus empregados, o Banerj adotou uma atitude pioneira e única junto à classe bancária. Nesse sentido, sabendo do impasse existente nas reuniões globais, negociamos em separado com os Sindicatos representantes dos empregados, em especial com o do Município do Rio de Janeiro. Nestas negociações, chegamos a um entendimento preliminar nas bases da proposta oferecida pelo Exmo. Sr. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Esta proposta era sensivelmente superior à oferecida pelos banqueiros, originalmente, que se situava ao redor dos 75%. As cláusulas de estabilidade e da fixação dos pisos salariais não se constituíram em problema, haja vista que o Banerj não pratica a rotatividade do seu quadro funcional e as nossas faixas de remuneração serem superiores às do mercado. Nossa posição, seguindo orientação do Sr. Governador do Estado, foi a

de adotar uma postura conciliadora e flexível como Instituição de utilidade pública, voltada para o social. Hoje, e em razão das decisões julgadas no Rio e São Paulo, que resultaram em percentuais de 87,56% e 90,82%, respectivamente, o Sr. Governador nos recomendou, por coerência, adotar o índice estabelecido em São Paulo. Neste sentido, assinamos acordo em separado com os Sindicatos, fixando o aumento salarial de 90,82% para todo o Brasil. Não podemos deixar de aqui ressaltar o elevado nível de entendimentos entre o Banerj e os Sindicatos e, principalmente, o desejo firme de se chegar a um acordo justo para as duas partes. Aos Senhores Funcionários, além de assinalar a conduta mantida durante os dois dias de estado de greve, rigorosamente dentro dos princípios democráticos e da visão econômica e social do Governo do Rio de Janeiro, enfatizamos a necessidade de mantermos o nível de eficiência e produtividade em todo o Sistema Banerj.”

**Críticas infundadas** – Recentemente, várias publicações focalizaram, em tom de crítica, minhas viagens ao exterior, como se fora uma ausência abusiva. Sempre tive consciência de que não procedi assim. Duvido que alguém ofereça mais horas de trabalho a serviço da população do que eu. E, em geral, nem mesmo nos sábados e domingos deixo de trabalhar. Diante das críticas, fiz um levantamento de minhas viagens. Aqui estão os números. Estou no Governo há 30 meses; isto é, 900 dias. Durante este tempo, ausentei-me, para o exterior, 32 dias (18,5 dias em viagens de interesse particular, e por minha conta; e 13,5 dias em viagens oficiais). Pois bem, durante estes 900 dias de Governo, tivemos 296 sábados, domingos e feriados; isso sem falar nas férias que os meus críticos certamente não deixaram de gozar. Repito: ausentei-me 18 dias e meio, por interesse particular, em 900 dias de Governo. Foram críticas, portanto, injustas e sem cabimento.

**Pensionistas** – O Governo estadual atende cerca de 36 mil pensionistas, sendo que, destas, aproximadamente 80% recebem pensão mínima. Recentemente, pudemos efetuar reajuste destas pensões, de tal forma que, ao valor mínimo de Cr\$ 166.560<sup>36</sup>, em janeiro, correspondem atualmente Cr\$ 453 mil. Trata-se de um reajuste de 172%, mais do que o dobro da taxa de inflação no período janeiro–julho. Deste modo, as humildes pensionistas do IPERJ, e também os que percebem auxílio-reclusão, obtiveram melhora significativa de seus rendimentos, que hoje se situam, no mínimo, 36% acima do salário mínimo vigente. Ainda não é a situação que precisamos alcançar, mas já representa um avanço de grande significação social.

**Concurso na área da Saúde** – O Estado e o Município do Rio de Janeiro incluindo-se o IASERJ e outros serviços) publicarão, nesta semana, os editais e o número de vagas por categorias (mais de 10 mil), para os concursos públicos na área de Saúde. Os concursos compreenderão as categorias de médicos, enfermeiros, odontólogos, farmacêuticos, veterinários, assistentes sociais, nutricionistas, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos, químicos, sanitaristas, técnicos de laboratório, auxiliares de enfermagem, auxiliares de serviços hospitalares, massagistas, agentes de saúde, auxiliares de laboratório, operadores de Raio-X, técnicos de higiene dental e oficiais de farmácia.

---

36 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 6750

# Discriminação Federal

(Transcrição do editorial  
do Jornal do Brasil, edição  
de sexta-feira, 20/9/1985)

Passa ao largo da Nova República a preocupação federativa que só mereceu prioridade na visão das necessidades brasileiras escalonadas por Tancredo Neves. O Governo Sarney cultiva apenas uma nostalgia retórica que não o obriga a ter iniciativas para restaurar desde logo a Federação. A melhor prova da indiferença pela questão é a recusa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em liberar o pedido de empréstimo feito pelo Estado do Rio de Janeiro para ampliar o alcance social do metrô.

A direção do BNDES degolou os 560 bilhões de cruzeiros que serviram para a conclusão da rede básica do metrô carioca e poriam em funcionamento o pré-metrô. A comunicação oficial da recusa oferece a metade do valor necessário à conclusão do projeto: ou seja, as obras seriam tocadas, mas parariam antes de adquirir condições operacionais. Já a dívida do metrô crescerá sem qualquer sentido social.

No fundo, o que se vê é o espetáculo tradicional, sequer com a preocupação de salvar as novas aparências. A discriminação contra o Rio de Janeiro é uma postura federal permanente, desde antes de se fundirem o antigo Estado do Rio e a Guanabara numa nova unidade. Começou antes e se manteve depois. Como se não bastasse a necessidade que tem o poder central de esvaziar o Rio para encher Brasília de repartições aqui localizadas desde os tempos coloniais. O ressentimento burocrático gostaria de apagar a presença do Rio na história brasileira, mas, sendo impotente, vinga-se

com o repasse de dificuldades à sua população.

O Governo passado agiu em relação ao Rio exatamente como o atual: descarregou sobre a população a sua animosidade política contra o Governo estadual. E, antes da fusão, Brasília decidiu, de cima para baixo, pela conveniência de reunir num único Estado duas unidades políticas de feições próprias e desníveis notórios que reclamavam maiores estudos e, principalmente, a adesão da sociedade para garantir a legitimidade da iniciativa política.

Na falta de convicção democrática, o autoritarismo – no governo imperial e autossuficiente do Presidente Geisel – arrancou do Congresso a aprovação do projeto de fusão e promoveu recursos para viabilizar a experiência. Não havia, porém, estudos objetivos nem ânimo democrático, mas apenas um capricho geopolítico. A interventoria federal no novo Estado do Rio fez a parte formal da fusão, restrita ao plano administrativo; politicamente, porém, o constrangimento autoritário inibiu a própria etapa política: autoritarismo e Constituinte são rigorosamente incompatíveis.

Do ponto de vista econômico – razão de ser da fusão – nada foi feito nem poderia ter sido começado em tão curto tempo. Nem o prazo de dez anos para se integrarem – política e administrativamente, econômica e socialmente – a Guanabara e o Estado do Rio constou do projeto. Nenhum compromisso, portanto. Pouco depois, o Planalto deu por encerrada a missão e entregou o Rio à própria sorte de seus míseros recursos que a fusão reduziu, pois aumentou de muito as despesas dos dois Estados e não melhorou a arrecadação conjunta. A União nada perdeu: a sua parte do **bolo**, por sinal a maior, vai e fica.

O símbolo mais contundente desse federativo desprezo de Brasília pelo Rio é o projeto do metrô, praticamente imposto. Antes nem depois da fusão, o Rio tinha condições de lançar-se ao projeto. O Planalto, no entanto, deu de presente ao Rio as obras do metrô que, mesmo



antes de terminadas, erigiram uma descomunal dívida subterrânea em homenagem ao autoritarismo politicamente irresponsável.

A população não foi ouvida para a fusão e o metrô ficou subentendido como reparação material pela violência política. O metrô ficou incompleto, mas a dívida é completa. O Planalto lavou as mãos. Não há novidade na discriminação política atual desde o dia em que a sede do Governo se transferiu para Brasília.

A ideia de saquear o Rio dos bens materiais e culturais acumulados dá a sensação de poder provinciano às cabeças dos burocratas ressentidos. Há poucos dias, anunciou-se, por um balão de ensaio, o estudo para a próxima transferência da sede da Eletrobrás para Brasília. Que diferença fará, seja para gerar ou para transmitir energia elétrica, a mudança para Brasília? Congestionará ainda mais Brasília e retirará do Rio a sede de uma empresa que pode ser operada de qualquer lugar do País – e, portanto, do Rio mesmo atender às necessidades do sistema.

A discriminação federal no Rio é impiedosa e a Nova República não inovou. Pelo contrário, mantém a tradição e a incapacidade de entender o erro político que comete: primeiro por honrar o descumprimento das promessas federais com a fusão; segundo pela insensibilidade de desferrar-se provincianamente sobre a população, na mesma oportunidade que libera 300 bilhões para o metrô de São Paulo e 662 bilhões para o projeto dos ônibus elétricos paulistanos. Mais do que injustiça: é um erro.

\* \* \*

## O Meu Depoimento

O desinteresse, o menosprezo e as procrastinações do Governo Federal, que se revelam nos procedimentos do BNDES e, agora verberados neste editorial do JB, constituem apenas uma parte do que tem sido a política discriminatória das autoridades da União para com o Governo e o povo do Rio de Janeiro. Uma ponta, tão-somente, de um imenso **iceberg**.

Nada mudou, a rigor, em termos de decisão, com o atual Governo. A única mudança foi a de métodos. O regime anterior enclausurava-se, envolto em seus mistérios. As autoridades atuais (PMDB-PFL) conversam, mas inventam mil alegações e exigências, arrastando-se os assuntos de tal forma que só um neófito deixa de constatar a intenção de que nada querem resolver.

Tenho ressaltado o Presidente Sarney, pessoalmente. Todos os nossos problemas foram colocados em suas mãos. Ainda recentemente, em sua última visita ao Rio, manifestou-me sua contrariedade quando lhe informei da inexistência de soluções sobre alguns assuntos que haviam merecido seu acolhimento. Disse-me que, quando muito, só tivemos justificativas pueris e inaceitáveis. Passei às suas mãos uma coletânea completa de notas, com resumos de todos os problemas pendentes de solução. Sem desconhecer as dificuldades da época, nunca deixei de encarecer ao Presidente da República esta situação de injustiça e discriminação que se vem perpetrando contra o Rio de Janeiro.

**BNDES** – O que vem se passando no BNDES, quanto aos assuntos do Rio de Janeiro, atinge as raias do inacreditável. Até uma criança compreenderia que o banco vem sendo instruído para nada resolver, mesmo quando nossos assuntos são aprovados e recomendados pelos órgãos técnicos daquele estabelecimento. Quando pensávamos que os nossos projetos deveriam ser decididos, começava uma espécie de diálogo de surdos. Sempre novas exigências ou desculpas esfarrapadas. Enquanto isso, os créditos iam sendo concedidos e liberados para outros destinatários. Principalmente nos últimos tempos, quando o banco passou praticamente ao controle do Governo de São Paulo. Alega, neste momento, o filho do Governador Montoro, atual manda-chuva do BNDES, que o nosso Estado está em atraso com o banco. Ora, convenhamos, trata-se de um banco do Poder Público, em que a população do Rio de Janeiro é

sócia, em mais de 20%, de seus recursos. Tinha o Governo Federal a obrigação de aceitar os nossos reiterados pedidos de consolidação e novos prazos para o resgate de nossas dívidas. Eram os compromissos do Metrô: empreendimento federal, cujos encargos foram impostos, em plena ditadura, à comunidade local. E, sobretudo, porque temos suportado encargos paralelos inadmissíveis, no mesmo setor. Aquelas supostas razões nunca passaram de simples escusas, porque se sabe que outros mutuários inadimplentes, públicos e privados, têm recebido tratamento diverso. Os direitos do povo do Rio de Janeiro no BNDES, doravante, serão discutidos diretamente com o Sr. Presidente da República.

**Números estarrecedores** – Pasmem os leitores com os seguintes números, consequência trágica dos comprometimentos a que se submeteram os governos anteriores, sob a batuta do regime autoritário:

**1** – Envolveram o Banerj no metrô como avalista. E o Banco do Estado, sem alternativa, para não ser executado por bancos estrangeiros e nacionais, vem honrando esses compromissos. Paga, o Banerj, 18 bilhões<sup>37</sup> por mês, de empréstimos não resgatados pelo Metrô. Até este mês, o Banerj já honrou esses avais, em cruzeiros de hoje, no montante gigantesco de 1 trilhão e 490 bilhões de cruzeiros. Qual o banco privado que não estaria em bancarota, com um prejuízo desse vulto? Estivesse o Banerj funcionando livre desse ônus – tal o êxito com que vem sendo administrado – nem mesmo o Bradesco, na região, competiria com ele. Acrescentem-se ainda, mais 170 bilhões honrados pelo BD-Rio, também para o Metrô.

**2** – O Tesouro do Estado assumiu enormes dívidas em moeda estrangeira e com o BNH. Vem cumprindo os respectivos vencimentos, que totalizam 13,3 bilhões por mês.

**3** – O Tesouro do Estado entrega ao Metrô, de sua arrecadação de impostos, para cobrir o déficit operacional, em cruzeiros de hoje, 20 bilhões por mês. O Metrô transporta atualmente 320 mil passageiros por dia. Sua arrecadação, mais os 20 bilhões mensais que o Estado lhe transfere, destina-se tão-somente ao seu funcionamento. Com todos esses recursos, o Metrô não compra sequer um parafuso para sua manutenção. Vejam, então. Somando-se as transferências do Estado e o que paga o Banerj e, ainda, os pagamentos que o Estado vem fazendo dos empréstimos, verificamos que o Governo do Rio de Janeiro despende – dinheiro vivo – 51,3 bilhões por mês com o Metrô. Isto, sem contar com a receita das passagens. Simplesmente, cobertura do déficit operacional e encargos inevitáveis. E como o Metrô trabalha 23 dias por mês, chega-se a este número estarrecedor, de que o Estado vem gastando com o Metrô 2,2 bilhões por dia (!); dinheiro precioso que nos falta para o incremento das atividades econômicas da região e, principalmente, porque esses recursos são retirados do bem-estar e dos serviços públicos indispensáveis à nossa população. A cada passageiro que embarca no Metrô, o Tesouro do Estado contribui com 7 mil cruzeiros. Quem são os responsáveis, quem se omitiu quando poderia protestar contra a imposição deste quadro de injustiças e de espoliação do povo do Rio de Janeiro? Na hora em que o Governo autoritário decidiu pela construção do Metrô, por que não se realizou aqui uma discussão ampla e viva sobre essas graves questões e compromissos finalmente impostos à comunidade local? Em toda parte do mundo, os sistemas de metrô são construídos com recursos orçamentários e financiamentos, também a fundo perdido.

**Deserto de homens e de ideias** – Enquanto tudo isso se passa, assistimos, diariamente, ao desfile dos candidatos à Prefeitura do Rio de

37 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 6840

Janeiro. Predominam os insultos, a violência de linguagem, os ataques insólitos, os comentários pueris e irresponsáveis, a superficialidade, o exibicionismo, as afirmações mais ridículas e histriônicas. Em muitos casos, são verdadeiras agressões aos valores e aos sentimentos da população entrando pelo recesso dos lares. Pior ainda, quando deixam à evidência os mais grosseiros desrespeitos à verdade, pouco lhes importando a difusão irresponsável de ofensas e conceitos infamantes. Não perdem, todavia, por esperar. Um a um – essas diatribes e esses ataques que dirigem ao Governo do Rio de Janeiro e a mim, pessoalmente – terá a resposta que merece. Os candidatos que vêm respeitando a população, com os dias, sentirão o retorno de seu construtivo desempenho. Pode-se afirmar, sem nenhum espírito de facção, que a conduta do senador Saturnino vem se caracterizando por uma linha de seriedade e correção, que, sem dúvida, é o que corresponde ao alto nível de consciência política do povo do Rio de Janeiro. Façam quantas pesquisas quiserem, façam quantos malabarismos de publicidade

puderem, ninguém conseguirá, ainda mais com inverdades e artifícios, alterar o que o nosso povo tem em sua consciência. Pois, ele sabe, como ninguém, os que são e sempre têm sido a favor de seus direitos e interesses.

**3 trilhões** – Nem tudo, porém, são más notícias: todos sabem que as Cadernetas de Poupança viveram certo desgaste ultimamente, inclusive as dos maiores bancos. Pois, neste momento, temos o conforto de divulgar que a Caderneta do Banerj acaba de atingir a portentosa soma de 3 trilhões de cruzeiros em depósitos populares. E o que quer dizer tudo isto, senão a confiança de nosso povo numa instituição que lhe oferece segurança e responsabilidade?

**The Yomiuri Shimbun** – Enquanto a inveja campeia solta, procurando desmerecer este autêntico módulo de educação que surge em nosso País – os CIEPs –, um grande jornal do Japão acaba de publicar uma expressiva matéria, com fotografias e tudo, sobre o programa dos Centros Integrados de Educação Pública do Rio de Janeiro.

# BNDES nega crédito ao Rio, mas financia inadimplente.

(Transcrito do Relatório Reservado, 980 – Rio, 23 a 29 de setembro de 1985)

As críticas do governador Leonel Brizola e do Secretário da Fazenda contra a atuação do presidente interino do BNDES, André Franco Montoro Filho, a quem acusam de estar utilizando politicamente o banco para boicotar o governo do Rio de Janeiro, têm fundamento, segundo documento a que o **Relatório Reservado** obteve acesso. Caso utilizasse os mesmos critérios que vem aplicando em relação ao Rio de Janeiro, o banco não poderia fazer empréstimos a Goiás, Alagoas, Maranhão, Ceará, Bahia, Mato Grosso, Acre, Pará, Amazonas e ao próprio Estado de São Paulo – governado pelo pai do atual Presidente do BNDES. A razão é simples: todos eles estão inadimplentes com o banco, a exemplo do Rio de Janeiro, que possui uma dívida pendente de Cr\$ 300 bilhões<sup>38</sup>.

André Franco Montoro Filho vem procurando esconder essa realidade e chegou a declarar, na última sexta-feira, que “o banco liberou empréstimos para São Paulo, porque esse Estado – a exemplo de Goiás e outros – não tem nenhuma dívida pendente com o BNDES”. Um documento do próprio banco, em que estão relacionados os tomadores de empréstimos com pagamentos em atraso até 31 de agosto último, revela que São Paulo e Goiás não estão com suas

contas em dia. O Departamento Hidroviário do Estado de São Paulo está inadimplente desde fevereiro de 1983 e seu débito em atraso atinge atualmente Cr\$ 3,99 bilhões. Apesar disso, o Estado recebeu Cr\$ 1,5 trilhão do banco nos sete primeiros meses do ano. E um dos empréstimos é destinado à conclusão da Hidrovia Tietê-Paraná.

## Presença constante

Quanto ao Estado de Goiás, é um devedor que aparece com incômoda frequência na lista de inadimplentes do BNDES. A Companhia Distrito Industrial de Goiás está em atraso desde setembro de 83 e seu débito atingia em agosto Cr\$ 7 bilhões. O Banco de Desenvolvimento de Goiás não paga ao BNDES desde maio deste ano e já acumulou atrasos de Cr\$ 4 bilhões, e o próprio Estado de Goiás tem um débito pendente desde fevereiro de 82 no valor de Cr\$ 2,5 bilhões. Outro empréstimo do Estado de Goiás está pendente desde julho de 83 e seu valor já chega a Cr\$ 143 bilhões (ver tabela).

### Devedores do BNDES

Empresa	Inadimplente desde:	Valor (em Cr\$ milhões)
Cia. Distrito Industrial de Goiás	Setembro de 83	7.000
DER – Bahia	Abril de 85	4.600
Estado de Mato Grosso	Maior de 85	679
Município de Salvador	Setembro de 83	18.100
Urbanização de Curitiba	Junho de 84	8.200
DER – Amazonas	Janeiro de 82	2.600
Departamento Hidroviário de SP	Fevereiro de 83	3.990
BD – Goiás	Maior de 85	4.000
Estado de Alagoas	Janeiro de 85	186
Estado de Goiás	Fevereiro de 82	2.500
Estado do Maranhão	Fevereiro de 84	3.500
DER – Ceará	Junho de 85	422

38 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 6840

DER - Acre	Julho de 85	352
DER - Maranhão	Abril de 85	2.300
DER - Mato Grosso	Mai de 85	1.100
DER - Pará	Julho de 85	1.700
Estado de Alagoas	Mai de 85	933
Estado de Goiás	Julho de 83	143.000

**Dados para 31 de agosto de 85**

Para tentar comprovar que o Rio de Janeiro não está sendo discriminado pelo BNDES, o presidente interino apresentou dados mostrando que o Estado administrado por Brizola foi o que mais recebeu recursos, depois de São Paulo, este ano, num total de Cr\$ 1,2 trilhão de janeiro a julho. Há um detalhe, porém: desse total, Cr\$ 852 bilhões beneficiaram os estaleiros – que são empresas privadas. E dos Cr\$ 375 bilhões restantes, o governo do Estado não colocou a mão em um tostão, pois mesmo para os projetos já aprovados pelo banco (como a ligação hidroviária Praça XV-São Gonçalo) os recursos não foram liberados.

Além disso, enquanto procuram aplicar critérios rigorosos em relação aos aspectos sociais dos projetos encaminhados pelo governo do Rio de Janeiro, o banco não parece ter a mesma preocupação com São Paulo. Prova disso é que a comissão de prioridades do BNDES já aprovou a concessão de Cr\$ 2,4 trilhões (em reunião realizada dia 5 de junho) para “renovar” os interiores de oito aeronaves Boeing 737-200, pertencentes à Vasp (empresa controlada pelo governo de São Paulo). Já a ligação hidroviária Praça XV-Ilha do Governador não foi aprovada, apesar de proporcionar uma significativa economia de combustível e permitir aos usuários um transporte a preços muito mais baixos que os que pagam atualmente para viajar de ônibus.

A influência dominante de São Paulo na condução dos negócios do BNDES já atingiu, também, a área de comunicação social. Na Velha República, a agência de publicidade que trabalhava para o banco era a Professora – controlada por um coronel que tinha fortes ligações

com o ministro Delfim Netto. A Professora era regamente paga para, pura e simplesmente, colocar nos jornais matérias elaboradas pela assessoria de imprensa do banco.

Para substituí-la, André Franco Montoro Filho escolheu, sem fazer licitação, a agência paulista Adag, que não tem sequer escritórios no Rio, mas já começou a trabalhar para o banco, antes mesmo de o contrato estar assinado. Um detalhe curioso: a Adag trabalhou de graça para Franco Montoro, durante sua campanha para governador em 1982.

**Discriminação e politicagem**

Aí têm o povo do Rio de Janeiro e a opinião pública do País os dados necessários ao seu julgamento. O BNDES, uma das principais agências financeiras do Governo Federal, está entregue ao jogo baixo e cínico da politicagem. Até hoje, portanto, há mais de 30 meses, o Governo do Rio de Janeiro nada obteve daquele órgão, a não ser cobranças, exigências e delongas. A esta altura, o que cumpre ao Poder Público de nosso Estado é representar junto a Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, contra os atuais dirigentes do BNDES em função desse injustificável procedimento, lesivo e discriminatório para com a nossa população.

**Barcas para a Ilha do Governador** – O acesso à Ilha do Governador sempre foi problemático, por depender integralmente da Ponte do Galeão. O projeto de ligação por barcas constituiria um grande alívio para a população daquela área e, desde o começo, a atual Administração vinha tentando obter recursos para sua realização. O BNDES descartou esta possibilidade, por entender que não havia maior interesse social (!). O projeto das barcas para São Gonçalo foi aceito em princípio (1983). A partir daí, iniciaram-se as delongas, os cortes e as sucessivas exigências. Recentemente, disseram que está aprovado, mas, com novos e insólitos trâmites protelatórios (Banco Central, Presidência da República, Senado Federal e depois outros vão

surgir). Se fosse para o Governador Montoro, sairia na hora, com adiantamento e tudo. Finalmente, fruto de nosso esforço de saneamento financeiro, pudemos reunir os 52,5 bilhões de cruzeiros necessários às obras e à compra de barcas para a Ilha do Governador. As obras começam em outubro e, já no início de 1986, estaremos transportando 25.000 passageiros por dia (Praça XV-Cocotá).

\* \* \*

**Carta de Oscar Niemeyer sobre os CIEPs** – “Começarei dizendo se tratar de um projeto revolucionário, sob o ponto de vista educacional. Escolas que não visam apenas – como as antigas – a instruir seus alunos, mas, sim, a dar um apoio efetivo a todas as crianças do bairro. E isto explica serem, no térreo, para elas aberto nos sábados e domingos: ginásio, gabinete médico, dentário, biblioteca etc. Daí a dificuldade de se utilizar as velhas escolas – vão sendo remodeladas – pois não foram projetadas para este programa. Por outro lado, os CIEPs não representam custo vultoso, nem são faraônicos, para usar um termo do agrado da mediocridade inevitável. Obedecem a um programa e não existe mágica em matéria de construção. Pré-fabricados, eles constituem uma economia de 30% em relação às construções de tipo comum e mais econômico ainda se tornaram por serem de construção rápida, quatro meses, o que é fácil verificar tendo em conta o aumento crescente de materiais, da mão de obra etc. Adaptam-se a qualquer lugar, junto às

favelas inclusive, o que, sem dúvida, é importante, permitindo que os filhos dos favelados sintam que o mesmo conforto lhes é oferecido, sem a discriminação odiosa que mais tarde, e por enquanto, a vida lhes vai impor. E são simples, lógicos, destacando-se pela sua forma diferente nos setores mais diversos da cidade, revelando, assim a grandeza do programa adotado pelo Governador Leonel Brizola que, por isto mesmo, parece não agradar a muita gente. Mas não são apenas estes aspectos, fáceis de explicar, que me levaram a este pequeno texto. Revolta-me, principalmente, a desenvoltura com que alguns comentam o programa educativo dos CIEPs, sem levar em conta a presença de Darcy Ribeiro – sua autoridade internacional no campo da educação, convidado constantemente para organizar o ensino em países do novo e do velho mundo. E esta revolta cresce quando sinto que a maioria desses críticos nada entende dos problemas educacionais, limitando-se a opiniões já superadas, fáceis de contestar e definir. Agora, a campanha contra os CIEPs se multiplica quando alguns candidatos à Prefeitura do Rio de Janeiro, ligando-se às correntes mais reacionárias do país, dela passam a participar como se nada tivesse a dizer ao povo sobre os seus próprios programas de governo. A tudo isso, o carioca assiste; mas, em cada CIEP que surge, uma nova resposta aparece, a contradizer os que insistem em combatê-los”.

## Falta de seriedade

A população do Rio de Janeiro destaca-se, no conjunto da vida do País, pela sua lucidez e senso de julgamento. Adquiriu, em função de experiências vividas, um alto nível de consciência política. Não se deixa manipular, nem mesmo pelos mais poderosos e sofisticados meios e técnicas de comunicação, ainda quando utilizem ao máximo o jogo das imagens coloridas e depoimentos pré-fabricados. O que ocorreu nas eleições de 82 ilustra cabalmente estas afirmativas.

Nesta campanha para a Prefeitura, a população vem assistindo aos ataques mais baixos e grosseiros; à mais despuddorada demagogia contra o Poder Público e contra mim, pessoalmente, por parte de alguns candidatos. Repetem, dias e dias, os mesmos insultos e provocações. Sabemos a que “senhores” eles pretendem agradar. Pensam que não podem ser desmascarados. Lutam por amealhar votos da direita mórbida, que aqui sempre existiu e que deve regozijar-se com o que ouve desses personagens. Procuram, também, agradar a alguns áulicos de Brasília, da Velha e da Nova República (mesma farinha, de sacos diferentes).

Repelir essas práticas e contestar ao pé da letra os nossos pretensos acusadores tornou-se uma necessidade irrecusável. Pois, um governante legítimo, quando tolera o achincalhe ou se omite ante acusações inverídicas, desmerece o mandato que o povo lhe conferiu. Porque, afinal, quando uma autoridade se deixa desacreditar injustamente é o próprio interesse público o mais atingido.

Vejam os leitores. Três candidatos vêm difundindo, sistematicamente, os mais insólitos comentários, as mais torpes maledicências, e até insultos e difamações, pretendendo com isso desacreditar a Administração de nosso

Estado e a mim, pessoalmente: dois deles, governistas, unguídos pelo oficialismo federal, Jorge Leite (PMDB chaguista) e Medina (PDS, agora PFL); e um terceiro, Heitor Furtado (PDS malufista). Observem que penca. A maioria da população tem todos os elementos para avaliar a credibilidade de cada um deles. Mas é preciso esclarecer aos jovens e aos desinformados. Pois, mesmo a um irresponsável, não se pode permitir a licenciosidade de aí estar numa rede de rádio e televisão afirmando e repetindo verdades, impunemente. Em defesa do interesse público, vamos, pois, questionar essas imposturas. Em nome, também, de nosso direito de resposta. Antes de tudo, cumpre identificá-los, isto é, deixar bem claro o que realmente representam e a ausência de autoridade moral de cada um deles.

**1. Jorge Leite** – Chaguista típico e confesso. Herdeiro e beneficiário da máquina chaguista. Sua candidatura representa a tentativa de restauração de práticas que a população já condenou: dilapidação dos dinheiros públicos; condomínio da politicagem na Administração; o mais vergonhoso empreguismo; degradação de todas as normas da vida pública; abandono das escolas e do professorado, hospitais e serviços de assistência à população para dar lugar ao comprometimento com grupos e empresas, sem nenhum critério e espírito público. Afirmou a intenção de interromper a construção dos CIEPs, em troca de promessas que o chaguismo jamais cumpriu em oito anos de Governo. Quem se propõe a fazer este mal às nossas crianças, vai me encontrar pela frente.

**2. Medina** – Cúmplice da ditadura. A direita está com ele. Essa faixa minoritária da sociedade, além de intrinsecamente má, egoísta e autoritária, não tem nenhum escrúpulo ou espírito público, por isso, fecha com ele. Deputado do PDS e beneficiário do regime. Só deixou o PDS à última hora, quando o barco já estava afundando. Agora, diz-se do PFL. Estamos levantando a sua atuação, medíocre e ausente, como

deputado federal. Negou seu voto à emenda das diretas. Voltado essencialmente para os interesses da sua empresa de publicidade, nunca se preocupou com os problemas do Estado, muito menos ainda com a situação das populações carentes e faveladas, como agora se apresenta.

**3. Heitor Furtado** – Trata-se de um deputado do PDS malufista. Uma espécie em extinção, que só encontrou seu próprio irmão para companheiro de chapa. Vem do Lacerdismo. Utiliza sistematicamente o seu mandato para fazer a demagogia do falso moralismo. Sem nenhum escrúpulo, faz afirmações mentirosas como as que está difundindo na televisão. Escuda-se nas imunidades parlamentares. Na Assembleia é considerado um leviano e irresponsável. Tudo o que está dizendo na tevê é inverdade. A Comissão de Inquérito a que se refere não apurou nada contra o nosso Governo, como pode atestar a Presidência do Poder Legislativo. Não há desaparecimento algum de dinheiro público, nem na Passarela nem no Metrô ou em qualquer órgão da Administração. A população sabe que, quando ocorre alguma irregularidade, caímos em cima de seus responsáveis. Quem acusa deve responder pelo ônus da prova, e isto ele não consegue fazer, como ficará demonstrado no processo judicial a que passou a responder, como réu.

Por ora, ficamos por aqui.

\* \* \*

**Rio injustiçado** – Desde que assumi o Governo do Estado, iniciou-se uma verdadeira campanha visando desgastar a minha Administração, mas que só vem conseguindo degradar e desmerecer o Rio de Janeiro. E por parte de quem? Justamente por aqueles que, nesses 20 anos apoiaram a ditadura, responsável maior pela deterioração das condições de vida e dos serviços públicos das grandes cidades brasileiras. Cúmplices da ditadura, nunca reclamaram, tendo tudo para fazê-lo, inclusive em conversas diretas com seus amigos de todos os dias – os poderosos do regime. O

facciosismo tem sido de tal ordem que nada reconhecem. Vivem reclamando um buraco nas ruas, a violência, as deficiências naturais desta cidade, mas silenciam diante da discriminação que se vem fazendo contra o nosso Estado. Compare-se o Rio com São Paulo e outras grandes cidades do País, e vejam qual delas tem mais mendigos nas ruas, mais lixo acumulado, mais camelôs e mais favelas em crescimento, e, sobretudo, mais desemprego. Confortam-nos, pelo menos, muitas opiniões de visitantes ilustres. Agora mesmo, com o Congresso Mundial de Municípios, pudemos registrar algumas delas. Autoridades que conhecem a situação dos grandes centros urbanos do Primeiro, do Segundo e do Terceiro Mundo que, espontaneamente, emitiram suas opiniões. O Administrador de Washington fez questão de gravar para um jornalista suas observações, dizendo-se surpreso com o Rio de Janeiro. E não ficou só na Zona Sul e na orla marítima. Ressaltou a limpeza das ruas e das praias, afirmando inclusive considerar o Rio uma cidade mais bem cuidada que algumas da Costa Leste dos Estados Unidos. O bom seria que essa autoridade aqui tivesse estado ao tempo do chaguismo para fazer uma comparação. **“Royalties”** – Órgãos do Estado, particularmente a Feema, estão mobilizados mais uma vez, juntamente com a Capitania dos Portos, no combate a manchas de óleo nas praias da região dos Lagos. Como se vê, além do caráter predatório e poluidor de atividades indispensáveis como a extração de petróleo, outras graves consequências recaem sobre esta região do Estado, trazendo distorções, problemas de toda ordem, acúmulo de população, exigência de serviços públicos, estradas e tudo o que é fácil de imaginar. Por aí se vê o quanto é urgente uma decisão sobre a participação dos municípios e do Estado nesta riqueza extraída de nossa plataforma e manipulada sobre o território. O Governo do Rio de Janeiro vem apoiando a reivindicação da Marinha de participar deste



benefício para o seu reaparelhamento. O assunto depende do Congresso, mas, essencialmente, do Presidente Sarney. Precisamos marcar com letra de fogo os deputados politiquieiros, sem espírito público, que vêm “amarrando” essa decisão, para que nunca mais voltem a representar o povo fluminense.

**15 fábricas e 2.250 novos empregos no Rio** – Através de um conjunto de medidas adotadas pela Administração Estadual – inclusive a dilatação do prazo para recolhimento do ICM – grandes empresas de outros Estados estão transferindo suas unidades industriais para o Rio de Janeiro. Nos últimos 20 meses, vieram para nosso Estado 15 grandes empresas que estão gerando cerca de 2.250 empregos e uma arrecadação adicional de ICM ao redor de 30 bilhões de cruzeiros. Junto à Secretaria de Fazenda, atuam nesse trabalho a CODIN, que tem vasta experiência em realocização de empresas, procurando em seus distritos industriais o lugar mais adequado para a implantação das novas unidades industriais; o BD-RIO e o Banerj, criando facilidades e incentivos para empresas que participem dos setores básicos da economia e que vêm contribuir para a riqueza e desenvolvimento do Estado. Além das proximidades do mercado consumidor e do apoio do

atual Governo, estas empresas buscam a mão de obra especializada que o Rio de Janeiro oferece.

**Morro do Borel** – O Governo do Estado iniciou ontem (28 de setembro), a entrega de 1.954 títulos de propriedade, no Morro do Borel. Estamos, assim, através do Programa “Cada Família Um Lote”, beneficiando mais de 12 mil pessoas, de uma comunidade que durante mais de 30 anos enfrentou corajosamente a hostilidade e a indiferença dos poderes públicos. Com a inauguração de uma passarela, construída pela Prefeitura, cruzando a rua São Miguel, até o pé do morro, uma antiga reivindicação dos moradores do Borel foi igualmente atendida.

**Estrada Parati–Cunha** – De há muito, estava nas cogitações do Governo estadual melhorar as ligações do Litoral Sul Fluminense com as demais regiões. A precariedade de meios, aliada à extensão dos problemas da malha rodoviária estadual, nos obrigou, contudo, a adiar uma solução definitiva. O orçamento das obras da estrada Parati–Cunha, feito de forma mais criteriosa, ficava em cerca de 16 bilhões de cruzeiros<sup>39</sup>, numa extensão de 22 quilômetros. Foi com satisfação que pude, finalmente, autorizar a pavimentação da Parati–Cunha. É o Governo estadual cuidando do Interior, como da Capital, com seus próprios recursos.

39 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 7455

## Pretendem constranger a Justiça

Para quem, como eu, sempre cultivou o mais alto preço, o mais irrepreensível respeito pelas prerrogativas e a intangibilidade do Poder Judiciário, não pode deixar de ser chocante a decisão do magistrado que impediu a transmissão, pela tevê, de minhas razões, frente a uma ardilosa manobra publicitária destinada a favorecer certos candidatos e em prejuízo das candidaturas Saturnino-Jó Rezende.

Devo referir-me a este episódio com lealdade e franqueza. Atuei com a consciência de estar rigorosamente dentro da ética e das normas legais. Eis porque, embora com o respeito e o acatamento àquela decisão, se tornou uma exigência irrecusável o recurso ao egrégio Tribunal Regional Eleitoral, pleiteando uma revisão.

Permaneci mais de duas semanas ouvindo em silêncio as maiores agressões, repetidas, diariamente, através das redes de rádio e televisão. Alguns candidatos – ou seus porta-vozes –, muitos deles de dedo em riste, adotaram essa tônica, desde o início das transmissões, de reiterados ataques com as mais desprimorosas referências ao Poder Público e a mim, Governador. Nenhuma crítica fundada, apenas achincalhes, leviandades, invectivas, desmerecimentos. A minha presença na televisão e no rádio tornou-se uma necessidade imperativa. Um governante eleito pela população não pode, em tais circunstâncias, permanecer em silêncio. Com sua omissão, estaria contribuindo para degradar o mandato que o povo lhe conferiu. E, o que é mais grave, estaria permitindo que o interesse público viesse a ser atingido, pois exatamente é o que acontece quando se

estabelece um clima de desconfiança e degradação do Poder Público. E, ainda mais, quando o que se passa, neste momento, é uma grosseira e desabusada demagogia eleitoreira, sem argumentos dignos de respeito, sem nenhuma continência de linguagem.

E quando tudo isso se verifica em plena campanha eleitoral, tornam-se evidentes os objetivos de seus autores. Procuram atingir o Governador e, dessa forma, desconceituar a sua gestão administrativa e, por via indireta, o Partido e seus candidatos. Trata-se, pois, de uma campanha de baixo nível, que não visa a outra coisa senão aos interesses eleitoreiros.

Veja-se, por exemplo, o que vem ocorrendo com este candidato Heitor Furtado. Este candidato já repetiu mais de 25 vezes, nas redes de televisão e rádio, as suas gravações contendo nada mais que insultos e insinuações caluniosas contra o Governador, e continua, até hoje, acintosamente, impunemente, utilizando expressões fraudulentas e artificiosas. Não há relatório nenhum de CPI alguma. Esse caso é mais que insólito: um caluniador contumaz exigindo que o Governador dê explicações sobre calúnias. E tudo isso está invadindo, todos os dias, milhões de lares, agredindo a consciência das famílias, das próprias crianças e adolescentes. Suprema vergonha da vida pública deste País.

No curso dos meus 40 anos de vida pública, nunca me deparei com uma violência de linguagem, contendo tão graves insultos e impropérios contra um Tribunal e os seus juízes, como a que o companheiro de chapa do senhor Medina dirigiu aos membros do egrégio Tribunal Regional Eleitoral. Liberdade de expressão de um jornalista ou de um candidato? Não, rigorosamente não. Trata-se de uma escandalosa licenciosidade. Um abuso sem nome de parte do candidato e porta-voz de toda uma coligação que nem sequer se deu ao trabalho de desautorizá-lo. O que é isso senão uma tentativa de intimidação da Justiça? E as reclamatórias

e comentários de outros candidatos, com a cobertura de que dispõem?

Como se vê, e é o que a população está percebendo, as técnicas adotadas pelos candidatos da direita – que a opinião pública já sabe quais são – com a cobertura de poderosas organizações de publicidade, peritas no jogo de imagens e palavras, são as de intentar, como ocorreu em 1982, com o caso da Proconsult<sup>40</sup>, a intimidação da Justiça Eleitoral, criando um clima de constrangimento e inibições a seus magistrados. Esses métodos, a rigor, não surpreendem mais a ninguém. A direita, arrogante e inescrupulosa, tem uma natureza essencialmente antidemocrática, quer sempre levar tudo de roldão. Considera que a ordem jurídica existe para servir aos seus interesses e privilégios. A única convivência democrática que a direita admite é a da raposa dentro do galinheiro. Essa é a sua democracia.

Nada conseguiram em 1982. Agora, também, nada vão conseguir.

\* \* \*

**Greve de ônibus** – Esta é a nossa prioridade absoluta neste momento. Trabalhamos intensamente para normalizar a situação. Examinamos todas as opções, inclusive a intervenção e a consequente retomada desses serviços públicos concedidos, em função de indisfarçável participação dos empresários na greve, com a finalidade de forçar o aumento de tarifas. Estamos de acordo com a justa antecipação aos trabalhadores, mas não nas condições que os empresários pretendem nos impor.

**Instituto La-Fayette** – Finalmente, sob o patrocínio do governo estadual (Procuradoria-Geral do Estado), chegou-se a uma decisão sobre o Instituto La-Fayette, através da qual a Fundação

Bradesco compromete-se a manter naquele imóvel, permanentemente, um estabelecimento de ensino, com um regime de matrícula aberto à comunidade local, assegurando, nos diversos cursos, gratuidade de ensino em pelo menos 50% das vagas do estabelecimento. O imóvel não poderá ser destinado a outras finalidades. A orientação do atual Governo, como é notório, é a de desenvolver e recuperar os padrões do ensino público e gratuito. Mas as carências e necessidades de assistência e educação às nossas crianças são tão grandes que seria uma insensatez deixar de estimular e assistir o ensino privado, sempre que tenha uma natureza democrática e uma razoável margem de gratuidade.

**Leite nas escolas** – Estamos atingindo a marca dos 100 mil litros diários de leite B, distribuídos regularmente a 511.720 crianças, através de 1.050 escolas da capital e do interior – elemento substancial, integrante do nosso programa de alimentação nas escolas. Esta enorme quantidade de leite é entregue nos colégios, todos os dias, diretamente pelas cooperativas, e vem dando sustentação e desenvolvimento a um importante setor da produção agropecuária do Rio de Janeiro. Tanto que nossa mensagem aos produtores de leite localizados dentro das fronteiras do Rio de Janeiro é esta: produzam leite, o máximo que puderem, leite B ou comum, que o Estado comprará o excesso de produção, como vem ocorrendo.

**100 milhões de pés de café** – A partir desta semana, os plantadores de café da região produtora podem habilitar-se na Carteira Agrícola do Banerj. Condições: 100 mil covas; área limite de 66 hectares; crédito máximo de 400 milhões<sup>41</sup>; correção mais 3% de juros ao ano; seis anos de

40 Proconsult é como ficou conhecida a tentativa, em 1982, de se fraudar as eleições no Rio. Esta foi a primeira experiência de informatização em eleições brasileiras. A empresa Proconsult – que desenvolveu e executou o programa de computador para a totalização de votos daquela eleição, no Rio de Janeiro – criou o chamado ‘diferencial delta’: tirava votos de Brizola na Baixada Fluminense e na Zona Oeste do Rio (principais regiões de voto brizolista) e os convertia para brancos e nulos, o que beneficiava o principal opositor, Moreira Franco, que era o candidato do governo militar.

41 Para converter cruzeiro em dólar, dívida por 8050

prazo, em parcelas vencíveis a partir da primeira colheita, isto é, no 3º ano da implantação. Trata-se de um projeto que visa ao plantio de 100 milhões de cafeeiros no Rio de Janeiro, nos próximos cinco anos, prevendo investimentos de Cr\$ 400 bilhões e prioridade para os pequenos produtores. Este projeto decorreu de um convênio entre o Banerj e o Instituto Brasileiro do Café, assinado no dia 3 deste mês, visando a revitalizar a cafeicultura em nosso Estado. Criaremos, com isto, uma verdadeira frente de trabalho no interior, já no primeiro ano, com mais 1.500 novos empregos diretos.

**Sangue** – Dando sequência aos esforços para acabar com o comércio de sangue humano, enviamos projeto ao Legislativo alterando os objetivos sociais do Instituto Vital Brazil, permitindo a fabricação de medicamentos e outros produtos derivados do sangue para fornecimento a

órgãos de saúde do Estado, do Município e do âmbito federal, bem como ao consumo através dos hospitais e entidades privadas. O projeto autoriza, ainda, o Instituto Vital Brazil a realizar, promover estudos e pesquisas nos campos farmacêutico, biológico, econômico e social, visando à melhoria das condições de produção, controle de doenças; e da organização e utilização dos serviços de saúde, assim como a realizar serviços de diagnóstico, laboratório e epidemiologia para desenvolver programas de controle de doenças, além de outras atribuições como a formação de quadros técnicos para a saúde pública e a realização de convênios com entidades públicas privadas, visando a prestação de consultorias, serviços e projetos especiais na área da saúde. Ao Vital Brazil estão sendo destinados os recursos necessários às suas novas responsabilidades.

## O que é o PDT?

Quem quiser saber e compreender o que somos (PDT – Trabalhismo e Socialismo Democrático) e o que seremos, pode elucidar-se fazendo uma analogia entre estes tempos em que vivemos e os últimos tempos da Monarquia. Somos um movimento político-social que, ao definir sua doutrina, seu programa e questionar o futuro, assume, antes de tudo, uma consciência em relação à História e à formação de nosso povo e de nosso País.

Como os republicanos na década de 1880, nós – trabalhistas e socialistas –, um século depois, conscientes das realidades que nos envolvem, cultivamos uma visão estratégica e global sobre os destinos da Nação brasileira. Nossas raízes e fontes de inspiração se nutrem na própria história e formação de nosso povo, particularmente em suas lutas sociais e libertárias.

Somos hoje uma nova etapa, um novo patamar – mais lúcido e qualitativo – das mesmas lutas que vêm de longe. Somos a continuidade da História, como o foram os republicanos dos anos 80. O trabalhismo foi o movimento que unificou, pela primeira vez em nossa história, o povo trabalhador, que é a sua base social, e a imensa maioria da população brasileira: dos marginalizados às classes médias e aos profissionais e pequenos e médios empresários, do campo e das cidades. Evoluiu empiricamente, contando com quadros políticos que o período histórico lhe permitiu. Por ser o trabalhismo um movimento essencialmente social e de natureza democrática, é que afirmamos ser o trabalhismo a própria raiz brasileira do socialismo em liberdade.

O futuro próximo demonstrará que a causa da democracia socialista, como a da República no fim do século passado, representa o novo em nosso País e na América Latina, isto é,

um regime democrático pluralista, sob a égide do Estado de Direito, com a hegemonia de um partido socialista, democrático, como instrumento da vontade nacional. Queremos ser, com o socialismo democrático, os construtores desta nova época, de justiça e oportunidades para nosso povo e de afirmação dos interesses nacionais.

Somos protagonistas, pois, de um processo dentro do qual – ombro a ombro com o nosso povo –, procedemos à construção e ao ajustamento de uma plataforma que venha expressar concretamente, neste período histórico, os anseios e direitos do povo brasileiro e, por conseguinte, os reais interesses da Nação. Os conservadores (PDS) nada mais têm a oferecer a este País, depois do desastre destes vinte anos. Pouco devemos esperar do chamado liberalismo brasileiro (PMDB e PFL), que é liberal, politicamente, quando está na oposição; bastando, porém, chegar ao governo para tornar-se conservador, dado que tem esta natureza no econômico e no social. Esgota-se em função de suas contradições e irracionalidades. A esperança, o novo para o povo brasileiro, daqui para frente, será o socialismo em liberdade, que nada tem a ver com estatismo autoritário, de esquerda ou de direita, como o que nos legou aqui uma ditadura capitalista.

Também no fim da monarquia estava o Brasil submetido a um modelo econômico exportador, controlado por uma minoria em cumplicidade com as finanças e interesses internacionais; grandes empréstimos de bancos estrangeiros, tudo funcionando com base na exploração humana, através da escravatura. Uma estrutura de força, poder e privilégios sustentava esse modelo: o chamado autoritarismo monárquico. Perifericamente, funcionava a ordem política e parlamentar de suas elites, manejando com requintes de inteligência uma retórica democrática. Dois grandes partidos dominavam a cena política: o Partido Conservador, majoritário, apoiando o governo; e o Partido

Liberal, na oposição, porém sem ultrapassar as instituições fundamentais do regime. Os dois partidos sustentavam, ostensiva ou sub-repticiamente, o modelo econômico, a escravatura e a monarquia. A situação era muito parecida com a de hoje. Dívida externa e dependência. As exigências vinham de fora, como hoje do FMI. A escravidão era insustentável, como o é hoje a situação de miséria que se abate sobre a maioria do povo brasileiro. Os grandes políticos da época discutiam a crise à luz das últimas teorias que vinham das nações poderosas. O Partido Conservador, desgastado, com muitos dissidentes, passando para a oposição. O Partido Liberal, fortalecido, em marcha para o poder, propondo mudanças: as chamadas reformas democráticas. Os republicanos – reunidos em um pequeno partido, apenas organizado nos principais centros – praticamente não conseguiam espaços, tal a retórica dos liberais na oposição, que muitas vezes parecia mais republicana que a dos próprios republicanos. Estes denunciavam, com lógica, o empirismo e a irracionalidade das propostas liberais, demonstrando que não era possível democratizar mantendo-se a escravidão, a monarquia e o seu modelo econômico. Só a ascensão dos liberais ao governo é que veio esclarecer o cidadão comum, agora diante da lógica dos fatos. Mantida a monarquia e a escravatura, os liberais e dissidentes conservadores fizeram no governo exatamente o que antes condenaram na oposição.

A partir da ascensão dos liberais ao governo é que tomou corpo, pelo Brasil inteiro, a causa da República e da Abolição. E a Nação foi se inundando de consciências esclarecidas.

Como os propagandistas e precursores da República, afirmamos que os nossos caminhos são pacíficos e os nossos métodos os democráticos; que não nos deteremos, porém, frente a circunstância alguma, a não ser ante o sacrifício inútil. O povo brasileiro não quer saber de aventuras. Se quisermos ser dignos dele, devemos nos dedicar, já e agora, às tarefas de ampla organização e desenvolvimento do partido em todo o território nacional. Tudo o mais é imediatismo. Em nossa caminhada, poderemos fazer alianças e entendimentos à nossa esquerda e à nossa direita, desde que não representem contradições fundamentais ou atinjam nossos princípios.

Agora mesmo, frente ao governo liberal e conservador que se instaura no País – como consequência da saída das multidões às ruas reclamando eleições diretas para o governo do País –, a nossa posição não pode ser outra senão a da independência crítica.

Sem pactuarmos com acomodações, muito menos com qualquer gênero de apoio servil, não deixaremos de colaborar – com a mais nobre das intenções –, sempre que estiver em causa o interesse público. Questionar o futuro, tendo em vista os surpreendentes planos da Nova Situação de afastar o povo brasileiro das decisões, é o nosso dever mais imediato.

# O incêndio do Edifício Andorinhas

A população se deu conta da exploração maldosa e perversa, com claros objetivos político-eleitorais, que as cassandras de sempre procuraram fazer nestes dias contra o meu Governo. Aproveitaram-se, inescrupulosamente, da ocorrência de uma tragédia, dolorosa e triste – que comoveu e consternou a todos – para fazer política baixa, fria e calculista.

Enquanto as vítimas do sinistro padeciam em suas infinitas dores e sofrimentos e a cidade inteira enchia-se de preocupação e estupor, alguns indivíduos perversos já elaboravam e punham em prática aqueles pérfidos desígnios: “fixar e interpretar, exaustivamente, detalhe por detalhe; verdade ou mentira, não importa. E vamos jogar todas as culpas sobre o Leonel Brizola”. Esses indivíduos, mentes obscurecidas pelo preconceito e pelo rancor, fundamentam-se num erro primário: o de que o povo é incapaz de racionar. Vão colher, como em outras vezes e tentativas, os frutos amargos que merecem. A população despreza os que tentam manipulá-la. O senso coletivo é mais forte que qualquer onda de injustiça, por mais aplastante que seja. O julgamento do povo é sempre honrado, honesto e justo. O que ocorreu com o regime ilustra de forma peremptória esta grande verdade: apoiado que foi pelos mais potentes e avassaladores meios de comunicação, durante 20 anos, não conseguiu senão fazer crescer o desprezo e o sentimento de oposição do povo brasileiro.

Em lugar da solidariedade e da ajuda mútua, da união e do esforço comum diante do infortúnio, o que disseram e repetiram, com

intensidade de escândalo e a permanente preocupação de nos inculpar pela tragédia que sacrificava tantas vidas humanas?

Poderosos sistemas de comunicação reiteraram, por vários dias, em suas manchetes e editoriais: “Penúria do Corpo de Bombeiros”, “Exibição de insuficiências”, “Omissão e desídia do Governo”, “Negligência com o empréstimo de US\$ 20 milhões”, “Para onde vai a Taxa de Incêndio?”, “Hidrantes secos”, “Escadas que não alcançam e não funcionam”, “Por que tantos CIEPs?”, “Bombeiros destreinados”, “Mangueiras furadas e imprestáveis”... Espaços e espaços, para todo e qualquer irresponsável fazer comentários acusatórios, sem nenhum conhecimento de causa. Até o indefectível Amaral Neto deu as tintas. Um provecto senador-candidato fez as suas gracinhas caça-votos e debochadas.

A população aturdida e perplexa foi lendo, ouvindo e vendo tudo o que ocorria e se dizia. Tais foram o exagero e a morbidez da exploração, que as pessoas, como sempre ocorre nestes momentos, procuraram construir os seus próprios conceitos, se perguntando: “se os bombeiros estão em situação de penúria, por que só agora reclamam dessa forma? Por que, nestes 20 anos, principalmente durante o “milagre”, quando dispuseram perdulariamente de montanhas de dinheiro, não renovaram e modernizaram este serviço? Esses que cobram tanto agora, por que não fizeram o mesmo quando apoiavam incondicionalmente a ditadura? Bombeiros destreinados? Por que permitiram que contingentes do Corpo de Bombeiros fossem desviados, por tantos anos, para atividades policiais repressivas, sem nenhum protesto dos que agora se mostram tão zelosos pela eficácia deste serviço público? Empréstimo de 20 milhões de dólares para o Brizola? Não dá para acreditar. Se até agora negaram tudo ao seu Governo, algo deve ter atrás de tudo isso”.

A população do Rio de Janeiro sabe muito mais do que os nossos detratores imaginam.

Diante da maldosa exploração, sua conclusão não pode ser outra: “é, como sempre, para essa gente, o Brizola é o culpado de tudo”.

A verdade, porém – sobre este doloroso episódio e as circunstâncias que o envolvem – precisa ser conhecida em seus exatos termos. Só assim a população terá os elementos de que necessita para fazer o seu julgamento definitivo. Vejamos:

**1** – Todas as grandes cidades, à medida que crescem verticalmente, pagam, de quando em quando, um pesado tributo. Incêndios terríveis têm ocorrido nas cidades mais modernas e aparelhadas. Não é preciso lembrar o que aconteceu em São Paulo e Porto Alegre, com centenas de mortes. O que cabe acentuar é que sinistros semelhantes vêm acontecendo nos países mais ricos e adiantados, como nos Estados Unidos, no Japão e em toda a Europa. Será que nesses países os bombeiros são desaparelhados e ineficientes?

**2** – Um exame justo e isento, de tudo o que ocorreu, não pode levar a outra conclusão: vivemos uma tragédia, sim, mas evitou-se uma catástrofe. Deviam estar dentro daquele prédio, antigo, de enormes dimensões, um número aproximado de 1.500 pessoas. O incêndio começou no 9º andar. Passou para o 11º. E, logo a seguir, surgiu, através dos dutos, com grande intensidade, no 3º pavimento. Os bombeiros e todos os serviços públicos foram acionados, e atuaram com razoável eficácia, considerados os padrões de nosso País. Deploramos profundamente a perda de vidas humanas e o sofrimento dos feridos. Não fora a fatalidade daquela porta com cadeado, mais 13 pessoas teriam sido salvas. O plano de ação colocado em prática pelos bombeiros reduziu ao mínimo as dimensões da tragédia. Ao atacar, também, vigorosamente, o fogo no terceiro andar, evitou-se a destruição do edifício, os previsíveis desabamentos e até mesmo a propagação do fogo aos edifícios vizinhos. Cerca de 70% do prédio foram preservados, assim como bens e as instalações dos escritórios que se encontravam em

seu interior.

**3** – Por que levaram tanto tempo para chamar os bombeiros? O incêndio começou às 13h30. Os bombeiros receberam a primeira chamada às 13h53, e às 13h58 estavam no local. Em cinco minutos, portanto.

**4** – Não é verdade que tenha faltado água. Os hidrantes, para evitar a ruptura dos encanamentos não têm, permanentemente, a pressão que se requer para suprir grandes alturas e incêndios dessas dimensões. Os bombeiros e a Cedae acionaram o sistema hidráulico em poucos minutos, elevando a pressão até os limites indicados. Nestes casos, sempre a primeira água utilizada é a dos tanques dos carros.

**5** – Mangueiras perfuradas? Sim, ocorreram perfurações, mas dentro de limites normalmente admissíveis. Mesmo as novas rompem quando têm de suportar grandes alturas e pressões. Eu, pessoalmente, assisti a uma operação de bombeiros em torno do Hotel Roosevelt, em Nova York, quando se romperam inúmeras mangueiras. Não é verdade que os bombeiros não dispõem de mangueiras novas. Adquirimos, nestes últimos dois anos, 1.427 mangueiras, totalizando 21.305 metros.

**6** – Escadas Magirus? Ao contrário do que se procurou difundir, as escadas funcionaram. A mais alta sofreu uma torção devido à sobrecarga que lhe foi exigida. Ao assumir, o atual Governo encontrou apenas oito escadas funcionando. Recuperamos cinco, e hoje, das 13 existentes, apenas uma está em manutenção. A questão da altura das escadas tem limites. A americana, em geral, tem 30 metros; a alemã vai a 45 metros. O Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro tem duas de 44 metros. No Brasil fabricam-se escadas de até 45 metros. É verdade que o Corpo de Bombeiros necessita de mais escadas. Mas, neste caso, não faltou esse tipo de equipamento.

**7** – Corpo de Bombeiros desequipado? Para os padrões dos EUA, Japão e Europa, sim, estamos muito aquém. Para o nosso País,



razoavelmente. Somente São Paulo está melhor aparelhado. Inclusive com material importado, durante o “milagre”. Por que os que agora tanto reclamam – tão amiguinhos que eram do regime, dos senhores Roberto Campos, Simonsen e Delfim Neto – não conseguiram trazer para o Rio o que eles facilitaram para São Paulo, no tempo que rolava dólar à vontade? Em geral, todos os serviços públicos do Rio de Janeiro tornaram-se, em grande parte, obsoletos e desparelhados, nesses 20 anos. Na medida do possível, nosso Governo tem aumentado as verbas do Corpo de Bombeiros. Tanto que, no ano passado, seus recursos aumentaram 40% acima da inflação. É preciso fazer mais. Mas não podemos aceitar acusações justamente dos corresponsáveis pela destruição dos serviços públicos em nosso Estado.

**8** – Bombeiros destreinados e abandonados? É possível que ainda não tenhamos conseguido eliminar as distorções que recaíram sobre a instituição quando a instruíram para a espionagem, repressão e tudo que sabemos. Em meu Governo, desde o primeiro dia, não descuidamos do aprimoramento profissional, como também da ampliação das suas atribuições e serviços. Aumentamos seus efetivos. Em 1982, eram 6.120. E agora, 7.154. O Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro tornou-se a espinha dorsal da Secretaria de Defesa Civil, com serviços de combate ao fogo também nas matas e florestas, e de salvamento nas montanhas e no mar. O serviço de salvamento nas praias, contando com auxílio de helicópteros, fez com que se reduzisse em 50% o número de mortes por afogamento, tanto no Rio como em diversas praias ao Sul e ao Norte do Estado. Neste momento, a Defesa Civil prepara-se para assumir, com equipamento novo, todo o serviço de pronto-socorro nas ruas, em ambulâncias.

**9** – Vinte milhões de dólares? Trata-se de uma oferta de empréstimo que encontramos, ao assumir – já aprovado lá em cima – de US\$ 20 milhões. Empréstimo sem carência, de juros

flutuantes e vinculado a determinados fornecedores estrangeiros. Uma operação exatamente igual às que comprometeram este País durante esses 20 anos. Diga-se que os materiais oferecidos, na maioria, têm similar nacional. Passei a desconfiar dessa operação por motivos compreensíveis e a questionar a sua conveniência. Não queríamos contribuir para dilapidar o País e o Estado.

**10** – Equipamentos no cais? Alguém andou divulgando essa história. Apenas fez onda, ensejada pela perversidade geral. É mentira; não há equipamento algum no cais para ser retirado.

**11** – Taxa de incêndio? Chegaram a dizer que meu Governo estava utilizando a taxa para fazer CIEPs. É uma tentativa inútil de desmerecer a escola pública para as crianças de nosso povo. No fundo, aquela discriminação disfarçada, que volta e meia aparece. Por que não reclamaram quando a Taxa de Incêndio ficou cinco anos sem ser cobrada – de 1975 a 1980? A taxa é uma pequena receita, e está sendo aplicada rigorosamente como prescreve a lei. Em 1984, foi de Cr\$ 7,8 bilhões. E em 1985, de Cr\$ 28,6 bilhões. A taxa representa 15% do orçamento do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro. Mais do que isto o Estado incrementou, em valor real, as dotações da corporação.

**12** – Há um indivíduo perverso, ou grupo de indivíduos da mesma índole, que forneceu à imprensa uma lista de acusações e pretensas denúncias, escudando-se no anonimato. Nestes momentos é que sempre surgem os *Calabares*. Um verdadeiro oficial ou soldado do Corpo de Bombeiros jamais se esconderia no anonimato. Se tem alguma coisa a dizer e está convencido de que algo é atentatório ao interesse público, ele o faz de frente e assume a responsabilidade, dentro dos Regulamentos. Jamais sacrifica a sua honrabilidade, até mesmo quando preterido numa promoção.

**13** – Finalmente, um detalhe da maior importância em tudo isto, arditamente obscurecido pelos que mais exploraram politicamente contra

nós este desafortunado episódio do incêndio do edifício Andorinhas. Este prédio é um prédio velho, de mais de 50 anos. Pois bem, o incêndio iniciou-se, como está comprovado pela Perícia Técnica, numa tomada que se localizava no rodapé da sala em que funciona o gabinete do diretor industrial da **General Eletric** (!). Como todos sabem, trata-se de uma empresa multinacional, das maiores do mundo – justamente daquelas organizações que os seus amigos daqui exaltam como uma espécie de santuário da eficiência, pesquisa e tecnologia. Modelo, enfim, da chamada livre-iniciativa. E o que faz, nos Estados Unidos e no mundo inteiro a **General Eletric**, talvez há mais de um século? Justamente, sua especialidade é fabricar aparelhos e instalações elétricas. Sua tecnologia é tão acatada que, certamente, o próprio Corpo de Bombeiros já seguiu muitas das suas prescrições. Se há um lugar em que não se poderia e nem se deveria esperar a ocorrência de uma ignição numa tomada – e, por consequência, um incêndio – por defeito, sobrecarga ou desgaste das suas instalações elétricas seria justamente nos escritórios da **General Eletric**<sup>42</sup>. E, ainda mais, considerando a sua localização num prédio antigo e precário, pela compreensível exigência de cautelas acima do normal. Os funcionários da empresa lutaram desesperadamente, sem resultado, para extinguir o fogo que surgia e se propagava no gabinete do diretor. Os bombeiros só foram chamados 23 minutos após o início do incêndio.

Invocando um mínimo de isenção, por que os que procuram explorar abusiva e

facciosamente contra o meu Governo os trágicos fatos ocorridos, não questionam a gigantesca multinacional? Nos Estados Unidos, onde a **General Eletric** tem a sua sede e suas grandes bases industriais, este episódio, sem nenhuma dúvida, seria levado à apreciação da Justiça, invocando-se o direito de pesadas indenizações, de milhões e milhões de dólares. Como Governador deste Estado, estranho que essa grande empresa internacional não tenha até agora sequer oferecido uma explicação pública, e nem mesmo deplorado o sacrifício e o martírio de tantos seres humanos, em consequência de um sinistro que surgiu em seus escritórios, embora, é justo dizer, inadvertidamente.

\* \* \*

Estes são os esclarecimentos e razões que me julguei no dever de oferecer ao conhecimento de todos. Pretendo aprofundar o exame de todos os aspectos desse triste acontecimento. De nenhuma forma quero justificar as nossas deficiências. Tudo faremos para elevar os nossos níveis e padrões de prestação de serviços, em matéria de salvamentos, de prevenção e combate aos incêndios. Minha intenção, ao procurar restabelecer a verdade dos fatos, é a de defender os que estão lutando sinceramente pela população, e que precisam ser defendidos. E, ao mesmo tempo, desautorizar os oportunistas e detratores, que não tiveram escrúpulos de se aproveitar, em busca de míseros dividendos políticos, dessa tragédia que abalou profundamente a todos nós.

42 Em outubro de 2009, a 28ª Vara Cível do Rio de Janeiro condenou a General Eletric a pagar indenização de R\$ 40 mil por danos morais e R\$ 20 mil por danos estéticos, além de pensão mensal vitalícia, a uma vítima deste incêndio, por negligência com as ligações elétricas do escritório.

· Conforme o laudo do Instituto de Criminalística Carlos Éboli, o fogo teria começado em virtude de um acidente elétrico numa tomada de uma das salas da GE, que ficava no 9º andar do mesmo local.

· 21 pessoas morreram e 50 ficaram feridas.

# Primeira etapa do plano de obras e serviços do DER para 1986

Está autorizada pelo Governo do Estado, com liberação dos respectivos recursos, a primeira etapa do Plano de Obras e Serviços do DER – Departamento de Estradas de Rodagem, integrada por 59 projetos de implantação, pavimentação, restauração, conservação e melhoramento de rodovias; construção de pontes, viadutos e passarelas; contenção de encostas; manutenção e recuperação de pontos e viadutos; sinalização, controle e segurança de trânsito; manutenção de túneis; drenagem e pavimentação de ruas, estradas e avenidas:

## 1 – Implantação e Pavimentação de Rodovias

- RJ 138 – Pavimentação do trecho Araruama–São Vicente
- RJ 160 – Terraplenagem e pavimentação do trecho Cantagalo–Carmo (Km 3 – Km 15)
- RJ 165 – Pavimentação do trecho Parati–Divisa do Estado de São Paulo
- RJ 224 – Terraplenagem e pavimentação do trecho São Francisco–Praça João Pessoa (Km 41 – Km 51)
- RJ 230 – Terraplenagem e pavimentação do trecho Bom Jesus–Santo Eduardo (Km 6 – Km 16)

## 2 – Restauração e Melhoria de Rodovias

- Praça Euvaldo Lodi–Canal de Marapendi: melhoria de traçado
- Melhorias e contenção, junto à PUC e ao Conjunto Habitacional Marquês de São Vicente (RJ 071)

- Avenida Automóvel Clube – trecho Estrada do Colégio–Monsenhor Félix: restauração e construção de galeria
- Avenida Automóvel Clube – trecho Pavuna–Avenida Brasil: recuperação de pavimento
- Avenida Automóvel Clube – trecho Irajá–Engenho da Rainha: recuperação do pavimento
- RJ 101 – Trecho Caxias–BR 40: recuperação do pavimento
- RJ 104 – Trecho do Km 0 ao Km 2,2: construção de muretas divisórias
- RJ 106 – Trecho Serra de Mato Grosso–Bacaxá: restauração do pavimento
- RJ 116 – Trecho Bom Jardim–Macuco: restauração do pavimento
- RJ 116 – Trecho Macuco–Ponto da Pergunta: restauração do pavimento
- RJ 130 – Trecho Teresópolis–Friburgo: capeamento asfáltico
- RJ 158 – Trecho São Fidélis–Campos: restauração do pavimento
- Acesso à RJ 104, em Niterói: pavimentação, drenagem e serviços complementares
- Ligação Volta Redonda–Barra Mansa: capeamento da Via Sérgio Braga

## 3 – Conservação de Rodovias

- RJ 071 – Trecho Barra da Tijuca–Avenida das Américas
- RJ 087 – Trecho Avenida Alvorada–Via 11
- RJ 104 – Trecho Km 0 ao Km 22,5
- RJ 116 – Trecho Ingá–Cachoeiras de Macacu
- Divisa Volta Redonda–Barra Mansa

## 4 – Construção de Pontes e Viadutos

- RJ 106 – Ponte sobre o Canal Iguaçaba
- RJ 106 – Pontilhão sobre o Canal da Patrulha
- Infraestrutura da Ponte sobre o Rio Pavuna, junto à Rua Antonio Maria de Oliveira
- Viaduto de Parada de Lucas, sentido Centro–Santa Cruz: acesso em superfície do prolongamento da pista lateral
- RJ 116 – Viaduto de Cachoeiras de Macacu

### **5 – Construção de Passarelas**

- Realengo, junto ao bairro Batan
- Avenida Brasil, Km 4,4

### **6 – Contenção de Encostas e Taludes**

- Túnel Rebouças: Contenção de encostas a montante do emboque Cosme Velho
- Túnel Rebouças: Contenção de talude no acesso à galeria Sul-Norte

### **7 – Manutenção e Recuperação de Pontes e Viadutos**

- RJ 087 – Viaduto Sampaio Correia: recuperação do lado sinistrado
- RJ 087 – Viaduto Sampaio Correia, lado não sinistrado: recuperação e reforço estrutural (onze vãos)
- RJ 101 – Ponte sobre o Rio Meriti: recuperação estrutural
- RJ 106 – Ponte sobre a Rede Ferroviária Federal S/A, Km 8,5: construção dos alargamentos e recuperação estrutural
- Ponte sobre o Rio Macaé: recuperação estrutural
- BR 356 – Viaduto dos Cabritos: recuperação e reforço estrutural
- Viadutos: de Manguinhos; Lobo Júnior; Lusitânia; Gasômetro; Km 18,3 da RJ 104; sobre a Av. Brasil (Bonsucesso); RJ 104 (Alcântara) e outros: vistoria técnica, análise estrutural e projetos básicos de recuperação
- Ponte sobre o Rio Irajá: vistoria técnica, análise estrutural e projeto básico de recuperação

### **8 – Sinalização, Controle e Segurança do Trânsito**

- Diversos trechos: sinalização horizontal
- Avenida Brasil, Km 0 a Km 13: recuperação de pórticos e bandeiras de sinalização

### **9 – Manutenção de Túneis**

- Túnel Rebouças: manutenção de sistemas, manutenção preventiva e corretiva dos sistemas telefônicos e de medição de monóxido de carbono
- Túnel Dois Irmãos: manutenção preventiva e corretiva dos sistemas telefônicos e de medição de monóxido de carbono

### **10 – Recuperação de Passarelas**

- Avenida Brasil: ancoragem das vigas de apoio de 16 passarelas metálicas

### **11 – Programa de Drenagem e Pavimentação de Vias Urbanas**

- Estradas Belford Roxo e Barro Vermelho
- Ruas Conceição Correia, Abílio José de Matos, Alfredo Azamor e Avenida Central, São Gonçalo (corredor 43)
- Estrada Rio D'Ouro–Nova Iguaçu (corredor 54)
- Estrada São João de Meriti–Duque de Caxias (corredor 33).

## Nota oficial do Governador Leonel Brizola

# Confrontação inútil

Volto a formular um apelo ao professorado para que reconsidere a sua atitude, normalizando, sem maiores delongas, o funcionamento da rede escolar de ensino público.

Os dirigentes do CEP vêm conduzindo a causa do magistério de forma incompatível. O Governo do Estado, em nenhum momento, deixou de considerar, com apreço, as reivindicações da categoria. Na verdade, um problema de tal repercussão não poderia ser resolvido nas condições que o CEP tem exigido. Ainda mais que existem outras solicitações em estudo, apresentadas anteriormente, como é o caso da Polícia Militar e da Polícia Civil, colocadas, estas, no mês de agosto do ano passado.

Nunca deixamos de considerar que o magistério tem problemas especiais a serem resolvidos. Normalizar os estabelecimentos de ensino é o caminho do bom senso. A partir daí é que poderemos encontrar alternativas, inclusive com o apoio e o reconhecimento e, até mesmo, com os aplausos da população.

**As dificuldades com que se defronta o Estado neste momento são altamente preocupantes. Um levantamento que a Secretaria da Fazenda está realizando demonstra que o pacote de medidas econômicas do governo Federal vem determinando uma acentuada redução nas atividades econômicas, em**

**nosso Estado, tanto na indústria quanto no comércio. E, por consequência, uma diminuição muito grave na arrecadação do ICM. Nas próximas 48 horas deveremos ter elementos mais concretos a respeito.**

Além destas consequências sobre as finanças do Estado e do Município do Rio de Janeiro, cumpre-nos considerar a circular enviada aos Estados pelo Sr. Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, na qual o ministro encarece que os Estados **“procurem pautar sua atuação segundo as diretrizes consubstanciadas no Decreto-Lei nº 2284/86, sobretudo no que respeita à política de remuneração dos servidores da administração direta e indireta dos Estados e dos Municípios”**.

Ao encarar as reivindicações do magistério, não posso deixar de ter presente esta ordem de problemas:

- 1 – saber se teremos recursos para pagar o funcionalismo normalmente como até aqui;
- 2 – verificar até onde poderemos ir no atendimento de novas melhorias;
- 3 – definir responsabilidades para que amanhã não venham dizer que estamos sabotando o chamado Plano de Inflação Zero.

Não fora estes aspectos negativos do pacote econômico, é bem possível que estivéssemos, a esta altura, num outro plano em relação às aspirações que o magistério pretende concretizar. A greve, porém, com todas as suas sequelas, não se constitui num método adequado e eficaz nas circunstâncias em que nos encontramos. Estas medidas econômicas trazem sacrifício e limitações muito drásticas a todos os que vivem de salário. Só na área dos bancos, por exemplo, além da redução salarial que a todos atingiu, muitos milhares já perderam seus empregos.

**Precisamos, nesta hora, trabalhar juntos, sem confrontos inúteis, em defesa dos interesses de todos. Ainda mais neste caso, em que as crianças são as vítimas inocentes.**

# Iniquidade

As oligarquias tradicionais de nosso País – suas elites e quadros políticos – têm sido extremamente competentes. A capacidade histórica dessas minorias dominantes e organizadas de controlar o Estado e a economia, de dispor sempre de uma ordem jurídica que garanta a sua continuidade e as suas prerrogativas, quase sempre foi, também, impregnada de egoísmo e desumanidade, de astúcia e apelos à força. O que mais caracteriza as oligarquias brasileiras é o seu desprezo e a sua indiferença para com o conjunto do nosso povo. Mantê-lo despossuído, carente, atrasado e desinformado tem sido uma das suas mais eficientes formas de dominação.

Não é preciso recuar muito longe na História. Proclamada a República, abriram-se à Nação brasileira ilimitadas perspectivas. De uma hora para outra, rompemos com os vícios e as injustiças do passado. Caía também o modelo econômico – exportador, concentrador da renda – sustentado igualmente por um núcleo autoritário e pela exploração humana: a escravatura.

Mas em lugar de pôr em prática uma visão lúcida de desenvolvimento, que só poderia ocorrer com a valorização do povo brasileiro, as oligarquias passaram a preocupar-se essencialmente em se manter no poder como um fim em si mesmo.

Excluída a presença de Getúlio Vargas com a imensa influência que exerceu na vida brasileira – progressos consideráveis na industrialização e avanços extraordinários no campo da justiça social –, mais da primeira metade deste século foi assinalada pelo predomínio daquelas oligarquias rurais, com a sua República aristocrática e elitista. Em geral, mandavam seus filhos às universidades da Europa. Foi a época dos doutores e do chamado jurisdicimmo. Criaram, com o objetivo de assegurar e

fortalecer a sua hegemonia, um verdadeiro ciclo de leis e burocratismo: um emaranhado impenetrável e incompreensível para a generalidade do povo brasileiro.

À época, outras nações, tão jovens quanto a nossa, irrompiam para o desenvolvimento com base na valorização de sua gente. A herança mais nefasta legada por este período foi a consolidação do princípio da ocupação cartorial da terra. Suas consequências aí estão, visíveis e dramáticas, suprema vergonha num País de terras infinitas como as nossas: na periferia de todas as nossas grandes cidades, nas estradas, nos canais, nos vilarejos, no interior distante, milhões e milhões de famílias sucumbindo e sobrevivendo em condições das mais degradantes.

Agora, assistimos aos primeiros passos da tentativa de hegemonia das oligarquias empresariais capitalistas. Não lhes foi fácil arredar a aristocracia rural. Mas em lugar de associarem-se com a população brasileira, essas novas minorias dominantes, imaturas e ávidas de poder, foram aprofundar ainda mais, irresponsavelmente, seus vínculos com um sócio exigente e poderoso que lhes viesse facilitar a ascensão: o capitalismo internacional.

Mais do que uma associação: foi uma espécie de casamento entre famílias, com integração patrimonial e direito de herança. Com interesses assim irrecusáveis, o sócio do exterior impõe um modelo de exploração econômica, que implica a marginalização da maioria de nosso povo e cuja sustentação só é possível mediante práticas autoritárias. Uma afronta, portanto, aos sentimentos patrióticos, aos brios e aos valores mais caros do povo brasileiro. Acima de tudo, ao seu legítimo direito de construir um destino próprio.

Se o predomínio das oligarquias rurais decaiu como uma imposição dos tempos, o capitalismo surge entre nós, também, sem condições de oferecer à Nação uma perspectiva democrática e de desenvolvimento econômico, coerente e compatível com os valores reais da nacionalidade.

Se no passado o jurisdicismo foi um dos métodos de dominação, hoje, pretende-se instituir, para os mesmos fins, o economicismo. Afortunadamente, nem todos os que se especializam em economia nas universidades dos países dominantes deixam-se cooptar pelos ensaios das novas oligarquias. Retornam íntegros e se incorporam às lutas sociais do nosso povo.

Eis, resumidamente, os antecedentes históricos dos pacotes econômicos – o do Sr. Roberto Campos, em 1965, e o do atual Governo. Ambos foram impostos autoritariamente e obedeceram ao receituário do FMI, que é uma espécie de ministério internacional que controla a economia e a contabilidade de muitas nações.

Transcrevo, a propósito, o seguinte trecho de matéria do enviado especial do Jornal do Brasil, publicada na edição de 9 de outubro de 85:

**“Seul – O gerente-geral do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosière, em discurso à Assembleia da 40ª reunião do FMI e do Banco Mundial, criticou a indexação da economia brasileira e disse ser desejável UM CONGELAMENTO DE PREÇOS E SALÁRIOS A CURTO PRAZO. Ele mostrou-se extremamente preocupado com os níveis exorbitantes que a inflação vem atingindo em alguns países devedores, da América Latina, porque gera graves perturbações da economia interna”.**

Sobre as consequências do pacote do Sr. Roberto Campos nem é preciso falar: concentrou a renda, empobreceu o povo; levou-nos à crise e aprofundou a dependência econômica do País.

Quanto ao recente pacote, ele demonstra desde logo porque os governantes da Aliança Democrática não querem saber de eleições diretas. Precisavam utilizar os instrumentos de exceção da ditadura para impor ao povo brasileiro, de surpresa, esse conjunto de medidas, que, sem dúvida nenhuma, vem favorecer o grande capital e o grande empresariado. Valeram-se das aflições do nosso povo, diante da alta escandalosa

dos preços e dos níveis vergonhosos e intoleráveis da inflação para embutir, no congelamento temporário, a iniquidade de um irrecuperável confisco dos salários e rendas de quase a totalidade da população brasileira. Ora, nenhum governo – de esquerda ou de direita; conservador, liberal ou progressista – poderia deixar de enfrentar decididamente esta calamitosa situação, mas nunca penalizando justamente aqueles já historicamente explorados, e que não têm nenhuma responsabilidade por esse descalabro.

Um governante eleito pelo povo jamais concordaria em confiscar tão drasticamente os salários. Exigiria, desde logo, uma distribuição equitativa dos sacrifícios. O salário mínimo<sup>43</sup>, por exemplo, fixado pelo decreto presidencial, é o mais baixo, em termos de poder aquisitivo, desde a sua instituição, em 1941.

Estou na vida pública há 40 anos. Em 1946, fiz a minha primeira campanha, elegendo-me deputado estadual constituinte. Ao lado de milhões de brasileiros e brasileiras sou, nestes tempos, uma espécie de testemunha deste período histórico. Por isso, desde o primeiro momento não me equivoquei sobre o conteúdo e as consequências do atual pacote. Como se verificou em relação ao golpe de 64, e ao pacote Roberto Campos, estou absolutamente seguro de que, também, desta vez, o povo trabalhador não se deixou enganar. E não será nenhuma surpresa se, com os dias, a sociedade, por inteiro, chegar à mesma conclusão.

Tornei públicas as minhas razões através de uma cadeia nacional de rádio e televisão. Passei, desde então, a ser duramente questionado através dos meios de comunicação, inclusive com reservas e discriminações. Devo cumprir o meu dever de consciência, como governante e como cidadão. Defender-me e, acima de tudo, defender o que considero correto e justo para o povo brasileiro e para o meu País.

43 O salário mínimo, no Brasil, foi instituído em 1º de maio de 1940, através do Decreto-Lei nº 2.162 sancionado pelo presidente da república, Getúlio Vargas e entrou em vigor 60 dias após a sua publicação no Diário Oficial de 4/5/1940.

## Dever irrecusável

Analisar e discutir o recente pacote econômico e elucidar as suas consequências constitui-se, para todos os brasileiros, num dever irrecusável. Ainda mais para o governante de um Estado com os problemas sociais e econômicos que tem o Rio de Janeiro. A diminuição nos salários significa maiores dificuldades sociais e redução no movimento econômico, com suas consequências negativas sobre os recursos do Estado e do Município. Há ainda pressões sobre o Governo do Estado e movimentos, cujas raízes se encontram inseridas no ambiente psicológico gerado pelo pacote.

Sua Excelência, o Presidente José Sarney, tem em suas mãos os poderes necessários para corrigir os efeitos desumanos e iníquos do pacote e que certamente não poderiam fazer parte de suas intenções. Conter a inflação e os preços é uma causa de todos. Por isso mesmo, um mínimo de justiça exige que os sacrifícios sejam distribuídos equitativamente. Os maiores ônus decorrentes da luta contra a inflação devem recair sobre os que mais acumularam nestes últimos 20 anos. E não, como se pretende, sobrecarregar somente os que empobreceram.

**1. O método** – O pacote foi imposto ao País e ao povo brasileiro com métodos não democráticos, na linha dos atos do regime discricionário. Tudo elaborado em segredo. Todo o instrumental da exceção foi utilizado: decretos-leis, redes nacionais de rádio e televisão e a mobilização massiva e aplastante dos meios de comunicação. Foram atos que aprofundaram o centralismo autoritário, lesivos mais uma vez à Federação. O Congresso, os partidos, os sindicatos, a sociedade; enfim, todos foram excluídos. Compreende-se que, em alguns detalhes, a elaboração e a vigência de um plano econômico-financeiro requerem certas reservas preventivas

contra a especulação dos chamados “colarinhos brancos”. Mas o que não podia ser decidido em segredo era o confisco de rendas e dos salários. Num País em que 73% de sua população economicamente ativa, de 15 anos para cima (35 milhões de pessoas e mais seus dependentes) ganham até três salários mínimos, sem nenhuma dúvida, ao rebaixar-se os salários de forma compulsória e surpreendente, cometeu-se uma violação ao direito fundamental da própria família: a sobrevivência.

**2. As exigências do FMI** – O pacote foi elaborado de acordo com as exigências do FMI para os países devedores, como o Brasil. Acima de tudo, exportação ao máximo para obtenção de divisas e, assim, o pagamento dos juros e serviços da dívida externa. Para tanto, cumpre que os salários sejam aviltados, pois só dessa forma nossos produtos e matérias-primas encontram colocação no exterior. O FMI tem, ainda, exigências sobre o controle da economia e das finanças públicas, do crédito, dos investimentos e da base monetária nacional, dentro do receituário estabelecido. Mas o essencial é a primeira exigência – a de exportar. Trata-se de um modelo econômico. A esta altura, é compreensível que o Sr. Funaro venha encontrando facilidades junto ao FMI e aos bancos estrangeiros.

**“Nos últimos três ou quatro anos, as nações da América Latina pagarão, em juros e amortização, 15 vezes mais do que o valor total do Plano Marshall, que recuperou a Europa, depois da 2ª guerra mundial”.**

Essa afirmativa não é minha. É de uma autoridade insuspeita: o ex-presidente dos Estados Unidos, Sr. Jimmy Carter, pronunciada terça-feira última em Nova Iorque.

**3. Choque publicitário** – O pacote Roberto Campos, de 1965, teve a cobertura de um regime de força. O atual pacote foi lançado e levado à prática com a cobertura da maior operação publicitária jamais ocorrida no País, exaltando massivamente o congelamento de preços e



a luta contra a inflação. Àquela hora, ninguém poderia se aperceber que à sombra dessa causa generosa estava embutido um confisco salarial, de cuja drasticidade também não há memória no País. A essa altura, a população já se deu conta de que houve uma grande montagem.

**4. Congelamento temporário** – O congelamento dos preços, numa economia capitalista, é sempre temporário. Têm sido assim as experiências já feitas, tanto aqui como em qualquer parte do mundo (na Argentina, do Plano Austral, anuncia-se que os preços, em menos de um ano, já estão sendo liberados e subindo naturalmente). Quanto aos salários, porém, a realidade é sempre muito diversa. Não conseguem recuperar jamais o que perderam e, muito menos, acompanhar a elevação dos preços. O congelamento é temporário, mas as perdas salariais são definitivas. Proporciona-se à população um benefício passageiro – o congelamento – e se lhe impõe um processo de permanente confisco. É assim que os frutos do trabalho vão se transferindo e as riquezas se concentrando em mãos de um segmento minoritário da sociedade.

**5. Confisco salarial** – O pacote fixou os salários, daqui para frente, com base na média do desgaste do último semestre. Instituiu-se, portanto, a partir do pacote, como critério de fixação dos salários, a corrosão e perda do poder aquisitivo nos seis meses precedentes, decorrentes do processo inflacionário. E afirmaram, para estupefação geral, que isto não era confisco. E mais ainda, sustentaram que tudo estaria compensado com o abono de 8%. A verdade já é do conhecimento de todos: a população perdeu em torno de 25% do seu salário. Estima-se que esta perda geral atinja a uma soma equivalente a 19 bilhões de dólares, grande parte já transferida, pelos efeitos da inflação. Para onde e para quem está sendo carregada essa gigantesca massa de recursos, fruto do trabalho de um povo carente e empobrecido? Para os que vivem de salários, mesmo das classes médias? Não, porque

estes são os confiscados. Para os pequenos empresários ou aos agricultores de nosso interior rural? Também não, porque o atual pacote está na mesma lógica e na linha de acumulação do pacote Roberto Campos. Uma parte significativa irá para as arcas centralizadas da União, que assim resolve os seus problemas de caixa e obtém recursos para um programa assistencialista, deixando os Estados e Municípios com suas dificuldades agravadas, como se Poder Público fora somente o Governo Federal. Mas o substancial daquela grande massa de dinheiro será transferido para os grandes grupos capitalistas e industriais, nacionais e estrangeiros.

**6. Salário Mínimo** – O Decreto-Lei que formalizou o pacote econômico fixou o salário mínimo, daqui para frente, em Cz\$ 804,00 (Cr\$ 804.000), correspondentes a 58 dólares, pelo câmbio oficial. É o mais baixo salário mínimo até agora fixado, desde a sua instituição pelo Presidente Vargas, em 1941. Nem mesmo o regime que acaba de findar chegou a esses limites. Com efeito, em 1941, há 45 anos, portanto, o salário mínimo era de US\$ 85,04 (dólar de 1985) e, agora, o pacote fixou-o em US\$ 58,00. Veja-se que iniquidade. Enquanto o salário mínimo – instituído como base para a sobrevivência de uma família – diminuiu dessa forma, no mesmo período, a economia nacional cresceu mais de dez vezes. E a renda per capita elevou-se de 3,6 vezes. Como se vê, o bolo aumentou dez vezes e a fatia do povo trabalhador diminuiu. Quinze e meio milhões de pessoas, maiores de 15 anos, ganham até um salário mínimo; 14 milhões entre um e dois salários mínimos; isto quer dizer que mais de 60% da população que trabalha percebem, no máximo, até dois salários mínimos. Isso demonstra o grau de frieza, de assustadora indiferença e irresponsabilidade daqueles que decidiram impor à Nação esse pacote econômico. Pobre povo brasileiro, de tão grande boa-fé e generosidade. Acorreu ao chamamento do Presidente para ajudar. Nem podia conceber que estava também colaborando para

que a injustiça do confisco viesse recair sobre si mesmo. É provável que a população brasileira já venha se sentindo enganada. Mas, o certo é que teremos, como consequência dessa enorme transferência de renda, mais pobreza, mais marginalidade, mais trombadinhas nas ruas, mais violência e assaltos. Os próprios índices de mortalidade infantil guardam certa correlação com o salário mínimo, segundo demonstrou o então Senador Paulo Brossard de Souza Pinto, em discurso no Senado Federal, em seus tempos de opositorista.

**7. Iniquidade** – Os preços congelados foram os vigorantes no dia 28 de fevereiro. É o lado do capital. Nestes preços estavam incluídos: o lucro, os juros e uma previsão, sem riscos, da inflação futura. Mesmo que o cálculo da inflação futura seja anulado (o que até agora não ocorreu), o congelamento em nada sacrificou o capital, dado que se encontravam previstos nos preços todos os custos e, também, o próprio lucro. Enquanto isto, aos que vivem do trabalho, o pacote congelou níveis salariais já corroídos pela inflação. Há em tudo isso uma clamorosa injustiça. Afinal, os que vivem de salário têm alguma culpa pela inflação? Quem são os

responsáveis pela inflação, senão o governo e os grandes grupos empresariais que decidem sobre a economia? O pacote, como se vê, ressaltou a integridade do lado mais forte e atingiu precisamente o lado mais fraco. Privilegiou os que acumularam nestes últimos 20 anos, castigando de novo os que já vinham sendo impiedosamente sacrificados. Aí está o aspecto mais condenável do pacote: nenhuma equidade ao impor sacrifícios. Depois deste pacote, a generalidade da população brasileira estará mais empobrecida e uma minoria, detentora das estruturas econômicas terá acumulado mais riquezas e poder. Admitir que os responsáveis pelo pacote econômico possam acreditar que esse quadro de injustiças venha a ser modificado através de medidas e projetos assistencialistas, conforme estão anunciando, será até desmerecer a fina inteligência e a apurada cultura de que são dotados. Melhor do que ninguém, eles sabem que não é possível.

**8. Modelo econômico** – Esse conjunto de medidas que compõe o pacote aprofunda, ainda mais, o problema da dependência e o atual modelo econômico: exportador, concentrador de renda e antissocial.

## Chamamento ao pessoal da FEEM

Dirijo-me a todos os funcionários da Fundação Estadual de Educação do Menor (FEEM), concitando-os a que procurem libertar-se do envolvimento destes grupos aparelhados e insensatos que conseguiram interromper os serviços da instituição. E, também, faço-lhes um chamamento a que retornem ao desempenho de suas funções públicas.

O que fizeram não é uma greve e sim um ato de indisciplina e de irresponsabilidade, incompatível com um serviço público que tem crianças sob sua guarda, as quais foram praticamente abandonadas à sua própria sorte. Um serviço público desta natureza, de nenhuma forma pode ser considerado como se fora uma empresa particular, onde há interesses patronais e de lucro. Ao que estamos assistindo é que, em nome do consagrado direito de greve, grupos insanos e desumanizados, estimulados, ainda não sei por quem, estão procurando criar dificuldades políticas ao Governo do Estado do Rio de Janeiro; como, aliás, a população já vem se apercebendo.

Todos os funcionários que, mal-informados, se deixaram conduzir por estas atitudes incompatíveis têm esta oportunidade para reconsiderar o que estão fazendo. A partir de hoje, quem não reassumir as suas funções e cumprir as suas escalas será posto à disposição de uma Comissão Especial da Secretaria de Administração, e não mais retornará ao seu cargo, por falta de vocação e sensibilidade para cuidar de crianças e menores carentes.

De outra forma, informo à população que todas as crianças e menores sob a guarda da FEEM, estão sendo cuidados e assistidos. E os serviços das diversas casas da Fundação, nesta emergência, funcionam razoavelmente. Muitos servidores já retornaram. Mas o que permitiu manter um bom nível de atendimento, foi a generosa colaboração de inúmeros voluntários que acorreram aos diversos estabelecimentos, além do pessoal de outros órgãos da Administração.

É provável que surjam explorações políticas em consequência destas medidas. Mas, a verdade é que nenhum governante democrático, eleito pela população, frente aos fatos, poderia deixar de assumi-las. Do contrário, estaríamos diante de um quadro de abandono, de desrespeito e de anarquia, e ainda com o inaceitável sacrifício de inocentes.

# Estude e divulgue

Eis a evolução do salário mínimo, desde 1941, quando foi instituído pelo Presidente Getúlio Vargas. Na coluna à direita, o seu valor em dólares de 1985, isto é, o seu poder de compra real. Logo a seguir, alguns números sobre os índices de crescimento da economia brasileira de 1947 até agora, como, também, da renda *per capita* (renda nacional dividida pelo número de habitantes) e ainda, alguns dados sobre os salários auferidos pela grande maioria (73%) de nossa população.

Ano	Salário Mínimo Nominal (Cr\$) (4)	US\$ a.a. Taxa de Câmbio Oficial (2)	Salário Mínimo em dólares, corrigido pela inflação americana. (Dólares de 85)
1941	0,24	0,0206	<b>85,04</b>
1942	0,24	0,0205	76,97
1943	0,30	0,0204	91,37
1944	0,38	0,0200	115,85
1945	0,38	0,0199	114,37
1946	0,38	0,0196	107,13
1947	0,38	0,0187	97,69
1948	0,38	0,0187	90,71
1949	0,38	0,0187	91,53
1950	0,38	0,0187	90,71
1951	0,38	0,0187	83,97
1952	1,20	0,0187	295,80
1953	1,20	0,0466	103,41
1954	2,40	0,0615	156,08
1955	2,40	0,0749	128,67
1956	3,80	0,0743	202,13
1957	3,80	0,0757	191,56
1958	3,80	0,1293	109,26
1959	3,80	0,1565	89,59
1960	6,00	0,1896	115,09
1961	9,60	0,2723	126,83
1962	13,44	0,3877	123,38
1963	21,00	0,5770	127,72
1964	42,00	1,2711	114,72

Ano	Salário Mínimo Nominal (Cr\$) (4)	US\$ a.a. Taxa de Câmbio Oficial (2)	Salário Mínimo em dólares, corrigido pela inflação americana. (Dólares de 85)	
1965	66,00	1,8914	119,08	
1966	84,00	2,2163	125,50	
1967	105,00	2,6622	127,23	
1968	129,00 (6)	3,3938	118,24	
1969	156,00 (7)	4,0713	112,37	
1970	187,20	4,5890	113,02	
1971	225,60	5,2870	113,48	
1972	268,80	5,934	117,36	
1973	312,00	6,126	123,32	
1974	376,80	6,790	121,42	
1975	532,80	8,126	131,24	
1976	768,80	10,670	136,07	
1977	1.106,40	14,128	138,85	
1978	1.560,00	18,063	142,51	
1979	Maio a outubro	2.560,00	24,545 (8)	144,38
	a Novembro	2.932,80	31,476	138,04
1980	Maio a outubro	4.149,60	49,750	116,01
	a Novembro	5.788,80	61,321	123,24
1981	Maio a outubro	8.464,80	83,667 (8)	125,68
	a Novembro	11.928,00	117,75 (10)	119,88
1982	Maio a outubro	16.608,00	159,83 (10)	119,30
	a Novembro	23.568,00	230,08 (9)	114,19
1983	Maio a outubro	34.776,00	475,13	80,34
	a Novembro	57.120,00	868,43	71,03
1984	Maio a outubro	97.176,00	1.507,13	68,16
	a Novembro	166.560,00 (7)	2.720,40	63,39
1985	Maio a outubro	333.120,00	5.223,87	64,87
	a Novembro	600.000,00	8.926,67 (9)	67,21
<b>1986</b>	<b>03/</b>	<b>(Cz\$) 804,00</b>	<b>(Cz\$/US\$) 13,81</b>	<b>US\$ 58,24</b>

**POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (15 ANOS OU MAIS)  
BRASIL: (PROJEÇÃO 1986)**

		%
Até 1 Salário Mínimo	15.448.998	32,2
De 1 a 2 Salários Mínimos	13.892.836	28,9
De 2 a 3 Salários Mínimos	5.654.479	11,8
Até 3 Salários Mínimos	<b>34.996.313</b>	<b>72,9</b>

**ÍNDICES**

	1947	1985
PIB (Renda Nacional)	<b>100</b>	<b>1.043,8</b>
Renda "per capita"	<b>100</b>	<b>360,5</b>

**Fontes:**

(1) Conjuntura Econômica, FGV, 06/67; (2) Conjuntura Econômica, FGV, 04/77, vol. 4, pág. 111; (3) Conjuntura Econômica, FGV, 03/73, pág. 131; (4) Anuário Estatístico do Brasil; IBGE, 1967, pág. 432; (5) Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 1965, pág. 197; (6) Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 1979, pág. 661 (de 1968 a 1979); (7) Emprego e Salário, Min. Trabalho, 1984, n° 2, pág. 30 (de 1969 a 1984); (8) Conjuntura Econômica, FGV, 08/81, vol. 38, pág. 3; (9) Conjuntura Econômica, FGV, 01/86; vol. 40, n° 1, pág. 88; (10) Conjuntura Econômica, FGV, 07/84, vol. 38, n° 7, pág. 84; (11) International Financial Statistics, 1981, 1985; (12) Historical Statistics of the United States, Colonial Times to 1957; (13) Survey of Current Business; (14) Censo Demográfico, 1980.

**Nota:**

Entre 1940 e 1970 foram tomadas as taxas cambiais médias, conforme publicado na Conjuntura Econômica, vol. 31, n° 4, de abril de 1977, que, por sua vez, se reporta à publicação "Capitais Estrangeiros no Brasil – Legislação Banco Central – Firce", dezembro de 1970. De 1971 a 1975, Conjuntura Econômica.

**Observem:**

**1** – Neste 45 anos, o salário mínimo baixou de 85,4 dólares para 58,24 (pacote) – como se vê, o mais baixo, desde que foi instituído;

**2** – Nestes últimos 38 anos, a economia nacional cresceu mais de 10 vezes;

**3** – Considere-se que o salário mínimo é o mínimo e não um salário qualquer. É o mínimo para a sobrevivência do trabalhador e sua família. Além disso, serve de referência: as pessoas "ganham um salário mínimo", "dois salários mínimos", "três salários mínimos" etc. O aviltamento do salário mínimo importa na baixa geral dos demais salários;

**4** – Nestes últimos 38 anos, a renda *per capita* passou do índice 100 (base) para 360,5; isto é,

tornou-se 3,6 vezes maior. Um pouco de justiça social teria permitido que o salário mínimo aumentasse na mesma proporção;

**5** – Então, se a economia e a renda *per capita* aumentaram consideravelmente e os salários baixaram, vem ocorrendo uma escandalosa acumulação de renda nas mãos de uma pequena minoria, nacional e estrangeira, detentora do capital. Estas são as consequências do que costumamos chamar de modelo econômico;

**6** – A inflação e o endividamento externo fazem parte deste modelo. Os choques contra a inflação sempre são feitos à custa dos salários, os quais, a partir daí, descem para um patamar inferior, como ocorreu agora com o pacote;

**7** – Os congelamentos de preços são sempre

temporários, como consta da carta que o Sr. Ministro Funaro enviou ao FMI, no dia 12 de março último;

**8** – Cortar três zeros do velho e desvalorizar o cruzeiro e dar-lhe outro nome, enfrentar a inflação e a alta dos preços, baixar esses juros escandalosos, combater a especulação financeira, impor uma contenção ou congelamento de preços – quem poderia discordar desse conjunto de medidas? Qualquer governo que se preze teria que tomá-las. Agora, o que está sendo uma injustiça, uma desumanidade, é embutir, arditamente, dentro dessas medidas reclamadas pela população, um confisco de 25% dos salários. E mais: nenhum sacrifício, nenhuma contribuição dos que acumularam tanta riqueza – os frutos do trabalho do nosso povo – nestes

últimos decênios. Foi uma decisão unilateral e iníqua, imposta ao povo brasileiro sob a influência e inspiração das conveniências e interesses daquela faixa minoritária e favorecida da sociedade brasileira. Este é o lado indefensável do recente pacote econômico. Insisto em afirmar: nenhum sacrifício para os que acumularam. Ao contrário, impuseram uma instituição e implantaram mecanismos que lhes permitirão acumular ainda mais. Pobre povo brasileiro. Duvido que o falecido Presidente Tancredo Neves assinasse esse decreto. No fundo, ele era um homem público da escola do Presidente Getúlio Vargas. Impõe-se o sacrifício? Ele certamente decidiria: sacrifício, sim, mas distribuídos conforme as possibilidades de cada cidadão brasileiro.

*“...achincalham, intrigam e, até mesmo, injuriam, todos os dias, o meu Governo e a mim, através dos jornais, das rádios e TVs. Defender-me e questionar a conduta facciosa e a autoridade moral de nossos detratores, mais que um direito, é defender a dignidade do cargo que exerço e, acima de tudo, os reais interesses do Estado e do povo do Rio de Janeiro. Um governante, eleito pelo povo, que se deixa enxovalhar perde as condições que lhe são indispensáveis para servir e defender o interesse público.”*

## Apertando o cerco

A opinião pública do País – e muito em particular a população do Rio de Janeiro, com seu alto nível de consciência política –, certamente, não está deixando de perceber que se estabeleceu uma espécie de orquestração geral pela forma com que se divulga e apoia, de maneira incondicional e irrestrita, o pacote econômico e o Governo Sarney.

Às vezes, chego a pensar que os meios de comunicação do nosso País precisam abrir mais espaços para os que denunciam os aspectos cruéis desumanos do pacote. Com efeito, se amanhã ficar demonstrado que essas decisões econômicas consagraram o maior confisco dos salários e das rendas da população em todos os tempos, a nossa imprensa, com tantas e notáveis tradições de lutas pela causa dos direitos humanos, pode ser considerada como envolvida, ainda que inadvertidamente, numa grande cumplicidade.

Por outro lado, bastou que um governador questionasse o pacote para que sobre ele recaísse uma outra orquestração.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro passou a ter todos os defeitos e a ser responsável até mesmo pela triste herança que as elites brasileiras nos legaram, principalmente nestes 20 anos de regime discricionário. A nova onda de malhação se sobrepõe agora aos velhos juízos preconceituosos que vêm de longe; pois,

nunca se conformaram com a nossa ascensão ao Governo. A cidade do Rio de Janeiro e o interior deste Estado bem retratam o caráter predatório e egoísta com que as minorias, que vêm controlando a vida deste País, encaram as suas responsabilidades públicas. Governar, para este pequeno número de pessoas, é um “venha a nós o vosso reino” e tão somente. A deterioração dos serviços públicos e da qualidade de vida do Rio de Janeiro – cidade e interior – é o legado dessas elites às atuais gerações.

Ao perderem o Governo do Estado, desde o primeiro dia da nova Administração, só o que fizeram foi tramar dificuldades e – ontem, como hoje – entrelaçados com o Poder Federal. Propósitos intrinsecamente perversos, primários, sem nenhuma gota de respeito aos interesses legítimos da população.

Considerem: exigir, cobrar, difundir todos os males e ruínas, acidentes, carências, criminalidade; tudo enfim, como se fora o produto de uma suposta omissão e incapacidade de nosso Governo – o qual deveria, em três anos, solucionar todas as mazelas de decênios de abandono e imprevidência. De outra parte, o trabalho solerte pela sonegação de recursos, discriminando em tudo o que podem, ao Governo do Rio de Janeiro. Como se não fora suficiente, o quadro de deterioração administrativa que nos deixaram, com o Banerj falido e as finanças públicas devastadas. Diziam assim: “Com a administração do jeito que deixamos, comprometida e arrasada, se tiramos dele todos os recursos, com a cobrança que temos condições de fazer, veremos como ele vai se arrumar!”

Finalmente, agora, nesta nova onda, acionam mais um dispositivo dos muitos de que dispõem. De contrapeso, o estímulo a umas greveszinhas no Serviço Público, naturalmente para não deixar sem tarefas os novos parceiros do PC, PC do B, MR-8 etc., etc.

Tudo perfeito. Só o que não levam em conta é que a população do Rio de Janeiro é a vanguarda do nosso povo, porque detém o mais alto



nível de consciência política. E o povo brasileiro está sempre de olhos voltados para o que ocorre no Rio de Janeiro. Quem viver, verá.

**Royalties** – Como é do conhecimento de todos, o Governo Federal, através da Petrobras, deveria ter repassado ao Estado, no dia 2 deste mês, a quota correspondente aos royalties do petróleo do 1º trimestre deste ano (cerca de 150 milhões de cruzados<sup>44</sup>). É o que determina a lei. No dia 2 último, oficiamos ao Presidente da Petrobras, indicando a conta do Estado no Banco do Brasil, onde estes recursos do povo do Rio de Janeiro deveriam ser depositados. O Sr. Presidente da Petrobras informou que dependia de uma determinação do Conselho Nacional do Petróleo. Fomos ao Presidente do CNP, o qual nos declarou que o assunto está sendo discutido no Planalto (Ministro Marco Maciel) e no Ministério de Minas e Energia (Ministro Aureliano Chaves). Recolhemos a informação de que o pagamento ao Estado dependeria de uma nova lei (!). O Presidente Sarney sancionou a lei dos royalties em Campos, comprometendo, frente ao povo fluminense, a sua própria palavra. Se dependia de alguma regulamentação para entregar estes recursos aos municípios, por que não tomaram estas providências nestes quase quatro meses? Mas, no caso do Estado, a rigor, não existe razão alguma para novas exigências. Não há o que regulamentar. A Petrobras sabe o óleo e o gás que extraiu e dispõe dos preços. Basta um simples cálculo, isto é, 1,5% sobre este total; e nada mais, senão depositar estes recursos em nome do Estado. O que se pretende, afinal? É bom que a população do Rio acompanhe este assunto, como o fez até agora.

**Sarney em Santa Cruz**<sup>45</sup> – O Jornal “O Globo” publica matéria referindo-se, de forma inverídica – além de comentários tendenciosos –, a detalhes relacionados com a presença do Presidente Sarney. Preocupação do jornal: desmerecer o

Governador Leonel Brizola. A matéria é tão facciosa que não pode impressionar ninguém, mas nos enseja a oportunidade de relatar a verdade do que se passou na Base Aérea de Santa Cruz. O Presidente foi recebido com aplausos que correspondem a um Chefe de Estado. Por isso, não se exagere. Assisti a várias solenidades semelhantes ao lado do Presidente Figueiredo. Não houve nenhuma diferença em matéria de aplausos e acolhimento. Inclusive, em relação ao número de pessoas que tomaram a iniciativa de apertar as mãos do Chefe de Estado. Como sempre, o Presidente foi cortês comigo, e de minha parte, evitei tomar qualquer iniciativa sobre assuntos estranhos à solenidade. Os meus “mui amigos” do “O Globo” precisam chamar a atenção do “politik comité”. Esta foi fraca e vulgar. Porque serviu apenas para evidenciar a grosseira parcialidade de um grande jornal. Nessa linha, dentro em pouco, não haverá nenhuma diferença entre o “Globo” e o “Estadão”.

**Pedreira** – Mais uma vez, o pomposo Sr. Fernando Pedreira nos agride. Sua credibilidade anda voando muito baixo, tantos têm sido os conceitos pueris e a jactância com que pretende julgar os outros. Agora mesmo, iguale-se a outros detratores e vem dizer que o meu Governo “tem alianças com bicheiros e que os banqueiros do bicho passaram-se todos para o PDT”. O que Pedreira merece mesmo é uma interpelação judicial. Vou pensar como proceder. Como em nosso País qualquer jornalista processado, mesmo um irresponsável, é sempre transformado numa vítima, vou fazer uma avaliação. Pedreira é um egresso da esquerda ortodoxa. Fez autocrítica e agora está integrado nas elites. Ao transformar-se num cortesão, fino e requintado, é natural, tornou-se mais realista que o rei. Mas quem lê os seus artigos ou tem o privilégio de conviver com ele, sabe que ele é mesmo o próprio Chantecler, o Galo de Rostand, aquele que considerava que o sol

44 Para converter cruzado em dólar, divida por 13,84

45 Primeira citação feita ao Sistema Globo: já foram publicados 55 tijolaços.

somente nascia porque ele cantava todas as manhãs. E que galo faceiro, brilhante e rosado!

**Professorado** – Felizmente, restabeleceu-se um clima de normalidade no ensino público. Viveu-se uma crise de graves consequências. A esta altura do ano, as nossas crianças não tiveram mais que 20 dias de aulas regulares. O professorado, em nível nacional, reivindica três salários mínimos de piso. Não se tem notícia que qualquer outro governador tenha concedido o que concedemos: 3,5 salários mínimos. E o Rio de Janeiro é o único estado que tem greve de professores. Além de outras que grupos aparelhados vêm articulando em diversos setores do Serviço Público. É a onda:

delenda Governo do Rio de Janeiro. É, no fundo, o sentimento discriminatório contra o nosso povo. Não podem dizer publicamente, mas são os CIEPs que as forças que estão atrás de tudo isto pretendem atingir. Vamos demonstrar que, a partir do momento em que assumirmos o nosso Governo, passamos a dar melhorias reais de salário ao professorado. O cálculo que o Globo tão pressurosamente publicou, invocando o valor dólar, não tem procedência. Isto porque quem dita a política econômica e salarial, fixa o valor do dólar e limita as receitas públicas é o Governo Federal. Portanto, aquele cálculo poderá ter uma significação para o plano nacional.

*“...achincalham, intrigam e, até mesmo, injuriam, todos os dias, o meu Governo e a mim, através dos jornais, das rádios e TVs. Defender-me e questionar a conduta facciosa e a autoridade moral de nossos detratores, mais que um direito, é defender a dignidade do cargo que exerço e, acima de tudo, os reais interesses do Estado e do povo do Rio de Janeiro. Um governante, eleito pelo povo, que se deixa enxovalhar perde as condições que lhe são indispensáveis para servir e defender o interesse público.”*

## Acabar com a inflação por decreto?

Será isto possível? Por que então há muito não se decretou o fim da inflação, considerada por todos um mal que vem corroendo os salários, elevando os preços, desmoralizando o País; em suma, uma desgraça nacional? Por que em outros países – assolados, há tantos anos, por este mal terrível – não fazem o mesmo se, para terminar com a inflação, bastaria assinar um papel, publicá-lo, acionar uma Rede de Televisão e pedir ao povo para fiscalizar o congelamento de preços? É o que, a esta altura, todos os brasileiros já se perguntam. É por esta linha de raciocínio que o povo brasileiro vai se dar conta de que foi vítima de um envolvimento perverso e que, finalmente, foi ludibriado em sua boa-fé.

Douraram a pílula. Sob as luzes ofuscantes da propaganda massiva do congelamento de preços e da guerra à inflação – apresentando-a como objetivo principal; causa nacional e patriótica; conclamando o povo para que se libertasse daquela angústia real que o oprimia – embutiram, cavilosamente, o verdadeiro objeto do pacote econômico: o sequestro, o confisco unilateral e desumano de 25% dos salários e das rendas populares. Claro; assim é possível

acabar com a inflação por alguns dias ou poucos meses, varrendo uma gigantesca massa de recursos das parcas rendas populares para compensar o rombo das perdas internacionais que, de forma crescente, vem sofrendo a economia do País, como também para sustentar a continuidade da escandalosa acumulação em benefício de uma faixa minoritária da sociedade.

Agora, já se anuncia a liberação dos preços (o descongelamento). Não sei como o Sr. Presidente José Sarney conseguirá explicar-se, tendo em consideração as afirmações peremptórias que fez, há poucos dias, ao povo brasileiro, em Rede Nacional de Rádio e Televisão.

Tudo estava previsto. Este plano foi elaborado pelos grupos econômicos, do exterior e daqui, com o assessoramento do Fundo Monetário Internacional. A tarefa dos chamados economistas do PMDB e do Governo foi a de envolver em açúcar a pedra de sal amargo. Os políticos conservadores são frios e calculistas, principalmente os que fizeram parte do regime e, por isso, não têm problemas de consciência. Quanto aos da antiga oposição, talvez não ocorra o mesmo. Quem sabe não serão esses problemas de consciência a causa profunda da “estafa” do Sr. Ulysses Guimarães? Os chamados “jovens economistas” desempenharam um papel semelhante aos dos tripulantes dos aviões que lançaram a primeira bomba atômica. Sob o fascínio da “missão salvadora”, atuaram com requintes de técnica e precisão, deixando de considerar, porém, que lá embaixo sucumbiram centenas de milhares de seres humanos. Talvez por isto, esqueceram também o que ocorreu com o Sr. Roberto Campos – o desprezo público. Como se explica, já a esta altura, as angústias e os destemperos da Professora Conceição Tavares?

Congelamento, sim, para ir às causas da inflação. Sacrifícios para defender o País? O povo brasileiro nunca se negou, na paz e na guerra. Sacrifícios, porém, para todos, com justiça e equidade.

Moral e eticamente nenhum governo poderia assumir este tipo de decisão, discriminatória e injusta. Ainda mais, quando se explorou a boa-fé e a inocência de nosso povo para deixar intacto o patrimônio acumulado por alguns poucos e criar uma nova instituição, que coloca o trabalho num patamar mais inferior ainda em relação aos privilégios do capital, cujos detentores adquiriram, a partir de agora, novos mecanismos de acumulação.

\* \* \*

**Greves** – Neste momento, o Rio de Janeiro é o único Estado que vem registrando a ocorrência de greves no Serviço Público. É uma situação parecida com aqueles estranhos episódios que se verificaram no início do meu Governo – de invasões e saques de supermercados. A diferença é que aqueles eram feitos com a mão direita, e estas greves de agora, com algumas mãozinhas que se autoproclamam de esquerda. O que identifica os dois movimentos é o agrado ao Poder Federal. Não há quem não se dê conta das obsessivas preocupações das forças políticas que integram ou apoiam o atual oficialismo federal (PMDB-PFL e mais PCB, PC do B, MR-8 etc.) em formar uma união perversa e destrutiva contra o PDT e o Governo do Rio de Janeiro. Chegaram a ponto de transformar o Ministério da Previdência Social em centro de maquinações e atividades políticas conspiratórias, sob a batuta do herdeiro, do filho biônico do lacerdismo, sem nenhum escrúpulo e respeito para com a população. Além do bloqueio de recursos e das articulações que esses políticos vêm fazendo, compreende-se que algumas greves e impasses nas bases administrativas do Governo do Estado do Rio de Janeiro fazem parte da lógica desses propósitos e interesses espúrios. Nos meses que antecederam o dia 24 de agosto de 1954, quando o Presidente Getúlio Vargas foi levado ao desespero e à morte, recorde que essa união também havia se estabelecido: era o conservadorismo e a direita de braços dados com a esquerda pretensiosa e

sectária. Ocorre que agora os tempos são outros. Tudo está mais claro e a população incorporou às experiências vividas mais aquele ensinamento da história. Não se tratava da esquerda popular e democrática, mas sim de grupos elitistas aparelhados que, em função de suas ambições, prestavam cegamente serviços à direita. Como agora.

**O Globo** – Como se sabe, é um dos mais importantes órgãos da imprensa brasileira. Não só pela sua idade, volume, tiragem etc., mas, principalmente, pelo que afirma e diz. Seus leitores se dividem entre os que se alinham ideologicamente com o jornal e os que o compram (talvez o maior número) pelos pequenos anúncios. E há um grande número de pessoas que adquirem O Globo para saber o que pensa o conservadorismo brasileiro e o capitalismo internacional. Como se sabe, igualmente, O Globo, entre os grandes jornais brasileiros, foi o que apoiou mais incondicionalmente a ditadura, foi um dos seus maiores sustentáculos. Portanto, está entre os grandes corresponsáveis por tudo o que esse regime fez de mal e destrutivo a este País. Nem mesmo para defender os mais legítimos interesses da comunidade local o Globo levantou a sua voz, como poderia ter feito. Censura? Não, autocensura. Foi cúmplice de todos os governos do Estado e da Prefeitura que nos antecederam. Nestes 20 anos é que se acumularam e agravaram os problemas de infraestrutura que hoje estão aí pesando dramaticamente sobre a população. Durante a ditadura, este jornal ofereceu apoio e carregou de elogios e referências laudatórias a todos os governos. E agora, se investe na função de “grande cobrador”! Ao tomar posse no Governo do Estado, em nome do interesse público, procurei a sua colaboração. Procedi sem levar em conta certos antecedentes, como foi aquele escabroso episódio da Proconsult. Mas tudo foi em vão. Mesmo a colaboração da crítica construtiva, esse jornal vem negando, até agora, ao meu Governo. Sua preocupação permanente

sempre foi a de intrigar e envenenar a opinião pública contra a atual Administração. Antes de reclamar ou cobrar, **O Globo** precisa fazer a sua *mea-culpa*, isto é, pedir perdão ao nosso povo pelo apoio e sustentação que deu a 20 anos de ditadura, período em que se deterioraram as condições de vida do Rio de Janeiro. Seus proprietários foram patrocinadores, beneficiários e influentes, como ninguém neste País, nos setores governamentais de decisão. Por que permitiram tudo isto? Seus editoriais, suas reclamatórias e suas cobranças, por estas inequívocas razões, há muito deixaram de ter credibilidade pública.

**500 CIEPs** – Estamos abrindo concorrência pública para a construção de mais 200 CIEPs. É a etapa final do nosso programa de 500 Centros Integrados de Educação Pública, que se destinam a assistir e a educar 600 mil crianças e adolescentes, em horário integral, com alimentação completa, médicos, dentistas, esportes e a segunda professora para as lições.

São escolas como as que têm os filhos dos ricos e da classe média, comparáveis às que proporcionam às suas crianças os países que cuidam do futuro de seu povo. É importante dizer, ainda, que estamos criando oportunidades de emprego para cerca de 25 mil professoras recém-formadas e até agora sem chance de exercer o magistério. Além de médicos e dentistas, mais de 15 mil pessoas encontrarão trabalho em serviços auxiliares. Só foi possível encerrar esta última etapa, porque estamos colocando à venda cerca de 500 milhões de ações da Petrobrás. Os CIEPs são instituições que questionam por dentro este “sistema” de injustiça social imperante em nosso País. É por isto que a **Rede Globo e o jornal O Globo** são contra os CIEPs e – embora timidamente digam que não – instigaram, de fato, a greve dos professores. Este programa é o esforço máximo de um Governo que vem trabalhando como uma fortaleza sitiada. O futuro e o tempo falarão por nós.

# Capitalismo inviável

Os pequenos e médios empresários brasileiros, com o correr do tempo, irão aperceber-se de que o sistema capitalista que se vem implantando em nosso País não é o mesmo que se desenvolveu, ou que atualmente existe, em nações como os Estados Unidos, Alemanha, Japão, França, Inglaterra, Itália e tantas outras. Nestes países, o desenvolvimento capitalista nunca se dissociou de uma consciência nacional; jamais descuidou de sua autonomia e de seu poder de decisão.

Acumularam com a exploração colonial, é verdade. Mas, é uma verdade ainda maior que seus governos e classes dirigentes nunca descuidaram de seu desenvolvimento científico e tecnológico; nunca entregaram suas finanças e relações de comércio ao controle estrangeiro, muito menos ainda, as suas riquezas naturais e as matérias-primas que possuíam. As elites dessas nações, caso típico do Japão, compreenderam desde o início que o desenvolvimento nacional só é possível quando construído pelas mãos de seu próprio povo. Portanto, em lugar de associações espúrias e conflitivas com interesses internacionais, alicerçaram suas bases numa aliança com suas populações. Processou-se, por decorrência, uma crescente distribuição de renda – e não é nenhuma concessão reconhecê-lo – de tal modo que o sistema capitalista nesses países foi adquirindo um conteúdo social. Seus empresários, por força das exigências da população que vive de salários, de cujo apoio não podiam prescindir, tiveram de reconhecer que os frutos do trabalho pertencem a todos e não exclusivamente a eles. A ampla distribuição da renda trouxe estabilidade e autossustentação na economia. Implicitamente,

estabeleceu-se uma espécie de pacto social e político, favorável às exigências de uma ordem democrática estável. Estas sociedades garantiram a sua identidade e independência, e evoluem – em termos de civilidade – para níveis superiores de convivência social. Tornam-se cada dia mais igualitárias, à medida que restringem e substituem, por novas estruturas, as práticas desumanas do capitalismo.

No Brasil, o grande empresariado e os governos sob sua influência preferiram o apoio e alianças com o capitalismo internacional, em vez de alicerçar o desenvolvimento capitalista em nosso próprio povo, como se verificou naquelas nações. Lembro-me das teses que defendiam, ardentemente, há 30 anos, suas lideranças e entidades: “fronteiras abertas ao capital estrangeiro, porque só assim teremos desenvolvimento e tecnologia etc.” Defenderam uma ordem econômica – conforme diziam “democrática, aberta e livre” –, como aquela da raposa dentro do galinheiro.

Como está na ordem natural das coisas, foi se gerando um clima de desconfiança e distanciamento, cada vez maior, entre a generalidade do nosso povo e os grandes capitalistas e grupos empresariais. As coletividades presentem o perigo e sabem identificar os seus inimigos.

Como aqueles grupos hegemônicos de nossa economia não conseguiram derrubar, através de eleições livres, certas resistências, aprofundaram finalmente o modelo econômico com uma ditadura de 20 anos. Internacionalizaram a economia. Agravaram a nossa dependência externa. O Brasil tornou-se o maior devedor do mundo. Levaram o País à crise e ao paroxismo. A população empobreceu e a riqueza acumulou-se em mãos de uma minoria. A desorganização, a insuficiência de serviços públicos essenciais e a ordem social interna tornaram-se um verdadeiro atentado aos direitos humanos de 130 milhões de brasileiros.

Em contraposição, proclamam: “o Brasil tornou-se a oitava economia do mundo!”. Mas se o

Brasil é a oitava nação produtora de riquezas, bens e alimentos, para onde vai e a quem beneficia esta gigantesca massa de produção? Se o grande empresariado daqui, embora tenha acumulado, continua afirmando que não há renda a distribuir, para onde vai a maior parte da riqueza produzida? São fatos e não palavras. A resposta é clara, como dois e dois são quatro: vai para os sócios insaciáveis que estão lá fora, aos quais não interessa o que possa estar sucedendo com o nosso povo e com os destinos deste País. Para eles, somos um mercado, apenas um negócio que deve render lucros. Uma área reserva de matérias-primas.

Este modelo econômico, como se vê, pressupõe a miséria e os mais baixos níveis de padrão de vida para o povo brasileiro, porque não pode fazer a distribuição de renda. E mais, precisa que grande parte de nosso povo continue mergulhada no atraso e na marginalidade para poder dispor de mão de obra abundante e barata. É predatório e compromete os destinos da Nação. A própria inflação e o endividamento fazem parte de sua essência. A inflação e a alta dos preços são mecanismos de transferência de renda. Só são reprimidos quando se tornam galopantes, pelo perigo de uma convulsão social. E o fazem, através de pacotes baixados discricionariamente, e sempre confiscando os salários e as parcas rendas populares.

Em suma: trata-se de um sistema capitalista inviável. É uma questão de tempo a derrogação deste modelo econômico. É inviável, porque afronta os mais autênticos e profundos valores da nacionalidade – os nossos próprios sentimentos de patriotismo.

Só conseguirá manter-se com a força, ostensiva ou dissimulada. Ou então, a golpes de esperteza e astúcia, como ocorreu agora com este pacote econômico. Com efeito, se dependesse do voto livre da cidadania deste País, jamais conseguiriam confiscar 25% dos salários e das modestas rendas de nosso povo. Só um governo não eleito pela população, utilizando

os instrumentos do arbítrio, é que pôde conseguir mais uma prorrogação deste sistema econômico, varrendo uma gigantesca massa de recursos para alimentar as fornalhas de nossos espoliadores.

Mesmo assim, trabalham afanosamente, por mil caminhos e espertezas, para estabelecer uma ordem jurídica que legitime, não só tudo o que se fez de lesivo nestes 20 anos, como especialmente venha a consagrar este sistema econômico desumano, perverso e antipatriótico. O que pretendem, na verdade, é apenas a institucionalização de um regime, sob a hegemonia de uma classe – a dos grandes grupos empresariais, daqui e do exterior. De nenhuma forma, uma verdadeira ordem democrática e republicana, que não comporta e nem admite o controle e o predomínio de nenhuma classe social sobre o conjunto da Nação.

**Royalties da vergonha** – Esta luta do povo do Rio de Janeiro em torno dos **royalties** do petróleo daria para escrever uma novela. Duas leis foram aprovadas pelo Congresso nestes dois anos. A mais recente contou com o acordo geral. O Presidente Sarney, Ministros e até unanimidade no Congresso. Assim mesmo, introduziram um substitutivo no Senado para exaltar o Senador Carneiro. E uma emenda da maioria PMDB-PFL, transferindo a vigência da lei para o segundo semestre deste ano. O Presidente Sarney vetou este adiamento e veio a Campos promulgar, em praça pública, a lei dos **royalties**, no dia 27 de dezembro último. Discursou solenemente, tornando-se, na impressão de todos, o guardião daquelas conquistas e direitos do povo fluminense... A lei entrou em vigor em 1º de janeiro e o primeiro pagamento deveria se verificar a 2 de abril. Neste dia, fomos a Petrobras receber o dinheiro, e nada. Tudo dependia de Brasília. Agora – passados quatro meses –, resolveu o Presidente Sarney regulamentar a lei com outra lei, pendente, outra vez, de aprovação do Congresso. Será a terceira lei, a qual, por

sua vez, inclui novas exigências, inclusive a de que precisa ser também regulamentada. É incrível! Nem mesmo uma criança deixa de entender que tudo isto está eivado da mais mesquinha politicagem. Pura protelação para evitar que o Governo Leonel Brizola venha a receber estes recursos. O que é triste e deplorável é que, nesta sanha de perseguir e cercear o Governo do Estado do Rio de Janeiro, desconsidere, sem nenhum escrúpulo, os superiores interesses do nosso Estado, já tão atingido pela discriminação. Vamos ver, agora, o desempenho das chamadas “forças vivas” de nosso Estado – aqueles que tanto cobram e reclamam do meu Governo. Os meus “amigos” das **Organizações Globo** nem piaram. Esta questão dos **royalties** presta-se muito bem para o julgamento da população, que é sempre honesto e honrado. **Telegrama ao Presidente Sarney** - “Exmo. Sr. Presidente José Sarney. Palácio do Planalto. Brasília. DF. Em nome do povo do Rio de Janeiro e de seus mais legítimos interesses,

venho manifestar a V. Exa., o nosso protesto por mais este ato discriminatório e injusto de seu Governo contra o nosso Estado e sua economia, ao fazer depender o pagamento dos **royalties** do petróleo de uma nova lei, expediente que, na prática, significa uma procrastinação injustificável. Saudações, Eng. Leonel Brizola, Governador do Estado do Rio de Janeiro.”

**Greve dos ferroviários** – Por uma questão de justiça, quero deixar aqui registrado o reconhecimento do povo trabalhador do Rio de Janeiro pelos incansáveis esforços do Ministro Almir Pazzianotto, em busca de uma solução que venha encerrar a greve dos ferroviários. O Ministro deslocou-se para o Rio de Janeiro duas vezes, dedicando muitas horas de seu tempo aos entendimentos. Deu um exemplo a todos nós. Os 800 ônibus que estamos mobilizando não resolvem, nem mesmo precariamente, a situação. Só a normalização dos trens suburbanos oferecerá o transporte que necessita a nossa população.



Nº 44 – 16 de maio de 1986

*“...achincalham, intrigam e, até mesmo, injuriam, todos os dias, o meu Governo e a mim, através dos jornais, das rádios e TVs. Defender-me e questionar a conduta facciosa e a autoridade moral de nossos detratores, mais que um direito, é defender a dignidade do cargo que exerço e, acima de tudo, os reais interesses do Estado e do povo do Rio de Janeiro. Um governante, eleito pelo povo, que se deixa enxovalhar perde as condições que lhe são indispensáveis para servir e defender o interesse público.”*

## Síndrome da ilegitimidade

Bastou que o Governador do Rio de Janeiro assumisse uma posição crítica em relação ao pacote – que confiscou impiedosamente 25% dos salários e rendas populares – para que se desencadeasse da parte das principais autoridades do Governo Sarney toda uma política de restrições, sistemática e rancorosa, contra a Administração deste Estado. As nossas inevitáveis críticas e denúncias aos aspectos negativos e perversos desse conjunto de medidas ditado pelo atual Governo vieram, a rigor, apenas agravar uma situação que já se tornava mais que evidente.

Com efeito, desde que se instaurou no País – via Colégio Eleitoral – o atual Governo, foram se tornando claras as suas reservas para com o Estado do Rio de Janeiro e seu Governo. Notava-se que aquelas tergiversações dos primeiros tempos encobriam uma preocupação insólita da Nova Situação para conosco. Seria ainda o eco do Comício da Candelária? Tinha-se a impressão de que o povo do Rio de Janeiro e seu Governo, ainda que não pretendessem, representavam para eles uma desconfortante inquietação. É que permanecemos fiéis aos solenes compromissos assumidos com o nosso povo nas praças públicas: de instituímos, tão pronto quanto possível, um governo

plenamente legítimo para o nosso País, o qual somente poderia surgir do voto livre e direto de nossa cidadania.

Em função daqueles compromissos, não seria possível deixar de considerar o Governo do Senhor Presidente José Sarney um governo provisório. Para nós, da oposição, a legitimidade deste governo estaria em sua transitividade. Reclamar a fixação de uma data para as eleições, para nós, sempre foi uma questão de coerência e fidelidade aos direitos democráticos de nosso povo. O futuro e o tempo demonstrarão que o erro de não se convocar eleições presidenciais simultaneamente com as do Congresso Constituinte, a 15 de novembro deste ano, corresponde, tão somente, aos mesquinhos interesses das oligarquias conservadoras, em prejuízo das reais e legítimas conveniências do povo brasileiro.

Ultrapassados os primeiros momentos de perplexidade, o Senhor Presidente José Sarney e as cúpulas da chamada Aliança Democrática foram assumindo a tentação do “fiquismo”. A partir de então, as principais decisões do atual Governo têm sido tomadas sob a influência de uma atmosfera impregnada de certa e estaanha compulsão; uma espécie de síndrome da ilegitimidade.

Os registros da História nos demonstram que os governos contaminados por este tipo de enfermidade institucional podem tornar-se, com o tempo, extremamente perniciosos aos direitos dos povos. Proclamam-se legítimos, mas suas decisões são sempre impregnadas de facciosismo, pela permanente preocupação com a sua continuidade. Ao encarar os interesses gerais da Nação, jamais conseguem assumir aquela visão de magistratura, serena e isenta, que só a legitimidade proporciona. Muitas vezes, governos com estas características podem se tornar mais daninhos e inescrupulosos que os próprios governos de fato. Pois, em relação a estes, os povos estão sempre atentos e prevenidos.

Que outra explicação é possível invocar para este procedimento do Governo Sarney para com os interesses do povo do Estado do Rio de Janeiro? E o que dizer desse episódio dos **royalties** do petróleo, em que o próprio Presidente Sarney aqui veio, publicamente, empenhar a sua própria autoridade? Só um governo inseguro e atormentado por preocupações não confessadas é que poderia proceder dessa forma. O próprio pacote econômico tem um conteúdo político e de insensatez só explicável por estas mesmas razões.

O saudoso Presidente Tancredo Neves assumiu, espontaneamente, alguns importantes compromissos com o povo do Estado do Rio de Janeiro e meu Governo. E o Senhor Presidente José Sarney ratificou expressamente estes mesmos compromissos. Todos eles foram motivos de expedientes específicos e entregues em mãos de Sua Excelência, nos primeiros dias de seu Governo.

Além daquela colaboração normal que a União tem o dever de proporcionar a todos os Estados, o Governo do Presidente Sarney comprometeu-se a transferir a Light e a TV Educativa para o Estado, conceder e pagar os **royalties** do petróleo, como também assumir os ônus com a construção e funcionamento do Metrô, por ser uma obra da União.

Como todos sabem, até agora rigorosamente nada foi cumprido. Não há sequer uma simples perspectiva de que estes assuntos venham a ser resolvidos.

Atingimos, agora, a fase das ameaças e dos bloqueios. O Prefeito Saturnino Braga vem sendo vítima dos mesmos rancores. Alegam motivos os mais ineptos para deixar de transferir recursos que pertencem ao Estado e ao Município. Há mais de um mês que os Ministros da Justiça e do Planejamento se escusam de marcar as audiências solicitadas pelo professor Eduardo Seabra Fagundes e o economista Theodoro Buarque de Holanda, Secretários da Justiça do

Planejamento de nosso Estado. Recusam-se a discutir e repassar os recursos correspondentes aos compromissos da União, destinados ao sistema penitenciário e ao Metrô. O BNDES continua fechado, como vem ocorrendo há quase três anos. Tornou-se um feudo do Sr. Funaro e do Governador Montoro. O Sr. Fernão Bracher, do Banco Central, vem tratando o Banerj desrespeitosamente. A este tecnocrata, que saiu do Bradesco para o Banco Central, espero oferecer algumas lições sobre como deve se conduzir um homem público neste País.

Enfim, ao povo do Estado do Rio de Janeiro e à opinião pública do País, gostaria de dizer, finalmente, que diante deste quadro de ameaças ao interesse coletivo que represento, o meu dever é um só: permanecer à frente do Governo até o último dia do meu mandato e assumir, firmemente, a defesa dos legítimos interesses do Estado do Rio de Janeiro e do seu povo.

Vamos em frente, em busca de nosso destino.

**Assentamentos humanos** – Vêm se ampliando de tal forma as atividades da Comissão de Assuntos Fundiários que decidimos criar, sem aumento de despesas burocráticas, uma Secretaria de Estado para a questão fundiária e projetos especiais de assentamentos humanos no interior rural e áreas favoráveis ao desenvolvimento de cinturões verdes. Pretendemos, com o novo órgão, trabalhar com mais amplitude e intensidade pela paz social, por mais justiça e oportunidades para nossa gente, ensejando – nos limites de nossas possibilidades – terra aos que não têm um pé de chão para sobreviver e produzir. Em suma: democratizar a propriedade. O novo órgão terá como finalidades essenciais: promover novos assentamentos humanos, dirimir conflitos, estimular a utilização racional e produtiva das pequenas e médias propriedades que surjam através da política fundiária do Estado; elaborar e executar projetos especiais; apoiar a criação e

desenvolvimento de cooperativas; além de ensinar a comercialização e acesso direto dos produtores ao consumidor.

**Café com leite** – Não se trata de históricos conchavos entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. Trata-se do café e do leite propriamente dito. Em fins do ano passado, iniciamos um programa – Crédito Agrícola do Banerj, Assistência Técnica do IBC e Promoção do Centro de Comércio de Café, além da Secretaria de Agricultura –, visando a revitalização da cafeicultura no Estado do Rio de Janeiro. Metas: 5 milhões de covas no primeiro ano, e um total de 100 milhões de covas em cinco anos. Decorridos sete meses deste programa, podemos anunciar que, entre contratos assinados ou liberados e outros em tramitação, já atingimos as 5.446.503 covas, abrangendo uma área de 3.371 hectares, com financiamentos totalizando Cz\$ 20.888.550,00<sup>46</sup>. Estes financiamentos contemplam pequenos e médios produtores da região noroeste do Estado (Itaperuna, Natividade, Varre Saí, Porciúncula e outros). As agências do Banerj preveem que o plantio atingirá, neste primeiro ano, os 15 milhões de covas, três vezes mais do que o previsto, com a geração de 30 mil novos empregos na região. Houve um sensível aumento no salário básico dos trabalhadores rurais, que ganhavam Cz\$ 10,00 antes do programa e, hoje, chegam a atingir a diária de Cz\$ 120,00. Agora, o Banerj e a Administração do Estado preparam-se para realizar um programa de

construção de casas para os que trabalham nas novas lavouras e linhas especiais de crédito para aquisição de maquinaria e implementos agrícolas, construção de silos e terreiros para secagem de grãos. Quanto à produção de leite, o Estado do Rio de Janeiro é a única das grandes regiões produtoras do País que aumentou neste último ano a sua produção, em mais de 5%. Trabalho conjunto com as cooperativas, a Emater e outros serviços do Estado; com o Banerj financiando, naturalmente. Nossa política: leite produzido, leite comprado. Foi assim que conseguimos melhorar e elevar a produção, possibilitando-nos o fornecimento de leite da melhor qualidade a cerca de 500 mil crianças de nossas escolas públicas, diariamente. Nesse ritmo, dentro de meia dúzia de anos, o Estado estará produzindo café e leite para o nosso consumo, para industrializar e até mesmo vender.

**Há 40 anos** – A população de Itaboraí há 40 anos vem reclamando um sistema de abastecimento de água. Finalmente, ontem, sábado, foi inaugurado este indispensável serviço público que beneficia os seus 25 mil habitantes, inclusive o Distrito de Venda das Pedras. A obra foi realizada pela CEDAE em oito meses, com um investimento em torno de Cz\$ 12.000.000,00 (doze bilhões de cruzeiros). O sistema é apoiado por uma elevatória em Porto das Caixas, sobre o Rio Aldeia, e conta com dois reservatórios, com capacidade total de 1.700.000 litros, tendo 8.502 metros de linhas adutoras.

<sup>46</sup> Para converter cruzado em dólar, divida por 13,84

*“...achincalham, intrigam e, até mesmo, injuriam, todos os dias, o meu Governo e a mim, através dos jornais, das rádios e TVs. Defender-me e questionar a conduta facciosa e a autoridade moral de nossos detratores, mais que um direito, é defender a dignidade do cargo que exerço e, acima de tudo, os reais interesses do Estado e do povo do Rio de Janeiro. Um governante, eleito pelo povo, que se deixa enxovalhar perde as condições que lhe são indispensáveis para servir e defender o interesse público.”*

## Sistema colonial

Afirmamos que o “capitalismo” que se vem implantando no Brasil é um modelo econômico inviável porque afronta os mais profundos e inarredáveis valores de nossa nacionalidade. Este modelo econômico não conseguirá se impor porque aniquila direitos fundamentais do povo brasileiro.

A rigor, não se trata, nem mesmo, de um modelo capitalista. Estamos sendo submetidos a um sistema colonial que passou a utilizar as modernas técnicas do capitalismo e, por isso, vem se tornando, cada dia, mais predatório e espoliativo.

Com efeito, as nações que adotam o capitalismo como sistema econômico, com algumas variantes entre elas, são os Estados Unidos e Canadá, países da Europa Ocidental, Japão, Austrália, Nova Zelândia, essencialmente. Todas estas nações, nestes 41 anos do pós-guerra, têm algumas características comuns e fundamentais: ordem democrática e o Estado de Direito; seus cidadãos votam e instituem governos legítimos; crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico, conservando sempre o seu poder de decisão; não destroem seu ambiente de vida e não alienam ou exploram predatoriamente seus recursos naturais; suas economias crescem e a renda é distribuída, elevando o padrão de vida e as oportunidades de suas populações; fazem reformas de suas estruturas

internas e organizam racionalmente seus assentamentos humanos; pagam os mais altos salários, não têm inflação e dispõem de amplos e eficientes serviços públicos; zelam, acima de tudo, pelo seu futuro, isto é, pela saúde, o desenvolvimento e a educação de suas crianças, jovens e adolescentes.

É que nestes países, estabeleceu-se, desde o início do desenvolvimento capitalista, uma espécie de aliança – que lhes tem sido vital – entre seus governantes, dirigentes e suas populações. Trabalham e atuam com uma consciência nacional. Nestas nações, em princípio, não há negócio com ninguém de fora, se isso importar o sacrifício dessa aliança. E o ambiente democrático garante às maiorias que vivem de salários um poder de pressão e equilíbrio, de tal forma que estas sociedades conseguem avanços e conquistas, cada vez maiores, na direção de uma democracia de conteúdo social, podendo e limitando as injustiças do capitalismo.

E aqui no Brasil, o que se verifica? A nossa economia, nestes 40 anos, cresceu consideravelmente. Mais de dez vezes. Tornou-se, como dizem, a oitava economia do mundo. Mas, em lugar de uma ordem democrática, tivemos 21 anos de ditadura. E o entulho de leis e instituições autoritárias continua prevalecendo. Há quase um quarto de século a nossa cidadania vem sendo impedida de exercer o seu direito de votar e instituir um Governo legítimo para o País. A generalidade da população baixou a sua renda e o seu padrão de vida: o salário mínimo em 1941 era de US\$ 85,00 e, hoje, é de US\$ 58,00 (Pacote Sarney-Funaro. Pelo câmbio livre é de US\$ 40,00!), refletindo-se essa perda, também, sobre os que ganham até dois e três salários (75% de nossa população economicamente ativa e maior de 15 anos), quanto sobre os demais níveis salariais. Agravou-se a nossa dependência econômica e tecnológica. Somos os maiores devedores do mundo: US\$ 100 bilhões. Cada brasileiro, além de vir ao mundo mais pobre, já nasce devendo US\$ 770,00. E

para conter os preços e a inflação galopante, nossos governos ainda confiscam os aviltados salários de nossa gente, mediante pacotes e choques impostos como fatos consumados. O nosso imenso e rico território vem sendo depredado e os assentamentos humanos são um verdadeiro caos, comparados com aqueles países. Os nossos serviços públicos essenciais são precários e mais que insuficientes. A educação e os cuidados com as nossas crianças e jovens constituem-se num verdadeiro escândalo de abandono e extrema marginalidade. O futuro é incerto e inseguro para quase todos eles.

E a renda dessa economia que cresceu mais de dez vezes, tornando-se a 8ª do mundo? Os governos emitem papel-moeda, que gera inflação, porque a receita pública não é suficiente para os seus imensos encargos. Se as minorias de grandes empresários fossem compelidas a distribuir o que acumularam nestas quatro décadas, de nenhuma forma essa riqueza corresponderia aos frutos gigantescos de uma economia que cresceu dez vezes, tornando-se a 8ª produção do mundo.

E onde estão, ou para onde se escoam, os frutos do trabalho e da produção do povo brasileiro?

Esta riqueza incomensurável que vai embora e desaparece, corresponde a tudo o que nos falta aqui dentro. É a parte do leão que se destina aos insaciáveis sócios do mundo exterior, que os grupos empresariais dominantes em nosso País foram buscar lá fora, em lugar de estabelecer a aliança que deveriam ter feito com a população brasileira. É tão grave e cruel este mecanismo de exploração sobre a economia de nosso País que, além de tudo isto, ainda devemos tanto lá fora que nem sequer conseguimos pagar os juros, cujas taxas são fixadas pelos nossos próprios credores.

Capitalismo é o que há naqueles países. Aqui, estamos submetidos a um regime de natureza colonial, que não pode subsistir. Por que insistir com um sistema que se revelou

inconveniente e inaceitável, numa experiência de 40 anos? A sua derrogação, enérgica e esclarecida, é mais que uma causa. Com os dias, vai se tornar uma bandeira, um imperativo da própria sobrevivência do povo brasileiro. Engane-se quem quiser. O correr do tempo deixará cada vez mais clara esta questão. E não há de ser pela cumplicidade de alguns poucos que a Nação brasileira deixará de ter o destino próprio a que tem direito.

**Economia** – Estou determinando o retorno de cerca de mil funcionários cedidos ao Governo Federal, com ônus para o nosso Estado, a fim de fazer economia. É que a nossa disposição de colaborar tem limites. Trata-se de alguns bilhões antigos, por mês. E isto é muito dinheiro. Ainda mais quando a União sempre se recusou a nos ceder qualquer funcionário, com vencimentos. É uma questão de reciprocidade, também. E ainda mais, quando as autoridades federais decidiram, insolitamente, bloquear os repasses para o Estado de recursos e tributos que nos pertencem. Se o Presidente Sarney julgar necessário esses servidores continuarão à sua disposição, mas sem ônus para o nosso Estado.

**Banerj e Banco Central** – Estou ciente, como não podia deixar de ser, da forma agressiva e do diálogo insólito com que o Sr. Bracher, Presidente do Banco Central, recebeu o Presidente do Banerj. Este alto dirigente de um banco privado (Bradesco), exercendo uma função pública relevante, teve a ousadia de pretender recriminar o Banerj por estar supostamente pagando publicações do Governador do Estado do Rio de Janeiro. Além de desinformado, porque o Banerj não paga publicações, a não ser as que lhe dizem respeito, evidenciou uma preocupação maldosa e subalterna. Já deve estar sendo devidamente instruído pelo Palácio do Planalto. O que o Sr. Bracher devia fazer, em lugar desse tipo de impertinência, era explicar à opinião pública do País os quase 10 milhões de dólares que estão gastando

a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e a Petrobras com a Copa do Mundo. É exatamente por esse tipo de procedimento que, nos Estados Unidos, jamais poderia ascender ao alto cargo de Presidente do Banco Central alguém oriundo diretamente da diretoria de um banco privado. No Banco Central, e em certos círculos do Governo Federal, o que há é muita inveja pelo desempenho do Banerj.

**Emaq** – A ruína iminente deste grande e tradicional estaleiro, detentor de valiosa tecnologia, é exemplo do descaso e menosprezo do Governo Federal para com o parque industrial do Rio de Janeiro. Mais de 2.000 trabalhadores estão na iminência de perder sua fonte de trabalho, e a economia do nosso Estado ameaçada de sofrer mais um golpe de graves consequências. Por que o Sr. Funaro não concede à EMAQ a mesma assistência que a indústria de brinquedos (Trol) de sua propriedade obteve do BNDES? Por que o BNDES não trata o caso da EMAQ como fizeram o Banerj e o Governo do Estado do Rio de Janeiro com a Ciferal, recuperando-a

de um estado falimentar para o pleno trabalho e a produção, inclusive oferecendo um número de empregos maior do que em seus bons tempos anteriores?

**Deprimente** – O jornal “O Globo” estampa uma charge, de autoria de um tal de Chico (pau mandado), pretendendo achincalhar o Governador do Estado do Rio de Janeiro, invocando um passarinho muito conhecido de nossa gente do interior, o “AAPTUS CHOPI” (Vira-Bosta). Que papel deprimente para um jornal que se considera um dos mais importantes do País! Deve ser coisa do “politik comité”, dos falsos esquerdistas do Partidão que dominam a redação do referido jornal e, naturalmente, para agradar ao chefe. O que o povo do interior sabe é que aquele passarinho é um grande protetor do equilíbrio ecológico. E sabe, também, que o mal não está no passarinho, e, sim, no esterco velho e ressequido, que, quando forma uma crosta, oprime a vida e só serve para abrigar insetos venenosos e peçonhentos, além de vermes de diversas espécies.

## Divisor de águas<sup>47</sup>

O pacote econômico veio definir, de forma clara e inequívoca, o Governo do Sr. José Sarney. Por sua vez, alinharam-se em favor do pacote, e de todas as suas implicações, as forças políticas que até então vinham apoiando, frouxamente, o Governo: o PMDB (antiga oposição, que condenou por 20 anos essa prática e suas danosas consequências), o PFL (grupos desembarcados à última hora do PDS e da antiga Arena), como, também, correntes e aparelhos coadjuvantes e caudatários do oficialismo federal (PCB, MR-8, PC do B etc.). As forças econômicas que passaram a envolver e a influir no Governo Sarney são as do grande empresariado nacional e estrangeiro, tendo como cabeça de ponte, fortemente incrustada nas áreas decisórias do Poder, um grupo tecnocrático-empresarial de São Paulo. Até aqui, o simples registro de fatos e realidades que estão à vista de todos. É a base política e o entrosamento econômico do atual regime.

O Governo Sarney, com o pacote, optou e aprofundou o modelo econômico do autoritarismo: modelo que empobreceu o povo brasileiro, concentrou a renda, endividou escandalosamente a Nação e fez as mais lesivas concessões aos interesses internacionais, agravando a nossa dependência. Trata-se, como é evidente, de um modelo econômico incompatível com a liberdade e a democracia. Só com um crescente autoritarismo conseguirá manter-se num país como o Brasil. Esta é a razão porque se procrastinam as eleições presidenciais: precisam continuar aplicando, como estão fazendo, as leis

e os regulamentos discricionários da ditadura, principalmente na área econômica.

Eis o Governo Sarney. Engane-se, quem quiser ser enganado. Nem mesmo o regime de arbítrio, que imperou nestes últimos 20 anos, foi tão frio e irresponsável em aprofundar, de forma drástica como o fez, o mecanismo de dominação e empobrecimento do povo brasileiro.

A decisão pela continuidade do modelo econômico da ditadura define, também, a questão institucional. Caminhamos, pois, não para uma verdadeira ordem democrática, mas sim na direção de um simulacro de democracia; para a construção de um regime jurídico e de governo apenas com o fim de sustentar determinado sistema econômico.

Como se vê, o pacote econômico do Governo Sarney constitui-se numa espécie de divisor de águas. De um lado, estão: o FMI; os bancos internacionais; as multinacionais; os grandes empresários daqui associados ao capital estrangeiro; os meios de comunicação da cumplicidade e, agora, já sem nenhum disfarce; os políticos e tecnocratas solidários ou alinhados ao oficialismo federal. E daqui por diante, haja confundir, envolver e enganar o cidadão brasileiro, com toda a sorte de artimanhas e espertezas, com vistas às próximas eleições.

Do outro lado deste grande divisor de águas está o povo brasileiro, com suas penas e sofrimentos. Aturdido, mas não convencido. E com ele, os que não se entregarão nunca e, por isto mesmo, levantam decididamente a sua voz de advertência e de protesto. Não é sem razão, pois, que este lado seja aquele em que se encontra o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o PDT – Partido que o alicerça e lhe define os rumos. Queiram ou não as elites brasileiras, da direita ou dessa suposta esquerda que hoje

47 Este assunto foi dividido em quatro tijolões:

· Nº 46 – DIVISOR DE ÁGUAS: (1) Royalties, (2) Retenção de má-fé, (3) Outra retenção;

· Nº 47 – (4) BNDES: a Via-Crucis do Rio;

· Nº 48 – (5) CEF: Ordens de Cima; e

· Nº 49 – (6) BANERJ: Às discriminações e irresponsabilidades, respondemos com muito trabalho, moralização, eficácia e prosperidade.

integra o sistema de dominação, nós somos a continuidade da História.

\* \* \*

De início, não conseguia entender porque o Governo Federal se mostrava desinteressado e restritivo para com os problemas e as reivindicações do Estado do Rio de Janeiro. Os nossos assuntos sempre ficavam para depois. Com o passar do tempo, tais atitudes foram se tornando uma clara e indisfarçável discriminação. A partir daí, configurou-se uma situação constrangedora e intolerável.

Agora, tudo se compreende. É que, no contexto de cumplicidades com o modelo econômico em que se envolveu o situacionismo federal, o Governo do Estado do Rio de Janeiro passou a ser uma presença incômoda e intolerável para os atuais detentores do Poder. De forma mesquinha, vêm acionando e manipulando a máquina federal para entrar e oprimir o nosso Estado, especialmente quanto às questões econômico-financeiras – área em que exercem o mais desenfreado poder discricionário. É o Governo da União empenhado em criar dificuldades a um Estado da Federação. E ainda mais triste e lamentável é o apoio que os algozes do Rio de Janeiro encontram de seus cúmplices que aqui vivem, nutrindo-se, como sempre, da seiva e do trabalho de nossa população.

Agem, pois, contra nós, em função de sentimentos subalternos. Quando questionados ou pilhados em flagrante, respondem com evasivas e desmentidos superficiais e improvisados. Mas não conseguirão enganar ninguém. A opinião pública vem adquirindo, a cada dia, uma consciência sólida e esclarecida sobre este cerco vil e indecoroso, cujas consequências mais dolorosas recaem diretamente sobre a população inocente.

Vamos aos fatos. Um a um. Em sucessivas publicações.

**1. Royalties** – Foram anos de luta. Aprovação unânime do Congresso. O Presidente Sarney veio a Campos promulgar a Lei. Vetou a restrição introduzida pelos politiquieiros do PMDB–PFL para que os pagamentos só se realizassem a partir do segundo semestre (eleições...) Vejam: este é o espírito e a letra da decisão presidencial. Antecipar e não retardar os pagamentos. Acima de tudo era a palavra do Primeiro Magistrado da Nação. E que se verificou? Quando, no dia 2 de abril, procuramos receber a primeira quota, nos termos da lei e do compromisso solene do Presidente da República, nos deparamos com esta vergonha. Todos se escusavam, pois ficaram quatro meses sem tratar do assunto. Há muito já deviam estar combinados. Foi, então, que mandaram um novo projeto de lei para o Congresso. Uma nova lei para regulamentar outra lei, invocando falsas razões. No caso do Estado, a lei é autoaplicável. O que não queriam e não querem é repassar estes recursos ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, por mesquinhas preocupações eleitoreiras. O Sr. José Sarney demonstrou ser um presidente fraco. Permitiu que o facciosismo e a politicagem tivessem mais peso que a sua palavra. O que é isso se não uma política discriminatória? E mais ainda, um procedimento faccioso e lesivo ao interesse público. Aos cúmplices que vivem aqui e se nutrem do Rio de Janeiro, não adianta argumento algum. As Organizações Globo, por exemplo, chegam a ponto de não considerar este episódio um fato jornalístico, digno de seu noticiário. Nos primeiros dias de abril, deveriam repassar ao Estado cerca de Cz\$ 300 milhões<sup>48</sup> (300 bilhões de cruzeiros). Daqui a uma semana, deviam estar repassando quantia igual. Tudo indica que o repasse de outubro também não será feito. Aí temos, portanto, quase 1 bilhão de cruzados (1 trilhão de cruzeiros) subtraídos à população e à economia do Estado do Rio de Janeiro. Entrego

48 Para converter cruzado em dólar, divida por 13,84



ao sereno julgamento da população este vergonhoso episódio.

**2. Retenção de má-fé** – Os Ministros do Planejamento e da Fazenda, senhores João Sayad e Dilson Funaro – um tecnocrata e outro empresário – associam-se e procedem de forma inescrupulosa contra o poder constituído de um Estado da Federação. A recomendação que certamente receberam calçou-lhes como uma luva. Há tempos, já vinham se retorcendo de rancor com as nossas denúncias sobre a iniquidade do pacote, colocando-os como agentes do confisco salarial e da concessão de privilégios indevidos ao grande capital, daqui e do exterior. Se o ressentimento e a falta de espírito público levou-os às fronteiras de um crime e responsabilidade, pouco lhes importa. Julgam-se impunes. São biônicos e, por isso, insensíveis às consequências sociais de seus atos, desde que sirvam ao modelo econômico. Vejam o que se passou: no dia 19 de janeiro de 86, como nos anos anteriores – uma rotina, portanto –, ingressamos com nosso pedido de rolagem de um compromisso externo que se vence a 30 de abril. O Ministro Sayad só largou este expediente em 17 de abril, mais de três meses depois que o recebeu. Engavetou, de forma deliberada, o expediente oficial de um Estado da União que tinha prazos a cumprir. Só despachou quando não havia mais tempo de obter a aprovação do Senado, como a lei exige. Até hoje, este expediente está retido em alguma gaveta ministerial. E vejam que procedimento infame. Já no dia 2 de maio, começaram a reter as verbas normais do Governo do Estado do Rio de Janeiro, das quais a União é mera arrecadadora. Associaram-se para impedir que o Governo de um Estado cumprisse os seus prazos para, depois, eles próprios aplicarem as sanções. Se isto não é crime de responsabilidade, não sei mais o que possa configurá-lo. Além da violação das prerrogativas

de um poder constituído, causaram prejuízos reais e mensuráveis (juros de mora e retenção de recursos públicos indispensáveis à população, como a merenda escolar). Isto não ocorreu em nenhum dos anos anteriores, mesmo em pleno Governo Militar. Suprema vergonha para um Governo Civil. O que conseguem é tornar evidente, perante a opinião pública, sensata e responsável do País, que o Sr. José Sarney é um presidente fraco. Reina, mas não governa. Pois, é inadmissível que o mais alto magistrado da Nação possa entrar neste tipo de promiscuidade com seus ministros. Apanhados em flagrante, alegam, agora, que o Estado não havia providenciado a autorização da Assembleia Legislativa. Ora, essa exigência nunca nos preocupou. É sempre cumprida antes que o Senado venha tomar a sua decisão. A rigor, o Estado do Rio de Janeiro já se encontrava autorizado pela Assembleia Legislativa (Artigo 9º da Lei Nº 932, de 4-12-85). Nunca houve, e não há, portanto, qualquer problema a respeito deste detalhe. Desculpa esfarrapada. Tudo o que está relatado acima é ou não é um procedimento odioso e discriminatório?

**3. Outra retenção** – Aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, em 27 de novembro de 85, encontra-se no Gabinete Civil da Presidência da República, desde o início de dezembro do ano passado, para ser encaminhado ao Senado Federal, o expediente PR Nº 6165/85, sobre o giro da Dívida Mobiliária do Estado do Rio de Janeiro (emissão de 8.400 mil Obrigações do Tesouro do RJ). Há mais de cinco meses! Trata-se de um assunto de rotina, concedido a todos os Estados. É incrível! Isto é ou não é uma discriminação? Garanto que se fosse um assunto do interesse particular do Sr. Roberto Marinho, por exemplo, caminharia prontamente. Quem sabe se conduzido, em mãos, pelos próprios senhores ministros, sob atenta fiscalização presidencial.

# A partir de hoje, o salário mínimo deveria ser Cz\$ 1.100,00

E não Cz\$ 804,00<sup>49</sup>, como estabeleceu discricionariamente, e de forma desumana, o pacote econômico dos iluminados ministros do Governo Sarney, senhores Funaro e Sayad, que “descobriram como liquidar a inflação por decreto” (Prêmio Nobel de Economia, certamente).

Com efeito, se fosse aplicado o mesmo critério com que se fixou em novembro de 85 - 100% do INPC -, o salário mínimo seria hoje de Cz\$ 1.099,86, isto é, Cz\$ 1.100,00. Há uma perda real, em prejuízo do trabalhador de salário mínimo, de Cz\$ 296,00. Os tecnocratas em moda, de **economês** em punho, naturalmente irão contestar estes números com os malabarismos de praxe. Argumentam com um sofisma perverso. Sustentam que é melhor um salário mínimo mais baixo, sem maior desgaste, do que voltar aos níveis anteriormente fixados, com a erosão inflacionária. Isto quer dizer que o salário mínimo estabelecido pelo pacote foi fixado com base nos efeitos corrosivos da inflação. Deixaram de respeitar o **fato social** de que o salário mínimo era **o mínimo**, justamente no momento em que era recuperado, de seis em seis meses. Por exemplo: em novembro era Cr\$ 600.000, como agora, seis meses depois, deveria ser Cz\$ 1.100,00. Todos os outros valores intermediários, corroídos pelos efeitos da inflação, entre reajustes, eram impostos compulsoriamente aos trabalhadores apesar dos seus protestos.

Ora, a inflação não é da responsabilidade dos trabalhadores e, sim, dos governos e dos grandes grupos empresariais que influem nas decisões e pressionam as autoridades econômicas do País. A iniquidade do pacote pode ser bem avaliada quando se considera que nenhum empresário aceitaria um corte, por decreto, de 25% nos preços de todas as suas mercadorias e serviços. Mas, com os que vivem de salários, isto foi feito. E pensam que são fatos consumados. Irão verificar, porém, que se estabeleceu uma situação insustentável. O instinto de sobrevivência do ser humano é mais forte que os modelos econômicos e desconhece os artifícios da tecnocracia.

Considere-se que aproximadamente 75% de nossa população economicamente ativa ganham apenas até três salários mínimos. Há, em tudo isto, uma monstruosa transferência de renda, mais uma vez beneficiando os que acumularam nestes últimos 20 anos de autoritarismo. Neste mês, quando os que vivem de salário mínimo recuperariam o seu poder aquisitivo original, a perda de mais de 25% dos seus salários é líquida e certa. Irrefutável. O justo seria que o Governo não permitisse que estes Cz\$ 1.100,00 viessem a ser desgastados pela inflação, por se tratar do mínimo para a sobrevivência. O inconcebível foi o que fizeram: por decreto, baixaram a própria sobrevivência.

Por que, de alguma forma, não se distribuiu esse sacrifício equitativamente? Por que não se lançou um imposto extraordinário e proporcional à riqueza acumulada por aquela faixa minoritária que se beneficiou do modelo econômico do regime? Por que não se impôs às multinacionais a suspensão da remessa de lucros por um número determinado de anos, obrigando-as a reinvestir aqui para gerar novos empregos? Por que, ao menos, não foi previsto um plano de recuperação para o salário do trabalhador? Por que exatamente os pobres devem ser os mais sacrificados?

49 Para converter cruzado em dólar, divida por 13,84

O pior é que a inflação vai voltar. Aos poucos, mas vai. Não tocaram nas suas causas. Farão tudo para aguentar até as eleições de novembro. E depois das eleições, será sempre depois. Pobre povo brasileiro.

## O Rio e o Presidente Sarney

Um amigo comum, meu e do Presidente Sarney, esteve com Sua Excelência, recentemente, em audiência especial. Tratando-se de um alto dirigente do PDT, é natural e compreensível que o diálogo se encaminhasse, desde logo, para a crise que se estabeleceu nas relações entre os governos da União e do Estado do Rio de Janeiro, embora tenham sido outros os motivos da audiência presidencial. Ao ouvir a palavra **discriminação**, de seu Governo para com o nosso Estado, o senhor Presidente José Sarney mostrou-se surpreso e contrariado, afirmando que “absolutamente de minha parte não há e nem poderia haver qualquer recomendação nesse sentido. Tenho muito apreço e respeito pelo Governador e isto não seria concebível”. Foram abordadas, sobre o assunto, algumas questões concretas, com as explicações cabíveis na oportunidade.

Considero-me um homem de boa-fé. No curso de minha vida, nunca me arrependi de acreditar na palavra empenhada de quem quer que seja. As decepções foram tão poucas que apenas serviram para confirmar esta regra de conduta. Diante daquelas afirmações do senhor Presidente José Sarney, não posso deixar de imaginar que Sua Excelência não vem sendo devidamente informado a respeito dos impasses e incompreensões que, neste momento, assinalam, de forma irrecusável, um processo lesivo e discriminatório contra o Governo do Estado do Rio de Janeiro, sacrificando injustamente a nossa população.

Se o senhor Presidente quiser, pode expedir ordens, até mesmo pelo telefone interno, no sentido de que venham ser liberados, de imediato, os seguintes recursos e expedientes

pertencentes ao nosso Estado, indevidamente retidos na Administração Federal:

**1** – Pagamento da primeira trimestralidade dos **royalties** (mais ou menos Cz\$ 300 milhões), devidos desde abril próximo passado. A lei, no caso do Estado, é autoaplicável, tanto que o novo projeto enviado ao Congresso nada disciplina sobre a parte do Estado. Mesmo em relação aos municípios, o problema poderia ser resolvido através de um adiantamento prudente da Petrobras, considerando que estas indenizações já estão asseguradas por lei.

**2** – Liberação das transferências normais pertencentes ao nosso Estado (Merenda Escolar, obrigações da União com a Polícia Militar etc.), surpreendentemente bloqueadas pelo Ministério da Fazenda, em combinação com a Seplan. Estas retenções já atingem a Cz\$ 260 milhões. Cz\$ 12 milhões acima da parcela da dívida externa que se venceu. E ainda informam que vão continuar capturando nossas verbas para cobrir uma multa de 10% (!). O Presidente Sarney verificará que ao Estado não cabe nenhuma culpa em tudo isto. A 15 de janeiro, tomamos a iniciativa da rolagem, dentro das normas do Governo Federal, adotadas nestes três últimos anos. É que o Ministro Sayad (PMDB-SP), reteve este expediente, de forma indevida e desrespeitosa, por mais de três meses, só o liberando há poucos dias do vencimento, portanto, sem mais condições de completar a sua tramitação e ir à apreciação do Senado. Quando isto ocorria, nestes últimos três anos, o Ministério da Fazenda já adotava um mecanismo de rotina, a fim de que os Estados continuassem com o fluxo normal dos recursos que lhes pertencem, dado que a culpa pelo atraso era da burocracia federal. Neste caso, acrescenta-se, ainda, a má-fé, a indisfarçável intenção de, ato contínuo, proceder ao bloqueio. Neste momento, o Ministro Funaro (PMDB-SP), chega a ponto de reter o ICM sobre as importações do Rio de Janeiro, cerca de Cz\$ 10 milhões. Mais que discriminação, uma violência.

**3** – Imediato encaminhamento ao Senado do expediente PR-6165 de 1985, referente à rolagem de 50% da Dívida Pública Mobiliária do Estado (emissão de OTRJs). Trata-se de uma rotina de todos os anos, permitida a todos os Estados. Sempre estas solicitações são encaminhadas no primeiro trimestre ao Senado Federal. Pois bem: este expediente está na Casa Civil, na gaveta do Ministro Marco Maciel, há mais de cinco meses.

## **BNDES: a *Via-Crucis* do Rio**

**1** – Desde que assumi o Governo, não consegui obter e contratar nenhum financiamento no BNDES. A população precisa saber o que é o BNDES. Trata-se da principal agência financeira federal para o desenvolvimento econômico. Mais de 20% dos recursos deste banco oficial vêm do crédito e da contribuição do povo do Estado do Rio de Janeiro. Apenas para ilustrar: só dos fundos do PIS/PASEP, o povo trabalhador do Estado do Rio de Janeiro tem no BNDES mais de Cz\$ 12 bilhões (doze trilhões de cruzeiros). Aos serviços públicos de nosso Estado, o BNDES não destinou, nestes últimos três anos, nenhum empréstimo.

**2** – A desculpa tem sido sempre a mesma: a dívida do Metrô. Ora, o Metrô, a rigor, nunca pagou seus déficits e empréstimos. Foi, desde sua inauguração, uma empresa altamente deficitária. Quem tem honrado esses compromissos vem sendo o Estado, a União e o Banerj. O Metrô foi uma obra federal imposta ao Rio de Janeiro para ampliar as bases de certas indústrias e para captar empréstimos e divisas no exterior. São compromissos da União, que o Estado não pode suportar. Foi uma questão que colocamos desde o início. O Presidente Tancredo Neves tinha também esta posição. Por isso, o meu Governo deixou de pagar os empréstimos do Metrô com o BNDES e a Caixa Econômica – órgãos federais. Poucos dias antes de eu assumir, meu antecessor submeteu-se às exigências do Governo Federal, de passar para o Banerj os

avais de onerosos empréstimos estrangeiros. O Banerj retirou, até agora, mais de 4 bilhões de cruzados de sua caixa para honrar esses avais. Um absurdo: transferir para um banco comercial dívidas desse gênero. Qualquer banco particular teria quebrado. Até o Bradesco. Com este ônus, tem sido um milagre o desempenho do Banerj. Imagine-se o que seria para a comunidade de pequenas e médias empresas de nosso Estado esta gigantesca soma de recursos.

**3** – Já no primeiro ano de meu Governo, procurei equacionar a dívida do Metrô no BNDES, pedindo refinanciamento como faz a União com as suas dívidas. Chegamos, finalmente, a uma proposta concreta: pleiteamos que o BNDES financiasse os nossos projetos com um desembolso correspondente ao que pagássemos dessas dívidas. O BNDES não teria que colocar nenhum recurso novo.

**4** – Finalmente, em agosto de 1985, o BNDES manifestou-se de acordo. Mas deveríamos aguardar ainda quase um ano para que viesse a funcionar o entendimento, devido às etapas de aprovação a serem cumpridas. Este acordo só não chegou a bom termo, portanto, pelas procrastinações do BNDES.

**5** – Para dar uma ideia dos prejuízos causados à nossa população, relaciono os projetos que se encontram no BNDES, aprovados em definitivo, mas com sua execução sustada: estradas vicinais – Cz\$ 109 milhões; programa de distribuição de gás natural – Cz\$ 822 milhões; Metrô (linhas 1 e 2) – Cz\$ 739 milhões; barcas Rio de Janeiro–São Gonçalo – Cz\$ 703 milhões. Projetos em tramitação: oito hospitais e 80 postos de saúde na Baixada – Cz\$ 432 milhões; reequipamento do DER – Cz\$ 74 milhões; ônibus (metrô de superfície) – Cz\$ 100 milhões; Total dos projetos aprovados: Cz\$ 2,373 bilhões; Projetos em exame: Cz\$ 606 milhões. Total geral dos projetos retidos no BNDES: Cz\$ 2,979 bilhões.

**6** – Só para o Metrô de São Paulo, o BNDES concedeu financiamentos no montante de Cz\$

4,2 bilhões, nestes últimos três anos; afora os demais financiamentos que a imaginação de cada um pode conceber. São Paulo, inclusive, era também inadimplente. Mas deram um jeito. Lá estavam os Senhores Funaro e Montoro Filho. Criatividade não faltou.

## Arbitrariedade e cinismo

O Senhor Deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), líder do Governo Sarney na Câmara dos Deputados, afirmou, há dias, que o Governo do Estado do Rio de Janeiro “só tem recursos para pagar os seus funcionários até setembro ou outubro”. (Publicado na revista “Veja” de 21 de maio de 86). O mesmo Sr. Pimenta da Veiga, nesta última semana, instado por parlamentares do PDT a colocar na lista dos assuntos em regime de urgência – para ser votado agora, antes do recesso da Câmara – o projeto de lei do próprio Governo, que “regulamenta” os **royalties**, negou-se a fazê-lo sob a alegação de que **se tratava de uma questão política (!)**

Esse Deputado – Sr. Pimenta da Veiga – é o líder da maioria. Está em permanente contato com o Presidente da República, Sr. José Sarney; quanto, também, sempre em ligação com os ministros. Por outro lado, integra o chamado **Conselho Político**, que funciona e se reúne constantemente no Palácio do Planalto, sob a direção do próprio Chefe de Estado.

Acrescente-se a esses vazamentos do Sr. Pimenta da Veiga os seguintes fatos concretos: 1) o ministro Marco Maciel, da Casa Civil, retém e não encaminha ao Senado, há seis meses, um expediente da maior importância para o Governo do Estado do Rio sobre a dívida pública deste semestre; 2) o Ministro Sayad, da Seplan, engaveta, por três meses, o expediente sobre a dívida externa que se vence a 30 de abril de 86, só o liberando 12 dias antes, sem mais tempo hábil para ser submetido a outros órgãos e ao Senado; 3) o Ministro Funaro, da Fazenda (combinado com Sayad), aplicou as sanções;

isto é, ultrapassada a data de 30 de abril, determinou, no outro dia, o bloqueio dos repasses de verbas que pertencem ao Estado do Rio de Janeiro; e já nos capturaram, a esta altura, quase Cz\$ 300 milhões<sup>50</sup>; os Ministros Funaro, Sayad, Couto e Aureliano Chaves, depois de ganharem quatro meses por omissão, elaboram parecer e projeto de lei que o Presidente mandou para o Congresso, procrastinando, para não se sabe quando, o pagamento dos **royalties** do petróleo ao Estado; 4) o BNDES, com projetos aprovados e retidos, sob a alegação da dívida do Metrô que o próprio Governo Federal impôs ao Estado; 5) a Caixa Econômica, embora o Sr. Marcos Freire tenha dado a sua palavra, volta atrás. Nenhum financiamento. Sempre a dívida do Metrô. Quando São Paulo deve, dão um jeito. Só para o Metrô paulista já carrearam Cz\$ 4,8 bilhões (4,8 trilhões de cruzeiros).

Estas confidências do representante do Governo Federal na Câmara e este rosário de situações arbitrárias e injustificáveis dão uma ideia do que vem ocorrendo no seio do Governo Federal em relação ao Rio de Janeiro. E tem muito mais ainda.

É a preocupação mesquinha – mormente após as nossas denúncias sobre o monstruoso confisco salarial – de restringir e prejudicar o desempenho do Governo de um Estado da Federação. O interesse público pouco lhes importa. Estão cegos e obcecados. Praticam, sem nenhum escrúpulo, a retaliação. Querem oprimir e derrotar, de qualquer forma, o Governador Leonel Brizola e o PDT. Quando questionados, despistam. “Não, de forma alguma, não estamos discriminando...”. Que cinismo! O pior, muito pior, é a irresponsabilidade frente aos sofrimentos da população.

E o Senhor Presidente José Sarney em tudo isto. É ou não é?

Um Governo que adota essas práticas, mais dia menos dia, paga o seu tributo. Fatos dessa

50 Para converter cruzado em dólar, divida por 13,84

natureza não ocorrem e nem se praticam, impunemente. Quanto a nós, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, não esqueçam: nós somos plantas do deserto.

## (5) CEF: ordens de cima

a) Pouco antes de minha investidura no Governo, cometeram com o Estado do Rio de Janeiro uma felonía inominável: transferiram para o Banerj os avais de gigantescas operações conduzidas e feitas pelo Governo Federal para a construção do Metrô (BNDES, Caixa Econômica Federal e bancos estrangeiros). Sabiam que o Metrô era altamente deficitário e, portanto, que o Banerj teria que honrar estes avais. Só irresponsáveis e perversos poderiam atribuir a um banco comercial – naquela época dilapidado em consequência de operações lesivas (Capemi, operações 63 a grupos inidôneos etc.), muitas delas de última hora – o ônus de financiar as obras de um Metrô, que em quase todo o mundo se faz a fundo perdido. Esta foi a “ciência” dos tecnocratas delfinianos, em conluio com o chaguismo.

b) Ao assumir, procuramos demonstrar às autoridades federais que o Banerj não tinha como enfrentar aquele quadro que lhe impuseram e que as agências de financiamento do Governo da União precisariam compreender e nos ensinar alternativas. Foram frios e insensíveis, embora estivessem inadimplentes e de joelhos pedindo prorrogações e favores ao FMI e aos bancos internacionais. Como é compreensível, deixamos de pagar ao BNDES e à Caixa Econômica para poder cumprir os vencimentos em moeda estrangeira, inclusive para não agravar os problemas do próprio Governo Federal. Vejam as consequências desta monstruosidade: até o momento, o Banerj já pagou, de sua caixa, honrando avais do Metrô, Cz\$ 4 bilhões (4 trilhões de cruzeiros). Qualquer banco particular teria quebrado, inclusive o Bradesco, tão considerado que é pelos senhores Bracher

e Funaro. Imaginem o que seria este dinheiro espargido na economia do nosso Estado, beneficiando a dezenas de milhares de nossas pequenas e médias empresas?

c) Formulamos à Caixa Econômica Federal, desde o início, propostas solicitando a capitalização de todo o vencido e refinanciamento. A única resposta que nos deram foi o bloqueio de todo e qualquer financiamento para o Estado naquela instituição. Má vontade e discriminação. Ainda mais, considerando que o próprio Governo Federal procurava refinar suas dívidas no exterior, pedindo até maiores facilidades – mesmo sem a autoridade moral do novo Governo do Estado do Rio de Janeiro que recém-assumia suas funções. Considere-se ainda que o nosso Estado não tem conseguido licença da União para criar a sua própria Caixa Econômica, embora São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e outros tenham as suas, até mais fortes que a Federal. A CEF tem a sua principal base econômico-financeira em nosso Estado. É o povo do Rio de Janeiro que contribui com a metade dos seus depósitos em todo o País. Trata-se de uma instituição que tem para com o nosso Estado, como nenhuma outra, os maiores deveres e obrigações. Como se vê, prevaleceu a politicagem e o desprezo ao interesse público.

d) Só em janeiro deste ano, através da palavra de seu Presidente, Sr. Marcos Freire, foi que a Caixa manifestou a sua concordância para um refinanciamento, com dois anos de carência. No mesmo dia em que o Sr. Marcos Freire convocou o Secretário César Maia para transmitir a sua contraproposta, manifestamos, em telex, nosso inteiro acordo.

e) Qual a nossa surpresa quando, em abril último (depois de nossos questionamentos ao pacote econômico), recebemos um ofício da Caixa Econômica Federal comunicando-nos que não mais poderiam refinar e que exigiam o pagamento, à vista, de todas as prestações vencidas e os respectivos encargos. E que, só com o

prévio resgate, de tudo, é que nos concederiam outros financiamentos. Para não constranger o Sr. Marcos Freire, nem mesmo lhe telefonei. Ainda que tivesse empenhado a sua palavra, pouco adiantaria. Claramente, eram ordens de cima, como no tempo do Delfim. Nesses três anos, concederam dezenas, talvez centenas, de refinanciamentos a órgãos públicos e a grupos particulares. Ao Rio, uma figa.

f) Para que a opinião pública tome conhecimento, afirmo que a Caixa Econômica Federal não concedeu ao meu Governo nenhum empréstimo. Há mais de três anos não colabora, como é de sua tradição, com os serviços públicos do Rio de Janeiro sob a responsabilidade do Estado. Encontram-se retidos e bloqueados na Caixa os seguintes projetos, a maioria deles já aprovados: equipamento para as Polícias, Militar e Civil – Cz\$ 165 milhões; reequipamento do Corpo de Bombeiros – Cz\$ 152 milhões; construção, reformas e reequipamento de escolas – Cz\$ 172 milhões; construção de duas pequenas penitenciárias – Cz\$ 46 milhões; reformas e reequipamento de presídios – Cz\$ 20 milhões; reformas de Delegacias Policiais – Cz\$ 38 milhões; edifício complementar do Teatro Municipal – Cz\$ 30 milhões; e Biblioteca Pública do Rio de Janeiro – Cz\$ 40 milhões. Total: Cz\$ 663 milhões.

**Ciferal** – Ao assumir o Governo, em 1983, encontramos esta empresa falida. Seus técnicos

e trabalhadores despedidos, vítimas de repressão e violência do governo anterior. Era um complexo industrial em dissolução para pagar dívidas, embora detentor da melhor tradição e de excelente tecnologia na fabricação de tróleis e carrocerias de ônibus. Era a única fábrica do gênero de nosso Estado. E a CTC necessitando encarregar novos chassis e reformar muitas unidades antigas. Tomamos como verdadeiro desafio a recuperação desta excelente indústria. Poder Judiciário, Secretaria de Indústria e Comércio, o Banerj e o BD-Rio à frente. Trabalham, hoje, na Ciferal, 650 operários, com café da manhã, almoço e assistência médico-dentária. Salários em dia. Faturamento, em 85, de Cz\$ 55,5 milhões (os primeiros três meses de 86 já superaram esta cifra). Lucros, em 85, de Cz\$ 13 milhões; ICM atual em média: Cz\$ 1,05 milhão mensais. Produção: recomeçamos com nove ônibus por mês e agora a Ciferal está produzindo cinco unidades por dia. Neste momento, o faturamento para o Poder Público (CTC) é de apenas 5% do total. 95% se destinam ao mercado particular. O ônibus tipo “jardineira” é da Ciferal. Este mês, se Deus quiser, sairá da falência para a normalidade. Trabalhamos, agora, para que uma Fundação autônoma dos empregados da Empresa seja detentora de seu controle acionário.



## O Plano Austral e o pacote

Estes dois planos não são irmãos gêmeos. São, simplesmente, irmãos. Embora não iguais, possuem a mesma substância e conduzem aos mesmos fins. Aprofundam o modelo econômico de natureza colonial.

Em suma: a mesma impostura. Ontem, conseguiram a cobertura da força: hoje, a farsa lhes é mais eficaz.

O Plano Austral, da Argentina, completou, no dia 14 de junho, um ano de sua implantação. O pacote daqui tem três meses e meio. Muita atenção, pois, com o que vem se verificando naquela Nação vizinha. É uma visão realista, ao nosso alcance, sobre o que o futuro nos reserva.

No mês de maio último, o custo de vida na Argentina subiu 4%. Nestes primeiros cinco meses de 86, 19,5%. Nos últimos 12 meses, vigência do Plano Austral, a elevação foi de 87,4%. E isto porque, poucos dias antes do Plano ser decretado, foram fortemente aumentados os preços e as tarifas. E os salários? Tiveram a majoração de 5% em dezembro e de 8,5% em maio deste ano! (dados publicados na **Folha de São Paulo**, em 8 de junho de 86). Os juros continuaram altíssimos. Os preços deixaram de ser congelados para se tornarem “administrados”. As grandes indústrias reajustam seus produtos, enquanto os produtores agropecuários estão em crise frente à alta dos adubos, máquinas, defensivos e insumos em geral. Importam frangos do exterior, como nós passamos a importar carne e leite da Europa, e dos Estados Unidos; arroz, milho etc., num processo de aniquilamento da produção essencial à subsistência de nosso povo.

Quem neste País poderia ser contra a que o Governo – fosse quem fosse – viesse a assumir,

coerentemente, uma política firme de contenção de preços e da inflação? Sacrifícios? Sim. Mas de todos; distribuídos com equidade e justiça. Portanto, a maior contribuição deveria recair sobre os que acumularam, nestes 20 anos, sobre os beneficiários dos grandes negócios internacionais e sobre as empresas estrangeiras. Reprimida a inflação, como um surto de febre, ir às suas causas, corajosamente. Do contrário, tudo se passará como uma impostura. Apenas, a reciclagem do sistema, o aprofundamento do modelo econômico, aproveitando-se da angústia popular, da boa-fé e das esperanças do nosso povo por melhores dias. Nada mais que um abuso de confiança, de trágicas consequências.

Até quando continuaremos a ser um País de fatos consumados?

(6) BANERJ: Às discriminações e irresponsabilidades, respondemos com muito trabalho, moralização, eficácia e prosperidade.

Nenhum reconhecimento, porém, obtivemos das autoridades da União. Ao contrário, nestes três anos, só encontramos má vontade, indiferença e atitudes discriminatórias. Das autoridades delfinianas, com seu indefectível chefe no comando – responsáveis que foram pelas maiores monstruosidades cometidas com o Banco de nosso Estado –, como agora, com o Sr. Bracher, sob a batuta do Ministro Funaro, o mais recente czar da economia e das finanças do País.

Os primeiros, em comandita com o chaguismo, praticamente arrasaram o Banerj, deixando ao meu Governo uma verdadeira bomba de tempo. Os atuais – tomados de inveja e juízos preconceituosos – prosseguiram na mesma linha

de seus antecessores, cerceando e dificultando soluções a que tínhamos direito e fazíamos por merecer, até mesmo por uma questão de equidade em relação ao que se tem concedido aos bancos particulares.

Como veremos a seguir, encontramos o Banerj numa situação deplorável, em março de 83: uma instituição em crise e profundamente comprometida, em consequência de imposições e cumplicidades inadmissíveis.

Naquela época, o Banerj era o 17º no **ranking** dos bancos. Hoje, está no 4º lugar. Entre os grandes bancos é o primeiro em volume de depósitos totais por agência. Trabalhamos com austeridade e eficácia. Combatemos o empreguismo: hoje, o Banerj possui menos funcionários que há três anos, embora tivesse absorvido várias organizações (mais de 500 empregados) e nunca tenha feito demissões de pessoal. As aplicações do Banco cresceram mais de 3.000%. A nossa Caderneta de Poupança bateu recordes. Recuperamos as empresas do Sistema (Banco de Investimentos, Seguradora e Financeira). Ingressamos firmes na informática. Tornamos rentável e lucrativa a agência de Nova York, até então, um centro de aproveitadores. Restauramos importantes empresas, em estado falimentar, como a **CIFERAL** e a **EBSE**.

Acima de tudo, a prosperidade do Banerj corresponde ao apoio que recebeu da população. Tornou-se um banco social (70% de nossos correntistas estão abaixo de Cz\$ 1.000,00), uma espécie de alavanca propulsora de nossos pequenos e médios empresários. Destas fontes é que vêm a sua força e o seu prestígio.

O único problema que, até agora, o Banerj não conseguiu superar, por estar além de suas forças, é o que lhe foi imposto de forma absurda e irresponsável: o desvio de seus recursos para o Metrô. Um banco comercial obrigado, pelas autoridades da União, a financiar a construção de um Metrô, obra que em todo o mundo se faz a fundo perdido. Só mesmo na cabeça

dos tecnocratas delfinianos e na cachola extravagante de seu mestre é que poderia ocorrer semelhante absurdo. Envolveram o Banco do Estado nessas irresponsabilidades e depois se escusaram, como vem ocorrendo até agora, de assumir um mínimo de colaboração. Mais que a indiferença: de Delfim a Funaro, nos têm tratado com desprezo e até hostilidade. Algumas vezes até mesmo, como ocorreu há pouco, de forma grosseira e afrontosa.

Atentem os leitores para estes fatos e números. Verifiquem se algum banco poderia resistir, mesmo o Bradesco ou Itaú – tão considerados pelos atuais ditadores da economia e das finanças do País:

**a)** No segundo semestre de 82, realizou-se no Banerj uma operação conhecida pelo mercado financeiro como uma das mais danosas para o Banco do Estado. Legal, possivelmente, mas nefasta e ruinosa. Determinaram à Carteira de Títulos do Banco que absorvesse a totalidade dos títulos em circulação emitidos pelo Estado e Município do Rio, com bonificações entre 20 e 30%, acarretando um prejuízo ao Banerj, em moeda de hoje, em torno de Cz\$ 550 milhões.

**b)** Empréstimo no BD-Rio e no Banerj, no curso dos anos de 81 e principalmente 82, lesivos e irresponsáveis. O Banerj foi nesse tempo uma espécie de “mãe Joana”. Resultado: nos deparamos com uma enorme inadimplência. Tratamos de enfrentá-la com firmeza e já recuperamos Cz\$ 246 milhões. Em execução judicial, cerca de Cz\$ 300 milhões. Correu dólar à vontade naquela época, através das operações 63. Um bom número delas concedidas poucos dias antes de meu Governo ser empossado.

**c)** As empresas estatais federais – notem bem – devem ao Banerj Cz\$ 987 milhões (quase um trilhão de cruzeiros). Vencidos, Cz\$ 140 milhões. Só a Nuclebrás e a Nuclei (inadimplentes) devem Cz\$ 84 milhões. Há, ainda, uma estatal da Bahia (Desenvale), não incluída nos números acima, que levou do Banerj Cz\$ 53 milhões. Inadimplente pelo total.

**d)** Pasmem os leitores, agora. Envolveram de forma irresponsável e suspeita o Banerj com o Metrô. Fizeram-no avalista de operações com bancos estrangeiros, de empréstimos na Caixa Econômica e no BNDES. Operações gigantescas e de curto prazo. Sabiam que o Metrô seria deficitário: sua receita não daria sequer para pagar o seu pessoal, como vem ocorrendo. Sabiam, portanto, que estes imensos empréstimos teriam que ser pagos pelo Banerj ou pelo Estado, também deficitário. Na maioria dos casos, a substituição do aval da União pelo do Banerj ocorreu em dezembro de 82 – bomba de tempo que armaram, depois de conhecidos os resultados das eleições. Lutamos até hoje para desativar essa bomba múltipla. Vejam que escândalo: pagamos ao BNDES e à Caixa, Cz\$ 150 milhões e pedimos rolagem dessas dívidas, como o Governo Federal faz com as suas. Não concederam. Procuramos honrar as dívidas em moeda estrangeira e outras, pelo risco de execução. O Banerj, desse conjunto de dívidas do Metrô, já honrou avais, isto é, **pagou de sua caixa, até o momento (30 de abril), a monstruosa importância de Cz\$ 4.050.000.000,00 (4 trilhões e 50 bilhões de cruzeiros)** e há, ainda, para pagar Cz\$ 2 bilhões e 514 milhões (quase a metade com vencimento até o fim do meu Governo). Se contássemos com este dinheiro desde o início do Governo, teríamos construído mais 500 CIEPs. Considerem o que seria esta enorme soma de recursos colocados à

disposição de nossas pequenas e médias empresas. Quantos milhares de jovens e adolescentes não estariam trabalhando e, quantos deixariam de estar assaltando nas ruas!

**e)** Há, ainda, uma outra operação de 130 milhões de dólares (Cz\$ 1.820.000.000,00) contratada com o aval do Banerj – feita pelo Estado (US\$ 110 milhões) e pelo município (US\$ 20 milhões) –, também destinada ao Metrô. Mas, quatro dias antes das eleições, quando já se sabia da “virada”, o Governo Federal ficou com US\$ 87 milhões a título de ressarcimento por seus repasses ao Metrô. Essa operação tornou-se muito conhecida pela comissão escandalosa que pagou ao Banco coordenador, de 1,35%. Felizmente o Estado e o Município vêm pagando ou rolando esses empréstimos sem necessidade de o Banerj honrar seus avais.

Seria interessante que os leitores somassem os números correspondentes a estas indecorosas dilapidações que impuseram ao nosso Banerj, tirando, assim, as suas próprias conclusões.

E, ainda: agora nos bloqueiam os repasses das verbas normais e legais que pertencem ao nosso Estado!

Mas o que me causa indignação é ver e assistir ao papel dos cúmplices com tudo o que se tem feito de mal ao povo do Estado do Rio de Janeiro. Onde estavam estes importantes personagens que agora tanto reclamam e tanto exigem de meu governo? Respondam, se puderem.

## Se a União continuar descumprindo, devolveremos a Avenida Brasil

Tomei a iniciativa de enviar, ao Senhor Ministro dos Transportes, uma carta. O DNER assumiu a obrigação de nos repassar os recursos para conservar e melhorar a Avenida Brasil (Convênio assinado em 20 de julho de 81), porque se trata de uma via federal. O Governo da União não nos vem repassando os recursos necessários. Se, dentro de 30 dias, não nos restituírem o que estamos gastando a mais nesse serviço federal, quanto também não nos proporcionarem os recursos mínimos indispensáveis para manter a Avenida Brasil, não teremos alternativa senão declarar nulo o Convênio. É o nosso dever em defesa do interesse público. Ainda mais quando o Governo Federal vem bloqueando as nossas verbas, cerceando os nossos recursos, apenas com a intenção de nos criar dificuldades, por motivos políticos.

Transcrevo, abaixo, a íntegra da carta:

“Rio de Janeiro, 13 de junho de 1986.

Excelentíssimo Senhor Ministro

A Avenida Brasil constitui-se indiscutivelmente um dos eixos rodoviários mais expressivos do País. Sua importância extrapola os limites do Município e do próprio Estado do Rio de Janeiro. Isto porque, ao constituir-se no principal acesso à Cidade do Rio de Janeiro, circulam diariamente nesta avenida, não só o enorme contingente populacional que habita a zona

suburbana carioca e os municípios da Baixada Fluminense, como também os veículos que transportam passageiros com origem ou destino ao Aeroporto Internacional do Galeão ou aos mais diversos pontos do País. Basta referir que, do quilômetro zero (Gasômetro) ao km 8 (Entrada da Ilha do Governador), já se verificam picos superiores a 240.000 veículos por dia. Há, ainda, questões ligadas à própria segurança e aos problemas relacionados com a ordem pública que dependem, essencialmente, desta importante via de circulação.

A Avenida Brasil é uma rodovia federal, portanto da responsabilidade da União. Integra, em toda a sua extensão, a BR-101 (Rio-Santos), superpondo-se, ainda, em alguns trechos à BR-040 (Rio-Petrópolis) e à BR-116 (Rio-São Paulo), e foi objeto de Convênio nº PG 662/81, celebrado entre o DNER e o DER-RJ em 20-07-81. **De acordo com este instrumento legal, cabe ao DER-RJ a conservação e manutenção da Avenida Brasil, e ao DNER o repasse dos recursos necessários ao DER-RJ para a execução destas tarefas.**

Ocorre que o DER-RJ não vem recebendo do DNER recursos em montante suficiente, o que vem agravando bastante os problemas daquela via, resultando em uma situação crítica para a população e para a economia do Estado. Quando da ocorrência de chuvas mais fortes, as viaturas que trafegam na Avenida Brasil ficam sujeitas à retenção de tráfego por horas e horas, inundações, enguiços de viaturas, roubos, assaltos etc. Enfim, um conjunto grave de inconvenientes e prejuízos que V. Exa. pode perfeitamente avaliar.

O DER-RJ vem procurando, com os escassos recursos de que dispõe o Estado, minimizar a situação, executando a conserva ordinária e algumas obras emergenciais.

Neste ano de 1986, além de inúmeros contatos diretos mantidos, o DER-RJ encaminhou ao DNER os ofícios DGE nºs. 102 (13-03-82) e 140 (10-03-86), relatando o estado da Avenida Brasil

e solicitando repasse urgente de recursos para a execução do Programa Emergencial de Obras de Restauração e Melhorias e de Operação e Manutenção ao longo da Avenida Brasil que alcança o valor de Cz\$ 147.650.000,00<sup>51</sup>.

A demora da manifestação da autarquia federal levou-nos a definir obras e serviços de caráter sumamente prioritário que contemplam, entre outros, desobstrução e recuperação do sistema de drenagem pluvial, recapeamento asfáltico das pistas e aquisição de reboques, que, para sua execução, necessitam de recursos da ordem de Cz\$ 54.200.000,00.

Isto posto, venho solicitar a V. Exa., a indispensável alocação de recursos ao DNER para efeitos de cumprimento do Convênio relativo à Avenida Brasil. Como expusemos, torna-se urgente a imediata liberação de Cz\$ 54.200.000,00 e, também, a liberação simultânea da parcela de Cz\$ 93.450.000,00 correspondente à completa execução do programa acima referido.

Lamento, Senhor Ministro, tenha de comunicar a V. Exa., que se num período de 30 dias o DNER não suprir o DER-RJ, ao menos, de Cz\$ 54.200.000,00, destinados a obras e serviços de emergência, o Governo do Estado do Rio de Janeiro não terá como continuar responsável por aquele trecho de rodovia federal – a Avenida Brasil. Em tais condições, não nos restará alternativa senão declarar extinto o Convênio respectivo, solicitando, pois, a V. Exa., que considere a presente como uma iniciativa formal a respeito.

Tratando-se de um serviço público da mais alta essencialidade, seria imprudente de nossa parte continuar responsável por sua manutenção, quando não dispomos dos recursos necessários, que a União se comprometeu em nos proporcionar.

Até aqui, procuramos precariamente suprir, através do Tesouro Estadual, aquelas necessidades, com sacrifícios de outros serviços públicos. Neste exercício, praticamente a verba

prevista pelo DNER para um ano corresponde ao que o DER-RJ está gastando, em um mês, na conservação da Avenida Brasil.

Estas circunstâncias agravaram-se, neste momento, quando a própria União vem bloqueando insolitamente os repasses das verbas normais e legais que pertencem ao Estado do Rio de Janeiro.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa. os nossos mais altos protestos de consideração e apreço.

ENG. LEONEL BRIZOLA

Governador do Estado do Rio de Janeiro”

**Vergonha nacional** – Para um País como o nosso, possuidor de terras férteis de dimensões incomensuráveis, com milhões de famílias de agricultores legítimos sem terra para viver e produzir, constitui-se, sem nenhuma dúvida, numa espécie de vergonha nacional a importação maciça de alimentos. O trigo tem sido uma história de cumplicidades. A rigor, deveríamos estar produzindo para exportar. Agora, com o pacote econômico, decidiu o Governo importar arroz, milho, leite em pó e carne. Talvez centenas de milhões de dólares, como se não fôssemos os maiores devedores do mundo. E esta questão torna-se um escândalo ainda maior quando se pretende transportar carne da Europa, de avião, conforme a imprensa vem anunciando. É a confirmação de nossas denúncias: para que os grandes grupos industriais, nacionais e estrangeiros, encham as suas “burras”, baixou-se este pacote confiscando salários, sacrificando e marginalizando os nossos produtores. Pagaremos caros por essas irresponsabilidades.

**Brasilsat I** – Antes mesmo de tomar posse, pressenti que meu Governo iria sofrer a mais odiosa das discriminações por parte dos que controlam os recursos do País – o Governo

51 Para converter cruzado em dólar, divida por 13,84

Federal e os grandes grupos econômico-financeiros. Daí, a nossa preocupação em sanear e recuperar as finanças do Estado, num regime de austeridade e de revitalização da receita pública. Um dia contaremos, ponto por ponto, a retomada dos dinheiros públicos que vinham sendo canalizados para os que loteavam este Estado, quanto também os lances da intensa identificação dos recursos que pertencem à população. Agora mesmo, a fiscalização foi buscar o nosso ICM do BRASILSAT I. Incluindo-se outras operações referentes a peças de telex etc., discutimos oficialmente com a Embratel um contencioso (imposto e multas), num montante de Cz\$ 450 milhões (450 bilhões de cruzeiros). Ainda não “chegamos” até ao satélite BRASILSAT II, recentemente lançado. Mas, vamos “chegar lá”. A nossa fiscalização entende que estes artefatos, embora não tenham entrado fisicamente no País, entraram

economicamente e estão contabilizados no ativo da Empresa. A maioria das autoridades federais vem atuando com mais indiferença e orientação deliberadamente discriminatória para com o Estado do Rio de Janeiro do que as do Governo anterior. Vejam o que, neste momento, vem ocorrendo com os **royalties**. Nem se dão ao trabalho de dar uma satisfação ao povo fluminense. Só do primeiro trimestre deste ano, são mais de Cz\$ 150 milhões que já nos devem e não nos pagam.

**Concentração cada vez maior** – Na década de 60, era de 45% a participação dos estados na receita tributária global disponível do País. Em 1984, diminuiu para pouco mais de 35% (concentração que o Regime agravou). Pois bem: em fins de 1985, o Governo Sarney, com suas reformas fiscais, tornou ainda mais baixa a participação dos estados, segundo cálculos do economista César Maia.

# Exploração política orquestrada

## **“O Governador não quer que a polícia prenda os bandidos.”**

Não é verdade. Em meu Governo, nenhum policial foi punido por usar de energia no cumprimento do seu dever funcional. A orientação é combater o crime com todos os meios ao nosso alcance, sem utilizar a violência indiscriminada, como era praxe na ditadura.

## **“O Governo não investe em segurança pública.”**

É falso. O Estado do Rio de Janeiro é a unidade da Federação que mais gasta com segurança pública: 13,2% contra 5,9% dispendidos em São Paulo; 6,4% em Minas; 7,8% no Paraná e 8,0% no Rio Grande do Sul.

## **“O Governo não dá à polícia meios e homens para combater o crime.”**

Também é falso. A Polícia Civil e a PM receberam, neste Governo, o reforço de 11 mil homens e 1.670 viaturas, sem contar algumas centenas que estamos adquirindo. A Zona Sul, que se afirmava despolicizada, tem hoje um contingente policial e um número de viaturas duplicado em relação ao que encontramos.

## **“O Governo se desinteressa em remunerar melhor os policiais.”**

Não é verdade. Este Governo, ao assumir, promoveu substancial melhoria nos soldos da PM e, logo a seguir, concedeu à Polícia Civil o maior aumento de sua história. Sobreveio o desgaste da inflação. Entretanto, já reajustamos os vencimentos da PM; e o Governo está tratando de encaminhar o reajustamento da Polícia Civil.

Estamos diante de uma nova onda de explorações e de insultos. De uma nova tentativa de

manipulação da opinião pública. De uma nova campanha orquestrada, sem nenhum critério, sem nenhuma preocupação construtiva. O que pretendem é criar um ambiente de histeria e incompreensões, favorável ao ressurgimento, como já se vê, de velhos ódios e ressentimentos. É que as eleições se aproximam. E o objetivo eleitoreiro está no centro dessa desabusada montagem publicitária. Sequer o disfarçam. Tanto é assim que o tema da segurança urbana, como se anunciou de público, já havia sido destacado, adredemente, como carro-chefe da próxima caçada de votos, como bandeira da direita conservadora, que só pensa em recuperar o Governo deste Estado. Recuperar para lotear, segundo seus interesses, como sempre o fez. Mas a população a tudo assiste e tudo acompanha. Seu julgamento, como sempre, há de ser honesto, esclarecido e honrado. Ela sabe, como ninguém, discernir a verdade da mentira organizada.

Vejam: as duas maiores organizações jornalísticas conservadoras já se parcializaram em relação às próximas eleições. Promovem abertamente os seus candidatos. Transformaram-se em partidos políticos. Abandonam a comunidade como um todo para servir aos interesses das facções. E, neste momento, cegos pela paixão e pelo rancor elitista que está no fundo de suas posições, o que lhes interessa verdadeiramente é amesquinhar e destruir a imagem do meu Governo. Aplinar o caminho. Não têm, nem de longe, a intenção da crítica construtiva ou de levantar, a sério, a questão da violência urbana e, muito menos ainda, a preocupação de remover as causas que a alimentam. O que lhes interessa, em suma, é preparar o ambiente para as eleições. Em lugar, como seria de seu estrito dever, de ajudar as pessoas a pensar e agir com lucidez e serenidade, frente à tragédia da violência, dedicam-se à triste faina de construir um clima de exasperação emocional.

Exploraram, torpemente, o crime horrendo que sacrificou uma jovem estudante - frente

ao qual o Poder Público atuou de forma pronta e eficaz – com o indisfarçável objetivo de dar início ao que agora assistimos. Até o pomposo Senhor Ministro da Justiça tentou, deploravelmente, utilizar-se da tragédia. Logo a seguir, fatos e ocorrências que, infelizmente, vêm se tornando comuns em todos os grandes centros urbanos deste País foram publicitados e escandalizados ao máximo. Cenas patéticas e fotografias de primeira página de sepultamentos. Grandes títulos com improperios e insultos ao Governador. Microfones e espaços para conhecidos alcaguetes da ditadura, clamando abertamente pela ressurreição do Esquadrão da Morte. Chegou-se a ponto de difundir este desatino de alguns ensandecidos: “Menos escolas, mais prisões”.

Como governante eleito pela população, nunca me escusei de assumir as minhas responsabilidades. Quando afirmo e comprovo que o Governo Federal vem discriminando o Rio de Janeiro, não o faço com a intenção de transferir deveres que me competem. São fatos concretos. Uma injustiça contra a qual tenho a obrigação de me insurgir. Quando meu Governo, ao assumir, encarou esta questão da violência e da criminalidade, sempre foi claro e preciso nas suas posições. Nunca afirmamos que conseguiríamos, em nosso período, debelar essa tragédia, que tem fontes alimentadoras de crescente intensidade.

A miséria, a carência e a pobreza, neste País, são cada dia maiores. Os que investem contra nós se escusam de admitir esta realidade. Para eles, a repressão policial violenta ou a pena de morte resolve tudo. Em geral, são os mesmos que apoiaram incondicionalmente a ditadura ou o modelo econômico que o regime de arbítrio embutiu na vida deste País. Este modelo econômico tem jogado na miséria contingentes cada vez maiores do povo brasileiro. E quanto mais miséria, mais violência e criminalidade. Estamos diante de um confronto sem perspectivas. As causas que geram a violência

aí estão, adquirindo maiores dimensões e intensidade, tornando-se, a sua contenção e controle, cada vez mais difíceis e insuficientes. Se não for derogado este modelo econômico, que o último pacote do Governo só veio fortalecer, continuaremos caminhando para o paroxismo. Quem viver, verá.

Quando nos decidimos a construir 500 escolas diferentes, agimos coerentemente, mesmo envolvidos, como estamos, pelo modelo econômico. Estas 600.000 crianças estarão sendo assistidas para não cair na marginalidade. Mas mesmo este grande esforço constitui-se em uma gota d’água neste oceano de pobreza em que as elites vêm mergulhando o nosso povo. Quando reduzem o salário mínimo, fatalmente estão jogando ao abandono milhões de crianças e adolescentes.

A orientação que vem seguindo o meu Governo tem sido exatamente esta: enfrentar a violência e a criminalidade, com todos os meios ao nosso alcance, mas sem utilizar como método a violência indiscriminada. Ainda mais, quando recém-estamos saindo de uma ditadura que utilizou e treinou, durante 20 anos, os contingentes policiais para atuar na repressão política violenta. Jamais recomendei aos órgãos policiais que deixassem de ser firmes e decididos no combate ao crime. Mesmo com a precariedade de nosso aparelhamento, a ação de nosso pessoal, civil e militar, tem sido decidida e intensa. O número de feridos e mortos em ação comprova esta verdade.

O Estado do Rio de Janeiro é o que mais gasta em segurança pública entre todos os estados da Federação: 13,2% de seu orçamento global; enquanto São Paulo dispense 5,9%; Minas, 6,4%; Paraná, 7,8% e Rio Grande do Sul, 8,0%. O Governo Central ensejou créditos para o reaparelhamento a todos os Estados, menos para o Rio de Janeiro. Admitimos mais de 11.000 homens nos serviços de segurança pública. Adquirimos 1.670 viaturas, destinando-as aos setores mais urgentes. E estamos



adquirindo, agora mesmo, mais algumas centenas. Implantamos cabines, postos especiais e redistribuímos os serviços. A Zona Sul, por exemplo, hoje tem um contingente de pessoal e veículos mais que o dobro do que encontramos. Ao contrário do que alegam, um dos meus primeiros atos foi dignificar os servidores de ambas as corporações. Elevei logo os vencimentos da Polícia Militar e, a seguir, os da Polícia Civil. Neste momento, já atualizamos os vencimentos do pessoal da PM e estamos tratando de encaminhar o reajustamento da Polícia Civil.

Finalmente, com a minha responsabilidade de Governador, e sem meias palavras, devo levantar uma questão da maior importância em tudo isto. Quero me referir aos programas de televisão, entre os quais destacam-se os da Rede Globo, por deter, esta emissora, praticamente um monopólio. Um sem número de programas é verdadeira escola do crime – de

tal forma: sugerem, incitam e propagam a violência e um consumismo exacerbado –, entrando essas mensagens, sem nenhum direito, na intimidade dos lares. Fazem a apologia da esportividade (recentemente, fazem até publicidade de motéis). Qual o efeito desses programas sobre milhões de crianças, jovens e adolescentes, de ambos os sexos, submergidos no atraso e na miséria? Todas as pessoas responsáveis, justas e sensatas, sabem que estou com a razão ao denunciar publicamente este estímulo massivo à violência.

A população do Rio de Janeiro e todos aqueles que nos fazem uma crítica honesta e construtiva podem ter a certeza de que estamos conscientes das nossas responsabilidades e insuficiências, mas que, em nenhum momento, deixaremos de cumprir com as tarefas que nos cabem, em meio a esse quadro de aflições e dificuldades.

## Dois patamares da História

Há uma surpreendente analogia entre estes tempos em que vivemos e os últimos anos do Império. Àquela época, **também** havia um modelo econômico sustentado por um núcleo autoritário, voltado para a exportação, centralizador, concentrador de rendas e, o que lhe era essencial, fundado na exploração humana: a escravatura. E não faltavam, **também**, os envolvimento financeiros e a dependência das cortes europeias e dos bancos e agiotas internacionais. Sem o trabalho escravo, seria inconcebível a existência do modelo econômico da Monarquia. Analogamente, sem a servidão de milhões de trabalhadores sob arrocho salarial, e a miséria e marginalização de imensos contingentes de nosso povo, também o atual modelo econômico não conseguiria subsistir.

A Monarquia era um regime político que procurava encobrir sua natureza autoritária com um simulacro de democracia parlamentar. O poder hegemônico era exercido por uma pequena casta, uma elite econômica, social e política, intocável nos seus privilégios – a aristocracia e a nobreza. O estilo de vida dessa elite era moldado pelos figurinos das cortes europeias. A jovem democracia americana era considerada naqueles círculos como regime exótico, irrealista, perigoso, coisa de colonos e de sonhadores, sem nenhuma possibilidade de dar certo.

O cenário político era preenchido, em toda parte, pela retórica e a influência dos líderes e dirigentes de dois grandes partidos: o Conservador e o Liberal. Os Conservadores foram o sustentáculo do regime desde os seus primórdios, como a **Arena** o foi, desde o início destes 20 anos de autoritarismo. Os Liberais

foram se organizando mais tarde, lentamente, sob a invocação dos ideais dos movimentos libertários que já sinalizavam os caminhos do povo brasileiro. Era a oposição consentida, a oposição de Sua Majestade, como ocorreu com o nosso MDB ao longo da ditadura. À medida que o modelo econômico da Monarquia ia entrando em crise, as dissidências dos grupos descontentes do Partido Conservador passaram a engrossar as hostes liberais.

A crise do modelo econômico da Monarquia, como agora, tinha as suas origens na realidade social e humana. A escravatura mostrava-se insustentável, exatamente como a ordem social injusta e cruel de nossos tempos. As fugas, os pequenos grupos de escravos que se evadiam e espreitavam; os roubos, as penas monstruosas, as rebeliões, os suicídios, a violência de (e contra) senhores e feitores. Mas, acima de tudo, era a consciência nacional que se acendia e se alastrava contra a instituição hedionda; o crescente e severo questionamento internacional, apontando o fim próximo da infâmia da escravidão.

Os Liberais foram crescendo e se aproximando do Poder. Acenavam e prometiam reformas democráticas da economia e da ordem política.

A esse tempo, já atuavam, em meio a grandes dificuldades e incompreensões, os primeiros núcleos republicanos, havia alguns poucos anos emergidos da ilegalidade. Denunciavam, então – os Republicanos –, vigorosamente, a incoerência e o farisaísmo dos Liberais. Pois, esses acenavam com uma nova ordem democrática; mantendo a Monarquia e com uma nova ordem econômica, porém mantendo a escravatura, isto é, o modelo econômico. Quando os Liberais chegaram ao Poder, cumpriu-se o vaticínio dos propagandistas da República: “no Governo, irão fazer tudo o que condenaram na Oposição”.

A incoerência dos Liberais – já integrados e deslumbrados com os fulgores da Corte, como

o **PMDB** de nossos dias – impulsionou a causa republicana. Ao inevitável fracasso político e eleitoral dos Liberais, sucedeu-se a fase dos gabinetes mistos. Confundiam-se, liberais e conservadores. O Imperador e o regime passaram a apoiar-se nos dois partidos. Vislumbrava-se o ocaso do Império. Suas velhas instituições se mostravam impotentes diante da crise e dos impasses. A causa abolicionista tornou-se uma questão de dignidade nacional, como atualmente é, também, a da salvação da maioria de nosso povo e de nossas crianças da miséria, do atraso e da degenerescência. Os próprios militares – que até então haviam sido os guardiões da ordem monárquica – aos poucos foram se persuadindo de que era inviável a continuidade daquela situação. Foram se distanciando das práticas de sustentação da escravatura. Mas foram os Republicanos que pressentiram, magistralmente, os caminhos que conduziriam à República, quando afinaram este importante detalhe da sua plataforma: “ser Republicano é ser abolicionista”.

Os sucessivos gabinetes **também** decretavam reformas. Chegaram a ponto de assumir algumas ideias dos que denunciavam a inviabilidade daquele sistema econômico e político. Lutavam, desesperadamente, pela continuidade do regime. Quando colocaram a Lei Áurea nas mãos da Princesa Isabel para redimir os escravos, o que pretenderam, também, foi salvar a Coroa. A abolição desmantelou as bases do modelo econômico e fez ruir o autoritarismo monárquico. Eram impostergáveis as exigências democráticas da Nação. Tudo o que vinha daquelas elites soava falso. Só a própria Nação, sob uma nova ordem democrática e republicana, é que poderia desatar o nó górdio que estrangulava a nacionalidade.

E em nossos tempos, o que ocorrerá? Há de prevalecer, como naquela época, a vocação democrática do povo brasileiro, com o

alargamento de suas fronteiras de liberdade. Tramem as elites o que quiserem e o que puderem, como vêm fazendo agora. Trabalham para construir, não uma ordem democrática, mas um **regime** para manter e aprofundar o atual modelo econômico, impatriótico e desumano.

Mas o futuro não será outro senão o de uma ordem republicana e democrática, impregnada do social e dos direitos humanos do povo brasileiro.<sup>52</sup>

\* \* \*

**Violência e criminalidade (1)** – Comparar o Rio com Bonn, Washington, Tóquio e Londres, em matéria de criminalidade e violência, como fez um grande jornal daqui, chega a ser uma desonestidade intelectual. As duas primeiras são cidades relativamente pequenas e, como Tóquio e Londres, de populações com elevadíssima renda e alto nível educacional e cultural. O correto é comparar o Rio de Janeiro com São Paulo, Caracas, Bogotá, Hong Kong, Cidade do México etc.

**Violência e criminalidade (2)** – Mesmo assim, em Washington ninguém se arrisca a andar na rua a pé, depois de dez horas da noite. Em Nova York, então, nem se fala. Depois das dez horas da noite, as pessoas são aconselhadas a não andar nas ruas, sozinhas ou apenas acompanhadas de outra pessoa, nem mesmo na Quinta Avenida ou na Broadway. De Metrô, quem quiser que se arrisque. De dia, os assaltos podem ocorrer em toda a parte e há uma zona, quase um terço da cidade – zona oeste – onde não é aconselhável andar a pé, nem mesmo à luz do sol.

**Violência e criminalidade (3)** – Considerados os níveis de renda, sua riqueza, oportunidades de trabalho e educação, saúde e alimentação etc., Nova York é a cidade mais importante, mas também é a mais violenta do mundo. Todos os que visitam Nova York – eu vi –, andam na rua se cuidando. De noite, então, só de táxi. Mas

<sup>52</sup> Arena e MDB: em 1966, a ditadura implantou o bipartidarismo, com estes dois partidos.

todo o mundo não deixa de ir a Nova York, milhões e milhões todos os anos. As nossas elites e os que aqui mais exploram politicamente a violência e a criminalidade são os mais fascinados por Nova York (dá **status**), para onde viajam sempre que podem. Gostariam até de morar lá. E alguns, até possuem apartamentos em Manhattan. É que lá é a Corte... pode ter todos os defeitos. Não importa.

**Violência e criminalidade (4)** – Conheci um brasileiro que explorava dois postos de gasolina, na periferia de Nova York. Guardava o dinheiro num nicho de concreto armado, com dois compartimentos, onde se encontrava o caixa. Tudo à prova de bala, onde só se viam as mãos do empregado, com um cadeado que devia pesar uns 20 quilos. Duas vezes por dia, um carro forte, com guardas armados de metralhadoras, vinha recolher o dinheiro.

**Violência e criminalidade (5)** – A grande diferença entre Nova York e o Rio está na penetração e seriedade com que todos trabalham e atuam para conter a violência. Principalmente, suas causas. Em Nova York, como em geral nos maiores centros urbanos dos Estados Unidos, mais ainda, da Europa e do Japão, os grandes jornais, redes de televisão e de rádio, não se dedicam ao escândalo e à exploração dessa tragédia com fins políticos, ou só para deixar mal um Governador ou um Presidente. Sabem que se trata de um mal que vem de longe; uma espécie de legado trágico

das elites dirigentes, cuja contenção requer ação das autoridades e, sobretudo, esforço comum; uma consciência pública para a erradicação de suas causas, transformando a sociedade. Nunca apresentam suas cidades – em geral centros econômicos e turísticos importantes, caso típico do Rio de Janeiro – como se fossem valhacoutos de contraventores, assaltantes e criminosos. Um lugar, enfim, do qual todos devem se afastar. Jornais e televisões que procedem dessa forma trabalham contra o Rio, em lugar de ajudar e colaborar com sua população. Sensacionalismo, com propósitos políticos, ou simplesmente para encher espaço, só atinge o Rio de Janeiro, prejudica o seu comércio, suas tradições, seu bom nome e sua economia. Jamais o “New York Times” dedicaria, por semanas a fio, páginas e páginas a um **Escadinha**. Muito menos, abriria a sua primeira página para um **gângster**, como o **Gordo**, insultar o Governador. Em suma: verifiquem se o “New York Times” faz em relação a Nova York o que aqui se faz contra o Rio de Janeiro.

**O liberal brasileiro** – Ninguém deve se surpreender com a conduta do Sr. Ministro Paulo Brossard de Souza Pinto. Trata-se de um exemplar típico do chamado liberalismo brasileiro. Quando na oposição, liberal politicamente; mas conservador, sempre, no econômico e no social. No Governo, conservador de corpo inteiro. Reprime, se necessário, em defesa dos privilégios das oligarquias conservadoras.

## O desempenho do Governo do Rio de Janeiro

Desta última safra de Governadores, quem fez melhor Governo que o do Rio de Janeiro? É possível que os meus ilustres colegas, Governadores dos demais Estados da Federação, se encontrem próximos de nós. Ou mesmo, alguns deles juntos de nós. Mas, nenhum milímetro que seja melhor que nós.

Não se trata de imodéstia ou presunção de nossa parte. É, sim, uma questão de justiça ao conjunto de nossos companheiros de trabalho e, principalmente, reconhecimento ao apoio que a população nos deu.

A verdade é que não tememos comparação em matéria de eficácia, gestão administrativa, exatidão, moralidade e realizações concretas. Seria o caso de uma auditoria internacional isenta para fazer este balanço. E se o Governo Sarney quiser também entrar nesse confronto, melhor. Agora, se preferirem uma discussão pública, que se preparem e venham. Só o que exigimos é que não cometam a felonía de nos negar os espaços correspondentes.

O Governo do Rio de Janeiro, entre todos, foi o mais cerceado. O único a sofrer uma odiosa discriminação e, até mesmo, sabotagens preconcebidas por parte de autoridades da União Federal, desde o primeiro dia até hoje. Foi o Governo mais combatido e impiedosamente questionado e escarnecido pela imprensa e os meios de comunicação. Foi um Governo cercado de restrições e má vontade por parte de grupos e pessoas poderosas e influentes, que se nutrem do Rio de Janeiro e vivem articulados com os poderes federais na linha exclusiva de seus próprios interesses, os quais têm sido,

em geral, conflitantes com os de nosso Estado e de sua população. O caso dos **royalties** do petróleo é um exemplo típico.

Em todo esse contexto, cumpre-nos destacar, perante a população do Estado do Rio de Janeiro, o papel desempenhado pelas “Organizações Globo”. Como se sabe, não só o jornal “O Globo”, órgão de expressão nacional, quanto a “Rede Globo” e suas emissoras de rádio funcionam sob a eficiente e direta orientação do ilustre Sr. Roberto Marinho.

Desde os primeiros instantes em que assumimos o Governo, até hoje, defrontamo-nos com a oposição sistemática desses poderosos órgãos de comunicação. Nada, rigorosamente nada, de meu Governo mereceu um mínimo de estímulo e muito menos de apoio ou reconhecimento. Trabalharam insidiosamente com a intenção de nos desgastar. Até mesmo o nosso programa de escolas públicas integradas (CIEPs) tem sido motivo de seus achincalhes e desmerecimentos. Em tudo procuraram sempre nos colocar no pelourinho, através de seus editoriais e, principalmente, de um far-to noticiário, dirigido e faccioso. Chegaram a ponto de incentivar greves nos serviços públicos do Estado. Ensejaram espaços e microfones até mesmo a irresponsáveis, desde que fosse para fazer declarações contra o Governador Leonel Brizola. Tudo o que puderam fazer de mal, fizeram. Negaram-nos toda e qualquer colaboração. A população, porém, a tudo assistiu. Dispõe de todos os dados para fazer o seu julgamento, que há de ser, como sempre, sereno e honesto.

A esta altura, por uma questão de direito e, também, de dever, somos nós que questionamos. Onde está a autoridades das “Organizações Globo” para exigir e cobrar o que quer que seja de nosso Governo? Se apoiaram a ditadura, de forma a mais incondicional – portanto, tudo o que esse regime de mandonismo fez, em matéria de destruição e abandono dos serviços públicos do Rio de Janeiro –, com que autoridade podem cobrar e reclamar agora? Por que não o

fizeram durante esses 20 anos? Por que não exigiram que tudo fosse feito e organizado, novo em folha, especialmente durante o período do “Milagre”, quando rolava dinheiro e dólares à vontade? Por que só agora mostram que as delegacias de polícia e os presídios são pardieiros, que os hospitais e colégios se encontram nesta ou naquela situação? Ora, se recebemos tantos prédios e instituições como pardieiros, foi porque assim foram deixados pelo regime de arbítrio que imperou por duas décadas. Foram vinte anos de abandono e destruição.

Há, como se vê, uma questão de falta de autoridade. Para recuperá-la as “Organizações Globo” teriam que fazer, no mínimo, uma espécie de mea-culpa perante o povo brasileiro. Dizer, por exemplo, que nunca mais irão promover e muito menos apoiar e sustentar uma ditadura, pela extensão dos malefícios que este regime causou ao nosso povo. Aí sim, podem voltar a exigir, cobrar e criticar um Governo democrático, eleito pela população, cujo titular vem de um exílio de 15 anos.

\* \* \*

**Greve na CEDAE** – Ninguém tem o direito, nem mesmo de fazer simples ameaças, de cortar o abastecimento de água. Como Governador, recebi a Comissão de Greve na melhor boa-fé. Mas, agora, já me convenci que se trata de manobra política dos dirigentes da CGT (PCB, PC do B, MR-8, PMDB etc.) que, como todos sabem, estão ocupando cargos na Administração Federal. Controlam a TVE no Rio e apoiam o pacote, com Brossard e tudo. Temo que estejam agindo com as costas quentes. Vamos ver como procederão as “Organizações Globo”. Esse pessoal está lá dentro, também. Na CODERTE e na FEEMA vem ocorrendo o mesmo que na CEDAE. Greves contra o Governo do Estado, reclamando a recuperação dos salários que o pacote confiscou. Mas não falam no pacote e nem reclamam do Governo Federal, que instituiu o confisco. Espertinhos. A Cedae é deficitária e,

legalmente, não pode tocar em suas tarifas. A partir de segunda-feira, se persistir a greve, não teremos alternativa, senão requerer a declaração de sua ilegalidade. Diante da ameaça insana de suspender o fornecimento de água, afirmamos à população que isto não vai acontecer.

**Leite** – As pequenas e médias propriedades dedicadas à produção de leite constituem o estágio mais avançado do desenvolvimento agropecuário. Em todas as nações adiantadas, avançam paralelamente a industrialização e a granja leiteira. Esta, abastecendo as populações de produtos lácteos e carne, além de garantir a suplementação de matéria orgânica à produção de frutas, legumes e verduras. Só a improvisação insensata poderia nos levar à situação a que chegamos. Vai nos custar muito recuperar o que está sendo destruído. Mais dívida externa para importar alimentos. Que vergonha. Filas, desde a madrugada em todo o País e leite em pó importado às toneladas. Os nossos produtores, perplexos e humilhados, sem condições de trabalhar. Para as fábricas do senhor Funaro e das multinacionais, tudo foi previsto no pacote. A razão nos permite afirmar que ele não iria decretar a sua própria falência. O nosso Estado tem autoridade para falar: o Rio de Janeiro foi a única região leiteira que aumentou a sua produção, ultimamente. Havia tanto leite que chegamos a distribuir 150 mil litros nos colégios para cerca de 400 mil crianças, diariamente.

**Brigas para Inglês ver** – Quem não se dá conta de que esta disputa entre Nelson e Moreira é puro jogo de cena? Tudo planejado, simples impostura. Assim permanecem no noticiário. Os grandes jornais, a *TV Globo* etc., podem fazer a propaganda de seus candidatos sem abrir o jogo. O povo, para eles, é simples massa de manobra. Querem dar a impressão de que há briga mesmo. Depois, tudo termina com as mãozinhas para cima, apertando umas nas outras, balbuciando o Hino Nacional, todos com caras de anjo, “unidos finalmente para o bem do

povo”, posando para fotos e tevês... Pensam que o povo é bobo. Não há quem não saiba que atrás deles está a direita e todos os cúmplices da ditadura.

**Socorro de Emergência** – Vêm funcionando satisfatoriamente os serviços de socorro de emergência. Nas ruas da Região Metropolitana, através do Corpo de Ambulâncias e pessoal especializado da Defesa Civil. Este serviço deverá ser ampliado em etapas sucessivas, até atingir

todo o território do Estado, com base nas sedes do Corpo de Bombeiros. Neste momento, já se encontram em atividades 180 primeiros-tenentes-médicos, além de o pessoal auxiliar correspondente. As ambulâncias e o socorro médico às vítimas de acidentes poderão ser acionados através do telefone 193, ou utilizando o prefixo telefônico local, acrescido dos algarismos 1234. Exemplo: um telefone cujo número é 235-1111, discar 235-1234.

## Alertando a Nação

Todas as pessoas de pensamento honesto, bem-intencionadas, que se preocupam com a situação de nosso povo e com os destinos do País já perceberam que algo estranho e grave vem ocorrendo no seio do Governo da República. Ao mesmo tempo, não conseguem entender por que o Presidente José Sarney não se dá conta de que o seu governo vem caindo prisioneiro de um grupo de homens de negócios e de tecnocratas, com base e interligações em São Paulo, sem que detenham nenhuma representação especial das forças produtivas e do trabalho daquele grande Estado da Federação.

Trata-se de um grupo reduzido de pessoas sem qualquer responsabilidade política. Desconhecidos da população brasileira e sem maiores antecedentes na vida pública do País; salvo alguns deles, pelas funções exercidas durante a Ditadura. Ocupam os Ministérios da Fazenda, do Planejamento e das Relações Exteriores, a Consultoria-Geral da República, dirigem e controlam o Banco Central e a mais importante agência de financiamentos do País – o BNDES. Detêm, praticamente, todas as funções decisórias na área econômico-financeira. Formam dentro da Administração Federal uma espécie de aparato. Preparam os seus planos e decisões a portas fechadas, como quem conspira. Exercem o poder discricionário de uma forma que nem a própria Ditadura o fez. A **nomenclatura** desse círculo reduzido de pessoas não é de todo conhecida publicamente. Há os que exercem ministérios e altos cargos do segundo e terceiros escalões. Mas há, também, os que a integram informalmente, como é o caso do empresário Mathias Machline.

As declarações do Ministro de Minas e Energia, Sr. Aureliano Chaves – revelando que “seu Ministério não teve qualquer participação no estudo e na adoção das medidas anunciadas

pelo Presidente Sarney, de cobrança de um empréstimo compulsório sobre o álcool e a gasolina” – vieram desnudar um quadro profundamente preocupante para a Nação, o qual, sem nenhuma dúvida, configura uma grave e insólita deformação profissional.

Ora, o Sr. Aureliano Chaves não é um ministro qualquer. É uma autoridade política de projeção. Foi Vice-Presidente da República e Governador de Minas Gerais. Além do mais, tratava-se de decisões sobre problemas ligados ao seu Ministério. Verifica-se, assim, que não se realizou, nem mesmo uma reunião do Ministério da República para as recentes medidas que afetaram gravemente o povo brasileiro.

O Congresso está em recesso. Os partidos políticos, nem mesmo os que apoiam o Governo, não tiveram qualquer participação ou consulta sobre essas decisões, muito menos as instituições representativas da sociedade civil.

E o que mais impressiona em tudo isto, é o aval que o Presidente da República vem oferecendo a esse grupo. A impressão que se tem é que esse círculo restrito de pessoas se tornou o verdadeiro centro decisório de seu Governo. É com ele que o Presidente realmente decide. Todos os demais órgãos e instituições e seus titulares passaram a um plano secundário. Em suma: esse grupo empolgou e domina o Governo; passou a influir incisivamente sobre a autoridade presidencial e, por decorrência, surpreendentemente, passou a decidir sobre a sorte e os destinos da Nação e, até mesmo, sobre o dia a dia da população.

Esses grupos de homens de negócio e de tecnocratas, detentores de tantos poderes, representam o que e a quem na vida pública deste País de 130 milhões de habitantes? Sabe-se apenas, em função de suas decisões, que vêm oferecendo cobertura ao grande capital e aprofundando o modelo econômico da Ditadura. Aproveitando-se da causa generosa da luta contra a inflação e a elevação dos preços, esse grupo convenceu o Presidente a decretar o confisco salarial e tornar antieconômicas muitas



atividades produtivas de nosso interior rural. Depois de criar o consumismo exacerbado, dilapidando a poupança da classe média, vem agora – a título de corrigir o erro cometido, com a imposição de impostos dissimulados – gravar esses contingentes médios da população que, embora livres da miséria, não estão totalmente isentos de privações.

O Presidente José Sarney corre o risco de ligar, em definitivo, a sorte e os destinos de seu Governo às práticas e procedimentos autoritários desse grupo que, para um sem-número de cidadãos, já é considerado incompatível com as boas normas que devem reger a vida pública e, principalmente, com as aspirações democráticas do povo brasileiro.

### No Setor Público

O Governo do Rio de Janeiro considera que o povo de São Paulo merece todas as atenções.

Não colocamos em dúvida a necessidade e a justiça dos financiamentos que vem recebendo do Governo Federal. O que nos escandaliza e consideramos inaceitável é que os senhores Funaro e Montoro Filho, detentores do poder decisório do BNDES, tenham negado à população do Rio de Janeiro o mínimo acesso aos financiamentos daquela agência financeira federal, tendo em vista que contribuímos com mais de 20% para as fontes de recursos deste estabelecimento. Ainda mais quando sabemos que todas as oportunidades de acesso aos financiamentos foram indicadas e sugeridas ao Governo de São Paulo, além das soluções que foram elaboradas dentro do próprio Banco para sanar eventuais impasses e dificuldades. Publicamos, a seguir, uma relação das transferências e desembolsos, somente deste ano, para a Administração Montoro. E também, para efeito de comparação, o que se destinou ao Estado do Rio de Janeiro.

#### Desembolso em 1986, em Cz\$ 1.000,00<sup>53</sup> (BNDES)

<b>FEPASA</b>	<b>794.580</b>	<b>METRÔ</b>	<b>1.607.126</b>
1. Trem Metropolitano	91.842	– Linha Leste–Oeste	1.205.052
– Contrato vigor	54.602	– Troleibus Intermunicipal	402.074
– Suplementação	37.240	– Contrato vigor	178.114
2. Recuperação (TUE)		– Suplementação	223.960
– (Trem Und.)	53.200	<b>ELETROPAULO</b>	<b>201.660</b>
3. Variante Campinas–Santos	412.869	– Troleibus Intermunicipal	201.660
Contrato em vigor	269.426	– Contrato em vigor	119.660
– Suplementação	143.442	– Suplementação	82.000
4. Recuperação equipamentos	80.000	<b>CESP</b>	<b>400.000</b>
5. (PRMF)	39.000	– Hidrovia Tietê–Paraná	400.000
6. Emergência	69.471	Cia. Paul. De Força e Luz	<b>20.000</b>
7. Informática	48.199	Comgás	<b>30.000</b>
<b>SABESP</b>	<b>2.534</b>		
Sabesp I	913		
Sabesp II	1.621	<b>TOTAL</b>	<b>3.055.900</b>

53 Para converter cruzado em dólar, divida por 13,84

**Desembolso em 1986, em Cz\$ 1.000,00 (FINAME/BNDES)**

	Equipamentos Gerais	Informática
1. FEPASA	110.000	40.000
2. DER/SP	20.000	-
3. COMGÁS	25.000	-
4. SABESP	9.000	-
5. USP	-	45.000
6. UNESP	5.000	-
7. PRODESP	-	65.000
8. UNICAMP	51.000	26.000
9. METRÔ	700.000	-
10. ELETROPAULO	90.000	-
11. CPFL	75.000	-
12. CSP	295.000	-
<b>Subtotal</b>	<b>1.380.000</b>	<b>176.000</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.556.000</b>	

**BNDES: Cz\$ 3.055.900.000**

**FINAME: Cz\$ 1.556.000.000**

**TOTAL GERAL: Cz\$ 4.611.900.000**

**OBSERVAÇÕES:**

(1) Em função dos projetos e financiamentos já aprovados e contratados para o Governo do Estado de São Paulo no BNDES, neste quadriênio, estão previstos e programados repasses e desembolsos de parte do Banco, no montante de Cz\$ 15.300.000.000,00; ou seja, na moeda antiga, 15 trilhões e 300 bilhões de cruzeiros. Afora os financiamentos da Caixa Econômica, do BNH e de outras fontes sobre as quais não temos informação.

**(2) Para o Governo do Estado do Rio de Janeiro: Cz\$ 0,00**

**No Setor Privado**

Vale a pena, como ilustração, transcrever estas informações publicadas no Jornal do Brasil de 17 de julho de 86:

“As empresas do grupo Sharp tiveram, no primeiro trimestre posterior à implantação do Plano Cruzado (março, abril e maio), **um lucro líquido de Cz\$ 683 milhões**, o que significou um crescimento real de 316% em relação aos 11 meses anteriores, na época da moeda em cruzeiros, quando o lucro líquido foi de 164 milhões de cruzados ...”;

“... esse bom desempenho, segundo Luiz

Paulo Rosemberg, vice-presidente de desenvolvimento da empresa, incentiva investimentos em segmentos onde ainda não atua, além de ampliações da atual capacidade, visando ‘inclusive o mercado externo’...”;

“... O Presidente do Grupo, Mathias Machline, admitiu estar interessado na aquisição de novas empresas, após ter comprado este ano a PGM (especializada em tecnologia digital na área de telecomunicações) e a Facit, em negócios que envolveram 15 milhões de dólares...”;

“... o balanço da Sharp demonstra que,

considerada individualmente, a Sharp Informática apresentou um lucro líquido de Cz\$ 41 milhões no trimestre posterior ao Plano Cruzado, representando um aumento de 486% sobre o trimestre (dezembro, janeiro fevereiro), cujo resultado líquido havia sido de Cz\$ 7 milhões.

## Mais que um alerta, uma advertência à Nação

Participo da vida pública há 40 anos. Afirmo ao povo brasileiro que, até este momento, não havia visto um governo civil, transitório ou não, entregar-se, deixar-se conduzir de uma forma tão envolvente por um pequeno grupo sem nenhuma representação ou autoridade política e, ainda, com o agravante de estar localizado num único Estado da Federação.

A própria história da República não registra uma deturpação institucional tão destrutiva para os princípios federativos e para os direitos democráticos e sociais de todo o povo brasileiro, quanto às circunstâncias que, neste momento, caracterizam o Governo do Sr. José Sarney.

Com efeito, Sua Excelência preferiu desconhecer a grande missão que o povo brasileiro assentiu em colocar sobre os seus ombros, qual seja a de atravessar o deserto da transição e de conduzir nosso povo à **Terra Prometida**. Em lugar de dedicar-se, de corpo e alma, com verdadeiro espírito de missão, às tarefas que o colocariam nas páginas da História, o atual Chefe de Estado optou pela continuidade das práticas do mesmo regime que o povo brasileiro derrogou nas ruas e praças públicas. O que há de diferente é a retórica e a sofisticação, além do uso massivo e suspeito das redes de comunicação e a cumplicidade de alguns importantes órgãos de imprensa. O atual governo conseguiu até mesmo ressuscitar a figura do Sr. Delfim Neto e seu grupo de áulicos, através do inclito Sr. Dilson Funaro e seus tecnocratas.

A que se vem reduzindo a presença e as

prerrogativas do Congresso? Os partidos políticos vêm sendo desconsiderados e – mesmo os que sustentam o Governo – jogados à margem; não são ouvidos e nem consultados. E a participação solene e coletiva do Ministério da República? O que passamos a assistir, isto sim, são aos espetáculos deprimentes em que os Presidentes dos Partidos Oficiais e Ministros, cujas áreas de competência estão sendo invadidas, se veem na constrangedora contingência de reconhecer, de público, que não participaram nem mesmo dos estudos sobre decisões da maior relevância, como as que instituíram impostos disfarçados sob a capa de um empréstimo compulsório. Sem nenhuma dúvida, as instituições não estão funcionando.

O grupo de homens de negócios e de tecnocratas que passou a empolgar o Governo e a envolver a autoridade presidencial, em função de antigas amizades, está localizado em São Paulo e tem no Rio de Janeiro a sua mais importante conexão publicitária. Ora, o Governo da República não pode ser nunca uma **ação entre amigos**. Seria o inconcebível. Além de destrutiva às instituições, neste momento histórico, representaria uma afronta às aspirações e à própria vontade da Nação, que vem apontando rumos completamente inversos, isto é, os de nossa reconstituição democrática.

Os que neste momento detêm a responsabilidade de conduzir os destinos da Nação, se quiserem ser justos e legítimos, historicamente, terão que ser fiéis ao mandato que o povo brasileiro assentiu em lhes conferir, que não é outro senão o de restaurar a dignidade e os direitos da cidadania através de eleições livres, o de construir instituições democráticas, o de gerir os negócios públicos, sem jamais retroceder aos métodos do mandonismo e aos interesses de grupos e, muito menos, às práticas do regime de arbítrio.

\* \* \*

**O Globo e a criminalidade** – No último domingo, o jornal **O Globo** publicou quatro ou cinco

páginas sobre violência e criminalidade em nosso País, abordando as realidades de São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza etc. Não se pode deixar de reconhecer que este importante órgão da imprensa ofereceu aos leitores uma boa contribuição. Finalmente despertou. Durante os 20 anos de ditadura, nunca levantou a sua voz. Colaborou, mesmo, para que se encobrisse o aumento da criminalidade. Como era de se esperar, os maiores espaços foram dedicados ao Rio de Janeiro. Aí, então, *O Globo* descarregou todo o seu facciosismo, procurando envolver e responsabilizar o meu Governo. Ao se referir aos demais Estados, os nomes dos Governadores nem foram citados, salvo alguma referência por alto e sempre de forma elogiosa. Sobre o Rio de Janeiro, foi aquela saraivada de invocações negativas: “o Governo Brizola isso, o Governador Brizola aquilo”. Deslavada parcialidade; grosseira politicagem. Qualquer pessoa de bom senso chega facilmente a essas conclusões. É uma demonstração do que apontamos dias atrás: a falta de autoridade das **Organizações Globo**. Com efeito, apoiaram incondicionalmente a ditadura; nunca reclamaram nada. A criminalidade aumentou no Rio? Sim, porque agora temos dados e números verdadeiros. Ao assumir, o atual Governo não encontrou estatísticas. Se existiram, sumiram com elas. Trataremos de republicar, oportunamente, algumas matérias de outros órgãos de imprensa referentes àquela época para refrescar a memória das **Organizações Globo**. A violência e a criminalidade vêm crescendo dramaticamente em todos os Estados e regiões do País. Observem os leitores que o agravamento desta verdadeira tragédia nacional coincide com o **aumento da miséria** e, ao mesmo tempo, com o **crescimento e prosperidade da Rede Globo de Televisão**, a qual, no decurso desses 20 anos de mandonismo e, até agora, vem sendo uma verdadeira escola de violência e criminalidade.

**União perversa** – Um grande jornal do Rio publicou, anteontem, em manchete, o seguinte:

**“Quatro Partidos Fecham Acordo contra Brizola”** (PMDB, PFL, PCB e PTB). É o biombo da direita, do chaguismo e das elites conservadoras. O povo do Estado do Rio de Janeiro, mais uma vez, demonstrará que é uma espécie de vanguarda nacional. Nosso Estado será cenário de um confronto e de uma discussão de dimensões nacionais. Observem que não falam em programas, ideias, nem propostas ou, muito menos, dos problemas do Estado. Só o que lhes interessa é destruir o Brizola e o PDT. E por que esta preocupação obsessiva, articulada e acobertada pelo oficialismo federal? A população a tudo observa e sabe que a razão profunda dessa união rancorosa de todos eles, contra nós, vem de uma simples circunstância: é que nós recusamos – por coerência, patriotismo e consciência social – a ser cúmplices, como eles, desse quadro de impostura que vem recaindo sobre o povo brasileiro

**Cínicos e inescrupulosos** – O meu ilustre colega Governador Montoro, há poucos dias, disse pela imprensa que o candidato Maluf era um “cara de pau”. Não foi surpresa para ninguém. O que surpreende, a mim, por exemplo, é a insensibilidade do Governador Montoro em relação aos “caras de pau” que seu Governo vem colocando na Administração Federal. Vejam estes: o Ministro Sayad, ex-secretário do Governador Montoro, agora Ministro do Planejamento; um barbudinho de aparência sinistra declarou, há poucos dias, que “não sou eu quem discrimina o Rio de Janeiro. É o Estado do Rio que me discrimina...” Montoro Filho, atual Presidente do BNDES e ex-assessor de seu pai, disse, por sua vez, que “esta história de discriminação do Rio é uma mentira deslavada”. Ambos são tão “caras de pau” quanto o Maluf. Além de cínicos e inescrupulosos, sabendo-se como procedem e ao fazerem tais afirmações. Ambos desempenham funções nacionais relevantes, mas só agem como uma única preocupação: cercear e marginalizar o Governo do Estado do Rio de Janeiro e carrear dinheiro, com escandalosa

voracidade, para o Governo Montoro. Rasparam o BNDES. Até o fim deste ano, vão levar, só do BNDES, 11 trilhões antigos. Bloquearam praticamente as possibilidades de financiamento para os demais Estados da Federação. Ao Rio de Janeiro, negaram tudo. Simplesmente **zero** ao nosso Estado, cuja população contribui com mais de 20% para os fundos do BNDES. Tudo vem sendo feito sob a cobertura do Ministro Funaro, que ascendeu à chefia do grupo. São Paulo, como o Rio, também devia ao BNDES e Funaro deu um jeito para liberar as transferências. E o Presidente Sarney em tudo isso? A conclusão é a de que sua autoridade não chega aí. Os seus antigos amigos de São Paulo, em conexão com as *Organizações Globo*, tomaram conta do Governo. A justiça, porém, pode às vezes tardar, mas acaba prevalecendo. “A raposa tanto vai ao ninho que um dia deixa o focinho”.

**Morrem menos crianças no Rio** – Uma notícia, sem maior destaque, foi publicada na imprensa diária, informando que a mortalidade infantil foi, em 1985, menor em 22% no Estado do Rio de Janeiro, enquanto continua crescendo no conjunto do País em torno de 25%, nos últimos três anos. Em nosso Estado, a queda significativa de doenças infantis – como o sarampo, por exemplo – foi resultado das campanhas de imunização; distribuição de alimentos, principalmente leite e refeições nas escolas e nos CIEPs; maior amamentação; cuidados e assistência contra a diarreia; e o programa de saneamento das favelas e comunidades carentes. Nosso reconhecimento a todos quantos, nos Municípios, no Estado, nos órgãos federais e nas comunidades, vêm lutando em prol desta causa generosa.

*“...Defender-se, esclarecer suas posições, justificar seus atos e, também, demonstrar – para o necessário julgamento da população – a má-fé, o cinismo e a falta de autoridade moral de seus detratores, mais que um direito, é dever irrecusável de um governante democrático. É a linha correta da defesa do interesse público.”*

## **Indecoroso intervencionismo**

O Sr. Marco Maciel, Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, falando à imprensa, em Brasília, sem nenhum comediamento, declarou que o Presidente Sarney havia articulado “antes, durante e depois das convenções partidárias” a candidatura do oficialismo federal ao Governo de nosso Estado. E mais: que “a participação do Presidente tem sido importantíssima” nas articulações das alianças partidárias.

Os resultados concretos desses ingentes esforços do Palácio do Planalto e de seu Chefe, o Sr. Presidente José Sarney, não são outros senão os que a nossa população, perplexa e chocada, toma conhecimento através dos órgãos de comunicação: a Aliança esdrúxula e surpreendente contra o Governo do Estado do Rio de Janeiro, destas 12 siglas, suas preferidas, PMDB, PFL, PCB, PTB, PC do B, PTR, PTN, PDC, PMN, PMC, PPB e PCN.

O que pensar de tudo isso?

Não há alternativa. Demonstram os fatos que o grande inspirador do processo discriminatório contra o Governo e a população do Estado do Rio de Janeiro foi o próprio Sr. Presidente da República. Sempre me recusei a considerar essa possibilidade. Jamais poderia admitir que o Primeiro Magistrado da Nação pudesse entregar-se ao patrocínio de práticas e retaliações provincianas.

Acima de tudo, porém, os fatos configuram

um intervencionismo insólito, uma ingerência indevida na vida política do Rio de Janeiro. Agora se esclarece, perfeitamente, o estranho e inaceitável procedimento que, há tempos, a alta Administração Federal vem assumindo para com o Rio de Janeiro. A má vontade, o desprezo para com os nossos problemas, as tentativas de asfixia e o cerco que desencadearam sobre nós foram todos elaborados e preconcebidos. O que pretendiam era preparar o campo para este indecoroso intervencionismo que passamos a sofrer.

A população do Estado do Rio de Janeiro não é uma comunidade qualquer. Trata-se de um povo que detém os mais altos níveis de consciência política. Sempre foi e continua sendo uma espécie de vanguarda da Nação. Não só vai repelir esse afrontoso intervencionismo, como, sobretudo, irá compreender que não partiu de nós iniciativa alguma para que viesse a ocorrer este tipo de confronto.

Agora, o julgamento que passamos a fazer, daqui por diante, não pode ser o mesmo em relação ao Presidente José Sarney. Jamais imaginamos, em nossa boa-fé, que o Presidente da transição democrática – lá colocado por todos nós – pudesse vir a ser, de novo, o Presidente do PDS, articulando os seus antigos correligionários e somando forças com as mesmas práticas do regime a que serviu para oprimir politicamente, como tantas vezes fizeram, um Estado da Federação.

Os fatos, finalmente, nos conduzem a pensar que, no fundo dessa indisposição do Presidente Sarney para com o povo do Rio de Janeiro, está o Comício da Candelária. Em sua alma, ainda ecoa o clamor de uma multidão de mais de 1 milhão de pessoas exigindo eleições diretas. É a este povo, até aqui menosprezado pelo seu Governo, que ele agora quer derrotar. É o que veremos. Deus é grande.

\* \* \*

**Balaio de caranguejos** – Anuncia *O Globo*, de ontem, que está constituída a Aliança (patrocinada

pelo Presidente Sarney, Governo Federal, Nova República etc.) com 12 siglas: PMDB, PFL, PCB, PTB, PC do B, PTR, PTN, PDC, PMN, PMC, PPB e PCN. Faltam, ainda, outras não citadas, como o POG (Partido das “Organizações Globo”), PTI (Partido da “Tribuna da Imprensa”, de Hélio Fernandes), PGR (Partido do Galo de Rostand – Pedreira e seus patrulheiros do JB), além de grupos diversos, como os do Sr. Armando Falcão, do ex-Presidente Geisel e muitos outros que irão se alinhando, carreando dinheiro, veículos etc. O coordenador e ideólogo da Aliança é o Senhor Colagrossi. Há, ainda, candidatos a Governador jogando de combinação. Já iniciaram a campanha numa tevê de São Paulo (Vide editorial do JB, “Questão de Respeito”, de ontem), no programa do Gugu. Destacaram-se, como era de se prever, os candidatos Agnaldo Timóteo e Moreira Franco. Todos viajaram a São Paulo com a marchinha do programa na ponta da língua: Passarinho quer cantar / o rabicho balançar / o que acaba de nascer / Thu, Thu, Thu, Thu.” (do editorial referido). O que há de pensar a população sobre isso? Alguém pode admitir que a vida pública brasileira venha a se reduzir a esses níveis?

**Patrulhismo (1)** – É uma prática desonesta e perversa que se estabeleceu, durante a ditadura, nas redações da maioria dos grandes jornais, revistas, redes de tevê e rádio. Trata-se de uma simbiose aparentemente estranha: militantes ditos de esquerda, do PCB, do PC do B etc. trabalhando à vontade e de mãos dadas com os proprietários desses órgãos e seus editores. Se pensarmos bem, não há nenhuma contradição. Ambos, na essência, são elitistas e autoritários. Certa vez, ouvi de um poderoso dono de uma dessas grandes organizações: “Eu adoro ter redatores de **esquerda**: escrevem bem, são obedientes e criativos, e muito mais ferinos que nós próprios quando se quer atingir certas correntes ou pessoas e, quando se tornam inconvenientes, manda-se embora sem necessidade de dar satisfação a ninguém...”

**Patrulhismo (2)** – Esses jornalistas patrulheiros costumam distorcer, mentir, deturpar o noticiário, achincalhando os que desejam atingir. Cumprem tarefas dos editores ou utilizam os espaços que a cumplicidade dos chefes lhes enseja. Antes e depois de nosso retorno do exílio, nós trabalhistas, o PDT e, particularmente eu, temos sido os maiores alvos dessa associação espúria. É que eles sabem quem somos nós os que podem, um dia, transformar este País. Eles pensam que as pessoas são bobas, incapazes de raciocinar. Planejam e elaboram maldades e matérias desonestas sem nenhum escrúpulo. É exatamente por isto que a credibilidade de muitos de nossos grandes órgãos de comunicação anda abaixo da crítica.

**Patrulhismo (3)** – Observem os leitores, por exemplo, o noticiário de ontem sobre a visita do candidato do PDT, Professor Darcy Ribeiro, à cidade de Macaé; e do candidato do oficialismo federal, a Paracambi. Vejam a diferença. Puro patrulhismo. Recebi uma manifestação de Macaé, de um grande número de pessoas, desmentindo o referido noticiário, e até decididas a cancelar assinaturas do jornal. Vou continuar comentando e denunciando, inclusive pelo rádio e tevê, essas práticas cínicas e desonestas.

**Inaugurações (CIEPs)** – Se quiséssemos, poderíamos inaugurar até o fim de nosso Governo, dois CIEPs por dia, incluindo sábados e domingos. Inauguraremos, porém, o que for possível. Amanhã, segunda-feira, vamos inaugurar quatro, iniciando, às 15 horas, pelo CIEP de Gragoatá, Rua Alexandre Moura, em Niterói. E depois, mais três em São Gonçalo. Dia 13, quarta-feira próxima, às 16:30 horas, o Presidente Sanguinetti, do Uruguai, procederá à inauguração do CIEP construído no centro da Cidade (Rua do Lavradio), que levará o nome do apóstolo da educação popular daquele País, José Pedro Varela.

**Transporte Coletivo (1)** – Está em plena execução o programa de encarroçamento de 300 chasís da CTC. Já aplicamos 42 milhões de cruzados



e, agora, mais Cz\$ 29,7 milhões<sup>54</sup>, destinados a um lote de 81 ônibus que terão carrocerias novas, chassis e motores recuperados. Total: 71,7 bilhões antigos. É o esforço ao nosso alcance, feito com trabalho e economia por uma Administração impiedosamente discriminada pela ditadura financeira do Governo Federal. Os financiamentos federais só vêm sendo destinados aos que pertencem à **rosca** oficial. Só ao Governo de São Paulo, o BNDES transferiu Cz\$ 3,2 bilhões para obras e equipamentos em transporte coletivo (3,231 trilhões antigos). Ao Rio de Janeiro, Cz\$ 0,00! Nossos projetos estão engavetados há mais de dois anos. Estão levando recursos que pertencem à população de nosso Estado. Repetimos: a raposa tanto vai ao ninho que um dia deixa o focinho.

**Transporte Coletivo (2)** – Estamos liberando recursos no montante de Cz\$ 145.071.000,00 (145 bilhões de cruzeiros) para concluir a ligação hidroviária Praça XV–Ilha do Governador, incluindo-se as obras do Terminal de Cocotá, reforma de quatro barcas para 1.000 passageiros por unidade e, também, a construção de mais duas, de igual capacidade. Cansamos de esperar o empréstimo, já aprovado e não liberado pelo BNDES, para a ligação São Gonçalo–Praça XV.

Enquanto os nossos projetos dormem nas gavetas do Governo Federal, o Presidente e seus Ministros encontram tempo para articular e desencadear essa onda vergonhosa de intervencionismo no processo eleitoral do Rio de Janeiro.

**Pesquisas** – Nunca assistimos a maior derrame de pesquisas sob encomenda para serem utilizadas massivamente nos meios de comunicação. Na Europa e nos Estados Unidos, há muito que se considera essa prática simples embuste, para impressionar crianças e incautos. Lembra-se da Sandra, com 58%? Usam essas pesquisas como se fossem eleições. É a nova teoria de Direito Constitucional do Ministro Brossard.

**Legitimidade** – Afirmam e repetem que tudo o que o Leonel Brizola diz ou faz é com a preocupação obsessiva de se candidatar a Presidente. E eles, que estão no Governo, sem voto, sem mandato definido e ainda querem continuar?

**Bancários** – Já anda em 103.000 o número de bancários despedidos e desempregados em função do pacote econômico do Governo. Fora as demissões indiretas. Só de vigilantes, no Estado do Rio de Janeiro, foram demitidos 9.500 (mais assaltos). Agora é a vez dos estagiários. Na Caixa Econômica Federal são 20.000 e já foram dispensados cerca de 8.000.

54 Para converter cruzado em dólar, divida por 13,84

## Esclarecimento necessário

Na minha condição de Governador do Estado, sinto-me na obrigação de cumprir aquela conduta que considero deva ser a mais exemplar dentre todas. Por esta razão é que decidi interromper, nesses dias, embora não juridicamente exigível, e até quando se torne indispensável, as publicações que vinha fazendo, de forma sistemática, na imprensa.

Esta linha de conduta que nós traçamos, de nenhuma forma significa que o Governo do Estado do Rio de Janeiro, seus representantes e eu próprio, Governador, estejamos abrindo mão de nosso sagrado direito de defesa frente a ataques injustos ou questionamentos às nossas responsabilidades administrativas e, principalmente, quanto à idoneidade moral de nosso Governo. Há, ainda, a necessidade, que muitas

vezes se torna imprescindível, de informar à população sobre assuntos do interesse público, quando apresentados de forma incompleta ou distorcida, como também o próprio dever que tem o Governo de dar divulgação a atos administrativos e de prestar contas de sua gestão à comunidade e, até de esclarecê-la quanto a procedimentos por ele adotados.

Um Estado da Federação tem problemas que necessitam ser levantados constantemente, ainda mais quando vítima de uma política discriminatória como a que vem sofrendo o Estado do Rio de Janeiro. Além do mais, ocorre a necessidade imperiosa de nossa presença nas discussões e encaminhamento de alternativas sobre os graves impasses de natureza econômica e social que recaem sobre toda a comunidade nacional, portanto, sobre nós próprios. Esta participação adquire uma significação ainda maior quando se consideram as questões institucionais que, neste momento, vêm sendo objeto do mais amplo debate e das mais sérias preocupações por parte de todos os brasileiros.

## Restabelecendo a verdade

No curso desta última semana, surgiram na imprensa muitas questões que não podem passar sem serem examinadas e respondidas.

O Governo de um Estado da Federação, investido pelo voto popular, não deve e não pode permanecer em silêncio diante de graves discriminações que se vêm perpetrando contra o Estado do Rio de Janeiro. Por uma questão de princípios, um governante democrático não deve e não pode permanecer em silêncio diante da crítica predatória, diante de um noticiário sistemático e dirigido, impregnado de distorções e intrigas, de malícia e facciosismo. Da mesma forma, não deve e não pode permanecer omisso frente a impostura, indiferente diante de publicações infamantes e, mais ainda, do achincalhe de sua obra administrativa. Se o fizer, perde as condições de cumprir com o seu dever mais alto, que é o de defender e zelar pelos superiores interesses da coletividade que representa.

Esta conduta de um governante democrático e legítimo de nenhuma forma contém a intenção de fazer propaganda, pessoal ou eleitoral, de favorecer ou prejudicar a quem quer que seja, ainda que esta visão superior da vida pública não seja a mesma dos que, reiteradamente, procuram nos atingir e desmerecer. O que nos preocupa, unicamente, é o restabelecimento da verdade e a intransigente defesa do interesse público. Era nossa intenção, como é de público, interromper estas publicações, tendo em vista os nobres propósitos que inspiraram a Justiça Eleitoral ao estabelecer normas sobre matérias nos meios de comunicação. Não tenho, porém, alternativa senão voltar.

\* \* \*

*As Organizações Globo e os CIEPs* – Domingo último, “O Globo” publicou editorial venenoso contra o nosso programa de 500 Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). Ao lado de conceitos perversos, relata o editorial, facciosamente, um “debate” promovido pelo mesmo jornal. Quando soube dessa iniciativa, pensei logo: aí vem mais uma... e não deu outra coisa. A transcrição editada desse “debate” não conseguiu esconder a superioridade das professoras Maria Yeda Linhares e Lia Faria, frente a um grupo selecionado, a dedo, entre os que se remordem de inveja e despeito pelo que se faz neste momento no Estado do Rio de Janeiro pela educação. As “Organizações Globo” são contra os CIEPs. Sempre o foram e raivosamente. Sabotaram o quanto puderam este programa. Desde o primeiro dia, negam ao meu Governo toda e qualquer colaboração. Só Fizeram oposição, sistemática e destrutiva. Apoiaram e incentivaram greves políticas no serviço público. Criaram-nos todas as dificuldades. Deram espaços, microfone e televisão para indivíduos os mais irresponsáveis. E por que as “Organizações Globo” são contra os CIEPs? Precisamente porque só defendem o elitismo e esse sistema econômico de natureza colonial que transfere para o exterior as nossas riquezas naturais e os frutos do trabalho do povo brasileiro. Por que as “Organizações Globo” não reclamaram da Ditadura – regime que recebeu o seu apoio incondicional e que lhes ensejou tantas concessões, poder e fortuna –, permitindo que as escolas públicas de nosso povo se transformassem em pardieiros? Onde está a autoridade moral para reclamar agora? A população sabe que o que se impõe é a substituição de toda esta rede abandonada por escolas novas, com os padrões dos CIEPs. Não existem duas redes de escolas. O que passará a existir é uma rede nova, e digna de nossos filhos e netos, das futuras gerações deste País. Estamos implantando 500 unidades, para 600.000 crianças e adolescentes. O próximo Governo fará mais 500.

Em três governos, todas as crianças e adolescentes do Estado do Rio de Janeiro estarão frequentando instituições de ensino como as que existem em países cujas elites não são egoístas e desumanas. Compreende-se que os CIEPs não podem, realmente, interessar à “Fundação Roberto Marinho”.

**Antes era a força, agora a farsa (1)** – A missão, de sempre, do FMI já está em Brasília trabalhando. Agora, em vez de um, são quatro os membros do grupo fiscalizador das contas do Governo brasileiro. Tudo como antes. E no que ficam as afirmações bombásticas de que o FMI havia sido expulso; que o FMI nunca mais? Por estas e outras, de igual significação, é que o povo brasileiro vem deixando de acreditar na seriedade do Governo Sarney e de seus porta-vozes.

**Antes era a força, agora a farsa (2)** – O noticiário de sexta-feira última do JB, procedente de Brasília, tornou público, e com reconhecimento oficial, que a Caixa Econômica Federal pagou faturas de Cz\$ 1.800.000,00<sup>55</sup> (1,8 bilhão antigo) a um importante órgão de imprensa pela cobertura jornalística dada ao Plano Cruzado. Apareceu apenas a ponta de um gigantesco iceberg. Começa a se esclarecer a grande complicidade do pacote econômico, que confiscou os míseros salários de nosso povo trabalhador e carregou montanhas de dinheiro para uma pequena minoria, em detrimento da generalidade da população. E o Presidente Sarney continua declarando que fez a opção pelos pobres.

**Antes era a força, agora a farsa (3)** – Continuam bloqueadas pelo Governo Federal as transferências dos recursos que pertencem ao nosso Estado, dos quais a União é mera arrecadadora. Esta retenção, insólita e indevida, atinge neste momento a Cz\$ 283.000.000,00 (283 bilhões antigos). Nunca se fez isto, mesmo durante o regime militar. E o Presidente Sarney acaba de declarar (JB de quarta-feira) que “sempre tive

apreço pelo Brizola”. E disse mais, que não estava cercando nem segregando o Rio... É por isso que o Presidente Sarney trabalhou tanto pela formação de uma frente de 12 siglas, do Giocondo e Hércules até o Armando Falcão, contra nós do Rio de Janeiro. São práticas políticas da província, aplicadas em nível nacional, com as técnicas do seu grupo de amigos de São Paulo.

**Debate na televisão** – Neste domingo, deverá se realizar um debate entre os candidatos ao Governo de São Paulo, através de uma rede nacional da “Globo”. Vamos esperar para ver se a “TV Globo” promoverá idêntico programa com os candidatos ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. Se isto não ocorrer, estaremos diante de um ato discriminatório, deprimente e lesivo, para as tradições políticas do povo do Rio de Janeiro. E mais ainda, uma inominável injustiça, porque a sede das “Organizações Globo” está no Estado do Rio de Janeiro. Por que os candidatos de São Paulo podem ter essa oportunidade de um debate transmitido em rede nacional e o Rio de Janeiro não? Estará a “Rede Globo” interessada em projetar nacionalmente apenas os políticos de São Paulo?

**“O Estado de São Paulo”** – Alguém mandou transcrever, na imprensa do Rio, um texto publicado no Estadão, sob o título “O Crime no Rio”. Omitiram o autor. Mas a opinião pública logo identificou o irresponsável autor daquelas diatribes. Trata-se de um pistoleiro da imprensa, serviçal da ditadura, que assina NM (vulgo Nertan Macedo). Há três anos, este indivíduo foi contratado pelo Estado de São Paulo só para agredir e achincalhar o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Política de grupos paulistas para prejudicar o Rio? Também. Mas quem está por trás deste pistoleiro são as intenções do Estadão de servir e agradar às multinacionais e à parceria direitista, das quais aquele órgão é o mais autêntico porta-voz. É exatamente por isto que

55 Para converter cruzado em dólar, divida por 13,84

a própria população de São Paulo utiliza-se do Estadão como um grande boletim de anúncios. Mas, em matéria de opinião, sua credibilidade, há muito tempo, anda abaixo da crítica.

**Edgard Claire & Cia** – Em relação a estes difamadores não há outro caminho: o processo judicial. Tomei as necessárias iniciativas visando a responsabilizar criminalmente um tal de Edgard Claire, que publica matérias pagas difamatórias contra o meu Governo e a mim. Tomei a mesma atitude com relação a uma outra matéria difamatória publicada sob a responsabilidade da “liderança do PDS”. A Procuradoria-Geral da Justiça e encarregará destas providências.

**Pesquisa de opinião** – Nos países europeus e nos Estados Unidos, a utilização promocional de “pesquisas” como essas que vêm sendo publicadas atualmente, há muito são consideradas simples manobras para iludir ou impressionar

incautos. Naqueles países, esse processo já está desmoralizado. Os meios de comunicação já não o utilizam, sistematicamente, como aqui. Mas o que ocorre de grave entre nós é a difusão dessas “pesquisas”, procurando favorecer determinados candidatos, reiteradamente, através de uma rede nacional de televisão. Com efeito, uma emissora de tevê detém a concessão de um canal que pertence a toda a população. É concessionária de um serviço público. Não pode discriminar ninguém. Nem mesmo fazer o jogo de uma facção contra a outra. Seria o mesmo que um concessionário de uma linha de ônibus, decidir que transportaria só as pessoas de sua preferência, deixando as demais sem acesso a esse serviço público. Ao que estamos assistindo, por conseguinte, é facciosismo e discriminação, uso irregular de um serviço público concedido.

# Mandado de Segurança contra o Governo Federal

Sem alternativa, tivemos que recorrer ao Poder Judiciário contra essa grave arbitrariedade que se vem impondo ao Estado do Rio de Janeiro: o insólito bloqueio das transferências de recursos que pertencem ao nosso Estado e dos quais a União é simples e mera arrecadadora. Nada conseguimos por outros caminhos, da negociação ao protesto público. O grupo de homens de negócios de São Paulo e de tecnocratas que tomou conta da economia do País não se sente no dever de dar satisfações a ninguém. A complacência presidencial é um fato. A Federação, para eles, não existe. Estamos submetidos a um regime de manipulações e arbitrariedades sem limites, na área econômica e financeira. Neste caso, procederam de uma forma iníqua, sem nenhum escrúpulo, sem o mínimo respeito ao interesse público. Agiram com espírito de vingança – o mais inferior e mesquinho – só porque questionamos o pacote econômico. Retiveram os nossos expedientes até levar o Estado à inadimplência. E depois, eles próprios, se substituem ao Judiciário, julgam e aplicam sanções. Mercantilistas despreparados para a vida pública, mesquinhos e arbitrários.

É bem provável, agora que desencadeiem, sem nenhum escrúpulo, também, toda a sorte de pressões sobre as autoridades judiciárias.

Eis as conclusões finais do longo e fundamentado requerimento que a Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro colocou perante a Justiça Federal, em Brasília:

“(…)

**16** – À vista do exposto e demonstrado, o Estado do Rio de Janeiro vem impetrar mandado de segurança, a Vossa Excelência, para que possa exercer plenamente a sua autonomia de pessoa jurídica de direito público interno que é, movimentando livremente os seus recursos – já agora, da ordem de Cz\$ 300.000.000,00<sup>56</sup> (300 bilhões de cruzeiros), quantia superior ao mencionado desembolso do Tesouro Nacional –, valores esses depositados em contas-correntes no próprio Banco do Brasil, direito **líquido e certo** que está sendo obstado pelo Banco Central e pelo Banco do Brasil.

Assinale-se que aqui não se pretende exigir prestações pecuniárias, ou impor pagamentos, mas remover obstáculos legais que lhes estão sendo antepostos, **indevida e injustificadamente**, no caso o bloqueio e a indisponibilidade de recursos em contas-correntes bancárias (cf. Castro Nunes, do Mandado de Segurança, 5ª ed., pág. 81; Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, 3ª ed., pág. 52; Sérgio Sahione Fadel, Teoria e Prática do Mandado de Segurança, 2ª ed., pág. 27; STF, voto do Ministro Costa Manso, em Castro Nunes, ibidem, pág. 81; Milton Flacks, Mandado de Segurança, Pressupostos da Impetração, ed. 1980, pág. 131).

Merecendo, pois, a segurança ser deferida, com os doutos Suprimentos desse MM. Juízo, porque:

**a)** a proclamada inadimplência do Estado do Rio de Janeiro junto ao Bank of Montreal, com relação às prestações vencidas em **17.04.86** – e que deu margem ao desembolso do Tesouro Nacional, como garantidor – **foi causada diretamente pelas delongas e retardamento dos agentes da União Federal**, inclusive o próprio Banco Central e o Banco do Brasil, em prover formalidades indispensáveis a seu acesso ao Senado Federal para a autorização de empréstimo externo específico, ou à cobertura financeira desses compromissos pelo Banco do Brasil,

56 Para converter cruzado em dólar, divida por 13,84

na forma do Aviso MF N° 009, enquanto se processava a sua tramitação, certo, como é, que a qualificação de **prioritário**, para este empréstimo, solicitada em **janeiro de 1986**, somente foi reconhecida em **17.04.86**, data do próprio vencimento do débito que se pretendia solver;

**b)** o Decreto-Lei N° 1.928/82, artigo 1° (invocado para justificar o bloqueio) é inaplicável ao caso, porquanto sua norma é dirigida **apenas** aos órgãos da Administração Pública Direta, e **demais** entidades sob o **controle** da União Federal, situação em que não se enquadra a pessoa jurídica de direito público interno, Estado do Rio de Janeiro, plenamente autônoma dentro dos parâmetros da Constituição;

**c)** confirmando a premissa anterior, inaceitável a exegese no sentido de que a União Federal, sem cobertura constitucional, teria proposto, através do reportado Decreto-lei, prioridade na liquidação de determinados débitos e compromissos do Estado, em detrimento da faculdade privativa da unidade federada, de estabelecer suas próprias prioridades, quanto à liquidação e pagamento da despesa pública;

**d)** inaplicável ao Estado do Rio de Janeiro o disposto no artigo 2° do Decreto-lei 1.928/82, vez que simples consequência do reportado artigo 1°, norma que não tem como destinatária a unidade federada ou seus órgãos diretos e indiretos; e porque a aplicação indiscriminada desse dispositivo implicaria o exercício potestativo e arbitrário das próprias razões, com infração dos princípios da unidade da função jurisdicional, do direito de ação, e do direito ao devido processo legal, com procedimento adequado ao exame contraditório do litígio – (artigo 153, § 4° da Constituição);

**e) ad argumentandum**, inaplicáveis as sanções radicais do artigo 2° do Decreto-lei 1928/82, porque somente incidentes em caso de inadimplência culposa, **e não, quando forçada** pelos próprios agentes da União Federal, como é a hipótese (artigo 120, **fine**, Código Civil); e ademais, essas medidas de bloqueio e

indisponibilidade dos recursos existentes em contas-correntes carecem de qualquer sentido ou objeto – configuradas como **evidente desvio de poder** – quando o pagamento, a que se deveriam atender, será efetuado através de precatória, em função de executivo fiscal e, portanto, à conta de dotações e créditos orçamentários, por força do próprio artigo 3°, inciso I, do Decreto-lei 1.928/82, observado o devido processo legal, e preservada a intangibilidade dos bens públicos (artigo 117, da Constituição);

**f)** quando menos, o pagamento ou a compensação, nos termos do mencionado Decreto-lei 1928/82, assim entendido o procedimento nele estabelecido, implicaria, sem previsão constitucional, a indisponibilidade de bens públicos, não sujeitos à apreensão ou penhora; acrescentando-se ainda que a cláusula sexta, do contrato firmado com o Bank of Montreal condicionou tal ressarcimento, pelo Mutuário ao Fiador, à prévia satisfação de todas as obrigações vencidas ou vincendas, devidas pelo Mutuário aos Bancos contratantes, o que até hoje não ocorreu.

O Impetrante pleiteia, outrossim, que a sentença concessiva da segurança, preventivamente, determine às autoridades coatoras se abstenham de impor, direta e administrativamente, qualquer outra medida ou penalidade (multas, mora etc.), em prejuízo da autonomia e do patrimônio do Estado do Rio de Janeiro, a pretexto da reportada inadimplência, ou de suas consequências, inclusive desembolsos do Tesouro Nacional ou do Banco do Brasil, dela decorrentes (artigo 1°, da Lei N° 1.533/51).

Requer, finalmente, com o despacho da inicial, seja determinada a notificação das autoridades coatoras Banco Central do Brasil e Banco do Brasil S/A, na pessoa de seus Presidentes e representantes legais, para prestarem as informações que acharem necessárias, cumpridas as formalidades próprias, e ordenadas as medidas que este MM. Juízo entender indispensáveis à garantia da eficácia da segurança (artigo 7°, Lei 1.533/51).

Enfatizando a absoluta confiança na soberania e independência da manifestação do Poder Judiciário, através deste r. Juízo singular, fator de equilíbrio e de autocorreção do sistema, via legítima para por termo em definitivo aos atos impugnados – resíduos do autoritarismo – os quais implicam **prever** o regime democrático e federativo; **infringir** a autonomia estadual; **afrontar** a independência e a harmonia dos Poderes Políticos do País; **atentar** contra princípios constitucionais, de fundo e da essência do Estado de Direito, tais como a intangibilidade dos bens públicos, a isonomia, a unidade de jurisdição, o direito de ação e ao devido processo legal, e a instituição orçamentária, entre outros: **PEDE E ESPERA**, assim, o Estado do Rio de Janeiro, seja concedida a segurança, como imperioso ato de impostergável **JUSTIÇA.**”

\* \* \*

**Royalties do Petróleo** – O Presidente Sarney cumpriu ontem mais uma etapa desta grande enrolada que se chama **Royalties do Petróleo**. E anuncia o Ministro-Chefe da Casa Civil: “Ainda

não está fixado o prazo para os pagamentos...”. O IBGE e o Conselho Nacional do Petróleo ainda têm que falar. E não se sabe quando. Certamente, depois das eleições. Agora, é preciso “regulamentar o regulamento”. E, o que é triste, é a cumplicidade dos políticos locais e de grupos e pessoas importantes daqui que, em função de seus interesses mesquinhos, silenciam e apoiam esse procedimento indecoroso contra os interesses da economia e do povo do Estado do Rio de Janeiro. E agora a política vai continuar negociando para incluir ou excluir tal ou qual município. O regulamento já deveria ter citado nominalmente os municípios beneficiados. A rigor, todas as municipalidades – inclusive Niterói e São Gonçalo –, situadas à direita de uma linha que partisse de Caxias, passando por Petrópolis em direção norte mereceriam esses benefícios, principalmente toda a região norte-fluminense. Quanto à parte do Estado, é bem provável que só através de medida judicial consigamos receber estes recursos.



## Além do nosso dinheiro, levam agora o nosso gás

A “Folha de São Paulo” publicou, ultimamente, duas matérias muito importantes. No dia 2 deste mês, com fotos e todos os detalhes, divulga uma informação do Sr. André Montoro – Presidente do BNDES e filho do meu ilustre colega, Governador de São Paulo – que este Banco Oficial elevou a Cz\$ 43 bilhões<sup>57</sup>, com repasse da Seplan, os recursos disponíveis para suas aplicações neste ano de 1986. Na mesma oportunidade, em reunião na FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), recebeu do Sr. Cherkasski, pedidos de financiamento no montante de Cz\$ 41,6 bilhões, só para a indústria de papel, a qual “estaria com preços artificialmente baixo e sem estímulo para investimentos com recursos próprios”.

No dia seguinte, o mesmo jornal publicou uma outra nota, divulgando que a Comgás (Companhia de Gás do Estado de São Paulo) obteve do BNDES, quatro empréstimos no total de Cz\$ 1 bilhão, destinados à ampliação da rede de distribuição domiciliar de gás natural, na capital paulista, que será expandida à razão de 60.000 novas ligações por ano, além da construção de um anel de distribuição para a indústria.

E, pasmem os leitores, além dos recursos que levam do Rio de Janeiro, a notícia informa que o gás é proveniente da Bacia de Campos.

Nestes últimos dois anos, raspam o BNDES, chegaram ao fundo do tacho. E agora, como o mecanismo está funcionando a pleno, tratam de alimentar o BNDES com novos

fundos, provenientes do Tesouro Nacional. Já carregaram, só para os serviços públicos de São Paulo, Cz\$ 15 bilhões (15 trilhões antigos), e agora, mais um trilhão e o nosso gás. Para o Rio de Janeiro, esse mesmo grupo de homens de negócios e tecnocratas – que controla o BNDES e todas as decisões em matérias econômica e financeira do Governo Federal – vem sonegando todos os empréstimos que solicitamos.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro não conseguiu, no BNDES, nenhum empréstimo. Simplesmente zero. Invocam razões pueris, tratando-se do serviço público. Alegam que o Estado se encontra em atraso com empréstimos anteriores. Míseros empréstimos que a União obrigou o Estado a tomar para a construção do Metrô, no tempo da ditadura. No mesmo atraso incorria o Governo de São Paulo e o grupo todo-poderoso soube dar um jeito. Sempre se escusaram de encontrar uma solução para o Estado do Rio de Janeiro. Escudaram-se nestas falsas razões para nos impor um verdadeiro bloqueio. Estamos com um pedido de empréstimo (Cz\$ 822 milhões), no BNDES, desde 1983, para distribuição de gás para a população e a nossa indústria. Trabalhamos, até aqui, com os nossos próprios recursos orçamentários para atender ao desenvolvimento industrial e à distribuição do gás natural a alguns milhares de domicílios. O próprio fornecimento de gás nos tem sido limitado. Negaram-nos, como se vê, recursos e fornecimentos que pertencem ao povo do Estado do Rio de Janeiro, inclusive para a rede de distribuição de gás para Macaé e Campos.

Há muito que se sabe dos planos e obras de um gasoduto para São Paulo, quando a economia e a população do Estado do Rio de Janeiro são insuficientemente atendidas. Se houvesse margem razoável na produção de gás da Bacia de Campos, e o Rio de Janeiro estivesse recebendo, ao menos em parte, os recursos do BNDES, para o qual contribui em cerca de 20%, não

57 Para converter cruzado em dólar, divida por 13,84

estariamos neste momento levantando este protesto. O lógico é que as áreas mais próximas recebam este benefício. Ao menos, em nível compatível com suas necessidades essenciais. Depois, sim, para outras regiões.

Nada mais nada menos que um verdadeiro escândalo, uma injustiça que clama aos céus. E os líderes e grupos importantes do Estado do Rio de Janeiro será que não sabem de tudo isto? Por que não reclamam? Por que não juntam suas vozes de protesto ao Governo do Estado para impedir estes atos de discriminação e injustiça? Consumado este plano, não se tenha dúvidas, como ocorreu com inúmeras decisões assumidas em tempos anteriores, o Rio de Janeiro perderá é terreno, mais uma vez, no seu desenvolvimento social e econômico.

Estamos diante da ação de um grupo de homens de negócios e tecnocratas que tomou conta e assumiu o controle da economia e das finanças do País. Brasília, para esse grupo, a rigor, deixou de ser a Capital Federal, ponto de encontro dos interesses e direitos, que devem ser sempre equitativos e harmônicos, de todas as comunidades e regiões do País. Nestes últimos tempos, a política econômica e financeira vem sendo elaborada e decidida em São Paulo. E o que é sumamente grave: entre estreitos círculos e grupos econômicos e políticos, que, de nenhuma forma, representam a população e o povo trabalhador daquele grande Estado e, muito menos, o povo brasileiro. Estão jogando, imprudentemente e de forma lesiva, com os destinos da Federação. Observem os leitores, não quero ser injusto: vejam como eles só ouvem e tratam dos problemas que estão ao redor deles próprios. Nem mesmo durante a ditadura os governos estaduais foram tão marginalizados.

Estamos nos deparando, sem nenhum exagero, com uma das mais graves distorções institucionais da história da República. Nunca, em tempo algum, entregou-se todos os ministérios e órgãos de decisão do Governo Federal,

da área econômica e financeira, a um só grupo, de um único Estado, e ainda mais: exercendo, como se sabe, os poderes discricionários que vêm de uma ditadura.

E do Sr. Presidente da República e dos demais Ministros, oriundos de outros estados, o que pensar e o que dizer diante de tudo isto?

Não é somente o Estado do Rio de Janeiro que reclama. Estou certo de que toda a Nação anseia pelo restabelecimento do espírito federativo, não apenas nas relações entre os Estados e a União, quanto principalmente na forma de gerir e administrar a economia e as finanças públicas.

Sempre que ocorre esse tipo de deformação, mais dia menos dia, é a própria autoridade presidencial a mais atingida.

\* \* \*

**Mandado de segurança** – Chega às raias do inconcebível que um Estado da Federação tenha de bater às portas do Poder Judiciário para resolver problemas rotineiros de administração, em seu relacionamento com o Governo Federal. Sem alternativa, foi este caminho o único que restou ao Estado do Rio de Janeiro para conseguir a liberação de verbas e tributos que legalmente lhe pertencem. A União bloqueou estes recursos invocando argumentos injustos, ineptos, **as razões do lobo**. Ministros engavetaram expedientes, impediram o Estado de cumprir seus prazos e compromissos e, depois, eles próprios aplicam sanções indevidas. E ao serem compelidos a entregar os recursos do Estado, ainda procuram impor multas e juros, retendo cerca de Cz\$ 15 milhões. O Governo Federal, pelo que fez, é que deve juros e indenizações ao Estado. Depois de bloquearem, durante três meses, Cz\$ 286 milhões (286 bilhões antigos), agora, afinal, liberaram os recursos do Estado, nos mesmos termos dos anos anteriores. E ainda se acham no direito de nos impor juros e multas. Estou, mais uma vez, enviando, por telegrama, o meu protesto ao Sr. Presidente da República, denunciando essas exigências

como incompatíveis e injustificáveis, moral e juridicamente.

**O debate da Globo (1)** - Como era de se prever, o debate entre os candidatos ao Governo do Estado do Rio de Janeiro teve apenas transmissão local. O de São Paulo ganhou transmissão nacional. Foi um ato discriminatório das “Organizações Globo”; uma injustiça para com o povo do Estado do Rio de Janeiro e seus interesses. Por essas e outras tantas é que o Rio de Janeiro perde terreno em muitos campos de atividade. Grupos poderosos e pessoas altamente influentes daqui tratam de resolver os seus próprios assuntos, principalmente quando estes dependem do Governo Federal e dos grandes cartéis econômicos, deixando à margem os interesses do povo e da economia do Estado do Rio de Janeiro.

**O debate da Globo (2)** - No debate e através da imprensa diária, os candidatos e seus seguidores, de um modo geral, têm feitos ataques e críticas, inclusive com alguns insultos, ao Governo do Estado e a mim, pessoalmente. Trataremos de esclarecer a população para seu julgamento sereno e justo. Insisto em sustentar que o Poder Público não pode deixar-se enxovalhar sem se

defender e sem que se demonstre os equívocos e as inverdades de seus detratores. Vêm sendo divulgadas muitas afirmações facciosas, algumas inclusive contendo erros grosseiros. Não as deixaremos sem a devida resposta. Se os candidatos ou os seus porta-vozes têm o direito de questionar ou acusar, o Governo, uma autoridade legítima, tem, além desse mesmo direito, o dever de contestar e prestar esclarecimentos à opinião pública.

**Ministro Brossard** - Um dos personagens que vem se tornando típico destes tempos de hipocrisia e retórica é o Senhor Paulo Brossard de Souza Pinto. Ameaçou intervir no município do Rio de Janeiro, alegando que o Prefeito Saturnino Braga estava aumentando o IPTU, em prejuízo do congelamento, quando, na verdade, simplesmente executava um orçamento aprovado no ano anterior. Agora, o Prefeito de São Paulo toma a iniciativa de um aumento médio de 200% no Imposto Predial e o Ministro Sayad conceitua que o aumento “é legítimo, matéria de competência municipal”. E ainda mais, afirma que “imposto não é preço”. Até este momento, não se registrou nenhum comentário a respeito, de parte do Ministro Brossard.

## Contradição insanável

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na última quinta-feira, em Brasília, tomou a seguinte decisão normativa para a presente campanha política, respondendo a uma consulta proveniente de Sergipe:

1 – Os partidos políticos não podem, nos programas de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, incluir outras pessoas que não os candidatos registrados, indicados pela comissão especial como representantes dos respectivos partidos.

2 – Em consequência, as autoridades públicas – porque não são candidatos – não podem participar dessa propaganda eleitoral gratuita.

### Falcão<sup>58</sup> às gargalhadas: “Meu espírito paira...”

A propósito, transcrevo a seguir, esta matéria publicada na edição de anteontem pelo “Jornal do Brasil”, sob a responsabilidade do jornalista Lima de Amorim, contendo declarações do Sr. Armando Falcão, o inconfundível Ministro da Justiça da Ditadura. É oportuno e necessário difundir, amplamente, junto à população brasileira, esses insólitos comentários de um dos maiores energúmenos do autoritarismo, a fim de que a opinião pública do País não esqueça nunca a forma deprimente com que os agentes do mandonismo consideravam o Poder Judiciário, reduzindo juízes e tribunais a simples instrumentos de um Poder, cuja preocupação central era a de manter-se a qualquer preço.

Verifiquem os leitores a sem cerimônia desse serviço da Ditadura:

**“O espírito da Lei Falcão está mais vivo do que nunca. Paira sobre o TSE”.**

**Depois de dizer isso, o ex-Ministro da Justiça Armando Falcão deu uma estrondosa gargalhada. Ele ficou eufórico com a decisão do tribunal.**

**“Fez muito bem porque o Governo não pode perder esta eleição”.**

**Falcão não ficou preocupado com os prejuízos que as normas do TSE vão causar a governadores do PMDB, como Hélio Garcia, ou a ministros influentes, como Antonio Carlos Magalhães, que tenta a todo custo ganhar a eleição na Bahia.**

**“O Governo federal pode perder em todo o canto. Só não pode perder aqui no Rio. A eleição do Rio é a mais importante de todas. Aqui é que se esboça a sucessão presidencial”.**

**– O senhor tem algum agente infiltrado no TSE?**

**Diante da pergunta, Armando Falcão explodiu com outra gargalhada, bem solta.**

**“Não, mas proibir Leonel Brizola de falar está dentro do meu espírito. Hoje todos veem que eu agi com eficácia no meu tempo. Que eficácia? O importante era não deixar a oposição falar, mesmo que os nossos também fossem prejudicados. Por quê? Porque o governo não pode perder o poder. Se perde é porque não o merece”.**

**“O Governo é um conjunto. Deve agir politicamente. Se não estiver agindo, é um omissor. E numa guerra, quem é omissor perde”.**

**“Com todo o devido respeito, não se pode comparar a influência do Dr. Ulysses na campanha de Moreira com a de Brizola em relação à de Darcy Ribeiro. Brizola não pode falar na TV. Que vá para os palanques. Vá subir em caixão de querosene. O governo federal está jogando certíssimo. Não faz mal perder**

58 Armando Falcão foi Ministro da Justiça na ditadura militar. Foi autor (ou patrocinador, ou principal artífice) de uma lei eleitoral altamente restritiva, conhecida como ‘Lei Falcão’, que virou sinônimo de censura.

**em São Paulo para o Maluf nem em outros estados. Não pode é perder a eleição para o Brizola aqui no Rio”.**

**Frequentemente citado pelo Governador do Rio como integrante de uma “frente perversa” (candidatura Moreira) contra o PDT, junto com o ex-Presidente Geisel, o empresário Roberto Marinho e o “partidão do Giocondo” (PCB), Armando Falcão pediu que sua entrevista terminasse com uma exaltação mais veemente ao TSE.**

**“Viva o Tribunal Superior Eleitoral”, gritou.**

\* \* \*

Estas declarações contêm um fundo de perversão e de falta de decoro, sem limites. Não surpreendem, vindas de quem vem. O que causa estupor e escandaliza, o que não se pode entender, e muito menos admitir, é que esses conceitos aviltantes, formulados despididamente pelo Sr. Armando Falcão, se destinam a aplaudir uma decisão da mais alta Corte da Justiça Eleitoral.

Estamos frente a uma contradição insanável, considerados os fins e objetivos daquela nobre instituição, ainda mais quando vivemos uma época de reconstrução democrática. Algo nos parece tragicamente equivocado em tudo isso. A impressão que se tem é a mesma que sentiríamos ao ver um ditador invocar a democracia para justificar os seus atos.

Ora, o Sr. Armando Falcão tornou-se, em consequência de seus antecedentes, uma espécie de símbolo da direita, do arbítrio e da opressão; alguém que se prestou, servilmente, a propor e a executar toda a espécie de medidas cerceadoras dos direitos e liberdades do povo brasileiro. Conquistou, por isso mesmo, um dos lugares mais deprimentes no julgamento de todos os cidadãos honrados e dignos deste País. O que surpreende e causa espanto é que uma decisão do mais alto Tribunal da Justiça Eleitoral, precisamente aquela instituição incumbida de zelar pela realização plena da

própria democracia, venha a ser motivo de tão eufóricos aplausos do ex-ministro da Ditadura.

O que é certo, sem sombra de quaisquer dúvidas, é que não há e não pode haver identificação alguma entre a vida pregressa e a natureza do Sr. Armando Falcão e os elevados propósitos e fins que fundamentam a própria existência da Justiça Eleitoral, como instituição básica do regime democrático.

O parecer do Procurador-Geral Eleitoral, Sr. Sepúlveda Pertence, representante da confiança do Governo Federal junto àquela alta Corte, fornece-nos os indícios que irão nos permitir elucidar e compreender as razões da euforia do ex-ministro do regime discricionário. Em verdade, suas manifestações festejam as atividades que vêm se desenvolvendo nos meandros e escaninhos do situacionismo que controla o Poder Central.

Os rumores destas últimas semanas vinham anunciando estas e outras medidas casuísticas e cerceadoras da liberdade que ainda estão por vir. É possível até que intentem uma outra Proconsult, naturalmente mais sofisticada que a sua antecessora, de triste memória.

Agoniza a chamada Nova República. Torna-se cada vez mais semelhante à sua antecessora.

Como proceder diante desses cerceamentos e restrições gerados, cavilosamente, no ventre do oficialismo federal e acolhidos que foram, numa primeira impressão, pelos juízes integrantes do TSE? Antes de tudo, o acatamento; o respeitável acatamento que todos devemos ao Poder Judiciário e a todas as suas decisões, sem que isto signifique, necessariamente, convencimento e conformidade. Quando nos deparamos com a injustiça, todos os caminhos legais, possíveis e admissíveis, são coerentes e legítimos.

A Justiça Eleitoral é uma justiça política. Os seus fins essenciais não são outros senão os de garantir as franquias democráticas, atuando sempre, como preceitua a boa doutrina, no sentido do alargamento dos espaços democráticos; jamais procurando cerceá-los ou restringi-los.

Mais que como simples cidadão, é na condição de governante eleito que me sinto chocado e perplexo diante desta surpreendente decisão que ameaça impedir os Governadores de terem acesso ao rádio e à televisão. Não me conformo em ver o Poder Público e suas autoridades legítimas achincalhados, todos os dias, por candidatos ensandecidos e irresponsáveis. Muitos deles, faltando com a verdade de forma despudorada; e outros, até mesmo insultando, impunes, sem que se possa oferecer aquele

mínimo de contestação e esclarecimentos que a população necessita para votar conscientemente. Um governante que preza a dignidade de seu cargo não pode se conformar em ver a sua autoridade legítima atingida injustamente sem a correspondente oportunidade de, ao menos, justificar e defender seus atos e posições. Do contrário, perderá as condições que, indispensavelmente, necessita para zelar e defender o interesse público, como é de seu irrecusável dever.

## O dilema do Presidente

A esta altura do Governo Sarney, não há mais quem consiga dissimular ou obscurecer o ambiente de preocupações e incertezas que vem tomando conta da Nação inteira.

A população vem sendo castigada, drasticamente, no dia a dia de sua vida. O desabastecimento é um fato. As filas podem ser vistas por toda parte. Nem durante a guerra ocorreu uma situação como esta. As pessoas, mesmo com o dinheiro na mão, não conseguem o que indispensavelmente necessitam e não escondem um certo temor.

É que ninguém vê uma perspectiva clara diante deste contexto indisfarçável de desmantelamento da produção e da distribuição dos gêneros alimentícios mais essenciais. E não se diga que estamos exagerando. Ainda ontem, o Ministro interino da Fazenda, economista João Manoel Cardoso de Melo, admitiu, com todas as letras, em declarações à imprensa que o País está **“diante de uma situação dramática, no que se refere ao abastecimento interno”**.

É de se prever um agravamento da situação.

Criou-se um ambiente de impasses e de real deterioração em quase todas as atividades produtivas ligadas ao abastecimento dos grandes centros populacionais e até das pequenas cidades. Não há uma perspectiva de que, dentro em pouco, cheguem ao consumo, como em outras crises eventuais, os fartos suprimentos que o campo estaria prestes a produzir e fornecer. Não. O grave, o que a todos passou a preocupar, é que o abastecimento está ruindo em suas próprias fontes. Instaurou-se o desestímulo e a desorientação nas regiões produtoras.

Enfrentar esta **crise dramática** (e a expressão não é minha), através de importações, além

de ser vergonhoso, deprimente e lesivo para um país como o Brasil, revelou-se ineficaz, de resultados insuficientes e até ridículos, frente à complexidade e às exigências gigantescas do abastecimento de uma Nação de 130 milhões de habitantes.

A importação pode ser uma alternativa ocasional quando falta, em consequência de uma seca ou outro motivo qualquer, um determinado produto. De nenhuma forma, porém, pode se admitir venha a ser uma política global e permanente, como se vem anunciando, num país com as características do nosso.

Importa-se ou se anuncia que o maior devedor do mundo pretende comprar lá fora, pagando em dólares, mais carne, leite, arroz, carne de porco, feijão, milho etc., além de uma surpreendente aquisição de café.

Em meio a esta atmosfera de preocupações, ouve-se de algumas pessoas antigas, e experientes até mesmo, uma antevisão de que estamos ingressando num processo de desorganização da economia. Argumentam que é um mau prenúncio o desabastecimento prolongado e drástico, como o que vem ocorrendo. Não há fábricas, nem empresas e nem bancos que funcionem satisfatoriamente quando os que trabalham não conseguem comprar o indispensável para suas famílias. Ainda mais, quando os que vivem de salários estão a reclamar a reposição das perdas que sofreram.

O Presidente Sarney entregou todas as decisões, em matéria econômica e financeira, a um grupo de tecnocratas e homens de negócios de um único Estado. Nunca se viu, na história da República, uma semelhante distorção. As consequências estão aí atingindo a todos, inclusive a própria população de São Paulo. Esse grupo, que se mostra despreparado para a vida pública, vem tomando medidas e decisões sem considerar os interesses gerais e diversificados da população brasileira.

A cada dia o Presidente Sarney está mais próximo de um dilema: ou rompe com esse

grupo, muda, amplia e redistribui pelos Estados a responsabilidade pelas decisões de seu Governo em matéria econômica, ou continuará assistindo a sofrimentos e aflições ainda maiores para o povo brasileiro.

\* \* \*

Um dos deveres mais altos de qualquer governo legítimo, é o de defender o Poder Público frente aos que tentam desmoralizá-lo, utilizando inverdades e processos demagógicos e injustos. É o que estamos assistindo com a campanha política que se inicia. Não é possível calar diante de tantas distorções irresponsáveis. A população precisa ser esclarecida.

Vejamos, a seguir, algumas destas desonestidades políticas:

**“Redentor”<sup>59</sup>** – Anda de helicóptero. Lá de cima, apontou o dedo para um estaleiro. Acusa o Estado pela decadência da indústria naval. Deixou de mostrar, logo adiante, o estaleiro da EMAQ paralisado, com mais de 3.000 trabalhadores sem o seu ganha-pão. Omitiu que tudo nessa área depende do Governo Federal, que nem mesmo o “Escândalo da Sunamam” mandou apurar. E o “Redentor” sempre foi participante do Governo Federal. Antes no PDS, e agora no Governo Sarney. Nada mais nada menos que demagogia barata.

**Favela da Maré** – De helicóptero, também, o “Redentor” mostrou as obras inconclusas de seu patrocinador, o ex-ministro Andreazza. Mostrou palafitas e valas negras, dizendo que resolveria tudo porque o meu Governo não o fez. Deslavada demagogia. Sempre foi uma obra do BNH e, portanto, de seus velhos amigos. Lá se encontram, há vários anos, mais de mil casas prontas sem serem ocupadas. E as famílias, no charco. Uma escola inaugurada com a presença do “Redentor” ruiu, desabou. Devia ter mostrado os canais que o meu Governo está fazendo e o colar de seis CIEPs que lá estamos construindo, além do abastecimento de água

e a eliminação das valas negras.

**500 CIEPs (1)** – Este é um caso de incompetência dos nossos adversários, porque são desmentidos pelos fatos. Não puderam resistir aos sentimentos elitistas. Investem contra os CIEPs porque, no fundo, não admitem que o nosso povo moreno, os pobres, tenham escolas com este padrão de eficiência e dignidade para os seus filhos.

**500 CIEPs (2)** – Nem propaganda e nem política fazemos com os CIEPs. Procuramos é consolidar, na convicção de todos, um programa de salvação pública. Observem como o “Redentor” tergiversa. Diz que colocaria todas as crianças nos CIEPs, reformando a velha rede escolar. Não afirma, porém, que construiria mais 500 CIEPs. Não faz essa afirmação porque não é essa a sua intenção.

**500 CIEPs (3)** – Nossas informações são honestas. Por isso, dissemos, há 15 dias, que os CIEPs funcionando com crianças eram 58. Mas, hoje, já são 97. E fornecemos os endereços a quem quiser. Dezenas de CIEPs estão em acabamento. Totalizam 430, incluindo-se os que estão em obras. E os 70 restantes, já licitados, em contratos com as empreiteiras.

**500 CIEPs (4)** – Nossos adversários se remordem de inveja e frustração. Nem a vingança dos seus chefes do Governo Federal conseguirá impedir a construção dos 500 CIEPs. Não dependemos de ninguém, a não ser de nós próprios. Um Governo democrático e responsável, quando se decide a realizar um programa deste vulto (é bom que os filhotes da ditadura aprendam), precisa contar com estes 3 elementos: ideias e bons projetos; os recursos necessários; e bons dirigentes e equipes capacitadas. E nós dispomos desses fatores.

**Segurança (1)** – Pela televisão, nossos adversários mostram delegacias e carros deteriorados. Podem mostrar muito mais ainda. São os escombros que o **chaguismo**(PMDB) nos

59 Moreira Franco, candidato (vitorioso) ao Governo do Estado, contra Darcy Ribeiro.



legou. O “Redentor” diz que destinaria 25% dos **royalties** para elevar os vencimentos e reaparelhar as polícias Civil e Militar. Demagogia e despreparo. Primeiro, dependeria de uma nova Lei Federal, porque os **royalties** não podem ser aplicados em segurança. Mesmo que o fossem, 25% seriam Cz\$ 125 milhões<sup>60</sup> por ano, no máximo. Pois bem: só neste segundo semestre, em gastos extras (aumento de vencimentos e reaparelhamento) o meu Governo aplicou Cz\$ 398 milhões. Isto, sem nos referirmos aos gastos normais, superiores a Cz\$ 1,6 bilhão por ano. O “Redentor” precisa saber ainda que o Rio de Janeiro é o Estado que mais gasta em segurança pública: 13,2% de seu orçamento; contra 5,9% em São Paulo; 6,4% em Minas Gerais; 7,8% no Paraná e 8,0% no Rio Grande do Sul.

**Segurança (2)** – O “Redentor” diz que faria concursos para ingresso na PM e na Polícia

Civil. Mais uma leviandade. Devia se informar melhor. Em meu Governo, o ingresso nestas duas instituições só se fez por concurso. A população deve se prevenir sobre as afirmações do “Redentor”. Podem ser tão inverídicas quanto esta e as outras que comentamos acima.

**Difamadores** – O que dizem e publicam indivíduos perversos, verdadeiras bestas humanas, destituídos de todo e qualquer escrúpulo, como este tal de Hélio Fernandes, da Tribuna da Imprensa, não atinge sequer a nossa sombra. A única resposta que merecem é um processo judicial.

**Instituto Médico Legal** – Foram liberados os recursos necessários para uma ampla reforma do IML. Serão investidos ali Cz\$ 5.379.876,64. O próximo Governo terá que enfrentar uma solução definitiva para o IML: um novo edifício e outra localização.

<sup>60</sup> Para converter cruzado em dólar, divida por 13,84.

...“O que mais deploro é ver o Poder Público, suas instituições mais respeitáveis e suas autoridades legítimas, achincalhadas, todos os dias, por certos candidatos irresponsáveis, alguns deles verdadeiros energúmenos, sem que se possa oferecer, de imediato, a resposta que merecem”.

## Telhado de vidro

A população vem acompanhando a propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Todas as pessoas dignas e honestas, certamente, estão tirando as suas conclusões.

Nossos adversários utilizam imagens e técnicas, gastando muito dinheiro, com o propósito de impressionar a população, a qual, para eles, é apenas uma espécie de massa de manobra, incapaz de raciocinar e de chegar às suas próprias conclusões. Procuram, sem nenhum escrúpulo, meter na cabeça das pessoas ideias pré-fabricadas. Querem os votos, a qualquer custo. Fazem e montam todo o tipo de cenas e armações. Apresentam-se, de forma irresponsável, o nosso Governo e a mim pessoalmente, sem nenhuma contenção de linguagem. Não faltam, inclusive, os deboches, as ofensas e os mais pesados insultos. Em alguns casos, não há outro caminho, se não o processo judicial.

Confiamos, acima de tudo, no discernimento da população. Daremos as respostas devidas, como também trataremos de demonstrar que nossos detratores não têm autoridade moral para nos questionar dessa forma. Quando apresentam, por exemplo, as valas negras, as lixeiras, ruas esburacadas, escolas ainda não reformadas, terão de ouvir que este é, exatamente, o entulho que eles próprios nos legaram. Trabalhamos muito. Avançamos mais do que qualquer outro governo do PMDB, PFL etc. Assim mesmo, ainda há muito que fazer. Foram vinte anos de destruição e abandono. E quem

administrou, no campo social, tão mediocremente, a Prefeitura de Niterói<sup>61</sup>, não tem nenhuma autoridade para nos criticar. É o que iremos demonstrar. Quem tem telhado de vidro, não pode atirar pedras impunemente.

À medida que se desenvolvam esses programas de televisão, o povo do Estado do Rio de Janeiro irá amadurecendo suas conclusões. Seu julgamento há de ser honesto e esclarecido.

## Armações na Imprensa

Entre as tantas sequelas destes vinte anos de obscurantismo e arbítrio, estão alguns vícios que permanecem como uma prática, ainda persistente, na imprensa brasileira. Refiro-me a certas matérias especulativas ou falsas – naqueles templos urdidos nos escaninhos da ditadura para servir às suas conveniências –, que surgem num determinado jornal e que, como por encanto, difundem-se solidariamente por quase todos os órgãos da imprensa. São motivos, inclusive, de lautos comentários, como se verdades fossem. Quando existe o propósito de criar uma situação, deixam de ouvir até mesmo as pessoas invocadas no centro do noticiário.

Cria-se, dessa forma, uma onda. E é impressionante como jovens repórteres, e até mesmo veteranos profissionais, passam a trabalhar em cima de fatos inexistentes e de razões que, de nenhuma forma, correspondem à realidade dos fatos.

É o que vem ocorrendo, ultimamente, em grandes órgãos da imprensa do Estado do Rio de Janeiro. Divulgam pesquisas ou registram reuniões e, a seguir, partido dessas ocorrências verdadeiras, desenvolvem todo um noticiário falso e especulativo, criando e propagando situações e depoimentos que, a rigor, nunca existiram.

O meu Governo e o PDT, principalmente agora com a campanha eleitoral, têm sido

61 Moreira Franco foi Prefeito de Niterói, Rio de Janeiro.

vítimas preferidas dessas armações. Trata-se de uma técnica antidemocrática, destituída de honestidade e ética. Um abuso de poder. Faz parte do figurino totalitário.

\* \* \*

**Pesquisas (1)** – A Justiça Eleitoral, diante dessa situação escandalosa que vem ocorrendo em nosso País, decidiu considerar (Resolução 13.090, de 16.09.86) que a elaboração e divulgação de pesquisas pré-eleitorais têm “influência sobre o eleitorado e, conseqüentemente, sobre o resultado das eleições”, e mais, que é necessário evitar distorções, em matéria de pesquisas, que alterem a sua clareza, devido às suas irreparáveis conseqüências.

**Pesquisas (2)** – Avaliem, pois, os leitores, os graves danos e males que as “Organizações Globo”, no comando de uma avassaladora cadeia de jornais, rádios e televisões, em consórcio exclusivo com o IBOPE, vêm causando à lisura e ao exercício democrático da propaganda eleitoral. Trata-se de um escandaloso abuso do poder econômico – além de outras e manifestas ilegalidades – quando se faz uso indevido dos canais que pertencem a toda a Nação para beneficiar facções e candidatos de sua preferência.

**Pesquisas (3)** – A questão está no fato de que as pesquisas da “Globo” vêm sendo apresentadas de tal forma distorcidas, que se torna evidente a intenção de influir na campanha política. Deixam de apresentar, no quadro principal, os 70% de indefinidos. Isto naturalmente admitindo, para raciocinar, a veracidade daqueles números. Fixam-se, apenas, no universo dos que já teriam escolhido os seus candidatos.

**Pesquisas (4)** – O TRE do Rio Grande do Sul, com base em denúncias do Ministério Público, decidiu assumir uma posição rigorosa em relação às pesquisas da “Globo”: exigiu o mesmo destaque que se atribui aos candidatos, à percentagem geral dos indecisos. Aqui, no Rio de

Janeiro, essas pesquisas apresentaram, com destaque, apenas 13% de indecisos, sonhando pela tevê, a informação principal; isto é, que haviam, conforme dados da mesma pesquisa, 70% de indefinidos.

**Pesquisas (5)** – Vem se tornando irrecusável, como se vê, questionar a atuação da “Rede Globo”. Estamos diante de um sistema de comunicação com características de monopólio: uma espécie de **partido único**, em matéria de informação. E isso não é bom e nem saudável para o povo brasileiro. Muitas de suas informações são eivadas de parcialidade. Contêm o vício das conveniências. Adotam técnicas sofisticadas, sibilinas, indiretas, altamente perigosas. Concessionários que são de um serviço público, não lhes é defeso continuar usando, com estes fins, canais de comunicação que pertencem à totalidade do povo brasileiro. Não podem e não têm o direito de discriminar a quem quer que seja.

**Vejam esta** – Recebi um telefonema de uma senhora, dona Eugênia, que da janela de seu apartamento assistia, de manhã, bem cedo, a esta armação entre as muitas que o pessoal do “Redentor” vem fazendo: **“Governador, venha ver a que eu estou assistindo. Há pouco, chegou uma Kombi, encostou aqui na frente. Trouxeram um latão, derramaram o lixo. Trouxeram também um mendigo e uma empregada doméstica, bem vestida, com avental branco e tudo. Desceram os câmeras e uma moça baixinha e cabeluda com o microfone na mão. Esparramaram o lixo e o mendigo se deitou no meio, coberto com uns trapos, todo encolhido, e filmaram tudo. E a empregada reclamando aquela vergonha desse Governo que está aí... Depois, todo mundo embarcou na Kombi. Foram embora e ainda deixaram o lixo esparramado em cima da calçada”**. Perversos. Mercenários.

## A baixa política

Difícilmente encontraremos, na história da República, um governo da União que tenha desencadeado uma política discriminatória tão mesquinha e impiedosa contra um Estado-membro da Federação, quanto o governo do Senhor José Sarney o fez contra o Estado do Rio de Janeiro.

São situações e fatos concretos. E não simples palavras. Fecharam, em termos absolutos, o BNDES e a Caixa Econômica Federal. Nenhum ceartil para o nosso Estado; sempre invocando falsas razões, desculpas pueris e insubsistentes. Enquanto isso, os que passaram a controlar as decisões federais em matéria econômica e financeira – o grupo de homens de negócios de São Paulo, seus doutos guarda-livros – escorreram generosamente a cornucópia como lhes convinha. Raspavam escandalosamente o BNDES. Só desbloquearam as verbas que legalmente nos pertencem, mediante ação judicial. O Estado do Rio de Janeiro, sua população e seu Governo foram praticamente excluídos das decisões federais, a não ser quando se tratava de restrições, de criar dificuldades ou de se fazer de desentendidos.

Criou-se aqui a convicção geral, em matéria de relações Estado-União, de que tudo o que depende de decisão federal, só se pode conseguir sob pressão da opinião pública ou através do Poder Judiciário. Estabeleceu-se, na Administração Federal, um ambiente escorregadio, de reservas e restrições.

Aos que ainda tenham dúvidas, em termos de boa-fé, invoco, por exemplo, este episódio vergonhoso dos **royalties** do petróleo. Até este momento, nada transferiram ao Estado. Friamente, esperam as eleições.

Quais as causas desse procedimento incompatível com um mínimo de preocupação com o bem comum?

Simplemente, a política – a baixa política. E mais: a ausência de espírito público, porque deveriam sempre separar a animosidade que votam ao Governador Leonel Brizola e os interesses legítimos da população.

A única preocupação do Presidente Sarney e seu Governo, no Estado do Rio de Janeiro, foi a “construção” de uma parafernália de partidos e grupos, incoerentes e inconsequentes, com finalidades exclusivamente eleitoreiras. Esta é a grande obra do Governo Sarney no Estado do Rio de Janeiro: PMDB, PFL, PCB, PTB, PC do B, PTR, PTN, PDC, PMN, PMC, PPB e PCN. De um lado, têm candidatos donos de supermercados e pecuaristas. E, de outro, é o próprio candidato e alguns grupos a gritar: “Cadeia neles”.

Agora mesmo, Sua Excelência perdeu todas as cerimônias, declarou-se cabo eleitoral do candidato do oficialismo. Depois de ungi-lo, mais uma vez, como filhote do conservadorismo e da direita, incumbiu-o de transmitir ao Estado do Rio de Janeiro a “boa nova”, de que irá abrir a concorrência para a construção da chamada “Linha Vermelha”<sup>62</sup>, paralela à Avenida Brasil.

Que vergonha. Por que não autorizou até agora, se lá está nossa solicitação desde que ele assumiu o Governo? Alguém pode acreditar nisso, depois que o próprio Presidente veio aqui promulgar a Lei dos **royalties** e, até agora, nos vem sonogando os seus pagamentos?

O Presidente Sarney e esses políticos esquecem que a população do Estado do Rio de Janeiro é aquela que detém o mais alto nível de consciência política. Sobretudo, deixam de levar em conta que ninguém pode cometer estas iniquidades, impunemente. Vão ter a resposta que merecem.

62 A Linha Vermelha foi construída (iniciada e concluída) no segundo governo de Leonel Brizola.

## Exploração maldosa

“O Globo” estampa, em primeira página, fazendo escândalo, o caso da contratação temporária da Professora Sílvia Siqueira de Castro, pelo Banerj. Apresenta o assunto com a evidente intenção de atingir o Procurador-Geral do TRE, insinuando que ocorreria, no caso, um comprometimento do Procurador, pela circunstância de estar sua mulher prestando serviços técnicos ao Banco do Estado. Enfim, tudo é apresentado de forma cavilosa e com tinta de exploração.

Em primeiro lugar, o Procurador Siqueira de Castro nada solicitou ao Governo do Estado, e nada lhe foi oferecido. Desde o início deste ano, vem sendo cogitada a contratação da Professora Sílvia Siqueira de Castro – uma profissional altamente capacitada (a Fundação Pró Memória do Ministério da Cultura, onde prestou relevantes serviços, atestou a sua competência, dedicação e espírito público) – para desenvolver um projeto denominado “Memória do Banerj”. E isso foi o que ocorreu, em princípios de junho deste ano, mediante um contrato temporário. A referida profissional não integra o quadro permanente do Banco. Deixar de contratá-la só pelo fato de ser esposa do Procurador, implicaria uma discriminação.

Seria uma injúria ao Sr. Procurador-Geral do TRE a simples insinuação pretendida pelo “**O Globo**”, de que seus pareceres venham a ser influenciados pelo fato de sua esposa, como profissional, trabalhar para o Banerj. Tanto isto é verdade que, há poucos dias, deu parecer contrário ao Banerj, determinando a retirada de certas propagandas do Banco.

Seria o mesmo que dizer que, pela circunstância do Sr. Miguel Pires Gonçalves, Diretor das “Organizações Globo”, ser filho do atual Ministro do Exército, permitiria ao Sr. Roberto Marinho estar exercendo influência sobre as decisões do Governo Federal.

O Banerj teve como Diretor, por mais de dois anos, no atual Governo, o Sr. Adalberto

Cordeiro Guerra, filho do Ministro Cordeiro Guerra, então Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nem por isso, o Banco ou o Governo do Estado influenciou as decisões daquele alto magistrado. Só a maldade, a falta de razões respeitáveis contra nós, é que poderia levar as “*Organizações Globo*” a esse nível de exploração e de indignidade.

Aliás, o momento é oportuno para se dizer, com todas as letras, que as “Organizações Globo” vêm se transformando e atuando no País como um verdadeiro partido político. E, sem dúvida, o mais envolvente e poderoso de todos. Torna-se, muitas vezes, avassalador, quando combina seus órgãos de imprensa com a indevida utilização do monopólio de comunicação eletrônica que detém, como concessionária desse serviço público. Tratam de tudo e de todos, conforme entendem e da forma que lhes convém. Torna-se uma necessidade, cada dia mais imperiosa, a de questionar, com rigor e firmeza, a presença e a atuação das “Organizações Globo” na vida deste País.

\* \* \*

**Saúde pública (1)** – Um dos assuntos que nos-  
sos adversários mais têm explorado tem sido o da saúde pública. Os oito anos do Governo do PMDB e os demais da ditadura deixaram em petição de miséria a saúde pública do Rio de Janeiro. Terra arrasada. Os chaguistas (PMDB), então, só o que fizeram na área da Saúde foi o mais repugnante empreguismo (mais de cinco mil admitidos sem concurso). Não têm moral para criticar. Utilizam imagens de tevê que tomam aqui e ali, de depoimento de alguns funcionários – membros do PCB, do PC do B, MR-8 – que construíram “aparelhos” dentro da área da saúde, através de concessão do chaguismo. A população tem consciência de tudo isso. Tanto que, durante a greve desencadeada por esses grupos aparelhados, o povo manifestou o seu repúdio. Entre cada dez pessoas ouvidas, nove se pronunciaram contra aquelas manobras políticas, que agora se renovam como exploração

eleitoreira às vésperas do pleito. Os que sempre fizeram, como agora, politicagem na área da Saúde, vão ter, no dia 15 de novembro, a repulsa da população.

**Saúde pública (2)** – Desafiamos que nos demonstrem qual foi o Governo do PMDB, PFL, PDS ou seja de quem for, que tenha trabalhado melhor que nós, em matéria de saúde pública.

**Primeiro**, reduzimos a mortalidade infantil em 25% (suplementação alimentar desde o ventre da mãe, ação sanitária, alimentação farta nos colégios, eliminação de valas negras, água potável para 1 milhão e 800 mil pessoas e redes de saneamento, além da alta eficiência reconhecida pelo Prof. Sabin, de nossos programas de vacinação). Enquanto isso, no Brasil (+ 12%) e nos demais estados, aumentou a mortalidade infantil. **Segundo**, estamos implantando 500 postos de saúde (assistência médico-odontológica) para atender, de forma permanente e controlada, um mínimo de 750.000 pessoas. Estas unidades estão dentro dos CIEPs, além de outras da rede normal que criamos, reformamos e ampliamos. **Terceiro**, implantamos um serviço novo, completo e eficaz de socorro para acidentes e ocorrências nas ruas, através

da Defesa Civil (Corpo de Bombeiros): ambulâncias novas e modernas, oficiais-médicos e pessoal de apoio especialmente treinados. **Quarto**, recuperação do Instituto Vital Brazil e criação de uma Central de Sangue. Acabamos com as espeluncas que faziam o indecoroso e desumano comércio de sangue, muitas delas a serviço de empresas multinacionais, explorando pessoa pobres, na maioria doentes e depauperadas, em troca de míseros pagamentos. Em suma: além de amplas reformas na maioria dos hospitais e programas de reaparelhamento, realizamos concursos públicos e concedemos melhorias reais de vencimentos ao pessoal da saúde, dentro das possibilidades do Estado; além dos reajustamentos semestrais correspondentes. Por que não fiscalizam e explicam as condições em que se encontram os serviços do INAMPS (federal) no Rio de Janeiro? Por que os seus servidores estão em greve? Alguma vez meu Governo reprimiu uma greve, como ocorre agora como a dos servidores do INAMPS? Os funcionários que fazem essas declarações na televisão não passam de politiqueiros, ensandecidos, destituídos de espírito público.

...“O que mais deploro é ver o Poder Público, suas instituições mais respeitáveis e suas autoridades legítimas, achincalhadas, todos os dias, por certos candidatos irresponsáveis, alguns deles verdadeiros energúmenos, sem que se possa oferecer, de imediato, a resposta que merecem”.

## Quem diz o que quer, ouve o que não quer

O jornal “O Globo”, do clã dos Marinho – do qual o importantíssimo Senhor Roberto Marinho é o chefe supremo e incontestado – publicou, em sua edição de sexta-feira última, como principal manchete de sua primeira página: “Diretor do Detran acusado foi guarda-costas de Brizola”. Acompanham, a este título insólito, fotografias ao estilo policial, com um rosto assinalado, numa delas, com um círculo (tipo general Newton Cruz, quando acompanhava Moreira Franco, então candidato do PDS, em 82). Entre as fotos, um texto malicioso, escrito com requintes de perversidade, nos padrões da imprensa marrom. No interior do jornal, dedicam uma página inteira ao assunto, ordenando-o ao máximo, com tudo arrumado para impressionar incautos ou levar ao gozo mórbido a direita e a esquerda autoritárias.

O referido órgão tem circulação nacional e está entre os cinco maiores jornais do País. Estamos, por conseguinte, diante de uma situação apresentada de forma a repercutir, amplamente, aqui e em outros Estados da Federação. A figura do Governador é destacada na manchete, como o demonstraremos, com a única e exclusiva intenção de levar o seu nome à execução pública.

No dia seguinte, ontem, sábado, o jornal caiu no vazio. Como não poderia deixar de ser,

encheu linguiça para manter o “moral da pensão”, despudoradamente. Bastaram algumas declarações do Deputado Brandão Monteiro e do diretor do Detran para reduzir os fatos às suas devidas dimensões. Nada mais nada menos do que possíveis envolvimento de um funcionário do terceiro escalão, em práticas dolosas, que em nada afetam a Administração Pública e nem as autoridades estaduais da área. Ainda mais, sabendo-se que o nosso Governo nunca deixou de agir corretamente, sempre que seus funcionários se envolveram em falcatruas ou qualquer tipo de irregularidade.

E o Governador? Por que seu nome é estampado numa manchete fabricada cavilosamente? É porque estamos em campanha eleitoral ou é a simples falta de escrúpulo do Sr. Roberto Marinho e de seus escribas de aluguel?

Sim; além desses motivos existem outros, muito mais graves e profundos. Antes de tudo, é preciso que se diga que estamos diante de um ato de achincalhe e de desrespeito ao Governador; de uma violência, de uma afronta, de um abuso que não pode passar sem a resposta que merecem.

De outra parte, cumpre também que se afirme, energicamente, que estes senhores das “Organizações Globo”, usaram por mais de 20 anos, o cachimbo da ditadura. Cúmplices e grandes beneficiários do mandonismo que imperou neste País, continuam pensando que têm autoridade moral e que podem pôr e dispor sobre tudo e sobre todos – como até aqui – nos termos de seus humores e conveniências, sem prestar contas a ninguém. É a cegueira dos poderosos e de todos os que vivem do tráfico de influência. O tempo e o futuro se encarregarão de demonstrar que essa atmosfera, já existente, de prevenção pública em relação às “Organizações Globo”, transformar-se-á nas mais graves denúncias e imputações, à medida que esta Nação for construindo as suas instituições democráticas.

Sabe-se que este monopólio de comunicações desenvolveu-se à sombra do arbítrio,

num sistema de vasos comunicantes com a chamada **comunidade de informações** do regime, além de conhecidas conexões internacionais.

Agora, estamos verificando que este monopólio de comunicações foi a principal força de sustentação do regime, por tantos anos, como ocorre nestes dias com as imposturas da chamada Nova República.

Sabe-se, também, que se estabeleceu nas redações do “Sistema Globo”, como ordem natural das coisas, aquele conluio que alguns estudiosos denunciam como o mais pernicioso à convivência democrática: a associação da direita com grupos da esquerda autoritária. Em escala muito mais ampla, foi o que ocorreu na Argentina, durante a sangrenta ditadura Videla. Argumentavam os falsos esquerdistas que era necessário evitar um Pinochet em lugar de um Videla. A direita sentiu-se legitimada para cometer todos os crimes e desatinos que conhecemos.

Do episódio em que “O Globo” procura maliciosamente atingir-me, retiram-se, desde logo, duas conclusões. Primeiro, demonstram que não têm e não conseguem articular nada de consistente contra o meu Governo ou contra mim, pessoalmente. Se pudessem, não estariam incorrendo nessas baixezas e leviandades. Em segundo lugar, “O Globo”, em consequência do estilo que vem assumindo, reiteradamente, nivela-se aos padrões morais e éticos da “Tribuna da Imprensa”.

Na minha campanha, em 82, não tive guarda-costas. Como hoje. Muitas vezes ando só pelas ruas, com minha mulher ou com um dos meus netos pela mão. O Sr. Roberto Marinho é que precisa de guarda-costas. Sua residência é uma fortaleza murada, cheia de guaritas e de guardas armados. Qualquer um pode tirar uma foto como a que foi publicada. O caso do General Newton Cruz é diferente. Ele era o Chefe do SNI e sua presença atrás de Moreira Franco revelava o seu papel.

Como se vê, estamos diante de um episódio que configura a mais baixa politicalha. Por que “O Globo” nunca destinou espaços correspondentes às falcatruas do chaguismo, aos colarinhos brancos e a grupos econômicos que vêm transformando este País no mais espoliado do mundo? Se o fizesse, não teria espaço para colocar outro assunto, desde a sua fundação até hoje.

Daqui em diante, é a minha vez. Quem diz o que quer, sujeita-se a ouvir o que não quer. É o que se impõe, neste momento: afirmar, com todas as letras, o que pensamos das “Organizações Globo”. Vejamos:

1 – Não se trata simplesmente de um conglomerado de empresas ou de um negócio rendoso. Estamos diante de um verdadeiro monopólio de comunicações, concedido, estruturado e fortalecido durante a Ditadura. Apoiou e serviu, incondicionalmente, aos fins e propósitos do regime. Seus proprietários, portanto, nestas horas de reconstrução democrática, não têm autoridade para questionar a quem quer que seja. Nem mesmo fizeram ainda o seu **mea-culpa** – atitude indispensável para quem pretende readaptar-se à convivência democrática. Ao se restabelecer uma nova ordem democrática, impõe-se uma rigorosa auditoria para que a Nação venha a saber como foi possível a formação desse monopólio em mãos de particulares. São serviços públicos concedidos. Os canais de rádio e televisão pertencem à totalidade do povo brasileiro. As redes e sistemas de rádio e televisão são essenciais aos destinos e às liberdades dos povos. É sob esta inspiração que procedem as nações mais importantes e adiantadas do mundo.

2 – Se este País fosse uma democracia institucionalizada e verdadeira, as “Organizações Globo”, frente à conduta que mantiveram na tentativa de fraude da Proconsult, teriam corrido o risco de perder a concessão de todos os seus canais. As eleições representam o mais sagrado ritual da democracia. Nos Estados Unidos, certamente, seriam excluídos como concessionários de canais de rádio e televisão.



Por muito menos, Nixon foi destituído da Presidência.

3 – Se acrescentarmos ao episódio da Proconsult esse indecoroso plano de produção e de divulgação de pesquisas de opinião, que deformou e avassalou o atual processo eleitoral, seguramente as “Organizações Globo” seriam consideradas inidôneas como concessionárias de um serviço público de relevante essencialidade, como o é, o sistema de rádio e televisão.

4 – As “Organizações Globo” e o Governo Sarney estão no dever, neste momento, de prestar amplas e detalhadas explicações sobre as vultosas transferências, em moeda estrangeira, para a aquisição de redes de televisão no exterior. Os rumores existentes aqui e no estrangeiro criaram na opinião pública a convicção de que estas transferências de dezenas de milhões de dólares representam a contraprestação pelo apoio incondicional da **Rede Globo** ao Plano Cruzado. A Nação exige estes esclarecimentos. Nosso povo vem sendo demasiadamente sacrificado para pagar os juros de uma dívida que não fez e que sobre ela não foi ouvido. Não se compreende que estejamos fazendo transferências favorecidas de divisas a particulares, em câmbio oficial.

5 – Outro aspecto grave é a influência negativa das programações da **Rede Globo**, problema de tão grande amplitude que não se pode analisar e avaliar nestas linhas. Afirmo, apenas, para começo de conversa, que estas programações, em meu conceito, vêm sendo o maior incentivo à violência e à criminalidade em nosso País.

\* \* \*

Sei que estou assumindo um difícil papel: uma espécie de Dom Quixote frente a este polvo gigantesco que estende os seus tentáculos por toda parte; como um pequeno David, questionando um Golias. Seja o que Deus quiser. Sigo a minha consciência de homem público. Este monopólio de comunicação não pode prosseguir. É pernicioso às nossas liberdades, ao regime democrático e aos nossos direitos como povo livre. É um poder avassalador. Em muitas oportunidades, demonstrou que seu poder é maior do que o do próprio Governo da República, ainda mais quando se trata de governos carentes de legitimidade, como o atual. Este monopólio é incompatível com a nossa própria existência como Nação soberana e com os superiores destinos do povo brasileiro. Algo é imprescindível fazer.

*Defender-se, esclarecer suas posições, justificar seus atos e, também, demonstrar – para o necessário julgamento da população – a má fé, o cinismo e a falta de autoridade moral de seus detratores, mais que um direito, é dever irrecusável de um governante democrático. É a linha correta da defesa do interesse público.*

## Prestando esclarecimentos à população

O jornal *O Globo*, de forma escandalosa e injusta, tentou atingir a credibilidade do Banerj. Sobre o assunto, devo prestar estes esclarecimentos à população, ampliando, em alguns detalhes, a nota expedida pela Presidência da instituição.

**Banerj (1)** – Verificou-se uma situação curiosa. Depois da manchete de *O Globo*, difamando, aumentaram os depósitos no Banco. Além de suas atividades continuarem normais, intensificou-se o afluxo e apoio de novos clientes, principalmente de pequenos médios empresários e de depositantes particulares.

Ficou demonstrado, portanto, que a população soube compreender que se tratava de um expediente político mesquinho contra uma instituição profundamente acreditada e sólida. Qualquer banco particular, com aquela manchete, entraria em crise de confiança e credibilidade.

**Banerj (2)** – Quem procura fazer mal ao Banerj não tem o mínimo espírito público. Atinge a população. A banca privada, é natural, não tolera o Banerj. O Governo Federal, sob a influência dos bancos privados, vem criando as maiores dificuldades ao Banco do Povo do Estado do Rio de Janeiro. É uma história que, em breve, contaremos.

**Banerj (3)** – E assim vão se revelando os atuais inimigos do Banerj: Governo Federal, bancos privados e, agora, as *Organizações Globo*. Agem articulados, como os fatos estão a demonstrar. É bom que saibam que não vai ser fácil para eles. Respaldo o Banerj estão o povo do Rio de Janeiro e sua economia, no que possuem de mais sólido e saudável.

**Banerj (4)** – A rigor, o Banerj só tem um grande problema: a onerosa e irresponsável imposição do Governo Federal, referente ao financiamento do Metrô. O Banco já retirou de sua caixa, nestes últimos três anos, para honrar os empréstimos do Metrô, Cz\$ 5 bilhões<sup>63</sup> (cinco trilhões de cruzeiros). Nenhum banco particular, nem mesmo o Bradesco ou o Itaú, seria capaz de suportar essa sangria. Como se vê, perpetraram-se uma verdadeira iniquidade para com a economia e a população do Estado do Rio de Janeiro. O Metrô jamais poderia ser financiado por um banco particular.

**Banerj (5)** – Tudo o mais é secundário. Sem aquele ônus, o Banerj em nada dependeria do Banco Central. Tudo o que pudessem fazer contra o Banco – inimigos daqui ou do Governo Federal –, nada conseguiriam. Mesmo arcando com aquele enorme desgaste, o Banerj vem sendo um sucesso e faz muita gente ficar murcha de inveja e de rancor, porque agora não podem, como antes, ganhar fortunas à custa do Banco.

**Banerj (6)** – Vejam o que é, hoje, o Banerj. Em 1982, era o 17º e, agora, ocupa o 4º lugar em depósitos (ranking dos bancos), com um crescimento real de 210%. Tem o primeiro lugar em volume médio de depósitos por agência. Suas ações tiveram um crescimento de 787%, sendo uma das três ações mais rentáveis em 1985. E mais:

**a) Caderneta de Poupança** – Tinha 556.000 contas em dezembro de 1983, resultado dos 14 anos anteriores, com Cz\$ 139 milhões; em dezembro de 1985, atingimos a 1.300.000 contas

63 Para converter cruzado em dólar, divida por 14,09

e, agora, em outubro de 1986, Cz\$ 7 bilhões na Poupança.

**b) Crédito Rural** – Expansão real de 387% nas aplicações da Carteira Agrícola, sendo 60% no Estado do Rio de Janeiro. Não aplicamos o total, por falta de tomadores, embora o Banco faça verdadeira promoção deste crédito. Aplicamos uma parte fora para não ter que recolher ao Banco Central. Destacamos, neste setor: o aumento da produção leiteira; o plantio de 6 milhões de pés de café, com a meta de 10 milhões até 1987; produção anual de 300 mil toneladas de arroz (50% do consumo do Estado), a maioria em cultura irrigada, devendo, em quatro anos, alcançar-se a autossuficiência. Aumento na produção de hortigranjeiros, laranjas e outras culturas, destacando-se a cultura do abacaxi, cuja produção – com apoio técnico – passou, somente em dois projetos, de quatro para 11 milhões de frutos.

**c) Inadimplências** – Era onde se encontravam os grandes golpes e falcatruas que fizeram contra os recursos públicos do Banerj, durante o chaguismo e a Ditadura; sem falar no que fizeram de mais grave ainda no BD-Rio.

**d) Dívidas recuperadas** – Total recuperado: Cz\$ 312 milhões. Em execução judicial: Cz\$ 375 milhões. Não existe mais caso de inadimplência crônica. Golpes e falcatruas, com enriquecimento ilícito, foram inúmeros. Vamos exemplificar, com dois casos:

No apagar das luzes do Governo Chagas, fizeram uma operação com títulos da dívida pública, dando um prejuízo de Cz\$ 600 milhões ao Banco.

O Banerj concedia vultuosos empréstimos, em cima da perna, com juros favorecidos para os “amigos” que, na mesma hora, transferiam o dinheiro para aplicações em CDB, em bancos estrangeiros. Depois de um ano, resgatavam o empréstimo e ficavam com fortunas. Só num desses casos – concedido em 1981 –, se deixasse

aplicado no sistema financeiro, a diferença de juros seria, hoje, uma fortuna de Cz\$ 110 bilhões (110 trilhões de cruzeiros). É natural que toda essa gente tenha raiva de mim e do Banerj.

**e) Pequena e Média Empresa** – Através de nosso programa especial para as micros, pequenas e médias empresas, o Banerj assistiu, em 1985, mais de 10.000 empresas. E, neste ano, chegaremos 20.000, movimentando cerca de Cz\$ 4 bilhões. Esta enorme comunidade de pequenas e médias empresas responde por 76% dos empregos em nosso Estado. É por isto que o Rio tem os menores índices de desemprego.

**f) Governo Federal** – As estatais federais devem ao Banerj Cz\$ 1 bilhão. Herdamos financiamentos problemáticos no Crédito Imobiliário, de mais de Cz\$ 1 bilhão, e já recuperamos 70%. Estamos em dia em nossa composição com o Banco Central, tendo sido pagos, até 1º de outubro de 1986, Cz\$ 204 milhões. Temos uma operação autorizada para capitalização do Banco, que o Governo Federal vem procrastinando propositadamente.

Reafirmo: as únicas dificuldades do Banerj são a sangria de Cz\$ 5 bilhões, referente ao Metrô, as discriminações e o arrocho federal.

**Banerj (7)** – O balanço do Banco, no 1º semestre deste ano, acusou um prejuízo de Cz\$ 69 milhões, consequência do “pacote” federal. Se fechássemos agências e demitíssemos funcionários, como os bancos particulares, não haveria prejuízo. Mas, já neste último trimestre, de julho a setembro deste ano, o balanço fechou com um lucro de Cz\$ 55 milhões.

Em relação a março de 1983, o Banerj possui, hoje, um número menor de funcionários, apesar da absorção de 800 servidores, oriundos de empresas financeiras encampadas e em regime de liquidação federal.

Desmentimos, pois, a manchete e o noticiário de “O Globo”, difundidos com fins inconfessáveis.

## Nota do Governador

**Leonel Brizola**

# O Rei, o Barão e o Ministro

Sabíamos, desde que se instituiu nosso Governo, que teríamos de trabalhar como se estivéssemos numa fortaleza sitiada. Éramos uma espécie de cabeça de ponte da legitimidade democrática, num continente dominado pelo autoritarismo e pelas cumplicidades da ditadura.

Governar em condições tão adversas haveria de ser um desafio. Nós próprios precisávamos atuar submetidos a muitos rigores e restrições. Fizemos reservas de “água, carne seca e farinha”, preparados para um longo período de lutas e adversidades, em situação de grande desvantagem. Era um sítio, como se fora um cerco armado. Lá fora, porém, contávamos, como continuamos contando – cada vez mais – com o apoio da população, que inquietava aos que tentavam nos submeter e destruir.

Desde os primeiros dias, investiram contra nós, em ondas sucessivas. A princípio – ainda em pleno regime militar – com certos cuidados: mais a título de inquietação. Substituídos os quadros dirigentes dos nossos agressores, a situação foi se tornando cada dia mais complexa, impregnada de sofisticação e cinismo. Cortaram os nossos suprimentos, nos reduziram quase ao silêncio, interferiram em nossas comunicações. Só uma bandeira, lá no alto, vem mantendo o povo ligado a nós. Formaram um aparatoso acampamento de irregulares, reunindo toda espécie de mercenários: uma aglomeração perversa, confusa e indisciplinada. Arremeteram contra nós, como uma horda de

hunos. E havia os que, aparentemente fora daquele ajuntamento, intentavam nos atingir pelos flancos.

Foram rechaçados, com grandes baixas. Não tinham moral para nenhum confronto, apesar da enorme desproporção de forças. Cresceu e expandiu-se o apoio da população, já então tomando iniciativas e restringindo-lhes a liberdade de movimentos. Barões e mercenários correram a pedir socorro. Trouxeram o próprio Rei e sua tropa de elite – os cruzados – para o teatro dos acontecimentos.

Aproximamo-nos da batalha final. O Rei que se cuide. A confusão pode impedir a sua retirada, e isto não seria conveniente. Conservar o Rei pode ser um elemento construtivo, sempre que venha a prevalecer a soberania popular.

Este é o quadro em que nos deparamos neste exato momento. Nunca o nosso moral foi tão alto e a nossa combatividade foi tão dinâmica e eficaz. Realizamos o melhor Governo de toda esta safra de governadores. Nunca pactuamos com a imoralidade e a corrupção. Jamais violamos as liberdades públicas e individuais. Ao contrário, fizemos questão de zelar, ainda com maior rigor, pelos direitos e prerrogativas de nossos próprios adversários. Trabalhamos corretamente. Nossas prioridades foram exatamente aquelas que correspondem, com acerto e vigor, aos reclamos e necessidades de nossa população. Nem mesmo nossos opressores conseguem entender como conseguimos resistir e fazer o que fizemos. O único fato novo, o único programa verdadeiramente transformador deste País, foi o das Escolas Integradas (CIEPs), que o Governo do Estado do Rio de Janeiro colocou em prática em pleno cerco do autoritarismo, ostensivo ou disfarçado.

Um dos barões desse processo de hostilidades e de asfixia contra o povo do Estado do Rio de Janeiro e seu Governo democrático foi o Sr. Roberto Marinho, com seus exércitos avassaladores. Conselheiro-mor e íntimo do Rei: o grande poder por trás do trono. Desde a primeira

hora, foi injusto, hostil, sem espírito público, intrinsecamente mau. Todas as suas ondas de ataques se esbateram na inteireza moral de nosso Governo. Seus métodos obscuros não resistiram à luz da liberdade. Armações sobre armações se desfizeram. Tentaram sucessivas explorações, avolumando ocorrências irrelevantes, com o propósito de nos atingir e, sobretudo, visando a encobrir e a desviar a atenção pública das mazelas do regime político e do sistema colonial que sustentam, e dos quais têm sido grandes beneficiários.

Vejam, só para ilustrar estas razões, se tivessem ocorrido com o Governador Leonel Brizola estes fatos que vamos relatar. A nossa impressão é a de que foram tratados adequadamente. Mas, registre-se que não tiveram nem manchetes e nem fotos de primeira página de “O Globo”, muito menos espaço na **Rede Globo**.

**A secretária particular e um dos diretores da TV Globo faziam tráfico de cocaína para os Estados Unidos, utilizando o próprio malote do Sr. Roberto Marinho. Conforme consta do processo nº 8655430/85, a droga era enviada, em papel timbrado da Rede Globo, embrulhada em papel carbono, sob a chance-la de URGENTE, PESSOAL E CONFIDENCIAL, ao escritório da Globo International Limited, uma subsidiária da Rede Globo, em Nova York. No mesmo embrulho, seguiam, também, outros envelopes endereçados à Braz Gems International Inc. O laudo técnico confirmou tratar-se de cloridrato de cocaína; e que o tráfico já ocorrera várias vezes, anteriormente. Os responsáveis estão respondendo a processo judicial.**

Imaginem se esse caso tivesse ocorrido com um auxiliar direto do Governador Leonel Brizola – ou um seu colaborador da Alta Administração; ou mesmo com um contínuo do Palácio Guanabara – o que fariam “O Globo” ou a **Rede Globo**? Que campanha de difamações não seria desencadeada contra a sua honra e a dignidade do cargo que exerce?

Quantas mentiras e achincalhes não seriam transmitidos à opinião pública, como se verdades fossem? Por muito menos, pelo simples fato de que funcionários do terceiro escalão de um órgão do Estado (Detran) terem sido apontados como envolvidos em irregularidades em transações de automóveis, “O Globo” não teve o mínimo respeito e tudo fez para atingir a dignidade do Governador. Lembrem-se do escândalo que fizeram com o tal do Escadinha? E agora, com uma questão estritamente policial, com o tal de Maninho? E o jogo do bicho? Exploram, cavilosamente, uma fotografia do Professor Darcy Ribeiro que, a rigor, nada significa. Nada, mesmo.

De nossa parte, jamais cometeríamos essa torpeza – mais que torpeza, uma injúria – de supor que o Sr. Roberto Marinho tivesse qualquer envolvimento com esse escabroso tráfico de cocaína, a partir do seu próprio gabinete. Mas ele não nos trata com a mesma ética. Utiliza dois pesos e duas medidas. Tempo virá em que muitas satisfações terão que dar à opinião pública do País. Os que questionam a tudo e a todos têm este dever primeiro. Ainda mais, tratando-se da imprensa no regime democrático.

Um dos expedientes mais sujos que intentam contra nós é a questão do chamado jogo do bicho. Ao assumir, encontramos essa atividade fortemente estabelecida. A ditadura e nossos antecessores no Governo do Estado adotaram práticas que difundiram a corrupção e a promiscuidade de políticos e autoridades nesses ambientes. Esta é a verdade. E não se enganem: a população tem pleno conhecimento disso.

O que fizemos, foi adotar uma política a respeito e pleitear, na esfera federal, a regulamentação dessa atividade. Na Presidência e no Ministério da Justiça dormem os nossos expedientes. Não reprimir, mas, também, nenhum tipo de promiscuidade. Nem mesmo entendimentos com a contravenção, como fez, por exemplo, o Sr. Marco Maciel, quando

Governador de Pernambuco, com o objetivo de aumentar as rendas públicas. As nossas prioridades, como se impunha, eram outras.

Exploram, capciosamente, uma fotografia do Vice-Governador Darcy Ribeiro e do ex-Prefeito Marcello Alencar, numa reunião pública em que estavam presentes banqueiros do jogo do bicho. Hoje, como dois e dois são quatro, sabemos que tudo foi uma armação. Lá estavam, também, os representantes de “*O Globo*”, adredemente requisitados. O Professor Darcy Ribeiro lá compareceu em boa-fé, a convite de candidatos de outros partidos, que anunciavam apoio à sua candidatura. Permaneceu no local apenas 15 minutos. Com base nessa fotografia, desencadearam a mais sórdida exploração. Pois bem: lá esteve, também, além de candidatos a deputado de outros partidos (PFL), o Sr. Hideckel de Freitas, candidato ao Senado e companheiro de chapa do ínclito Sr. Afonso Arinos de Mello Franco. E por que estes não incorreram nas mesmas censuras de “*O Globo*”? Vem agora o Sr. Paulo Brossard de Souza Pinto, flamante Ministro da Justiça, com suas diatribes. Não nos surpreende. Há mais de 40 anos, acompanhamos as andanças do Sr. Brossard. Sempre foi um poço de vaidade. Sempre dado à retórica e soberbia. Por isso, na Universidade já era chamado de o “Ruy Barbosa em comptas”. Sempre derrotado em quase todas as eleições, inclusive para senador. Finalmente, nós, trabalhistas, decidimos elegê-lo, porque imaginávamos que ele havia se arrependido do que fez como repressor, na Secretaria do Interior, no Rio Grande do Sul,

em 1964. Não nos admiramos, pois, de seu atual procedimento. É o mesmo que sempre foi. Não tem espírito público. Quando deputado estadual, só para bancar oposição, votou contra até mesmo a construção de escolas. As fanfarronices são o seu estilo. Agora mesmo, sem nenhum critério, está usando papéis inservíveis (contracheques antigos da CTC, em formulários de computador), talvez recolhidos nos latões de lixo, ou provindos dos catadores de papéis, para acusar escandalosamente o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Que vergonha! Um Ministro da Justiça levar ao Presidente da República, em audiência especial, como “provas”, papeluchos inservíveis, que são vendidos a quilo, só porque estão sendo utilizados pelos apostadores do jogo do bicho. E fala em abuso do poder econômico e impugnação de candidaturas!

Devia, este Sr. Ministro, vir ao Rio de Janeiro. Primeiro, para verificar que se poste elegeisse alguém, os seus correligionários estariam eleitos. É um escândalo a orgia de dinheiro despendido em propaganda por seus correligionários. A proporção deve ser de mil por um, em relação a nós. Segundo, para realizar com o Governador Leonel Brizola um debate sobre todos estes temas, em horário nobre, na Rede Globo de Televisão. Não haveria melhor forma e oportunidade para elucidarmos todas estas questões. Espero que S. Exa. não se escuse e aceite nosso desafio. Não há nenhum impedimento em lei, desde que não se faça propaganda eleitoral.

## Terrorismo Global

Tendo em vista recentes publicações do jornal **“O Globo”** (editoriais e matérias diversas), com o propósito indisfarçável de influir nas eleições, o Governo do Estado do Rio de Janeiro vem prestar à população os seguintes esclarecimentos:

**1** – As “Organizações Globo” (o jornal e a **Rede Globo** de Televisão e rádio), transformaram-se numa espécie de partido político, à margem das instituições. Sempre, naturalmente, partido do governo: ontem do regime militar, agora, desta impostura chamada “Nova República”.

**2** – A nossa população e a opinião pública do País já se deram conta de que tudo que as “Organizações Globo” fazem e dizem é parcial e faccioso. Sobretudo, conforme as suas próprias conveniências. É que, sob o escudo da imprensa, cresce um gigantesco conglomerado multinacional de setenta empresas, isto é, imensos interesses econômico-financeiros.

**3** – É compreensível que haja uma insanável incompatibilidade entre os objetivos das “Organizações Globo” e um governo democrático, de orientação social como é o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Por esta razão, passaram a nos hostilizar desde o primeiro dia em que assumimos nossas responsabilidades. Negaram-nos sempre toda e qualquer colaboração. Agora, no decurso da campanha política, o facciosismo e a falta de escrúpulos atingiram as raias da irracionalidade. Desrespeitam o senso de julgamento da população sem nenhuma cerimônia.

**4** – Pretender achincalhar a monumental manifestação pública do dia 10<sup>64</sup>, no centro da Cidade, é uma desonestidade com os seus

próprios leitores. E, mais que isto, constitui-se numa atitude agressiva e hostil à população. Inclusive – podemos afirmar, também – à grande maioria dos próprios funcionários das “Organizações Globo”, que pensam e vão votar exatamente como a maioria do nosso povo.

**5** – As “Organizações Globo”, o Sr. Roberto Marinho, os seus áulicos e, muito menos, o Ministro fanfarrão jamais conseguirão atingir, com suas armações e intrigas, a moral e a dignidade do Governador do Estado do Rio de Janeiro. Não temos e nunca tivemos qualquer tipo de cumplicidade com contravenções e atividades ilícitas de qualquer natureza. Não reprimimos o jogo do bicho porque temos coisas mais importantes a fazer; isto é, cuidar dos interesses reais da população. O Governo Federal é que descumpra com o seu dever, o de regulamentar essas atividades, como o fez com as apostas nos jôqueis clubes e loterias.

**6** – Bicheiros e doleiros, ambos são contraventores. Os que especulam e negociam com dólar no **black**, muito pior: incorrem na Lei das Contravenções Penais. E o mais grave é que lesam drasticamente a Nação, seja quando o fazem sub-repticiamente, ou quando através dos grandes favores oficiais.

**7** – Insiste “O Globo”, cavilosamente, em afirmar que há um pacto de nosso Governo com a contravenção do jogo do bicho. Isto é uma deslavada mentira. Não reprimimos, mas não entramos em cumplicidades. O Sr. Marco Maciel, atual Ministro-Chefe da Casa Civil do Governo Sarney, quando Governador de Pernambuco, sim, entendeu-se com os bicheiros. E por que a Ditadura, tão amada pelo Sr. Roberto Marinho, não acabou com o jogo do bicho?

**8** – Quem fez um pacto com um grande doleiro foi o Sr. Roberto Marinho, ao adquirir a NEC do Sr. Mário Garnero, centro de um dos maiores escândalos financeiros na história desta Nação (grupo Brasilinvest). Acrescente-se que

64 Comício final da campanha de Darcy Ribeiro ao Governo do Estado.

a NEC depende de contratos do Ministério das Comunicações, onde está o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Ministro predileto do Sr. Roberto Marinho.

9 – Já que falamos em dólar, a opinião pública do País quer saber como, e em que condições, o Sr. Roberto Marinho conseguiu transferir para o exterior 70 milhões de dólares a Cz\$ 13,00 para adquirir uma rede de televisão na Europa.

10 – Além de pretender nos atingir com essa odiosa campanha, e com isto favorecer o candidato que lhes convém, as “Organizações Globo” o que objetivam, essencialmente, é encobrir essas e outras questões graves e obscuras que a Nação vem exigindo sejam esclarecidas.

O nosso povo, porém, sabe separar o joio do trigo. E vai votar coerentemente e na linha dos seus legítimos interesses.



## Nota do governador

**Leonel Brizola**

# Esclarecimento necessário

O “Jornal do Brasil”, edição de ontem, publica uma nota em seu “Informe JB” com chamada na primeira página, comentando e afirmando que “enquanto o PDT debatia os seus destinos no Riocentro, o Governador Leonel Brizola se preparava para viajar para a Austrália, provavelmente no próximo fim de semana: quer comprar terras, seguindo os passos do bem-sucedido pecuarista Tião Maia”. Trata-se de uma nota maliciosa e perversa, elaborada e difundida ao estilo da imprensa marrom. É evidente a intenção de seus autores de intrigar-me e desmerecer-me. São os interesses inconfessáveis de sempre.

É pública a minha intenção de visitar a Austrália e a Nova Zelândia. Espero, no próximo mês, em companhia de alguns técnicos e especialistas, realizar esta velha aspiração. Esses países longínquos são nações jovens como o Brasil, com clima igual ao nosso, mais distantes dos mercados e vivem essencialmente da produção agropecuária. Lá não há miséria e nem analfabetismo. Ao contrário, sua população alcançou e desfruta dos mais altos padrões da vida. Comparar estas realidades, daqui e a desses países, tenho certeza, nos será

profundamente útil e educativo.

Só a intenção de ofender e achincalhar poderia levar os autores dessa nota a dizer que pretendemos comprar terras na Austrália. É realmente triste e deplorável que isto ocorra nas páginas do “Jornal do Brasil”. Bastaria que em um dos nossos inúmeros encontros sua reportagem me perguntasse. Saberiam que comprar terras na Austrália nunca passou pelo meu pensamento. E se pretendesse, não estaria ao meu alcance.

Desde os dias da campanha política até hoje, muitas intrigas e afirmações infamantes desse tipo foram assacadas contra o Governo do Estado do Rio de Janeiro e contra mim, pessoalmente, sem que pudéssemos reagir ou responder. A partir de agora, porém, vão ter as respostas que merecem.

Todas as intrigas e mentiras como estas, ninguém se engane, são uma tática para desmerecer aqueles que se insurgem contra as farsas montadas neste País. Precisam, de todas as formas, desviar a atenção do povo, ludibriaram-no nas eleições, ajudados pelo silêncio que nos foi imposto. Mas agora está claro que a Inflação Zero e o congelamento de preços eram apenas um embuste para amealhar os votos da população.

Estamos ingressando num período especial da vida brasileira. A partir de agora, vai ser difícil ludibriar novamente o povo brasileiro. Principalmente, não vai ser com este tipo de intrigas, veiculadas através dos meios de comunicação, que conseguirão impedir que o nosso povo veja claramente os seus interesses e o seu futuro.

# O Governo do Rio e as últimas eleições

O Governo do Estado do Rio de Janeiro e o PDT, Partido que apoia e inspira o nosso Governo, ao contrário do que se procurou difundir com os resultados eleitorais, saem deste pleito, moral e politicamente, fortalecidos.

Decorridos apenas 60 dias das eleições, tornaram-se inequívocas a coerência e a autenticidade das nossas posições; enquanto se reafirmava nossa idoneidade política, adquiriam foros de escândalo a hipocrisia e o cinismo dos nossos adversários, eventuais vencedores, que enganaram despudoradamente a população.

Não se conhece, pelo menos na história recente deste País, um exemplo em que os resultados de uma eleição tenham envelhecido tão rapidamente. Os sete meses do Sr. Jânio Quadros eram considerados o máximo em matéria de decepção e de reversão de expectativas. Agora, porém, os votos ainda estavam quentes quando, apenas cinco dias depois das eleições, a Nação inteira se deparava com o chamado “Cruzado II”, um ato de infidelidade política sem precedentes. O que vem se passando com o Presidente Reagan, à beira de um processo de “impeachment”, é um nada frente a este episódio inominável.

Os vencedores não conseguiram sequer comemorar a sua vitória. Temeram a população, que passou a se sentir traída em sua boa-fé. Como deixar de acreditar na palavra do próprio Presidente da República que, às vésperas das eleições, conclamou a todos para que votassem a favor do congelamento e do Plano Cruzado?

Quanto a nós – o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o PDT – afirmamos, mais uma vez:

nada temos a corrigir ou retificar em nossa conduta política e moral, na orientação administrativa que imprimimos ao nosso Governo, ou em relação às ideias e práticas que adotamos no curso da campanha política, antes e depois das eleições. Se tivéssemos que iniciar tudo de novo, repetiríamos tudo o que fizemos e afirmamos; procederíamos sem recuar um milímetro sequer, com a mesma honestidade de propósitos.

Se perdemos, numericamente, naquele exato dia 15 de novembro – em decorrência, como agora se vê, de uma campanha falsa, desigual, desinformante e sórdida – é possível, neste momento, afirmar, em nome dos mais elevados princípios éticos e morais, que, politicamente, somos nós os vencedores. Tanto que, se as eleições fossem hoje, os resultados, sem nenhuma dúvida, seriam muito diferentes. A traição, deploravelmente, sempre vem depois dos atos de boa-fé.

Ressurgimos, pois, cheios de razão e autoridade moral. E mais: sentimo-nos prestigiados e fortalecidos pela população. Nosso dever irrecusável é o de questionar, sem tréguas, este quadro de impostura e humilhações. Essencialmente, porém, é preciso abrir caminhos e alternativas, a fim de que o povo brasileiro e a própria Nação consigam sair do atoleiro e ultrapassar este período de vergonha e irresponsabilidade.

## Prestação de contas à população

Nestes últimos 60 dias de mandato, trataremos de oferecer à população uma ampla prestação de contas sobre as atividades do nosso Governo.

Quando afirmamos acima que nada temos a retificar, queremos dizer que, consideradas as condições adversas que nos foram impostas, gerimos os negócios públicos com exatidão e eficiência, fazendo o melhor. Sem falsa modéstia,

fizemos melhor do que qualquer outro governo de qualquer outro Estado da Federação. No Estado do Rio de Janeiro foi feito o melhor governo desta safra de Governadores. Esta é uma homenagem que faço aos meus colaboradores. Ninguém organizou e realizou, em conjunto, mais do que nós. Como também ninguém foi tão perseguido e discriminado quanto o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Mostraremos, nestes cinquenta e poucos dias, a superioridade administrativa do Governo do Estado do Rio de Janeiro comparada com o próprio Governo Federal. Inclusive, demonstrando que, em algumas áreas, não tiveram alternativa senão a de seguir o nosso exemplo.

Vejam o caso da caixa-única, que é bem ilustrativo. Esses perversos, daqui e de lá, nos atacaram e criticaram à vontade os métodos que adotamos para gerir as nossas finanças. Disseram que era ilegal e inconveniente, quando era apenas uma prática racional e correta. Não tiveram alternativa senão o de adotá-la no Governo Federal. E já o fizeram tardiamente. Não tiveram ao menos o pudor de reconhecer e declarar que estavam copiando e seguindo uma prática do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Denunciaremos também os últimos atos e procedimentos perversos de alguns Ministros, de autoridades subalternas federais e do próprio Presidente para com o Governo e o povo do Estado do Rio de Janeiro. Combateremos até o último dia aqueles que, de forma deliberada, têm lesado a nossa população; sem deixar de denunciar também os que – em função de seus mesquinhos interesses políticos ou de míseros interesses pecuniários – têm sido cúmplices dessas decisões prejudiciais ao nosso Estado.

**Dois Serviços de Padrão Internacional** – Na área da Defesa Civil (Secretaria criada em meu Governo), que tem o nosso tradicional Corpo de Bombeiros como espinha dorsal, estruturamos dois serviços públicos do mais alto padrão

e que correspondem a necessidades essenciais da população. Refiro-me ao novo Serviço de Ambulâncias (Grupo de Socorro de Emergência – GSE) e ao novo Serviço de Salva-Vidas para as Praias.

**Socorro de Emergência**<sup>65</sup> – Está funcionando há cinco meses. Possui 19 ambulâncias; e realizou, nesse período, 10.600 atendimentos no Rio e na região metropolitana – área que cobre, numa primeira etapa, incluídos os municípios de Niterói e de São Gonçalo. Suas bases são as do próprio Corpo de Bombeiros. Pessoal selecionado e treinado. Dispõe de 160 Primeiros-Tenentes-Médicos-Militares, 160 Enfermeiros e 225 Motoristas e Mecânicos. O serviço está interligado por um sistema de rádio, inclusive nas ambulâncias. Há um plantão médico central controlando a disponibilidade dos hospitais. Há um certo número de ambulâncias que são minicentros cirúrgicos.

O GSE e suas ambulâncias vermelhas destinam-se a atender casos de acidente, mal súbito e partos que ocorram nas ruas. No caso de incêndios e sinistros, o serviço desloca-se com os bombeiros. Este serviço tem chamado a atenção de Governos de outros Estados e até mesmo de Governos estrangeiros, que nos procuram para conhecer e adotar suas técnicas.

**Grupamento Marítimo** – Substituiu o antigo Salvamar. Encontramos neste serviço apenas 45 homens em atividade permanente e uma lancha, dos seus quase 300 funcionários. Uma situação precaríssima, dado o número de pessoas vítimas de afogamento nas diversas praias. Tratamos de organizar um novo serviço. O pessoal do Salvamar optou pela integração à Polícia Civil. Selecionamos e treinamos 350 nadadores. Hoje, o serviço está organizado em Sepetiba, Barra da Tijuca, passando por São Conrado, Leblon, Ipanema, Copacabana, Botafogo, Flamengo, incluindo-se Niterói, Paquetá, Campos, Macaé etc. A grande maioria

65 Embrião do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

da população está atendida. Recuperamos 18 lanchas, hoje todas operando. O Centro de Recuperação de Afogados também está reformado, contando com Serviço Médico especializado. Os serviços contam com um sistema de radiocomunicação que utiliza, com grande rapidez, o Serviço de Helicópteros, os quais atuam com nadadores e o sistema de puçá. Nada melhor do que o número de salvamentos e a redução do índice de óbitos para atestar a eficácia deste serviço. Tem merecido a atenção de outros Governos, inclusive do estrangeiro.

***Emissário Submarino da Barra*** – Este problema terá que ser resolvido, por uma questão de tempo, pelo novo governo que assumirá suas funções em 15 de março próximo. Trata-se de uma questão polêmica que bem merecia ser decidida através de um plebiscito, isto é, de uma consulta à população diretamente interessada. É nessa linha de orientação que pretendo conduzir este problema, nestes 60 dias.

## A Constituinte

Hoje, instala-se a Constituinte.

É certo que esta não é a Assembleia Nacional Constituinte que o povo brasileiro sempre sonhou ver decidindo e deliberando. Mesmo assim, tenho certeza de que o pensamento de todos os brasileiros, nesta hora, transporta-se para Brasília. E lá, sobre os ombros dos constituintes, os 135 milhões de brasileiros depositam o melhor de suas esperanças. Homens e mulheres de todas as gerações e de todos os recantos da Pátria desejam, ardentemente, que uma preocupação superior inspire permanentemente os nossos representantes; isto é, partindo da verdade irrecusável de que somos uma Nação que ainda não deu certo e que só alcançaremos os níveis superiores de vida a que temos direito se cuidarmos, prioritariamente, da situação de nosso povo. Pois, é com ele, e somente com ele, que conseguiremos ser uma Nação desenvolvida e digna de ser vivida por todos os seus filhos.

Esta Assembleia Constituinte se reúne e terá que deliberar em condições extremamente negativas e desfavoráveis. Começa por não ter aquela autonomia de uma constituinte originária e autêntica, cujas raízes se inserem e se nutrem daquelas fontes que se tornaram irrefutáveis, num dado momento da história. Na Assembleia de Filadélfia, só se encontravam os que construíram a independência da nação norte-americana. Os colonialistas, não só não estavam na Constituinte como não estavam mais em nenhum lugar do território da nova nação.

Quando da campanha por eleições diretas e nos primórdios dos entendimentos que conduziam à transição, houve realmente instantes em que nutrimos fundadas esperanças de que chegaríamos a uma Constituinte autêntica e representativa dos direitos e aspirações do povo

brasileiro. As elites brasileiras (oligarquias), porém, estejam no governo ou na oposição, nunca se caracterizaram pelo desprendimento. Por mais que a retórica diga o contrário, a não ser no advento da República e em 1930, no fundo, a oposição nunca foi além da simples ocupação do lugar do partido oficial. Foi o que se verificou mais uma vez. Na prática, a grande causa oposicionista do PMDB restringiu-se à ocupação do lugar do PDS e da antiga Arena. Tanto que, a partir da morte do doutor Tancredo Neves, se torna irrecusável, para o então principal partido da oposição, exigir do Vice-Presidente que ascendia à Presidência, a fixação da data para a realização de eleições diretas para a Presidente da República. Em nenhum momento quanto aquele a noção de transitoriedade significava a legitimidade oposicionista no Governo. Desde aí, frustrou-se a transição democrática. Ingressamos na chamada Nova República – um período de cinismo e imposturas que não encontra paralelo na história da Nação. Tudo se faz para procrastinar, ou mesmo impedir, a manifestação da vontade popular quanto ao principal, isto é, a realização de eleições presidenciais, livres e diretas. Passamos a seguir os caminhos de 1934: uma Constituinte convocada sob a influência de um poder carente de legitimidade. E tudo acabou desembocando no Estado Novo. Afastamo-nos, portanto, das práticas seguidas em 1946, sem dúvida nenhuma, mais livres, estáveis e democráticas.

Esta Constituinte devia ter sido eleita conjuntamente com o Presidente da República, no último pleito de 15 de novembro. Estaríamos democratizando o centro do arbítrio, a atual Presidência da República; discutindo e esclarecendo o eleitorado em relação aos fins da Constituinte e a todas as grandes questões nacionais. Estaríamos fortalecendo os partidos e teríamos uma Constituinte mais orgânica e definida. Não estaríamos perdendo o tempo que perdemos e atingindo os níveis de confusão e perplexidade a que chegamos nos dias

de hoje, com a Nação em crise. Tudo se tornou tão confuso e preocupante que até mesmo a Assembleia Constituinte, depositária de tantos dos nossos sonhos, pode ser suplantada ou até mesmo atropelada, no desdobramento da crise e pelos descaminhos em que acabaram jogando a Nação inteira.

A grande responsabilidade por este quadro de crise e de incertezas – a verdade seja dita – pertence ao atual Presidente da República. A ele caberia tomar a iniciativa. Em suas mãos sempre se encontrou o poder de propor a realização de eleições. Sua permanência no Governo tornou-se, a partir de agora, desastrosa. E o pior é que ele se mostra insensível. Não vê que o seu único caminho é colocar a Constituinte à vontade, propondo a realização de eleições presidenciais, no mais curto prazo possível. Sem legitimidade, as instituições democráticas não funcionam e se deformam. Foi o que aconteceu em 1934.

Tornou-se complexa e difícil a convivência da Constituinte com situação criada pelo Governo Sarney – e com a presença mesmo de um Governo biônico – trabalhando (e a tudo deformando) para permanecer e continuar. Os impasses que se criaram em torno do Dr. Ulysses ilustram estas observações. Chegou-se a ponto de se considerar a violência de se fechar a Câmara e o Senado para salvar a eleição do Dr. Ulysses. É a carreta adiante dos bois.

Mas, como costuma dizer o nosso povo, “a esperança é a última que morre”. E porque não dizer, também, que “Deus é brasileiro”. Não é impossível, em função do próprio agravamento da crise, que esta Constituinte eleita e deliberando em condições tão adversas venha surpreender a todos nós.

A convicção generalizada, porém, é a de que a presente Assembleia se inclinará por construir, não uma ordem democrática, mas um regime, uma ordem jurídica para dar cobertura ao atual modelo econômico. Mas Deus é grande, como dissemos. Há sempre uma esperança.

\* \* \*

**Memorando** – Do Sr. Governador ao Sr. Secretário da Polícia Civil, Dr. Nilo Batista e ao Dr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Luiz Roldão.

**1** – Os meios de comunicação, especialmente as “Organizações Globo”, estão destinando amplos espaços ao caso Campana. Esse grande interesse da imprensa deve nos advertir, mais uma vez, de que as investigações em curso precisam ser, doam em quem doer, rigorosas, austeras e, sobretudo, irrepreensivelmente isentas. Ao nosso Governo, jamais conseguirão atingir. O Sr. Campana, um antigo funcionário do Estado, deve assumir a responsabilidade por seus atos.

**2** – Por outro lado, esta importância que a imprensa vem concedendo à causa da moralização de nossa vida pública nos incentiva a encarar um outro episódio, este sim, da maior gravidade que precisa ser investigado e esclarecido. Talvez nos concedam a mesma publicidade. Refiro-me à compra da Nec pelas “Organizações Globo”.

Segundo a revista “SENHOR” (Nº 306, de 27.01.87) – cuja leitura recomendo –, trata-se de uma transação indecorosa que configura enriquecimento ilícito, tráfico de influência, uso indevido dos canais de comunicação e, sobretudo, negociações às portas do xadrez com um indivíduo (Mário Garnero) processado por diversos crimes, com prisões preventivas (crimes do colarinho branco), envolvendo interesses e prejuízos ao Erário de centenas de milhões de dólares.

**3** – Examinar, em conjunto (Polícia Civil e Ministério Público), a possibilidade e a competência, de parte do Estado, para promover uma investigação sobre essas operações.

Caso a matéria não se encontre no âmbito das atribuições do Estado, esclarecer, já que o Presidente Sarney não toma nenhuma iniciativa, quais as autoridades do Governo Federal que têm competência para realizar as investigações.

Eng. Leonel Brizola  
Governador do Estado

**BNDES** – Tomou posse o novo Presidente do BNDES, Sr. Márcio Fortes. Começou mal, insultando e atropelando a verdade, de uma forma vil e incompatível com uma pessoa íntegra. De minha parte, apenas deploro quando vejo uma pessoa jovem proceder dessa forma. Declarou aos jornalistas que eu, Leonel Brizola, fui o responsável pelo fato de o BNDES não ter concedido nenhum empréstimo ao Estado do Rio de Janeiro (razões do lobo) e que nunca houve favorecimento a São Paulo, pelos presidentes anteriores – o filho de Montoro e o atual Ministro Funaro. A rigor, pensando bem, não se podia esperar outra coisa de um filhote da ditadura. A solenidade foi um convescote, muito a propósito do que denunciávamos durante a campanha. O retorno da direita. Lá estava o grande chefe, General Geisel. Iremos acompanhar detalhe por detalhe da atuação do Sr. Márcio Fortes na presidência do BNDES e não perderemos de vista que ele foi o tesoureiro da campanha do Sr. Moreira Franco.

**CIEPs: o novo neste País** – Nos últimos anos, o que surgiu realmente de novo neste País foi esta instituição que se chama CIEP (Centro Integrado de Educação Pública). Representa o começo de uma transformação profunda; e, portanto, é uma instituição que vem para ficar. Questiona por dentro o sistema elitista, de natureza colonial, discriminatório e antisocial que tem caracterizado a vida brasileira ao longo de nossa história, e pelo qual uma pequena minoria domina e explora, através da mente, a generalidade da população de nosso País. Tem por finalidade salvar todas as nossas crianças, resgatar a escola pública, instituir um sistema de educação digno e eficaz, verdadeiramente democrático, com igualdade de oportunidade para todos. E os 500 CIEPs estão em marcha, transformando-se em realidade. Viva os CIEPs! Viva o Brasil passado a limpo para o povo brasileiro!

*“...Prestar contas à população não é, apenas, relatar o que se fez e dar explicações sobre o que não se fez. Tão ou mais significativo, para um governante democrático, é expor, publicamente, com lealdade e franqueza, as suas experiências e reflexões, o seu pensamento conclusivo sobre as causas e origens de tantos males, tantos problemas e iniquidades que recaem sobre o nosso povo, fazendo com que esta grande Nação, herdeira de espaços e riquezas incomensuráveis, continue sendo um País que ainda não deu certo. Prestar contas é, acima de tudo, falar de soluções e alternativas que a experiência nos convenceu serem as mais corretas e exequíveis. Eis os objetivos que gostaria de alcançar com estes comentários.”*

## A Impostura do Plano Cruzado

Apenas seis dias depois, nos foi possível antever e expor à Nação, através de uma cadeia nacional de rádio e televisão, o que seria, com o correr do tempo, aquele processo de insensatez em que se envolveu o Governo Sarney, a partir do dia 28 de fevereiro de 1986.

Em menos de um ano, o chamado Plano Cruzado esvaiu-se, acabou. E com ele, as perspectivas do Governo Sarney. Muito antes do que imaginaram os seus patrocinadores.

Existiu mesmo um plano administrativo ou de Governo que assim merecesse ser considerado? O simples bom senso nos leva à conclusão de que não existiu plano algum consagrando uma política econômico-financeira para a Nação, com um mínimo de coerência, realismo e viabilidade. A esta altura, não há quem não consiga ver que tudo não passou de uma gigantesca mistificação, como este País ainda não havia assistido. Mistificação e irresponsabilidade. Um dia, há de se fazer a trágica contabilidade dessa aventura, o balanço funesto desse período de oportunismo e de cumplicidades, no qual mergulharam a economia e a vida pública deste País.

E o que é mais espantoso e confuso é que justamente aquele de quem a Nação mais necessita, aquele que deveria estar à frente de todos nós, abrindo e reconhecendo caminhos – o Senhor Presidente José Sarney – apresenta-se insistindo e proclamando: “... o Plano Cruzado foi e é um grande êxito...”, “... foi a maior Revolução social da História do Brasil...”, “... o País encontrou o seu caminho...”, “... a estratégia do Governo foi sempre dizer a verdade...”, “... Internacionalmente, o nosso Brasil passou a ter um lugar de grande destaque...” (Em rede de rádio e televisão, dia 31 de janeiro de 1987).

Esta postura do Presidente Sarney é indecifrável.

A situação do País está adquirindo, por um lado, aspectos surrealistas. E por outro, assumindo um caráter grave e preocupante.

Surrealista, quando se assiste ao desmoronamento da ação global do Governo, e os Ministros responsáveis continuam sem se dar conta de que devem à Nação explicações claras e definitivas. Em qualquer País que se preze, há muito estaríamos diante da renúncia irrevogável das autoridades da área econômica.

Será que o Sr. Presidente José Sarney se faz de desentendido ou não consegue ver e nem sentir que as possibilidades de seu Governo se esgotaram a partir do momento em que o povo brasileiro constatou que estava sendo enganado?

Como consequência do chamado Plano Cruzado – ação de Governo a que se entregou de corpo e alma o Presidente Sarney, em busca de legitimidade para um mandato que não possui – o País foi conduzido a uma situação muito pior do que a que se encontrava há um ano. A inflação voltou mais virulenta, como a febre num organismo em recaída. O congelamento só durou enquanto existiam alguns estoques no comércio e logo foi substituído pelo ágio. A produção e o abastecimento, em muitos setores, se desorganizaram. Imensas reservas



foram queimadas em importações insensatas. Os juros atingem níveis inconcebíveis. O desabastecimento é a realidade generalizada. Enfim, um quadro de fracasso, de incompetência, de despreparo, e, sobretudo, de insensibilidade e falta de espírito público.

Esta Nação está apresentando sinais evidentes de ingovernabilidade, quando se insiste na aplicação dos mesmos métodos da Ditadura. Foi o que fez até agora o Governo Sarney. Nunca se utilizou tanto o Decreto-Lei e os casuísmos do regime de arbítrio. Foram métodos que se revelaram ineptos em 20 anos de governos militares.

Depois de tantos anos de regime militar e, ainda agora, com este período de autoritarismo civil, impregnado de cinismo e hipocrisia, a vida brasileira tornou-se uma espécie de sopa gelada, que formou uma crosta asfíxiante. Precisa ser aquecida com o calor de eleições livres e diretas. Só assim esta Nação conseguirá reconstruir o seu equilíbrio sociológico.

Só um Governo legítimo, respaldado pelo apoio popular, portanto, com a população sentindo-se corresponsável, é que conseguirá tirar o nosso País do atoleiro.

A iniciativa de convocar eleições está, essencialmente, nas mãos do Presidente José Sarney. Se ele não pensar seriamente em exercer – sem muita demora – este poder histórico, estará deservindo aos interesses superiores do Brasil e de seu povo. Sua Excelência já impediu as eleições diretas, quando era Presidente do PDS.

E agora, mesmo diante do fracasso de seu Governo, se não convocar eleições, estará assumindo o continuísmo em causa própria, impedindo novamente que o povo brasileiro recupere o seu direito de ser a única e exclusiva fonte de todo o poder legítimo.

\* \* \*

**Reajuste em cerca de 70%** – Meu Governo adotou e cumpriu a semestralidade, reajustes em 100% do INPC para o funcionalismo estatutário, além do 13º salário e aumentos reais, categoria por categoria, dentro das possibilidades

do Erário. A partir do Cruzado, tratamos de defender os nossos servidores do confisco salarial. Recuperamos as perdas correspondentes à inflação de janeiro e fevereiro de 86 (33%), em duas quotas, julho e dezembro de 1986. A legislação atual, decorrência do Plano Cruzado, estabelece que, anualmente, a 1º de março, os vencimentos do funcionalismo estatutário devem ser reajustados em percentagem igual à da variação do IPC, nos 12 meses anteriores. É o que neste momento tratamos de fazer. Admitindo que a inflação de fevereiro venha a ser igual à de janeiro (17%), mais a que se verificou até dezembro, a inflação acumulada até 28 de fevereiro de 87 deverá aproximar-se de 70% – percentagem a que, por lei, deverá corresponder o reajustamento do funcionalismo. Da mesma forma, estamos procurando defender os servidores de empresas e fundações sob o regime da CLT, dessa política salarial de arrocho do Governo Sarney. A todos aqueles que, em função dos seus preconceitos, pensam que eu estou criando dificuldades ao futuro governo, ao decretar estes reajustamentos, esclareço que apenas estou fazendo justiça e cumprindo a Lei. Quando assumi o Governo, esperava-me, da mesma forma, a obrigatoriedade de reajustar os vencimentos do funcionalismo também em 70%, a partir do mesmo dia 1º de março. E registre-se que eu não tive um poderoso padrinho, nem antes nem depois das eleições, como ocorre com o meu sucessor. Com efeito, alardearam que o Presidente Sarney prometeu mundos e fundos. Por conseguinte, o futuro governo não poderá ter dificuldades, não só em reajustar os vencimentos frente ao desgaste da inflação, quanto terá de pagá-los rigorosamente em dia, como fizemos nós, de forma irrepreensível, no decurso destes quatro anos de Governo.

**Extinção de cargos** – No curso destes quatro anos de Governo, deixamos de preencher dezenas de milhares de cargos públicos. Seguimos uma política de austeridade e de combate ao

empreguismo. Milhares de vagas foram se acumulando. Neste momento, estou baixando um decreto declarando extintos cerca de 30 mil cargos públicos, o que representará uma diminuição das despesas em mais de 840 milhões de cruzados<sup>66</sup> anuais. Estamos completando a extinção, por desnecessários, de 1.000 cargos de Fiscal de Renda, um dos lugares mais cobiçados deste País. Vou extinguir estes cargos como quem faz um seguro para o povo do Estado do Rio de Janeiro, porque aí vêm eles de volta para o governo – os campeões do empreguismo e do clientelismo.

**As últimas eleições** – Nada melhor que o transcorrer de algum tempo para uma análise correta e isenta dos resultados das últimas eleições. 2.217.177 cidadãos e cidadãs sufragaram nas urnas a candidatura Darcy Ribeiro. Esta é a representatividade do Governo do Estado do Rio de Janeiro e do Partido Democrático Trabalhista (PDT), corrente política que o sustenta e inspira. Em 1982, obtivemos 1.719.180 votos. Em

quatro anos de Governo, conquistamos o apoio de mais 497.997 cidadãos. Crescemos, como se vê, 28,97%. Nossos adversários, que em 82 se apresentaram com três candidaturas, desta vez se uniram em torno de um só candidato. Comparando os resultados destas eleições com as de 82, nossos opositores somados obtiveram agora menos votos. Enquanto eles se desgastaram, o PDT cresceu 28,97%. Embora perdendo as eleições, as bases do Governo e o PDT saíram deste confronto mais fortalecidos. E, considerando o desgaste em que submergiram os partidos da Aliança, por terem enganado a população (Cruzado, congelamento etc.), ressurgimos com grande força moral e amplo apoio da população. Se as eleições fossem hoje, os resultados seriam muito diferentes. Moral e politicamente, representamos, sem nenhuma dúvida, a maior expressão político-partidária do Estado do Rio de Janeiro. É com estas credenciais que pretendemos atuar e agir em defesa do povo do Estado do Rio de Janeiro.

66 Para converter cruzado em dólar, divida por 17,985

Nº 69 – 15 de fevereiro de 1987

*“...Prestar contas à população é demonstrar, em função das experiências vividas, onde se encontra, verdadeiramente, o interesse público. É denunciar, corajosamente, a todos, as imposturas que se apresentem. É apontar, com desassombro, a causa de nossos males. Prestar contas à população é, sobretudo, indicar caminhos e soluções, por mais que tenham de se contrapor aos privilégios dos poderosos, que, aqui dentro, são sócios ou fazem o jogo dos interesses internacionais.”*

## A alternativa da dignidade nacional

Só a realização imediata de eleições livres e diretas conseguirá retirar esta Nação do atoleiro em que se encontra.

A convocação de eleições, neste momento de grave crise de perplexidade, significa, acima de tudo, um apelo às fontes de nossa própria existência como Nação: o voto popular; isto é, a manifestação da vontade soberana de nosso povo.

O atual oficialismo, representado pelo Governo Sarney, a esta altura, perdeu as condições para controlar e impedir o agravamento da crise. O povo brasileiro nada mais espera deste governo, a não ser uma única iniciativa, que mereceria o seu reconhecimento: uma proposta clara e inequívoca, perante a Assembleia Nacional Constituinte, justamente daquele que detém em suas mãos essa faculdade – o Senhor Presidente José Sarney – de convocação de eleições para a Presidência da República, dentro do menor prazo possível. Pois, é urgente para este País a instituição, pelos caminhos democráticos, de um governo legítimo, um governo novo e descompromissado com esta crosta de interesses de minorias

e grupos, daqui e do estrangeiro, que está nos levando ao paroxismo.

O essencial é que se realizem eleições. Não importa quem venha a ser o eleito. Pode ser um progressista, um liberal ou até mesmo um conservador. O que importa é que aquele que for eleito guarde fidelidade às fontes de sua investidura: o nosso povo, com seus inalienáveis direitos e aspirações.

O Brasil e o povo brasileiro necessitam, indispensavelmente, de um novo Governo que enfrente as candentes realidades do País, com novos métodos, deixando definitivamente à margem da estrada, como lixo da História, os processos e práticas adotados pelo regime autoritário que dominou o Brasil por mais de duas décadas. Só assim, cumpre reafirmar, sairemos do atoleiro.

Por que insistir com os mesmos e antigos métodos de governo, justamente os que levaram este País à mais grave crise de sua História? O que tem feito, afinal, o Sr. José Sarney e seus Ministros nestes dois anos, senão repetir num contexto de hipocrisia e cinismo, o que, na essência, fez a ditadura?

A realização imediata de eleições – precedidas de uma ampla discussão nacional que se desenvolva simultaneamente com os trabalhos da Constituinte – é a única saída digna para esta Nação. Será, também, a dignificação da própria Constituinte. Tudo o mais que se possa imaginar poderá vir a ser vergonhoso e deprimente. Com efeito, a continuidade do Governo Sarney será o agravamento da crise, seja pelos caminhos da recessão, com o recrudescimento do autoritarismo, seja pelos caminhos do desgoverno, da incompetência, da aventura, da improvisação, como até aqui vem ocorrendo, e que só pode descambar para uma situação inconcebível que, a rigor, não há quem deseje neste País.

Eleições livres e imediatas são a alternativa da dignidade nacional.

\* \* \*

**O bom combate** – Elaboraram e depois espalham pelo Brasil inteiro muitas intrigas e desmerecimento contra o Governo do Estado do Rio de Janeiro e contra mim, pessoalmente. É por esta razão que somos obrigados a publicar nossas respostas também em grandes órgãos dos principais estados. Procuramos esclarecer a população, onde quer que nos difamem. Querem nos atingir e não têm escrúpulo de verificar que estão prejudicando com isto o Estado do Rio de Janeiro e sua população. É meu dever oferecer este combate em defesa do nosso Estado, onde quer que ele se apresente. Deve ser pelos mesmos motivos que diversos outros Governadores, como o de São Paulo, por exemplo, publicam na imprensa do Rio de Janeiro e de outros Estados, as suas matérias.

**Usurpação** – Liberaram os preços. Só o que continua congelado, além dos salários, é a preocupação continuísta do Governo Sarney. Não se dão por achados. O Sr. Sarney deveria reconhecer, com humildade, que está praticando uma usurpação em causa própria, e que a Nação necessita de eleições para se reciclar e se reestruturar socialmente. O Presidente Sarney pode cair numa situação ridícula se não tratar de propor à Constituinte a realização de eleições. E já, não pode demorar muito. Dentro em pouco, não poderá andar por parte nenhuma do Brasil, se não debaixo de vaia. Ele ainda tem uma oportunidade de ingressar na História como o Presidente que, a tempo, compreendeu que deveria voltar sobre os seus próprios passos e devolver ao povo o seu mais sagrado direito democrático, a sua própria dignidade, que é o de instituir, pelo voto, um governo legítimo, capaz de salvar a Nação que se afunda em uma crise sem precedentes.

**Bebê Chorão (1)** – Foi o Sr. Moreira Franco queixar-se ao Papai Sarney que estaríamos lhe sonogando informações com vistas à organização

do futuro governo. Não é verdade. Estamos sendo muito mais liberais que o seu correligionário, Chagas Freitas, quando nós assumimos o Governo. É que o meu governo nunca foi, e não será a casa da sogra. Desejaríamos colaborar mais, porém verificamos que alguns integrantes da Comissão Moreira vazavam para “O Globo”, dados e informações, de forma distorcida, para fazer exploração política contra nosso Governo. Procuramos nos defender, disciplinando os entendimentos e nada mais.

**Bebê Chorão (2)** – A Comissão Moreira tem nos solicitado organogramas, legislação e estruturas da Administração, de pessoal e de chefias, além do orçamento para 1987 das Secretarias, empresas, fundações e autarquias, e também inúmeras outras solicitações. A maior parte já está entregue e estamos elaborando outros relatórios. Faremos o possível. O anterior Governo do PMDB não nos forneceu nem 10% do que estamos proporcionando a eles. Queixam-se de barriga cheia. Moreira tem sido sempre assim: diz e afirma o que lhe convém no momento. Seu compromisso com a verdade é sempre relativo.

**Bebê Chorão (3)** – O que a população esperava do Sr. Moreira é que ele, em lugar de ir se queixar, fosse lá para perguntar onde estão o Plano Cruzado, a inflação zero, o congelamento, o confisco, a “Delegada Neles!”<sup>67</sup>. Todos se lembram que o Sr. Moreira, e todos os seus ligados (PCB, PC do B, para não falar em toda a direita disfarçada), todos, sem exceção, afirmaram que estavam unidos em torno de Sarney, porque queriam garantir a permanência do Plano Cruzado, sem criticá-lo em nenhum detalhe. Pois bem, depois que tudo foi para as urtigas, não deram uma só palavra, ficaram caladinhos. Enganaram a população! Que vergonha!

**Bebê Chorão (4)** – Não estamos criando nenhuma dificuldade. Dificuldades, sim, foram eles que nos criaram. Sarney e a Frente impediram o

67 Confisco de boi no pasto. Delegada neles! – O Governo Federal (Sarney) induzia o povo a denunciar quem sonogava mercadoria, propagando que usaria a Lei Delegada, que permitia confisco. / Delegada neles! virou um mote desta propaganda (em tempos de internet: viralizou)./ Como faltava carne, prometia confiscar boi no pasto.

pagamento dos **royalties**, bloquearam as nossas verbas, confiscaram mais de Cz\$ 11 bilhões<sup>68</sup> do Banerj, impediram a emissão de nossas Letras, prejudicando o fluxo normal da despesa pública. Ora, tudo isso é dinheiro em caixa. Só aí Moreira terá mais de Cz\$ 5 bilhões, que representam atrasos da União. Quanto aos 70% de aumento para o funcionalismo, trata-se de simples recuperação do salário. Quando assumi, também me deparei com essa obrigação, os mesmos 70%, a partir do mesmo dia 1º de março.

**Bebê Chorão (5)** – O Sr. Moreira invoca uma pretensa dívida do Banerj. Trata-se de uma mistificação e de uma injustiça de Sarney e de Funaro contra o glorioso Banco do nosso Estado. O que há é a política de cerceamento e inveja do Governo Sarney contra o crescimento e o vigor do Banerj. Primeiro, os ônus do Metrô, fruto da incompetência e da perversidade dos tecnocratas delfinianos, que o atual oficialismo achou muito bom copiar para oprimir o Governo Brizola. Só aí, quase Cz\$ 8 bilhões. Nunca quiseram resolver, para nos oprimir, nem conceder empréstimos no BNDES, CEF, FINAME etc. Ultimamente, confiscaram do Banerj, através de decisões que visavam a prejudicar o nosso Banco, cerca de Cz\$ 4 bilhões. O restante do endividamento do Banerj são as multas ridículas impostas pelo Banco Central, de bilhões e bilhões de cruzados, só para prejudicar o nosso balanço. Não podia ser diferente. O Banco Central estava entregue ao Bradesco, fazia a política dos bancos privados. Queriam acabar com o Banerj. Felizmente, Bracher e Pêrsio Arida tiveram o destino que precisam ter Funaro, Sayad e toda essa horda de tecnocratas autoritários e servidores do modelo colonial. Quanto a Sarney, o grande responsável, será substituído com as primeiras eleições, num prazo que esperamos seja o mais curto possível.

---

68 Para converter cruzado em dólar, divida por 13,84

*“...Prestar contas à população é demonstrar, em função das experiências vividas, onde se encontra, verdadeiramente, o interesse público. É denunciar, corajosamente, a todos, as imposturas que se apresentem. É apontar, com desassombro, a causa de nossos males. Prestar contas à população é, sobretudo, indicar caminhos e soluções, por mais que tenham de se contrapor aos privilégios dos poderosos, que, aqui dentro, são sócios ou fazem o jogo dos interesses internacionais.”*

## Questão de Confiança e Legitimidade

Não se trata de uma moratória. É apenas uma suspensão temporária do pagamento dos juros da dívida externa. Foram as palavras do Presidente José Sarney. Pediu ainda o Presidente a colaboração de todos, denunciando como “traidores da pátria” todos aqueles que venham a se opor, com críticas, às decisões de Sua Excelência, de seus Ministros e tecnocratas, tendo em vista que essas decisões foram homologadas, solenemente, pelo Conselho de Segurança Nacional (!).

É de se apoiar o Governo Sarney quanto às posições que acaba de assumir em relação à dívida externa? Apoio crítico, sim. A dívida externa constitui-se numa injustiça tão grande, numa iniquidade de tal ordem contra o nosso povo, que qualquer coisa que se fizer no sentido de suspendê-la ou restringi-la, em princípio, deve merecer o nosso acolhimento.

Mas, antes de se responder a esta pergunta, torna-se indispensável saber o que realmente pretendem; quais as verdadeiras intenções do Sr. Sarney e de seus Ministros. A julgar pelo que fizeram com o chamado “Plano Cruzado”, não merecem nenhuma confiabilidade. Enganaram

o povo brasileiro com fins políticos e eleitorais. E foi para um povo que, neste momento, se sente enganado e traído – perplexo e mergulhado no ceticismo – diante do dramático recrudescimento da inflação, que o Presidente falou em rede de rádio e televisão.

Nestas últimas horas, ouvi de muitos que gostariam de ter escutado o que disse o Presidente, mas vindo de outra pessoa em quem realmente pudessem confiar. Foram inconvincentes as palavras do Presidente ou se trata de uma questão, a esta altura mais profunda, de falta de confiança e credibilidade? Principalmente sobre a competência e eficácia do próprio Presidente, de seus Ministros e de sua equipe econômica. Todos se perguntam: não estarão – o Presidente e os políticos que o apoiam – novamente assumindo decisões sobre problemas da mais alta relevância apenas pensando no continuísmo, querendo garantir os tais seis anos que, agora se sabe, representam uma espécie de obsessão para Sua Excelência?

Em poucos dias, tudo ficará perfeitamente claro. Há este anúncio de que o Governo pretende pagar parte da dívida externa em cruzados; diga-se, em ações das empresas estatais (!). O que isto significará? Um monstruoso plano de desnacionalização e entrega das estatais ao controle ou à influência do capital estrangeiro, ainda mais nesta hora em que o governo levou à bancarrota o valor das ações nas Bolsas de Valores?

Por que não proceder, neste momento em que se suspende o pagamento, a uma rigorosa auditoria dessa monstruosa dívida externa? Em verdade, nenhum acordo deveria ser feito com os credores sem que soubéssemos o quanto realmente devemos, em que condições a Ditadura assumiu essas dívidas e para onde foi o dinheiro de cada uma delas. Do contrário, estaríamos engolindo um pacote que os senhores Roberto Campos, Simonsen e Delfim Neto nos legaram, como tesoureiros-mores do autoritarismo.

Finalmente, se o Brasil contasse agora com um presidente eleito e legítimo, não teria o seu governo a autoridade que se faz mais do que necessária nesta hora?

Os problemas que agora vão surgir, talvez venham demonstrar, de uma forma definitiva e concludente, que o País não conseguirá sair do atoleiro em que se encontra sem a instituição de um governo legítimo, eleito pelo seu povo e, por isso mesmo, representativo e autorizado a discutir e encaminhar, como convém à Nação, os seus altos interesses, comprometidos como o foram com esse monstruoso endividamento externo.

\* \* \*

**Projetos transformados em Lei** – Além de outros, de menor significação, foram transformados em lei os projetos que dispõem sobre os **Despachantes Públicos** e os que dizem respeito aos quadros permanentes de pessoal (com as respectivas tabelas de vencimentos, vantagens e outras especificações), do **Proderj**, do **DER** (Complementar), do pessoal da **área de saúde**, da Serla, do **Iperj** e o projeto que estabelece a equivalência de vencimentos básicos entre os **Defensores Públicos** e os membros do Ministério Público e Procuradores do Estado, quanto também sobre o quadro de pessoal de apoio da **Defensoria**.

**Intriga pérfida** – A população está acompanhando o processo de intriga que intentam fazer com o propósito de dividir o PDT. Querem criar um clima de desconfiança e mesmo uma separação entre mim e o Prefeito Saturnino Braga. Aproveitam-se de alguns companheiros inexperientes e certos vilões que nunca faltam (querem conhecer o vilão? Como diz o ditado, ponham-lhe o bastão na mão). No fundo, estão tratando desprimorosamente o Prefeito Saturnino Braga. Imaginam que ele possa vir a se transformar num instrumento de divisão da causa do povo trabalhador que, em nosso Estado, é representada, essencialmente, pelo nosso Partido, o PDT. Aliás, aqueles

companheiros inconsequentes que acima me referi, que por aí andam fazendo elucubrações de fundo divisionista, devem ter em conta que o nosso Partido possui uma tradição, uma espécie de vacina contra o divisionismo e as dissidências. Vejam o que aconteceu com Colagrossi, Timóteo, Nery e outros: deputados, vereadores etc. Acabaram sozinhos e repudiados pelo povo trabalhador. Quanto a mim, é bom que os “teóricos” saibam que eu não ando atrás de candidaturas. E sobre o que somos ou representamos, basta o passado e os antecedentes de cada um de nós. Quando o companheiro Saturnino Braga aceitou sua candidatura a Prefeito, teve logo o meu apoio incondicional, sem que eu precisasse saber previamente o seu programa. Um companheiro como ele, obviamente, não poderia apresentar-se com um programa que fosse divergente das ideias fundamentais de nosso Partido.

**Organizações Globo (1)** – As campanhas e os planos publicitários e jornalísticos das “Organizações Globo” visam, essencialmente, a seus lucros, conveniências e cumplicidades. Ali, há muito, desapareceram a isenção, a seriedade, o espírito público, o bem comum e os verdadeiros interesses nacionais. Apoiaram o Golpe de 64 e sustentaram incondicionalmente a Ditadura. Engordaram, como poucos, à sombra do regime. Da Ditadura tiveram toda sorte de concessões. Combateram as eleições diretas até o dia do Comício da Candelária. A partir daí, com a ascensão de Sarney, tornaram-se os próprios donos dessa impostura que passou a se chamar de “Nova República”.

**Organizações Globo (2)** – É natural, pois, a existência de uma incompatibilidade insanável entre as “Organizações Globo” e todos os que lutam para passar a limpo este País, como tem sido o caso do meu Governo, do PDT e de mim próprio. Já na campanha de 82, e depois, desde o primeiro dia da minha Administração, as poderosas “Organizações Globo” moveram-nos uma campanha sistemática de intrigas,

desmerecimentos, deturpações e felonias. Verdadeiros abusos, numa demonstração de desprezo e frieza para com o interesse público, mesmo se tratando da situação de milhões de crianças que são vítimas inocentes desse quadro de injustiças. É a feição moderna de nossas elites históricas: essas minorias dominantes que legaram às gerações atuais um País que ainda não deu certo.

**Organizações Globo (3)** – Ultimamente, sentindo que o terreno começa a faltar aos seus pés, em consequência dos crescentes questionamentos da população, as suas campanhas passaram a adquirir mais virulência, um certo tom até de desespero e, por isso mesmo, cada vez mais grosseiras e inconvincentes. Pensam que basta fazer como o avestruz – esconder a cabeça – ou como outros bichos que deixam o rabo de fora. Todas as semanas vêm com tentativas de achincalhar e incriminar o nosso Governo, com insinuações de envolvimento do próprio Governador. Sistemáticamente vêm quebrando a cara. Não conseguirão nunca atingir seus objetivos. Nem mesmo aquilo que até aqui, em certo grau, têm conseguido, isto é, de atacar para lançar uma cortina de fumaça e, assim, esconder as suas próprias mazelas, entre as quais estão as concessões indevidas que vêm recebendo, e o próprio desastre que é o governo Sarney-R. Marinho (a rigor, quem manda mesmo neste País é o Sr. Roberto Marinho).

**Organizações Globo (4)** – Vejam, por exemplo, esta história da aquisição de áreas pela Cehab. Estão usando as informações de um energúmeno, expulso de nosso Partido por ser um irresponsável – o Prefeito de Nova Iguaçu –, além de ser um envolvido, de forma escabrosa, neste caso. Em atenção à opinião pública, estou reexaminando este expediente e nada tenho encontrado de irregular. “O Globo” quer também atingir a reputação do Deputado Caó, por vingança e rancor. Não esquecem a sua

atuação firme em defesa dos jornalistas quando era Presidente do Sindicato. Atrás dessa campanha sórdida contra o Caó, está o chefe, Evandro Carlos de Andrade. Estou recomendando a todos os meus Secretários e colaboradores que juntem documentação. As “Organizações Globo” vão ver que nós não somos nenhum Abi-Ackel. Além de prevalecidos, os donos da “Globo” são covardes. Por que enquanto Abi-Ackel era Ministro não tiveram coragem de atacá-lo?

**Organizações Globo (5)** – Vejam, também, o que têm feito com o ex-Secretário Campana. No fundo, o que procuraram foi atingir o meu Governo. Demonstraram, com esse primarismo, que realmente não conseguem articular nada contra nós. Não se deram conta de que o delegado Campana, há muito, não faz parte do Secretariado. E mais, não viram que um Governo que, ao final do seu mandato, demite o Presidente do Banco do Estado e o manda às favas, publicamente, por desleal e mau companheiro, não veem que estão diante de um Governador que não pactua com qualquer tipo de irregularidade?

Agora, quem tem que dar explicações não somos nós. A opinião pública reclama explicações sobre os 70 milhões de dólares favorecidos e enviados ao exterior, na hora em que a Nação está exausta, para a compra da TV Montecarlo. E também explicações sobre a compra da NEC, do Sr. Mário Garnerio (patrimônio e interesses de 300 milhões de dólares), com tráfico de influências. Explique ainda as “Organizações Globo”, como foi a gigantesca operação no Banerj (Governo Chagas Freitas), com juros de viúva e com lucros escandalosos, obtidos em aplicações financeiras no Citibank do produto do empréstimo; e por que, logo a seguir, levou o Diretor do Banerj que lhe concedeu esta operação como diretor e sócio das próprias “Organizações Globo” e o mantém até hoje?



## Intervenção no Banerj: violência e politicagem

O poder remanescente da ditadura está no Banco Central, nos órgãos e gabinetes dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento; em suma: no setor econômico-financeiro do Governo Federal.

É uma espécie de imenso SNI; um gigantesco partido único, tecnocrático e totalitário, incontestado e dominante, absoluto sobre a vida da Nação. Controla e condiciona não só os meios de comunicação, mas também os próprios atos e o comportamento do Presidente da República, ainda mais – como tem sido o caso do Sr. José Sarney – quando o Presidente é ganho para “as ideias e o programa do Partido”.

Com o tempo, como acontece em todos os regimes totalitários que se sustentam numa máquina burocrática, o Presidente vai se transformando num boneco, numa espécie de títere. Volta e meia vê-se na contingência de não saber se é ou se não é, de ser ou não ser, de voltar atrás negando o que pouco antes se comprometera. O que importa mesmo, é o que a máquina quer. Hoje, o Sr. José Sarney assume a figura de um “Grande Ditador”, em matéria de economia e finanças. Mas o que realmente prevalece, é o que dispõe a sua máquina discricionária, sobre tudo e sobre todos.

Ao assumir a Presidência – em consequência de uma fatalidade, sem voto e sem credenciais democráticas – o Sr. José Sarney preferiu esse triste papel, como se tem observado, mais de acordo com a sua natureza.

A história lhe havia ensejado uma nobre missão, isto é: a de conduzir a transição democrática e a de devolver ao povo brasileiro o seu

sagrado direito de escolher um Governo legítimo. Sua grandeza estaria em ser transitório e exercer a Presidência como se fora uma magistratura; zelar pelos negócios públicos e convocar eleições diretas num prazo razoável e conveniente; e jamais assumir a pretensão escusa do usurpador, ou seja, a de querer para si um mandato que o povo não lhe outorgou.

O regime militar exauriu-se. Acontecimentos e situações importantes vêm ocorrendo, em todos os setores e atividades, no sentido da democratização. Porém, no campo da economia e das finanças – situação aparentemente incompreensível – continuamos submetidos a uma ferrenha ditadura. Governam como quem conspira. Não discutem nem ouvem ninguém, nem mesmo o poder dos poderes, a Assembleia Constituinte, e muito menos o Congresso Nacional. Vêm praticando mais arbitrariedades em matéria econômica que a própria ditadura.

Se considerarmos bem, chegaremos à conclusão de que não poderia ser diferente.

Ora, o Governo provisório do Sr. José Sarney é um Governo comprometido, “in totum”, com a manutenção do modelo econômico que nos foi imposto pela ditadura. E é aí que está a questão. Este modelo, que é parte de todo um sistema de natureza colonial, que recai, cada dia mais cruelmente sobre nós, é irmão siamês do autoritarismo. Um não vive – não pode existir – sem o outro.

Por conseguinte, manter o modelo econômico da ditadura implica na manutenção de práticas e órgãos arbitrários. Só com o exercício do poder discricionário é que se consegue impor um regime de natureza colonial que reduz a maioria do nosso povo à miséria e humilha a própria Nação. Enfim, é por ser a democracia incompatível com esse modelo que não se democratiza a área que o administra.

O trágico para o povo brasileiro é que, em lugar de se ter dissolvido com a democratização, este núcleo remanescente do autoritarismo,

reforçou-se com a integração do próprio Presidente da República.

Explica-se, assim, porque o Sr. Sarney não quer saber de eleições diretas. Nem o seu Governo, nem as forças que o apoiam – o PMDB, o PFL e, no fundo, também o PDS. A generalidade dos seus dirigentes está comprometida com o modelo econômico. No dia em que o povo brasileiro puder votar para Presidente, dada a soma de poderes concentrados no Governo Central, não tenhamos dúvida: a maioria esmagadora deste povo, sofrido e injustiçado, vai votar em alguém que seja responsável e indefectivelmente comprometido com a derrogação desse modelo econômico. É exatamente por isto que procuram, de todas as formas, impedir a realização de eleições livres e diretas neste País.

O exercício do poder discricionário, aparentemente bem-sucedido, de início, com o Plano Cruzado, levou o Sr. Sarney a uma espécie de delírio. Sem nenhum respeito pelo julgamento dos cidadãos honrados e lúcidos, passou a fazer as afirmações mais inconcebíveis.

Há poucos dias, disse em rede de televisão que o Plano Cruzado era um grande sucesso. Pouco antes afirmava que o congelamento dos preços jamais seria abandonado, e que ele havia, finalmente, acabado com a inflação. Ultimamente, ao falar em moratória, chegou a ponto de transformar o direito de crítica em ato de “traição nacional”. É o próprio delírio.

O Sr. Sarney vem procurando avassalar a Assembleia Constituinte, ao impor limitações à sua soberania. Vem ameaçando jogar o Poder Judiciário contra a Constituinte, se esta não se curvar à sua obsessão de permanecer, ilegitimamente, por seis anos no poder. Tem demonstrado total menosprezo pela autonomia dos Estados, e no caso específico do Rio de Janeiro atuou sempre com espírito mesquinho e vingativo.

O recente caso da intervenção no Banerj não é mais do que um subproduto desse contexto desafortunado, de prepotência e de cinismo em

que o País caiu depois da gloriosa campanha pelas eleições diretas e da morte do saudoso Tancredo Neves. Este caso, mais do que qualquer outro, mostra as quatro faces do Sr. José Sarney: a face do arbítrio, a face do cinismo, a face do ódio e a face do servilismo.

Com efeito, desde a campanha eleitoral de novembro, o Sr. José Sarney afaga a ideia de intervir no Estado do Rio de Janeiro. Não tendo coragem para encarar-nos frontalmente, atua de forma oblíqua, utiliza o estratagemas da emboscada, o jogo baixo das rasteiras. Tratou o povo do Rio a pão e água. Cerceou o nosso Governo. Descumpriu vergonhosamente a sua palavra, publicamente empenhada no caso dos **royalties** do petróleo. Bloqueou nossas verbas do orçamento federal. Interveio nas eleições, aviltando a Justiça Eleitoral para impedir nosso comparecimento na televisão. Enganou a população, que acabou votando desinformada nestas eleições.

Arremete, agora, soezmente, contra o Banerj. O que pretendem o Sr. Sarney e seu grupo de homens de negócios e tecnocratas da área econômica, de mentalidade intrinsecamente autoritária, uma espécie de “gauleiters” e tropas de choque SS? O que realmente pretendem é atingir a administração Leonel Brizola. Denegrir a nossa imagem, mesmo atuando sem nenhuma ética, despudoradamente. Vejam: o próprio Presidente, diante da impossibilidade de enquadrar a intervenção do Banerj no entulho autoritário que vem utilizando, não teve vergonha e baixou um novo Decreto-Lei, casuístico, para dar cobertura à sua deliberação, longamente acalentada, de intervir em nosso Banco. O que é isto, se não o papel de um ditador sem nenhum escrúpulo? Ao querer perpetrar uma arbitrariedade, ele mesmo baixa um decreto, supostamente legal, pensando, com isto, dar cobertura às suas sinistras intenções.

Preliminarmente, cumpre questionar a autoridade moral do Governo Sarney para uma ordem de medidas como a que acabou de tomar

contra os bancos estaduais. Trata-se de um Governo inadimplente, que acabou de formalizar publicamente a suspensão de pagamentos que, há muito, já não vinha cumprindo. E mais, a falta de autoridade moral de um Governo incompetente, que está desorganizando a economia e dismantelando o sistema de abastecimento. A falta de autoridade moral de um Governo que queimou, levemente, as poucas reservas de divisas do País com a injustificável importação de alimentos produzidos internamente e de produtos supérfluos, através de negócios altamente suspeitos realizados no Exterior.

Em suma, é o roto que assume a pretensão de vestir a quem julga esfarrapado. Como Governador, jamais nomearia o Sr. Sarney ou o Sr. Funaro, muito menos os senhores Bracher ou Gross para dirigir o Banerj. Todos eles entregariam o Banerj aos interesses dos bancos particulares. Quanto ao Sr. Funaro: seria capaz de negar crédito a alguma Prefeitura, como o fez no BNDES com o nosso Estado, embora este banco federal fosse sócio da sua própria fábrica de brinquedos, recém-salva de um estado falimentar, e que ainda agora incorporou a Hering, nisto favorecido por um **pool** de bancos (se soubesse, não teria permitido que o Banerj participasse).

Em segundo lugar, queremos afirmar que esta intervenção não passa de um ato político. No Banerj não havia crise; nenhuma anormalidade. O que o Governo Sarney deseja é criar uma impressão pública negativa contra o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Denegrir

a nossa administração, e a mim, pessoalmente.

Além disso, o episódio, com sua espetacularidade, lhe permite dar um pouco mais de pedal na cambaleante bicicleta em que anda o seu Governo. Se pretende impressionar lá fora, quebra o nariz. Lá, muitas vezes, melhor que nós, sabem de tudo o que ocorre aqui. Entre nós, brasileiros, o Governo Sarney já não impressiona mais ninguém. Todas as pessoas dignas deste País estão vendo que esta intervenção agora, às vésperas da transferência de Governo, não passa de um ato da mais baixa e mesquinha politicagem.

Os dias irão comprovar que os efeitos negativos consequentes deste vergonhoso episódio vão cair justamente sobre as cabeças dos seus autores. A violência é como um ácido: pode não atingir o alvo pretendido, mas é certo que corrói as fontes que o produzem. No Banerj, neste Governo não se praticou nenhum tipo de imoralidade. Nem sua alta administração ou nosso Governo determinou quaisquer concessões de créditos favorecidos a quem quer que seja. Nada tememos e, por isso, tratamos de estruturar uma equipe de advogados e juristas para responsabilizar criminalmente todos os que vêm fazendo acusações levianas e inconsequentes. Até o dia 15 de março, a Procuradoria-Geral do Estado estará atenta, recolhendo todos os elementos que surjam na imprensa a esse respeito.

Em publicações sucessivas, passarei a examinar, ponto por ponto, todas as alegações contra a nossa administração no Banerj e denunciar, também, os baixos propósitos desta intervenção.

## 500 CIEPs. Um legado ao futuro

O problema das nossas crianças está acima da chamada economia, dos déficits, da dívida externa, da crise e de tudo o mais que vem ocupando espaços e preocupações.

Em qualquer Nação que se preze, nada mais pode valer a pena quando as crianças degeneram e sucumbem devastadas pela miséria e o abandono.

É a própria seiva da Nação que se consome. São milhões e milhões, dezenas de milhões de vítimas inocentes.

Salvar as nossas crianças é a causa maior e mais urgente deste País. Salvar o que o Brasil possui de mais valioso. E como fazer isto? Antes de mais nada, é preciso que nossas elites tradicionais deixem de controlar a Nação e que sobrevenha um regime verdadeiramente democrático. Este País deve ser de todos os brasileiros, a começar pela existência de uma ampla igualdade de oportunidades para todas as nossas crianças.

Aqui no Rio de Janeiro, sem a intenção de dar lições a ninguém, caminhamos nesta direção, com a criação dos CIEPs – Centros Integrados de Educação Pública. Nos últimos 30 meses, país nenhum do mundo realizou um programa que se compare ao dos CIEPs. Os resultados aí estão: prontas e pagas as peças de 446 CIEPs (já contados os em montagem e os em depósitos) e as peças para os últimos 54 CIEPs, estão contratadas ou em execução. Enfim, nestes últimos 30 meses, embora sofrendo os efeitos negativos do Plano Cruzado, trabalhou-se intensamente no Programa dos 500 CIEPs, além da Fábrica de Escolas para pequenas e médias unidades.

Dizem que o novo Governo vai revisar o Programa dos CIEPs. É provável que tentem

retornar a política tradicional, que vem mergulhando nosso povo no atraso e no subdesenvolvimento para que uma minoria o domine e o explore. Talvez aleguem que não vão ter recursos e que tudo custará muito caro. Será mais uma alegação sem fundamento.

O meu Governo encontrou os cofres vazios e não teve nenhum empréstimo. Pior ainda. Foi sabotado pelo Governo Federal e pelos grandes grupos econômicos. Mesmo assim, enfrentamos, sem nunca faltar dinheiro, a construção dos 500 CIEPs, além de inúmeras outras realizações importantes. Como estas, poderão surgir muitas outras explicações. Mas governo algum conseguirá esconder do povo sua natureza antissocial, se não der continuidade ao Programa dos CIEPs.

Porque os CIEPs, como instituição, representam verdadeiramente algo de novo, constituindo-se mesmo numa verdadeira revolução da Escola Pública, na medida em que questiona, por dentro, essa realidade social injusta, desumana e impatriótica. Estas novas escolas proporcionarão às nossas crianças alimentação completa, aulas, a segunda professora que os pobres nunca tiveram, esporte, lazer, material escolar, assistência médica e dentária. Depois de permanecer todo o dia no colégio voltam, de banho tomado, para o carinho da família.

Mais de 50% de nossas crianças, depois de anos de repetência, deixam a escola mal assinando o nome. Em outras palavras, analfabetas e ressentidas. Por quê? Deficientes de saúde e alimentação, apenas permanecem algumas poucas horas no ambiente escolar, o qual, por sua vez, tem sido precário e ineficaz. Os alunos do CIEP vêm alcançando cerca de 90% de aprovação. Só este alto rendimento justifica, inclusive economicamente, os Centros Integrados de Educação Pública.

Dizem alguns que os CIEPs deveriam ser como as escolas que sempre tivemos, insuficientes e precárias, como as que nossas elites e governantes vêm proporcionando, com frieza

desumana, às nossas crianças. Nenhum cidadão brasileiro, sério e honrado, pode se conformar com este quadro. Nossas crianças merecem muito mais o que de melhor esta Nação possa oferecer. Porque elas representam o que o Brasil tem de mais valor e, também, os nossos próprios destinos, como Nação livre e democrática, empenhada na construção de uma existência digna para todos os seus filhos. Todas as crianças deste País deveriam estar em escolas como os CIEPs. Alimentação e saúde representam uma espécie de pressuposto para a educação, tal a situação de miséria e carência em que se encontra a maioria esmagadora de nosso povo. Para isto, bastaria que não se

desviassem tantos recursos públicos para fins inúteis e inconfessáveis. Se deixássemos, por exemplo, de pagar os juros da dívida externa, apenas por dois anos, todas as crianças brasileiras poderiam estar estudando num CIEP.

Afirmamos, desde o início de nossa gestão, que as crianças seriam a prioridade entre todas as prioridades. E foram.

Os CIEPs são um documento vivo, um símbolo de nossas vontades e de nossa caminhada, ombro a ombro, com o nosso povo.

Destes Centros Integrados sairão os homens e mulheres do futuro. Aqueles que irão fazer, neste País, tudo aquilo que não pudemos ou não tivemos coragem de fazer.

# Intervenção no Banerj: uma injustiça contra o Rio de Janeiro

1 – Ao assumir o Governo, em 1983, sabíamos que o regime (Banco Central, Delfim Neto etc.) nos havia preparado, perversamente, uma armadilha. Sabiam que o Banerj era imprescindível ao Governo do Estado. Através dele é que a Administração local arrecada suas rendas e paga seus funcionários e suas contas. Executa, enfim, seu orçamento.

2 – Nessa época, tomamos conhecimento de um diálogo do poderoso Delfim Neto com uma outra grande figura do regime (Sarney, Presidente do PDS): “Deixem por minha conta. Dentro de seis meses, no máximo, o Brizola estará liquidado...”

3 – Constatamos logo que o Banco de Desenvolvimento (BD-Rio) tinha sido, no segundo semestre de 82, um verdadeiro mar de concessões e facilidades, que agora pesavam gravemente (CDBs) sobre o Banerj. Este por sua vez também dilapidado, em consequência de um sem número de créditos favorecidos, além de um gigantesco golpe de esperteza, com títulos do Estado, tudo em prejuízo do Banco. Felizmente, estes crimes ainda não estão prescritos.

4 – Delfim, Sarney et caterva, não conseguiam compreender como conseguíamos sobreviver. Reduziram em 30% nossa emissão de títulos; fecharam para nós o BNDES, a CEF e o FINAME, e até o próprio BNH. Nesses órgãos, concediam-se consolidações a qualquer

ladravaz. O “Gordo”<sup>69</sup> e as suas “autoridades” se faziam de desentendidos. Empurravam esses problemas com a barriga, sabendo que ali adiante iriam nos colocar em dificuldades. Conversavam, acenavam com acordos e nada de concreto. Ganhavam tempo, enquanto nos discriminavam.

5 – Logo depois se inaugurou a chamada “Nova República”. Com a morte de Tancredo, Sarney assumiu a Presidência. Dei conhecimento ao Presidente dos compromissos de Tancredo com o Estado do Rio de Janeiro, assumidos espontaneamente. Ele me citou estes quatro problemas por sua própria iniciativa: entrega da Light e da TVE ao Estado; concessão dos **royalties** e absorção pela União de todos os compromissos com o Metrô, liberando o Banerj, inclusive em relação ao que já havia pago, e também o Tesouro estadual, de metade do déficit operacional do Metrô. Palavras de Sarney: “Vou honrar todos os compromissos do Doutor Tancredo”. Entreguei, na ocasião, por escrito, estas solicitações ao Presidente. Sarney não honrou nenhum destes compromissos de Tancredo.

6 – Os tecnocratas do Banco Central aliviaram a pressão sobre nós. Tinham medo do Ministro da Fazenda de então, Francisco Dorneles, com o qual mantínhamos, naqueles dias, um diálogo construtivo. Dorneles restabeleceu o nosso nível normal quanto à emissão de títulos e não permitiu quaisquer tipos de restrições ao nosso Governo. Dorneles, publicamente, costumava afirmar que a gestão financeira (César Maia) do Governo do Estado do Rio de Janeiro era a melhor do País.

7 – Com a substituição de Dorneles pelo grupo de homens de negócio de São Paulo e seus tecnocratas (Funaro na Fazenda; Machline, como conselheiro do Presidente; Saulo Ramos, Consultor-Geral; Sayad, no Planejamento; Bracher, do Bradesco para o Banco Central;

69 Delfim Neto.

Montoro Filho – BNDES etc., etc.), começaram a se agravar os problemas e dissabores para o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Veio o Plano Cruzado. E, também a denúncia que fizemos, de imediato, de que se tratava de uma impostura. A partir daí, o Governo Sarney passou, de uma forma crescente, a hostilizar, perseguir e discriminar o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Naquela época, demonstravam, por atos reiterados, que queriam, sem nenhum escrúpulo, nos destruir. Estabeleceram um verdadeiro cerco contra nós. O próprio Presidente descumpriu, vergonhosamente, a sua palavra empenhada quanto ao pagamento dos **royalties**. Negaram-nos toda e qualquer colaboração. **Delenda Brizola** foi a ordem, daí por diante, do Palácio do Planalto.

**8** – Foram as autoridades federais do Banco Central que autorizaram “em caráter extralimite” a imposição ao Banerj dos avais e operações para o Metrô, ao apagar das luzes do Governo Chagas Freitas. E, o que é da maior gravidade, estas operações não tramitaram pelos órgãos técnicos do Banco. É o Banco Central, portanto, o grande responsável pelas perdas de 14 bilhões de cruzados<sup>70</sup> (14 trilhões de cruzeiros) que estas operações com o Metrô vêm impondo ao Banerj. Quanto ao BD-Rio e os prejuízos decorrentes dos abusos ali cometidos, igualmente o Banco Central é responsável. Engoliram tudo e escusaram-se, como no caso do Metrô, a encontrar uma saída. Quanto ao golpe dos títulos, no segundo semestre de 82, resultou num prejuízo em torno de 1 bilhão de cruzados (1 trilhão de cruzeiros) do Banco do Estado. O Banco Central permitiu e condescendeu com a irregularidade.

**9** – Até o chamado Plano Cruzado, portanto, durante três anos, o Banerj foi o banco que teve o melhor desempenho e o que mais cresceu em todo o País. Na captação de depósitos totais, passou do 17º para o 4º lugar no **ranking** dos

bancos. Dignificou a imagem do Banco Público. Estabeleceu o maior programa, entre os bancos públicos e privados, de apoio à pequena e média empresa. Diminuiu o número de funcionários, a despeito da incorporação, a pedido do Banco Central, de instituições que faliram. Reduziu o número de Diretorias.

**10** – O Banco Central descumpriu os dois programas estabelecidos para a recuperação do Banerj. Vejam: **Obrigações do Governo Federal:** autorização para capitalização do sistema Banerj–BD-Rio, em US\$ 150 milhões; solução para a dívida do Metrô; transferência dos avais do Banerj para a União referentes ao Metrô. **Obrigações do Governo Estadual–Banerj:** crescimento dos depósitos à vista acima da média do sistema de bancos comerciais; implantação do Comitê de Recuperação de Créditos; manter estável a relação Depósitos à vista–Depósitos a prazo; manutenção das taxas de captação de CDBs na média do mercado; não abertura de novas agências; não aumentar o número de funcionários. O Estado cumpriu rigorosamente com as suas obrigações e o Governo Federal–Banco Central, com nenhuma das que se comprometera.

**11** – Mesmo se recusando a fechar agências e a demitir funcionários em massa, como fizeram os bancos privados, a plena liquidez do Banerj sustentou-se até o pacote de 1º de outubro, quando a tributação lançada sobre os títulos de renda fixa (CDBs) eliminou uma das principais fontes de captação dos recursos do Banco. A partir daí, tornaram-se inevitáveis os saques, no Banco Central, nos termos da lei, para o atendimento dos déficits gerados na caixa do Banco pelos prejuízos do Metrô e do BD-Rio.

**12** – A intervenção decretada por Sarney no BANERJ foi um ato de inominável violência, além de ser um procedimento sem nenhuma ética e sem nenhum escrúpulo. Violou a

<sup>70</sup> Para converter cruzado em dólar, divida por 20,729

Federação. Atingiu duramente a economia local ao degradar a sua mais importante instituição. Procedeu o Sr. Sarney como um ditador vulgar. Baixou uma “legislação especial” para poder concretizar seus propósitos. Estes, de tal forma arbitrária que nem sequer se enquadravam na parafernália de leis e regulamentos de duas décadas de autoritarismo. Que vergonha! No mérito, um desastre. Antes de intervir no Banerj, deviam intervir em praticamente todos os bancos estaduais. Retirado tão somente o peso do Metrô, para não falar da carga negativa do BD-Rio, o Banerj estaria em 1º lugar no seu setor. E o que é, em todo este episódio,

uma ignomínia sem limites: a indisponibilidade de bens – e até a restrição à liberdade – de pessoas inocentes e honradas, com os seus nomes dignos citados, covarde e irresponsavelmente, por alguns beaguins e serviços da Ditadura travestidos de corregedores. E tudo isso, só porque o Sr. Sarney tem a obsessão de ficar seis anos, de usufruir um mandato que o povo não lhe concedeu. Positivamente, não tem o direito de lançar pessoas de bem à execração pública, jogando sobre elas uma suspeição que nada fizeram por merecer. Mas, Deus é grande. O que aqui se faz, aqui se paga. Um dia, o feitiço pode virar contra o feiticeiro.



# Governador Leonel Brizola esclarece o Supremo Tribunal

O Governador Leonel Brizola, assessorado pela Procuradoria-Geral do Estado, demonstra em informações enviadas ao Supremo Tribunal Federal. A lisura e a constitucionalidade das leis por eles sancionadas e cuja vigência foi recentemente suspensa, 30 dias pelo STF. A improcedência das alegações do deputado do PMDB Gilberto Rodrigues, em nome do novo governo, mas uma atitude facciosa do atual Procurador-Geral da República, Sepúlveda Pertence.

Excelentíssimo Senhor  
Ministro OSCAR DIAS CORRÊA  
Digníssimo Relator da Representação nº  
1.389-8  
Ofício nº - GAB Em 12 de março de  
1987

Senhor Ministro:

Havendo tomado conhecimento da Representação nº 1.389-8, formulada pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República, para o fim de ver declarada a inconstitucionalidade das Leis Estaduais nº 1.118, 1.119, 1.120, 1.121, 1.122, 1.123 e 1.126, todas de 12 de fevereiro de 1987, venho prestar a Vossa Excelência as informações que se seguem.

Como componente moral inarredável, é de dizer-se que os referidos atos normativos – abstraído, mesmo de sua validade formal e material – não possuem, sequer minimamente, a conotação de “testamento político” que se lhes

pretende emprestar, sob a insinuação injusta e maldosa de irresponsabilidade administrativa.

Fustigado, ao longo de quatro anos de mandato, pela antipatia implacável dos meios de comunicação, vasculhando cada uma das mais recônditas repartições públicas, jamais se pôde encontrar qualquer ato de improbidade que desbordasse para além de insignificantes e insindicáveis falhas individuais que nenhum administrador é capaz de evitar. A cada uma delas procurou-se dar a conotação fantasiosa de “escândalos”, não pelo objetivo da crítica justa, mas pelo alcance político de interesses que não eram públicos.

É de se registrar, por relevante, que os benefícios ao funcionalismo público estadual que surtem de algumas leis impugnadas não constituem um comportamento isolado de final de Governo. Ao revés, toda a atuação do Poder Executivo Estadual, ao longo dos últimos quatro anos, orientou-se no sentido de elevar as condições de remuneração e trabalho dos servidores.

É dispensável elencar, porque fato notório, todo o conjunto de leis deflagradas por mensagens do Chefe do Governo, que, paulatinamente, mediante os estudos próprios, beneficiaram desde os serventuários da justiça até os magistrados, dos funcionários de nível elementar do Departamento de Estrada de Rodagem até os engenheiros mais qualificados.

A probidade da administração e um inderrogável sentimento do interesse público constituem atributos de que me orgulho e que nenhuma campanha, sistemática e orquestrada, serão capazes de empanar. Faço estas observações introdutórias, pedindo para tal a devida vênua, para consignar, perante a mais Alta Corte do País, meu apreço ao Poder Judiciário e a justa indignação do homem público que tem tido poucas instâncias de defesa.

## I. A REPRESENTAÇÃO

1. Do longo adjetivo arrazoado apresentado pelo suscitante, o ilustre Procurador-Geral da

República, por especial mercê, logrou colher três fundamentos, cuja sustentação não traziam constrangimento à sua sensibilidade jurídica. Lastreou-se, assim, na alegação de ocorrência dos seguintes contrastes constitucionais:

I. violação de regras orçamentárias;

II. vulneração de norma de política econômica e financeira;

III. violação de regra impositiva do concurso para provimento de cargos públicos.

2. A representação, **data vênia**, é feita sem maior apuro técnico, em termos gerais, sem identificar os preceitos que se indigita de inconstitucionalidade, em leis que dispõem sobre as matérias mais diversas.

3. A digna autoridade representante não empresta, à peça inicial desta via de controle da constitucionalidade, o brilho de sua sincera adesão científica. Tenuemente esboçada, não resiste ela a uma análise técnica, apta a decompor adequadamente os seus elementos, para extirpar o conteúdo político que a permeia.

É o que se passa a demonstrar.

## II. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO ÀS REGRAS ORÇAMENTÁRIAS.

4. Argui-se a constitucionalidade das leis impugnadas sob a invocação, em primeiro lugar, de violação das alíneas **c** e **d** do § 1º do art. 61, que assim dispõem:

“Art. 61.....

§ 1º É vedada:

.....

c) a abertura de crédito especial ou suplementar sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

d) a realização, por quaisquer dos Poderes, de despesas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.”

5. O tratamento constitucional de toda a matéria orçamentária é objeto da crítica acre e procedente do hoje ilustre Ministro Oscar Dias Corrêa, que apontou, especificamente, na versão original da Carta de 1967, as

incongruências e as dificuldades na inteligência do dispositivo transcrito. (“A Constituição de 1967. Contribuição Crítica”, p. 59 e seguintes.)

6. Não obstante isto, a prática dos Poderes Públicos, generalizadamente aceita, padronizou determinados comportamentos, já cancelados judicialmente.

7. Cabe ressaltar que carece de suporte fático o asserto de inexistência de autorização legislativa para a abertura de crédito suplementar. Justamente ao revés, dispôs expressamente o art. 7º da Lei Orçamentária. (Lei estadual nº 1.083/86).

“Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, no decorrer do exercício de 1987, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada nesta lei, para atender o reforço de dotações que se tornarem insuficientes”.

8. Considerando que o total geral da despesa prevista na lei orçamentária é de Cz\$ 78.705.378.843,00 as despesas geradas pelas leis impugnadas, mesmo se montassem a “4 bilhões de cruzados” – o que infundado – estariam nos limites autorizados.

9. É trivialmente sabido que, concedida a autorização, a concretização da abertura de crédito se opera por via de decreto, que indica os recursos correspondentes. Assim é em âmbito estadual, como federal. Confirma-se, apenas à guisa de ilustração, o Decreto Federal nº 93.581 de 14.11.86, firmado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

“Art. 1º – Fica aberto ao Ministério da Cultura, em favor da Secretaria Geral – Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de Cz\$ 13.000.000,00 (treze milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no anexo I deste Decreto.

Art. 2º – Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo

1º, item III, do Decreto-lei nº 2.289, de 09 de setembro de 1986.”

10. Naturalmente, se sequer foi fixado, ainda, o crédito suplementar correspondente, não se pode falar ter sido ele “excedido”, para colher a incidência da alínea **d** do § 1º do art. 61 da Carta da República.

11. Desfaz-se, assim, sem substância, o primeiro fundamento invocado.

### **III. INOCORRÊNCIA DE “VULNERAÇÃO” DE NORMA DE POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA FEDERAL.**

12. Neste passo, também com a devida vênia, não é fácil apreender o fundamento invocado. Alega-se violação do Decreto Federal nº 2.284, de 10.03.1986, em “autêntica ruptura com qualquer pretensão atinente à consolidação do regime federativo. (CF, art. 1º, **caput** 13 e § 1º c/c 8º, XVII, alínea “c” e 55, item II)”, (sic).

13. Difícil atinar a que se deve a citação, encambulhada, da norma que dita a forma do Estado brasileiro, da que confere auto-organização e poderes residuais aos Estados-membros, da que traça a competência legislativa federal e da que confere ao Presidente da República competência para editar decretos-leis sobre finanças públicas.

14. Um tanto por adivinhação, é possível tentar-se figurar que dois argumentos estejam embutidos em tal raciocínio:

A - o Governador do Estado não poderia conceder benefícios aos servidores estaduais porque tal medida se insere na (ou contraria) competência da União para legislar sobre direito financeiro;

B - as leis estaduais consubstanciam planos econômicos ou financeiros que contrariam as diretrizes estabelecidas em lei federal (CF, artigo 10, V, **c**).

15. O argumento identificado pela letra A, supra, é sumariamente rechaçável. Por evidente, não cabe à União, no exercício de sua competência para legislar sobre direito financeiro,

ditar padrões de remuneração de servidores estaduais, matéria tipicamente de direito administrativo, de competência estadual privativa na espécie, sob pena de subversão do sistema federativo.

16. Quanto ao argumento da letra **B**, a representação sequer remete ao art. 10, **V, C** da Constituição. De certo por escrúpulo. Antes mesmo de demonstrar a inteira inaplicação de tal preceito à hipótese, calha relembrar o comentário que sobre ele expendeu o hoje ilustre Ministro Oscar Dias Corrêa (ob.cit., p.38 e 39):

“Inicialmente se saliente que a letra **C** não tem relação imediata com o **caput** do artigo.

O fato de não acatar aquelas diretrizes não significa estejam padecendo as finanças do Estado de falta de organização, ou desorganização, que demandem intervenção para reorganizá-las. Não casam bem o inciso e a letra.

Mas, à parte essa dissonância, a hipótese da **c** é de todo inaceitável, em matéria que diz respeito à própria autonomia estadual e a existência da Federação.”

17. De parte este comentário, tão agudamente preciso, é de se registrar que faltaria seriedade científica na afirmação de que a organização dos Quadros das Procuradorias do Estado e da Justiça, elevando em minguidos cruzados os vencimentos de servidores modestos; que a concessão de gratificações de pouquíssima expressão a auxiliares penitenciários; ou a concessão de adicional por tempo de serviço sob a forma de triênios (antes eram quinquênios) para parcela do funcionalismo (a outra parcela já possuía) constituam medidas que contrariam as diretrizes econômicas e financeiras federais.

18. De modo que tampouco este fundamento apresenta acolhível juridicidade.

### **IV. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO À REGRA DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS EFETIVOS.**

19. A representação refere, quanto a este fundamento, as leis nºs 1.120/87 e 1.121/87,

que dispuseram, respectivamente, sobre os Quadros Permanentes de Pessoal de Apoio das Procuradorias Gerais do Estado e da Justiça.

20. É de se deixar remarcado que estas duas leis foram elaboradas após mais de um ano de estudos minuciosos. Seria, mais do que injusto, inteiramente inveraz a cogitação de que tenham sido elaboradas açodadamente. E, ante-se, ambas seguiram rigorosamente o modelo adotado na Lei nº 1.042/86 que dispôs sobre o Quadro Permanente do DER-RJ.

21. É desenganadamente equivocada a afirmação que estas duas leis ensejaram o provimento de cargos efetivos sem concurso público. Definitivamente, não. O que houve, consoante expressa e legítima previsão do Decreto-Lei nº 408/79 (que versou a implantação do Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo) foi a transposição de cargos do Quadro Geral de Pessoal do Poder Executivo para o Quadro Permanente de Pessoal de Apoio das Procuradorias do Estado e da Justiça, com alteração de denominação dos cargos e atribuições genéricas afeiçoadas às peculiaridades de

tais órgãos. Não houve nem criação nem provimento de cargo.

22. Por via de consequência, também este terceiro fundamento da representação não merece acolhida.

23. É de se ver que a representação de inconstitucionalidade não é, obviamente, sede própria para formularem-se juízos de conveniência e oportunidade de leis legitimamente editadas. De resto, a exposição ora desenvolvida desfaz qualquer insinuação indevida de desvio de finalidade nos atos impugnados. Todos eles encontram-se embasados em incontestável interesse público, fazem justiça a diversas categorias e são plenamente suportáveis pelo erário público.

Senhor Ministro: Estas as informações cabíveis, no sentido de afirmar a validade dos atos impugnados. Queira receber, juntamente com seus ilustres Pares, minhas manifestações de apreço e distinta consideração.

(Ass.) Leonel Brizola  
Governador do Estado

## A transmissão do Governo

Normalmente, não deveriam existir quaisquer problemas, nem mesmo dúvidas, sobre os atos e solenidades referentes à transmissão do Governo. Mesmo numa situação bastante delicada, a que como ocorreu por ocasião de minha investidura, tudo se fez para que os fatos transcorressem sem qualquer anormalidade. Era e é o que a população sempre exigiu de seus governantes.

Desta vez, preocupam-nos as circunstâncias que estão cercando as solenidades de posse. Agora mesmo, agentes da nova situação andam oferecendo, sem nenhuma contenção, **tickets** para um almoço popular, com farta distribuição de milhares e milhares de “quentinhas” no Palácio Guanabara, no dia da posse. Os novos governantes fizeram questão que a hora da transmissão fosse exatamente às 13h30min, além de outros detalhes suspeitos que poderão vir a tumultuar o ambiente, causando confrontos e incidentes deploráveis, até mesmo vítimas inocentes.

Neste momento, analiso e faço minhas avaliações, se devo ou não transmitir pessoalmente o Governo. Como democrata, gostaria de fazê-lo. Não quero, porém, contribuir, de nenhuma forma, para que esse ato venha se transformar, como desejam alguns poucos, num confronto incompatível com os foros de educação política do povo do Estado do Rio de Janeiro.

\* \* \*

**Conforto moral** – Dou publicidade a esta carta que me enviou o companheiro e amigo Ubirajara Muniz, diretor do DER e Secretário de Viação de meu Governo. Trata-se de uma carta cujo conteúdo representa e simboliza as dezenas de manifestações, por escrito, que venho

recebendo dos meus colaboradores:  
Rio de Janeiro, 9 de março de 1987

Excelentíssimo Senhor  
Governador Leonel Brizola

“Eminente Líder e Amigo,

**Na oportunidade em que se encerra a jornada histórica do Governo popular e democrático sob sua firme liderança, venho manifestar meu sincero reconhecimento pelas atenções e deferências com que generosamente me distinguiu.**

**É com a maior alegria que me dirijo ao eminente Amigo para congratular-me pelos resultados alcançados, apesar de todas as dificuldades, reais e artificiais, criadas para obstaculizar o desempenho do seu Governo.**

**Tive a satisfação de poder seguir à risca, no Departamento de Estradas de Rodagem e na Secretaria de Viação, as diretrizes éticas e democráticas definidas para a Administração Estadual pelo seu Líder maior.**

**Apesar de atuar com um DER desequipado (pleito de empréstimo para reequipamento engavetado na FINAME) e discriminado (único no Brasil a não receber os recursos do BNDES para estradas vicinais), logramos realizar numerosas pequenas obras de grande interesse econômico e social, ao mesmo tempo em que mantínhamos a extensa malha rodoviária estadual em condições razoáveis de conservação.**

**No âmbito interno da Administração, conseguimos elevar o moral do grupo, cujo entusiasmo e adesão às nossas causas correspondem ao ambiente de plena convivência democrática implantado em substituição a uma estrutura fechada e autocrática, em que eram negligenciados os direitos dos servidores mais humildes. Estes colaboradores reconhecem e agradecem, reiteradamente, as numerosas e importantes conquistas obtidas**

**no Governo Leonel Brizola – o mais receptivo, mais justo e mais fecundo para com os servidores do Estado.**

**Vossa Excelência e seus colaboradores podem desfrutar o conforto e a tranquilidade que nos vêm do dever cumprido, pouco importando o episódio eleitoral adverso, já superado na consciência do povo, vilipendiado pelas mais audaciosas e inescrupulosas manobras do poder econômico e do poder político mancomunados.**

**Permanece o desafio dos graves sofrimentos do nosso povo e dos enormes problemas da Nação, diante da capacidade do nosso Partido e do nosso Líder em armar a equação política deste difícil momento da nossa História.**

**Agora – como sempre e mais ainda –, estamos à disposição do Companheiro e Líder para a desprendida e modesta colaboração ao nosso alcance, nas batalhas que virão, sob seu comando.**

**Peço e espero que me inclua, com a dedicada equipe que me segue, na programação dos trabalhos e embates que iremos enfrentar, na planície, ao lado do povo, arrostando os mesmos sacrifícios e enfrentando o mesmo destino.**

**O amigo, companheiro e soldado ao dispor**

**(Ass.) Ubirajara Muniz”**

**Contas zeradas** – Segunda-feira, de manhã, o novo Governo receberá todas as contas do Tesouro, no Banerj, rigorosamente cobertas, inclusive com um saldo de 94 milhões de cruzados<sup>71</sup>. Some-se a estes recursos de caixa, mais 107 milhões de cruzados, do Fundo de Participação do Estado, correspondente ao mês de fevereiro, que o Governo Federal deixou de transferir, atrasando-os, insolitamente, para depois de 15 de março, em flagrante desrespeito à legislação em vigor. Há, ainda, os recursos

dos **royalties** atrasados e retidos desde o ano passado (1 bilhão e 200 milhões de cruzados). Uma das alegações do Governo Sarney e do próximo Governador, para consumir a odiosa intervenção no Banerj, foi a de que o Tesouro estaria fazendo saques sem cobertura. As relações Tesouro–Banerj, durante meu Governo, sempre foram rigorosamente disciplinadas. Na maioria das vezes, os grandes depósitos do Tesouro representaram significativo favorecimento ao Banco. Apenas em alguns momentos em que a arrecadação sempre decresce, como no mês de fevereiro, por exemplo, o Tesouro amparava-se em seu Banco, dentro de limites compatíveis. Trabalhamos dentro destas normas nestes três anos. O banco só se beneficiou com o apoio, os depósitos e os serviços do Poder Público Estadual. O Banerj só teve um problema, insistimos em afirmar: o rombo do Metrô, imposto pelo Governo Federal (Ministério da Fazenda e Banco Central), além das operações lesivas, também, impostas pelas autoridades da União ao Banco do Estado e ao BD-RIO. Não existissem estas monstruosidades, o Banerj seria o primeiro entre os bancos oficiais dos estados. Mais que o Banespa – o Banco de São Paulo –, o Banerj seria o 3º no **ranking** geral dos bancos do País. Quando assumimos, era o 17º. O Governo Sarney e seus tecnocratas sempre se remorderam de inveja frente ao desempenho do Banerj. Tudo fizeram para asfixiá-lo. Sempre sonharam com esta intervenção. Atrás deles, estão os gigantescos bancos particulares, daqui e do estrangeiro. O futuro Governador foi um fraco e inconsequente, quando concordou e foi conivente com os inimigos do Banerj. Deitaram os seus tentáculos contra a instituição mais importante e representativa da economia do Rio de Janeiro. O Banerj está agora submetido a um processo de debilitação e desprestígio de consequências, neste momento, ainda inavaliáveis. O ilustre Governador de Santa

71 Para converter cruzado em dólar, divida por 20,729

Catarina, Espiridião Amim, como ocorreu conosco, não teve alternativa. Os Governadores de outros Estados, cujos bancos se encontram em situação igual ou mesmo mais devedores que o Banerj, não permitiram que se consumasse a intervenção. **Tirem as mãos do Banerj!** Deve ser o lema de nossa população contra esta violência da parte de um governo que só tem feito mal e prejudicado o Rio de Janeiro.

**Propaganda do Moreira** – Antes mesmo de tomar posse, já começou o verdadeiro

festival de propaganda do Sr. Moreira Franco. São filmes nas televisões, jingles nas rádios e **outdoors** espalhados por todo o Estado. São dezenas de milhões de cruzados de propaganda gastos em apenas uma semana. E ainda dizem que a propaganda é do Governo José Sarney. Que tramoia! Que falta de pudor! É essa a gente que se acha no direito de nos criticar quando apenas procuramos esclarecer a população e responder, à altura, os ataques que nos fazem.

## Até breve

Dirijo-me ao povo do Estado do Rio de Janeiro. Ao concluir a missão de governar o nosso Estado, gostaria de dizer que esta foi a mais difícil, mas, também, a mais honrosa missão que exerci em minha vida. Saio de consciência tranquila, porque procurei dar o melhor de mim para corresponder aos anseios e direitos de nossa população. Tanto que, se tivesse que voltar ao ponto de partida, essencialmente, repetiria tudo o que procurei fazer nestes quatro anos.

Agradeço aos que me prestigiaram com a sua confiança e apoio, quanto também aos que me ajudaram com as suas críticas construtivas.

Aos meus companheiros e colaboradores, quero dizer que, para mim, foi uma grande honra ter sido o coordenador desta jornada histórica, que o tempo fará crescer e agigantar no julgamento de nosso povo. Estou certo de que lançamos aqui algumas bases e rumos fundamentais ao nosso futuro e ao nosso desenvolvimento.

Lamentavelmente, não me foi possível, como desejava, transmitir o Governo ao meu sucessor. Sem a intenção de praticar qualquer descortesia, entendi que não devia transferir, pessoalmente, o cargo ao novo titular. É que se criou um clima desfavorável a desbordenamentos, de parte a parte, podendo, inclusive, resultar em incidentes e confrontos que viriam a desmerecer os foros de educação política do povo do Estado do Rio.

Ao novo Governador e seus auxiliares formulo os meus melhores votos de êxito, retribuindo-lhes, sinceramente, em dobro, tudo o que têm desejado a mim e aos meus colaboradores.

A este incomparável povo do Estado do Rio de Janeiro, o nosso compromisso de

continuarmos ao seu lado: meus companheiros e companheiras do PDT, minha mulher e eu, ombro a ombro, em todas as suas lutas, em suas vitórias e suas derrotas. Se alguém se omitir ou faltar, estejam certos, não seremos nós.

Até breve.

## O aranzel do Poderoso Chefão

O xingatório estampado, ontem, na primeira página de “O Globo” não surpreendeu a ninguém. Ao meu Governo, aos meus colaboradores e a mim, pessoalmente, não atinge a covardia do Sr. Roberto Marinho. O País inteiro sabe que este é o seu método preferido. Gosta de pisar nos que perdem para bajular os vencedores do momento. Em suma, uma infinita capacidade de vilipendiar é a sua marca mais evidente.

Sei que sou uma espécie de Davi, lutando contra esse Golias gigantesco e todo poderoso. Não disponho de um mínimo de instrumentos para enfrentá-lo. Tenho, porém, comigo a mais avassaladora e cortante de todas as armas, que é a verdade.

O **Robertaço**, que mandou publicar na primeira página de “O Globo”, não passa de um amontoado de agressões e inverdades: um abuso do poder de dizer e afirmar, sob o manto da impunidade.

Justamente ao contrário, o meu Governo conclui o seu mandato cercado pela solidariedade popular e consciente de haver empenhado o melhor de suas energias em defesa do interesse público e da moralidade administrativa.

Só há uma solução digna para mostrar a verdade, limpidamente, à população: o Sr. Roberto Marinho fica desafiado a comparecer à televisão – ele e seu estado-maior – para um debate comigo. Comprometo-me a demonstrar que ele está faltando com a verdade, que está pretendendo enganar a população, como o fez com o **congelamento de preços** e o falecido **Plano**



**Cruzado.** E mais, comprometo-me a demonstrar que, ao atacar-me, o que faz mesmo é esconder as suas próprias mazelas (grandes empréstimos no Banerj, antes do meu Governo; 70 milhões de dólares, com câmbio favorecido, para comprar uma televisão no Principado de Mônaco; e negócios de US\$ 300 milhões na compra da NEC do Sr. Mário Garnero; etc., etc., etc., etc., etc., etc., etc.).

Vamos, Dr. Roberto.

Tenha coragem.

Se quiser, traga consigo todos os quadros do PC que o senhor tem a seu serviço.

Venha dizer-me, frente a frente, o que seu jornal publica covardemente!

\* \* \*

**Contas zeradas** – Segunda-feira, de manhã, o novo Governo receberá todas as contas do Tesouro, no Banerj, rigorosamente cobertas,

inclusive com um saldo de 94 milhões de cruzados<sup>72</sup>. Some-se a estes recursos de caixa, mais 107 milhões de cruzados, do Fundo de Participação do Estado, correspondente ao mês de fevereiro, que o Governo Federal deixou de transferir, atrasando-os, insolitamente, para depois de 15 de março, em flagrante desrespeito à legislação em vigor. Há, ainda, os recursos dos **royalties** atrasados e retidos desde o ano passado (1 bilhão e 200 milhões de cruzados).

**Últimas decisões** – Completando o nosso programa, desenvolvido no curso destes quatro anos, de melhoria da remuneração real do pessoal do Estado e da racionalização do Serviço Público, enviamos à Assembleia Legislativa os projetos de lei, referentes às autarquias IASERJ, DETRAN e SUDERJ. Mediante decreto executivo, tomamos decisões equivalentes para os servidores da FESP, PESAGRO e CODIN.

72 Para converter cruzado em dólar, divida por 20,729

# Lista de Siglas

ANJ – Associação Nacional de Jornais	DRM – Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro
BANERJ – Banco do Estado do Rio de Janeiro	EBSE – Engenharia de Soluções
BB – Banco do Brasil	ELETROPAULO – Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A
BC – Banco Central	EMAQ – Estaleiro e Máquinas S/A
BD-RIO – Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro	FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	FEPASA – Ferrovia Paulista S/A
BNH – Banco Nacional de Habitação	FESP – Fundação Escola de Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro
CDB – Certificado de Depósito Bancário	FGV – Fundação Getúlio Vargas
CEF – Caixa Econômica Federal	FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
CEG – Companhia Estadual de Gás (Governo do Estado do Rio de Janeiro)	FINAME – Agência Especial de Financiamento Industrial
CEHAB – Companhia Estadual de Habitação (Governo do Estado do Rio de Janeiro)	FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
CEP – Centro Estadual de Professores	FMI – Fundo Monetário Internacional
CERJ – Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro	FUNAI – Fundação Nacional do Índio
CESP – Companhia Energética de São Paulo	GSE – Grupo de Socorro de Emergência
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores	IASERJ – Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro
CIEP – Centro Integrado de Educação Pública	IBAD/IBADE – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
CIFERAL - Comércio e Indústria de Ferro e Alumínio	IBC – Instituto Brasileiro do Café
CNP – Conselho Nacional do Petróleo	IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CODERTE – Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro	ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias (antigo)
CODIN - Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro	IML – Instituto Médico Legal
COMGÁS – Companhia de Gás de São Paulo	INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
CPFL – Companhia Paulista de Força e Luz	INPC – Índice Instituto Nacional do Seguro Social Nacional de Preços ao Consumidor
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito	IPERJ – Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro
CTC – Companhia de Transportes Coletivos do Estado do Rio de Janeiro	IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
CTI – Centro de Terapia Intensiva	JB – Jornal do Brasil
DER – Departamento de Estradas e Rodagem	MDB – Movimento Democrático Brasileiro
DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem	MF – Ministério da Fazenda
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social	

ORTN – Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional  
 ORTRJ - Obrigação Reajustável do Tesouro do Rio de Janeiro  
 OTRJ – Obrigação do Tesouro do Rio de Janeiro  
 PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
 PC – Partido Comunista  
 PCB – Partido Comunista Brasileiro  
 PCN – Partido Comunitário Nacional  
 PDC – Partido Democrata Cristão  
 PDS – Partido Democrático Social  
 PDT – Partido Democrático Trabalhista  
 PFL – Partido da Frente Liberal  
 PG – Procuradoria-Geral  
 PGM – Procuradoria-Geral do Município do Rio de Janeiro  
 PGR – Procuradoria-Geral da República  
 PIB – Produto Interno Bruto  
 PIS – Programa Integração Social  
 PISA – PISA/SA  
 PM – Polícia Militar  
 PMC – Partido Municipalista Comunitário  
 PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
 PMN – Partido da Mobilização Nacional  
 POG – Partido das Organizações Globo

PPB – Partido do Povo Brasileiro  
 PSF – Partido Socialista Francês  
 PSI – Partido Socialista Italiano  
 PSOE – Partido Socialista Obrero Español  
 PSP – Partido Socialista Português  
 PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
 PTI – Partido da “Tribuna da Imprensa”  
 PTN – Partido Trabalhista Nacional  
 PTR – Partido Trabalhista Renovador  
 PUC – Pontifícia Universidade Católica  
 SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo  
 SEPLAN – Secretaria de Planejamento  
 SNI – Serviço Nacional de Informações  
 SPD - Sozialdemokratische Partei Deutschlands (Partido Social-Democrata da Alemanha)  
 STF – Supremo Tribunal Federal  
 TRE – Tribunal Regional Eleitoral  
 TSE – Tribunal Superior Eleitoral  
 TVE – TV Educativa  
 UFERJ – Unidade Fiscal do Estado do Rio de Janeiro  
 UNESP–Universidade Estadual Paulista  
 UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas  
 UPC – Unidade Padrão de Capital  
 USP – Universidade de São Paulo

# Índice por tema

## ADMINISTRAÇÃO:

- **Aposentado e pensionista:** 107 e 137.
- **Banerj:** 51, 64, 81, 84, 90, 104, 124, 137, 140, 147, 150, 172, 181, 184, 190, 193, 196, 239, 245, 265, 268, 273 e 283.
- **CIEP e CIAC:** 44, 51, 61, 64, 75, 84, 98, 113, 140, 144, 147, 172, 175, 196, 202, 208, 215, 218, 222, 247, 256 e 271.
- **Ecologia, saneamento e despoluição da Baía de Guanabara:** 61, 70, 75, 78, 81, 90, 95, 98, 104, 107, 116, 133, 147, 181, 184, 215, 234, 239 e 253.
- **Educação:** 34, 44, 45, 47, 51, 58, 61, 64, 67, 73, 75, 81, 84, 98, 104, 107, 113, 116, 124, 133, 140, 144, 147, 150, 161, 172, 175, 181, 190, 196, 202, 208, 215, 218, 222, 247, 256 e 271.
- **Linha Vermelha e Metrô:** 47, 90, 95, 121, 140, 147, 181, 190, 193, 196, 211, 228, 239, 245, 273 e 283.
- **Polícia e bombeiros:** 29, 34, 36, 75, 87, 116, 133, 155, 161, 190, 193, 202, 208, 234, 239, 253, 256 e 265.
- **Relacionamento com a União – João Figueiredo:** 34, 45, 47, 49, 51, 55, 64, 67, 70, 75, 87, 90, 95, 98, 116, 147 e 172.
- **Relacionamento com a União – José Sarney:** 116, 126, 140, 144, 147, 150, 172, 178, 181, 184, 187, 190, 193, 196, 199, 208, 211, 215, 225, 228, 234, 239, 245, 256, 268, 271, 273 e 283.
- **Royalties do petróleo:** 45, 47, 70, 75, 147, 172, 178, 181, 187, 190, 193, 196, 199, 208, 225, 239, 273 e 283.
- **Salário, greve e desemprego:** 34, 44, 51, 55, 58, 61, 67, 84, 98, 104, 107, 124, 137, 147, 150, 161, 162, 164, 167, 168, 172, 175, 178, 181, 184, 187, 190, 193, 196, 199, 202, 205, 208, 218, 234, 239, 245, 259, 262, 265 e 283.
- **Saúde:** 31, 61, 64, 67, 73, 75, 98, 104, 113, 116, 130, 137, 144, 150, 175, 190, 208, 215, 239, 265 e 271.
- **Servidores públicos:** 31, 64, 81, 84, 104, 107, 113, 124, 130, 137, 161, 167, 172, 175, 178, 184, 193, 208, 239, 245, 256, 265, 273, -276, 280 e 283.
- **Violência e Comando marrom:** 29, 34, 36, 39, 45, 47, 51, 55, 81, 87, 90, 98, 133, 147, 202, 205, 215, 218, 222 e 247.

## BRIZOLA

- **Contencioso com a imprensa:** 29, 33, 36, 39, 44, 45, 47, 49, 51, 55, 58, 61, 64, 70, 78, 81, 84, 87, 90, 98, 107, 136, 137, 140, 147, 155, 172, 184, 202, 205, 218, 222, 234 e 237.
- **Direito de resposta e Família:** 39, 78, 147 e 150.
- **Política:** 101, 122, 172, 184, 218, 222, 231, 234 e 283.

## CLASSE

- **Associação de classe:** 32, 39, 67, 81, 87, 90, 107, 126, 181 e 228.
- **Sem-terra e Comunidade carente:** 49, 51, 58, 61, 70, 75, 78, 81, 84, 90, 95, 116, 126, 130, 133, 144, 147, 153, 162, 167, 181, 184, 199, 215, 234 e 271.
- **Sindicalismo:** 31, 67, 87, 137, 161, 175, 178, 218, 239 e 265.

## ECONOMIA

- **Dívida externa:** 47, 61, 64, 130, 153, 162, 164, 168, 175, 178, 184, 187, 190, 193, 196, 205, 208, 222, 265 e 271.
- **Economistas:** 124, 144, 155, 161, 162, 164, 175, 181, 184, 187, 190, 193, 196, 208, 211, 215, 234, 256, 265, 268 e 273.
- **Empresariado nacional:** 51, 81, 147, 153, 164, 184, 211, 228 e 234.
- **Empresariado fluminense:** 49, 55, 64, 67, 70, 75, 81, 84, 98, 104, 113, 116, 130, 133, 150, 181, 190, 193, 196, 208 e 245.
- **Grupo econômico nacional:** 39, 61, 113, 147, 150, 168, 184, 187, 190, 193, 196, 199, 205, 211, 215, 222, 225, 228, 234, 237, 239, 242, 245, 253, 256, 262, 265 e 271.
- **Grupo econômico internacional:** 107, 155, 162, 164, 175, 178, 187, 199, 222, 225, 239, 262 e 265.
- **Grupo econômico: banqueiro:** 87, 137, 150, 196, 218 e 250.
- **Pacote econômico:** 161, 162, 164, 168, 172, 175, 178, 181, 184, 187, 190, 193, 196, 199, 202, 205, 208, 218, 222, 228, 234, 245, 253, 259, 262, 265, 268 e 273.
- **Perdas internacionais:** 175.

## ESTATAIS

- **As empresas estatais:** 47, 55, 70, 140, 184, 190, 193, 196, 199, 211, 228, 234, 239, 256, 265, 273 e 283.
- **Petrobrás:** 45, 55, 70, 75, 147, 172, 178, 187, 190, 193, 208, 225, 228 e 283.
- **Privatização:** 265.

## IMPrensa

- **Estado de SP (Estadão):** 36, 39, 44, 45, 47, 49, 51, 55, 58, 61, 78, 81, 87, 172 e 222.
- **Jornal do Brasil:** 29, 33, 44, 45, 47, 49, 51, 55, 58, 61, 64, 70, 78, 81, 87, 90, 98, 140, 162, 172, 211, 218, 222, 231 e 252.
- **Folha de São Paulo:** 107, 196 e 228.
- **Globo:** 119, 172, 175, 178, 184, 187, 190, 193, 196, 202, 208, 215, 218, 222, 228, 237, 239, 242, 245, 247, 250, 256, 265 e 283.
- **Globo-negócios:** 250, 256, 265 e 283.
- **Órgãos diversos:** 61, 84, 107, 113, 136, 144, 150, 193, 199, 215 e 262.
- **Jornalista:** 29, 36, 39, 45, 49, 51, 55, 58, 70, 81, 113, 116, 121, 126, 172, 178, 184, 218, 222, 234, 237, 242, 247 e 283.
- **Partido Único:** 34, 47, 49, 51, 55, 107, 116, 121, 122, 126, 133, 137, 147, 155, 164, 172, 205, 215, 218, 221, 222, 234, 237, 259 e 268.
- **Propaganda, publicidade e marqueteiro:** 49, 78, 84, 98, 107, 119, 136, 140, 144, 147, 150, 153, 164, 175, 202, 205, 208, 215, 222, 231, 237, 239, 247, 256 e 265.

## PDT

- **Ação partidária:** 81, 84, 107, 253 e 259.
- **Atuação nacional:** 32, 81, 84, 107, 110, 193, 218, 231, 253, 256 e 259.
- **Darcy Ribeiro:** 144, 215, 218, 221, 222, 228, 231, 234, 237, 239, 247, 250, 253 e 259.
- **Dissidentes:** 47, 81, 107, 113, 116, 121, 126, 153, 218 e 265.
- **Militância:** 64, 90, 113, 116, 190, 242, 280 e 283.
- **Nilo Batista:** 256.
- **Política Geral:** 39, 47, 64, 70, 93, 113, 116, 126, 130, 136, 140, 147, 150, 153, 172, 175, 181, 187, 190, 193, 196, 215, 218, 237 e 265.
- **Salário mínimo:** 162, 164, 168, 184 e 190.
- **Vargas, Jango e Trabalhismo:** 39, 58, 67, 93, 101, 104, 126, 153, 162, 164, 168, 175 e 218.

## Órgãos de Estado

- **Congresso Nacional:** 45, 58, 70, 73, 75, 84, 90, 93, 95, 98, 101, 104, 107, 110, 113, 116, 119, 122, 130, 133, 140, 147, 153, 178, 187, 190, 193, 196, 205, 211, 215, 253, 256, 259, 262, 265 e 268.
- **Forças Armadas:** 33, 39, 51, 64, 116, 147, 239 e 242.
- **Justiça:** 29, 33, 81, 87, 107, 116, 124, 126, 130, 133, 137, 147, 155, 172, 178, 193, 205, 218, 222, 225, 228, 234, 237, 239, 245, 247, 250, 256, 265, 268 e 276.
- **Justiça Eleitoral:** 84, 101, 136, 150, 222, 231, 237, 239 e 268.

## Política

- **Comissão de inquérito:** 33, 58, 73, 75, 84, 93, 98, 101, 104, 107, 110, 113, 116, 121, 122, 130, 133, 140, 147, 150, 153, 178, 187, 190, 193, 196, 205, 253, 256 e 262.
- **Ditadura:** 34, 36, 39, 44, 51, 55, 58, 67, 73, 75, 81, 84, 87, 90, 93, 101, 110, 116, 119, 122, 133, 137, 140, 147, 155, 162, 164, 172, 175, 178, 184, 187, 190, 193, 196, 202, 205, 208, 211, 215, 218, 222, 228, 231, 234, 237, 239, 242, 245, 247, 250, 256, 259, 262, 265, 268 e 273.
- **Eleição nacional:** 32, 58, 73, 75, 84, 90, 93, 95, 98, 101, 104, 107, 110, 113, 116, 122, 130, 133, 137, 181, 187, 190, 193, 196, 205, 215, 218, 256, 259, 262, 265 e 268.
- **Países latino-americanos:** 39, 98, 101, 113, 153, 162, 164, 196, 218 e 242.
- **Parlamentarismo:** 153 e 205.
- **Pesquisa e Proconsult:** 49, 87, 101, 107, 150, 175, 218, 222, 231, 237 e 242.

## Político

- **Antonio Carlos Magalhães:** 231 e 250.
- **Delfim Neto:** 45, 47, 49, 55, 58, 61, 67, 70, 78, 87, 124, 144, 155, 175, 193, 196, 265 e 273.
- **Gen. João Batista Figueiredo:** 34, 44, 45, 47, 49, 51, 55, 58, 61, 64, 67, 70, 73, 75, 78, 81, 84, 87, 90, 95, 98, 101, 116, 122, 147, 172, 190 e 273.
- **José Sarney:** 84, 90, 93, 98, 101, 104, 107, 110, 116, 122, 124, 126, 130, 133, 137, 140, 144, 147, 162, 164, 168, 172, 175, 178, 181, 184, 187, 190, 193, 196, 199, 202, 205, 208, 211, 215, 218, 222, 225, 228, 234, 239, 242, 245, 247, 250, 253, 256, 259, 262, 268, 273 e 283.
- **Tancredo Neves:** 122, 130, 140, 168, 181, 190, 256, 268 e 273.
- **Ulysses Guimarães:** 175, 231 e 256.



COLEÇÃO COMPLETA

# TIJOLAÇOS

## LEONEL BRIZOLA

1984 — 1998

JÁ DISPONÍVEL



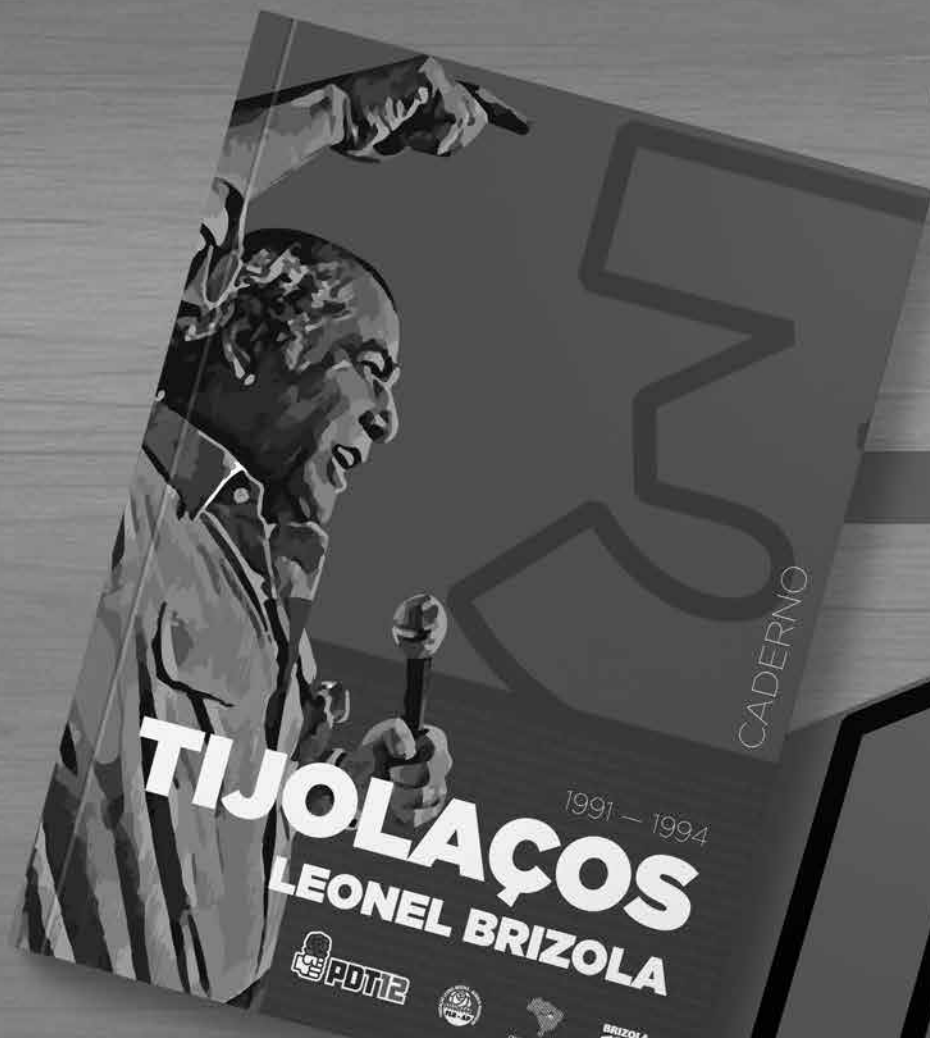
EM BREVE

ador Leonel  
ita Neto — Re  
— Proposta den  
stituições. — Um  
ública — Govern  
O que é o PDT?  
abar com a inflaçã  
ida Brasil. — Expl  
segurança contra o G  
rismo Global — O G  
erj: uma injustiça com  
eral da Justiça — Cum  
eficazes — In e cã —  
ansição e legitimidade  
Esclarecendo nossas posi  
DES nega crédito ao Rio  
quidade — Deser irrecusã  
rbitrariedade e cinismo — O Plano Austral e o pacote — Sa  
o. — Indecoroso intervencionismo — Esclarecimento neces  
ue quer, ouve o que não quer. — Prestando esclareciment  
imidade — Intervenção no Banerj: violência e política  
ficia — A população do Rio de Janeiro — N  
o — Procedimento injustificável — N  
pósitos, 1 milhão de  
de ao povo brasileiro  
ente — Comunicação do Governador do Estado — A greve e a "Nova República"  
ras e serviços do DER para 1986 — Nota oficial do Governador Leonel Brizola Contr  
— Sistema colonial — Divisor de águas — A partir de hoje, o salário mínimo deveria ser US\$ 1,00  
penho do Governo do Rio de Janeiro — Alertando a Nação — Mais que um alerta, uma advertência a Nacã  
ontradição insanável — O dilema do Presidente — Telhado de vidro — A baixa política — Quem diz o que quer, ouve o que não quer. — Prestand  
A impostura do Plano Cruzado — A alternativa da dignidade nacional — Questão de confiança e legitimidade — Intervenção no Banerj: violência e

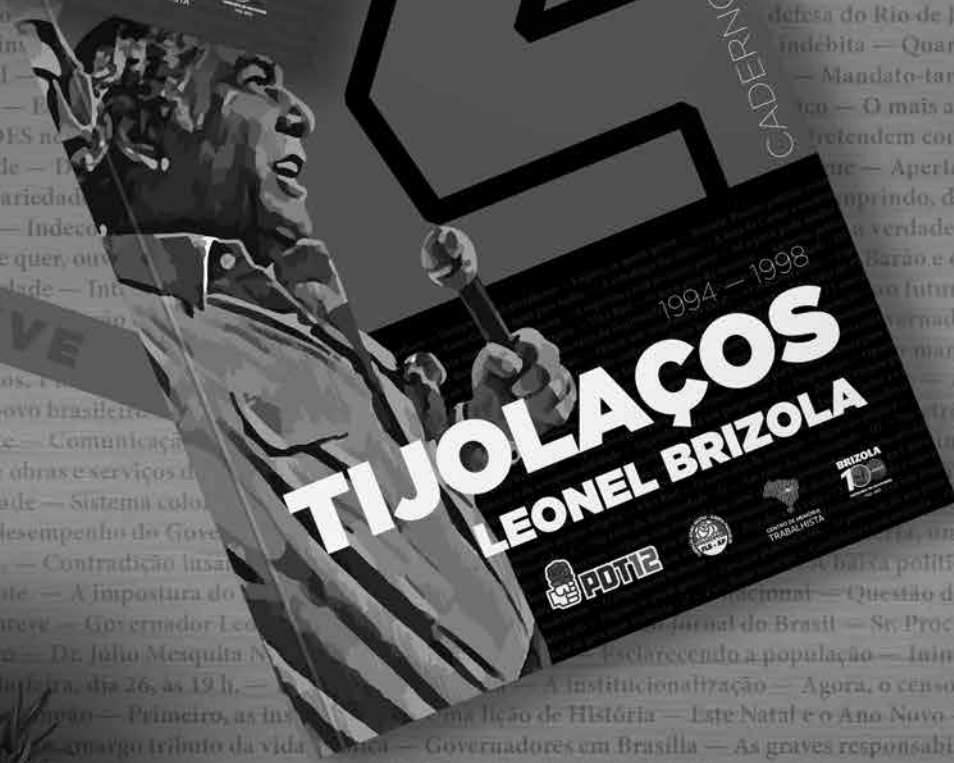
A força da minha  
resistência vem do meu  
amor ao povo brasileiro.

Leonel Brizola

EM BREVE



EM BREVE



gnador Leonel Brizola — Nota do Governador ao  
a — Doença Social — Jornalismo marginal — Fim  
— Violência e criminalidade — A questão crucial  
A hora dos partidos — O Metrô e os demagogos — E  
va República" — Discriminação federal — BNDES no  
Leonel Brizola Confrontação inútil — Iniquidade — In  
ário mínimo deveria ser Cr\$ 1.100,00 — Arbitrariedad  
Mais que um alerta, uma  
ência à Nação. — Indeco  
o de vidro — A baixa po  
ade nacional — Questão  
do Brasil — Sr. Procurador-Geral da  
a população — Inimigos do Rio de Janeiro  
ação — Agora, o censor. — 1 trilhão em depósitos.  
Natal e o Ano Novo — Coerência e lealdade ao povo brasileiro.  
s graves responsabilidades do Senhor Presidente. — Comunicaçã  
Nelo Andorinha — Primeira etapa do plano de obras e serviços d  
Capitalism — Sínd  
O desempenho do Gove  
gas. — Contradição lusa  
te — A impostura do  
breve — Governador Le  
de João Mesquita N  
Andorinha, dia 26, as 19 h. —  
— Primeiro, as ins  
— Amargo tributo da vida  
— Governadores em Brasília — As graves responsabilidades do Se  
— Constranger a Justiça — O que é o PDT? — O incêndio do Edifício Andorinhas — Primeira etapa do  
— Aparentando o cerco — Acabar com a inflação por decreto? — Capitalismo invulvel — Síndrome da ilegítimi  
— Governaremos a Avenida Brasil. — Exploração política orquestrada — Dois patamares da História — O  
— Mandado de Segurança contra o Governo Federal — Além do nosso dinheiro, levam agora o nosso  
— Terrorismo Global — O Governo do Rio e as últimas eleições — Hoje, instala-se a Constitui  
— Presença no Bauerj; uma injustiça contra o Rio de Janeiro. — A transmissão do Governo — Até br



CENTRO DE MEMÓRIA  
TRABALHISTA







CENTRO DE MEMÓRIA  
TRABALHISTA

WWW.PDT.ORG.BR — WWW.FLB-AP.ORG.BR

Cartilhas Trabalhistas — Volume 19

É uma publicação da Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini,  
que busca ressaltar as grandes obras edificadas pelo  
Trabalhismo ao longo da história brasileira.

FUNDAÇÃO LEONEL BRIZOLA-ALBERTO PASQUALINI

SEDE NACIONAL — RIO DE JANEIRO

Rua do Teatro, 39 - 2º andar, Centro, CEP: 20.050-190, Rio de Janeiro-RJ  
Tel.: (21) 3570-5901 — secretaria@flb-ap.org.br www.flb-ap.org.br

SEDE BRASÍLIA

SAFS (Setor de Autarquias Federais Sul), Quadra 2, Lote 3,  
CEP: 70.042-900, Brasília-DF — Tel.: (61) 3224-9139 / 3322-8425 / 3225-6399

<https://www.facebook.com/fundacaoleonelbrizola>  
<https://www.facebook.com/pdt.org.br/> — Twitter: pdt\_nacional

ador Leonel Brizola manda apurar denúncia do Jornal do Brasil — Sr. Procurador-Geral da Justiça — À população do Rio  
ta Neto — Resposta a um fariseu — Esclarecendo a população — Inimigos do Rio de Janeiro — Procedimento injustificável  
Proposta democrática — A institucionalização — Agora, o censor. — 1 trilhão em depósitos, 1 milhão de cadernetas. — Esc  
tuições. — Uma lição de História — Este Natal e o Ano Novo — Coerência e lealdade ao povo brasileiro — A Europa Socialis  
blica — Governadores em Brasília — As graves responsabilidades do Senhor Presidente — Comunicação do Governador do  
que é o PDT? — O incêndio do Edifício Andorinhas — Primeira etapa do plano de obras e serviços do DER para 1986 — Not  
bar com a inflação por decreto? — Capitalismo inviável — Síndrome da ilegitimidade — Sistema colonial — Divisor de águas  
da Brasil. — Exploração política orquestrada — Dois patamares da História — O desempenho do Governo do Rio de Janeiro  
segurança contra o Governo Federal — Além do nosso dinheiro, levam agora o nosso gás. — Contradição insanável — O dilema d  
ismo Global — O Governo do Rio e as últimas eleições — Hoje, instala-se a Constituinte. — A impostura do Plano Cruzado —  
rj: uma injustiça contra o Rio de Janeiro. — A transmissão do Governo — Até breve — Governador Leonel Brizola manda apur  
eral da Justiça — Cumpriremos com a nossa parte — Em defesa do Rio de Janeiro — Dr. Júlio Mesquita Neto — Resposta a um fa  
essáveis — Lá e cá — Austeridade e moralização — Apropriação indébita — Quarta-feira, dia 26, às 19 h. — Proposta democrátic  
nsição e legitimidade — Nosso contencioso com o Governo Federal — Mandato-tampão — Primeiro, as instituições. — Uma lição  
clarecendo nossas posições — O 13º salário para o funcionalismo público — O mais amargo tributo da vida pública — Governad  
DES nega crédito ao Rio, mas financia inadimplente. — Falta de seriedade — Pretendem constranger a Justiça — O que é o PDT?  
uidade — Dever irrecusável — Chamamento ao pessoal da FEEM — Estude e divulgue — Apertando o cerco — Acabar com a infla  
bitrariade e cinismo — O Plano Austral e o pacote — Se a União continuar descumprindo, devolveremos a Avenida Brasil. — Ex  
— Indecoroso intervencionismo — Esclarecimento necessário — Restabelecendo a verdade — Mandado de Segurança contra o Go  
e quer, ouve o que não quer. — Prestando esclarecimentos à população — O Rei, o Barão e o Ministro. — Terrorismo Global — O G  
nidade — Intervenção no Banerj: violência e politicagem. — 500 CIEPs - Um legado ao futuro — Intervenção no Banerj: uma injus  
ça — À população do Rio de Janeiro — Nota do Governador Leonel Brizola — Nota do Governador ao Procurador-Geral da Justiça  
o — Procedimento injustificável — Oposição de encomenda — Doença Social — Jornalismo marginal — Fins inconfessáveis — Lá e c  
sítos, 1 milhão de cadernetas. — Escamoteação e ilegalidade — Violência e criminalidade — A questão crucial — Transição e legiti

